

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TÁCITO THADEU LEITE ROLIM

**Brasil e Estados Unidos no contexto da “Guerra Fria” e
seus subprodutos: Era Atômica e dos Mísseis, Corrida
Armamentista e Espacial, 1945-1960**

NITERÓI – RIO DE JANEIRO

2012

TÁCITO THADEU LEITE ROLIM

**Brasil e Estados Unidos no contexto da “Guerra Fria” e
seus subprodutos: Era Atômica e dos Mísseis, Corrida
Armamentista e Espacial, 1945-1960**

Tese apresentada ao Curso de Pós-
Graduação em História da Universidade
Federal Fluminense, como requisito
parcial para a obtenção do Grau de
Doutor em História.
Área de Concentração: História Social.

ORIENTADOR: PROF. DR. JORGE FERREIRA

NITERÓI – RIO DE JANEIRO

2012

TÁCITO ROLIM

Brasil e Estados Unidos no contexto da “Guerra Fria” e seus subprodutos: Era Atômica e dos Mísseis, Corrida Armamentista e Espacial, 1945-1960

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor em História.
Área de Concentração: História Social.

Aprovada em março de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. ROBERT SEAN PURDY
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP

Prof. Dr. WILLIAMS DA SILVA GONÇALVES
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ

Prof. Dr. FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA DA SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ

Prof. Dr. LUÍZ CARLOS SOARES
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF

Prof. Dr. JORGE FERREIRA – ORIENTADOR
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF

Prof^ª. Dr^ª. CECÍLIA DA SILVA AZEVEDO – SUPLENTE
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF

Prof. Dr. RICARDO ANTÔNIO SOUZA MENDES – SUPLENTE
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

R748 Rolim, Tácito Thadeu Leite.

Brasil e Estados Unidos no contexto da “Guerra Fria” e seus subprodutos: Era Atômica e dos Mísseis, Corrida Armamentista e Espacial, 1945-1960 / Tácito Thadeu Leite Rolim. – 2012.

292 f. ; il.

Orientador: Jorge Luiz Ferreira.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

Bibliografia: f. 306-336.

1. Guerra Fria. 2. Guerra mundial, 1939-1945; aspecto histórico. 3. Brasil. 4. Estados Unidos. 5. América Latina. 6. Política internacional. 7. Capitalismo. 8. Comunismo. 9. Corrida armamentista; aspecto histórico. 10. Bomba atômica; aspecto histórico. 11. Energia nuclear; aspecto histórico. I. Ferreira, Jorge Luiz. II. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. III. Título.

CDD 327.1

Esta tese de doutorado é dedicada a
Maria Teresinha Correia Leite.

AGRADECIMENTOS

A realização da pesquisa que culminou com a escritura desta tese de doutorado só foi possível uma vez que contei com a ajuda de muitas pessoas. Quero aqui agradecer a algumas delas que estiveram mais diretamente envolvidas em todo ou em parte do longo percurso.

Agradeço inicialmente a FUNCAP-CE que me concedeu desde fins de 2009 uma bolsa de estudos para que eu pudesse prosseguir em minha pesquisa com relativa tranquilidade: os funcionários desta instituição se mostraram sempre solícitos quando procurados e aqui gostaria de agradecer especificamente a Ariela Costa, com quem mantive contato mais direto. Agradeço igualmente a CAPES que me concedeu uma bolsa de estudos no Programa de Doutorado com Estágio no Exterior (PDEE) por quatro meses e que então viabilizou minha pesquisa no *National Archives and Records Administration* (NARA II, College Park, MD) e na *Library of Congress* (Washington D.C), nos Estados Unidos, entre agosto e novembro de 2010.

Agradecimento especial aos funcionários da Biblioteca Nacional, da Biblioteca da UFF e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), na cidade do Rio de Janeiro, e da Biblioteca Pública Meneses Pimentel e do Instituto do Ceará, e a Universidade Estadual do Ceará (UECE) e seu corpo docente, que me ensinaram os primeiros passos no ofício de historiador.

No Brasil, em Niterói, gostaria de agradecer a Marcela Fogagnoli pela pessoa extraordinária que é; e a D. Aparecida “Apê”, Anderson “Law & Order”, Hernan Venegas, Lely Romero, Maicon Resende e Thiago Pinotti.

Nos Estados Unidos, em Washington, gostaria de agradecer ao Francisco Rogido e a sua esposa Carrie e crianças que gentilmente me receberam em sua residência nas primeiras semanas na “Roma moderna”; e na *Georgetown University* – onde fui pesquisador visitante (*visiting researcher*) do *Center for Latin American Studies* (CLAS) – gostaria de agradecer ao professor Bryan McCann que pacientemente orientou minha pesquisa nos meses do PDEE; e a Valéria Buffo, Julie Walsh e Erick Langer do CLAS pela receptividade com que me receberam. Na Filadélfia, a querida amiga Jackie e seu esposo Bryan e crianças pela hospitalidade com que me acolheram. Agradeço ainda aos funcionários e arquivistas do NARA e da LOC pela dedicação e profissionalismo com que recebem pesquisadores de todo mundo. Agradecimento especial ao sr. Wayne Zeman, cidadão norte-americano que atuou

como telemetrista em Fernando de Noronha em 1957, e que muito me ajudou com informações técnicas gerais e fotografias da época de sua estada na ilha.

Gostaria de agradecer ao professor Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ) e a professora Cecília da Silva Azevedo (UFF) pela participação em minha banca de qualificação. Igualmente agradeço aos professores Robert Sean Purdy (USP), Williams da Silva Gonçalves (UERJ) e Luiz Carlos Soares (UFF) pela gentileza na aceitação do convite para participar desta banca. *Last but not the least*, ao meu orientador, professor Jorge Ferreira, que pacientemente me ajudou durante *todo* o período de pesquisa e elaboração desta tese.

Em Fortaleza, gostaria de agradecer aos amigos Antônio Wilton, Carlos Américo e Daniele Viana, Débora Freitas, Fernando Castelo Branco, Flávia Lins, Frederico Neves e Berenice Abreu, Georgina Gadelha, Grazielle Rodrigues (UFPE), Isaíde Bandeira, Lindercy Lins, Marcos Túlio, D. Marta Leite, Mônica “Liz” e Brenda Veloso, Marília Lopes, Maia Filho, Milton Ferreira, Pe. Richard “Ricardo” Cornwall, Rendell Oneto, Roberta Freitas, dr^a Solane Fernandes, e William “Billie” Melo e Zilda Lima; e aos meus irmãos Barnard, Leontino, Ulisses e Waldeberto Júnior.

Finalmente, gostaria de fazer um agradecimento póstumo a dr^a. Randall Forsberg (1943-2007), que no verão de 1997 gentilmente me recebeu no *Institute for Defense and Disarmament Studies*, em Cambridge, Massachusetts, para um trabalho voluntário de 4 meses: ter a oportunidade de compartilhar – mesmo que por um curto espaço de tempo – o ambiente de trabalho com a “Randy” e sua equipe de pesquisadores foi para mim uma experiência indescritível.

Índice de gráficos, tabelas, mapas e imagens

1. Tabela de número de referências e citações por livro pesquisado	31
2. Charge de Peters (publicado originalmente no <i>Dayton Daily News</i> ©) na revista <i>Newsweek</i> ©, 12-09-1994	35
3. Mapa do jornal <i>The New York Times</i> ©, 21-07-1941	37
4. Mapa do jornal <i>The New York Times</i> ©, 11-02-1942	38
5. Mapa “U.S.A.F. & the World” de R. M. Chapin, Jr. na revista <i>Time</i> ©, 12-05-1952	43
6. Mapa “As atomic race is intensified – The strategic polar routes” no jornal <i>The New York Times</i> ©, 6-09-53	45
7. Mapa “A distribuição das frotas americanas” no jornal <i>O Globo</i> ©, 2-07-2008	47
8. Mapa da revista <i>Visão</i> ©, 28-11-1952	51
9. Mapa “An Alaskan view of cold war political geography” do <i>Geographical Review</i> ©, 1-2005 (Cartography by Robert A. Getz, <i>U.S. Military Academy</i>)	53
10. Mapa “Átomo vs. Átomo” na revista <i>Visão</i> ©, 5-03-1954	54
11. Mapa “Possibilidades da aviação russa sem reabastecimento em vôo” da revista <i>O Cruzeiro</i> ©, 1-11-1952	57
12. Mapa “Giant Lance Flight Routes” do site [http://oldsite.nautilus.org/archives] ©	86
13. Mapa “Exercise Okean 1975” de V. Puglisi na revista <i>Time</i> ©, 5-05-1975	87
14. Mapa “ICBM trajectories” do <i>Journal of Peace Research</i> ©, 11-1990	89
15. Mapa “Atlantic Missile Range” do Programa Oficial do ‘Dia das Forças Armadas’, <i>Air Force Missile Test Center</i> , 20 e 21-05-1961	113
16. Mapa “Tracking Base” na revista <i>Time</i> ©, 31-12-1956	115
17. Mapa de R.M.C. na revista <i>Time</i> ©, 30-05-1960	116
18. Capas dos livros “ <i>Is this tomorrow? America under communism!</i> ” da <i>Catechetical Guild Educational Society</i> ©, 1947; e “ <i>Purgatory of the conquered</i> ” da <i>Greenwich Book Publishers</i> ©, 1956	129
19. Desenho de Ed Gunder, <i>Associated Press</i> © 1959	142
20. Charge de John Bull no jornal <i>The New York Times</i> ©, 8-08-1948	144
21. Charge de Low no jornal <i>The New York Times</i> ©, 27-10-1957	145
22. Ilustração de L. Boitard de 1749, da Biblioteca Real Britânica, Londres	148
23. Tabela “Nuclear weapon states, 1945-2006” publicada na revista <i>Bulletin of the Atomic Scientists</i> ©	290

Índice de abreviaturas e siglas

- ACAN = *Army Command and Administrative Network*, ou Rede Administrativa e de Comando do Exército.
- ACHRE = *Advisory Committee on Human Radiation Experiments*, ou Comitê Consultivo sobre Experimentos com Radiação em Humanos.
- AEC = *Atomic Energy Commission*, ou Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos.
- AFFTC = *Air Force Flight Test Center*, ou Centro de Testes da Força Aérea.
- AFMTC = *Air Force Missile Test Center*, ou Centro de Testes de Mísseis da Força Aérea.
- AM = amplitude modulada.
- AMR = *Atlantic Missile Range*, ou Área de Mísseis do Atlântico.
- AP = *Associated Press*.
- ARDC = *Air Research and Development Command*, ou Comando Aéreo de Pesquisa e Desenvolvimento.
- Bomba-A = bomba atômica, ou bomba de fissão.
- Bomba-C = bomba de cobalto, ou “bomba do fim do mundo”.
- Bomba-H = bomba de hidrogênio, ou bomba de fusão.
- CIA = *Central Intelligence Agency*, ou Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos.
- COCOM = *Coordinating Committee For Multilateral Export Control*, ou Comitê Coordenador para o Controle Multilateral de Exportação.
- CONELRAD = *Control of Electromagnetic Radiation*, ou Controle de Radiação Eletromagnética.
- EE.UU = Estados Unidos da América.
- FMTR = *Florida Missile Test Range*, ou Área de Teste de Mísseis da Flórida.
- FN = Fernando de Noronha.
- ICBM = *Intercontinental Ballistic Missile*, ou Míssil Balístico Intercontinental.
- IRBM = *Intermediate Range Ballistic Missile*, ou Míssil Balístico de Médio Alcance.
- JAEIC = *Joint Atomic Energy Intelligence Committee* ou Comitê de Inteligência Conjunto de Energia Atômica.
- JBUSDC = *Joint Brazil-US Defense Commission*, ou Comissão de Defesa Conjunta Brasil-Estados Unidos.
- JBUSMC = *Joint Brazilian-US Military Commission*, ou Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos.

- LORAN = *Long Range Navigation*, ou Navegação de Longa Distância.
- MATS = *Military Air Transport Service*, ou Serviço de Transporte Aéreo Militar.
- MIRV = *Multiple Individually-targetable Re-entry Vehicle*.
- MILS = *Missile Impact Location System*, ou Sistema de Localização de Impacto de Mísseis.
- M.I.T. = *Massachusetts Institute of Technology*.
- NARA = *National Archives*, ou Arquivo Nacional dos Estados Unidos, em Washington, DC.
- NASA = *National Aeronautics and Space Administration*, ou Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço.
- NATO = *North Atlantic Treat Organization*, ou Organização do Tratado do Atlântico Norte.
- NKVD = *Narodny Kommissariat Vnutrennikh Del*, ou Comissariado do Povo para Assuntos Internos.
- NSC = *National Security Council*, ou Conselho de Segurança Nacional.
- OVNI = Objeto voador não identificado.
- OTAN = NATO.
- P&D = pesquisa e desenvolvimento.
- RV = *Rentry vehicle*, ou veículo de reentrada.
- SAC = *Strategic Air Command*, ou Comando Aéreo Estratégico.
- SLBM = *Sea Launched Ballistic Missile*, ou Míssil Balístico Lançado do Mar.
- SRBM = *Short Range Ballistic Missile*, ou Míssil Balístico de Curto Alcance.
- TDY = *on temporary duty*.
- TIAR = Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, ou *Tratado do Rio*.
- TNT = explosivo trinitrotolueno.
- TU = *Tupolev*.
- UCLA = *University of California – Los Angeles*.
- UP = *United Press*.
- URSS = União das Republicas Socialistas Soviéticas.
- USAF = *United States Air Force*, ou Força Aérea dos Estados Unidos.
- USGS = *United States Geological Survey*.
- USIS = *United States Information Service*, ou Serviço de Informação dos Estados Unidos.
- USN = *United States Navy*, ou Marinha dos Estados Unidos.
- WADD = *Wright Air Development Division*.
- WSPO = *Weapon System Project Office*.

RESUMO

O período entre 1945 a 1960 representa um momento marcante na consolidação da então chamada “Guerra Fria”. Foi neste período que se consolidaram as armas atômicas – e posteriormente as termonucleares – como instrumentos a serem utilizados na “iminente” Terceira Guerra Mundial: neste processo, surgiram os subprodutos da “Guerra Fria”, como a “Era Atômica e dos Mísseis” e a “Corrida Espacial e Armamentista”, que reforçam e são reforçados por ela. *Por um lado*, as armas nucleares e seus vetores eram desenvolvidos, projetados, testados, aperfeiçoados e operacionalizados, o que significou aumento no poder destrutivo de tais armas e na capacidade dos vetores de “entregá-las” no alvo. *Por outro lado*, quanto mais isso era feito, mais claro ficava que as armas nucleares não poderiam ser utilizadas sem que isso significasse a destruição de todo o planeta, de capitalistas, de comunistas e todo o entremeio. A percepção desta capacidade não apenas diminuiu a temperatura da “Guerra Fria” entre o sistema bipolar, mas também mostrou a relativa inutilidade das armas nucleares. Assim, é o componente estratégico (técnico-militar) – as armas nucleares – que manteve “fria” a “Guerra Fria”, e é ele que empresta *sentido* ao conceito; e não o componente político-ideológico (capitalismo *versus* comunismo). O objetivo desta tese de doutorado é partir do conceito revisitado de “Guerra Fria” e então investigar o papel desempenhado por ele – e por seus subprodutos – no Brasil no período de 1945-60, e então entender como se processou a perda de importância estratégica do Brasil e de toda a América Latina no pós-guerra. Objetiva-se analisar também a utilidade de um dos mecanismos de internalização daquela perda – a “barganha atômica” – durante o pós-guerra pelos nacionalistas, comunistas, “entreguistas”, dentre outros; bem como a postura destes mesmos agentes históricos diante do renascimento estratégico brasileiro de fins da década de 1950, quando a ilha de Fernando de Noronha foi cedida para os Estados Unidos. A pesquisa revelou que os minérios atômicos não pareciam um bom instrumento de barganha no processo de reversão da perda estratégica. Revelou ainda que o melhor instrumento de barganha do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial – a ilha de Fernando de Noronha – foi desperdiçado e / ou subutilizado pelo governo brasileiro. A forte aderência ao componente ideológico criada pela historiografia no conceito de “Guerra Fria” – e ainda hoje observada – faz com que não se perceba que o *elemento crucial* dele são as armas atômicas e termonucleares (ou o “foco irradiador da ‘Guerra Fria’”).

Palavras-chave:

Relações políticas Brasil-Estados Unidos - “Guerra Fria” - Armas atômicas e termonucleares.

ABSTRACT

The period between 1945 and 1960 represents a major moment in the consolidation of the so-called the “Cold War”. It was in this period that the atomic weapons were consolidated – and thermonuclear weapons shortly after – as devices to be used in an “imminent” World War III: in this process, the byproducts of the “Cold War” emerged, such as the “Atomic and Missiles Age” and “Arms and Space Race”, which reinforce and are reinforced by it. *On one hand*, during this period nuclear weapons and their delivery systems were developed, tested, improved and became operational, increasing their destructive power and capacity to delivery them into target. *On the other hand*, the greater the production and development of nuclear weapons, the clearer it became that nuclear weapons could not be used in war without destroying the entire planet, capitalists, communists and whatever lied between. The perception of this destructive capacity not only diminished the temperature of the “Cold War” between the two major actors of the bipolar system, but also clearly revealed the relative usefulness of nuclear weapons. Therefore, it is the technical-military component (the nuclear weapons) that kept the “Cold War” “cold” and helped define the very basis of the concept itself rather than the ideological component (capitalism *versus* communism). The objective of this doctorate thesis is to move beyond the concept of the “Cold War” and investigate the role of the “Cold War” and its byproducts in Brazil during the period of 1945-60, and in doing so provide a greater understanding of how Brazil specifically and Latin America in general lost their strategic importance during the post-war period. It is also my objective to analyze the usefulness of one of the internalization mechanisms of that loss – the so-called “atomic bargain” – by nationalists, communists and *entreguistas*, as well as the posture of these same historical actors in the face of the Brazilian strategic renaissance at the end of the 1950s, when the island of Fernando de Noronha was loaned to the United States. The research reveals that the atomic ores were not a good bargaining instrument to reverse the loss of Brazil’s strategic importance. This study also reveals that Brazil’s best bargaining chip since World War II – the island of Fernando de Noronha – was either wasted or undervalued by the Brazilian government. The prominence of the “Cold War” ideological component in historiography – readily acknowledged today – obfuscates the underlying *crucial elements* which were the looming threat of atomic and thermonuclear weapons (or “the irradiating focus of the ‘Cold War’”).

Key-words:

Brazil - United States political relations – “Cold War” – Atomic and thermonuclear weapons.

SUMÁRIO

Índice de gráficos, tabelas, mapas e imagens	8
Índice de abreviaturas e siglas	9
Introdução	14
Primeiro Capítulo	28
“Poderemos ficar neutros? O Brasil na 3ª guerra mundial” “Guerra Fria” e Brasil: pólos opostos	
Segundo Capítulo	91
“A paz é a continuação da guerra por outros meios” O conceito de “Guerra Fria” revisitado: armas atômicas e termonucleares	
Terceiro Capítulo	159
“A roda que range recebe graxa” Fernando de Noronha e o renascimento estratégico	
Quarto Capítulo	224
“Brasil, berço da bomba-H” Minérios atômicos e barganha no pós-guerra	
Considerações Finais	287
Bibliografia	306
Fontes	332

INTRODUÇÃO

“O começo é uma zona perigosa do discurso: o princípio da palavra é um acto difícil; é a saída do silêncio.”

Roland Barthes¹

“Todo mundo sabe: é nos caminhos batidos que há mais trilhos. Do mesmo modo, *uma paisagem demasiado familiar*, muito freqüentemente percorrida, deixa escapar, a maior parte do tempo, aquilo que faz sua unicidade e sua veracidade, o essencial de sua estrutura e de sua ordenação. Por ter-se acostumado há muito longo tempo à sua demasiado imediata proximidade, o olhar parece ter deixado de encarregar-se do segundo plano sobre o qual ela se destaca, esse segundo plano onde se situam, contudo, *as linhas de força principais* em torno das quais ela se articula.” [grifo meu]

Raoul Girardet²

“A liberação da energia atômica mudou tudo, menos nossa maneira de pensar.”

Albert Einstein³



No dia 16 de outubro de 2012 completar-se-á cinquenta anos da saída *formal* de militares e civis norte-americanos da ilha de Fernando de Noronha. Desde início de 1957, a ilha foi cedida aos norte-americanos para que lá fosse instalada uma base de rastreamento de mísseis e foguetes teleguiados. Os antecedentes do Acordo de Cessão são relativamente pouco explorados na historiografia brasileira: há referências pontuais a ele como exemplo de um momento em que ânimos de nacionalistas, “entreguistas”, comunistas, ultranacionalistas, dentre outros, foram inflamados.

Quando observado *en passant*, o Acordo parece assemelhar-se a tantos outros assinados com o Brasil – bem como com outros países da América Latina – na área militar, técnica, atômica, econômica e científica. Porém, se observado mais de perto – e estabelecidas abordagens mais apropriadas – o Acordo pode nos revelar muito acerca do mundo no pós-

¹ BARTHES, Roland. *Escritores, intelectuais, professores e outros ensaios*. Lisboa: Presença, 1975. Citado por: JOAQUIM, Teresa. *Dar à luz: ensaios sobre as práticas e crenças da gravidez, parto e pós-parto em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983.

² GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.141.

³ Citado por: HAWKES, Nigel, LEAN, Geoffrey, LEIGH, David, MCKIE, Robin, PRINGLE, Peter e WILSON, Andrew. *Chernobyl: o fim do sonho nuclear*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p.14.

guerra, na assim chamada “Guerra Fria”. E, mais ainda, se devidamente questionado, o Acordo pode levar-nos a uma dimensão muito maior do “conflito” ideológico, técnico, científico e militar entre os Estados Unidos e a União Soviética e que dominou o mundo depois da Segunda Guerra Mundial. E, complementarmente, o Acordo colocou o Brasil e o Nordeste brasileiro mais uma vez como uma área estratégica importante para a segurança dos Estados Unidos e de todo o hemisfério ocidental – ou, como preferiam, o “Mundo Livre”. A última vez em que o Brasil gozou de tal privilégio foi durante a Segunda Guerra Mundial, visto que foram estabelecidas várias bases aeronavais nas regiões Nordeste e Norte, sendo a base aeronaval de Natal, no estado do Rio Grande do Norte, a mais importante.

O que busco fazer aqui é olhar para as relações entre o Brasil e os Estados Unidos no pós-guerra até fins da década de 1950 e nesse olhar gostaria de utilizar uma lente nova: uma que me habilitasse a mostrar *não* a ideologia nitidamente demarcada e bipolarizada durante a “Guerra Fria”, mas os aspectos estratégicos (militares, tecnológicos e técnicos) que emprestaram o adjetivo “fria” a “guerra” que (não) ocorreu nas décadas subseqüentes. Feito isso, começam a brotar percepções distintas das até então feitas para o período e que focavam *exclusivamente e monoliticamente* no componente ideológico. Assim, gostaria de inquirir as fontes sobre minhas inquietações no que diz respeito às relações políticas, militares, econômicas e diplomáticas entre o Brasil e os Estados Unidos, e deste modo encontrar explicações para a súbita modificação estratégica que o Brasil experimentou no imediato pós-guerra e na década seguinte. Segundo Reinhart Kosseleck:

“O conhecimento histórico é sempre mais do que aquilo que se encontra nas fontes. Uma fonte pode existir previamente ao início da investigação ou ser descoberta por ela. Mas ela também pode não existir mais. Assim, *o historiador vê-se na necessidade de arriscar proposições*. Mas o que impede o historiador de se assegurar da história do presente ou do passado por meio, unicamente, da interpretação de fontes não é apenas sua escassez (ou, no caso da história moderna, o excesso de oferta). Toda fonte ou, mais precisamente, todo vestígio que se transforma em fonte por meio de nossas interrogações nos remete a uma história que é sempre algo mais ou algo menos que o próprio vestígio, e sempre algo diferente dele. Uma história nunca é idêntica à fonte que dela dá testemunho. Se assim fosse, toda fonte que jorra cristalina seria já a própria história que se busca conhecer.”⁴ [grifo meu]



⁴ KOSSELECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto / PUC Rio, 2006, p.186.

No *Primeiro Capítulo* procurei identificar que houve uma perda de importância estratégica do Brasil face aos Estados Unidos no pós-guerra. Inicialmente mostro que há uma ausência do Brasil e da América Latina na historiografia da “Guerra Fria”, e que as menções feitas ao continente latino-americano se dão mais pela “Crise dos Mísseis” do que por qualquer outro acontecimento: na verdade, o Brasil e a América Latina se localizam, naquela conjuntura específica, na periferia do sistema bipolar. Mas em um mundo no qual aviões militares a jato, foguetes e mísseis teleguiados cortavam os céus – na chamada “Era dos Mísseis” e “Era dos Jatos” –, como poderia o continente inteiro ser marginalizado estrategicamente? Curiosamente, a explicação residirá exatamente naquela dimensão tecnológica, adicionada a ela um componente que corrobora ainda mais para o isolamento: as armas atômicas e termonucleares.⁵ Porém, o Brasil e a América Latina gozaram de significativa importância estratégica na Segunda Guerra Mundial, notadamente o Nordeste brasileiro. O mundo pós-guerra, suas armas, a nova configuração dos “inimigos” e a sua localização geográfica, fizeram com que as áreas de importância estratégica se deslocassem na direção do hemisfério Norte, mas precisamente para as regiões circunvizinhas à União Soviética e, em seguida, para o Pólo Norte.⁶ Aproximar-se mais e mais da União Soviética passou a ser uma obsessão dos estrategistas militares norte-americanos. Montou-se toda uma estrutura de defesa e ataque (OTAN) – e desmontaram-se outras (a Quarta Frota do Atlântico Sul) – de modo que a ameaça infringida aos comunistas fosse potencializada, fazendo com que o teatro⁷ operacional da “Guerra Fria” se deslocasse e se afastasse cada vez mais do Brasil e da América Latina. Teimosamente, o Brasil buscava se inserir na nova geopolítica,⁸ e

⁵ A distinção que faço entre *armas atômicas* e *armas termonucleares* reside na significativa diferença existente entre um e outro conjunto de armas. Enquanto as primeiras se referem as bombas de fissão (ou bombas-A), as termonucleares se referem as bombas de fusão (ou de hidrogênio, bombas-H). Estas últimas são centenas ou mesmo milhares de vezes mais poderosas que as primeiras. Na verdade, as atômicas são utilizadas como “espoletas” das segundas. Adotei a tácita convenção de nominá-las todas de *armas nucleares*, mas não abri mão de separar as atômicas das termonucleares dado o significativo salto tecnológico representado e pelo impacto causado na “Era Atômica” por estas últimas. Cronologicamente, no entanto, somente faz sentido se falar em *armas termonucleares* a partir da década de 1950, e sempre utilizarei o termo *armas atômicas* quando me referir a esse conjunto particular de armas entre o período de 1945-50.

⁶ LACKENBAUER, P. Whitney e FARISH, Matthew. *The Cold War on Canadian soil: militarizing a Northern environment*. In: *Environmental History*, número 12, outubro de 2007, p.920-950.

⁷ “A large geographic area in which military operations are coordinated.” Conforme: *The American Heritage Dictionary*. Boston: Houghton Mifflin Co., 1991, p.1259.

⁸ Não farei em nenhuma parte desta tese um apanhado dos estudos geopolíticos do pós-guerra, uma vez que este exercício apenas me afastaria do meu objeto de estudo. Se o fizesse, discorreria sobre a chamada 3ª fase da “evolução do pensamento geopolítico brasileiro”: “a 3ª fase vai desenrolar-se paralelamente ao surgimento da Escola Superior de Guerra, refletindo os ensaios publicados (essencialmente de caráter doutrinário) o clima da Guerra Fria então próprio do Sistema Internacional. Merecem aqui especial destaque as obras de Golbery do Couto e Silva, João Batista de Magalhães, Waldyr Godolphim, Octávio Tosta e Aurélio Lyra Tavares.” Conforme: FREITAS, Jorge Manuel Costa. *A escola geopolítica brasileira*. Rio de Janeiro, s/d. (Separata da

assim demandava material bélico, empréstimos e *atenção* em um momento em que tudo isso teria que ser deslocado para áreas mais prioritárias: o entorno da União Soviética. Internamente, foram criadas ameaças que não existiam – como um ataque de bombardeiros soviéticos ao Rio de Janeiro, por exemplo – e a *suposta* importância estratégica que o Brasil dispunha foi sendo apropriada pelas mais diversas correntes políticas, de modo a dar sentido às suas elocuições e a bravata de seus discursos inflamados.

No Segundo Capítulo tentei levantar o principal agente responsável pelo esvaziamento estratégico do Brasil e da América Latina constatado no Capítulo anterior, pois os indícios mostraram que há sim um afastamento estratégico-operacional dos Estados Unidos com relação a todo o continente latino-americano. Na Segunda Guerra Mundial pareceu claro que as atividades operacionais realizadas no Nordeste brasileiro foram fundamentais na estratégia do abastecimento logístico do *front* de batalha, bem como na rota de suprimento de matéria-prima estratégica. Mas o que então corroborou para aquele afastamento? Como já salientei, urgia aproximar-se da União Soviética, mas o que tornava isso tão prioritário? O pós-guerra foi marcado pelo desenvolvimento da mais terrível arma de destruição em massa⁹ já criada: a bomba atômica e, depois, a termonuclear. Ter a capacidade de efetivar essa ameaça exigia o desenvolvimento de um meio de “entrega” das armas (ou vetor); assim como proximidade do alvo, de modo a reduzir o tempo de “entrega”. O Brasil e toda a América Latina, definitivamente, não se encontravam geograficamente e, conseqüentemente, estrategicamente em condições de imprimir efetividade àquela ameaça. Um esforço titânico foi iniciado no imediato pós-guerra no aperfeiçoamento de armas atômicas e termonucleares; e elas modificariam todos os manuais de guerra até então produzidos: uma revisão de todas as estratégias – teóricas e práticas – precisou ser operada. Mas por que motivo isso não nos parece tão visível? Um dos motivos é que o conceito de “Guerra Fria” encontra-se excessivamente preso aos componentes políticos e ideológicos, como se pudesse ser resumido a um confronto entre capitalistas *versus* comunistas. Não há dúvida que o foi, mas isso ocorreu sob a mediação de sujeitos históricos armados com a arma mais destrutiva de todas: cidades inteiras seriam destruídas em segundos, e o poder bélico (em TNT) de *todas* as guerras travadas na história podia ser concentrado em *umas poucas* armas termonucleares.

Revista de Estudos Políticos e Sociais do ano de 1997/98/99). *Grosso modo*, os estudos geopolíticos do pós-guerra reforçam e são reforçados pelo discurso nacionalista: a análise que aqui faço aponta na direção oposta. Ver também: MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas: Papirus, 1995.

⁹ *Grosso modo*, as armas nucleares, químicas e bacteriológicas são aceitas como “armas de destruição em massa”: há inúmeras definições para o termo. Ver: CARUS, W. Seth. *Defining ‘weapons of mass destruction’*. Washington: National Defense University Press, fevereiro de 2006. (*Center for the Study of Weapons of Mass Destruction*, Occasional Paper 4).

Pela primeira vez na história o ser humano adquiriu a capacidade de autodestruição, e isso trouxe conseqüências no campo filosófico, sociológico, histórico, dentre outros. Desse modo, opero um novo olhar a ser lançado sobre o conceito de “Guerra Fria”, e que porá as armas atômicas e termonucleares – bem como o medo, o receio e sua impossibilidade de uso – como componente explicativo mais importante do conceito: isso ajudará a entender o esvaziamento estratégico do Brasil e da América Latina. Elas – as armas atômicas e termonucleares –, longe de ser apenas um “lubrificante” espalhado nos mecanismos de toda a “máquina” da “Guerra Fria”, são, na verdade, um elemento vital daquele mecanismo, aquele que imprime sentido ao medo e a angústia, aos orçamentos bilionários de defesa e ao temor seja do comunismo ou do capitalismo.

No *Terceiro Capítulo* mostrei que o estabelecimento de bases aéreas no Nordeste brasileiro – especificamente a de Natal, no Rio Grande do Norte – marcou um momento de intenso interesse estratégico dos Estados Unidos pelo Brasil. Na verdade, naquela ocasião, não havia alternativas seguras ao abastecimento do teatro europeu que não passassem pelo Nordeste brasileiro: o elevado nível de interesse pode ser constatado pela disposição dos militares norte-americanos em invadir aquela região – inclusive com plano operacional já definido – caso as negociações com o governo brasileiro fracassassem. Findo o conflito mundial e deslocado o eixo da “Guerra Fria” para longe do Nordeste brasileiro, o Brasil experimentou um vácuo de relevo estratégico no imediato pós-guerra. No fim da década de 1950, exatamente por conta da pesquisa e desenvolvimento¹⁰ (P&D) da “arma suprema”¹¹ da “Guerra Fria” – o ICBM (ou Míssil Balístico Intercontinental) –, a geografia pareceu interpor, mais uma vez, o território brasileiro no caminho dos interesses norte-americanos. Agora as atenções se voltam para a pequena ilha de Fernando de Noronha, na qual uma estação de

¹⁰ “Setor da organização empresarial com a função de realizar pesquisas básicas (científicas) e aplicadas além de desenvolver protótipos e processos, visando particularmente a sua aplicação comercial.” Conforme verbete “Pesquisa e desenvolvimento”. Conforme: SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1989, p.232. As atuais aplicações comerciais da pesquisa executada no campo militar são amplamente conhecidas. Como exemplo, ver: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 10 de julho de 1960, p.F1, “Space Age developing new science of ceramics” “Ceramics finding many new uses” e jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 10 de julho de 1960, p.M8, “Nose cones for rockets, new pots for the cook.”

¹¹ ICBM e “arma suprema” (*ultimate weapon*) eram palavras novas em 1957. Inicialmente conhecido pela sigla IBM (*Intercontinental Ballistic Missile*), posteriormente foi modificado para ICBM para não confundir com a IBM (*International Business Machines Corporation*). “The I.B.M., married to a hydrogen warhead, is the true ultimate weapon.” “The ICBM – the intercontinental ballistic weapon – has become, even before its first test flight, part of the language of power politics.” “*The first test of the international ballistic missile, or ICBM, will be comparable in significance to the first test of the atomic bomb.*” [grifo meu] “A deadly, *unseen race* is going on, in fact, to produce the first workable models of the true ultimate weapon-the intercontinental guided missile with atomic or hydrogen warhead.” [grifo meu] “Military men call the ballistic missile the ‘ultimate weapon’ because *there is, at present, no known defense against it.*” [grifo meu] “The ICBM is called the ultimate weapon simply because *it cannot be intercepted by any means now known.*” [grifo meu] Conforme: RUSSELL, I. Willis. *Among the new words*. In: *American Speech*, volume 32, número 2 (maio de 1957), p.136-139.

rastreio de mísseis e foguetes teleguiados precisou ser construída para que pudesse dar prosseguimento, com êxito, ao programa do ICBM. Afeito a política de barganha, o Brasil procurou tirar proveito do interesse norte-americano pela ilha, exigindo empréstimos, melhorias na infra-estrutura e material bélico: no geral, o Brasil obteve o que queria, mas os Estados Unidos utilizaram de ardis para conter o apetite do governo brasileiro, sendo este barganhado na medida em que barganhava.¹² Em comum a Natal e a Fernando de Noronha está o aspecto geográfico e estratégico: o Nordeste brasileiro possui uma saliência que o deixa próximo da costa da África – útil na Segunda Guerra – e na rota dos mísseis e foguetes teleguiados lançados do Cabo Canaveral – útil no rastreio dos mísseis do programa ICBM. Fernando de Noronha representou o *único* momento em que o Brasil teve alguma importância estratégica *de facto* para os Estados Unidos na “Guerra Fria”, assim como Cuba só foi importante estrategicamente para os Estados Unidos quando mísseis IRBM (ou Míssil Balístico de Alcance Intermediário) foram enviados para lá pela União Soviética: o selo da importância estratégica na “Guerra Fria” é dado pelas armas atômicas e termonucleares – pela sua posse, pela sua propriedade, pela sua disposição ou pelo seu desenvolvimento –, e não pela ideologia política. Uma ilha apinhada de comunistas a 50 km dos Estados Unidos só representou uma ameaça *concreta* quando mísseis atômicos foram enviados para lá.

No *Quarto Capítulo* explorei o interregno entre Natal e Fernando de Noronha, ou seja, entre os dois pólos de importância estratégica *de facto* que o Brasil alcançou entre 1945 a 1960. No imediato pós-guerra, o Brasil mergulhou em profundo sono estratégico: preocupado com a reconstrução econômica da Europa, com o Oriente Médio e a Ásia, com o desenvolvimento da bomba atômica e de hidrogênio – e de seus vetores –, e com o estabelecimento de bases aéreas que cercassem a União Soviética, os Estados Unidos viraram as costas para o Brasil e para a América Latina. O interesse norte-americano, no entanto, continuava no que se referia ao abastecimento de minérios e matérias-primas estratégicas, como ocorria até mesmo antes da Segunda Guerra Mundial. A “paz”, de certo modo, reinava na América Latina e especificamente no caso brasileiro, em nenhum momento, a aliança com os Estados Unidos foi ameaçada. No começo da década de 1950, quando o abandono norte-americano ficou mais visível, o Brasil começou a querer “chamar a atenção” para si: um dos

¹² Afinal, “a relação hegemônica entre centro e periferia no sistema internacional não se apresenta como um jogo de imposições e aceitação obediente. Potência e países periféricos se fazem mutuamente demandas, têm percepções de sua própria posição e da posição do outro, fazem-se concessões, acatam convênios, compartilham valores e assim por diante. Por mais assimétrico que seja esse processo de troca, sempre haverá ganhos reais – e fictícios – de parte a parte. Daí que o pleno conhecimento dessa relação depende de um exame histórico das circunstâncias que presidem o processo de decisões, que precisam ser cuidadosamente acompanhadas e analisadas.” Conforme: MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: FGV, 1991, p. 21-22.

mecanismos foi o da política de barganha – já historicamente operada pelo Brasil – e um dos *instrumentos* foram os minérios atômicos – o combustível de uma novidade chamada “Era Atômica”. Ocorre que, no processo de barganha, se faz necessário a posse de algo *desejado* e que seja *exclusivo* ou *insubstituível*, e que possa assim ser colocado na mesa de negociações: Natal e Fernando de Noronha apresentavam essas características. Vários setores se mobilizaram quando os minérios atômicos foram postos à mesa, seja para protegê-los da cobiça “imperialista” ou para “entregá-los” aos norte americanos. Seja qual for a orientação ideológica ou o que intentavam fazer com eles, o ponto que busco salientar aqui é que os minérios atômicos *nunca pareceram* – ao longo do período que investigo – um bom instrumento no mecanismo da política de barganha, pois não eram exclusivos, insubstituíveis e, em alguns momentos, até mesmo desejados pelos norte-americanos. O Brasil e toda a América Latina nunca foram, *em nenhum momento*, fornecedores importantes de minérios atômicos para os Estados Unidos: o programa atômico norte-americano foi alimentado com minérios atômicos obtidos algures. A exceção aqui pode ser feita as areias monazíticas (e o tório e as terras-raras), em que o Brasil – bem como a Índia – foi um grande fornecedor. Contudo, os Estados Unidos souberam habilmente jogar com a disponibilidade delas em outros locais do mundo; e com a “sorte” – foram encontradas reservas dentro dos Estados Unidos. Em resumo: na Segunda Guerra e na “Guerra Fria”, as únicas moedas de troca que tinham verdadeiramente algum valor intrínseco para os Estados Unidos e que serviram *efetivamente* no processo de barganha e de soerguimento *estratégico* do Brasil foram Natal e Fernando de Noronha.



Gostaria de chamar a atenção do leitor para o olhar diferenciado que busco lançar sobre o conceito de “Guerra Fria”: estabeleci nesta pesquisa uma série de pressupostos que serão confrontados com as fontes que obtive, e olharei para elas com esta lente nova sobre o conceito. Busquei, propositadamente, afastar-me das apropriações do conceito que o concebem como uma disputa ideológica entre capitalismo *versus* comunismo (a “paisagem demasiado familiar”) exatamente para que pudesse perceber os outros tons e matizes do conceito (“as linhas de força principais”). E operar uma abordagem diferenciada no olhar lançado sobre o conceito de “Guerra Fria” permitiu-me tratar de assuntos não muito comuns

da história recente do Brasil: estação de rastreamento de Mísseis Balísticos Intercontinentais em Fernando de Noronha, estações LORAN/ACAN no Nordeste brasileiro, operações secretas do *Dyna-Soar* em Fortaleza, dentre outros. Abordar as relações entre o Brasil e os Estados Unidos durante o século XX parece sempre nos remeter a política da “Boa Vizinhança”, a Segunda Guerra Mundial e ao golpe civil-militar de 1964: a abordagem que adotei nesta pesquisa permitiu assim descortinar todo um universo de temas relativamente ausentes na historiografia: e especificamente para o período que vai do fim da Segunda Guerra até as vésperas do golpe, parece haver uma *área de sombra* nas relações entre os dois países.

Vale salientar, mais uma vez, que a todo o momento o Nordeste brasileiro pareceu ser o *locus* mais “quente” da “Guerra Fria” no Brasil: a mesma historiografia que pôs Cuba no debate sobre a “Guerra Fria” – por conta da “Crise dos Mísseis” – deveria pôr Fernando de Noronha¹³ também no centro do debate por conta de sua contribuição na pesquisa e desenvolvimento do ICBM. Há aqui uma série de motivos para que isso não tenha ocorrido, e uma delas é que a participação das autoridades civis e militares brasileiras no que acontecia na ilha foi – em muitos casos – meramente ilustrativa, passiva e contemplativa. Outro fator é a questão ideológica que se adere ao conceito: em Cuba a bipolaridade encontrava eco, enquanto no Brasil, o alinhamento com os Estados Unidos afastou essa ressonância do conceito. Assim, se Fernando de Noronha – por alguma contingência histórica – tivesse sido importante para a pesquisa e desenvolvimento do ICBM *da União Soviética*, e não o dos Estados Unidos, a ilha apareceria na historiografia da “Guerra Fria” do mesmo modo que Cuba aparece atualmente. De todo modo, gostaria de contribuir com esta pesquisa para que se perceba o importante papel desempenhado pela ilha – naquele momento – no desenvolvimento e operacionalização da “arma suprema” da “Guerra Fria”.

A escolha do recorte (1945-60) se deve a um conjunto bem definido de fatores. *Primeiro*, o ano de 1945 e o imediato pós-guerra marcaram um período crucial na mudança estratégica advinda das armas atômicas. Estas mudanças, como mostrarei, puseram o Brasil e América Latina em um nível inferior de importância estratégica quando comparado ao da Segunda Guerra Mundial. *Segundo*, gostaria de salientar que a operacionalização do ICBM em fins da década de 1950 marcou o início do fim da importância estratégica temporária adquirida pelo Brasil: com o ICBM já desenvolvido, diminuiu significativamente a

¹³ E a ilha britânica de Ascensão – localizada no Atlântico Sul –, onde foi construída na mesma época uma estação de rastreamento de mísseis teleguiados *igualmente importante* para o programa ICBM norte-americano. Na verdade, a exemplo de Fernando de Noronha, a importância da ilha se manteria na década seguinte. Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 7 de janeiro de 1968, “An Atlantic link: Ascension island.” “It grows in importance as communications center.”

necessidade por Fernando de Noronha; não que ela não tenha mais existido, mas ela se transformou em algo diferente na década seguinte (como mostrarei no Terceiro Capítulo). Como avaliou o historiador Stanley Hilton, ocorreu o “fim das relações especiais.”¹⁴ Assim, há um momento em que o Brasil perde a importância estratégica – meados da década de 1940 – e outro em que o readquire – fins da década de 1950: o entremeio é analisado como um momento em que o Brasil “joga” a seu modo – com os minérios atômicos – para “chamar a atenção” e assim se inserir novamente, *sem sucesso*, na conjuntura internacional.

As diversas “etapas” percorridas pelo Brasil no período analisado guardam semelhança com as cinco fases ou etapas a que estamos sujeitos – segundo a psiquiatra suíça Elisabeth Kübler-Ross¹⁵ – ao enfrentar a realidade da dor, da perda ou da morte iminente: negação e isolamento (*denial and isolation*), raiva (*anger*), negociação (*bargaining*), depressão (*depression*) e aceitação (*acceptance*). Como mostrarei adiante, a “morte estratégica” do Brasil do pós-guerra apresentou momentos de “fúria”, de exasperação, de barganha, de miopia e, ao final, uma resignação de quem queria apenas um pouco de “amor” e atenção: Fernando de Noronha foi o último sopro de esperança estratégica dado ao paciente em estado grave. Lembro ainda que a constatação de que algo mudou nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos no pós-guerra não é uma novidade desta tese, uma vez que alguns autores constataam o “fim”, porém *não* pormenorizam ou detalham as razões que levaram àquela modificação. Deste modo, o ineditismo aqui reside na explicação dada ao “fim da relação especial”, a abordagem adotada, a revisão do conceito de “Guerra Fria” e ao processo analítico para se chegar às conclusões que apresentarei ao final.



Apesar de cumprir um papel importante, o Nordeste brasileiro *não* se beneficiou da efêmera modificação no padrão estratégico. Houve sim a preocupação de barganhar algo com o Acordo de Cessão, mas estas se resumiram a trazer o máximo de recursos financeiros e militares que encontraram caminho para a Capital Federal (e para a construção da Nova Capital) e para rearmar o 5º Comando (Comando do Sul e Sudeste): a região Nordeste,

¹⁴ HILTON, Stanley E. *The United States, Brazil, and the Cold War, 1945-1960: end of the special relationship*. In: *The Journal of American History*, volume 68, número 3, (dezembro de 1981), p.599-624.

¹⁵ KÜBLER-ROSS, Elisabeth. *On death and dying*. Nova Iorque: Simon & Schuster Inc., 1997. Este livro foi primeiramente publicado em 1969.

detentora *de facto* de alguma importância estratégica no contexto da “Guerra Fria” foi relegada, mais uma vez, a um segundo plano. Preocupados com a construção e transferência para a Nova Capital, com o eterno pavor de uma invasão ou guerra com a Argentina e, na década seguinte, com o golpe civil-militar de 1964, o Nordeste – particularmente, naquele momento, Fernando de Noronha – foi deixado aos “cuidados” dos norte-americanos que a utilizaram para operações que, a época, surpreendentemente, nunca foram comunicadas as autoridades brasileiras e que hoje, estas mesmas autoridades nunca ouviram falar. Segundo Carlos Fico:

“O Ministro da Defesa brasileiro, consultado pelo autor, informou que nada sabe sobre a utilização de bases militares pelos Estados Unidos durante a ditadura militar. O comandante da Marinha disse que não possuía quaisquer registros históricos sobre o tema. Finalmente, o comandante da Aeronáutica garantiu que, ‘após dedicada pesquisa [...] não foi encontrada qualquer documentação que tratasse do assunto’, mas sugeriu a consulta a ‘antigos moradores’ de Fernando de Noronha, que ‘recordaram de atividades’ no período.”¹⁶

A falta de informações oficiais também existe para o período anterior ao golpe civil-militar de 1964 e que vai até meados da década de 1950, quando os Estados Unidos se aproximaram mais efetivamente do Brasil em busca de uma estação de rastreamento na ilha de Fernando de Noronha.

Se o historiador está aí para lembrar o que os outros esqueceram¹⁷ ou negligenciaram, gostaria de contribuir com esta pesquisa para lembrar as nossas autoridades militares que uma parte importante da história recente deste país – durante a “Guerra Fria” – se desenrolou a milhares de quilômetros do “centro de poder”, no Nordeste brasileiro. E se isto não pareceu importante para nós, os cedentes – seja por omissão ou desconhecimento –, certamente o foi para os que dela se beneficiaram. Infelizmente muitas pistas e indícios foram removidos ou apagados dos arquivos nos Estados Unidos. Mas mesmo no mais perfeito dos crimes, sempre algo é deixado para trás na “cena do crime”: memorandos, telegramas e ofícios do Departamento de Estado e de Defesa dos Estados Unidos comprovam que a ilha de Fernando

¹⁶ FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.259.

¹⁷ “Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio.” Conforme: HOBBSBAWN, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. (2ª. Edição) São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.13.

de Noronha – e todo o Nordeste brasileiro¹⁸ – foi o palco de um momento crucial da “Guerra Fria”.



Durante o ano em que pesquisei e estudei na UFF, tive a oportunidade de assistir a várias bancas de mestrado e doutorado que contaram com a participação da professora e pesquisadora Ângela de Castro Gomes. As observações, as críticas e as sugestões por ela proferidas durante as sabatinas, bem como os conselhos para que os concludentes da pós-graduação escrevessem pensando nos seus leitores, me chamaram, particularmente, a atenção. Por esse motivo, evitei aqui longas discussões contextuais que encheriam páginas e páginas e afastariam o leitor de uma leitura agradável: e esta também foi uma instrução que recebi do meu orientador, professor Jorge Ferreira. As discussões que aqui operei estão acessíveis ao leitor versado na política internacional e na tecnologia vigentes entre meados da década de 1940 e fins da década de 1950. Aquilo que assumi como dado o foi feito por acreditar tratar-se de fato ou episódio amplamente conhecido e divulgado, e dissecá-lo poderia aborrecê-lo. Esforcei-me o quanto pude para ir direto as questões relevantes, porém, se em algum momento achei que deveria me alongar em um determinado ponto, foi para que pudesse extrair o máximo das fontes, pois sei que trato nesta pesquisa de questões que, se não bem embasadas, podem deixar insatisfeito o leitor mais ávido. Por fim, chamo a atenção para que se debrucem sobre as notas de rodapé, uma vez que muitos silêncios e omissões por mim operados são nelas explicadas e explicitadas.

As fontes utilizadas para esta pesquisa foram coletadas durante o período em que estive no Rio de Janeiro, mais especificamente em Niterói: muitas delas foram levantadas na biblioteca da UFF, na Biblioteca Nacional e na Associação Brasileira de Imprensa – ABI. De volta a Fortaleza, pude complementar o meu levantamento de fontes com pesquisas realizadas na hemeroteca do Instituto do Ceará e na Biblioteca Pública Menezes Pimentel. Em fins de 2009, me foi concedida uma bolsa de estudos da FUNCAP/CE; e entre agosto e novembro de 2010 outra da CAPES, que me permitiu pesquisar no *National Archives and Records*

¹⁸ ROLIM, Tácito Thadeu Leite. “Um clarão rasgou os céus da cidade”: o Ceará como palco da Corrida Espacial em fins da década de 1950. In: OLIVEIRA, Almir Leal de, BARBOSA, Ivone Cordeiro e GADELHA, Georgina da Silva. (Organizadores). *Ceará: Ciência, Saúde e Tecnologia*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2007, p.115-136.

Administration II, nos Estados Unidos. Assim, a pesquisa para a tese de doutorado foi marcada por dois momentos bem claros e definidos, e os dois primeiros e os dois últimos Capítulos da tese refletem bem esses momentos. No primeiro e segundo Capítulos foram utilizadas muitas fontes bibliográficas (coletadas no Brasil, o que inclui a *Internet*¹⁹) – bem como jornais e revistas – e também diversas imagens: estas últimas foram imprescindíveis como suporte ao texto, reforçando-o para que pudesse ir além dele. No terceiro e quarto Capítulos foram utilizadas fontes obtidas durante minha pesquisa no *National Archives II*, em Washington, D.C: esta pesquisa ajudou-me bastante, uma vez que as respostas as minhas inquietações levantadas na parte final desta tese encontravam-se, todas ou em sua maioria, nos Estados Unidos.²⁰

E no diálogo com as fontes, muito me foi revelado. A máscara do nacionalismo exacerbado vigente no Brasil no período abordado só pode ser arrancada com informações obtidas naqueles arquivos e fontes. O nacionalismo foi também utilizado pelas mais diversas tendências políticas e com os mais diversos interesses, muitos deles apenas pessoais²¹ e partidários, atados a uma política que visava a consecução de objetivos imediatos, que atrasavam o desenvolvimento do país²² e a consolidação das instituições democráticas. Sei que é muito confortável olhar para o passado municiado de fontes não disponíveis à época²³ e operar algumas críticas sobre ele: o fiz para querer contribuir na ampliação da discussão sobre um tema tão presente na história recente desse país.

¹⁹ Pesquisas realizadas no JSTOR e no *site* de jornais que disponibilizam o seu acervo histórico – como o *The New York Times* – foram uma riquíssima fonte de material para minha pesquisa.

²⁰ Por uma série de motivos, uma pesquisa abrangente nos arquivos da diplomacia brasileira não foi realizada para esta pesquisa. Porém, alguns documentos consultados revelaram que *grosso modo* o discurso dos diplomatas brasileiros com relação a importância estratégica do Brasil no pós-guerra, a Fernando de Noronha, aos minérios atômicos etc., pareceu assemelhar-se àquele encontrado na grande imprensa e na historiografia de modo geral.

²¹ “As únicas notícias que se possuíam sobre as atividades desse órgão [a CNEN, Comissão de Energia Nuclear] eram telegramas sucintos provenientes do exterior dizendo que o Brasil assinava novos acordos internacionais. Ou, então, entrevistas em nossa imprensa nas quais se afirmava que devíamos estar orgulhosos, pois, de vez em quando, calha a algum diplomata nosso presidir a reuniões internacionais sobre energia atômica. (Alguns dos nossos diplomatas estão promovidos a categoria de conhecedores profundos e autoridades máximas em energia atômica em círculos administrativos do País...)” Conforme: LOPES, J. Leite. *Ciência e libertação*. (2ª edição) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.192.

²² “Ao mesmo tempo, em diversos momentos, a política nuclear cercada de uma retórica nacionalista e grandiloquente, foi utilizada como instrumento de legitimação de sucessivos governos” Conforme: MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *Ciência e estado: política científica no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979, p.92.

²³ “Historical inquiry thrives when new documents are uncovered which illuminate portions of the past previously obscured by the lack of texts, or when materials formerly overlooked become sources of historical knowledge. The data provided by such sources fuel new interpretations of historical episodes imperfectly understood from the common stock of historical raw material, and for the historian of science the creative exploration of new texts provides the thrill of discovery more commonly associated with the laboratory than the library.” Conforme: SEIDEL, Robert W. *Clio and the complex: recent historiography of science and National Security*. In: *Proceedings of the American Philosophical Society*, volume 134, número 4 (dezembro de 1990), p.420.

Em um dado momento, nesta pesquisa, dispus alguns episódios e eventos em ordem cronológica, e agi desta maneira para não correr o risco de, diluindo-os ao longo de minha narrativa, perder o eixo central de explicação e assim não deixar claro ao leitor o que gostaria de reforçar: a cronologia aqui foi importante, pois me ajudou a mapear as modificações que ocorreram nas relações entre Brasil e Estados Unidos de 1945-60, principalmente no que se refere aos subprodutos da “Guerra Fria”. Poderia afirmar ainda que muitas das problemáticas levantadas nesta pesquisa surgiram quando da pesquisa do mestrado. Pude perceber que as respostas encontradas para os questionamentos feitos no mestrado teimavam em me remeter a novas problemáticas. Assim, um episódio que no início esteve confinado a uma pequena cidade do Sertão Central cearense,²⁴ me remeteu o tempo todo a outros episódios, especialmente distribuídos, cronologicamente variados e tematicamente distintos. Percebi também que avançar no recorte não me traria respostas muitas satisfatórias: o avanço só me ajudaria na medida em que me distanciasse do conceito de “Guerra Fria” impregnado de questões ideológicas e partidárias. Deste modo, recuar até os primórdios da “Era Atômica” permitiu-me entender as mudanças cruciais que a tecnologia e a técnica vinham operando no mundo inteiro: apesar de que muito deste desenvolvimento ter se concentrado nos Estados Unidos, a sua magnitude induziu um alcance global às suas transformações.

Muitas questões novas brotaram desta pesquisa. O extenso levantamento de fontes que realizei nos quatro anos de doutorado – bem como aquele já feito durante o mestrado – foi o que me habilitou a trazer para esta tese o meu entendimento sobre o que aconteceu naquele momento de nossa história recente. Muitas foram as inquietações surgidas durante o processo de pesquisa e escrita, e procurei sempre ser muito cauteloso em minhas assertivas, alçando-as nas fontes que levantei. Reinhart Kosseleck nos lembrou que:

“Uma fonte não pode nos dizer nada daquilo que cabe a nós dizer. *No entanto, ela nos impede de fazer afirmações que não poderíamos fazer.* As fontes têm poder de veto. Elas nos proíbem de arriscar ou de admitir interpretações as quais, sob a perspectiva da investigação de fontes, podem ser consideradas simplesmente falsas ou inadmissíveis. Datas e cifras erradas, falsas justificativas, análises de consciência equivocadas: tudo isso pode ser descoberto por meio da crítica de fontes. As fontes nos impedem de cometer erros, mas não nos revelam o que devemos dizer.”²⁵ [grifo meu]

²⁴ ROLIM, Tácito Thadeu Leite. *A Operação “Argus” (1958) e as controvérsias sobre a ocorrência de testes atômicos no Nordeste brasileiro*. In: Revista Tempo, janeiro / junho 2010, volume 14, número 28. Niterói: EdUFF, 2010, p.85-99.

²⁵ KOSSELECK, Reinhart, op. cit., p.188.

O mérito aqui reside em ter juntando o “quebra-cabeça” e “encaixado” informações – como disse certa vez Hobsbawm²⁶ –, e nessa união ter conseguido formar um quadro razoável²⁷ de entendimento do que balizou as relações entre o Brasil e os Estados Unidos no período de 1945 a 1960. Finalmente, gostaria de lembrar e enfatizar ao leitor que *não* busco tirar os sujeitos históricos da análise que faço da “Guerra Fria” e em seu lugar colocar as armas atômicas e termonucleares (ou como diria o historiador Edward P. Thompson,²⁸ “a Bomba”): o que busco ressaltar é que a “Guerra Fria” representou um momento peculiar da história da humanidade, em que pela primeira vez na história os sujeitos históricos – de posse da mais destrutiva arma concebida pelo intelecto humano – se viram diante da capacidade e da possibilidade concreta de se autodestruírem. Também *não* busco abandonar a história política ou relegá-la a um plano secundário: procuro nesta tese tratar *também* de relações políticas (diplomáticas, militares) entre o Brasil e os Estados Unidos, mas sem perder de vista – e mais uma vez gostaria de lembrar – que estas relações foram pautadas sob a sombra assustadora da mais terrível arma já criada. Assim, *não* procuro separar ciência de política,²⁹ tecnologia de ideologia: quero apenas afastar *temporariamente* um do outro para que possa melhor compreender o papel e o peso de cada um no entendimento do conceito de “Guerra Fria” e das relações Brasil - Estados Unidos.

Obviamente que esta pesquisa pode ser contestada por outro trabalho desta natureza e confrontada com outras problemáticas, de modo que outro quadro mais consistente de explicações surja daí. Esta, definitivamente, não é uma pesquisa hermética, esotérica; e como toda historiografia está sujeita a ação do tempo e da história.

²⁶ HOBBSAWN, Eric. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.224/25.

²⁷ Mas “não podem atribuir o inexplicável à ação de duendes, bruxas, visitantes extraterrestres, e pensar que dessa forma irão persuadir seus pares da veracidade de suas descobertas.” Conforme: GADDIS, John Lewis. *Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p.56.

²⁸ THOMPSON, Edward Palmer et al. *Exterminismo e guerra fria*. Tradução de: Denise Bottmann. São Paulo: Brasiliense: 1985.

²⁹ Há constantemente uma submissão ou determinação *mútua*. Por exemplo: na primeira metade da década de 1950 ventilou-se a *possibilidade* de, em determinado momento, se levar adiante uma atitude mais agressiva na guerra da Coreia, com a utilização de armas atômicas. Essa “vontade” política (e militar) somente veio à tona uma vez que já existiam condições concretas de fazê-lo possibilitadas pela ciência (vetores adequados – uma incipiente força atômica tática – e uma quantidade razoável de bombas atômicas).

PRIMEIRO CAPÍTULO

“Poderemos ficar neutros? O Brasil na 3ª guerra mundial”

“Guerra Fria” e Brasil: pólos opostos

“O fracasso norte-americano em obter um assento no Conselho de Segurança [da ONU] para o seu fiel aliado e a depreciação geral em Washington do prestígio brasileiro só encontravam paralelo nos esforços econômicos e militares de manter o Brasil subserviente. [Cordell] Hull argumentou que ele e Roosevelt haviam defendido um lugar para o Brasil e proposto isso em Dumbarton Oaks, mas ‘tanto os ingleses quanto os russos enfaticamente se opuseram a nossa opinião’. Se isso foi realmente o que aconteceu, os Estados Unidos deviam ao Brasil uma explicação franca, que nunca foi dada. Washington permitiu que o governo brasileiro continuasse na expectativa de que seus esforços seriam recompensados [...] Constantemente, a imprensa brasileira enfatizava que a FEB, as bases aéreas e navais, os materiais estratégicos e os esforços diplomáticos do Brasil haviam lhe conquistado um lugar importante na conferência de paz, na organização mundial, e entre as potências. Ao invés de grandeza, sua recompensa foi a subserviência.”

Frank D. McCann Jr.³⁰



Em 1960, foi publicado o livro do historiador comunista pernambucano Leôncio Basbaum intitulado “Caminhos brasileiros do desenvolvimento”, da Editora Fulgor.³¹ Nas páginas iniciais do seu livro, Basbaum afirmou que os norte-americanos realizaram uma explosão atômica nos céus do Nordeste brasileiro, sem precisar, no entanto, quando e onde ocorrera. Em setembro de 1962, na cidade do Rio de Janeiro, o sr. Hyder Correa Lima – higienista cearense – adquiriu o livro de Basbaum. Ao ler a passagem do livro sobre o teste atômico no Nordeste, o sr. Hyder escreveu ao lado da mesma: “Quixadá?” Décadas depois o sr. Hyder deixou este livro – assim como os outros de sua biblioteca particular – para o seu filho, o poeta cearense Carlos Emílio Correa Lima. Em um determinado momento no ano de

³⁰ McCANN, Jr., Frank D. *Aliança Brasil - Estados Unidos, 1937-1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995, p.358.

³¹ BASBAUM, Leôncio. *Caminhos brasileiros do desenvolvimento: análise e perspectiva da situação brasileira*. São Paulo: Fulgor, 1960.

1998, Carlos Emílio se deparou com o livro de Basbaum e observou, estupefado, a anotação feita pelo seu pai. Decidiu então escrever, no mesmo ano, um artigo para o jornal fortalezense *O Povo* onde se lê, no título: “Bomba atômica no Nordeste?”³² O artigo de Carlos Emílio é – para os que tiveram a oportunidade de lê-lo – como uma intimação clara e taxativa à pesquisa histórica: aceitei-a prontamente.

Dirigi-me, em um dado momento, a Biblioteca Pública Menezes Pimentel, localizada em Fortaleza – CE e resolvi investigar. Uma vez que Basbaum emitira em sua afirmação uma pista temporal – ele asseverou que o teste atômico fora realizado “ainda recentemente” –, resolvi procurar, *um a um*, todos os exemplares do jornal fortalezense *O Povo* entre os anos de 1956 e 1959, microfilmados na Biblioteca. Desde o princípio, essa história toda se assemelhava a um emaranhado de fios de novelos de lã de diversas cores. Se, *por um lado*, a pesquisa no jornal acrescentou novas cores e nuances aos fios já existentes, *por outro lado*, foi possível começar a puxá-los, de modo a viabilizar a distinção existente entre eles. O fio que explicava a assertiva de Basbaum foi rebobinado em um novo novelo. Outros fios, porém, apareceram, e com eles histórias outras que não procurava no início, mas que estavam intrinsecamente atadas à afirmação de Basbaum. Foi do conjunto destes novelos desemaranhados que urdi uma dissertação de mestrado.³³

Mas outros emaranhados já estavam feitos: se puxados cuidadosamente, poderiam me responder às perguntas que a todo instante teimavam em brotar deles. Como foi construída, ao longo do tempo, em livros, revistas e periódicos nacionais, a noção de que o Brasil, mais precisamente o Nordeste brasileiro, foi o palco de testes atômicos clandestinos, bem como o seria da Terceira Guerra Mundial? Percebi que ali, em minhas mãos, estava a resposta a esta pergunta: em um daqueles fios, se bem puxado, me conduziria a um entendimento desta problemática. Estava ciente de que o puxão no fio me conduziria a um tempo mais remoto daquele que investigava até então – fins da década de 1950 –, assim como de que outros elementos analíticos deveriam ser incluídos e incorporados em minha investigação.

Deveria, portanto, começar a conceber recortes temporais, geográficos, teóricos, temáticos etc., para que pudesse potencializar a minha ação sobre os novelos já existentes, bem como a busca por novos – ou seja, buscar mais fontes históricas. As perguntas que busco responder com minha atual pesquisa vão, então, se avolumando: com o fim da Segunda Guerra o Brasil perdeu o seu relativo papel de destaque estratégico assumido no conflito

³² Jornal *O Povo*, Fortaleza, 29 de novembro de 1998.

³³ ROLIM, Tácito Thadeu Leite. “*Giram os Sputniks nas Alturas, Ferve a Imaginação nas Planuras*”: a ciência e o bizarro no Ceará em fins da década de 1950. Fortaleza, 2006, 204 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará – UFC.

mundial, mas o que exatamente explica esta perda ou o fim do “relacionamento especial” com os Estados Unidos? Se o Brasil já não mais possuía a importância estratégica do período da Grande Guerra, o que explica o pulular de matérias de jornais e revistas nacionais – assim como material bibliográfico – que o apontam e o colocam no epicentro da próxima Guerra Mundial? Como foi experimentada e vivenciada, no Brasil, a “Guerra Fria” no período de 1945 a 1960?

A todo o momento, algo me parecia claro: a “Guerra Fria” serviria como pano de fundo de minhas inquietações. Precisaria entender este conceito e perceber como ele estava ligado ao Brasil para que pudesse, pelo menos, arranhar a superfície de minha problemática. Estaria a “Guerra Fria” e o Brasil ligados por algum fio comum? Resolvi então buscar em uma amostra de alguma bibliografia sobre o tema – “Guerra Fria” – elos que unissem um e outro. Busquei referências ao Brasil em 11 livros de diversos autores, datas e abordagens: o resultado foi desanimador. Havia nos livros sobre a “Guerra Fria” mais citações e referências a Cuba do que ao Brasil. Ocorriam várias citações relativas a América Latina, mas muitas destas eram feitas por conta da “Crise dos Mísseis”,³⁴ o que remetia mais uma vez a Cuba. Vejamos na tabela abaixo os números de referências e citações (a América Latina, a Cuba e ao Brasil) por livro pesquisado (numerados de I a XI³⁵).

³⁴ “The event referred to as the ‘Cuban missile crisis’ in the United States is called the ‘Caribbean crisis’ in the Soviet Union, and the ‘October crisis’ in Cuba; but in all three countries it is widely acknowledged to have been *the single most dangerous episode of the Cold War.*” [grifo meu] Conforme: ALLYN, Bruce J., BLIGHT, James G. e WELCH David A. *Essence of revision: Moscow, Havana, and the Cuban Missile Crisis.* In: *Revista International Security*, volume 14, número 3 (inverno de 1989-1990), p.136.

³⁵ Os livros pesquisados foram os seguintes: (I) DIVINE, Robert A. *Eisenhower and the Cold War*, Nova Iorque: Oxford University Press, 1981. (II) SPANIER., J. & HOOK, S. W. *American foreign policy since World War II.* Washington: CQ Press, 1995. (III) GADDIS, J. L. *The U.S. and the end of the Cold War: implications, reconsiderations and provocations.* Nova Iorque: Oxford University Press, 1992. (IV) GADDIS, J. L. *Strategies of containment: a critical appraisal of postwar American National Security policy.* Nova Iorque: Oxford University Press, 1982. (V) GADDIS, J. L. *The United States and the origins of the Cold War. 1941-47.* Nova Iorque: Columbia University Press, 1972. (VI) LEFFLER, M. P. *A preponderance of power: National Security, the Truman administration, and the Cold War.* Stanford: Stanford University Press, 1992. (VII) LaFEBER, Walter. *America, Russia, and the Cold War. 1945 – 1992.* Nova Iorque: McGraw – Hill, 1993. (VIII) GADDIS, J. L. *História da Guerra Fria.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. (XIX) DOCKRILL, Michael L. e HOPKINS, Michael F. *The Cold War, 1945-1991.* Londres: Palgrave Macmillan, 2006. (X) KNIGHT, Amy. *Como começou a Guerra Fria: o caso Igor Gouzenko e a caçada aos espões soviéticos.* Rio de Janeiro: Record, 2008. (XI) INGRAM, Kenneth. *History of the Cold War.* Londres: Darwen Finlayson Ltd., 1955.

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	XIX	X	XI	Total
A.Latina	0	17	4	6 ³⁶	2	0	19	0	6	0	0	54
Cuba	1	13	12	25	0	0	11	7	10	0	0	79
Brasil	0	2	0	1 ³⁷	0	0	4	0	0	0	0	7

Observei que o total de citações e referências ao Brasil é menos de 10% das de Cuba e de 5% do total de todas elas! Surpreendentemente, em um artigo que trata especificamente das “Relações entre Estados Unidos e América Latina durante a Guerra Fria e suas conseqüências,”³⁸ o autor escreve um capítulo inteiro sobre estas relações e não cita, *uma única vez*, o Brasil, apesar do “capítulo se concentrar nos momentos quando os Estados Unidos promoveu ou *orquestrou uma tentativa para derrubar governos latino-americanos.*”³⁹ [grifo meu] Como seria de se esperar, Cuba aparece logo nos primeiros parágrafos. Em outro livro, agora sobre as “Armas da Terceira Guerra Mundial,”⁴⁰ o Brasil sequer é citado: Cuba, porém, e sua “Crise dos Mísseis”, merece três citações. E mesmo em alguma bibliografia sobre história dos Estados Unidos, como em “Uma reavaliação da história dos Estados Unidos”⁴¹ ou em “Uma história do povo dos Estados Unidos,”⁴² por exemplo, o Brasil não é citado – em ambos os livros – uma vez sequer, apesar de Cuba merecer uma dezena de citações em um e outro livro.

Ora, se a maior nação da América Latina – em termos geográficos, ou de influência política, militar e econômica – não aparece uma vez sequer na discussão do artigo “Relações entre...”, por exemplo, é porque fatores outros – e não econômicos, políticos, ideológicos, nele discutidos – são determinantes no entendimento das relações do continente inteiro com os Estados Unidos durante a “Guerra Fria”. E se os componentes estratégicos (militares e técnicos) puseram Cuba no centro das discussões da “Guerra Fria” e América Latina, é para estes componentes que devo concentrar esforços e atenção para entender porque o Brasil – e

³⁶ Sendo que uma delas refere-se a uma nota de rodapé.

³⁷ Refere-se a uma nota de rodapé.

³⁸ DOMÍNGUEZ, Jorge I. *U.S-Latin American relations during the Cold War and its aftermath*. In: BULMER-THOMAS, Victor e DUNKERLEY, James. *The United States and Latin America: the new agenda*. Londres: Institute of Latin American Studies – University of London, 1999, p.33-50.

³⁹ “[...] this chapter concentrates on those instances when the Unites States promoted or orchestrated an attempt to overthrow a Latin American government.” Conforme: DOMÍNGUEZ, Jorge I., In: BULMER-THOMAS, Victor e DUNKERLEY, James, op. cit., p.33.

⁴⁰ KOENIG, William J. *Weapons of world war III*. (4ª edição). Londres: Crescent, 1982.

⁴¹ SELLERS, Charles, MAY, Henry e MCMILLEN, Neil R. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos: de colônia a potência imperial*. Tradução de: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

⁴² ZINN, Howard. *A people’s history of the Unites States: 1492 - present*. Nova Iorque: Perennial, 2003.

os outros países da América Latina como um todo – não ocupa posição de destaque naquelas discussões. Dito de outra forma: se a existência de um conjunto específico de fatores explica a centralidade de Cuba, a ausência deste mesmo conjunto de fatores pode explicar a descentralidade do Brasil e, quiçá, de toda a América Latina. E no caminho para entendê-la será necessário, portanto, lançar um olhar e abordagem diferenciados sobre o conceito de “Guerra Fria”, o que será feito no próximo Capítulo.

Mas que risco se corre quando não se utiliza uma abordagem diferenciada para entender a “Guerra Fria” na América Latina? O historiador Jorge I. Domínguez lançou alguma luz sobre esse problema.

“A Guerra Fria teve importância para as relações entre os Estados Unidos e a América Latina? Em muitos aspectos, a resposta é não. Os Estados Unidos tinham enfrentado competição nas Américas por influência militar, política e econômica de potências extracontinentais antes da Guerra Fria, exatamente como ocorreu durante a Guerra Fria. Os Estados Unidos tinham perseguido – antes, durante e depois da Guerra Fria – objetivos ideológicos em sua política com relação a América Latina. E o padrão de defesa dos Estados Unidos de seus interesses econômicos na América Latina não foi apreciavelmente diferente durante a Guerra Fria do que nos períodos anteriores. *A partir destas perspectivas singulares, é difícil sustentar que a Guerra Fria foi um período significativamente distinto nas relações entre os Estados Unidos e a América Latina; parece ‘mais a mesma coisa.’*”⁴³ [grifo meu]

Como mostrarei adiante, foi esta dificuldade de entender o que se passava na América Latina no pós-guerra – de achar que era “a mesma coisa” –, que não permitiu a identificação de modificações cruciais que ocorriam no universo da técnica e da estratégia da próxima e (para alguns) “inevitável”⁴⁴ guerra mundial. Se fosse a “mesma coisa”, nenhum país latino-americano apareceria na discussão sobre a “Guerra Fria”: Cuba, porém, teima em ocupar os índices remissivos dos livros sobre o tema. Esta incapacidade de identificação destes novos componentes deixou diplomatas e governos latino-americanos no pós-guerra, como veremos,

⁴³ “Did the Cold War matter for U.S.-Latin America relations? In many respects, the answer is no. The United States had faced military, political, and economic competition for influence in the Americas from extra continental power before the Cold War, just as it did during the Cold War. The United States had pursued ideological objectives in its policy towards Latin America before, during, and after the Cold War. And the pattern of US defense of its economic interests in Latin America was not appreciably different during the Cold War than at previous times. From these singular perspectives, it is difficult to assert that the Cold War was a significantly distinctive period of US-Latin America relations; it looked like ‘more of the same’.” Conforme: DOMÍNGUEZ, Jorge I., In: BULMER-THOMAS, Victor e DUNKERLEY, James, op. cit., p.33.

⁴⁴ “In the immediate postwar period, and even in the early 1950s, there was a very widespread sense that a nuclearized world was inherently unstable – that a policy of drift and an unconstrained nuclear arms race would almost inevitably lead to disaster.” Conforme: TRACHTENBERG, Marc. *Strategic thought in America, 1952-1966*. In: Revista *Political Science Quarterly*, volume 104, número 2 (verão de 1989), p.308.

entoando uma canção sincronizada e afinada nos corredores do Departamento de Estado norte-americano, porém a canção parecia estar um tom abaixo ou acima daquela da “Guerra Fria”.

Pelos dados colhidos com a tabela supracitada, parecia então que estudar ou se aprofundar na pesquisa da “Guerra Fria” não me revelaria muito acerca do Brasil e suas relações com os Estados Unidos e o mundo bipolar. Porém, este baixo índice de referência era revelador de algo que ocorrera no mundo pós-guerra e que afugentou o Brasil e a América Latina do conceito de “Guerra Fria”. Quando estudado de dentro (do Brasil) para fora, a “Guerra Fria” constava sim no nosso cotidiano, nos periódicos, nas revistas, no discurso dos políticos, articulistas etc. Mas, se estudado de fora (a partir de uma bibliografia norte-americana, por exemplo) para dentro, ele sumia. O que explicaria, então, o desaparecimento dele “fora” e a manutenção dele “dentro”? Por que a “Guerra Fria” foi algo importante para o Brasil? Será esta importância uma apropriação e criação autóctones? E por que o Brasil parece não ter importância alguma no contexto da “Guerra Fria”? Será que a “lente” posta fora do Brasil sobre o conceito incorporaria elementos negligenciados aqui dentro? Para Vágner Alves,

“a negligência da política externa norte-americana para a América Ibérica durante o pós-guerra é notável, principalmente levando-se em conta que a região havia sido prioridade para o país nos anos 30 [...] O motivo do descaso foi, primordialmente, o início da Guerra Fria logo após o fim do segundo conflito mundial. Envolvidos na tarefa de conter o comunismo internacional [...] os Estados Unidos passaram a privilegiar [...] os países da Europa e Ásia situados no entorno do território soviético. [...] A América Latina só voltou a preocupar os norte-americanos mais fortemente nos anos 60, após Cuba ter-se tornado satélite soviético no Caribe.”⁴⁵

“Cuba, uma vez mais”,⁴⁶ traz para si a centralidade no entendimento de um momento importante da história da região: o do ponto de inflexão nas relações do continente latino-americano com os Estados Unidos. Mas exatamente por que a América Latina não mais teria

⁴⁵ ALVES, Vágner Camilo. *Ilusão desfeita: a ‘Aliança Especial’ Brasil – Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial*. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, volume 48, número 1, janeiro-julho 2005, Brasília, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, p.165.

⁴⁶ Alguns autores abordam grotescamente a centralidade cubana. “Existem países que, por razões de tamanho, localização geográfica e, embora mais raramente, pela sábia consciência de seu povo de que a natureza não quis que seus filhos se tornassem heróis, são relegados ao esquecimento histórico. Um desses países é Cuba. Outro é o Vietnã. Ambos, nesses anos tumultuados, tiveram atuação decisiva no que tange às idéias que abordamos aqui.” [...] “O primeiro impacto causado por Cuba deu-se na primavera de 1961.” [p.248] “Um ano e meio após a ação na Baía dos Porcos, surgiu a crise dos mísseis cubanos. *Cuba, uma vez mais.*” [grifo meu] Conforme: GALBRAITH, John Kenneth. *A era da incerteza: história das idéias econômicas e suas conseqüências*. (2ª edição). São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1980, p.246, 248.

a importância dos anos 1930 ou do tempo da Segunda Guerra? Há, portanto, uma constatação da perda de importância: mas como explicá-la? O que ocorreu no pós-guerra e na conseqüente “Guerra Fria”? Além do componente ideológico (“Envolvidos na tarefa de conter o comunismo...”), não haveria algo mais? Curiosamente, Cuba e sua revolução – e *principalmente* a posterior “Crise dos Mísseis”⁴⁷ – seriam responsáveis não apenas pela inclusão da América Latina nas discussões feitas a partir de então sobre a “Guerra Fria”, mas também pelo despontar do interesse pelo continente latino-americano nos Estados Unidos. O cientista político João Feres Jr. levantou dados sobre as publicações em inglês “que tivessem a expressão *Latin America* em seu título” para o período de 1900 a 2000. No caso, ele pesquisou no *site* da *Library of Congress* (a Biblioteca do Congresso, em Washington, D.C), a maior dos Estados Unidos. Assim,

“os resultados indicaram claramente um crescimento abrupto do número de publicações por volta de 1960, revertendo drasticamente a tendência que se verificou após o fim da Segunda Guerra. Os dados corroboram vários argumentos apresentados ao longo do texto, a saber:

- a inexistência do conceito em inglês antes de 1900;
- a falta de interesse por *Latin America* até o advento da revolução cubana, evidenciada pelo pequeno número de publicações no período precedente;
- o crescimento abrupto de publicações logo após a revolução, que coincide historicamente com o rápido crescimento dos *Latin America Studies*.”⁴⁸

Ao final, João Feres Jr. conclui que “no plano da linguagem comum, verifica-se que o campo semântico do conceito de *Latin America* tem experimentado um alto grau de continuidade histórica.”⁴⁹ Analogamente, no plano estratégico, a América Latina pareceu incapaz de readquirir a importância da Segunda Guerra, conseguindo fazê-lo apenas temporariamente durante a “Crise dos Mísseis”: na realidade, identifiquei este episódio – e não a “Revolução Cubana” – como o ponto de inflexão no interesse pela região. Ora, se no “plano da linguagem” é observado certa homogeneidade quanto ao que se entende por América Latina – “não-brancos (isto é, racialmente inferiores), culturalmente corrompidos e historicamente incapazes” –, no “plano estratégico” a “Guerra Fria”, para o período que analiso (1945-60), serviu para colocar a América Latina no seu lugar *de facto* no cenário técnico-militar-estratégico internacional pós-guerra. Cuba adquiriu proeminência nos estudos

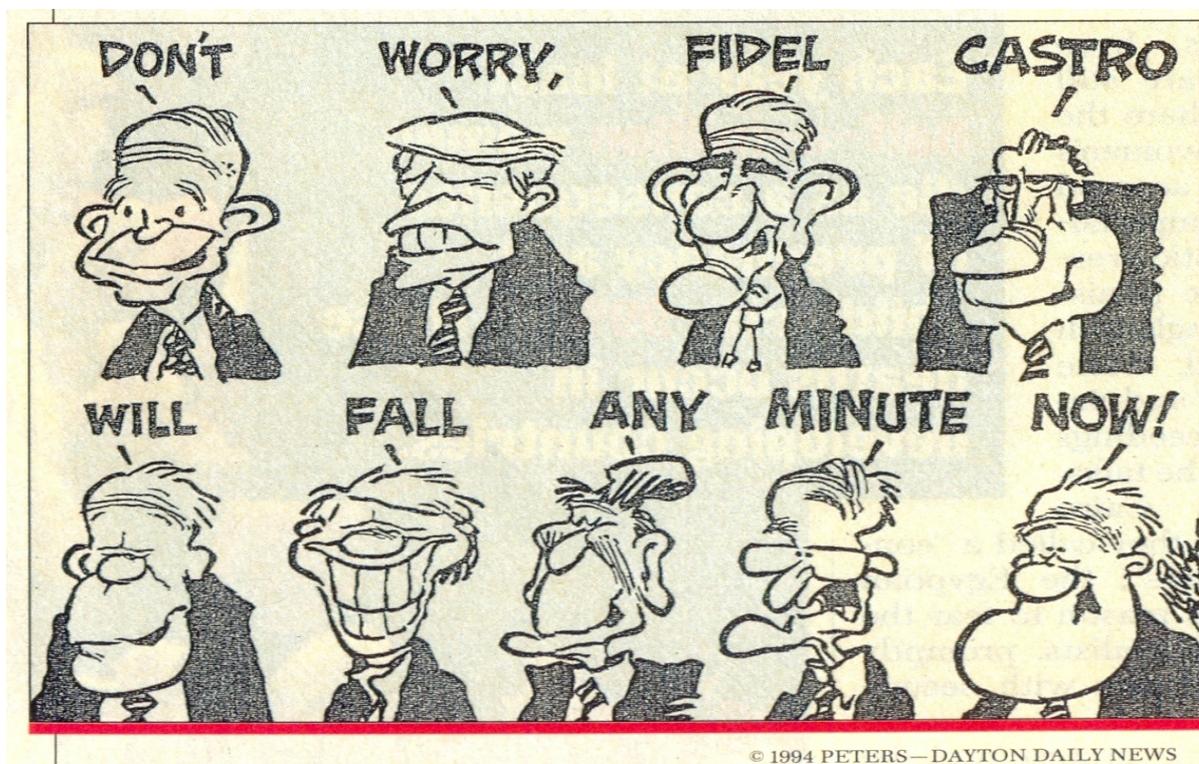
⁴⁷ Alguns temas que estavam em discussão precisaram ser repensados a luz dos acontecimentos em Cuba. Ver: MATTESON, Robert E. *Disarmament prospects after Cuba*. In: *The Journal of Conflict Resolution*, volume 7, número 3, Weapons Management in World Politics: Proceedings of the International Arms Control Symposium, em dezembro de 1962 (setembro de 1963), p.338-350.

⁴⁸ FERES Jr., João. *A história do conceito de 'Latin America' nos Estados Unidos*. Bauru: EDUSC, 2005, p.287-288.

⁴⁹ FERES Jr., João, op. cit., p.280.

da “Guerra Fria” uma vez que, indubitavelmente, o conflito nuclear entre o bipolo foi iminente durante a “Crise dos Mísseis”: e se a ilha foi inserida na bibliografia da “Guerra Fria” isto se deve àquela possibilidade assustadora, e não a uma retomada (permanente) de valor estratégico da América Latina nos moldes da Segunda Guerra.

Parafrazeando Eric Hobsbawm, se o trabalho do historiador é lembrar o que os outros esqueceram, assim a alusão a ilha nos estudos da “Guerra Fria” parece-me mais *histórica* do que estratégica ou militar. Alguns acontecimentos como a divisão da Alemanha entre os “Quatro Grandes”, a construção do Muro de Berlim, a Guerra da Coréia, dentre outros, transformaram-se em episódios marcantes da “Guerra Fria”, bem como a “Crise dos Mísseis”. Porém, ao contrário desta última, aqueles episódios marcaram *permanentemente* as ações militares, políticas e estratégicas durante toda a “Guerra Fria”. A solução encontrada para a “Crise dos Mísseis” trouxe a temperatura na região de volta ao “zero absoluto”, afastando-se definitivamente a possibilidade de guerra atômica entre o bipolo: pelo menos não por causa da “ilha de Fidel”. A charge abaixo talvez sintetize como a suposta “preocupação” dos Estados Unidos com a ilha foi postergada, presidente após presidente, de Eisenhower a Clinton: “Não se preocupem, Fidel Castro cairá agora a qualquer momento.”⁵⁰



⁵⁰ Revista *Newsweek*, Nova Iorque, 12 de setembro de 1994, p.5.



Se retrocedermos até a Segunda Guerra Mundial fica claro o papel estratégico indispensável desempenhado pelo Brasil, tanto no que se refere ao fornecimento de matérias-primas essenciais ao esforço aliado,⁵¹ como na cessão de bases no Nordeste brasileiro. Segundo Stanley Hilton, o governo americano retribuiu o apoio recebido do governo brasileiro “com empréstimos de longo prazo e assistência técnica para a usina de Volta Redonda, com 2/3 de toda a ajuda concedida a América Latina (na modalidade *Lend-Lease*), com a provisão e transporte da força expedicionária brasileira,” marcando, assim, a Segunda Guerra, o “apogeu da cooperação Brasil-EUA”:⁵² este relacionamento, porém, começaria a mudar no mundo pós-guerra.

Encontrei algumas referências que denotam o interesse norte-americano no Nordeste brasileiro, mesmo antes do ingresso dos Estados Unidos no conflito. Segundo o jornal *The New York Times*, o Nordeste brasileiro – o “ombro brasileiro” ou a “saliência brasileira” – é apontado como umas das áreas de “bases americanas em potencial”, e de “longe a mais importante,” dado sua essencialidade à defesa hemisférica. O artigo cita ainda Pernambuco – que é mostrado erroneamente no mapa como uma cidade –, que é de posição geográfica e estratégica ímpar, além de contar com um porto “razoavelmente bom”.⁵³ Observe no mapa a seguir, apresentado no artigo citado, que, pelas distâncias – apresentadas em milhas náuticas⁵⁴

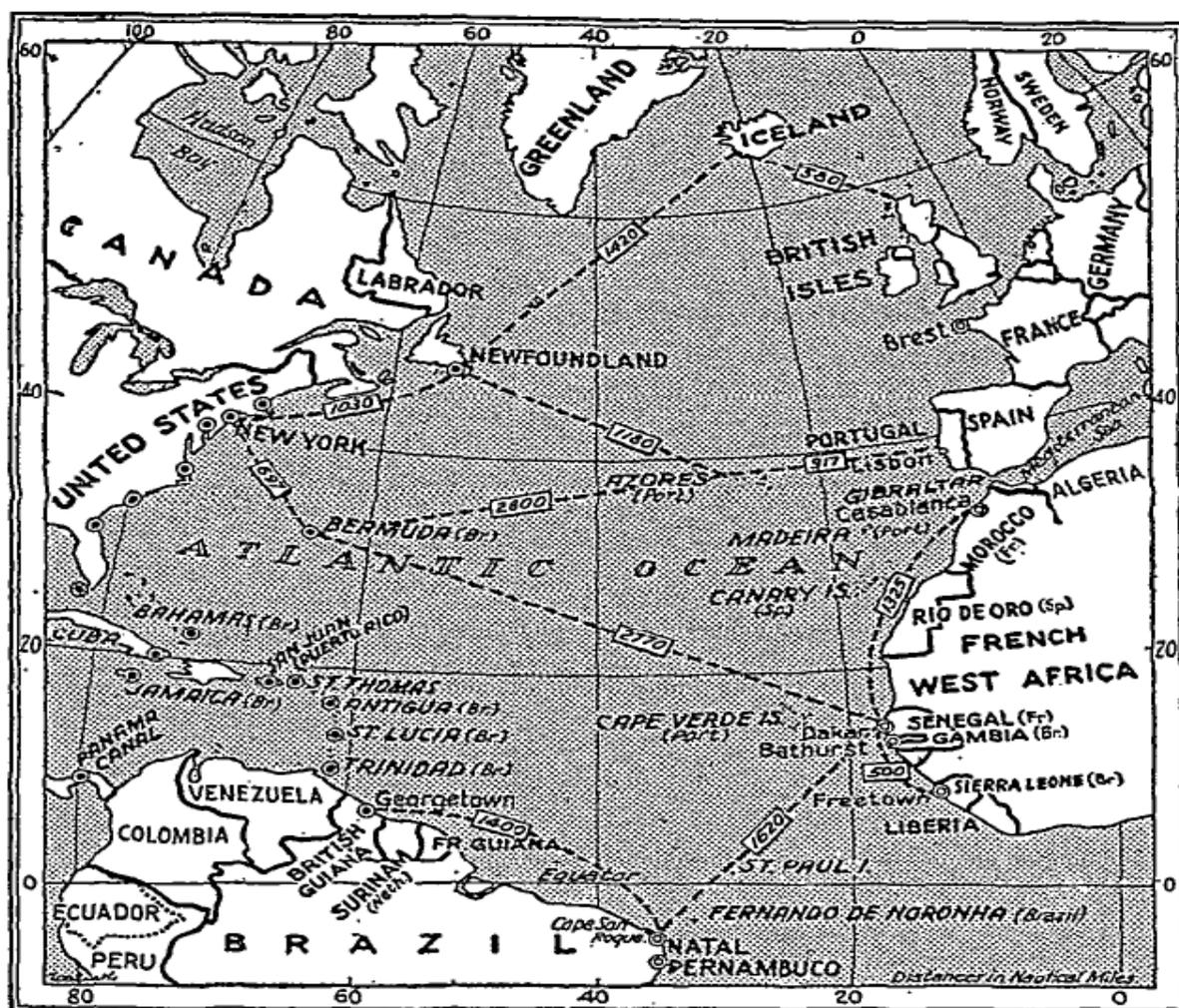
⁵¹ “Os minerais, que são tão imprescindíveis para a guerra moderna, têm sido uma das contribuições mais importantes das Nações Americanas para a vitória das Nações Unidas. [...] Sem estes seria impossível fabricar a grande quantidade de armamentos necessários para assumir a ofensiva nos diversos teatros de guerra. Os países da América são uma das fontes mais copiosas de minerais do mundo. [...] O Brasil produz os melhores cristais de rocha do mundo e é o único país da América onde se produz, comercialmente, o titânio e o zircônio (utilizado “na fabricação de fulminantes para explosivos, de pó para lanternas elétricas e em tubos de vácuo”). Conforme: Revista *Em Guarda*, ano III, número 1, s/d, p.33, “Minerais das Américas.”

⁵² HILTON, Stanley E. *The United States, Brazil, and the Cold War, 1945-1960: end of the special relationship*. In: *The Journal of American History*, volume 68, número 3, (dezembro de 1981), p.600. A própria Força Expedicionária Brasileira (FEB) *per se* representou uma concessão norte-americana: “Mas ainda hoje se pensa que os aliados necessitavam de ajuda militar brasileira na Europa e, em troca recompensariam o Brasil com benefícios substanciais. Ao contrário, a Força Expedicionária Brasileira era uma sobrecarga para as forças militares aliadas: o gen. Marshall referiu-se a ela como ‘uma dor de cabeça a mais’. Foi em nome da colaboração brasileira, que envolvia *bases, material estratégico e apoio político* aos Estados Unidos no continente, que Washington concordou em permitir sua organização.” [grifo meu] Conforme: MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: FGV, 1991, p.40.

⁵³ Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 21 de julho de 1941, “Potential U.S. bases.” [Matéria escrita por Hanson W. Baldwin]

⁵⁴ 1 milha náutica = 1853m. Portanto, Bermuda – Dakar = aproximadamente 5100km, enquanto Natal – Dakar = aproximadamente 3000km.

–, o Nordeste brasileiro diminuiu significativamente o caminho a ser percorrido na logística do abastecimento do teatro europeu a partir da África. Salienta-se, ainda, a importância do arquipélago de São Paulo e da ilha de Fernando de Noronha que, apesar da boa posição geográfica, apresentam características topográficas que inviabilizaram os seus usos como bases principais, podendo, no entanto, ser utilizadas como bases auxiliares. Como mostrarei adiante no Terceiro Capítulo, Fernando de Noronha⁵⁵ só iria adquirir um *status* realmente especial – *apesar de parcial e temporário* –, no contexto da futura “Guerra Fria”, em fins da década de 1950, quando foi utilizada para a instalação de uma base de rastreio de mísseis e foguetes teleguiados lançados de Cabo Canaveral, na Flórida.



⁵⁵ Matéria do jornal *The New York Times* de setembro de 1956 mostrou que os Estados Unidos estavam também interessados na ilha de Trindade: não encontrei evidências de atividades de Trindade relacionadas ao programa ICBM. Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 23 de setembro de 1956, p.12, “U.S. seeks posts on 2 Brazil isles.” “Hopes to use South Atlantic stations for tracking long-range missiles.”

Em fevereiro de 1942 o governo brasileiro concede o *status* de território federal a Fernando de Noronha e no mês seguinte, do porto do Recife, partiam os militares brasileiros que comporiam o “1º Grupo Móvel de Artilharia de Costa e a 1ª Bateria Independente de Obuzes, acompanhadas dos efetivos do 1º Grupo do 3º Regimento de Artilharia Anti-aérea.”⁵⁶ Meses depois, a imprensa norte-americana salientou o fato de Fernando de Noronha ter “mudado o seu *status* político” e de agora “ter se transformado em um dos postos chave de defesa do Atlântico Sul.” A matéria do jornal frisa ainda que as “autoridades [nos Estados Unidos] acreditam que com o término dos planos do governo [brasileiro] a ilha surgirá como uma fortaleza, provavelmente tão importante para a defesa hemisférica como o é [...] Porto Rico para [a defesa do] o Canal do Panamá.”⁵⁷ Observe no mapa abaixo, mostrado na matéria já citada, que Fernando de Noronha merece destaque – assim como Pernambuco, que ainda aparece como uma cidade –, apesar do fluxo maior de operações na Segunda Guerra ter se concentrado, principalmente, em Natal, no estado do Rio Grande do Norte.



⁵⁶ NASCIMENTO, Grazielle Rodrigues do. *Fernando de Noronha e os ventos da Guerra Fria: a relação entre Brasil e Estados Unidos nos anos de JK*. Recife, 2009, 159 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

⁵⁷ Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 11 de fevereiro de 1942, “Brazil plans Atlantic island stronghold; Fernando de Noronha cuts line from Dakar.”

Depois da Segunda Guerra algo acontece no mundo que muda o caráter de indispensabilidade militar do Nordeste brasileiro: o Brasil parece perder a reputação estratégica adquirida na Guerra. *Grosso modo*, foi a utilização de bases militares no Nordeste o que garantiu ao Brasil um papel destacado no esforço militar aliado. Na interpretação de Carlos Fico, esta perda de importância é identificada até mesmo antes do término do conflito, logo “depois do sucesso da invasão do norte da África pelas forças anglo-americanas, em novembro de 1942,” uma vez “que a hipótese de invasão do território brasileiro, depois disto, tornou-se remota.”⁵⁸ Acredito, porém, que a importância não se esgotou aí: a possibilidade de abastecimento rápido e seguro do teatro europeu pelo corredor Estados Unidos-Nordeste do Brasil-Norte da África seduziram ainda os norte-americanos por algum tempo.⁵⁹ É bom lembrar que a guerra na Europa ainda estava em curso e as tropas aliadas tinham que ser abastecidas. Durante a guerra (em janeiro de 1944) os Estados Unidos esboçaram o interesse de “*permanecer* nas bases do Nordeste brasileiro, propondo a assinatura de um acordo que garantisse essa *presença* após o término da guerra,”⁶⁰ [grifos meus] *o que não aconteceu*. O que teria feito então os militares norte-americanos mudarem sua opinião acerca do Nordeste brasileiro? Em minha opinião, a bomba atômica e a necessidade de “cercar” a União Soviética – como mostrarei adiante – compuseram o quadro analítico central que explica esse afastamento.

E mais ainda: as linhas de abastecimento *via* Nordeste brasileiro eram tão importantes que a quebra da neutralidade brasileira – a favor dos aliados – foi conseguida, inclusive, por meio de ameaça de invasão.⁶¹

⁵⁸ FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.19.

⁵⁹ Gerson Moura apontou que a partir de novembro de 1942 “enfraquecia a posição do Brasil *na comissão*,” ou seja, na JBUSDC (*Joint Brasil-United States Defense Commission*), mas não na *guerra em curso ou no pós-guerra*. “Em 1943/44, o governo dos Estados Unidos acelerava seus planos para o pós-guerra, consciente do papel central que seu país iria desempenhar na montagem de uma ‘nova ordem internacional’. A guerra havia dado aos EUA uma oportunidade única de estender seu poder; a aliança com o Brasil oferecia apoio político e *base física* para o controle do continente como um todo. Um dos primeiros passos na direção desse controle foi a elaboração de um plano para *manter suas tropas nas bases do Norte/Nordeste do Brasil, ou, ao menos, assegurar sua utilização no pós-guerra*.” “A permanência norte-americana nas bases brasileiras fazia parte de um extenso sistema de segurança militar que o Estado-Maior do Exército americano estava preparando para o *após-guerra*, em várias partes do mundo, sob orientação direta do presidente Roosevelt.” [grifos meus] Conforme: MOURA, Gerson, op. cit., p.35-36

⁶⁰ MOURA, Gerson, op. cit., p.36. “Naquele mesmo mês [maio de 1944], o governo brasileiro assinou um acordo com os Estados Unidos sobre a operação de bases aéreas no pós-guerra. Pelo acordo, o pessoal militar e as aeronaves fariam uso livre por dez anos dos aeroportos considerados estratégicos pelos dois governos.” Conforme: MOURA, Gerson, op. cit., p.37-38.

⁶¹ Mais detalhes sobre o plano de invasão serão fornecidos no Terceiro Capítulo desta tese. Conforme: *Joint Army and Navy Basic Plan for the Occupation of the Northeastern Brazil Theater by United States Forces*, setembro [?] de 1941. RG 165, 1910-1942, caixa 27, Secreto. [Disponível no NARA II – *National Archives and Records Administration*, College Park, MD, Estados Unidos]

“Mas o Brasil, inclusive por sua posição geográfica, tinha importância demasiada no conflito que se travaria no continente europeu e no Norte da África, para manter por muito tempo sua neutralidade. Os EUA chegaram a ameaçar que tomariam as bases aéreas e navais de que necessitassem no Nordeste, se o governo brasileiro não as cedesse.”⁶²

Dentre as várias bases do Nordeste – Fortaleza, Belém, Recife –, Natal parece ter sido, *de longe*, a mais importante.⁶³ Os suprimentos saídos dos Estados Unidos⁶⁴ para o Norte da África passavam por lá e chegavam ao seu destino em apenas sete horas de vôo. As bases militares do Nordeste brasileiro, em seu conjunto, “formam um entroncamento da maior parte do tráfego aéreo do Hemisfério Ocidental e do resto do mundo.” Regiões tão distantes quanto a China e a Rússia são abastecidas com “materiais vitais e pessoal técnico especializado” a partir do Nordeste e, mais ainda, “os aviões-transportes que voltam da África e da Ásia com materiais estratégicos para os EE.UU também fazem escala no Brasil.”⁶⁵ As bases do Nordeste possibilitaram ainda o controle militar da parte central do Mediterrâneo, que redundou no avanço aliado no continente europeu. Na interpretação de Vernon Walters,

“o estabelecimento de bases navais e aéreas norte-americanas no saliente nordestino brasileiro, [...] veio reduzir praticamente para a metade o espaço marítimo a ser sobrevoado. [...] *As bases no Brasil facilitaram enormemente as operações*, tanto dos navios norte-americanos como brasileiros, contra os submarinos alemães que agiam no Atlântico Sul [...] Desejosos não só de responder aos ataques, mas também de ser, no quadro mundial, mais do que uma potência regional sul-americana, os brasileiros se prontificaram a enviar uma força expedicionária [a Europa]. A vasta extensão territorial do Brasil, seus recursos naturais e sua posição estratégica no Atlântico Sul credenciavam-no como valioso colaborador e aliado.”⁶⁶ [grifo meu]

Mas, de modo geral, o mundo no pós-guerra mudaria bastante: avanços técnicos e científicos redesenhariam o mapa do globo terrestre no contexto da “Guerra Fria” e emprestariam outra moldura ao “quadro mundial”. A “era dos foguetes”, “dos mísseis” e “dos jatos” imprimiria mais velocidade, prontidão e precisão ao mundo militar. O rebento mais ilustre da Segunda Guerra, a bomba atômica, modificaria, *substancial e irremediavelmente*, as

⁶² *Retrato do Brasil*. (Da Monarquia a República). Volume II. São Paulo: Política, 1994, p.279.

⁶³ “Mas, dentre todas as bases aéreas [do território brasileiro], nenhuma é tão importante quanto a de Natal.” Conforme: Revista *Em Guarda*, ano III, número 6, s/d, p.38, “Cooperação aérea em Natal.”

⁶⁴ “Os aviões transporte chegam [a Natal] carregados de peças sobressalentes, de instrumentos, de medicamentos e plasma sanguíneo necessários aos exércitos no ultramar.” Conforme: Revista *Em Guarda*, ano III, número 6, s/d, p.38, “Cooperação aérea em Natal.”

⁶⁵ Revista *Em Guarda*, “Base aérea”, ano II, número 11, s/d, p.34.

⁶⁶ WALTERS, Vernon A. *Missões silenciosas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986, p.72.

concepções que se tinham até então de guerra. Voar mais longe e mais rápido era fundamental nesses novos tempos. A autonomia de vôo dos aviões militares recrudescia e já em meados de 1945 era possível voar dos Estados Unidos até a África sem mais utilizar as “indispensáveis” bases do Nordeste brasileiro. As vantagens inerentes de se “reduzir praticamente para a metade o espaço marítimo a ser sobrevoado”, como lembrou Walters, não mais pareciam ser levadas em conta.

“Mais de dezessete viagens por dia, em média, através do Atlântico, foram realizadas, em maio último, sob o contrato com o *Air Transport Command* da Força Aérea dos Estados Unidos, pela Divisão África-Oriente da *Pan American World Airways*. Durante o referido mês, o número de travessias, ao longo de todo o Atlântico Central, elevou-se a 545, entre os Estados Unidos e a África, *sendo empregados nessas operações grandes quadrimotores*, que partiam de Miami ou Nova York, para cobrir uma extensa rota sobre o oceano, *sem escalas*, até Casablanca.”⁶⁷ [grifos meus]

A tecnologia voltada para o aumento da capacidade de alcance das aeronaves foi um dos elementos que destronou Natal e as demais bases do Nordeste brasileiro. E a maneira de ver o mundo também mudou, uma vez que as armas e a localização geográfica dos inimigos – ou do inimigo, a União Soviética – também mudaram. Começou a se prestar mais atenção nas rotas polares – notadamente sobre o Pólo Norte – uma vez que, vistos de cima, os Estados Unidos e a União Soviética se “abraçam” no pólo. Reproduzindo matéria publicada na Europa, o jornal *Gazeta de Notícias*, de Fortaleza, afirmou:

“A Real Força Aérea voa até o Pólo.”

“A Real Força Aérea da Grã-Bretanha tem andado a fazer obra de paz, [pois] fazem o reconhecimento por cima do Pólo Norte, os quais terão muito valor para os tempos de paz, *especialmente no que diz respeito aos transportes aéreos*. Os aviões usados são do tipo ‘Aries’ Lancaster, que o ano passado deu a volta ao mundo; na expedição tomarão parte exploradores árticos e ases da Real Força Aérea. Serão feitos muitos vôos por cima dos pólos geográfico e magnético para descobrir a ação da gravidade sobre a bússola e o equipamento elétrico dos aviões, *e as possibilidades do tráfego aéreo por cima do pólo* [...] As pesquisas e as observações serão levadas a cabo sob a guia de peritos para descobrir os efeitos das viagens aéreas no Ártico sobre a saúde dos aviadores.”⁶⁸ [grifo meu]

Nos anos seguintes, ficaria cada vez mais nítida a alteração nas rotas dos aviões militares na direção de seus alvos. A fria Groelândia – e não mais o Brasil – seria um dos

⁶⁷ Jornal *O Estado*, Fortaleza, ano IX, número 2633, sexta-feira, 10 de agosto de 1945, p.6.

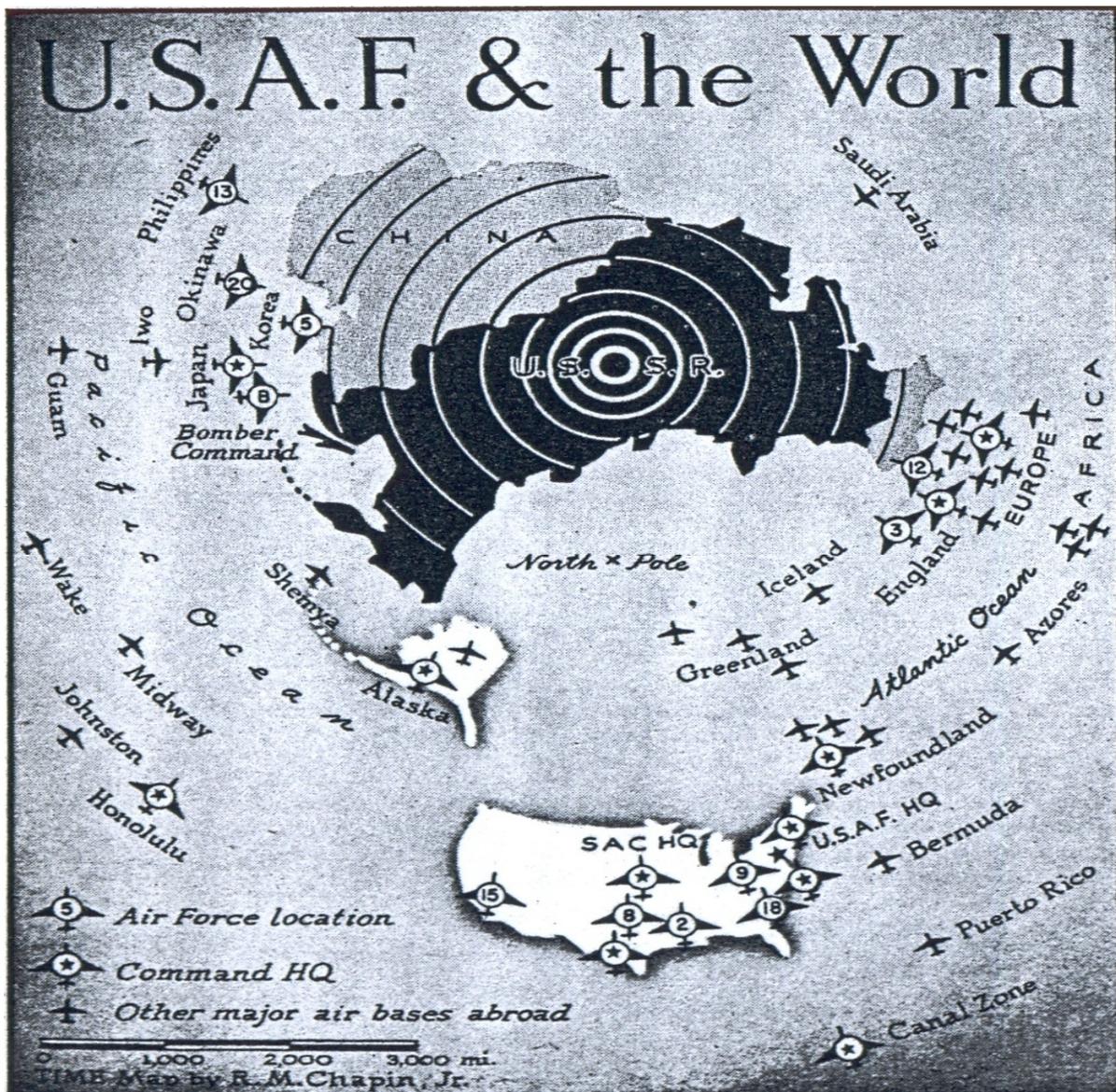
⁶⁸ Jornal *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, ano XIX, número 5648, quinta-feira, 16 de agosto de 1945, p.4.

pontos focais da incipiente “Guerra Fria”. Os Estados Unidos começaram o “cerco” da União Soviética com a instalação de bases de bombardeiros na Ásia, na Europa e mesmo no norte da África, *mas não no Brasil*. Vejamos em um mapa da revista *Time* de maio de 1952 (reproduzido a seguir) em que patamar estava o “cerco”. É possível identificar nitidamente o alvo – inclusive com suas marcas características – a ser alcançado e para onde todo o contingente aéreo aponta: a União Soviética. O epicentro do mapa é o Pólo Norte, dado este ser o caminho mais curto – a partir dos Estados Unidos – para o inimigo-alvo. Filipinas, Okinawa, Japão, Coréia, ilhas Guam, Wake, Midway, Johnston, Havaí, Alaska, Groelândia, Islândia, toda a Europa, África (Marrocos) e Arábia Saudita são todos locais de “importantes bases aéreas no exterior”⁶⁹ e nenhuma delas, no entanto, está no Brasil ou mesmo na América Latina: Porto Rico e a Zona do Canal do Panamá são os pontos mais próximos que chegaram da América Latina as instalações militares da Força Aérea norte-americana. Theophilo de Andrade, da revista *O Cruzeiro* escreveu que:

“E aqui é que vem a previsão mais interessante dos comentadores militares: uma guerra, pelos ares, entre aqueles dois países, terá como teatro o Pólo Norte e suas adjacências. Na verdade, para que os aviões russos, de suas bases na Sibéria e Arkangel, possam bombardear Chicago, Detroit e as cidades industriais do norte dos Estados Unidos, terão que atravessar o Ártico. Inversamente, para que os bombardeiros a jacto americanos possam levantar vôo de suas bases no Alaska e na Groelândia, terão também de atravessar o Ártico. *O centro do campo de batalha será, logicamente, o Pólo Norte.*”⁷⁰ [grifo meu]

⁶⁹ Revista *Time*, Nova Iorque, 12 de maio de 1952, p.12-16, “Armed Forces”, “The warning siren.”

⁷⁰ Revista *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 28 de março de 1953, p.38, “A guerra no Pólo Norte.” [Artigo escrito por Theophilo de Andrade]



Outro mapa (reproduzido a seguir) igualmente revelador saiu na edição de setembro de 1953 do jornal *The New York Times*.⁷¹ Nele podem ser vistas as distâncias [em milhas] que precisam ser percorridas pelos bombardeiros – a partir dos Estados Unidos – para atingir alguns alvos na União Soviética: mais uma vez as “estratégicas rotas polares” são mostradas. Observe que bases aéreas mais ao norte – na Groelândia, Islândia, Grã-Bretanha, por exemplo – garantem que alguns alvos estejam no raio de alcance (ou “raio de combate”⁷²) de alguns dos bombardeiros listados: alguns deles, inclusive, ainda em fase incipiente de

⁷¹ Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 6 de setembro de 1953, p.E5, “Report on atomic race.” “While we are ahead on weapons, we are exposed to dangerous assault.” [Matéria escrita por Hanson W. Baldwin]

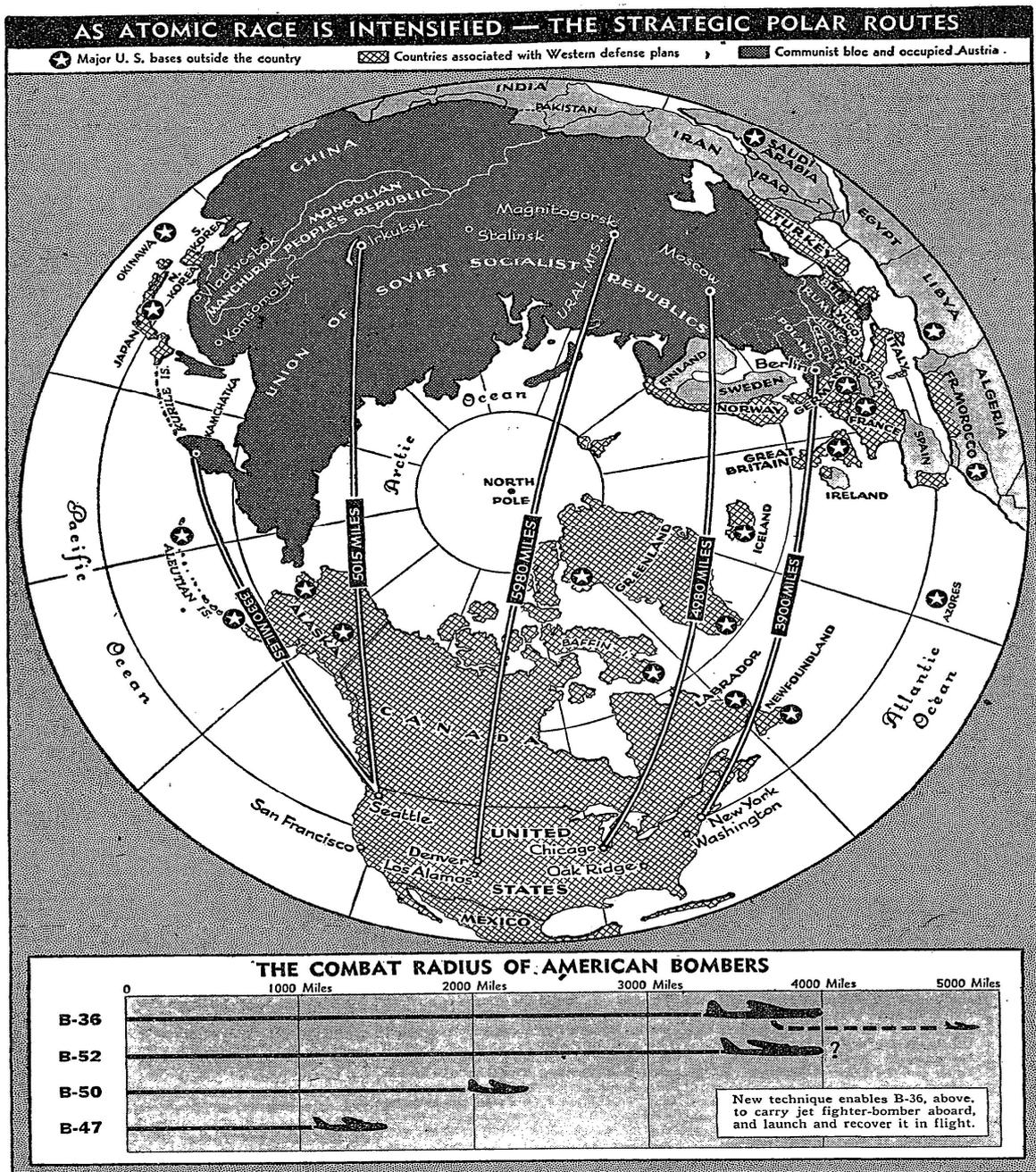
⁷² “Combat radius is the distance a plane can fly to a target and return to base on its normal fuel supply.” Conforme: *The New York Times*, Nova Iorque, 6 de setembro de 1953.

desenvolvimento (como é o caso do B-52, mais tarde nominado de *Stratofortress*). Na matéria associada ao mapa abaixo, foi enfatizado que

“a recente detonação soviética de um dispositivo termonuclear – ou de hidrogênio – e as contínuas séries de testes atômicos na Rússia abriram um novo capítulo *na acelerada corrida por armamentos atômicos.*”⁷³ [grifo meu]

Percebe-se pelo teor da matéria e pela representação feita no mapa que os Estados Unidos deviam estar preparados para o crescente perigo representado pela União Soviética e seu armamento atômico e termonuclear. Ante um perigo tão iminente e que apresentava uma capacidade destrutiva sem precedentes, não parece estranho que os Estados Unidos se distanciassem de outros cenários que não estivessem diretamente relacionados com aquela ameaça, como a América Latina, por exemplo.

⁷³ “The recent soviet detonation of a thermonuclear, or hydrogen, device and the continuing series of atomic tests in Russia open a new chapter in the accelerating race for atomic armaments.” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 6 de setembro de 1953.



Combat radius is the distance a plane can fly to a target and return to base on its normal fuel supply. In some countries carrying the star symbol, the U. S. has several bases. For instance, in England there are more than twenty, and in Japan about a dozen.

Estes são os mapas da “Guerra Fria” quando se levam em conta os componentes estratégicos (militares e técnicos), e *não* os ideológicos: um mapa sem a América Latina, sem a África⁷⁴ e sem a Oceania, cujo papel coadjuvante manteve-os sempre longe da dinâmica e da cinética da “Guerra Fria”. Os mapas acima, quando comparados ao primeiro mapa mostrado neste Capítulo, fornecem-nos uma idéia bem nítida da alteração ocorrida durante a

⁷⁴ Observem que aparece apenas a parte norte do continente, e isto por conta da existência de bases militares norte-americanas no Marrocos e na Líbia, por exemplo.

transição da Segunda Guerra para a “Guerra Fria”. Naquele primeiro mapa, as Antilhas, o Nordeste brasileiro, e vários países da costa ocidental da África formavam um circuito de ação integrado e interligado. Os esforços se concentravam no envio de apoio logístico para o norte da África; e a América Latina e Caribe pertenciam ao elo que levaria estes suprimentos até seu destino final. Esta necessidade – como tento demonstrar – desapareceu no pós-guerra exatamente pela emergência dos componentes estratégicos na “Guerra Fria”, sendo estes componentes impulsionados pelo desenvolvimento da bomba atômica.

Assim, o surgimento da bomba atômica – e a necessidade de “entregá-la” no alvo o mais rápido possível – fez com que se intensificasse mais ainda a exigência por aviões e foguetes – e posteriormente, mísseis – com velocidade e raio de ação cada vez maiores. Urgia, portanto, buscar pontos próximos ao alvo de modo a poder ser operacionalizada o constante clima de medo e ameaça⁷⁵ que caracterizou a “Guerra Fria”. Bombardeiros armados com bombas atômicas e pousados em bases localizadas na cidade de Thule, Groelândia,⁷⁶ por exemplo, cumprem um papel intimidador bem mais efetivo ao “imperialismo soviético” do que se pousados em Natal, ou em qualquer outra cidade do Nordeste brasileiro. Como já anunciei, essa importância estratégica do Brasil só seria restaurada, *parcial e provisoriamente*, com a cessão de Fernando de Noronha aos norte-americanos, em fins da década de 1950, para funções outras relacionadas aos subprodutos da “Guerra Fria”.



⁷⁵ “A guerra fria, tal uma avalanche, não tardou a engolfar toda a América. A esperança no futuro, que se mostrara tão brilhante, desaparecera como uma miragem do céu. Com as ondas invasoras da tensão, veio a trindade diabólica do medo, da desconfiança e da suspeita, avançando tão segura e duramente, que ninguém podia saber onde terminava a verdade e onde começava a propaganda.” Conforme: COOK, Fred. *O estado militarista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p.80.

⁷⁶ A Groelândia pertence a Dinamarca e o governo deste país parecia não saber da existência de armas atômicas e nucleares em Thule. Em 1995, o Ministro do Exterior dinamarquês Niels Helveg Petersen disse a repórteres que nenhuma arma nuclear foi armazenada na Groenlândia durante a “Guerra Fria”, uma vez que Groenlândia e Dinamarca têm uma política que proíbe armas nucleares em suas fronteiras. Duas semanas depois, Petersen recebeu uma carta confidencial do Secretário de Defesa americano William Perry, dizendo que ogivas nucleares de defesa aérea e mísseis terra-ar tinham sido armazenados em Thule sem o conhecimento do governo dinamarquês. Começou, então, uma crise política conhecida como “Thulegate”. Ver: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 20 de outubro de 1999, “U.S. once deployed 12,000 atom arms in 2 dozen nations.” Para uma relação dos países ao redor do mundo onde os Estados Unidos mantiveram armas nucleares, ver: *History of the custody and deployment of nuclear weapons (U)*: July 1945 through September 1977. Washington: Office of the Assistant to the Secretary of Defense (Atomic Energy), February 1978.

Em 1950, os Estados Unidos deram um duro golpe na importância estratégica residual da América Latina: desativaram a Quarta Frota (IV Frota) da Marinha norte-americana, que fora “criada em 1943, durante a Segunda Guerra Mundial para patrulhar o Atlântico Sul com uma esquadilha de apoio baseada em Natal, no Rio Grande do Norte,”⁷⁷ e fundem-na com a Segunda Frota (II Frota). Uma vez que a criação da Quarta Frota foi feita no contexto da necessidade da Marinha norte-americana de “expandir sua presença na região,”⁷⁸ com sua desativação, de uma só ação e medida, toda a América do Sul e Central, e Caribe – como pode ser notado no mapa abaixo, apresentado na matéria citada – simplesmente pareceu ter perdido relevo estratégico.⁷⁹



A partir de 1950, “as relações militares no campo marítimo [entre os Estados Unidos e a América Latina] tem sido comumente estabelecidas por meio da condução de exercícios

⁷⁷ Jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, 2 de julho de 2008, p.26, “O Mundo”, “União contra a Quarta Frota.”

⁷⁸ MACLAY, Jeffrey D., POTTER, Matthew, SCOTT, Robert R., SIBLEY, Matthew W. *The Fourth Fleet: a tool of U.S. engagement in the Americas*. Washington: CSIS, fevereiro de 2009, p.7.

⁷⁹ Em 2008, em outro período e contexto, a IV Frota é reativada. Ver: Jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 de julho de 2008, p.41, “O Mundo”, “EUA ativam IV Frota e dizem não entender críticas” e *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 de julho de 2008, p.31, “O Mundo”, “Lula quer explicações sobre Quarta Frota.”

bilaterais e multilaterais”,⁸⁰ e agora já não mais com a onipresença de uma Frota específica para a região. Para os pesquisadores Flávio Rocha e Paulo Kuhlmann,

“os EUA estabeleceram a Quarta Frota [...] pouco depois da sua entrada na II Guerra Mundial. Ela operava, ainda, dentro de uma lógica que orientou a política externa desse país até 1945: a preocupação em garantir as Américas como uma zona de influência norte-americana, excluindo a competição de potências européias, dentro dos marcos da Doutrina Monroe. Com o início da Guerra Fria, Washington desativa a Quarta Frota [...], e delega a responsabilidade das operações navais na região para a Segunda Frota, *cujo foco principal é a segurança do Atlântico Norte*. As prioridades mudaram, com a atenção dos estrategistas americanos sendo desviada para enfrentar a União Soviética na Eurásia, prioritariamente.”⁸¹ [grifo do autor]

As tensões entre o bipolo já alcançavam níveis extremos – “Bloqueio de Berlim” (1948-49), criação da OTAN e Revolução na China (todas em 1949) – e não parecia fazer sentido manter uma imensa área sob proteção e vigilância se o epicentro da “Guerra Fria” já não mais passava sequer perto dali. Segundo avaliação de João Roberto Martins Filho, “no final dos anos quarenta e início dos 50, a dinâmica da Guerra Fria situava a América Latina num lugar secundário dentro das preocupações dos EUA. [...] [e] ainda em 1949, a explosão da primeira bomba atômica soviética completou o quadro já tenso do final da década,”⁸² culminando com o início das hostilidades na Coreia em junho de 1950. De todo modo, a guerra “quente” na Ásia foi apropriada por militares brasileiros da Marinha de modo a imprimir-lhes algum relevo nos assuntos internacionais, aparentemente em uma busca de reaver, *saudosisticamente*,⁸³ a importância estratégica do tempo da Segunda Guerra Mundial. Uma matéria publicada em 1950 no periódico *Correio do Ceará* dizia:

“A reportagem foi procurar informações no ministério da Marinha *a propósito da participação da armada na guerra da Coreia*, segundo notícia procedente do exterior, não tendo o Gabinete do Ministro nem desmentido nem confirmado, excusando-se de comentar. Nos meios ligados a Marinha,

⁸⁰ “[...] maritime military relationships have typically been exercised by conducting bilateral and multilateral exercises.” Conforme: MACLAY, Jeffrey D., POTTER, Matthew, SCOTT, Robert R., SIBLEY, Matthew W., op. cit., p.8.

⁸¹ OLIVEIRA, Flávio Rocha de e KUHLMANN, Paulo. *América Latina em tempos de guerra*. In: CARVALHO, José Reinaldo (Editor). *A reativação da Quarta Frota no atual contexto da América Latina*. São Paulo: CEBRAPAZ, junho de 2009, p.15.

⁸² MARTINS FILHO, João Roberto. *As políticas militares dos EUA para a América Latina (1947-1989)*. In: Revista *Teoria e Pesquisa*, São Carlos, número 46, (janeiro de 2005), p.111.

⁸³ Particularmente no governo Dutra – *mas não apenas nele* – parecia ainda ser exercitada por militares e diplomatas uma certa vaidade associada ao antigo prestígio adquirido na Segunda Guerra. “Era importante para o Brasil dar sua contribuição à regulação dos problemas pós-guerra, em outras palavras, atuar como uma grande potência, *ilusão que os planejadores brasileiros gostavam de alimentar*.” [grifo meu] Conforme: MOURA, Gerson, op. cit., p. 61.

entretanto, diz-se que se cogita realmente da organização dum *sistema comum de defesa e proteção da linha Natal-Dakar*.”⁸⁴ [grifo meu]

Mas em que estado se encontravam os vasos de guerra da Marinha do Brasil na época da Coréia? Seria possível falar de “participação da armada” brasileira na guerra da Coréia? “Em 1950, o estado dos navios-capitais da esquadra brasileira era grave [e] os encouraçados *dreadnought* Minas Gerais e São Paulo, *os mais poderosos do mundo quando lançados ao mar em 1910*, não passavam de sucatas flutuantes,” afirmou o pesquisador Vágner Alves.⁸⁵ Observe ainda, na matéria do jornal, que a percepção estratégica dos militares brasileiros fazia com que os mesmos voltassem a sua atenção, *mais uma vez*, para o Nordeste brasileiro, como área relevante no quadro atual de tensão e guerra na Coréia. Um “sistema comum de defesa e proteção da linha Natal-Dakar”? Mas, “defesa e proteção”, exatamente contra o quê?! Curioso observar que mesmo quando o teatro de operações do conflito encontra-se a dezenas de milhares de quilômetros do Brasil, a reação brasileira a esta “ameaça” era a mesma da época da Segunda Guerra. A América Latina já não se encontrava no foco das tensões do mundo e o corredor Natal-Dakar, definitivamente, já não tinha mais importância estratégica significativa – pelo menos que se possa comparar com a da Segunda Guerra – no contexto da “Guerra Fria” e de suas novas estratégias, técnicas e tecnologias.

E a parca ajuda norte-americana no melhoramento da Marinha do Brasil – bem como de todas as outras da América Latina – é um sintoma da falta de importância estratégica da região no pós-guerra. Gerava-se um mal-estar generalizado entre os militares das forças navais latino-americanas ante a *qualidade e a quantidade* do material recebido ou negociado com os Estados Unidos. Para Robert Tomasek, os latino-americanos,

“sentiam-se frustrados ao receber, dos Estados Unidos, navios velhos munidos de equipamento obsoleto ou que se tornaria obsoleto dentro de poucos anos. *Isto parecia inevitável*. Presumivelmente, os Estados Unidos não venderiam navios novos que ele [mesmo] precisaria. Os preços elevados cobrados pelos navios velhos, assim, deixava transparecer que muito embora nós estivéssemos interessados em sua segurança, *não considerávamos isso vital* o suficiente para doar gratuitamente os navios.”⁸⁶ [grifo meu]

⁸⁴ Jornal *Correio do Ceará*, [Órgão dos Diários Associados], Fortaleza, número 12127, Sexta-feira, 8 de setembro de 1950, p.4, “Proteção da linha Natal-Dakar”

⁸⁵ ALVES, Vágner Camilo, op. cit., p.170.

⁸⁶ “[...] they [Latin Americans] have been disgruntled in receiving old United States ships with obsolete equipment or equipment that will be obsolete within a few years. This [...] seems unavoidable. Presumably the United States would not sell new ships it needs. The high prices charged for the older ships, though, make it appear to the Latins that although we are interested in their security, we do not consider it vital enough to feely donate the ships” Conforme: TOMASEK, Robert D. *Defense of the Western Hemisphere: a need for reexamination of United States policy*. In: *Midwest Journal of Political Science*, volume 3, número 4 (novembro de 1959), p.395.

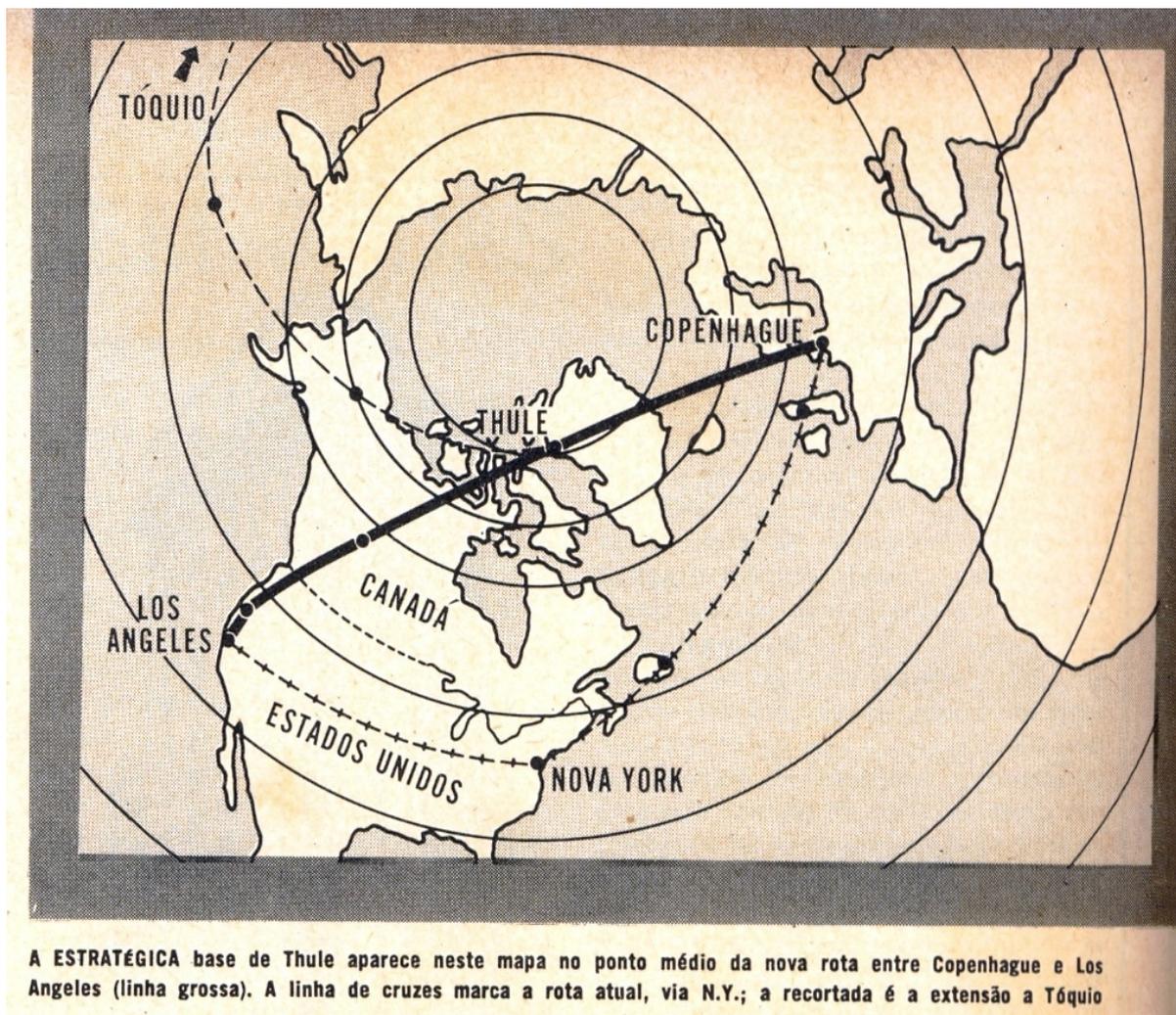
Logo, a Marinha dos países latino-americanos era equipada com material *compatível* com o seu papel e importância estratégica na atual conjuntura da “Guerra Fria”. A inexistência de ameaça externa na região demandava a entrega de material bélico que parecia cumprir finalidades puramente *decorativas e ilustrativas*. Como lembra o autor do artigo acima citado, “muitos dos navios das Marinhas latino-americanas eram velhas relíquias” e “com os Estados Unidos adicionando navios velhos, foi minimizada ainda mais a efetividade destas Marinhas em uma guerra com bombas atômicas e de hidrogênio.” A tecnologia havia mudado muito nos últimos anos e, segundo Robert Tomasek, “navios adequadamente armados no fim da Segunda Guerra Mundial tinham perdido muito de sua eficácia contra os modernos submarinos e outros tipos de equipamentos bélicos.”⁸⁷

Para os Estados Unidos era preciso estar perto do inimigo, buscar cercá-lo, avizinhar-se dele. No início dos anos de 1950, os Estados Unidos já firmam outras alianças de modo a viabilizar o estacionamento de aviões militares em regiões próximas da União Soviética, a nova ameaça ao “Mundo Livre.” Segundo matéria publicada na revista *Visão*, foi em Thule – que na mitologia dos antigos escandinavos significa o ponto mais afastado do mundo –, “neste páramo glacial, a 1.500 quilômetros do Pólo Norte, [que] os Estados Unidos em cooperação com o governo dinamarquês, construíram uma grande base aérea de estratégia vital para a defesa do mundo ocidental.”⁸⁸ [grifo meu] A rota que passava sobre Thule podia ter uso civil comercial, – como é mostrado no mapa abaixo extraído da matéria supracitada –, porém, da pista de pouso lá construída, “aviões de propulsão a jacto podem, imediatamente, responder a qualquer súbita agressão [soviética] [...] [e assim] poderosos bombardeiros levariam sua carga mortal [leia-se, bombas atômicas] aos pontos vitais do território da União Soviética.”⁸⁹ Mais uma vez, no novo mapa da “Guerra Fria” o Brasil ou a América Latina sequer aparecem.

⁸⁷ “Many of the ships of the Latin American navies are old relics. With the United States adding older ships, the effectiveness of their navies to fight an atomic-hydrogen war becomes even more minimized. [Nota: Ships adequately armed at the end of World War II have lost much of their effectiveness against modern subs and other types of warfare.]” Conforme: TOMASEK, Robert D., op. cit., p.395.

⁸⁸ Revista *Visão*, São Paulo, 28 de novembro de 1952, volume 1, número 10, p.30, “Sentinela na Groelândia.”

⁸⁹ Revista *Visão*, São Paulo, 28 de novembro de 1952, volume 1, número 10, p.30.



Toda a movimentação no Ártico deixou o governo canadense – em fins de 1949 – ciente do acirramento das tensões e preocupado com a movimentação militar na área.⁹⁰ Segundo o jornal *O Estado*, de Fortaleza, ao reproduzir notícia da *United Press*,

“o ministro da defesa do Canadá, sr. Brooke Claxton, afirmou, hoje, que existe a possibilidade de uma guerra no Ártico. Acrescentou que, em vista disso, as tropas canadenses estavam sendo preparadas eficientemente para êsse tipo de guerra.”⁹¹

De fato, meses depois aconteceram as primeiras manobras militares conjuntas entre norte-americanos e canadenses na região ártica: “Tropas dos Estados Unidos e Canadá se reúnem [...] para as primeiras manobras conjuntas, que, no gênero, se realizam pela primeira

⁹⁰ LACKENBAUER, P. Whitney e FARISH, Matthew. *The Cold War on Canadian soil: militarizing a Northern environment*. In: *Environmental History*, número 12, (outubro de 2007), p.920-950.

⁹¹ Jornal *O Estado*, Fortaleza, Ano XIV, número 6977, domingo, 11 de dezembro de 1949, p.1, “Possível uma guerra no Ártico.”

vez, sob condições de meio inverno no sub-Ártico.” O objetivo, de acordo com o periódico *Gazeta de Notícias*, “é repelir uma invasão teórica do [...] Alaska, por via aérea, de um ‘inimigo’ agressor [União Soviética].”⁹² Mas haveria a possibilidade de invasão dos Estados Unidos a partir do Alaska⁹³ ou do Ártico? A proximidade dos dois países nesta região não deixa dúvida de que – devido a necessidade de rapidez no desfecho de um ataque – aquele seria o caminho escolhido exatamente por ser o mais curto.⁹⁴ Durante a guerra da Coreia e o conseqüente acirramento das tensões leste-oeste, o Alaska era preparado para um iminente ataque comunista. Segundo notícia da *United Press*, reproduzida no *Correio do Ceará*,

“as bases militares ao longo da costa do Alaska permaneceram [às] escuras, durante a noite passada, dando a sensação de que estavam em guerra. Na vizinha base militar de Whitter, as luzes foram apagadas totalmente e os civis participaram de exercícios de defesa civil.”⁹⁵

Na verdade, as bases aéreas no Alaska – mais especificamente em Anchorage – se tornariam pontos importantes de onde os Estados Unidos poderiam desferir ataques ao imenso território da União Soviética. O mapa reproduzido abaixo – “An Alaska view of cold war political geography”⁹⁶ – sintetiza a proeminência das rotas polares e o quanto o estacionamento de bombardeiros no Alaska diminuiria as distâncias a serem vencidas até Moscou e Pequim, por exemplo. Mas não apenas o caráter ofensivo deve ser salientado: pelo mapa pode se observar que a base de Anchorage encontra-se relativamente próxima de outros pontos igualmente importantes para a defesa norte-americana, como Tóquio, Londres e Seul, por exemplo, e que precisariam ser abastecidos em caso de confronto mundial.

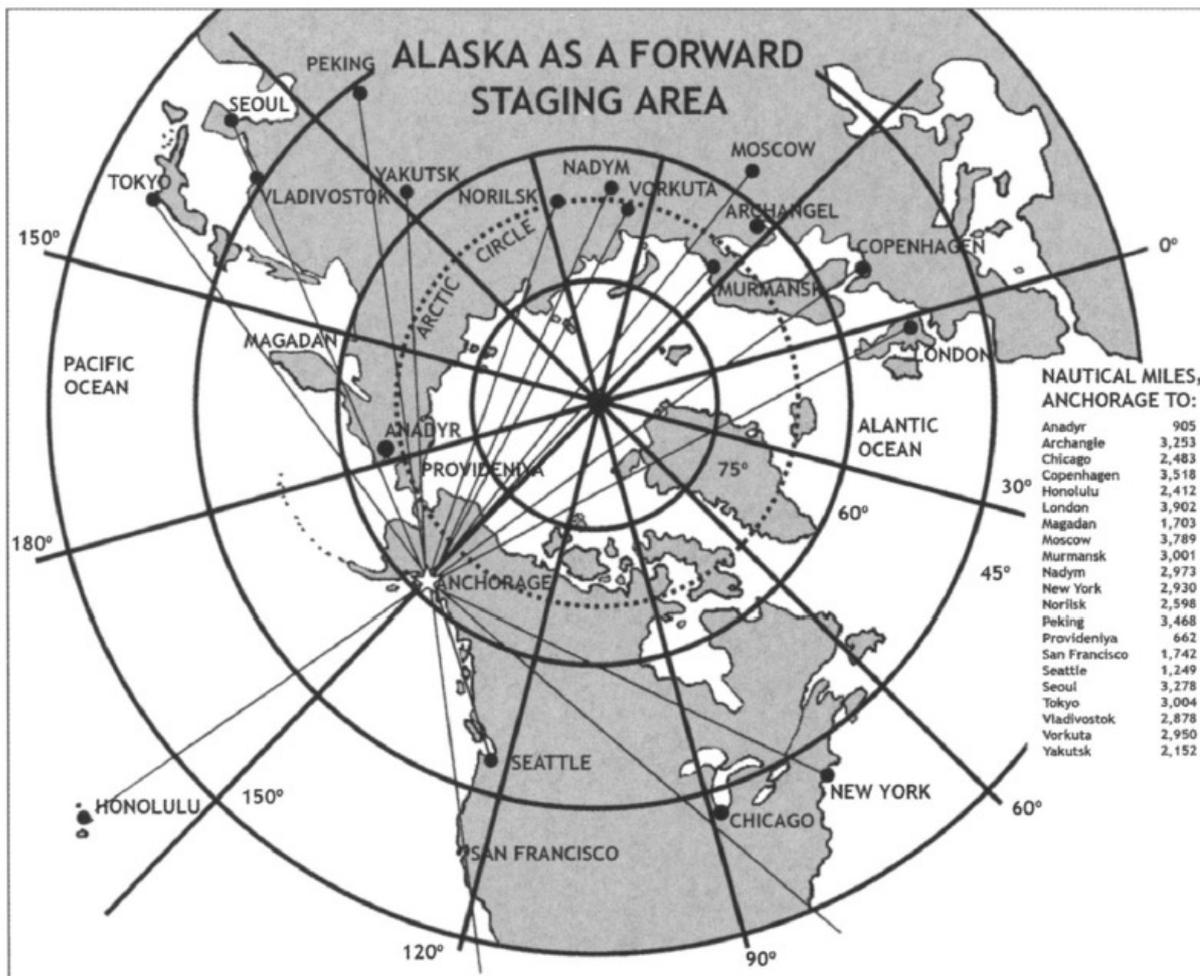
⁹² *Jornal Gazeta de Notícias*, Fortaleza, Ano XXIII, número 7259, quinta-feira, 2 de fevereiro de 1950, p.5, “Canadá e Estados Unidos juntos em manobras militares.” [Matéria do USIS]

⁹³ “With the Soviet Union defined as the primary enemy, Alaska gained strategic significance because of its location.” Conforme: HUMMEL, Laurel J. *The U.S. military as geographical agent: the case of Cold War Alaska*. In: *Geographical Review*, volume 95, número 1 (janeiro de 2005), p.48.

⁹⁴ “Central to early cold war thinking was the ‘polar concept’, based on the simple geographical truth that the shortest distance between the United States and the Soviet Union – and vice versa – was a straight line across the polar region. Recognized in the 1930s by Gen. Billy Mitchell, one of the earliest and most vocal proponents of air power, as the key to future air wars, the polar concept garnered new attention as technological advances eventually rendered the continental United States a vulnerable target. The perceived danger of transpolar attack triggered planning for systems of advanced warning and interception across northern North America and made Alaska a strategic air center for basing and commanding the required forces.” [grifos meus] Conforme: HUMMEL, Laurel J., op. cit., p.48.

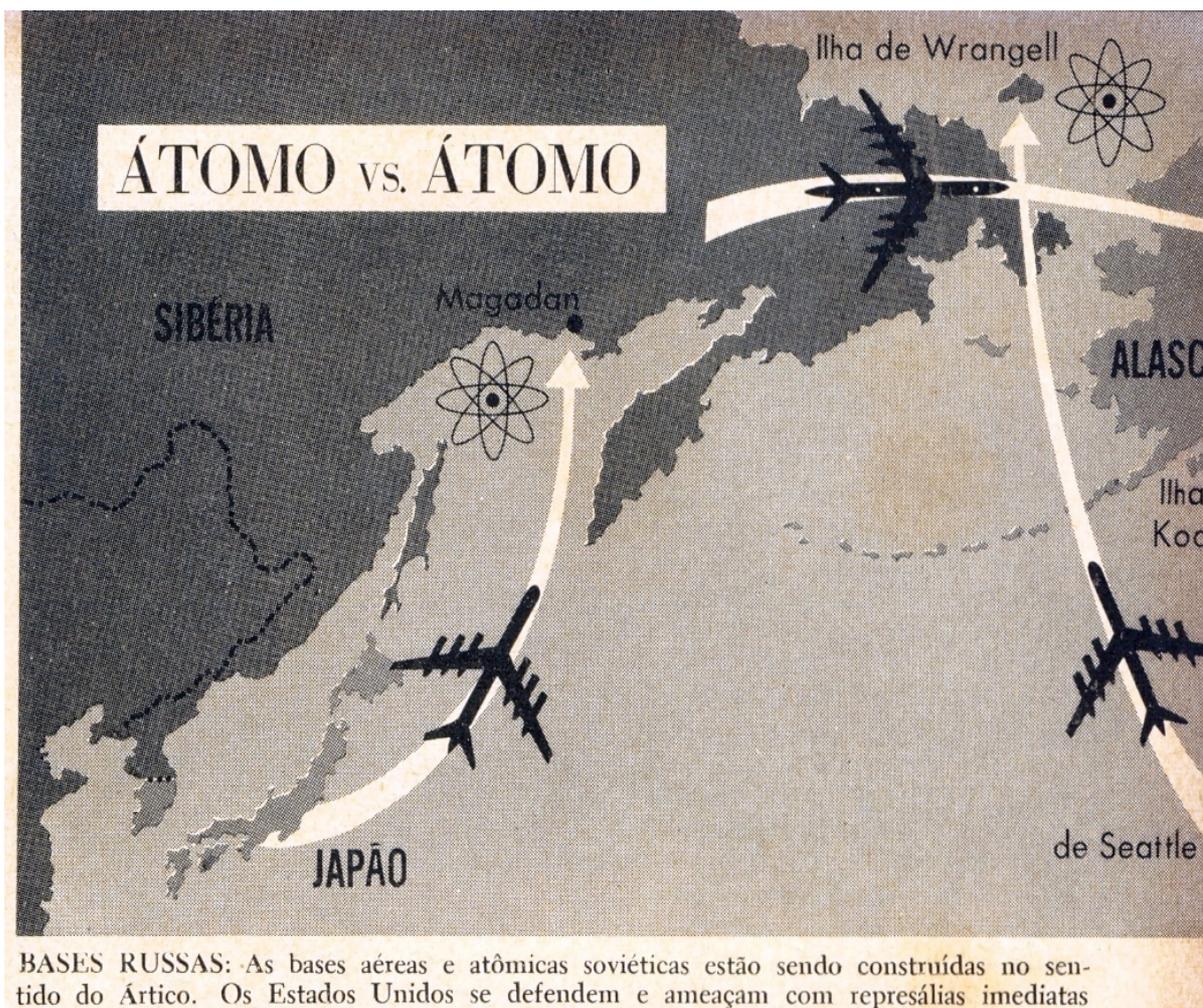
⁹⁵ *Jornal Correio do Ceará*, [Órgão dos Diários Associados], Fortaleza, número 12215, quinta-feira, 21 de dezembro de 1950, p.1.

⁹⁶ “Maps like this showing Alaska’s proximity to potential foes and allies bordering the polar route helped to justify the U.S. military investment in Alaska.” Conforme: HUMMEL, Laurel J., op. cit., p.49.



E a exemplo dos Estados Unidos, a União Soviética sabia que o caminho mais rápido para chegar ao inimigo – “os imperialistas ianques” – seria pelo pólo. Nos anos seguintes ela prepararia uma resposta àquele cerco e, assim, segundo a revista *Visão*, “a aviação soviética instala novas bases no Ártico.” E é sabido que “[...] as forças aéreas e atômicas da Rússia estão efetuando um movimento para o noroeste, a fim de obter maiores probabilidades de êxito num possível ataque aos Estados Unidos.”⁹⁷ O mapa abaixo – extraído da matéria citada – representa a movimentação russa rumo ao Ártico: pode-se perceber um bombardeiro norte-americano saindo do Japão e rumando para a União Soviética, o que denota o “cerco” a que estavam sujeitos os russos, e a necessidade deles, portanto, de também se aproximarem dos “ianques” de modo a diminuir o “tempo de resposta”.

⁹⁷ Revista *Visão*, São Paulo, 5 de março de 1954, volume 4, número 5, p.15, “Notícias mundiais”, “Avança a Rússia.”



A instalação de bases soviéticas no Ártico possibilitou o restabelecimento do equilíbrio afetado: se o passo dado pelos norte-americanos em Thule serviu para deixá-los mais próximos da União Soviética, a reação desta última serviu para mostrar que eles estavam logo ali – igualmente a minutos de distância.⁹⁸ O movimento de ação e reação será uma *constante* no período da “Guerra Fria”. Quaisquer tentativas de quebra deste equilíbrio, sem possibilidade de seu restabelecimento logo em seguida, põe em risco a “paz” mundial: foi exatamente o que aconteceu em 1962 durante a “Crise dos Mísseis”,⁹⁹ quando ficou

⁹⁸ Em 2007, em outro contexto, intensifica-se a atividade militar no Ártico. Ver: Revista *Le Monde Diplomatique*, setembro de 2007, “Guerra Fria sobre o Ártico.” [Edição eletrônica] Ver: <http://diplo.uol.com.br/imprima1897> (Acessado em 7-09-2009 às 11h10min). Na mesma edição eletrônica é anunciado que a Antártida é também disputada pelas grandes potências, como área para “simular as condições em que poderá se dar a colonização do espaço” [“Da Antártida às estrelas”] Sobre a reutilização militar do Ártico, há o artigo “Rússia divulga plano para militarização do Ártico” [Edição eletrônica] Ver: http://www.defesanet.com.br/missao/ant_08/art_mil_1.htm (Acessado em 7-09-2009 às 11h30min), ou “US Navy participa em exercício no Oceano Ártico” [Edição eletrônica] Ver: http://www.defesanet.com.br/missao/ant_08/art_mil.htm (Acessado em 7-09-2009 às 11h35min) ou “Guerra Fria iminente pelo controle do Oceano Ártico” [Edição eletrônica] Ver: http://www.defesanet.com.br/missao/ant_08/artico.htm (Acessado em 7-09-2009 às 11h35min)

⁹⁹ Ver: ABEL, Elie. *The missile crisis*. Nova Iorque: Bantam Books, 1966.

constatado que “os soviéticos estavam construindo silos para mísseis ofensivos, bem como montando bombardeiros, em pleno território cubano.”¹⁰⁰ Em matéria publicada na revista *Visão*,

“o equilíbrio de poder foi rompido pela quase eliminação do tempo de alerta, que possibilita uma tentativa de defesa e de retaliação face a qualquer ataque desfechado no sentido norte-sul (via Ártico). Esse tempo de alerta é de aproximadamente vinte minutos; com a instalação de bases [soviéticas] de foguetes ao sul [dos EUA, em Cuba], permitindo um ataque de sentido sul-norte, esse tempo de alerta fica reduzido a três minutos, talvez menos.”¹⁰¹



A perda de importância estratégica do Brasil – e ao que tudo indica, de toda a América Latina – é uma consequência da “Guerra Fria” e de seu rebento, a bomba atômica. No caso da América Latina, ela só se inserirá no quadro da “Guerra Fria” – rapidamente e através de Cuba – com a “Crise dos Mísseis”. O que ocorria neste período é que existiam questões mais prementes e urgentes que exigiam uma coordenação e concentração de esforços que jogava o Brasil e toda a América Latina para a margem do sistema bipolar. E muitas destas questões orbitavam em torno da bomba atômica e seu desenvolvimento, teste, operacionalização, construção de vetores: são os subprodutos da “Guerra Fria”. Em 1949, a União Soviética já possuía sua bomba atômica e isto pareceu acelerar mais ainda o processo em curso de perda de importância estratégica da América Latina. Como diria Carlos Fico, “a avaliação sobre a desimportância estratégico-militar da América Latina consolidou-se desde os anos 1950,”¹⁰² uma vez que o “advento das armas nucleares e as modificações na visão de mundo em Washington pareciam relegar o Brasil a uma menor importância [estratégica].”¹⁰³

Volto agora a tabela apresentada anteriormente com o número de referências ao Brasil e a América Latina: não estaria esse baixo nível de referências e citações – ou esse sumiço das páginas da bibliografia da “Guerra Fria” – relacionado a essa perda de importância

¹⁰⁰ FICO, Carlos, op. cit., p.24.

¹⁰¹ Revista *Visão*, São Paulo, 2 de novembro de 1962, volume 21, número 18, p.14, “O Mundo” “Minutos que pesaram na balança.”

¹⁰² FICO, Carlos, op. cit., p.20.

¹⁰³ “The advent of nuclear weapons and changing world views in Washington seemed to relegate Brazil to minor importance [...]” Conforme: DAVIS, Sonny B. *Brazil-United States military relations in the early post-world war era*. In: Revista *Diálogos*, DHI/UEM, volume 6, 2002, p.18.

estratégica? Há, obviamente, pontos de contato entre um (a “Guerra Fria”) e outro (a América Latina), mas quando compreendida em seus componentes estratégicos, a “Guerra Fria” parece um fenômeno que ocorreu com o Brasil e a América Latina a margem – ou em órbitas muito distantes – do epicentro bipolar. O que explica, assim, o discurso recorrente na bibliografia e na imprensa que põe, por exemplo, o Brasil como alvo de bombardeiros soviéticos ou o Nordeste brasileiro como teatro de operações da Terceira Guerra Mundial?¹⁰⁴ Não seriam tentativas de reaver uma importância estratégica perdida? Não seria uma maneira de reviver os bons tempos da Segunda Guerra, do “trampolim para a vitória”? Ao que me parece, este discurso saudosista tanto servia a *direita* (militar) nacionalista – em seus diversos matizes, “direitista”, “de esquerda” ou “cosmopolita de direita”, como apresenta Jorge Ferreira¹⁰⁵ –, como a *esquerda* assumidamente comunista ou não. Estes grupos comporiam um “teatro tropical” da “Guerra Fria”, no qual a suposta importância estratégica do Brasil servia a *ala direita*, para tentar, por exemplo, barganhar com os Estados Unidos – empréstimos, aquisição de material bélico, um assento permanente nas Nações Unidas¹⁰⁶ etc. – e a *ala esquerda*, que denunciava acidamente¹⁰⁷ a intervenção “ianque”, o roubo de “nossas” jazidas minerais e petrolíferas, a “tomada” de Fernando de Noronha e a “ameaça” à soberania nacional etc., denúncias estas que só pareciam fazer sentido se contextualizadas no espectro mais amplo da “Guerra Fria”. Assim, o restabelecimento da importância estratégica reacendia a vaidade em *um* grupo e acirrava os ânimos em *outro*, e servia para explicar a ação, a militância e o

¹⁰⁴ Pelo menos no que tange a cessão de Fernando de Noronha, esta possibilidade foi lucidamente descartada pelo deputado Horácio Láfer (PSD-SP), em discurso de 11 de fevereiro de 1957: “Tenho a certeza de que o Senhor Presidente da República não pode pensar que o Nordeste seja o ponto vital e decisivo de uma guerra futura. Ela se desenvolverá em outras regiões. O Nordeste será tão atingido como qualquer outra região. Não há motivo para que se aponte aquela região do País como o ponto decisivo de um conflito futuro. V. Ex.^a que estuda muito esse assunto [referindo-se ao deputado Carlos Lacerda], sabe perfeitamente que há grande literatura sobre onde a guerra se vai processar. E nós todos vamos encontrar a extremidade norte do nosso continente sendo preparada para esse fim. *Por que dizer que será no Nordeste que a guerra irá se desencadear?* Para bem do nosso País, não acredito nesta hipótese e acho que o Senhor Presidente da República há de pensar desta mesma forma.” [grifo meu] Conforme: LACERDA, Carlos. *Discursos parlamentares*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p.174. (Coleção *Brasil século 20*)

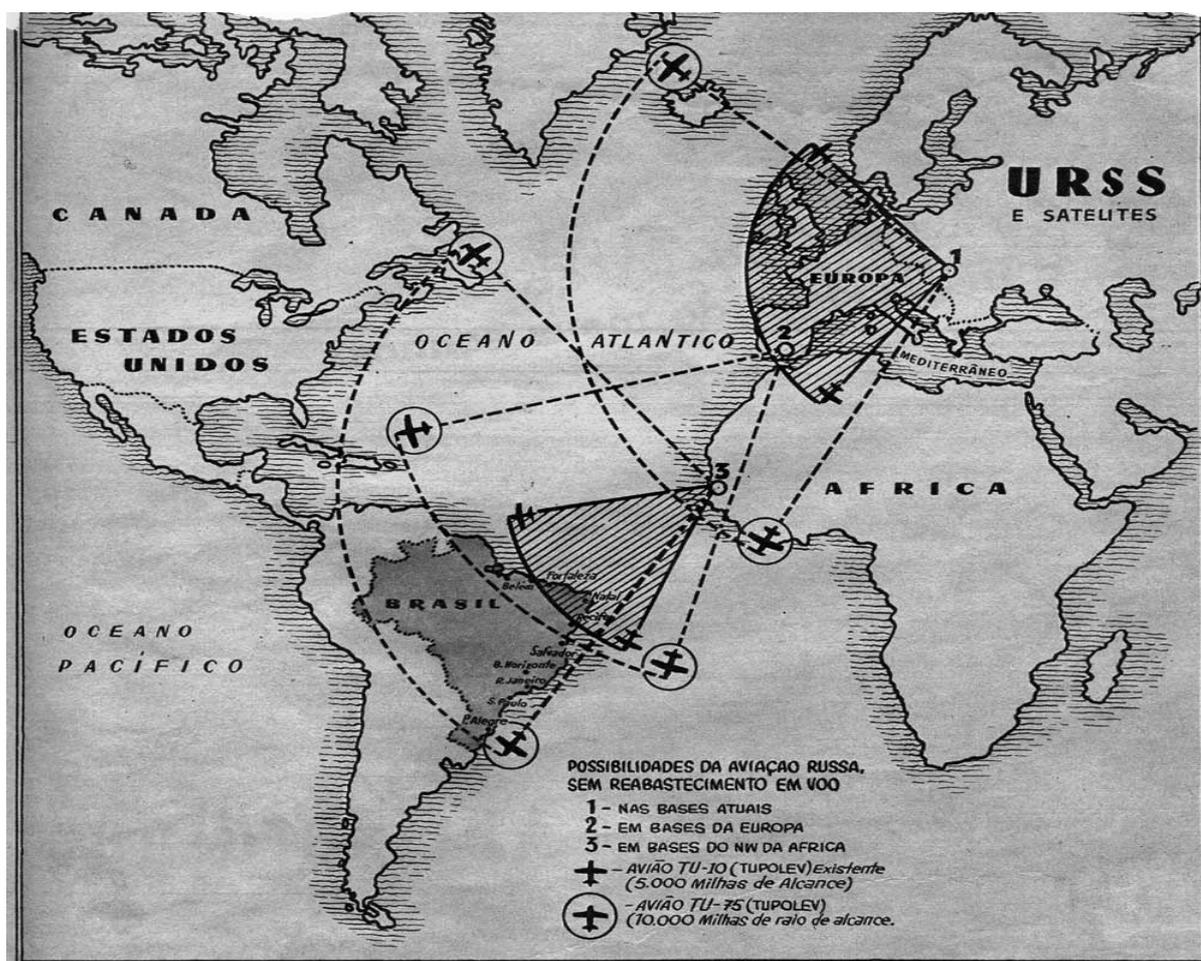
¹⁰⁵ FERREIRA, Jorge. *Crises da República: 1954, 1955 e 1961*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves Delgado. *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.320.

¹⁰⁶ “Em Dumbarton Oaks (agosto de 1944), as grandes potências começaram a deliberar sobre o formato da ONU [...] reservando a maior parcela de poder para um conselho de segurança no qual as grandes potências teriam poder de veto. Daí que a ‘completa participação dos países latino-americanos’ na discussão dos arranjos do pós-guerra, proclamada por Washington em julho de 1944, *constituía mais um petardo retórico americano do que uma diretriz de política internacional*.” [grifo meu] Conforme: MOURA, Gerson, op. cit., p.47.

¹⁰⁷ “En Brasil, donde el sentimiento anti-yanqui ha alcanzado formas casi patológicas y donde los altos elementos del gobierno son vigorosamente anti-norteamericanos, este fenómeno se ha reflejado en la política. Prueba de ello es la terminación de los vínculos con los Estados Unidos y la Gran Bretaña en el campo de la energía atómica (aunque más tarde se permitió la reiniciación de la investigación conjunta de minerales para producir dicha energía) y en los acalorados debates parlamentarios y campañas de prensa referentes a las bases atómicas en la isla de Fernando de Noronha.” Conforme: GIL, Federico G. *Cuatro tendencias en la política latinoamericana*. In: *Journal of Inter-American Studies*, volume 1, número 4 (outubro de 1959), p.462-463.

pragmatismo político de *ambos*. A assunção intestina explícita da *desimportância* estratégica do Brasil deveria ser repelida, pois lançaria os discursos de *ambos* os grupos em um irremediável vazio e vácuo.

Tomo um exemplo: em matéria publicada em novembro de 1952 na revista *O Cruzeiro* – de circulação nacional na época – foi mostrado um mapa que assinala “as possibilidades operacionais da aviação russa para intervir nas rotas comerciais do Brasil e até nas suas cidades costeiras.”¹⁰⁸ Reproduzo o mapa abaixo.



No mapa são mostradas as “possibilidades da aviação russa” em três cenários e com dois tipos de aeronaves diferentes. Os cenários são: *primeiro*, um ataque a partir das “bases atuais,” na Rússia; *segundo*, um ataque a partir de “bases na Europa”, mais precisamente de Lisboa; e *terceiro*, um ataque a partir de bases localizadas no “NW da África”. As aeronaves são de dois tipos: uma (tipo TU-10) com um alcance de 5.000 milhas e outra (tipo TU-75)

¹⁰⁸ Revista *O Cruzeiro*, 1 de novembro de 1952, p.54-60, “Poderemos ficar neutros? O Brasil na 3ª Guerra Mundial.”

com alcance de 10.000 milhas. Assim, no cenário desenhado pelo jornalista da revista, Neiva Moreira, os russos, “instalados em Lisboa”, teriam ao seu alcance (com os TU-75), para o bombardeio, “uma parte do litoral ao norte da Bahia e, de Dacar, estariam em condições de bombardear todo o território brasileiro e as vitais instalações de petróleo da Venezuela e o Canal de Panamá.” Um olhar retrospectivo sobre estas possibilidades conduz-me a alguns questionamentos: por que viajariam os russos em “aviões modernos, de propulsão a jacto” por todo o Atlântico – por uma distância de algumas dezenas de milhares de milhas –, exatamente para bombardear o Brasil? Que ameaça, na disputa bipolar, representava o Brasil ao “imperialismo soviético”? Vejamos na matéria se há pistas que ajudem a responder essas perguntas.

De início, foi salientado o que a matéria *não* busca fazer, ou seja, nem “examinar [...] as causas e nem as razões ideológicas, políticas e econômicas que conduziram a atual situação do mundo.” Dito isto, parto para o objetivo da matéria: “fixar alguns aspectos *evidentes* da posição do nosso país no quadro de uma situação internacional eivada de riscos e perigos.” [grifo meu] Concordo com o autor no que diz respeito a “situação internacional”: de fato, quando da publicação da matéria – em 1 de novembro de 1952 – o clima de tensão entre os pólos era acentuado. Como disse, a União Soviética já havia detonado sua primeira bomba atômica – em 1949 – e os Estados Unidos – no dia anterior a publicação da matéria, 31 de outubro de 1952 – haviam testado sua primeira bomba de hidrogênio em Enewetak, no Oceano Pacífico. A detonação russa deu ao Ocidente o receio¹⁰⁹ de ver Washington ou Nova Iorque atacadas por bombardeiros soviéticos armados com bombas atômicas: mas o que levaria a União Soviética a atacar Fortaleza, Natal, Salvador ou o Rio de Janeiro? A resposta parece repousar – segundo Neiva Moreira – em “um exame do mapa mundial”,¹¹⁰ que mostra “campanhas militares geograficamente limitadas e pontos de fricção armada” no mundo passíveis de conduzir a eclosão de uma guerra mundial. Os “pontos de fricção” estão em três frentes: Coréia, Indo-China e Malaia. Mais adiante, o autor salientou que a União Soviética dispõe do “mais poderoso instrumento militar da história, que se beneficia do trabalho escravo e está servido pelo fanatismo político de uma ideologia habilmente colocada a serviço da

¹⁰⁹ “Depois de 1945, o elevado grau de segurança militar e de imunidade física a ataques hostis ou invasão, que tinham caracterizado a história americana desde o final da guerra de 1812 até o final da Segunda Guerra Mundial, deixara de existir. O sentimento de poder que a explosão da primeira bomba atômica dera ao povo Americano foi de pouca duração. A longo prazo, era impossível sustentar o segredo científico. E quando outras nações também desenvolvessem armas nucleares, todas as noções de segurança ficariam obsoletas.” Conforme: EKIRCH, Jr., Arthur A. *A democracia Americana: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965, p.291.

¹¹⁰ Revista *O Cruzeiro*, 1 de novembro de 1952, p.55.

agressão.”¹¹¹ Ora, com esta opinião, o autor expressou claramente uma “razão ideológica” que explica a “atual situação do mundo”, apesar de que no início da matéria ter enfatizado que se furtaria de tal exercício. Mostrou ainda, acertadamente, que apenas o equilíbrio nas forças militares do bipolo é que pode evitar a guerra. Diante da possibilidade de alastramento dos “pontos de fricção”, o autor perguntou “se poderemos permanecer neutros ou, apenas numa cooperação simbólica com as potências ocidentais.”

Em seguida Neiva Moreira mostrou que entre os militares soviéticos, “Hitler é acoimado de ter cometido erros estratégicos básicos e um deles o de não haver ocupado o Suez e estabelecido o domínio aeronaval de Dacar, para neutralizar Parnamirim [Natal].” E deduziu, a partir daí, que a União Soviética “não deseja repetir o ‘êrro’”¹¹² e, deste modo, o Brasil estaria em perigo. E, saudoso dos tempos da grande importância estratégica do Brasil, asseverou:

“É que somos, hoje, menos pelo nosso desejo, do que pelas imposições da Geografia e os progressos da técnica, *um país nas rotas das grandes decisões militares*. Basta pensar no que seria dos Estados Unidos, se o nosso país fosse ocupado pelos russos. [...] somos o elo partido de uma cadeia de segurança mundial.”¹¹³ [grifo meu]

A assertiva acima serviu também para explicar o motivo pelo qual os comunistas dão “tamanha importância ao pacifismo dos brasileiros” – aqui se referindo, provavelmente, as “Campanhas de Paz”.¹¹⁴ Aparentemente, o que Neiva Moreira tentou demonstrar é que o Brasil estava em perigo e o alinhamento estratégico com o Ocidente – o que já ocorreu desde o fim da Segunda Guerra – é uma necessidade urgente: “Como pensar em neutralidade quando a Geografia conspirou contra?”¹¹⁵ Apesar de constatar que há, atualmente, no mundo, um conjunto de “progressos da técnica”, utilizou este argumento para mostrar que a União Soviética – com o desenvolvimento de “bombardeiros a jacto”, por exemplo – está prestes a atacar e invadir o Brasil. Parece não perceber, portanto, que foram exatamente os “progressos da técnica” que deixaram o Brasil mais longe do centro da “Guerra Fria”. Ao inferir a possibilidade do ataque russo, não estaria ele, na realidade, se referindo ou temendo o

¹¹¹ Revista *O Cruzeiro*, 1 de novembro de 1952, p.56.

¹¹² Revista *O Cruzeiro*, 1 de novembro de 1952, p.60.

¹¹³ Revista *O Cruzeiro*, 1 de novembro de 1952, p.64.

¹¹⁴ RIBEIRO, Jayme Fernandes. *Os “Combatentes da Paz”*: a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950). Niterói, 2003, 182 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense – UFF.

¹¹⁵ Revista *O Cruzeiro*, 1 de novembro de 1952, p.56.

recrudescimento da militância comunista no Brasil,¹¹⁶ naquele momento? Este não seria o “verdadeiro” risco ou ameaça que o Brasil estaria correndo? Segundo Heloisa Reichel,

“a América Latina também não ocupava um lugar central no projeto de expansão mundial do domínio soviético. Estudiosos apontam que dificilmente a URSS teria condições ou até interesse de superar a hegemonia norte-americana no continente. Mesmo assim, era preocupante o crescente número de adeptos que o comunismo apresentava na conjuntura do pós-guerra.”¹¹⁷

No Brasil, é sabido que a militância comunista no que se refere as “Campanhas de Paz” era crescente e este recrudescimento dava visibilidade a “causa” comunista. Segundo a imprensa da época, no Rio de Janeiro comunistas eram “presos [...] quando [...] estudavam os planos [...] para a realização dos chamados ‘Congressos Pró-Paz’”¹¹⁸ ou quando tentavam “festejar o aniversário de Stalin”.¹¹⁹ Enquanto isto, nas “cidades de Taubaté, Sorocaba, Bauru, Ribeirão Preto e Campinas [...] [a polícia teve] grande trabalho a noite passada, para impedir a realização de congressos comunistas pró paz mundial.”¹²⁰ E segundo matéria do periódico *O Estado*, no exterior, parlamentares comunistas brasileiros participavam de encontros que trombeteavam a paz mundial e eram repreendidos, no Brasil, por seus pronunciamentos nestes encontros.

“O Ministro da Justiça, sr. Adroaldo Mesquita da Costa, condenou acerbamente a atitude do deputado comunista brasileiro Pedro Pomar, no Congresso Continental Pró-Paz, na cidade do México [...] que demonstrou ser mau brasileiro, faltando a verdade dos fatos e repudiando a Pátria.”¹²¹

Quando foi sugerida a criação de um “projeto de inquérito” para apurar as declarações do deputado comunista, revela-se um indicativo de onde brotavam os receios de que um ataque da Rússia ao Brasil seria possível. Para *O Estado*, jornal de Fortaleza,

¹¹⁶ “No que respeita a ordem interna, há ainda a consideração a infiltração comunista em todos os setores das atividades nacionais e cuja forma subversiva constitui uma ameaça permanente e progressiva a nossa segurança interna.” *Ata da décima sexta sessão do Conselho de Segurança Nacional*, 30 de junho de 1951, Rio de Janeiro, Palácio do Catete, página 52. Presidindo a sessão o sr. presidente Getúlio Dornelles Vargas.

¹¹⁷ REICHEL, Heloisa Jochims. *O ‘perigo vermelho’ na América Latina e a grande imprensa durante os primeiros anos da Guerra Fria (1947-1955)*. In: Revista *Diálogos*, volume 8, número 1, 2004, DHI/UEM, p.197

¹¹⁸ Jornal *O Estado*, Fortaleza, Ano XIII, número 6903, terça-feira, 6 de setembro de 1949, p.1, “A polícia fluminense fez abortar mais um plano comunista.”

¹¹⁹ Jornal *Correio do Ceará*, [Órgão dos Diários Associados], Fortaleza, número 12216, sexta-feira, 22 de dezembro de 1950, p.1, “Os Comunistas brasileiros tentam festejar o aniversário de Stalin.”

¹²⁰ Jornal *O Estado*, Fortaleza, Ano XIII, número 6905, sexta-feira, 9 de setembro de 1949, p.1, “Os comunistas brasileiros recebem ordens diretas de Moscou” “Comprovação da polícia paulista sobre o conclave pró-paz.”

¹²¹ Jornal *O Estado*, Fortaleza, Ano XIII, número 6908, terça-feira, 13 de setembro de 1949, p.1, “O Ministro da Justiça condena a atitude do mau brasileiro Pedro Pomar.”

“Figurou-se na ordem do dia da Câmara Federal, o projeto de inquérito para apurar a autenticidade das declarações do deputado Pedro Pomar. [...] O sr. Pereira da Silva [?] defendeu ardorosamente o projeto, lembrando o anterior comportamento dos comunistas, inclusive a declaração do sr. Luis Carlos Prestes, *formulada sobre a hipótese de uma guerra entre o Brasil e a Rússia.*”¹²² [grifo meu]

Teria sido o próprio Partido Comunista, portanto, o foco irradiador da possibilidade de um ataque da União Soviética ao Brasil? Estaria o autor de *O Cruzeiro* repercutindo uma possibilidade levantada pelo expoente máximo do Partido no Brasil, o sr. Luis Carlos Prestes? Há, porém, indícios da existência de outros focos irradiadores desta conjectura no mesmo período. Ainda segundo *O Estado*,

“o presidente Dutra compareceu, hoje, no Ministério da Marinha, presidindo o ato da entrega de diplomas aos novos oficiais [da] Escola Naval de Guerra. Durante a solenidade, o comandante Lúcio Martins Meira fez sensacional advertência à Nação, dizendo que *todo o território nacional, no caso de uma terceira guerra, poderá ficar exposto a um ataque procedente de outro continente.* Em seguida, fez um apelo para que o Brasil mantenha forças armadas adequadas a fim de que, em qualquer emergência, as mesmas possam enfrentar o perigo e a ameaça.”¹²³ [grifo meu]

Percebe-se, assim, que um receio de “ataque procedente de outro continente” [leia-se Asiático; União Soviética, portanto] existia no seio dos militares. Discursos de comunistas, de redatores de revista e de militares retro-alimentavam a *suposta* importância estratégica do Brasil, transformando-o em potencial alvo das forças soviéticas estacionadas a dezenas de milhares de milhas. Porém, segundo Heloisa Reichel, “os especialistas em estudos sobre a guerra fria apontam que, também para Stalin e seus sucessores, a América Latina nunca foi área central de interesse do bloco soviético, não se constituindo sua invasão em uma ameaça concreta.”¹²⁴

A análise de Neiva Moreira no artigo de *O Cruzeiro* peca exatamente por querer aplicar uma situação que foi válida na Segunda Guerra – ou seja, a importância do eixo Natal-Dacar – ao mundo do pós-guerra. Mas se o Nordeste brasileiro não fosse mais tão importante,

¹²² Jornal *O Estado*, Fortaleza, Ano XIII, número 6911, sexta-feira, 16 de setembro de 1949, p.1, “Analisado, na Câmara o caso Pedro Pomar.” “Considerada incompatível com o mandato parlamentar a atitude do representante comunista.”

¹²³ Jornal *O Estado*, Fortaleza, Ano XIII, número 6914, terça-feira, 20 de setembro de 1949, p.1, “O Comandante da Escola Naval de Guerra fez sensacional advertência à Nação sobre o perigo de uma Terceira Guerra Mundial.”

¹²⁴ REICHEL, Heloisa Jochims, op. cit., p.207.

como poderia ele argumentar a favor do suposto risco iminente de invasão que corríamos? Na análise de Heloisa Reichel,

“durante os anos investigados [1947-1955], a imprensa brasileira registrou os movimentos sociais e políticos, reproduziu posicionamentos de governos e autoridades, publicou artigos e editoriais, todos relacionados com a repercussão do conflito ideológico [onde] o comunismo integrava o imaginário da época, o qual era marcadamente polarizado [:] a ordem e a subversão, o seguro e o perigo, o bem e o mal [...] *Essa disposição de luta entre contrários promoveu uma forte tendência a simplificar, dramatizar e investir os fenômenos de um alto grau de significação.*”¹²⁵ [grifo meu]

O que percebo aqui é que o discurso *molda* o entendimento que é feito da conjuntura atual – por jornalistas, militares, comunistas – de modo a adaptá-lo a uma realidade e *necessidade* local e pontual. Não estaria a matéria do *Cruzeiro* apresentando aquela “forte tendência a simplificar, dramatizar e investir os fenômenos de um alto grau de significação”, comuns àquela época e contexto? Para Robert Tomasek, na segunda metade da década de 1950, no contexto da assinatura do tratado para cessão de Fernando de Noronha aos norte-americanos, um “jornal comunista foi muito bem-sucedido em suas reportagens incorretas [refere-se a matérias do periódico *Imprensa Popular*, de 13 e 16 de dezembro de 1956] de que os Estados Unidos queriam bases aéreas e navais, bem como pontos de lançamentos de mísseis no Brasil.”¹²⁶ Denúncias, deste modo, eram trombeteadas para chamar a atenção e causar repercussão na imprensa e na opinião pública, corroborando na sedimentação de um imaginário onde qualquer aproximação com os Estados Unidos ou com a União Soviética – dependendo de que tendência o periódico ou revista assumia – era rotulada como nociva e maléfica aos interesses nacionais. Assim, notícias de jornais e matérias de revistas eram habilidosamente formuladas para potencializar o seu efeito ideológico, de modo a bem descaracterizar um pólo (“porcos imperialistas”) ou outro (“comunistas ateus”), e tudo isto *em detrimento* da veracidade ou acuidade do que era apresentado e disseminado pelos periódicos ou pelas revistas.

Seja como for, parecíamos levar a sério as ameaças de um ataque aéreo ao Brasil, mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro. Em outubro de 1953, foi realizado na capital federal um curioso exercício militar, promovido pelo Departamento de Guerra Química do Exército. Os militares se basearam numa desesperada tentativa dos norte-americanos, na

¹²⁵ REICHEL, Heloisa Jochims, op. cit., p.204-205.

¹²⁶ “The Communist paper was highly successful in its inaccurate reporting that the United States wanted air and naval bases as missile launching sites in Brazil. See *Imprensa Popular*, December 13 and 16, 1956, p.1.” Conforme: TOMASEK, Robert D., op. cit., p.387, nota 42.

Segunda Guerra, de proteger a cidade de Nápoles de ataques aéreos, ocultando com uma “cortina de fumaça” os seus pontos estratégicos. A versão carioca do exercício exigiu a queima de vários pneus automotivos encharcados com combustível e que foram dispostos ao longo da cidade para simular aquela “cortina de fumaça”. O local escolhido para a realização do experimento foi uma área entre o Corcovado, o morro dos Cabritos e a praia do Botafogo: segundo o Exército, o experimento se revestiu do maior sucesso. Uma coluna espessa de fumaça de 100 metros tomou conta daquelas áreas, fazendo com que trafegassem “os ônibus e automóveis em marcha reduzida, com os faróis acesos e tocando insistentemente as campainhas e buzinas.” Ao final, felizmente, “não se registrou nenhum acidente.”¹²⁷ Um pouco antes, em agosto, na cidade de São Paulo, uma curiosa conjectura foi levantada: “Que aconteceria se caísse uma bomba atômica em São Paulo?” Foram descritas muita destruição, radiação, mortes, doenças, epidemias, fomes, falta de água e energia elétrica, e desabrigados. Porém, “120 dias eram decorridos [desde a explosão atômica] e já o espírito dinâmico do paulistano o impelia à luta de reconstrução do seu patrimônio tão tragicamente destruído.”¹²⁸ Segundo o jornal, vivia-se no mundo uma época de saber “o que aconteceria” e aquele exercício teórico pareceu uma tentativa de preparar a cidade para o que se avizinhava.¹²⁹



E a pergunta teima: por que os russos viajariam dezenas de milhares de milhas para atacar o Brasil, a “zona petrolífera da Venezuela” ou o “Canal do Panamá”?¹³⁰ Vale frisar aqui, no entanto, que é controverso a admissão destas áreas como estratégicas para os Estados Unidos no imediato pós-guerra e, ao que tudo indica, nas décadas seguintes. E não apenas

¹²⁷ Jornal *O Unitário*, Fortaleza, Ano I, número 11587, quarta-feira, 28 de outubro de 1953, p.1, “Proteção ao Rio em caso de guerra nos exercícios bélicos de ontem.”

¹²⁸ Jornal *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, Ano XXVII, Suplemento, número 8285, sábado, 15 de agosto de 1953. [Transcrito da *Folha da Noite*, de São Paulo]

¹²⁹ Enquanto na região Sudeste se exercitava a destruição de suas cidades, no Nordeste outra “bomba” explodia: “Nancy Montez [o ‘broto-sensação’, uma das mais jovens e famosas bailarinas de rumba e mambos de Cuba [...] em *tournee* pelas Américas] [...] a ‘bomba’ que a PRE-9 [Ceará Radio Clube] lançará esta semana.” Conforme: Jornal *Unitário*, Fortaleza, Ano I, número 11571, quinta-feira, 8 de outubro de 1953, p.8.

¹³⁰ Claro está que existiam condições técnicas que efetivariam os bombardeamentos, se necessário. “[...] o rápido desenvolvimento da guerra aérea, inclusive o uso das bombas atômicas, transforma grandes cidades em alvos dos mais vulneráveis e podem revolucionar as políticas estratégicas dos Estados e suas relações internacionais. Dentro das possíveis previsões, não há cidade no mundo que esteja fora do alcance das novas armas, cuja capacidade destruidora é indicada pelos efeitos da bomba lançada em Hiroxima.” Conforme: MOODIE, A. E. *Geografia e política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965, p. 175.

elas, mas todo o Caribe e América Central, uma vez que, ainda de acordo com Robert D. Tomasek,

“os Estados Unidos não tem usado a maioria das bases caribenhas obtidas da Grã-Bretanha a partir de um arrendamento de 99 anos, e mantém uma quantidade mínima de forças na Zona do Canal do Panamá. [Em nota de rodapé o autor lembra que “todas as bases caribenhas, com exceção de Chaguaramas, em Trindad, foram desativadas”] “Com o nosso perímetro de defesa agora ao largo da costa da China e no interior da Europa, o Caribe e a América Central são [áreas] menos estratégicas.”¹³¹

O autor acrescenta ainda em nota de rodapé que, em 1957, na “Zona do Canal do Panamá não há virtualmente *nenhuma força naval*, as grandes baterias de canhões já não existem mais, e não há *aeronaves de combate permanentemente estacionadas na área*.”¹³² [grifos meus] Percebe-se assim que no pós-guerra o Caribe e América Central foram perdendo, paulatinamente, relevo estratégico, culminando com a condição acima citada para fins da década de 1950. Lembro, porém, que muitas ilhas das Antilhas,¹³³ no Mar do Caribe, serviram de base de rastreio de mísseis e foguetes teleguiados norte-americanos disparados do recém-inaugurado Cabo Canaveral (1950). E durante toda a década de 1950 estas bases de rastreio cumpriram sim um papel importante no início do desenvolvimento e teste de mísseis (notadamente os ICBMs¹³⁴) e foguetes, vetores para armas nucleares; bem como para o programa espacial norte-americano e para a “Corrida Espacial”. À medida que o alcance destes mísseis e foguetes aumentava, fez-se necessária o estabelecimento de uma base de rastreio em Fernando de Noronha, o que restabelece, *temporariamente e parcialmente*, uma importância estratégica *de facto* para o Brasil (como mostrarei adiante no Terceiro Capítulo).

De todo modo, alguns autores colocam a área do Canal como estratégica. Assim, foi o receio de neutralização das atividades do Canal do Panamá pelos russos, por exemplo, que fez com que os Estados Unidos procurassem não se afastar da Argentina, apesar dos ciúmes e

¹³¹ “The United States has not been using most of the Caribbean bases obtained from Britain on a ninety-nine year lease and maintains a bare minimum of forces in the Panama Canal Zone. [“All the Caribbean bases except Chaguaramas on Trindad have been deactivated since 1949.”] With our defense perimeter now off the China coast and deep in the Europe, the Caribbean and Central America areas are less strategic.” Conforme: TOMASEK, Robert D., op. cit., p.396 e nota 72.

¹³² “In the Panama Canal Zone there are virtually no naval forces, the great gun batteries are gone, and there is not a combat aircraft stationed permanently in the area.” Conforme: TOMASEK, Robert D., op. cit., p.396, nota 72.

¹³³ Ilhas como Júpiter, Grande Bahama, Eleutera, São Salvador, Mayaguana, Grande Turco, República Dominicana, Mayaguez, Antigua e Santa Lúcia. Ver: SHELTON, William Roy. *Largada para o infinito: história do Cabo Canaveral*. São Paulo: Fundo de Cultura S.A., 1963.

¹³⁴ *Intercontinental Ballistic Missile*, ou Mísseis Balísticos Intercontinentais. No Terceiro Capítulo apresentarei mais detalhes sobre eles.

ódio causados em alguns setores da sociedade brasileira – notadamente militares – com esta aproximação, uma vez que todos os países latino-americanos haviam colaborado, de uma forma ou de outra, com os Aliados durante a Segunda Guerra – e a Argentina não. Para Robert Tomasek, “durante a [Segunda] Guerra todos os estados latino-americanos, com exceção da Argentina, ajudaram no esforço de guerra. [...] [e o] Brasil enviou tropas para lutar na Itália e o México enviou um esquadrão de aviação para lutar nas Filipinas.”¹³⁵ Existiam, porém, interesses estratégicos relacionados com a dispersão da ajuda militar norte-americana, e a Argentina – “pelas imposições da Geografia”, como diria o artigo do *Cruzeiro* com relação ao Brasil – parecia contar, na opinião de alguns “planejadores militares norte-americanos”, com um trunfo estratégico. De acordo com Sonny Davis,

“laços com a Argentina eram importantes [para os norte-americanos] por causa da posição estratégica do país *vis-à-vis* o Estreito de Magalhães. Os planejadores militares norte-americanos acreditavam que se o Canal do Panamá se tornasse inoperante em uma guerra com a União Soviética, a cooperação da Argentina seria fundamental para manter a rota sul aberta.”¹³⁶

Em um texto de outro mapa da mesma matéria do *O Cruzeiro* – que mostra os afundamentos, no Atlântico, de navios por submarinos alemães na Segunda Guerra –, o autor insistiu: “Quando olhamos para um mapa como êste, verificamos que estamos, por imperativo geográfico, no teatro das decisões.” E reclamou: “Na guerra passada desempenhamos papel que a história ainda não registrou convenientemente.”¹³⁷ Ora, exatamente os “imperativos geográficos” e os “progressos da técnica” foram os responsáveis pela modificação do mapa da “Guerra Fria”. Na “Era Atômica”, na “Era dos Jatos” e na “Era dos Mísseis”, cidades são destruídas em segundos e a ameaça do momento ao “Mundo Livre” – a União Soviética – encontra-se ao norte do Ártico, não no Atlântico Sul ou no Brasil.

E quanto ao TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – assinado em 1947, não estaria ele então apontando em uma direção contrária a força de repulsão existente entre os Estados Unidos e a América Latina no pós-guerra? Para Cristina Pecequilo, o TIAR, ou Tratado do Rio, “estabelece o compromisso entre todas as nações do hemisfério de se

¹³⁵ “During the War all of the Latin Americans states, with the exception of Argentina, helped in the war effort. [...] Brazil sent troops to fight in Italy, and Mexico sent an aviation squadron to fight in the Philippines.” Conforme: TOMASEK, Robert D., op. cit., p.374.

¹³⁶ “Argentine ties were important because of that country’s strategic position *vis-à-vis* the Strait of Magellan. U.S. military planners believed that if the Panama Canal became inoperative in a war with the Soviet Union, cooperation from Argentina was paramount to keep the southern route open.” Conforme: DAVIS, Sonny B., op. cit., p.19.

¹³⁷ Revista *O Cruzeiro*, 1 de novembro de 1952, p.57.

unirem *para repudiar ataques a membros da aliança*, estabelecendo o conceito de solidariedade hemisférica.”¹³⁸ Mas exatamente que “ataques” seriam estes? De que nação? Ao que tudo indica, o conjunto de países signatários do TIAR, não abertamente “mas tacitamente considerava a União Soviética como adversário de todo o hemisfério.”¹³⁹ O historiador Dexter Perkins lembra que

“não se pode considerar o Tratado do Rio como um tratado de defesa muito eficaz. Um ataque físico direto a qualquer um dos estados latino-americanos *era um dos perigos menos prováveis de acontecer*; e mesmo que ocorresse um ataque assim, era óbvio que o encargo de repeli-lo caberia quase que inteiramente aos Estados Unidos e, é claro, ao estado atacado. Os efetivos militares e navais da maioria dos estados eram reduzidos; em vista disso seu papel seria mínimo.”¹⁴⁰ [grifo meu]

Uma vez que o texto do Tratado é bem claro ao afirmar que as “Altas Partes Contratantes concordam em que *um ataque armado*, por parte de qualquer Estado, contra um Estado Americano, será considerado como *um ataque* contra todos os Estados Americanos,”¹⁴¹ imagino que a União Soviética era considerada um “adversário” militar, existindo, portanto, a crença na possibilidade de que a mesma deslocaria um contingente militar para atacar a América Latina, o que substancia a tese mostrada na revista *O Cruzeiro*. Imagina-se então que, com a assinatura do Tratado do Rio, muito material bélico seria enviado pelos Estados Unidos para a América Latina – e especificamente para o Brasil – sob a pretensão de “conter” o possível ataque militar da União Soviética. Porém, para Vágner Alves, a “Guerra Fria” impunha necessidades urgentes.

“Nesse momento, entretanto, ainda que existisse consenso entre militares e diplomatas norte-americanos sobre a necessidade de armar os latino-americanos, *demandas mais prementes alhures deixavam a região em posição muito baixa na lista de prioridades dos Estados Unidos*. As áreas ao alcance do poder militar soviético, Europa, Oriente Médio e Extremo Oriente estavam no topo da lista. Ademais, em face do grande número de clientes, o enorme *surplus* de guerra norte-americano já não parecia suficiente. Em 1948, as reservas de determinados tipos de armamentos já se

¹³⁸ PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p.216.

¹³⁹ ALVES, Vágner Camilo, op. cit., p.168.

¹⁴⁰ PERKINS, Dexter. *A diplomacia de uma nova era: principais acontecimentos na política dos Estados Unidos desde 1945*. Rio de Janeiro: Gráfica Record, 1968, p.153-154.

¹⁴¹ Artigo 3, § 1, do texto do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, concluído e assinado no Rio de Janeiro em 2 de setembro de 1947, entrando em vigor em 3 de fevereiro de 1948, sendo que, no Brasil, foi aprovado pelo Dec. Legislativo nº 5, de 14 de fevereiro de 1948, e promulgado pelo Dec. nº 25.660, de 13 de outubro de 1948. Disponível em: www.microsend.com.br/teste/pdfs/INTERTRATINT (Acessado em 15-09-2009 às 21h)

aproximavam do fim, enquanto outros, a despeito do grande estoque, não eram mais úteis por estarem tecnologicamente ultrapassados.”¹⁴² [grifo meu]

Como consequência, a “legislação específica para auxílio militar à região [...] não foi adiante em virtude das novas responsabilidades assumidas pelos norte-americanos alhures,” o que fez com que os “programas interinos que possibilitavam a transferência de algum equipamento militar para a região terminaram definitivamente em 1948.” E quando o “Congresso dos Estados Unidos finalmente passou o primeiro grande programa de ajuda militar em 1949 [...] *nem um único centavo foi destinado para a América Latina*”¹⁴³ [grifo meu], embora os militares da região – como afirma Sonny Davis – pudessem “comprar armas dos Estados Unidos e pagar em dinheiro, mas nenhuma arma seria oferecida como parte de um pacote de ajuda [militar].”¹⁴⁴ E não apenas de ajuda militar, mas também no campo econômico,¹⁴⁵ os Estados Unidos pareciam não identificar necessidade, seja por razões de ordem externa ou interna. Segundo Moniz Bandeira:

“O Governo de Washington [...] voltou as costas a toda a América Latina, enquanto destinava milhares e milhares de dólares à Europa Ocidental [...] De fato [...] o Brasil não recebera um centavo dos Estados Unidos durante os cinco anos em que o General Dutra o governou. Nem, politicamente, precisava. *O extremo servilismo que caracterizou a sua política interna e externa tranqüilizava o Governo de Washington, desobrigando-o de qualquer investimento para comprar lealdade e segurança, na retaguarda.*”¹⁴⁶ [grifo meu]

Deste modo, os Estados Unidos assinaram um acordo de cooperação hemisférica que vai, segundo o texto do próprio Tratado, *do pólo Norte ao pólo Sul*, mas não destinam “um único centavo” em ajuda militar para a região.¹⁴⁷ Entendo, portanto, que éramos armados

¹⁴² ALVES, Vágner Camilo, op. cit., p.168.

¹⁴³ ALVES, Vágner Camilo, op. cit., p.168-169.

¹⁴⁴ “[...] arms could be purchased from the United States with cash but none would be offered as part of an aid package.” Conforme: DAVIS, Sonny B., op. cit., p.19-20.

¹⁴⁵ “A maior frustração do governo Dutra com os Estados Unidos verificou-se na área da cooperação econômica, especialmente diante dos poucos resultados da Missão Abbink (Comissão Técnica Mista Brasil-Estados Unidos), criada em 1948 com o objetivo de estimular o desenvolvimento brasileiro. Frustrando as expectativas, essa missão limitou-se a emitir algumas vagas recomendações, tais como o aumento da produtividade brasileira, a reorientação dos capitais formados internamente e um maior afluxo de capital estrangeiro para o país. Dois anos depois, ela foi sucedida pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, que logo gerou novas ilusões de apoio norte-americano à industrialização brasileira.” Conforme: HIRST, Monica. *Brasil - Estados Unidos: desencontros e afinidades*. (Com ensaio analítico de Andrew Hurrell). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p.35-36.

¹⁴⁶ BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973, p.326. (Coleção *Retratos do Brasil*, volume 87)

¹⁴⁷ “Assim como suas necessidades econômicas recebiam menos atenção que as da Europa, a prioridade estratégica da América Latina foi desconsiderada e *permaneceu inarredavelmente na periferia das preocupações estratégicas dos Estados Unidos*. O *Mutual Defense Assistance Act* (1949) liberou 1,3 bilhão de dólares: *nem um*

(desadornadamente) de modo compatível com a ameaça (inexistente).¹⁴⁸ E nos círculos militares brasileiros – notadamente a Marinha – “era compreensível, ainda que pouco aceitável [...] a primazia de países de outras regiões na distribuição de equipamento bélico,” mas para eles era “inadmissível [...] que o Brasil pudesse vir a ser tratado pelos norte-americanos de maneira semelhante aos demais países hispano-americanos, especialmente a Argentina,” como mostrou Vágner Alves.¹⁴⁹ Intrigas domésticas, de certo modo, dificultavam a compreensão por parte de militares do Brasil e da América Latina do quadro mais amplo da “Guerra Fria” que, *impiedosamente*, expulsava-os do centro das atenções e decisões do bipolo. Na realidade, segundo Sonny Davis,

“os laços militares [entre o Brasil e os Estados Unidos] permaneceram relativamente especiais, mas as pressões internas e internacionais tornaram necessários ajustes [e] a habilidade diplomática no campo militar entre os ‘irmãos’ do hemisfério [Brasil e Estados Unidos] assumiram formas mais pragmáticas e complexas.”¹⁵⁰

Os Estados Unidos buscavam equilibrar a parca distribuição de material bélico, principalmente de navios de guerra, entre os países da América Latina – notadamente Argentina, Brasil e Chile – de modo a evitar a criação de uma sub-potência militar na região, o que parecia acabar de vez com qualquer possibilidade de “relação especial” com o Brasil, saudosamente lembrada dos tempos da Segunda Guerra Mundial. Ainda de acordo com Vágner Alves,

“em 1952, o governo brasileiro assinou acordo militar com os Estados Unidos e, no ano seguinte, ele foi aprovado pelo Congresso e entrou em vigor. O Brasil passou a fazer jus ao auxílio que os Estados Unidos distribuía por meio de seu programa de ajuda militar anual, *que a partir de 1951 passou a contar com pequena verba destinada especificamente à América Latina*, algo inicialmente inexistente. No que se refere ao poder

único centavo foi para a América Latina.” [grifos meus] Conforme: BETHELL, Leslie e ROXBOROUGH, Ian. (Organizadores) *A América Latina: entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p.48.

¹⁴⁸ “Se o papel do Brasil na [Segunda] guerra era o de ser um fornecedor de matérias-primas e áreas para bases militares estrangeiras, seu papel no mundo do pós-guerra seria, provavelmente, de natureza semelhante. Se sua beligerância era simbólica, a participação na conferência de paz seria também simbólica. Mas a guerra oferecia aos líderes brasileiros uma oportunidade de materializar os acalentados sonhos de poder e prestígio internacionais, e esperavam que a participação nos combates assegurasse o status pós-guerra do Brasil.” Conforme: McCANN, Jr., Frank D., op. cit., p.271.

¹⁴⁹ ALVES, Vágner Camilo, op. cit., p.169-170.

¹⁵⁰ “Military ties remained relatively special, but internal and international pressures required adjustments. Military statecraft between the hemisphere ‘brothers’ assumed more intricate and pragmatic forms.” Conforme: DAVIS, Sonny B., op. cit., p.20.

naval nada mudou. A política de equilíbrio entre ABC [Argentina, Brasil e Chile] prosseguiu no restante dos anos 50 e também nos anos 60.”¹⁵¹

O Tratado do Rio parece representar – *dentro da análise que faço da América Latina no contexto da “Guerra Fria”*¹⁵² – um anacronismo geoestratégico, um acordo extemporâneo, estéril e inócuo e sem nenhum sentido prático-estratégico, permeado por vícios residuais de análise conjuntural que remontam a Segunda Guerra Mundial. Para George S. McGovern:

“De todos os tratados bilaterais e regionais assinados [pelos Estados Unidos] durante este período [1945-49], podemos dizer que apenas dois *tem raízes mais profundas em um momento de paz do que na ameaça soviética pós-guerra* – a Aliança Inter-Americana [TIAR], uma extensão contemporânea da Doutrina Monroe, e a relação especial com as Filipinas, que tem origem nos antigos laços coloniais. Os outros acordos principais de defesa – a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), a Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO), o Pacto ANZUS e os acordos bilaterais com a Coreia, a República da China e o Japão – foram, em grande parte, respostas a ameaça comunista do fim da década de 1940 e começo da de 1950.”¹⁵³ [grifo meu]

Deste modo, como foi assinado em um momento de transição técnica, militar e científica, e no calor de uma importância estratégica da América Latina – e do Brasil, em especial – ainda recente e em vias de declínio ainda não totalmente visíveis, o TIAR representou – ante os outros tratados de cooperação militar hemisférica¹⁵⁴ assinados posteriormente – o *locus* mais frio e estagnado de ação da “Guerra Fria”: na América Latina, até a “Crise dos Mísseis”, a “Guerra Fria” beirou o “zero absoluto”. Iria um inimigo externo – a União Soviética, por exemplo – atacar a América Latina? Parecia improvável.¹⁵⁵ Pelo menos

¹⁵¹ ALVES, Vágner Camilo, op. cit., p.172.

¹⁵² “A conclusão é irrecusável: do ponto de vista dos seus principais mentores, o TIAR, desde o seu nascimento, *era menos um tratado de defesa hemisférica e muito mais um canal de articulação político-militar da hegemonia norte-americana no continente.*” [grifo meu] Conforme: MOURA, Gerson, op. cit., p.76.

¹⁵³ “Of all the regional and bilateral treaties signed during this period [1945-49], only two could be said to have peacetime roots much deeper than the postwar Soviet threat – The Inter-American Alliance, a contemporary extension of the Monroe Doctrine, and the special relationship with the Philippines which stems from former colonial ties. The other major defense arrangements – the North Atlantic Treaty Organization (NATO), the Southeast Asia Treaty Organization (SEATO), the Anzus Pact, and the bilateral agreements with Korea, the Republic of China, and Japan – were, in large part, responses to the Communist threat of the late 1940’s and early 1950’s.” Conforme: MCGOVERN, George S. *Are our military alliances meaningful?* In: *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Volume 384, America's Changing Role as a World Leader (julho de 1969), p.15.

¹⁵⁴ Tratado do Atlântico Norte (1949), Tratado das Filipinas (1951), Tratado de Anzus (1951), Tratado do Japão (1951), Tratado da Coreia (1953), Tratado do Sudeste da Ásia (1954), Tratado da República da China (1954) e Pacto de Bagdá (1955). Conforme: SOUZA JÚNIOR, Gen. Antônio de. *O Brasil e a 3ª guerra mundial: ensaio de interpretação da história das guerras no século XX*. São Paulo: BIBLIEX, 1959, p.196-197.

¹⁵⁵ “No entanto, em 1947 não havia qualquer evidência de agressão ou ameaça de agressão externa *contra qualquer Estado americano.*” [grifo meu] Conforme: MOURA, Gerson, op. cit., p.65.

em fins da década de 1950, afirmou Tomasek, já se sabia que a “ameaça de um ataque russo a América Latina dificilmente existia,” e esta posição era assumida e “admitida pelos militares [norte-americanos].”¹⁵⁶ E, finalmente, para não restar nenhuma dúvida: “*De todas as áreas do mundo, a América Latina será a última a ser invadida.*”¹⁵⁷ [grifo meu]

O maior inimigo da América Latina parecia ser interno: o desemprego, o subdesenvolvimento, a subnutrição, a péssima distribuição de renda – e outras mazelas que demorariam a abandonar os latino-americanos – forneciam o terreno fértil para o alastramento do ideário comunista.¹⁵⁸ E Dexter Perkins asseverou:

“O que era muito mais de temer do que uma invasão [russa a América Latina] era a subversão, e isso envolvia tanto os interesses ideológicos quanto os econômicos, pois os investimentos norte-americanos na América Latina, em 1945, eram maiores do que em qualquer outra área geográfica (exceto no Canadá); e embora tenham sido desde então superados por nossas inversões na Europa, ainda são muito mais importantes do que as do continente asiático ou da África.”¹⁵⁹

Assim, o “contexto latino-americano nos anos 1940 e 1950 foi, também, extremamente favorável para o aumento da influência das idéias socialistas [e a] maior parte dos países da América Latina enfrentava sérias dificuldades econômicas e graves problemas sociais, oriundos das desigualdades e da pobreza crescentes.”¹⁶⁰ Como lembraria o presidente Juscelino Kubitschek a Richard Nixon – em discurso proferido em 1958 –, “liberdade é meramente uma palavra para aqueles que vivem em extrema pobreza.”¹⁶¹ Segundo *Gazeta de Notícias*,

“os latino-americanos se queixam de que, desde a [segunda] guerra, o interesse e auxílio econômico e militar dos Estados Unidos têm sido dirigidos quase que exclusivamente para a Europa [...] Ainda se ouvem acusações de que os Estados Unidos ajudam as grandes empresas que exploram as massas. Armas norte-americanas, dizem, estão sendo usadas por ditadores militares no fortalecimento de seus regimes. Do nosso lado, as suspeitas, as revoluções, as ditaduras, e o desencorajamento dado aos

¹⁵⁶ “The threat of direct Russian attack on Latin America hardly exists anyway.” [“This has been admitted by the military.”] Conforme: TOMASEK, Robert D., op. cit., p.397.

¹⁵⁷ “Of all the areas of the world, Latin America would be the last to be invaded.” Conforme: TOMASEK, Robert D., op. cit., p.397.

¹⁵⁸ O TIAR seria redefinido para dar apoio a contenção desse alastramento. “Desse modo, o papel atribuído pela grande potência às forças armadas de seus aliados era o de manter a ordem interna em seus respectivos territórios. A análise do TIAR (1947) e seus desdobramentos evidenciou extamente essa dimensão.” MOURA, Gerson, op. cit., p.101.

¹⁵⁹ PERKINS, Dexter, op. cit., p.154.

¹⁶⁰ REICHEL, Heloisa Jochims, op. cit., p.198.

¹⁶¹ “[...] liberty is merely a word for those who live in extreme poverty.” Conforme: HILTON, Stanley E., op. cit., p.618.

negócios e as inversões dos Estados Unidos, também são motivos de crítica e desconfiança.”¹⁶²

Como os Estados Unidos nunca se envolveram em ações concretas e efetivas para acabar com o “inimigo interno”, forneciam apenas apoio político e militar suficiente o bastante para conter sublevações internas de verniz comunista e, eventualmente, interferiam mais diretamente, como foi o caso da Guatemala, em 1954. “A América Latina [...] continuou a ser uma zona de sofrimento social, instabilidade política e sentimentos antiamericanos” no início da década de 1950, e a “desastrada intervenção [...] na Guatemala serviu apenas para confirmar a preferência norte-americana mais por regimes reacionários controláveis do que por progresso social.”¹⁶³ Na interpretação de João Roberto Martins Filho,

“não obstante, o caráter global da política militar americana exigia que a América Latina, mesmo considerada ‘espaço secundário’ no conflito bipolar mundial, fosse cuidadosamente mantida dentro da aliança ocidental. No entanto, numa escala de importância estratégica das várias regiões do mundo, apenas o Brasil e México tinham algum lugar nas considerações dos EUA, como sexta prioridade numa escala de sete categorias. [...] [A] política militar dos EUA tinha o objetivo de garantir matérias-primas de importância estratégica [...] a manutenção de vínculos estreitos com as Forças Armadas [...] a fim de garantir o monopólio [...] do fornecimento de armas [e] do treinamento e doutrinação dos oficiais latinos.”¹⁶⁴

O distanciamento dos Estados Unidos na América Latina durante a década de 1950 parecia tão gritante que foi apenas em 1958 que eles “ficaram chocados ao descobrir a intensidade dos sentimentos anti-ianques [...] [quando a] viagem de boa vizinhança do vice-presidente Nixon [a Venezuela] teve que ser abreviada.”¹⁶⁵

Assim, interesses mais imediatos e resultados mais compatíveis com o atual quadro de desimportância estratégica da América Latina foram buscados pelos Estados Unidos. Era como se à América Latina fosse destinado um “Plano Marshall de Idéias”, como sugeriu um senador norte-americano no começo da década de 1950. Ainda segundo *Gazeta de Notícias*, repassando matéria da USIS,

“de maneira geral, os jornais do país vem comentando favoravelmente, em editoriais, a recente proposta do senador William Betton, sugerindo um ‘Plano Marshall de Idéias’, para promover a democracia através do mundo”

¹⁶² Jornal *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, Ano XXIII, número 7259[?], sexta-feira, 3 de fevereiro de 1950, p.3, “O ‘New York Times’ salienta a importância dos laços interamericanos.” [Matéria do USIS]

¹⁶³ SELLERS, Charles, MAY, Henry e MCMILLEN, Neil R., op. cit., p.380-81.

¹⁶⁴ MARTINS FILHO, João Roberto, op. cit., p.111-112.

¹⁶⁵ SELLERS, Charles, MAY, Henry e MCMILLEN, Neil R., op. cit., p.381.

[...] “para preencher a lacuna mental entre nós e o resto do mundo, a qual é ainda mais perigosa que a lacuna do dólar, pois é através dela que o comunismo envenena o pensamento da humanidade...”¹⁶⁶ [grifo meu]

Outra preocupação de Washington, logo depois da Segunda Guerra, foi com a concorrência na venda de armamentos para a América Latina,¹⁶⁷ uma vez que “[...] os chefes militares [norte-americanos] insistiram em que o fracasso americano em fornecer assistência [militar] levaria as nações latinas a buscar armas na Europa,”¹⁶⁸ afirma João Roberto Martins Filho. E movimentos nesta direção foram observados, com cuidado, na capital americana. Segundo *Gazeta de Notícias*, em matéria da agência *United Press*,

“os Estados Unidos receiam a concorrência armamentista da América Latina em vista dos industriais europeus estarem querendo enviar armamento para o hemisfério ocidental. Essa, pelo menos, é a opinião do semanário ‘World Report’. Segundo o semanário, os industriais suecos e ingleses já estão oferecendo armamentos aos países latino-americanos. Destaca ainda, o semanário em apreço, que há possibilidade da Rússia participar, também, nos fornecimentos de armas para os países do novo mundo. Para contrabalançar essa concorrência cada vez mais real, os Estados Unidos estão tratando de vender o que possuem. Além disso, conta o governo de Washington com a aprovação da cooperação militar inter-americana, como forma de unificar a defesa do continente ocidental na base da utilização de armamentos e técnica militar norte-americana.”¹⁶⁹

Nunca esteve nos planos de Washington armar a América Latina contra uma ameaça externa – a União Soviética – ou solucionar problemas conjunturais crônicos de caráter interno, uma vez que esta região – diferentemente da Europa Ocidental, por exemplo – encontrava-se numa área onde os ecos e “ventos da Guerra Fria” eram ouvidos sob a forma de murmúrios e brisas quase inaudíveis e imperceptíveis. As tensões concretas da “Guerra Fria” estavam distantes da América Latina e esta aparecia, *vagamente e temporariamente*, como um “ouvir falar”. No mesmo jornal, em matéria da USIS, lemos:

¹⁶⁶ *Jornal Gazeta de Notícias*, Fortaleza, Ano XXIII, número 7319, quinta-feira, 20 de abril de 1950, p.6, “A imprensa norte-americana apoia o ‘Plano Marshall das Idéias’”

¹⁶⁷ “A política militar norte-americana com relação ao Brasil tinha três aspectos principais em 1945: 1º) assegurar a superioridade militar brasileira sobre a Argentina para permitir aos Estados Unidos lidar, através de um procurador, ‘por meios fortes’ (palavras de Roosevelt) com os platinos; 2º) manter o uso pelos EUA das bases aéreas no Brasil; 3º) ‘evitar que potências européias forneçam armas e missões militares às nações latino-americanas’. Este último ponto seria conseguido mediante fornecimento aos vizinhos do Brasil de armas e missões militares americanas.” Conforme: McCANN, Jr., Frank D., op. cit., p.357.

¹⁶⁸ MARTINS FILHO, João Roberto, op. cit., p.107.

¹⁶⁹ *Jornal Gazeta de Notícias*, Fortaleza, Ano XX, número 6003, sexta-feira, 18 de outubro de 1946, p.1, “Preocupados os E.U.A. com a concorrência armamentista na América Latina.”

“Diz o editorial do jornal [The New York Times]: ‘A notícia de que George F. Kennan, Conselheiro do Departamento de Estado, e o Assistente do Secretário de Estado, Edward G Miller Jr. [...] realizarão viagens em nossos vizinhos sul-americanos [...] é um apelo às obrigações e interesses que, por vezes, são esquecidos. *As lutas entre o Leste e o Oeste, as dificuldades militares e econômicas da Europa Ocidental e os dramáticos acontecimentos no Extremo Oriente, monopolizaram nosso interesse nos últimos meses.* Uma vez ou outra, quando o Panamá sofre um golpe desagradável, como aconteceu recentemente, ou quando a Colômbia mantém uma eleição cheia de controvérsias, *ouvimos falar da América Latina* durante alguns dias, para logo após as notícias e os fatos se apagarem do noticiário e de nossa memória.’”¹⁷⁰ [grifos meus]

E um dos indícios mais visíveis, em minha opinião, que o TIAR pareceu andar na contramão dos acontecimentos que poriam o Brasil e a América Latina no segundo plano estratégico durante a “Guerra Fria” foi o já citado desmantelamento da Quarta Frota norte-americana, em 1950. A manutenção de uma frota inteira da Marinha norte-americana no Atlântico Sul parecia um desperdício – e, quiçá, uma irresponsabilidade – frente a nova ameaça e as novas contingências surgidas com o pós-guerra. Se olharmos para a OTAN, por exemplo, podemos perceber que tratados de cooperação militar propostos pelos Estados Unidos são assinados *vis-à-vis* uma ameaça externa concreta e real. Na Europa e no Sudoeste Asiático, por exemplo, esta ameaça existia: a União Soviética e, posteriormente, a China, precisavam ser “contidas”. Logo, não há sentido em assinar tratados com este objetivo se não forem mantidas bases aéreas e navais – bem como o aparelhamento dos países signatários – de modo a poder imprimir concretude ao discurso intimidatório. Também na *Gazeta de Notícias*:

“O presidente Truman, declarando que considera as recomendações feitas pela Comissão de Defesa do Tratado do Atlântico Norte, um dos maiores avanços sob o Tratado, aprovou oficialmente os planos de defesa e aprovou, outrossim, a *verba de 900 milhões de dólares para auxílio militar norte-americano aos demais países signatários.* [...]”

“*Outra verba de 100 milhões de dólares foi autorizada pelo Congresso, disponível segundo assinatura de acordos, independente da aprovação do presidente.*” [...]

“O presidente Truman fez uma declaração a respeito da aprovação da verba para a assistência militar dos Estados Unidos, cujo texto damos a seguir:”

“[...] [...] ‘*O Tratado do Atlântico Norte é, por si só, um tratado contra a agressão.*’”¹⁷¹ [grifos meus]

¹⁷⁰ Jornal *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, Ano XXIII, número 7242, sexta-feira, 13 de janeiro de 1950, p.1, “A Organização dos Estados Americanos e o panorama do hemisfério ocidental.”

¹⁷¹ Jornal *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, Ano XXIII, número 7264, quinta-feira, 9 de fevereiro de 1950, p.1, “Truman aprova o plano de defesa do Atlântico.” [Matéria do USIS]

Enquanto isto, para o Brasil, são feitos empréstimos que representam uma fração daqueles concedidos aos signatários do Tratado do Atlântico Norte. De todo modo, busca-se destacar a importância destes empréstimos e justificar veladamente o motivo do envio de parcas quantias. E o jornal continua:

“A recente oferta de um empréstimo de \$22.000.000 dólares, feita pelo Fundo Monetário Internacional ao Brasil, constitui um exemplo típico do auxílio financeiro e técnico que tem sido posto a disposição das repúblicas americanas pelos Estados Unidos. A importância dos empréstimos não deve ser interpretada pela quantidade, mas pela maneira como os mesmos são feitos.”¹⁷² [grifo meu]

Assim, são US\$ 1.000.000.000 liberados para “auxílio militar” aos países da OTAN, enquanto US\$ 22.000.000 são destinados ao Brasil, ou seja, 2,2% do total liberado para os países do Tratado! Esses números parecem revelar, portanto, onde se encontrava o epicentro da “Guerra Fria”. Um pouco antes da liberação dos recursos, já era preparada a “padronização dos armamentos”¹⁷³ a ser utilizado pelos signatários do Tratado, o que significa “um passo dado no sentido de por em vigor as cláusulas do Pacto do Atlântico Norte”, conforme matéria no periódico *Gazeta de Notícias*.¹⁷⁴ E, em menos de dois meses, a ajuda militar já era despachada aos países da Europa Ocidental: “Na próxima semana, partirá com destino a França, um dos países signatários do Pacto do Atlântico Norte, o primeiro carregamento de armas norte-americanas, sob o Pacto de Assistência e Defesa Mútuas, de 1949.”¹⁷⁵ E nos meses seguintes, mais ajuda militar era solicitada para a Europa,¹⁷⁶ bem como para o Extremo Oriente. Segundo o jornal *O Estado*, em matéria da agência *United Press*,

“Dean Acheson, Secretário de Estado, pediu aprovação, pelo Congresso, da verba de um bilhão, duzentos e vinte e dois milhões, e quinhentos mil

¹⁷² Jornal *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, Ano XXIII, Suplemento, número 7244, domingo, 15 de janeiro de 1950, p.1, “Inter-Americana.” [Matéria escrita por Margarida Costa] [Matéria do USIS]

¹⁷³ Na Guerra e no pós-guerra, os acordos militares firmados entre os Estados Unidos e a América Latina visavam também “padronizar o equipamento militar em toda a região [da América Latina], de modo a garantir mercado e influência para os Estados Unidos, dificultando qualquer infiltração européia no continente” Conforme: ALVES, Vágner Camilo, op. cit., p.166.

¹⁷⁴ Jornal *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, Ano XXIII, número 7241, quinta-feira, 12 de janeiro de 1950, p.1, “Padronização de armamentos – Plano entre os Estados Unidos, Grã-Bretanha e Canadá – Acordo Tripartite.”

¹⁷⁵ Jornal *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, Ano XXIII, número 7286, quinta-feira, 9 de março de 1950, p.2, “O primeiro carregamento de armas norte-americanas para a França.” [Matéria da USIS]

¹⁷⁶ “Será aumentada a ajuda” “Washington, 15 (UP) – O sr. Louis Johnson, Secretário de Defesa, concordou em aumentar de cem a cento e cinquenta milhões de dólares o fundo para a ajuda militar dos Estados Unidos aos países membros do Pacto do Atlântico e outras nações. Tal pedido foi feito pelo Departamento de Estado. A ajuda em questão, já aprovada, era de um bilhão, cento e quarenta e sete milhões de dólares.” Conforme: Jornal *O Estado*, Fortaleza, Ano XIV, número 7100, terça-feira, 16 de maio de 1950, p.3.

dólares para a ajuda armamentista dos Estados Unidos aos países do Extremo Oriente.”¹⁷⁷

A centralidade europeia era evidente e a assistência militar recrudescia igualmente no teatro asiático. Enquanto isso, na América Latina, o baixo índice de ajuda militar persistiu ainda por toda a década de 1950. Para João Roberto Martins Filho,

“no decorrer dos anos 50, a Europa manteve-se inicialmente como centro das preocupações estratégicas e militares dos EUA até ser substituída pelos países da Ásia, por volta do final da década. *Em termos de ajuda militar, entre 1949 e 1952, 80% das transferências destinaram-se ao velho continente [...] [e] no decorrer dos anos 50, a América Latina ficou com cerca de 1% da soma mundial de ajuda militar americana.* Já em termos estratégicos, o lugar da América Latina estava bastante claro [...] [e] os países do Sul [América Latina] poderiam contribuir para a ‘defesa do hemisfério’ apenas num sentido heterodoxo.”¹⁷⁸ [grifo meu]

Assim, entre os anos que se seguem à assinatura do Tratado do Rio (TIAR) até ao Acordo Militar Brasil-Estados Unidos (1952) foi feita uma pífia transferência de ajuda militar para a América Latina. Pela citação acima se percebe que esta realidade não se modificaria ao longo da década de 1950. Vale salientar, porém, que o Acordo Militar acertado com o Brasil foi também concluído com vários outros países latino-americanos ao longo da primeira metade da década de 1950, e se constituiu em um pacote de ajuda militar para os países signatários. Se nenhuma ajuda militar significativa foi então destinada a América Latina, isto parece contradizer a natureza do que se entende por “Acordos Militares” *per se* – ou o que seria subjacente ou implícito a eles. Como enfatizou o pesquisador Robert D. Tomasek,

“a quantidade de equipamento militar dado aos 12 países signatários dos Acordos chega a um montante modesto. [...] Os recursos apropriados para o programa desde 1951 chegaram a \$195.000.000 e foram utilizados para o envio de equipamentos para armar 20 batalhões do exército e 21 esquadrões da força aérea, além da transferência de vários navios. A média anual dos recursos foi de cerca de \$25.000.000, apenas 3% da assistência militar total fornecida ao resto do mundo e, em alguns anos, *sequer excedeu o montante fornecido a Bélgica e Luxemburgo juntos.*”¹⁷⁹ [grifo meu]

¹⁷⁷ Jornal *O Estado*, Fortaleza, Ano XIV, número 7116, terça-feira, 6 de junho de 1950, p.1, “Acheson advoga uma urgente ajuda armamentista dos EE.UU aos países do Extremo Oriente.”

¹⁷⁸ MARTINS FILHO, João Roberto, op. cit., p.112.

¹⁷⁹ “[...] the amount of equipment given to the twelve pact countries only comes to a modest sum. In a certain sense this is true. Funds appropriated for the program since 1951 have come to \$195.000.000 and have been used for sending equipment to build up twenty army battalions and twenty-one air squadrons, and for transferring numerous ships. The average amount per year is about \$25.000.000, only about three per cent of the total military assistance given to the whole world, and in some years not exceeding that given to Belgium and Luxemburg together.” Conforme: TOMASEK, Robert D., op. cit., p.393. Ver também: Revista *Time*, Nova

Na realidade, o fornecimento de material bélico norte-americano para alguns países latino-americanos fez florescer e reacender antigas desavenças – como foi o caso de Honduras e Guatemala, Equador e Peru, bem como Nicarágua e Costa Rica, na primeira metade da década de 1950 – e a eclosão de uma série de incidentes na fronteira de alguns destes países. E em alguns incidentes, a identificação, por parte do país atacado, do uso de material bélico norte-americano, fez recrudescer nestes o clima de animosidade para com os Estados Unidos. Além disto, a ruptura no equilíbrio regional é evidente. “Em alguns aspectos, a ciúmeira e as tensões criadas pelo envio de armas para certos países latino-americanos são similares aos problemas com [o envio de] armas para o Oriente Médio.”¹⁸⁰ Por conta disto, e também pela indesejável identificação que foi feita entre os Estados Unidos e a ajuda a ditaduras latino-americanas – através do envio de material bélico norte-americano –, os Acordos Militares foram duramente criticados. Ainda segundo Tomasek,

“a assistência militar [dos Estados Unidos] para a América Latina nunca deveria ter começado. Agora que já existe por muitos anos, vem à tona a questão de saber o que deve ser feito com todo o programa. O ponto de vista mais extremo sugere que os Estados Unidos *deveriam simplesmente e categoricamente suspender o programa militar para a América Latina* e desviar os fundos para uso econômico.”¹⁸¹ [grifos meus]

Porém, o mesmo autor aponta que a “melhor solução é diminuir gradualmente a quantidade de assistência militar para a América Latina.”¹⁸² Deste modo, a análise que é feita dos Acordos Militares assinados pelos Estados Unidos com a América Latina aponta para a sua total esterilidade, dispensabilidade e inocuidade.

E em discursos habilmente urdidos – por norte-americanos e brasileiros –, as *eventuais* contribuições do “Tio Sam” destinadas a América Latina são revestidas de uma importância não compatível com o atual quadro da situação verificada na prática. Em *Gazeta de Notícias*, podia se ler: “Declarou [o Assistente do Secretário de Estado norte-americano, Edward G.]

Iorque, 22 de novembro de 1954, p.30-31, “*Latin America’s need to expand*” “Why good neighbors must get together.” [...] “One possibility is outright grants; since the war, as Latin American often points out, rich Belgium and tiny Luxembourg have received almost three times more from the U.S. than the \$209 million given to all 20 Latin American nations.”

¹⁸⁰ “In some respects the jealousies and tensions built up over sending arms to certain Latin America countries are similar to arms problems in Near East.” Conforme: TOMASEK, Robert D., op. cit., p.386.

¹⁸¹ “Military assistance to Latin America should never have been started. Now that it has been in existence for many years, though, the question arises about what should be done with the whole program. The most extreme viewpoint suggests that the United States should simply and categorically cease the military program to the Latin America and divert the funds to economic uses.” Conforme: TOMASEK, Robert D., op. cit., p.399.

¹⁸² “The best solution is gradually diminish the amount of military assistance to Latin America.” Conforme: TOMASEK, Robert D., op. cit., p.401.

Miller [...] acreditar que o Programa do Ponto Quatro ocupará o seu lugar ao lado da Doutrina Truman, do Plano Marshall e do Pacto do Atlântico Norte, como ‘uma contribuição histórica para a ordem mundial’ [...].”¹⁸³ Enquanto isto, a realização de uma Conferência Latino-Americana no Brasil era motivo para se enxergar aí a posição de destaque presumidamente ocupada pelo Brasil e por toda a América Latina no cenário mundial. A matéria no jornal continua:

“*Os norte-americanos querem estar unidos aos latino-americanos a fim de ter força necessária para preservar a paz e manter a segurança mundial.*”
“O poder da América Latina em geral, e do Brasil em particular, na orientação dos assuntos mundiais fez-se sentir claramente durante a última guerra [mundial].” [...]
“É por isso, e não por acaso, que a Conferência dos Embaixadores Americanos na América do Sul tem lugar no Rio de Janeiro.”¹⁸⁴ [grifo meu]

E ainda no campo retórico, o mesmo Assistente sr. Miller declararia – aqui em matéria do *O Estado* da agência *United Press* – meses mais tarde em Washington:

“Num discurso pronunciado hoje aqui, o Secretário de Estado adjunto, sr. Edward G. Miller, destacou que a América Latina muito pode contribuir para a segurança dos Estados Unidos, tanto na paz como na guerra. Frisou que os Estados Unidos estão interessados no *apoio militar que os países latino-americanos lhes poderão oferecer no caso de guerra entre o Leste e o Oeste.*”¹⁸⁵ [grifo meu]

Declarações como esta destoam da realidade estratégica e militar vivida naquele período. Dexter Perkins lembrou que ao longo da década de 1950, no campo das relações econômicas, o espaço que separava a América Latina dos Estados Unidos se agudizou.

“Passemos [...] para as nossas relações econômicas [com os países da América Latina]. Já falamos [...] sobre as queixas que os latino-americanos costumam ter dos Estados Unidos. Esse sentimento vem de longe mas talvez nunca tenha sido tão forte quanto nos fins da década de 1950. Os Estados Unidos andavam muito preocupados com os negócios da Europa e da Ásia. Deram muito pouca atenção, durante a gestão de John Foster Dulles [1953-59], aos nossos vizinhos do sul. *O tom do secretário era muitas vezes de*

¹⁸³ Jornal *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, Ano XXIII, número 7248, sexta-feira, 20 de janeiro de 1950, p.2, “O Progresso do Ponto Quatro no desenvolvimento da democracia” “Cooperação técnica com o Brasil – Fala o sr. Edward G. Miller Jr.” [Matéria do USIS]

¹⁸⁴ Jornal *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, Ano XXIII, número 7281, sexta-feira, 3 de março de 1950, p.3, “Nos bastidores do mundo.” “A Conferência – 1” [Matéria escrita por Al Neto] [Sobre a Conferência dos Embaixadores Americanos que ocorrerá no Rio de Janeiro]

¹⁸⁵ Jornal *O Estado*, Fortaleza, Ano XIV, número 7094, terça-feira, 9 de maio de 1950, p.1, “Afirmou o sr. Edward Miller, em seu discurso, que” “A América Latina muito poderá contribuir para a segurança dos EE.UU”

*superioridade. Os presentinhos ocasionais jogados à opinião latino-americana eram insuficientes.*¹⁸⁶ [grifo meu]

Recebiam, então, os representantes do Departamento de Estado – e outras instituições que lidavam com a América Latina – orientações e instruções para enaltecer uma inexistente importância estratégica do “quintal” latino-americano? As declarações entusiásticas de políticos, militares e jornalistas, no Brasil, pareciam inteligíveis no quadro de busca de “terreno” para seus discursos e elucubrações de forte tempero ideológico: e quanto as declarações dos representantes do Departamento de Estado norte-americano, o que visavam? Buscariam acalmar os ânimos dos militares e diplomatas e evitar – como mostrarei adiante – “ataques de fúria” nos corredores do Departamento de Estado ante os “presentinhos” oferecidos? Seja como for, o quadro de abandono, de afastamento e de isolamento imposto ao Brasil pelos Estados Unidos parecia visível e era anunciado pela grande imprensa. Repassando matéria de uma agência internacional de notícias, afirmou o *Correio do Ceará*:

“Com efeito, nesses últimos cinco anos *o Brasil passou a ser uma espécie de grande desconhecido no plano da política continental americana*. A tese instituída pelo General Marshall na Conferência de Quitandinha, em 1947, tese essa que deixava transparecer nitidamente que os Estados Unidos, embora continuassem emocionalmente ligados a América Latina, estavam com seus interesses praticamente concentrados na Europa, encontrou no sr. Dean Acheson um fiel continuador. A esse propósito basta mencionar o seguinte fato: o atual embaixador do Brasil em Washington, sr. Maurício Nabuco, após uma permanência de mais de três anos nos Estados Unidos não conseguiu discutir até hoje pessoalmente com o sr. Acheson nenhum dos problemas relacionados com o Brasil.”¹⁸⁷ [grifo meu]

Em bibliografia recente, Cristina Pecequilo lembrou acertadamente que, “apesar da pouca importância que terá depois ante os arranjos na Europa e no Pacífico”, o “TIAR [...] foi criado antes da OTAN e dos acordos na Ásia, e consiste na *primeira aliança* que quebra a ‘regra de conduta’ de Washington.”¹⁸⁸ [grifo meu] Um historiador renomado da “Guerra Fria”, John Lewis Gaddis, atropela o TIAR, ao afirmar que a “Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) [consiste na] *primeira aliança* de tempo de paz que os Estados Unidos fizeram desde o término, em 1800, da outra com a França que lhes garantiria a

¹⁸⁶ PERKINS, Dexter, op. cit., p.185. John Foster Dulles é “considerado o ideólogo da Guerra Fria.” Segundo: *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Larousse*. São Paulo: Larousse do Brasil, 2007, p.1320.

¹⁸⁷ *Jornal Correio do Ceará*, [Órgão dos Diários Associados], Fortaleza, número 12257, quinta-feira, 15 de fevereiro de 1951, p.1

¹⁸⁸ PECEQUILO, Cristina Soreanu, op. cit., p.216.

independência.”¹⁸⁹ [grifo meu] Observe que o historiador consegue lembrar-se de uma aliança acordada há mais de 200 anos atrás, mas não consegue lembrar – ou não consegue perceber a importância – do TIAR, assinado em 2 de setembro de 1947, ou seja, apenas 20 meses antes da OTAN (que é de 4 de abril de 1949). Ao deixar de fora de sua “História da Guerra Fria” o TIAR, o autor excluiu qualquer possibilidade de relevo do Tratado para o entendimento da “Guerra Fria”: e aqui não é apenas o Brasil excluído – lembro que no livro não há uma só referência ao Brasil –, mas todos os signatários do Tratado.

Uma rápida olhada no mapa “USAF & the World”, mostrado anteriormente, deixa claro que os tratados de cooperação assinados serviram para “cercar” a União Soviética e a China com bases aéreas¹⁹⁰ (no caso, da Força Aérea norte-americana – USAF). Segundo John Lukacs:

“[Em] 1958 havia um império mundial norte-americano envolvendo os cinco continentes e uma esmagadora rede de bases norte-americanas no exterior. [...] Os Estados Unidos tinham agora alianças com cerca de 50 países (30 dos quais não estavam no Hemisfério Ocidental) bem distantes de sua fronteira oceânica, enquanto os russos não tinham virtualmente nenhuma aliança formal exceto com seus satélites e vizinhos comunistas. Em 1958, *havia poucos americanos* – incluindo a maioria dos *experts* internacionais e talvez mesmo o presidente – *que pudessem sentar em uma mesa e com um lápis listar todos os países, ao redor do mundo, nos quais os Estados Unidos mantinham bases militares*”¹⁹¹ [grifo meu]

O mesmo mapa revela que não havia, como disse, uma única base aérea norte-americana abaixo da linha do Equador, e isto ocorre *uma vez que não havia nenhuma ameaça externa concreta e real à América Latina*. Deste modo, se parece ininteligível manter aviões na região, o mesmo pode ser dito para a manutenção de uma frota naval inteira, no caso, a

¹⁸⁹ GADDIS, John Lewis. *História da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p.99. O mesmo é feito pelo historiador Dexter Perkins ao lembrar que com a OTAN, “pela primeira vez em sua história, o governo norte-americano participou de uma aliança em tempo de paz destinada especificamente ao uso da força armada.” Conforme: PERKINS, Dexter, op. cit., p.87.

¹⁹⁰ “A wide dispersal of United States air power around the Sino-Soviet perimeters would, by forcing a diffusion of the Soviet air-atomic effort, make it more difficult for the Soviets to calculate that they could destroy our retaliatory force by surprise attack.” Conforme: HOOPEES, Townsend. *Overseas bases in American strategy*. In: Revista *Foreign Affairs*, volume 37, número 1 (outubro de 1958), p.70.

¹⁹¹ “[...] by 1958 there was an American world empire involving five continents and a overwhelming network of American military bases abroad. [...] The United States now had alliances with about fifty countries (of which thirty were not in the Western Hemisphere) far beyond its oceanic frontiers while the Russians had virtually no binding alliances except with their Communist and satellite neighbors. By 1958 there were few Americans – including the majority of international ‘experts’ and perhaps even the President – who could sit down with a pencil and list all the countries in which the United States had military bases around the world.” Conforme: LUKACS, John. *A new history of the cold war*. (3ª edição). Nova Iorque: Anchor Books, 1966, p.161.

Quarta Frota.¹⁹² Para militares, estrategistas e diplomatas latino-americanos o TIAR significou, obviamente, um movimento que restabelecia uma importância estratégica já deteriorada com o pós-guerra: eles, porém, percebiam sinais desta deterioração, mas não pareciam entendê-la completamente. A retirada da Quarta Frota poucos anos depois da assinatura do TIAR talvez os tenha confundido mais ainda, porém foi um sinal claro mandado por Washington à América Latina frente a nova realidade que era posta: em setembro de 1949 a União Soviética já possuía sua bomba atômica!

Como saliento – em meio a este cenário –, a diplomacia brasileira parecia não entender exatamente o que estava acontecendo, uma vez que “mudanças tão abruptas na ordem internacional nem sempre são captadas em sua inteireza pelos responsáveis nos postos de decisão.”¹⁹³ Stanley Hilton enfatizou a mudança na “relação especial” que os Estados Unidos mantinham com o Brasil exatamente no período aqui investigado. Os reiterados pedidos do governo brasileiro – e demais países latino-americanos – por mais e mais armamentos norte-americanos foram postergados: o Brasil acreditava que Washington manteria a modernização das forças armadas brasileiras iniciado com a Segunda Guerra; mas por que fariam isso? “As novas armas atômicas [...] lançaram dúvidas sobre as noções de defesa por meio de forças convencionais” e, além disto, os “planejadores norte-americanos julgavam adequados apenas níveis [de armamentos] suficientes para a segurança interna e defesa hemisférica”:¹⁹⁴ a propósito, o enfoque na questão do “fortalecimento da segurança interna dos países latino-americanos”¹⁹⁵ – ocorrido a partir da administração Eisenhower – pode ser encarado como um marco, um ponto de inflexão em qualquer importância estratégica residual da última guerra mundial.¹⁹⁶ Para Sidnei Munhoz,

¹⁹² Para que ameaça os militares norte-americanos iriam “mostrar a bandeira” com a Quarta Frota? “The U. S. Sixth and Seven Fleets have been quite successful in using aircraft carrier task forces to ‘show the flag’ in the eastern Mediterranean and the Formosa Straits.” Conforme: ALLEN, Leland C. *The role of undersea warfare in U. S. strategic doctrine*. In: Revista *Military Affairs*, volume 23, número 3 (outono de 1959), p.156.

¹⁹³ “Por isso, foi freqüente o descompasso entre as demandas da política exterior brasileira, fundadas em análises de conjuntura prévias, mas já não existentes, e as respostas que a(s) potência(s) e o sistema internacional poderiam proporcionar.” Conforme: MOURA, Gerson, op. cit., p.22.

¹⁹⁴ “New atomic weapons [...] cast doubt on notions of defense by conventional forces” [...] “[...] the level that American planners judged adequate for internal security and hemisphere defense.” Conforme: HILTON, Stanley E., op. cit., p.601.

¹⁹⁵ AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p.82-83.

¹⁹⁶ “Góis Monteiro sentiu que os americanos consideravam os problemas da Europa, da África do Norte, do Oriente Médio e da Ásia mais importantes que os da América Latina, sempre relegada por eles a um *plano secundário*. Os americanos, notou, *faziam grandes reservas e mesmo demonstravam certa desconfiança* em relação ao Brasil. Os círculos econômicos e políticos estavam desinteressados nas negociações. Só nos meios militares, onde tinha *velhos amigos*, encontrou *melhor compreensão e interesse em continuar a aliança com o Brasil*.” [grifos do autor] Conforme: BANDEIRA, Moniz, op. cit., p.332.

“ao final da guerra, houve a crença entre as lideranças governamentais brasileiras de que, em decorrência do papel desempenhado pelo país durante o conflito mundial, receberia um tratamento preferencial por parte dos EUA. [...] Como é possível observar, posteriormente essa expectativa revelou-se incorreta e o país não recebeu qualquer tratamento de parceiro preferencial. *Foi possível constatar que quanto mais o país cedia aos desígnios do grande aliado, aparentemente mais respeito perdia.* Assim, quando os EUA perceberam uma ação de aliado quase incondicional, do Brasil, passaram a ceder muito menos às reivindicações do país.”¹⁹⁷ [grifo meu]

Percebe-se, portanto, que o “alinhamento incondicional” na Segunda Guerra não gerou frutos na “Guerra Fria”. Porém, ao afirmar que “o alinhamento incondicional do país aos Estados Unidos *reduziu a sua capacidade de negociação, o que significou o fim da expectativa de receber um tratamento preferencial e a conquista do status de potência regional,*”¹⁹⁸ o autor parece sugerir que se o país não tivesse cedido “aos desígnios do grande aliado”, os Estados Unidos teriam sido mais complacentes às exigências feitas pelos representantes brasileiros – civis e militares – ao Departamento de Estado norte-americano no pós-guerra. Em minha opinião – e alçado pela análise que venho desenvolvendo –, de nada teria adiantando qualquer alinhamento *condicional* do Brasil aos Estados Unidos, uma vez que a “Guerra Fria” lançou toda a América Latina num oco estratégico. No entanto, vale salientar, a relação mantida pelo Brasil com os Estados Unidos – para o período que aqui analiso – é pontuada de episódios que demarcam sim um atendimento *condicional*, de ambos os lados, das demandas de um e outro país: a insistência norte-americana no envio de tropas brasileiras para a Coreia¹⁹⁹ (convertida em monazita brasileira), bem como a cessão de Fernando de Noronha (trocada por empréstimos norte-americanos), são exemplos marcantes daquele condicionalismo. Assim, o que se operou foi uma política de barganha *eventual e pontual*, mas nada *de concreto* que pudesse restabelecer a importância estratégica perdida no pós-guerra: o *renascimento estratégico* se daria apenas, *provisoriamente*, em fins da década de 1950 com a cessão da ilha de Fernando de Noronha.

¹⁹⁷ MUNHOZ, Sidnei J. *Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953)*. In: Revista *Diálogos*, DHI/UEM, volume 6, 2002, p.47.

¹⁹⁸ MUNHOZ, Sidnei J., op. cit., p.58.

¹⁹⁹ “A partir de 1950, o governo Vargas procurou reeditar a fórmula de utilização do alinhamento aos Estados Unidos como instrumento de barganha, na expectativa de que o apoio político-militar fosse recompensado com uma cooperação econômica [...] O otimismo quanto à assistência material dos Estados Unidos levou as autoridades brasileiras a reforçarem as promessas de suprimento de materiais estratégicos e envolvimento na Guerra da Coreia. A participação na guerra, por sua vez, foi condenada pelo Congresso Nacional, apesar dos apelos do presidente Vargas. De todo modo, entendimentos positivos foram alcançados e formalizados no Acordo Militar Brasil - Estados Unidos de 1952, aprovado após nove meses de intenso debate legislativo.” [...] “Foi nesse contexto que se deflagrou na sociedade política brasileira uma polarização entre linhas de conduta nacionalistas e pró-americanas. [...] Esse confronto pôde ser observado no prolongado debate sobre o acordo militar no Congresso e na acalorada controvérsia nacional sobre o petróleo.” Conforme: HIRST, Monica, op. cit., p.36-37.

No pós-guerra, o mundo havia mudado; e o governo e a diplomacia brasileira não aceitavam e / ou não compreendiam exatamente os motivos da mudança.²⁰⁰ Embaixadores brasileiros davam “acessos de fúria”²⁰¹ (*went into a tantrum*) nos corredores do Departamento de Estado norte-americano por conta da não liberação de recursos financeiros, o que gerava “perplexidade e ressentimento” (*perplexity and resentment*). Segundo Stanley Hilton,

“os negociadores brasileiros tentavam ainda operar dentro dos moldes da aliança dos tempos da [Segunda] Guerra, [dado] o tamanho, o potencial, a localização estratégica do Brasil [...]. Mas a situação internacional e as circunstâncias políticas mudaram nos Estados Unidos desde a [Segunda] Guerra [...] e em 1948 o Rio de Janeiro não recebeu nenhuma ajuda financeira dos Estados Unidos.”²⁰²

Um panorama bem diferente daquele de início dos anos 1940 quando os representantes do governo brasileiro sabiam do peso da importância estratégica do Brasil e do Nordeste, e impunham demandas mesmo cientes de que “do ponto de vista militar [nas décadas de 1930 e 1940], não se tratava, nem de longe, de uma relação entre iguais, mas tampouco foi de subordinação plena [e] essa associação assimétrica visava a objetivos claros e bem definidos – era um meio para a obtenção de determinados fins”, afirmou Eduardo Munhoz Svartman.²⁰³ E estes “determinados fins” eram perseguidos. Para o mesmo autor,

“nas reuniões seguintes [da Comissão Mista Brasileiro-Americana, em 1941], embora fossem entregues aos norte-americanos documentos e mapas do litoral nordestino e se combinasse uma visita àquela região, prosseguiram os monólogos de Góes. Porém, quando foi feita a leitura da primeira ata, na qual Góes Monteiro afirma que o que o Brasil mais precisa é de material [bélico], o que vem sendo solicitado sem sucesso junto aos EUA, [Lehman] Miller [chefe da missão militar dos Estados Unidos no Brasil] interpela e é retrucado rispidamente por Góes [...] Em resposta, Miller reitera que fora

²⁰⁰ Apesar de anunciada já em 1945. “A partir de 1945, a preocupação das potências vencedoras, e dos Estados Unidos em particular, concentrou-se na reconstrução européia, o que deixava pouco espaço para as aspirações latino-americanas no processo de reordenamento mundial. Durante a Conferência Interamericana de Chapultepec, em 1945, os Estados Unidos deixaram claro a reduzida importância da região [...]” [grifo meu] Conforme: HIRST, Monica, op. cit., p.33.

²⁰¹ Em outro contexto e por outros motivos, a coroação desta “fúria” do governo brasileiro pode ser identificada no rompimento – na década de 70 – dos acordos militares assinados com os Estados Unidos nas décadas anteriores. Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 20 de setembro de 1977, “Brazil cancels 4 U.S. military pacts.” “Brazil canceled four military agreements with the United States today in a move that the American ambassador said ends ‘all formal structure of military cooperation between the two countries’.”

²⁰² “[...] Brazilian negotiators were still trying to operate within the framework of the wartime alliance [...] because of Brazil’s size, potential, strategic location [...] But the international situation and political circumstances in the United States had changed since the war. [...] and in 1948 Rio de Janeiro received no financial aid from the United States.” Conforme: HILTON, Stanley E., op. cit., p.603.

²⁰³ SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *O pragmatismo brasileiro na cooperação militar com os Estados Unidos, nas décadas de 1930 e 40*. In: Revista *Estudos Ibero-Americanos*, volume XXXIV, número 1, junho de 2008, Porto Alegre, PUCRS, p.78.

*aberto um crédito de US\$ 100 milhões, do qual o Brasil só pagaria 35% do valor dos artigos encomendados, e esse crédito poderia ainda ser aumentado.*²⁰⁴ [grifo meu]

No pós-guerra, o que ocorria – estrategicamente falando – era que os Estados Unidos deveriam ajudar na reconstrução da Europa, e não preocupar-se com o Brasil ou qualquer outra nação latino-americana, cujos potenciais perigos que eventualmente corriam não eram exatamente definidos ou claros logo no imediato pós-guerra: pelo menos não como o eram na Europa e na Ásia. Segundo Eric Hobsbawm, “em 1947, os EUA haviam reconhecido a necessidade de um imediato e gigantesco projeto para restaurar as economias européias ocidentais, porque o suposto perigo para elas – o comunismo e a URSS – era facilmente definido.”²⁰⁵ O eixo da “Guerra Fria” passava pela Europa Ocidental e pela Ásia, assim como o eixo da Segunda Guerra passou pelo Brasil – mais precisamente pelo Nordeste brasileiro. Com os olhos no dinheiro que era destinado a Europa – pelo Plano Marshall – o Brasil buscava, *em vão*, abocanhar seu quinhão “relembrando aos norte-americanos da contribuição brasileira na Segunda Guerra Mundial,” afirmou Stanley Hilton.²⁰⁶ Diplomatas e militares brasileiros não entendiam como os antigos inimigos dos povos do “Mundo Livre” – Itália, Alemanha e Japão – recebiam uma enxurrada de recursos, enquanto nós – do “trampolim da vitória” –, proporcionalmente, recebíamos pouco ou quase nada. Para Sonny Davis:

“Confusão parecia reinar na política norte-americana do imediato pós-guerra, o que deixou os militares brasileiros se perguntando qual papel o Brasil iria desempenhar na nova ordem mundial. O Brasil apoiou os Estados Unidos [na Segunda Guerra] com palavras e ações, mas precisava saber se as relações militares especiais permaneciam intactas.”²⁰⁷

Já em meados de 1946, o “fim do relacionamento especial” parecia já ter sido sentido pela diplomacia latino-americana, o que levou o Departamento de Estado norte-americano a negar os “rumores” que circulavam nos corredores daquele órgão e que levaram aos “acessos de fúria” já citados anteriormente. Segundo notícia publicada em *Gazeta de Notícias*:

“Funcionários do Departamento de Estado desmentiram os rumores de que o governo norte-americano, preocupado com os problemas da Rússia, China e

²⁰⁴ SVARTMAN, Eduardo Munhoz, op. cit., p.86.

²⁰⁵ HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. (2ª. Edição) São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.251.

²⁰⁶ HILTON, Stanley E., op. cit., p.605.

²⁰⁷ “Confusion seemed to reign in early post-war U.S. policy, which left the Brazilian military wondering what role it would play in the new world order. Brazil supported the United States in word and deed but needed to know if the special military relationship remained intact.” Conforme: DAVIS, Sonny B., op. cit, p.17.

Inglaterra, não podia dedicar muita atenção aos assuntos latino-americanos. Afirmaram que os assuntos americanos tanto agora como antes, recebem toda a atenção que merecem, citando, como prova disto, as vantagens que os países americanos conseguiram nos últimos anos. Os círculos latino-americanos, entretanto, são de opinião que o inter-americanismo sofreu alguns golpes com as disputas entre Hull e Welles e as diversas modificações havidas no Departamento de Estado.”²⁰⁸

Parece haver aqui um padrão que se repete. *Por um lado*, os norte-americanos negam a mudança ou o fim das “relações especiais”, e a explicação para a manutenção do *status* é buscado no passado recente e, “como prova disto”, são citadas “as vantagens que os países americanos conseguiram nos últimos anos.” Ora, os “últimos anos” não são os anos atuais, bem como a conjuntura da Segunda Guerra não mais se aplica a conjuntura da recém-inaugurada “Guerra Fria”. *Por outro lado*, os “círculos latino-americanos” não conseguindo compreender o que ocorria, buscavam explicações na órbita do próprio Departamento de Estado e não na órbita das modificações estratégicas, militares, técnicas e científicas que o bipolo atravessava. A incompreensibilidade, como mostrei, se manteve nos anos seguintes.²⁰⁹

Ocorria, ainda estrategicamente falando, que os *antigos* inimigos estavam agora bem próximos do *atual* inimigo: a União Soviética poderia ser alcançada, em caso de ataque, por bombardeiros estacionados na Itália, na Alemanha, na Espanha²¹⁰ e mesmo no Japão, mas *jamais* da “estratégica base norte-americana”²¹¹ de Natal ou de qualquer outra cidade brasileira ou da América Latina. E mais: se não fomentados, os antigos inimigos poderiam entrar para a esfera soviética ou, quem sabe, ser invadidos ou “envenenados” pelo “suposto perigo” que representava a União Soviética e seu “comunismo ateu”. Haveria algum risco de semelhante invasão ao Brasil? Provavelmente não. E mais uma vez: por que viajariam os russos dezenas de milhares de milhas para atacar o Brasil? A “Guerra Fria” atirou o Brasil do primeiro para o segundo plano estratégico, e questões mais urgentes – garantia de uma Europa Ocidental pró-ocidente, desenvolvimento de vetores rápidos, precisos e eficientes para as bombas atômicas – precisavam de uma solução de curto e médio prazo: o Brasil e a América

²⁰⁸ Jornal *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, Ano XX, número 5929, domingo, 21 de julho de 1946, p.1, “Panorama Continental” “Os assuntos latino-americanos recebem toda a atenção nos EUA” “As disputas entre Cordell Hull e Summer Welles [...]”

²⁰⁹ Para o caso brasileiro, esta incompreensibilidade foi particularmente mais aguda no governo Dutra. “No primeiro governo Vargas, o alinhamento era um *meio* de obtenção de benefícios econômicos, políticos e militares, mas de 1946 a 1950 ele constituiu-se praticamente em *objetivo permanente* da política exterior brasileira. Os ganhos substanciais passaram para o reino imponderável da esperança. A retórica do ‘Brasil potência’, do ‘aliado especial’, do ‘prestígio internacional’ continuou a mesma, mas tinha ainda menos contato com a realidade do que ao tempo de Vargas.” [grifos do autor] Conforme: MOURA, Gerson, op. cit., p.69.

²¹⁰ Jornal *O Estado*, Fortaleza, Ano XIV, número 7165, sábado, 5 de agosto de 1950, p.1, “Mantida a decisão do Senado” “O empréstimo de 100 milhões de dólares foi finalmente concedido a Espanha.”

²¹¹ MUNHOZ, Sidnei J., op. cit., p.45.

Latina poderiam esperar. Enquanto presos ao componente ideológico da “Guerra Fria”, a diplomacia e governo brasileiros estavam impossibilitados de entender, *em sua completude*, o que se passava: os componentes estratégicos (técnicos e militares) da “Guerra Fria” são os que emprestam sentido ao conceito e, por este motivo, devem ser tratados, na “Era Atômica”, com premência.

Mas, mudaria alguma coisa, nas décadas seguintes, com relação a importância estratégica do Brasil e da América Latina para os Estados Unidos? Se transcrevermos o que disse o então conselheiro de segurança do governo Richard Nixon, Henry Kissinger, ao chanceler chileno Gabriel Valdés, em diálogo de junho de 1969, vê-se que a desimportância estratégica, não apenas do Brasil, mas de toda América do Sul, fica evidente e é grotescamente explicitada.

“Senhor Ministro, você fez um discurso estranho. Você chega aqui falando de América Latina, mas isso não é importante. Nada importante pode vir do Sul. A história nunca foi feita no Sul. O eixo da história começa em Moscou, vai para Bonn, cruza Washington e então vai para Tóquio. O que acontece no Sul não tem nenhuma importância. Você está perdendo o seu tempo.” [disse o secretário de estado norte-americano]
“Senhor Kissinger, você não entende nada sobre o Sul.” [Valdés replicou]
“Não, e eu não me importo.” [Kissinger respondeu]²¹²

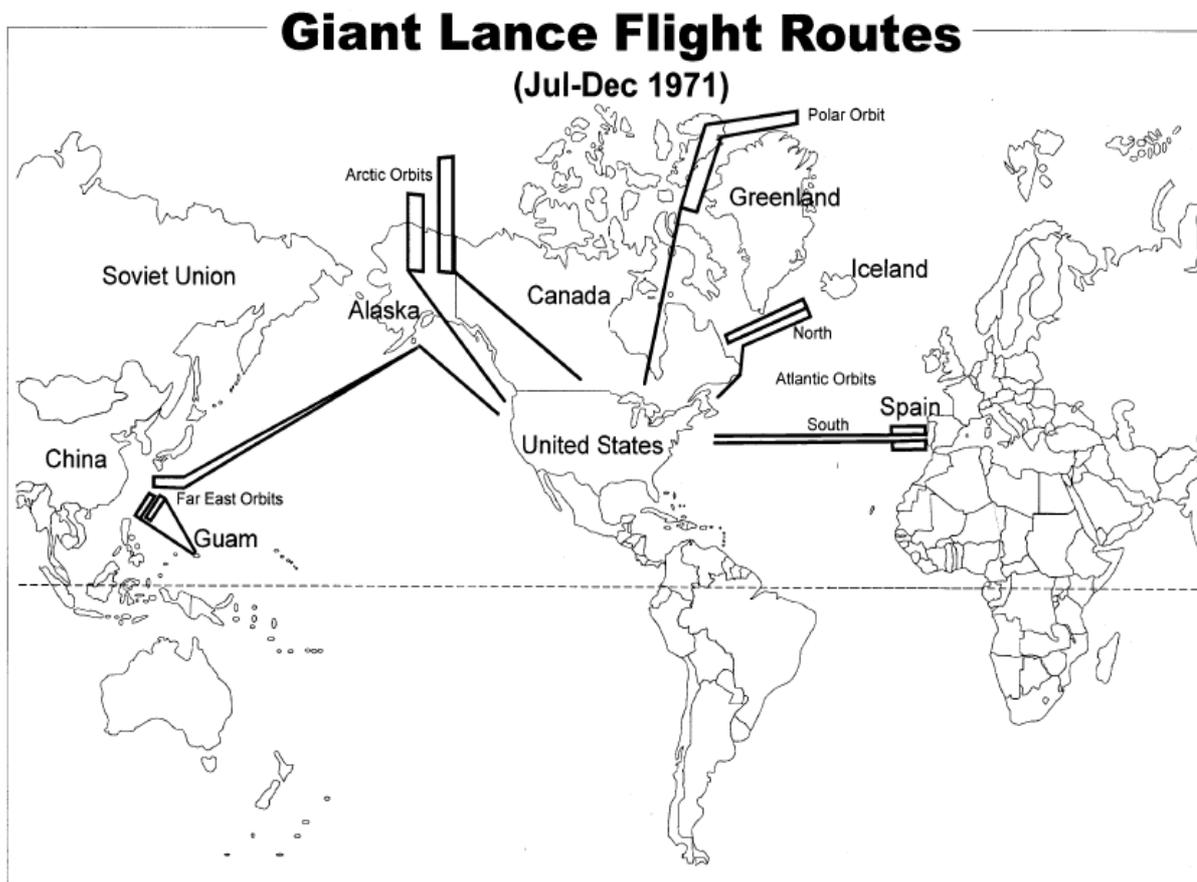
Se no lugar de “eixo da história” o conselheiro norte-americano tivesse dito “eixo da ‘Guerra Fria’” eu seria obrigado a concordar com ele.²¹³ Vejamos mais alguns exemplos. O mapa abaixo²¹⁴ mostra as rotas de vôo dos aviões militares norte-americanos – bombardeiros e aviões-tanque – durante a operação *Giant Lance*, entre julho e dezembro de 1971. Observe que as rotas atendem ao teatro de guerra europeu e asiático – nada ocorre, estrategicamente falando, abaixo da linha do Equador: apenas as ditaduras militares latino-americanas – sob o

²¹² “Mr. Minister, you made a strange speech. You come here speaking of Latin America, but this is not important. Nothing important can come from the South. History has never been produced in the South. The axis of history starts in Moscow, goes to Bonn, crosses over to Washington, and then goes to Tokyo. What happens in the South is of no importance. You’re wasting your time.” “I said,” Valdés recalls, “Mr. Kissinger, you know nothing of the South.” No, Kissinger answered, “and I don’t care.” Conforme: HERSH, Seymour M. *The price of power: Kissinger in the Nixon White House*. Nova Iorque: Summit Books, 1983, p.263. [Agradeço aqui ao professor Carlos Fico da UFRJ que gentilmente digitalizou e me enviou o trecho do livro de Hersh.]

²¹³ “O palco está montado para a execução do maior drama político da história. Os artistas principais são os estadistas de todas as nações, sendo que a interação de forças do drama condiciona, pela natureza física do palco, se a representação desta ou daquela cena, em particular, será em Londres, Washington ou Moscou.” Conforme: MOODIE, A. E., op. cit., p.197.

²¹⁴ Disponível no *site*: <http://oldsite.nautilus.org/archives/nukepolicy/Denmark/index.html> (Acessado em 3-02-2011 às 15h30min).

olhar relativamente pouco interessado dos norte-americanos²¹⁵ – “quebravam” a paz, “rasgavam” a Constituição e “atropelavam” os direitos civis dos cidadãos nos trópicos.

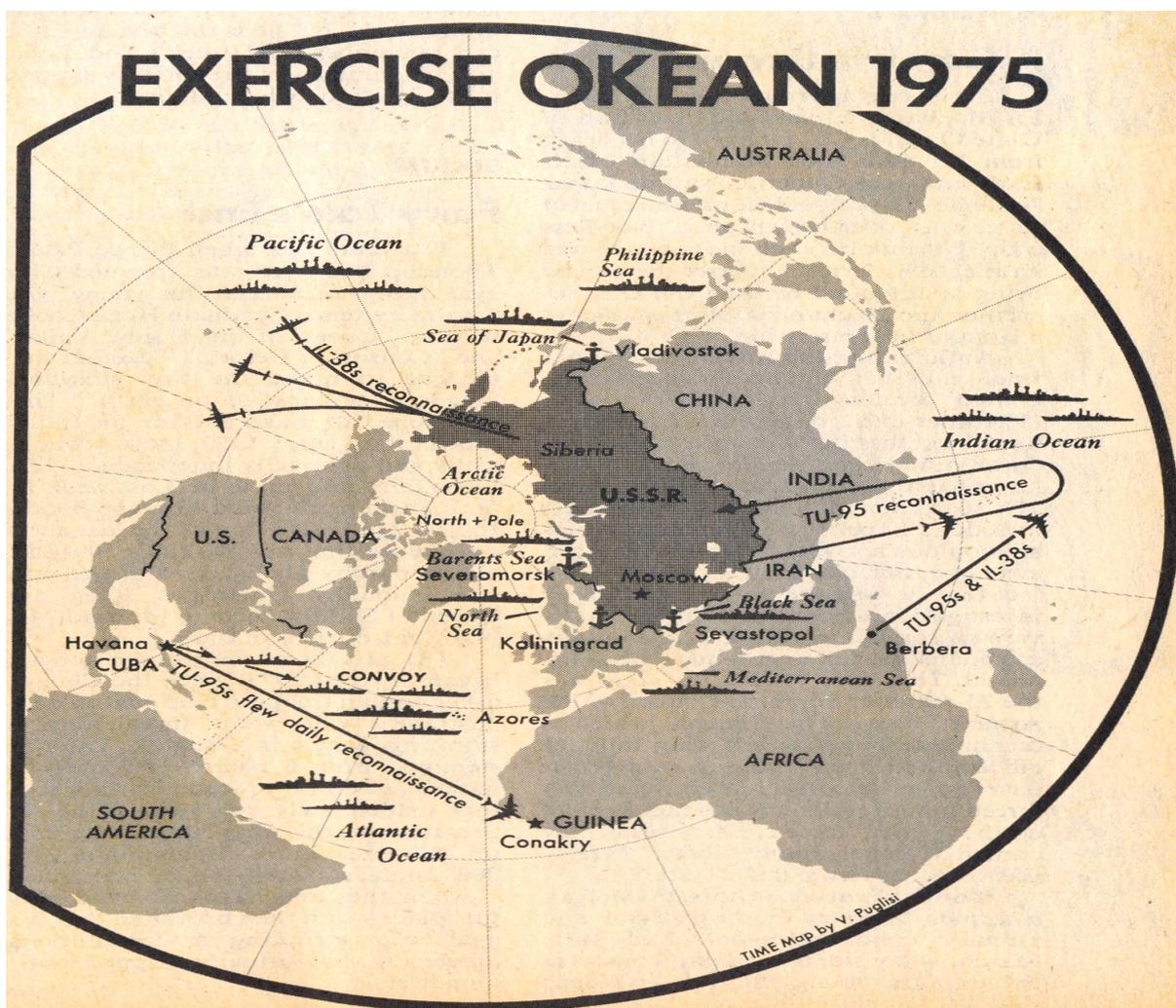


E a União Soviética, estaria ela interessada, estrategicamente falando, no Brasil ou na América Latina? Seriam cumpridos os desígnios alvitados pela revista *O Cruzeiro*, em novembro de 1952, que previa aviões soviéticos cruzando o Atlântico Sul e atacando o Brasil? Vejamos como se processou o “maciço exercício naval” simulado realizado pelas forças soviéticas, em 1975, – “o primeiro com manobras de alcance mundial da Marinha soviética em cinco anos.”²¹⁶ Alinhado de *Okean* (“oceano”, em russo), o exercício militar representado no mapa abaixo, indica-nos que, a exemplo das forças norte-americanas, não estamos também, na “Guerra Fria”, no foco das atenções das forças soviéticas. Cuba é sim utilizada como base de operações para cobrir o Atlântico Norte, mas observe que reina a

²¹⁵ “Foi só quando Fidel Castro apareceu que Cuba finalmente rompeu com o colonialismo. Na maior parte restante da América Latina, esta ruptura ainda está incompleta. Ditadores, militares e outros protegem antigos ou mais recentes privilégios. Os Estados Unidos tem dupla atuação: às vezes, ajudam os ditadores locais; em outras ocasiões, são acusados de injustiça e exploração *que talvez devessem antes ser atribuídas ao talento local.*” [grifo meu] Conforme: GALBRAITH, John Kenneth, op. cit., p.117.

²¹⁶ Revista *Time*, Nova Iorque, 5 de maio de 1975, p.27-28, “Soviet Union.” “All the ships at sea.”

“paz” abaixo do Equador. Segundo o mapa, a “saliência brasileira” – indispensável na Segunda Guerra – não foi visitada sequer por um único navio ou bombardeiro russo.



Na realidade, operações de alcance mais amplo – como a *Okean 1975* – não representaram uma realidade durante todo o período que ora analiso, o que imprimiu um caráter ainda mais remoto às possibilidades de ataque russo levantadas, por exemplo, pela revista *O Cruzeiro*.

“Uma outra modificação importante na postura estratégica da União Soviética, *depois de 1961*, foi a relacionada com a Marinha de Guerra, que passou a operar em mares cada vez mais distantes; *a primeira manobra naval soviética nas águas do Mar do Norte face à Noruega realizou-se em 1961*; essa manobra tem sido repetida todos os anos.”²¹⁷ [grifo meu]

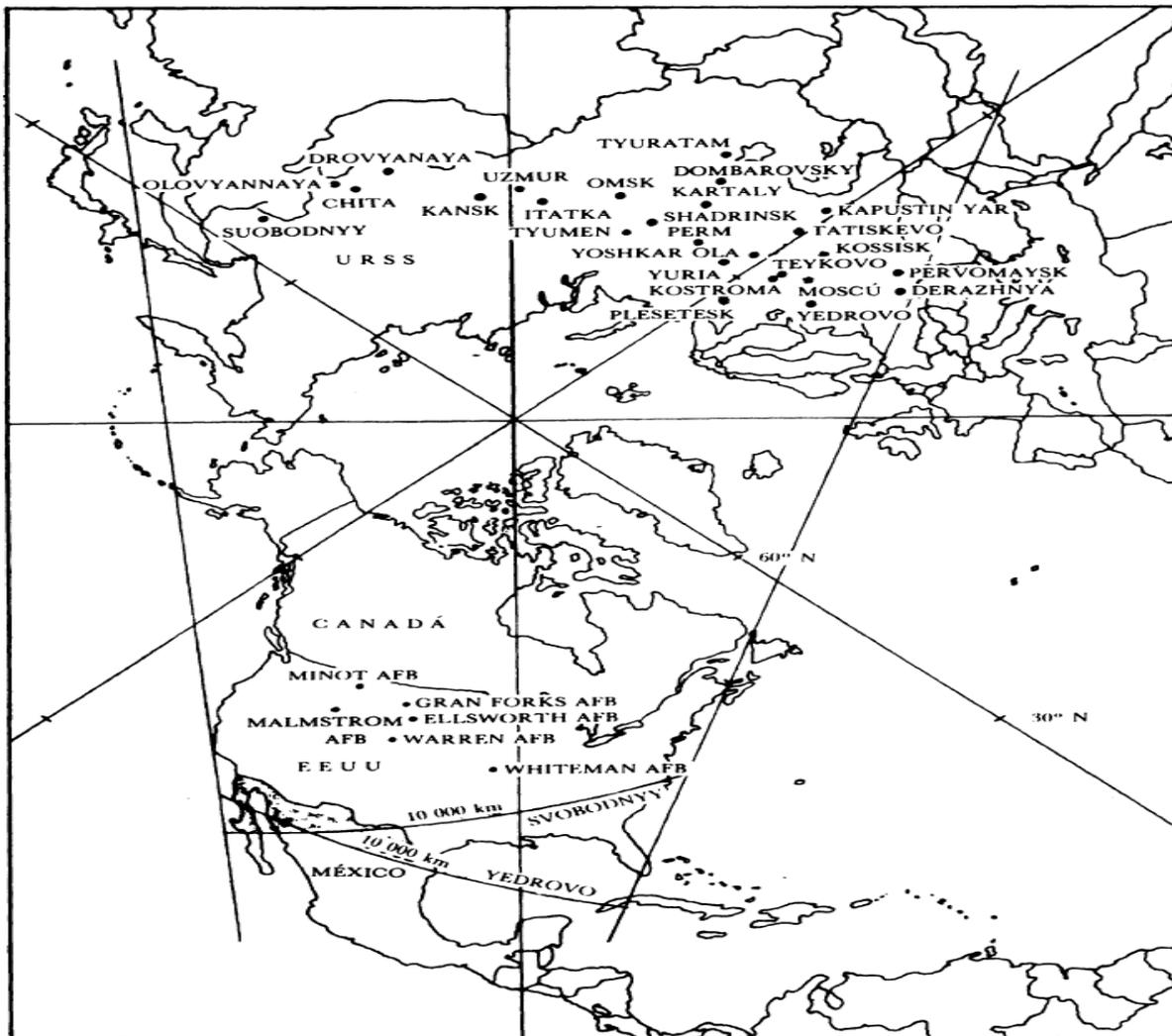
²¹⁷ LAVENÈRE-WANDERLEY, N. F. *Doutrina militar soviética*. In: JAGUARIBE, Hélio e outros. *Leituras de política internacional*. Brasília: Universidade de Brasília, (Cadernos da UNB) 1982, p.122.

E se agora for deixado de lado as atividades militares aéreas e navais, e considerado as atividades no campo dos Mísseis Balísticos Intercontinentais (ou ICBM²¹⁸) – quando de seu lançamento rumo ao alvo –, percebe-se que para estes o requisito de mobilidade pelo pólo é igualmente importante. Mostrei anteriormente que bases aéreas de ambas as superpotências foram construídas de modo que uma e outra fossem “cercadas”, e que os aviões bombardeiros que partissem na direção de seus alvos, percorressem o caminho mais curto seguindo as rotas polares (norte).²¹⁹ Para os ICBMs o primado do deslocamento rápido se mantém, e mais uma vez o Brasil e a América Latina encontram-se fora da “rota” deles. Foi somente no período de pesquisa e desenvolvimento dos ICBMs que o Brasil – mais especificamente o Nordeste brasileiro – se encontrou na “rota” dos mísseis balísticos em testes, fazendo com que experimentássemos um *renascimento estratégico* em fins da década de 1950 (como mostrarei adiante no Terceiro Capítulo). O mapa abaixo detalha os “corredores de trajetória dos ICBMs”,²²⁰ e pode-se claramente deduzir dele que toda a América Latina não parece compor o cenário da trajetória dos mísseis, assim como já não compunha a rota dos aviões e navios em caso de guerra atômica.

²¹⁸ Lembro que os ICBMs somente se tornaram armas operacionais em fins da década de 1950, no fim, portanto, do recorte estabelecido em minha pesquisa. Mais detalhes sobre os ICBMs serão fornecidos no Terceiro Capítulo desta tese de doutorado.

²¹⁹ Segundo alguns, havia a possibilidade dos militares russos utilizarem a rota polar sul para o lançamento de seus ICBMs e assim surpreender os Estados Unidos. “ICBMs follow a ballistic trajectory along a great circle route: for both the U.S. and the Soviet Union this means that ICBMs deployed against the other would follow a route across the North Polar region. In a ‘fractional orbital bombardment system’ [FOBS] ICBMs are fired in the opposite direction, on a great circle route across the South Polar region.” Ver: COOKSEY, R. J. *Pine gap*. In: Revista *The Australian Quarterly*, volume 40, número 4 (dezembro de 1968), p.18.

²²⁰ EGEA, Alejandro Nadal. *ICBM trajectories: some issues for the Superpowers’ neighbors*. In: *Journal of Peace Research*, volume 27, número 4 (novembro de 1990), p.376.



ICBM trajectories run inside corridors in a north–south direction. Mexico and several countries in Central Asia lie downstream from targets of Soviet and US ICBM’s respectively. In contrast, Scandinavian countries are located in a cross-fire position; in the event of a nuclear exchange they will be overflowed by missiles of both sides.



Deste modo, para o período compreendido em minha pesquisa (1945-60), as áreas no entorno da América Latina pareciam um lugar distante das pretensões estratégicas da União Soviética: a citação de Lavenère-Wanderley parece deixar pouca dúvida com relação a isto.²²¹

²²¹ “Until 1961, therefore, the navy’s primary concern was to extend the inner zone of effective command to the natural defensive barriers, which would be seized by Soviet forces in the event of war. The outer zones did not extend very far beyond these geographic constrictions and were primarily seen as areas for interdicting the reinforcement of the enemy who defended these natural barriers. [...] But after 1961, the outer zone was extended to take account of the qualitatively new threat to the Soviet Union posed by the Polaris submarine, as

Mesmo assim, isto não impediu que fossem avistados, durante a década de 1950, supostos submarinos soviéticos rondando a costa brasileira, como foi o caso dos avistados próximos das “costas do Nordeste, principalmente nas imediações da ilha de Fernando de Noronha, onde os norte-americanos estão montando estações de controle de teleguiados;”²²² ou ainda na costa da Bahia,²²³ quando a “esquadra brasileira realizava manobras de grande envergadura”²²⁴ e avistou um “submarino fantasma”. Especulações e conjecturas sobre a possibilidade dos mesmos serem “comunistas” foram logo levantadas. Uma vez mais, ao que tudo parece indicar, os militares e jornalistas pareciam ver aquilo que queriam enxergar: o Brasil sob ameaça de ataque da distante União Soviética através de “aviões de propulsão a jacto” e “submarinos misteriosos”. E, repetidamente, exercitou-se a quebra da *relativa* monotonia que representou a “Guerra Fria” no Brasil e na América Latina com a construção de ameaças inexistentes, imaginárias ou pouco prováveis.

well as the continuing threat from carrier strike aircraft.” Conforme: MccGWIRE, Michael. *Naval power and Soviet global strategy*. In: Revista *International Security*, volume 3, número 4 (primavera de 1979), p.165.

²²² Jornal *O Povo*, Fortaleza, 30 de maio de 1958, “Submarino ronda a costa do Nordeste.”

²²³ Jornal *O Povo*, Fortaleza, 2 de julho de 1959, “Submarino misterioso nas costas do Brasil.”

²²⁴ Jornal *O Povo*, Fortaleza, 4 de julho de 1959, “Encerradas as buscas.”

SEGUNDO CAPÍTULO

“A paz é a continuação da guerra por outros meios” O conceito de “Guerra Fria” revisitado: armas atômicas e termonucleares

“Não foi uma fase cômoda para se viver [o Termidor], pois a maioria dos homens sentia fome e muitos tinham medo, mas foi um fenômeno tão terrível e irreversível quanto a primeira explosão nuclear, e toda a história tem sido permanentemente transformada por ela.”

Eric J. Hobsbawm²²⁵

“Tire a Guerra Fria – e, portanto, a tecnologia espacial e de mísseis – e com o quê parecerá a economia norte-americana?”

Walter A. McDougall²²⁶

“Não há uma pedra filosofal que produzirá a equação ‘Bomba = Era da Ansiedade’, nem um cálculo que mensurará a contribuição da bomba para, por exemplo, [o movimento] Hippie. As diversas atribuições para o impacto psicológico da Bomba sugerem que a descoberta da importância da bomba para a psique norte-americana é tanto uma questão de convicção, expectativa e intuição como é uma questão de realidade.”

Michael J. Carey²²⁷

“Em situações como essas, o rigor flexível (se nos for permitido o oximoro) do paradigma indiciário mostra-se ineliminável. Trata-se de formas de saber tendencialmente *mudas* – no sentido de que, como já dissemos, suas regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas. Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição.

Carlo Ginzburg²²⁸

²²⁵ HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: Europa 1798-1748*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.90.

²²⁶ “Take away the Cold War – and, hence, missile and space technology – and what would the American economy look like?” Conforme: McDOUGALL, Walter A. *Technocracy and statecraft in the Space Age - toward the history of a Saltation*. In: Revista *The American Historical Review*, volume 87, número 4 (outubro de 1982), p.1036.

²²⁷ “There’s no philosophers’ stone that will produce the equation ‘Bomb = Age of Anxiety’, nor a calculus that will measure the bomb’s contribution to, for example, the Hippies. The diverse attributions to the Bomb’s psychological impact suggest that discovering the bomb’s importance to the American psyche is as much a matter of conviction, expectation, passion and intuition as it is a question of facts.” Conforme: CAREY, Michael J. *Psychological fallout*. In: Revista *Bulletin of the Atomic Scientists*, Chicago, volume 38, número 1 (janeiro de 1982), p.24.

²²⁸ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.179.



Se a “Guerra Fria” parece ter desempenhado um papel fundante na perda de importância estratégica do Brasil e da América Latina, seria salutar dedicar um espaço para a discussão do significado deste conceito. Começo, assim, com alguns questionamentos: quando tem início ou se origina aquilo que se convencionou chamar de “Guerra Fria”? O que se entende – na bibliografia, na mídia, nos livros didáticos, no senso comum etc. – por “Guerra Fria”? O que é intrínseco ao conceito de “Guerra Fria”?

Nos conceitos de “Guerra Fria” normalmente se faz alguma referência ao fato de que aquela *disputa ideológica* se deu também no campo econômico e militar, apesar dela não ter ocorrido de maneira direta neste último campo: as armas atômicas e termonucleares impediram que a guerra – agora entre o bipolo – se tornasse “quente”.²²⁹ Henry A. Kissinger – na época assessor do presidente Nixon – salientou este aspecto que se estendeu por toda “Guerra Fria”.

“*O mundo se tornou militarmente bipolar. Apenas dois poderes – os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – possuem o monopólio do poderio militar. Na próxima década, nenhum outro país ou grupo de países será capaz de desafiar aquela primazia física. Na verdade a distância, em poderio militar, entre os dois países nucleares e o resto do mundo tende a aumentar do que a reduzir-se no referido período.*”²³⁰ [grifo meu]

Há, inclusive, para o período compreendido com esta pesquisa (1945-60), diferentes correntes historiográficas – nos Estados Unidos – que se dedicaram ao entendimento das origens e causas da “Guerra Fria”. Estas correntes vão desde aquelas com uma perspectiva mais “tradicionalista” ou ortodoxa – e que jogam toda a “culpa” pelo início da “Guerra Fria” em uma União Soviética ofensiva e expansionista –, até as chamadas “revisionistas”, que relativizam o papel da União Soviética e ressaltam o caráter defensivo desta, como consequência da enorme destruição – humana e material – sofrida na Segunda Guerra

²²⁹ Há, no entanto, os que não concordam com esta capacidade intrínseca das armas atômicas e termonucleares. Ver: WILSON, Ward. *The myth of nuclear deterrence*. In: *Nonproliferation Review*, volume 15, número 3 (novembro de 2008), p.435. Ao final do artigo, Wilson declara: “The ideas advanced in this article mark the beginning of a process of intellectual exploration, not firm and final conclusions.”

²³⁰ KISSINGER, Henry A. *Política externa americana*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1969, p.57.

Mundial. Os historiadores Sidnei J. Munhoz e João Fábio Bertonha adicionam a estas perspectivas uma terceira: a que encontrou – em fins da década de 1980 – no historiador John Lewis Gaddis o seu expoente máximo. Nesta, denominada de “pós-revisionismo”, Gaddis “afirmava que era possível chegar a um denominador comum e construir um modelo analítico superior aos anteriores.”²³¹ Em todas elas, no entanto, é visível o verniz ideológico, com os aspectos políticos sobressaindo-se sobre os demais (estratégicos, militares e técnicos, por exemplo). Destarte, os episódios que compõe as teses clássicas de explicação para as origens da “Guerra Fria” – como a “Doutrina Truman” (1947), por exemplo – são *mantidos e reforçados*.

O *confronto ideológico* como *leif motiv* da “Guerra Fria” salta aos olhos, uma vez que o *confronto militar* direto apresentava aquela impossibilidade concreta – a despeito do recrudescimento do poderio militar –, e o *econômico* parecia distante, dado que as dinâmicas microeconômicas e macroeconômicas de um e outro pólo serem bem distintas. Por conta disto, o *componente ideológico* talvez seja o mais comumente encontrado em qualquer definição de “Guerra Fria” e, com as devidas variações, parece-me o mais rotineiramente disseminado.²³² A redução do conceito ao *componente ideológico* é gritante em alguns casos.

“A guerra fria é uma luta entre ideologias. Nessa Olimpíada ideológica, Estados poderosos se enfrentam num estádio mundial, disputando o prêmio da liderança. [...] A humanidade espera um novo campeão, uma nova ideologia dominante, a ser glorificada pelo júri da História. A guerra fria é uma luta entre a União Soviética e os Estados Unidos da América por essa ambiciosa recompensa.”²³³ [grifos meus]

Ao caracterizar a “Guerra Fria” como o *confronto ideológico* entre sistemas econômicos, políticos e sociais antagônicos, muitas vezes se deixa passar ao largo a idéia de que foram os sujeitos históricos armados com armas atômicas e, posteriormente, com as termonucleares – e receosos em utilizá-las – que mantiveram a “guerra” “fria”. Ora, se a “guerra está indiscutivelmente ligada à economia, à diplomacia e à política, como

²³¹ MUNHOZ, Sidnei J. e BERTONHA, João Fábio. *Impérios da Guerra Fria*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, CABRAL, Ricardo Pereira e MUNHOZ, Sidnei (Coordenadores). *Impérios na história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009, p.325-327.

²³² WALKER, J. Samuel. *Historians and Cold War origins: the new consensus*. In: HAINES, Gerald K. e WALKER, J. Samuel (Editores). *American Foreign Relations: a historiographical review*. Westport: Greenwood, 1981, p.207-236. Há, em páginas da *internet*, alguns interessantes esforços de definir o termo “Guerra Fria”: “A guerra fria foi um conflito teórico que ocorreu pouco depois da Segunda Guerra Mundial” [Ver: <http://mundoeducacao.uol.com.br/guerra-fria/> (Acessado em 4-6-2008 às 14h.)], ou ainda que a “definição para a expressão guerra fria é de um conflito que aconteceu apenas no campo ideológico” Ver: <http://www.suapesquisa.com/guerrafria/> (Acessado em 4-6-2008 às 14h20min)

²³³ MORRAY, J.P. *As origens da Guerra Fria: de Yalta ao desarmamento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961, p.11.

demonstram os teóricos”,²³⁴ a não-guerra, a “Guerra Fria” é, por analogia, um “instrumento” das armas atômicas e termonucleares, que *independe* do sistema político ou econômico: dois sistemas quaisquer, *mesmo ideologicamente idênticos*, armados com armas atômicas trazem em seu bojo o germe de uma “guerra” “fria”, uma vez que estas armas trazem a semente de sua não-utilização. Diz-se muito pouco, em minha opinião, ao afirmar que a “Guerra Fria” foi um estado de tensão política e rivalidade militar (entre “sistemas diferenciados de organização social”²³⁵) se não esclarecer que um (a *tensão política*) e outro (a *rivalidade militar*) foram mediados por sujeitos históricos que possuíam armas de destruição em massa singulares: as armas atômicas e termonucleares. Observe aqui que as armas bacteriológicas e químicas²³⁶ – existentes antes das armas atômicas – apresentam uma lógica diferente quanto ao *taboo* para sua não-utilização.²³⁷

Ora, se nesta análise, considerarmos o *conflito ideológico*, por si só (capitalismo *versus* comunismo), como fator constitutivo mais importante da “Guerra Fria”, não pareceria de todo absurdo retrocedermos – como alguns fazem – até a Revolução Russa²³⁸ (1917), ou ainda até o “Manifesto Comunista”²³⁹ (1848), como marcos fundadores daquele conceito. Com relação a Revolução Russa, pode-se dizer que foi potencializado, naquele momento, o temor que alguns setores da sociedade e economia capitalistas já nutriam pelo comunismo e

²³⁴ KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.16.

²³⁵ O professor Luiz Carlos Soares, comentando a tese do professor Francisco Carlos Teixeira da Silva sobre a “única guerra verdadeira do século XX”, ou a “longa guerra que se estenderia de 1914-1991”, disse o seguinte sobre a “Guerra Fria”: “Embora seja uma tese ousada e estimulante, gostaria de indicar a minha discordância em relação a ela, por achar que os conflitos relativos à Guerra Fria, entre 1945 e 1991, *opondo direta e indiretamente dois ‘grandes blocos’, que representavam sistemas diferenciados de organização social*, apontavam para uma descontinuidade em relação à natureza dos conflitos que estiveram na base das duas Grandes Guerras do século XX [...]” [grifo meu] O comentário – mesmo que apenas *en passant* – do professor Luiz Carlos Soares mostra como o *componente ideológico* é marcante nas referências à “Guerra Fria”. Conforme: SOARES, Luiz Carlos e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Reflexões sobre a guerra*. Rio de Janeiro: 7Letras / FAPERJ, 2010, p.37 [nota de rodapé 32]

²³⁶ “Pound per pound, chemical weapons are less lethal than nuclear or biological weapons [...] Indeed, it may not be appropriate to consider them to be weapons of mass destruction.” Conforme: FORSBURG, Randall, DRISCOLL, William, WEBB, Gregory e DEAN, Jonathan. *Nonproliferation primer: preventing the spread of nuclear, chemical, and biological weapons*. Cambridge & Londres: The MIT Press, 1995, p.15.

²³⁷ PRICE, Richard e TANNENWALD, Nina. *Norms and deterrence: the nuclear and chemical weapons taboos*. In: KATZENSTEIN, Peter J. (Editor). *The culture of national security: norms and identity in world politics*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1996, p.114-152.

²³⁸ FLEMING, D. F. *The Cold War and its origins, 1917-60*. Nova Iorque: Doubleday & Co., 1961. Segundo a resenha do livro de Fleming elaborada por F. H. Soward, o autor enfatiza que “não se pode entender a Guerra Fria” sem a apreciação da necessidade russa por segurança, e por este motivo busca as origens dela em 1917. Conforme: SOWARD, F. H. *Book review*. In: *Pacific Affairs*, volume 35, número 1 (primavera de 1962), p.87-88. Ver também: SELLERS, Charles, MAY, Henry e McMILLEN, Neil R. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos: de colônia a potência imperial*. Tradução de: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p.363.

²³⁹ SCHLESINGER, Jr., Arthur. *Origins of the Cold War*. In: BLISS, Howard e JOHNSON, M. Glen. *Consensus at the crossroads: dialogues in American foreign policy*. Nova Iorque: Dodd, Mead & Company, Inc., 1972, p.113.

suas manifestações sociais – greves, reivindicações salariais, protestos por melhores condições de trabalho, estatização, dentre outras. Apesar da tentativa das potências capitalistas de acabar com a Revolução no período da Guerra Civil (1918-21), não me parece de todo correto falar, *neste instante*, em “Guerra Fria”, e há aqui um sem-número de fatores que nortearam a opção pelo “bloqueio econômico-diplomático internacional, o *Cordon Sanitaire*.”²⁴⁰ Pode-se imaginar que a Revolução de Outubro “assustou as grandes potências mundiais [...] e fez com que elas iniciassem uma política de confronto e de contenção perante o novo regime,”²⁴¹ mas esta “política de confronto e de contenção” não apresentava *nada* de parecido ou assemelhado com a ação inibidora, persuasória, atormentadora, intimidadora e assustadora das armas atômicas e depois das termonucleares. É possível caracterizar o período entre-guerras como o de uma guerra tácita, inerte – assim como relativamente posso dizer para a “Guerra Fria” – entre os Estados Unidos e União Soviética: contudo é importante não perder de vista que a órbita de explicação para a inexistência de confronto se encontra, neste caso, em um nível diferente daquela em que se utiliza para entender a ausência de conflito direto no período pós-guerra. A “Guerra Fria” é produto das armas atômicas e termonucleares e é, em minha opinião, até mesmo difícil entender este conceito apartado delas: *as armas atômicas e termonucleares são o foco irradiador*²⁴² da “Guerra Fria”. Sem elas, a guerra (direta) entre Estados Unidos e União Soviética no mundo pós-guerra seria muito provável – e para alguns, “inevitável”²⁴³ – uma vez que ambos se encontravam em rota de colisão no que

²⁴⁰ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *A Guerra Fria*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão, FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste. *O século XX: o tempo das crises; revoluções, fascismos e guerras*. (Vol.II). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.197.

²⁴¹ BIAGI, O. *O imaginário da Guerra Fria*. In: *Revista de História Regional* [Online] 6:1, 24 de setembro de 2007.

²⁴² “The nuclear revolution was like a great earthquake, setting off a series of shock waves that gradually worked their way through the world political system.” Conforme: TRACHTENBERG, Marc. *A “wasting asset”*: American strategy and the shifting nuclear balance, 1949-1954. In: *International Security*, volume 13, número 3 (inverno de 1988-1989), p.44.

²⁴³ “Inevitável uma nova guerra” “Segundo o chefe do Estado Maior da aviação ‘ianque’” – “Os Estados Unidos jamais viveram um perigo tão grande” – “Descoberto um plano comunista para se apoderar da província canadense de Quebec e da cidade de Montreal.” [Conforme: *Jornal Gazeta de Notícias*, Fortaleza, Ano XX, número 6050, quinta-feira, 12 de dezembro de 1946, p.1]. “Rio de Janeiro, March 31 – Brazil must prepare for the inevitable third World War, former War Minister (now Senator) Goes Monteiro said today. Speaking by telephone from Montevideo, where he represented Brazil in the emergency consultive committee for continental defense, he said the world was threatened, and urged Brazil to develop all her resources. All signs point to war, he said, and only the atomic bomb has deferred it. He cited President Truman’s ‘calling the attention of his people to the danger threatening Occidental civilization’.” [Conforme: *Jornal The New York Times*, Nova Iorque, 1 de abril de 1947, “Brazilian warns of war.”]. “Inevitável a guerra atômica – Diz o chefe da Defesa Civil Americana.” [Conforme: *Jornal Unitário*, Fortaleza, Ano L, número 11571, quinta-feira, 8 de outubro de 1953, p.4]. “Nova guerra mundial é inevitável” “Declaração do órgão oficial do governo da China Comunista [...]” [Conforme: *Jornal Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 18 de julho de 1958]. “Desde 1947 o Itamaraty era chefiado por Raul Fernandes, jurista conservador, que se convencera de que a guerra entre Leste e Oeste era inevitável (...)” [Conforme: MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: FGV, 1991, p.62.] “Muitos americanos, particularmente os que tinham

tange aos seus projetos de futuro para a Europa e para o mundo. E mais: sem elas, *muito provavelmente* o Brasil e toda a América Latina não teriam, no pós-guerra, perdido tão rapidamente a importância estratégica que gozavam durante a Segunda Guerra Mundial. Como enfatizei no Capítulo anterior, o elemento novo na análise da experiência da “Guerra Fria” no Brasil e na América Latina se dá quando aquele conceito é deslocado da questão ideológica, pois ideologicamente o Brasil e o continente latino-americano se mantiveram *grosso modo* unidos e atados aos Estados Unidos durante *todo* o período aqui investigado: se olhássemos para o continente com a lente ideológica, *pouco ou nada veríamos* do que estava acontecendo no mundo e que poderia explicar a perda da “relação especial” e da importância estratégica.

Segundo Hobsbawm, “1947-50 foi o único momento em que a URSS pensou seriamente que a guerra fosse iminente.”²⁴⁴ Deduzo a partir da assertiva de Hobsbawm que, se a mesma perdeu sua potencialidade, sua iminência e imanência, isto se deveu ao ingresso da URSS no “clube atômico” em 1949: a partir daí, a guerra entre os blocos pareceu – para alguns – ter se esvaído de sua efetividade. Se a ausência de conflito entre os blocos foi mantida durante o monopólio atômico americano isto se deveu a uma miríade de fatores: estes vão desde a exaustão²⁴⁵ com relação a guerras²⁴⁶ (*bring the boys back home*²⁴⁷) até a

experiência direta com o desenvolvimento das primeiras bombas atômicas, estavam convencidos de que a única alternativa possível ao controle internacional [da energia atômica] seria uma cara e perigosa corrida armamentista nuclear que terminaria, *necessariamente*, numa guerra nuclear e na destruição da civilização.” [grifo meu] [Conforme: RHODES, Richard. Prefácio de MASTERS, Dexter e WAY, Katharine (Organizadoras). *Um mundo ou nenhum*: um relatório ao público sobre o pleno significado da bomba atômica. São Paulo: Paz e Terra, 2008 (originalmente publicado em 1946), p.7.] “O que mais importa agora é a criação imediata de condições nas quais o futuro estabelecimento de um governo mundial venha a parecer tão inevitável à maioria dos homens quanto, hoje, a guerra parece inevitável a muitos.” [Conforme: SZILARD, Leo. *Seria possível evitar uma corrida armamentista por meio de um sistema de inspeções?* In: MASTERS, Dexter e WAY, Katharine (Organizadoras), op. cit., p.191-192.]

²⁴⁴ HOBBSAWM, Eric. *Adeus a tudo aquilo*. In: BLACKBURN, Robin. (Organizador) *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p.106, nota 1.

²⁴⁵ “The U.S. nuclear monopoly as well as the vastly superior American economy – not to speak of the general exhaustion of the Soviet society – boded ill for the Soviet Union in the event of any protracted conflict.” Conforme: BRZEZINSKI, Zbigniew. *How the Cold War was played*. In: Revista *Foreign Affairs*, volume 51, número 1 (outubro de 1972), p.184

²⁴⁶ “Na Primeira Guerra Mundial, recrutamos um força considerável, de 3.500.000 homens. Mas quando a guerra terminou, essas forças foram logo dissolvidas. No fim de 1919, o número decrescia rapidamente. ‘Mandem nossos rapazes de volta’, era o lema do *Chicago Tribune*, que eu costumava ler em Chaumont, nosso Quartel General, no inverno seguinte do armistício.” Conforme: PERKINS, Dexter. *A diplomacia de uma nova era: principais acontecimentos na política dos Estados Unidos desde 1945*. Rio de Janeiro: Gráfica Record, 1968, p.14.

²⁴⁷ “Although the United States had sent millions of its young men abroad to fight in two world wars, after neither conflict was it prepared to maintain forces overseas in peacetime roles. In fact, the demand was not simply to bring the boys back to the United States, but, literally, to bring them *home*. Rapid demobilization was undertaken upon the termination of both wars, and in each case the desire to return to ‘normalcy’ was prompted not only by a feeling of war-weariness, but also by an optimistic view of the postwar political environment.” [grifo do autor] Conforme: TARR, David W. *The military abroad*. In: *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, volume 368, Americans Abroad (novembro de 1966), p.33. “The United States

incapacidade norte-americana de enfrentar a União Soviética (diga-se, um ex-aliado²⁴⁸) em um conflito convencional²⁴⁹ e sair vitorioso²⁵⁰ – dado a inexistência de armas atômicas e vetores²⁵¹ em quantidade suficiente²⁵² para fazer frente a gritante superioridade convencional soviética. Além disso, os militares da URSS sabiam através do espião Klaus Fuchs – que repassou informações dos Estados Unidos para a União Soviética entre 1945 e 1947 – que “a produção dos EUA era de 100 quilos de U-235 e de 20 quilos de plutônio por mês” concluindo assim “que os EUA não estavam preparados para uma guerra atômica até o final da década de 1940 e início de 1950.”²⁵³

simply and unilaterally disarmed. The country gave way to the impulse to ‘bring the boys home’.” Conforme: SCHLESINGER, James. *The Eagle and the Bear: ruminations on forty years of superpower relations*. In: Revista *Foreign Affairs*, volume 63, número 5 (verão de 1985), p.938.

²⁴⁸ “Alguns queriam usar a vantagem atômica norte-americana para repelir a ameaça comunista [...] [porém] uma guerra ‘preventiva’ era não só moralmente repugnante aos norte-americanos, mas politicamente impossível em uma sociedade aberta e democrática.” Conforme: SELLERS, Charles, MAY, Henry e MCMILLEN, Neil R., op. cit., p.366.

²⁴⁹ Lembro aqui o “segredo geográfico e a profundidade terrestre” da União Soviética. Ver: VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *A Guerra Fria*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão, FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste, op. cit., p.204. Parte do “segredo geográfico” foi revelado com a dissolução da União Soviética. “A Rússia agora revela as suas cidades secretas.” Conforme: Jornal *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 4 de fevereiro de 1994, p.6.

²⁵⁰ CABRERA, M. A., CALDERON, P. e COLCHERO, M. P. *EE.UU.: economia política y militarización de la economía*. Madri: Iepala, 1985. Os autores mostram como seria impossível submeter uma derrota a União Soviética no imediato pós-guerra.

²⁵¹ “Moreover, in the immediate postwar era there was considerable uncertainty both as to the actual destructiveness of the new atomic weapons and the American capacity to deliver these weapons on Soviet targets.” Conforme: BRZEZINSKI, Zbigniew, op. cit., p.183.

²⁵² Dados recentes mostram que os Estados Unidos dispunham em 1949 de 235 armas atômicas, o que parece, a primeira vista, uma quantidade suficiente para causar um dano significativo a União Soviética. O problema maior aqui parecia então o “segredo geográfico e a profundidade terrestre” da União Soviética – já citado – e a capacidade de “entrega” de tais armas, ou seja, de vetores. Para os dados sobre quantidade de armas atômicas e nucleares de 1945 a 2006, ver: Revista *Bulletin of the Atomic Scientists*, Chicago, volume 62, número 4, (julho/agosto de 2006), p.64-67, “Global nuclear stockpiles, 1945-2006.” [A tabela completa é apresentada nas Considerações Finais desta tese de doutorado.] Um plano de ataque de dezembro de 1948 previa o bombardeamento de 70 cidades soviéticas com 133 bombas atômicas. “The expansion of the stockpile did not resolve the planners’ strategic problems. In May 1949, an *ad hoc* committee headed by Air Force Lieutenant General H.R. Harmon reported to the JCS that even if all 133 bombs detonated precisely on their aim points this would not in itself ‘bring about capitulation, destroy the roots of Communism, or critically weaken the power of Soviet leadership to dominate the people.’” Ver: ROSENBERG, David Alan. *The origins of overkill: nuclear weapons and American strategy, 1945-1960*. In: Revista *International Security*, volume 7, número 4 (primavera de 1983), p.16.

²⁵³ MIRANDA, Celso. *Primavera atômica*. In: Revista *Superinteressante*. A Batalha do Século! Guerra Fria, (agosto de 2009), edição 268-A, p.14. Na verdade, seria apenas com a proliferação das armas termonucleares que se alcançaria a capacidade assegurada de destruição mútua (ou MAD). “To understand this fear, it is necessary to probe a bit more deeply into how global warfare was understood at this time. This was still not a period when it was taken for granted that all-out war meant the destruction of whole societies. The Harmon and Hull reports of 1949 and 1950 had made it clear that the initial ‘atomic blitz’ could not be counted on to destroy the war-making power of the Soviet Union. By the same token, a Soviet atomic attack in the early 1950s would have had only a limited effect on the American war economy: it could not prevent the United States from mounting a major military effort. The reason was that unlike the high-yield weapons being developed in the early 1950s, the early fission bombs were weapons of relatively limited power.” Conforme: TRACHTENBERG, Marc, op. cit., p.22. “It would probably be a long war, and the devastation would be terrible, but the United States would survive as a functioning society. The extraordinary advances in nuclear weapons technology taking place in the early 1950s were to shatter this image of what a general atomic war would be like. The coming of high-yield weapons, and

Esta conjunção de fatores, ou como diria Woodward, esta “avalanche de eventos, ou uma combinação de avalanches”²⁵⁴ explica porque os blocos resistiriam aos primeiros atritos leste-oeste, como no caso do Bloqueio a Berlim, em junho de 1948, por exemplo. Outros fatores, no início da década de 1950, eram aglutinados para explicar a ausência do conflito na Europa. Dorothy Thompson explicitou alguns destes fatores:

“Três coisas impedem a URSS de atacar a Europa Ocidental:

- 1) O respeito de Stalin pela capacidade industrial e militar dos Estados Unidos.
- 2) A enorme destruição, ainda não reparada, que a Segunda Guerra Mundial produziu na própria União Soviética.
- 3) A ausência de pretexto convincente para fazer uma guerra preventiva [...]”²⁵⁵

A estes motivos, o historiador Eric Hobsbawm acrescenta mais três outros que corroboraram para a relativa estabilidade no mundo, mesmo depois da quebra do monopólio atômico norte-americano.

“A paz no mundo [...] após o fim do curto e extremamente perigoso período de monopólio nuclear americano [...] também se deveu a três fatores: uma política mundial simplificada num jogo para dois jogadores; o acordo de Yalta [...], e, eventualmente, a inquestionável prosperidade econômica e estabilidade dos países capitalistas desenvolvidos [...] Fora da Europa, é claro, guerras (sem armas nucleares) não foram eliminadas.”²⁵⁶

Há que se buscar no mundo pós-guerra, deste modo, algo fora do (ou externo ao) confronto ideológico *per se*, algo que funcione como coagulante quando tudo parece indicar que o sangue “quente” jorrará. Este agente externo – que, na realidade, não nasce do confronto capitalismo *versus* comunismo, mas da luta contra o fascismo e o nazismo, uma vez que o “esforço atômico”²⁵⁷ tem início aí, sendo daí também que brota os primeiros sinais da

especially of thermonuclear weapons, was of fundamental importance.” Conforme: TRACHTENBERG, Marc, op. cit., p.33.

²⁵⁴ WOODWARD, C. Vann. *The age of reinterpretation*. In: *The American Historical Review*, volume 66, número 1 (outubro de 1960), p.13.

²⁵⁵ *Jornal Correio do Ceará*, [Órgão dos Diários Associados], Fortaleza, número 12258, sexta-feira, 16 de fevereiro de 1951, p.4, “Aviso na hora do perigo” [Matéria escrita por Dorothy Thompson]

²⁵⁶ HOBBSAWM, Eric, op. cit., p.98-99.

²⁵⁷ Obtive este termo de uma pesquisa realizada na revista *Visão*, de 1952 a 1963. É incrível, neste período, a profusão de termos que traziam o adjetivo “atômico” associado. A “Era Atômica” produziu léxico próprio, senão vejamos: submarino atômico, setor atômico, relógio atômico, trem atômico, avião atômico, termômetro atômico, quebra-gelos atômico, navio atômico, telefone atômico, foguete atômico, ópera atômica, carro atômico, diplomacia atômica, segredo atômico, coquetel atômico, cidade atômica, canhão atômico, cientistas atômicos, usina atômica, combustível atômico, bomba atômica, fissão atômica, teste atômico, experimento atômico, engenho atômico, míssil atômico, nuvem atômica, radiação atômica, assuntos atômicos, partículas atômicas,

futura “Corrida Armamentista”²⁵⁸ – são as *armas atômicas e depois as termonucleares*. E nasce daí uma vez que a busca por armas mais e mais poderosas foi uma constante na Segunda Guerra, principalmente para os Estados Unidos que dispunham, além dos recursos financeiros e técnicos, um território afastado do teatro de guerra europeu e asiático. Assim, segundo o historiador John Lewis Gaddis,

“ao longo da [Segunda] guerra, a estratégia militar anglo-americana tinha sido a de obter, por meio da tecnologia, vitórias tão rápidas quanto possíveis, e não por meio de exércitos. A decisão de lançar a bomba marcou a culminação lógica daquele esforço.”²⁵⁹

A “nova arma [a bomba-A] deve ter impressionado os líderes do Kremlin – [uma vez que] eles aparentemente ordenaram um rápido aceleração em seu programa de desenvolvimento da bomba” – e tudo isto feito com cuidado para se evitar “qualquer sinal visível de preocupação.”²⁶⁰ Pode-se depreender daí que a “Corrida Armamentista”, entendida como subproduto da “Guerra Fria”, começa a apresentar algum sentido: saliento que a “Corrida Armamentista” é *entendida aqui como uma corrida pelas armas atômicas e depois as termonucleares*. Concordo com Vizontini²⁶¹ ao afirmar que a “ameaça soviética” e a

explosão atômica, poeira atômica, pesquisa atômica, “loucos atômicos”, equipamento atômico, guerra atômica, fogo atômico, perigo atômico, páreo atômico, clarão atômico, monopólio atômico, progressos atômicos, arma atômica, (era da) abundância atômica, naves espaciais atômicas, paz atômica, porta-aviões atômico, energia atômica, clube atômico, conflito atômico, bombardeiro atômico, café atômico, sermão atômico, chuva atômica, pesadelo atômico, guia atômico, eletricidade atômica, reatores atômicos, botânica atômica, tocha atômica, esforço atômico, instituto atômico, dilúvio atômico, investigação atômica, espião atômico, programa atômico, guerrilha atômica, exposição atômica, mercados atômicos, artefato atômico, lixo atômico, reunião atômica, debate atômico, petróleo atômico, política atômica, arrancada atômica, ciência atômica, revolução atômica, idade atômica, futuro atômico, grito de independência atômica, linguagem atômica, fobia atômica, lesão atômica, tulipa atômica, produção atômica, ataque atômico, forno atômico, artilharia atômica, trabalho atômico, descoberta atômica, pilha atômica, ladrão atômico, flama atômica, processo atômico, terreno atômico, discurso atômico, banco atômico, educação atômica, revelação atômica, mundo atômico, medicina atômica, neurose atômica, dentre outros. Mais recentemente, Carlos Minc se referiu a questão da construção de Angra III como “uma casca de banana atômica.” Conforme: *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 22 de maio de 2008, p.3.

²⁵⁸ Como disse o cientista norte-americano Irving Langmuir, em 1946: “Hoje, possuímos bombas atômicas e vimos acumulando um estoque dos materiais que podem ser usados em sua fabricação. [...] Foi anunciado que a Grã-Bretanha tem planos de produzir bombas atômicas. [...] Molotov afirmou: ‘Nós, também, teremos energia atômica e muitas coisas mais.’” “*Uma corrida de armamentos atômicos teve início*, portanto, trazendo insegurança a todas as nações do mundo.” [grifo meu] Conforme: LANGMUIR, Irving. *Uma corrida armamentista atômica e suas alternativas*. In: MASTERS, Dexter e WAY, Katharine (Organizadoras), op. cit., p.148.

²⁵⁹ “Throughout the war Anglo-American military strategy had been to seek victory as quickly as possible through technology, not manpower. The decision to drop the bomb marked the logical culmination of that effort.” Conforme: GADDIS, John Lewis. *The United States and the origins of the Cold War, 1941 – 1947*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1972, p.245.

²⁶⁰ “[...] new weapon must have impressed Kremlin leaders – they apparently ordered a quick acceleration of their own bomb development program” e “any outward signs of concern.” Conforme: GADDIS, John Lewis, op. cit., p.246.

²⁶¹ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *A Guerra Fria*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão, FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste, op. cit., p.210.

“defesa do Mundo Livre” formam o que se pode chamar de “mitos mobilizadores e legitimadores” da “Guerra Fria” (em seu estágio incipiente). Por outro lado, em minha opinião, a capacidade fantástica e até então não concebida das bombas atômicas igualmente aglutinou esforços em torno da legitimação e na manutenção da “Guerra Fria”: na simbologia, mitologia e no ritualismo intrínseco a “Guerra Fria”, as armas atômicas e termonucleares (e seus vetores) ocupam um papel central, uma vez que é para elas que se voltam os olhares nos desfiles militares da Praça Vermelha²⁶² e é a sua posse que imprime o selo de “superpotência” a uma nação,²⁶³ bem como garante assento permanente junto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas e dá o poder de veto nas questões internacionais: algumas nações fizeram sacrifícios gigantescos para atingir este inebriante *status*.²⁶⁴ Sobre o impacto causado pela posse das armas atômicas, Henry A. Kissinger lembra-nos das modificações que elas causaram.

“O critério tradicional de equilíbrio de poder era territorial. Um país podia conseguir superioridade esmagadora apenas pela conquista [territorial] [...] No período atual, isso já não é mais válido. Algumas conquistas pouco acrescentam ao poderio militar vigente; maiores enriquecimentos de poder são possíveis inteiramente através de desenvolvimento dentro mesmo do território de um Estado soberano. A China ganhou mais força militar através da aquisição de armas nucleares do que se tivesse conquistado toda a Ásia Sudoeste. Se a União Soviética tivesse ocupado a Europa Ocidental, mas continuasse sem armamento nuclear, estaria menos poderosa do que está agora com seu arsenal nuclear existente dentro de suas fronteiras atuais.”²⁶⁵

E é possível ainda voltar um pouco no tempo em busca do entendimento das “origens” da “Corrida Armamentista”. A primeira reação atômica controlada, realizada em Chicago em 2 de dezembro de 1942, inaugura um novo período na relação do homem com as forças da natureza, uma vez que aquela “acendeu, pela primeira vez neste planeta, o fogo atômico, o

²⁶² “The Victory Parade that was held in Moscow in May 1965 was used to show the world a new ICBM, the size and shape of which were comparable to those of *Minutemam*.” Conforme: BROWN, Neville. *Towards the Super-Power deadlock*. In: *The World Today*, volume 22, número 9 (setembro de 1966), p.369-370.

²⁶³ “Acquiring a nuclear weapons capability in the second nuclear age (as it was in the first) [second nuclear age = post-Cold War] is seen as a symbol of prestige and power – it puts one front and center on the world map. This is particularly true among aspiring new powers; their perceived status within the international community might rise through nuclear empowerment.” Conforme: HAFFA, Jr., Robert P., HICHKAD, Ravi R., JOHNSON, Dana J. e PRATT, Philip W. *Deterrence and defense in “The Second Nuclear Age”*. Los Angeles: Analysis Center Papers / Northrop Grumman Corporation, março de 2009, p.6.

²⁶⁴ “To illustrate, the late Zulfikar Ali Bhutto, then Foreign Minister and later Prime Minister of Pakistan said of obtaining the atomic bomb, ‘We will eat grass or leaves, even go hungry, but we will get one of our own’.” [“From a 1965 speech to Pakistan’s National Assembly.”] Conforme: HAFFA, Jr., Robert P., HICHKAD, Ravi R., JOHNSON, Dana J. e PRATT, Philip W., op. cit., p.6.

²⁶⁵ KISSINGER, Henry A., op. cit., p.62.

primeiro fogo que não teve a sua origem no Sol.”²⁶⁶ Para alguns,²⁶⁷ e eu concordo com eles, este é o marco inicial da “Era Atômica”.²⁶⁸ Porém, não me parece possível imaginar o despontar de uma “Era Atômica” – e entenda-se isto a intenção de uso militar do “fogo cósmico” – sem o seu irmão siamês, a “Guerra Fria”, entendida como a impossibilidade da guerra exatamente pela opção atômica ou termonuclear. Não se pensava em concentrar esforços, naquele momento, no uso pacífico da energia atômica,²⁶⁹ uma vez que o mundo se encontrava em guerra,²⁷⁰ mas a opção existia, e clivar a “Era Atômica” em seus componentes “civil” e “militar” revela que a opção pela primeira só poderia se dar com o fim da guerra (como de fato ocorreu), dado toda a áurea de segredo e mistério em que foi envolto o Projeto Manhattan. A “Era Atômica” nasce “militar” e tem como rebento as armas atômicas: a existência no mundo de pólos ideologicamente antípodos corroborou, mas não é o componente que isoladamente explica o surgimento, em seguida, da “Guerra Fria”.

Gostaria de contribuir na re-elaboração do conceito comumente aceito de “Guerra Fria”.²⁷¹ Para isto, trago para o centro da discussão e análise as armas atômicas e termonucleares, a sua impossibilidade de uso (seja legal,²⁷² moral ou técnico), as incertezas²⁷³

²⁶⁶ Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 1 de dezembro de 1946, p.SM6.

²⁶⁷ Como mostrarei adiante, os marcos para o início da “era Atômica” oscilam entre o 2 de dezembro de 1942 (*The New York Times*, 1 de dezembro de 1946, p.SM6, artigo de William L Laurence), o 16 de julho de 1945 (*Ídem*, 26 de setembro de 1945, p.1, artigo também de Laurence) e o 6 de agosto de 1945 (*Ídem*, 14 de agosto de 1946, p.1).

²⁶⁸ Pensando assim, a “Era Atômica” parece anteceder os marcos iniciais *comumente disseminados* para a “Guerra Fria”, não sendo, portanto, um subproduto desta. Deste modo, não seria apropriado denominar a “Era Atômica” um subproduto da “Guerra Fria”. Utilizarei, porém, esta simplificação e gostaria de chamar a atenção do leitor para isto. Na verdade, identifico o período de 1945-49 como sendo um período formativo de transição para a chamada “Guerra Fria”, naquilo que nominarei mais adiante nesta tese de pré-“Guerra Fria”: mas mesmo neste meu *novo* entendimento, aqueles subprodutos antecederam a “Guerra Fria”.

²⁶⁹ “[...] o termo mais correto seria energia nuclear, porque as mudanças que ocorrem nos processos atômicos afetam o núcleo do átomo.” Conforme: WIGNER, Eugene P. *As raízes da era atômica*. In: MASTERS, Dexter e WAY, Katharine (Organizadoras), op. cit., p.56.

²⁷⁰ “Durante a guerra, não havia tempo disponível para o exame das aplicações pacíficas desse campo específico [...]” Conforme: YOUNG, Gale. *A nova energia*. In: MASTERS, Dexter e WAY, Katharine (Organizadoras), op. cit., p.65.

²⁷¹ No *site* da FGV, por exemplo, o conceito de “Guerra Fria” é apresentado por Alexandra de Mello e Silva sem que se mencione, *uma única vez*, as palavras “armas atômicas” ou “nucleares”. Ver: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/o_Brasil_de_JK/Guerra_Fria.asp (Acessado em 20-12-2008 às 9h20min) Ainda no *site*, “coexistência pacífica” se originou, *principalmente*, de mudanças internas na própria URSS, com a morte do autocrático Joseph Stalin, em 1953, e a ascensão de Nikita Kruschev” [grifo meu] E só mais adiante a autora afirma que aquele conceito “se originou também” do “potencial letal [...] do arsenal nuclear.” Ver: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/o_Brasil_de_JK/A_politica_externa_brasileira_no_cenario_da_guerra_fria.asp (Acessado em 20-12-2008 às 10h15min)

²⁷² Curiosamente, “a bomba-voadora [V-1 e V-2] é uma arma ilegal, mas a bomba atômica é legal, de acordo com a Comissão Jurídica Inter-Americana reunida aqui [no Rio de Janeiro]. O comitê chegou a essa decisão depois do discurso dirigido pelo professor Charles Fenwick, delegado americano.” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 11 de agosto de 1945, “Atom bomb is lawful, jurists decide at Rio.” [Rio de Janeiro, Aug. 10 – The flying bomb is an unlawful weapon, but the atomic bomb is lawful, according to the Inter-American Juridical Commission meeting here. The Committee reached its decision after hearing an address by Prof. Charles Fenwick, American delegate.”

quanto aos danos causados em decorrência de sua utilização, assim como a sua dissociação em subprodutos, principalmente a “Corrida Armamentista” e a “Corrida Espacial” – ingredientes estes que revitalizam e retro-alimentam a “Guerra Fria.”²⁷⁴ Resolvi elaborar esta sucinta discussão sobre as origens e constituição da “Guerra Fria” uma vez que gostaria de enfatizar os motivos da escolha que fiz pelas particularidades dela (ou seja, os subprodutos) em meu objeto de estudo. Creio que se ganharia muito em um estudo da “Guerra Fria” – seja de teor político, cultural, econômico etc. – se puséssemos em lugar privilegiado das discussões as armas atômicas e termonucleares. No campo científico,²⁷⁵ então, isto fica bem mais claro. Spencer R. Weart asseverou que:

“É agora bem compreendido entre os historiadores da ciência que metade de tudo o que aconteceu na ciência depois de 1945 estava relacionado e se baseava nos mecanismos da Guerra Fria.” Para ele, as mudanças geradas com o “advento da bomba atômica, *mais do que qualquer coisa*, convenceram as pessoas que os seres humanos eram agora capazes de modificar globalmente todo o meio-ambiente.”²⁷⁶ [grifo meu]

O homem se apoderou em dezembro de 1942 do “fogo cósmico” e produziria o “misterioso explosivo cósmico”²⁷⁷ que viabilizaria, no futuro próximo, o que se convencionou chamar de “Guerra Fria”. Os que focam no conflito ideológico e político encontram abrigo na Doutrina Truman, de 1947, como marco fundador da “Guerra Fria”. Os que optarem, por outro lado, pelos aspectos mais técnicos que possibilitaram e mantiveram, *efetivamente e irremediavelmente*, “fria” a “Guerra Fria”, se amparam no desenvolvimento do “fogo cósmico” como gérmen, mas não como marco fundador, da “Guerra Fria”: a “Era Atômica” e

²⁷³ “No one knows what the exact results of the release of atomic energy will be and speculation on specifics at this time is futile.” Conforme: LONG, Forrest E. *The atomic age*. In: *The Clearing House*, volume 20, número 1 (setembro de 1945), p.47.

²⁷⁴ Sobre a permanência da “Guerra Fria” no agora conhecido pós-“Guerra Fria” ou “Segunda Era Nuclear”, ver as Considerações Finais feitas ao fim desta tese de doutorado.

²⁷⁵ E tanto nos Estados Unidos como na União Soviética. “The Cold War had profoundly altered the course of national development in both the United States and the Soviet Union as vast sums were expended to create national security complexes that insinuated themselves into *virtually every corner of American and Soviet societies with profound behavioral and psychological consequences*. This was especially true in the realms of *science and technology* where the pursuit of knowledge became increasingly an instrument for ensuring national security. At no time in human history had such abundant resources been devoted to scientific and technological research and development, albeit in the pursuit of largely military interests.” [grifos meus] Conforme: HOUNSHELL, David. *The Cold War, RAND, and the generation of knowledge, 1946-1962*. In: *Revista Historical Studies in the Physical and Biological Sciences*, volume 27, número 2 (1997), p.237.

²⁷⁶ Entrevista de Spencer R. Weart, professor do Departamento de História da Universidade da Califórnia. In: *Revista Bulletin of the Atomic Scientists*, Chicago (maio / junho de 2008), p.9-12. “It’s now well understood among historians of science that half of everything that happened in science after 1945 was related to and funded by Cold War mechanisms.” “[...] the advent of the atomic bomb, more than anything else, convinced people that human beings were now in a position to change the entire global environment.”

²⁷⁷ *Jornal The New York Times*, Nova Iorque, 8 de agosto de 1945, p.6.

a “Guerra Fria” se fundem embrionariamente nos acontecimentos de 16 de junho (Alamogordo, Novo México) e 6 de agosto de 1945 (Hiroshima). Um pouco mais adiante, neste Capítulo, discorrerei mais detalhadamente sobre a pluralidade de marcos para o que se convencionou chamar de “Era Atômica”.

É importante perceber que as armas atômicas não cumpriram efetivamente seu papel de instrumento de contenção no imediato pós-guerra, uma vez que seu desenvolvimento se encontrava em estágios muito incipientes (*qualitativamente e quantitativamente*) para permitir mesmo um esboço de impedimento ao “avanço comunista”. A bomba atômica russa, em 1949, e, logo em seguida, as termonucleares, vieram soldar a impossibilidade de conflito, *por um lado*, e possibilitar a contenção, *por outro lado*. Como lembram os pesquisadores Richard Price e Nina Tannenwald,

“Durante o período inicial da Guerra Fria havia pouco consenso quanto a natureza das armas nucleares, os seus usos políticos e militares, como elas deveriam ser controladas e gerenciadas, ou se elas deveriam ou seriam utilizadas novamente. No entanto, a medida que os Estados Unidos tornaram-se mais e mais vulneráveis a um ataque nuclear soviético, *especialmente depois do desenvolvimento das armas termonucleares e o avanço nos vetores de ambos os lados*, em meados da década de 1950, a percepção de que as armas nucleares poderiam não ter utilização prática aumentou.”²⁷⁸ [grifo meu]

Tecnicamente, é como desmembrar a “Guerra Fria” em duas fases. Uma *primeira* (1945-49) com as armas atômicas e os vetores sendo desenvolvidos e aperfeiçoados nos dois pólos, porém sem armas atômicas em ambos, o que impossibilitava e impedia qualquer exercício de dissuasão recíproca; e uma *segunda* (1950-60), quando a URSS e (principalmente os) Estados Unidos já dispunham de várias centenas bombas atômicas e de hidrogênio e vetores que já permitiam imprimir uma incipiente (e crescente) ameaça recíproca.²⁷⁹ Um olhar mais rigoroso poderia me levar a identificar a *primeira fase* como a de uma pré-“Guerra Fria”, uma vez que a *não ocorrência de conflito* entre as superpotências entre 1945-49 *não poderia ser explicada* pela existência de armas atômicas em ambos os

²⁷⁸ “During the early period of the Cold War, little consensus existed in the nature of nuclear weapons, their military and political uses, how they should be controlled or managed, or whether they should, or would, be used again. But as the United States became increasingly vulnerable to Soviet nuclear attack, especially after the development of thermonuclear weapons and advanced delivery capabilities by both sides in the mid-1950s, the perception that strategic nuclear weapons could have no meaningful uses increased.” Conforme: PRICE, Richard e TANNENWALD, Nina, op. cit., p.136-137.

²⁷⁹ “The nuclear revolution, the loss of the American atomic monopoly, and the coming of thermonuclear weapons in the early 1950s were all of enormous importance to the formation of American policy.” Conforme: TRACHTENBERG, Marc, op. cit., p.6.

pólos: isso somente ocorreria a partir de 1950,²⁸⁰ com a NSC-68,²⁸¹ com o desenvolvimento da bomba atômica russa e posteriormente da de hidrogênio²⁸² (em ambos os pólos); e culminaria com o aperfeiçoamento dos ICBMs (também em ambos os pólos e com uma *ligeira* vantagem para a União Soviética) no fim desta década.²⁸³ Semelhante exercício de

²⁸⁰ “Barely three months after his disclosure of the Soviet test, Truman approved the joint State-Defense study that resulted in National Security Council Memorandum number 68, the blueprint of rearming America to prepare for the ‘long haul’ of the Cold War ahead. Against the advice of the AEC’s scientific panel, Truman had already decided to proceed with development of the successor to the A-bomb, the hydrogen bomb.” Conforme: HERKEN, Gregg. ‘A Most Deadly Illusion’: the atomic secret and American nuclear weapons policy, 1945-1950. In: Revista *Pacific Historical Review*, volume. 49, número 1 (fevereiro de 1980), p.52.

²⁸¹ “Começando logo em seguida a corrida de armas nucleares [bomba-H], uma comissão conjunta do Departamento de Estado e do Departamento de Defesa preparou a NSC-68, *uma formulação de política que militarizaria e globalizaria a contenção*. A NSC-68 propunha que fosse *triplicado o orçamento de defesa e que os Estados Unidos não fizessem mais distinção entre segurança nacional e segurança global*.” [grifos meus] Conforme: SELLERS, Charles, MAY, Henry e McMILLEN, Neil R., op. cit., p.371.

²⁸² “The end of the American monopoly on atomic bombs and the President’s decision to develop the hydrogen bomb advance the timetable of the world crisis. *Those who say that ‘nothing has been changed’ merely flee reality*.” [grifo meu] BALDWIN, Hanson W. *Strategy for two atomic worlds*. In: Revista *Foreign Affairs*, volume 28, número 3 (abril de 1950), p.386.

²⁸³ Em minha opinião – e alçado na análise que desenvolvo sobre o papel das armas atômicas e termonucleares no conceito de “Guerra Fria” –, o memorando NSC-68 *é mais significativo como marco fundador* da “Guerra Fria” do que o “longo telegrama” de George F. Kennan ou da “Doutrina Truman” (ambos de 1947). E uma vez que os vetores das armas nucleares ainda estavam sendo desenvolvidos e / ou aperfeiçoados, a “Doutrina” e o “telegrama” efetivamente ofereciam – no campo estratégico e militar – uma contenção apenas *retórica* do suposto avanço da União Soviética. Herken afirma que: “Within America’s grand strategy for dealing with communism, articulated as the containment doctrine in the summer of 1947 by George F. Kennan, the bomb had come to play a decisive role. *Kennan’s later disclaimers notwithstanding*, the continued deterrence of Russia by the atomic bomb made containment possible. *The duration of the U.S. nuclear monopoly was as vital to the logic of Kennan’s famous ‘X’ article [...]*” [grifos meus] [Conforme: HERKEN, Gregg, op. cit., p.70.] E isso talvez ocorresse uma vez que a lógica do “longo telegrama” era de “essentially defensive strategy” enquanto a do NSC-68 propunha “a more aggressive American strategy”: a quebra do monopólio atômico parece ter *vitalizado* a “Guerra Fria”. [Conforme: TRACHTENBERG, Marc, op. cit., p.14] “Surpreendentemente, Herken ignora – enquanto Kennan parece não fazê-lo – o fato de que não havia uma ampla capacidade de “entrega” das (relativamente escassas) armas atômicas no período do monopólio atômico; o que o tornava (o monopólio) *relativamente inútil*. A autorização de Truman para a concepção da bomba-H – somada ao memorando NSC-68 – levou a “Guerra Fria” para um nuclear *point of no return*: a administração Eisenhower e seu “New Look” apenas intensificariam isto. “Yet by the time he took office in 1953, Eisenhower’s view on nuclear weapons had changed. Not wanting to see the United States ‘choke itself to death pilling up military expenditures’ and assuming that any war with the Soviet Union would quickly turn nuclear, he shifted emphasis from costly conventional military capabilities to massive nuclear retaliation by a fortified Strategic Air Command. Whereas President Harry Truman had considered nuclear arms to be weapons of last resort, Eisenhower’s ‘New Look’ made them the foundation of US defense strategy.” [grifo meu] [Conforme: KUZNICK, Peter. *Japan’s nuclear history in perspective: Eisenhower and atoms for war and peace*. In: Revista *Bulletin of the Atomic Scientists*, edição eletrônica, 13 de abril de 2011, p.1.] Falando acerca do final do período Truman, Herken afirma então que: “Another immediate consequence was a rethinking of U.S. military policy which culminated in NSC-68, *the first step away from sole reliance upon nuclear weapons*. It was a tacit recognition that the Cold War would be a protracted, costly confrontation.” [Conforme: HERKEN, Gregg, op. cit., p.74.] Assim, deduzo que entre a autorização de Truman para a bomba-H e a administração Eisenhower houve um interregno onde a estratégia de defesa norte-americana se baseava solenemente em uma relativamente equilibrada *combinação* de armamentos convencionais e nucleares. “America’s inherently transitory advantages in nuclear weapons seduced the United States and its Western allies into almost total dependency on the threat of nuclear retaliation. In 1954 the United States adopted the New Look, emphasizing nuclear forces and reduced spending – and allowed its land and tactical air capabilities to remain weak. The NATO alliance abandoned the Lisbon force goals of 1950 and thereby solidified the habit of leaning on the nuclear crutch. [...] Needless to say, the problem of conventional military weakness has continued to haunt the Western alliance.” [Conforme: SCHLESINGER, James, op. cit., p.941-942.]

periodização poderia ser feita com relação a “Corrida Armamentista”, pois esta – como é aqui entendida – passou *grosso modo* por duas etapas bem distintas: uma *primeira* “Corrida” (1942/1945-49) pela produção das armas atômicas em ambos os pólos, e uma *segunda* (a partir de 1950²⁸⁴) pelo aperfeiçoamento das mesmas, sendo a concepção e operacionalização da bomba de hidrogênio e da capacidade de entregá-la *via* ICBMs – bem como a possibilidade de se ter em um só ICBM ogivas múltiplas e independentes (MIRV²⁸⁵) – os marcos mais importantes desta segunda etapa.

Com o passar dos anos, a medida que se aumentavam os estoques de armas atômicas e termonucleares e de vetores mais sofisticados, impactos diretos entre os pólos (como a “Crise dos Mísseis” em Cuba,²⁸⁶ por exemplo) eram repudiados e rechaçados como destruidores do equilíbrio²⁸⁷ forjado pelas armas nucleares e sua (in)disposição em utilizá-las. E “ninguém acredita poder vencer uma guerra nuclear,” e a “lógica insana da dissuasão atômica é a de que você tem que agir como se estivesse disposto a fazer isto – como se você pensasse que você fosse vencer – de modo a obter o efeito dissuasório apropriado.”²⁸⁸ Assim, o papel desempenhado pelo desenvolvimento das armas atômicas e termonucleares – e seus vetores – não pode ser subestimado.²⁸⁹

²⁸⁴ “By 1950 the arms race was renewed with greater intensity [...]” Conforme: HERKEN, Gregg, op. cit., p.76.

²⁸⁵ “MIRV is an acronym for ‘multiple individually-targetable re-entry vehicle’, a system which has the effect of multiplying the number of warheads deliverable by a single booster to separate aiming points.” Conforme: LAMBETH, Benjamin S. *Deterrence in the MIRV era*. In: *World Politics*, volume 24, número 2 (janeiro de 1972), p.222.

²⁸⁶ A “Crise dos Mísseis” é, por si só, um marco *importantíssimo* da “Guerra Fria”. Os Estados Unidos se puseram em alerta máximo (*DefCon 2*) nunca alcançado nos anos anteriores e posteriores a “Crise”. “The discovery, in 1938, of how to release nuclear energy introduced a singularity into the human world, a deep new reality, a region where the old rules of war no longer applied. Total war – nuclear war – would be suicidal. The Cuban missile crisis finally taught the superpowers that lesson. The Soviet Union never went to full nuclear alert in all the years of the Cold War. After the missile crisis, the United States never did so again. Nor did the two nations ever again directly confront each other. [...] We had not lost, nor had we won [the Cold War]. The world had won. Science had revealed a limit to total war.” Conforme: RHODES, Richard. *The general and World War III*. In: Revista *The New Yorker*, Nova Iorque, 19 de junho de 1995, p.59.

²⁸⁷ O historiador Dexter Perkins não acredita que o equilíbrio fora quebrado por ocasião da “Crise”. Segundo ele, “em vista do imenso poderio nuclear dos Estados Unidos, a presença de mísseis russos em Cuba não implicava em qualquer alteração fundamental na situação existente. O risco de um ataque aos Estados Unidos era o mesmo de antes; ainda teria sido possível revidar com uma colossal destruição da União Soviética.” Ver: PERKINS, Dexter. *A diplomacia de uma nova era: principais acontecimentos na política dos Estados Unidos desde 1945*. Rio de Janeiro: Gráfica Record, 1968, p.169. “At the time of the Cuban missile crisis, the United States was in a position to deliver several times as devastating an attack on the Soviet Union as the Soviet Union could on the United States, even though by then American civilian losses might have been on the prohibitive scale of some 30 or so million fatalities.” Ver: BRZEZINSKI, Zbigniew, op. cit., p.192.

²⁸⁸ Spencer R. Weart afirma que “nobody believes nuclear war is winnable” e a “insane logic of nuclear deterrence is that you have to act as if you’re willing to do it—as if you think that you’re going to win—in order to have a proper deterrent effect.” Entrevista de Spencer R. Weart. In: Revista *Bulletin of the Atomic Scientists*, Chicago (maio / junho, 2008), p.9-12.

²⁸⁹ “That confrontation was bipolar in structure, featuring nation-states with allegiances or ties to one side of the ideological divide or the other. *Nuclear weapons and their delivery systems were developed, acquired, commanded, and controlled with the goal of maintaining stable and credible levels of mutual deterrence.*” [grifo

Finalmente, gostaria de chamar a atenção de que estou atento ao historiador E. P. Thompson quando ele afirmou que, “quanto a Bomba, ela é uma Coisa, e uma Coisa não pode ser um agente histórico.”²⁹⁰ Ao centrar o meu olhar nas armas atômicas e termonucleares (na “Bomba”, portanto) busco fazê-lo tendo em mente os desdobramentos que a sua criação e operacionalização trouxeram para a política externa e interna das nações e continentes – como no caso do Brasil e da América Latina –, e do seu impacto no imaginário dos *sujeitos históricos*, sejam eles políticos, jornalistas, cientistas ou cidadãos comuns. A “Bomba” mudou a percepção que as *peessoas* tinham da (próxima e, para muitos, “iminente”) guerra mundial e sobre o seu futuro no mundo marcado pela sua presença (a da “Bomba”). Em 1980, Thompson decide “deixar de lado”²⁹¹ as suas pesquisas enquanto historiador²⁹² e mergulhar²⁹³ em uma fase apaixonada e frenética de ativismo político,²⁹⁴ mais especificamente no END (*European Nuclear Disarmament*). E o fez por conta da “Bomba”,²⁹⁵ ou do desejo de alguns *sujeitos históricos*²⁹⁶ em transformar a Europa em teatro de operações de uma guerra nuclear limitada. Thompson se apercebeu, portanto, da urgência e da emergência que aquele momento histórico demandava. Não interagimos com a “Bomba”, é certo, mas ela está lá, sob o comando de *peessoas*, servindo como pano de fundo no qual se desenrola o teatro da “Guerra

meu] Conforme: HAFFA, Jr., Robert P., HICKAD, Ravi R., JOHNSON, Dana J. e PRATT, Philip W., op. cit., p.5.

²⁹⁰ THOMPSON, Edward Palmer et al. *Exterminismo e guerra fria*. Tradução de: Denise Bottmann. São Paulo: Brasiliense: 1985, p.18.

²⁹¹ *Set aside*. Segundo o “Cambridge International Dictionary of Phrasal Verbs”, consultado *on-line* [Ver: <http://dictionary.cambridge.org/> (Acessado em 20-12-2009 às 9h30min)], “if you set aside your own feelings or opinions, you decide that you will not be influenced by them because *they are not important at that time*” [grifo meu] [“se você deixa de lado as suas opiniões e sentimentos [por algo ou alguma coisa], você decide que não será influenciado por elas porque elas não são importantes naquele momento”]

²⁹² “The story of Thompson’s involvement in the disarmament movement has been told often enough. Beginning spasmodically in the 1950s, it became almost a full-time pursuit in the 1970s and 80s, especially during the time of Margaret Thatcher and Ronald Reagan. Both the Campaign for Nuclear Disarmament and END, The European Nuclear Disarmament [...] demanded so much in terms of travel, meetings, talks and popular publications, that he put his other writing on hold.” Conforme: BOER, Roland. *Apocalyptic and apocalypticism in the poetry of E. P. Thompson*. In: *Spaces of Utopia: an electronic journal*. Número 7, 2009, p.46. [<http://ler.letras.up.pt>]

²⁹³ *Plunged into*. Segundo o mesmo dicionário, “to suddenly become *very* involved in an activity.” [grifo meu] [“subitamente tornar-se muito envolvido em uma atividade”]

²⁹⁴ “[...] set aside his research as a historian and plunged into a passionate and frantic phase of political activism” Conforme: BESS, Michael D., *E. P. Thompson: the historian as activist*. In: *The American Historical Review*, volume 98, número 1 (fevereiro de 1993), p.18-38.

²⁹⁵ Acerca da “Crise dos Mísseis” de Cuba, uma revista de São Paulo realizou um “perguntas e respostas”: “P. – Quem triunfou nessa crise?” “R. – Sem dúvida a grande vitoriosa foi a BOMBA. Foi ela que empurrou os homens nos momentos mais dramáticos para os caminhos mais cautelosos e prudentes. Foi a bomba que aconselhou os dirigentes, evitou precipitações e forçou recuos, salvando a paz para o mundo. O medo da BOMBA foi a grande arma da paz.” Conforme: Revista *Visão*, São Paulo, 16 de novembro de 1962, volume 21, número 20, p.20-23.

²⁹⁶ Sejam eles políticos, presidentes, secretários de defesa ou ainda cidadãos europeus que se sentiam mais seguros com a presença, em seus países, de mísseis *Pershing* e *Tomahawk*; da “Bomba”, portanto.

Fria”. Thompson²⁹⁷ enfatiza o papel do (heterogêneo²⁹⁸) movimento pacifista europeu na década de 1980, o que é criticado por Halliday. Este, ao rebater as críticas de Thompson, lembrou que “em nenhum país da OTAN qualquer governo eleito opôs-se à proliferação de mísseis *Cruise* e *Pershing* [...] na realidade [...] a OTAN levou adiante sua política de proliferação de armas atômicas” e, na Europa, os que apoiavam a saída da OTAN, “nunca passaram de uma pequena minoria.”²⁹⁹

A “Bomba” parecia ter tornado os *sujeitos* (históricos) escravos de sua presença uma vez que dava a elas uma idéia de aparente segurança em um mundo conturbado e embasbacado com o “vocabulário malcheiroso das armas nucleares.”³⁰⁰ Por um lado, imaginar o mundo sem elas no cenário desenhado na década de 1980 – com políticas abertamente armamentistas de Ronald Reagan³⁰¹ e Margaret Thatcher, por exemplo – parecia um tanto quanto improvável, apesar de não impossível. Por outro lado, a produção de “terceiras vias”³⁰² neste mesmo cenário parecia sim pouco provável. E, no futuro, um mundo sem armas nucleares é viável,³⁰³ mas, *se e somente se*, uma nova conjunção de fatores tecnológicos, políticos ou de outra natureza qualquer, *tão fantásticos quanto as que deram origem ao “fogo cósmico”*, sejam criados ou apareçam.³⁰⁴

²⁹⁷ THOMPSON, Edward. *Os fins da Guerra Fria: uma resposta*. In: BLACKBURN, Robin (Org.). *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p.73-85.

²⁹⁸ “So-called peace movements are rarely at peace with themselves. Natural divisions exist among the motley collection of worried Atlanticists, neutralists, pacifists, politically vulnerable social democrats, revolutionaries, theologians, and others who make up the movement.” Conforme: FREEDMAN, Lawrence. *NATO myths*. In: Revista *Foreign Policy*, número 45 (inverno de 1981-1982), p.50.

²⁹⁹ HALLIDAY, Fred. *Resposta a Edward Thompson*. In: BLACKBURN, Robin (Org.), op. cit., p.86-92.

³⁰⁰ THOMPSON, Edward. *Os fins da Guerra Fria: uma resposta*. In: BLACKBURN, Robin (Org.), op. cit., p.77.

³⁰¹ Aclamado como o presidente que pôs fim a “Guerra Fria”, o presidente Reagan era afeito a astrologia: teriam sido algumas de suas (importantes) decisões (na década de 80) tomadas depois da consulta aos astros? “Políticos de relevo como Denzil Holles, Oliver Cromwell, John Lambert, Bulstrode Whitelocke, o lorde tesoureiro Clifford e Anthony Ashley-Cooper acreditavam, ou pelo menos consultavam, em astrólogos. O presidente Reagan poderia ter sido intelectualmente respeitado 350 anos atrás.” Conforme: HILL, Christopher. *A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.46.

³⁰² “O próprio Thompson menciona a ‘terceira via’; contudo, apesar de inúmeras tentativas, o mundo contemporâneo não gerou sociedade alguma que incorporasse tal terceira via. Além disso, muita coisa erroneamente apresentada como essa ‘terceira via’ era na verdade um disfarce da primeira ou da segunda vias.” Conforme: HALLIDAY, Fred. *Resposta a Edward Thompson*. In: BLACKBURN, Robin (Org.), op. cit., p.91.

³⁰³ ROBBINS, Carla Anne. *The New York Times*, 30 de junho de 2008, Editorial Observer, “Thinking the unthinkable: a world without nuclear weapons.” [Edição eletrônica] Ver: <http://www.nytimes.com/2008/06/30/opinion/30mon4.html> (Acessado em 15-07-2008 às 16h30min).

³⁰⁴ Há atualmente uma renovação dos cenários catastróficos e “se, ao longo das décadas da Guerra Fria, a aniquilação nuclear era o pilar principal, o eco-apocalipse parece nitidamente ter tomado seu lugar.” [“If nuclear annihilation was the apocalyptic mainstay through the decades of the Cold War, the eco-apocalypse has clearly taken its place.”] Conforme: WALSH, Bryan. “The bright side of the end of the world.” In: Revista *Time*, 5 de julho de 2008, [Edição eletrônica] Ver: http://www.time.com/time/health/article/0,8599,18204_72,00.html (Acessado em 8-07-2008 às 13h30min).



No contexto do que se depreende comumente ser a “Guerra Fria”, o Brasil se inseriria como aliado do “mundo ocidental” e sua contribuição a disputa bipolar se daria mediante o alinhamento político-ideológico ao “Mundo Livre”. E como decorrência disto, o fornecimento de matérias-primas estratégicas, como urânio e areias monazíticas – além de outros minerais não diretamente associados à produção de armas e de energia atômica, mas igualmente “estratégicos” – assim como a cessão de bases militares (logo após a Segunda Guerra, até onde sei,³⁰⁵ apenas Fernando de Noronha, em 1957) e a assinatura de Tratados (como o Tratado do Rio, em 1947) e Acordos Militares (Acordo Militar Brasil – EE.UU, em 1952) clamavam e aludiam a necessidade de um aliado hemisférico. A condução de exercícios militares conjuntos e a visita de autoridades civis e militares, bem como outros aspectos ligados as artes, cultura,³⁰⁶ entretenimento,³⁰⁷ dentre outros, pareciam selar o nosso posicionamento no mundo bipolar.

Pelo que pude constatar, no recorte temporal desta pesquisa (1945-60), em nenhum momento este alinhamento foi severamente ameaçado ou veladamente conduzido, até mesmo nos momentos mais tensos das relações com os Estados Unidos e / ou naqueles mais severos de crise interna. O fluxo de matérias-primas foi regularmente mantido, nunca comprometendo a segurança norte-americana no setor atômico.³⁰⁸ Apesar de toda contenda em torno da cessão de Fernando de Noronha aos Estados Unidos, o que se produziu, ao final, parece ter sido apenas “muito calor e pouca luz”: os técnicos estadunidenses já haviam se instalado na ilha no

³⁰⁵ Houve, em fins da década de 1950, denúncias da presença americana em várias outras partes do território brasileiro, notadamente na imprensa comunista, como é o caso do periódico comunista *O Democrata*. “Uma espantosa revelação: os ianques na Serra do Cachimbo!” [Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 18 de julho de 1957], “Estudantes pedem retirada de militares ianques do Nordeste” [Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 27 de julho de 1957] e “Infestada Mossoró de militares americanos” [Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 30 de julho de 1957]. A presença norte-americana no Nordeste brasileiro, neste período, parece estar relacionado a cessão de Fernando de Noronha em 1957.

³⁰⁶ “Não há como negar: a Segunda Guerra Mundial é o ponto de virada na história das relações culturais entre o Brasil e os Estados Unidos.” Conforme: TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.28.

³⁰⁷ Ver: DE CICCIO, Cláudio. *Hollywood na cultura brasileira: o cinema americano na mudança da cultura brasileira na década de 40*. São Paulo: Convívio, 1979.

³⁰⁸ Em 1956, uma Comissão de Inquérito na Capital Federal investigou o fornecimento de minérios aos Estados Unidos [Conforme: Jornal *O Povo*, Fortaleza, 14 de julho de 1956, “Revelações gravíssimas no Relatório Atômico” e jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 1 de setembro de 1956, p. F19, “Brazil cancels U.S. atom pact.”]. Após muita discussão, o fluxo é garantido mais uma vez [Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 13 de dezembro de 1956, p.25, “Uranium hunt renewed; U.S. and Brazilians resume search halted in August.”]

mesmo ano da assinatura do Acordo (em 1957³⁰⁹) e a cessão, apesar de habilidosamente contestada nos campos jurídicos e diplomáticos³¹⁰ e efusivamente denunciada pelas Assembléias e Câmaras em várias cidades brasileiras,³¹¹ nunca foi severamente ameaçada.

O governo brasileiro parecia sempre negociar e / ou ceder ao norte-americano de modo a que os interesses deste último fossem atendidos. Isto pode ser observado, por exemplo, desde a desobrigação do envio de tropas brasileiras para a Coréia em troca de minérios estratégicos (notadamente monazita), até a cessão de Fernando de Noronha em troca de empréstimos e melhorias na infra-estrutura (portuária e rodoviária, por exemplo) do Nordeste brasileiro.

Não quero aqui, no entanto, menosprezar a ajuda dada pelo Brasil aos Estados Unidos no período da “Guerra Fria”. Muito pelo contrário, gostaria de mostrar que o Brasil contribuiu de modo importante na disputa entre os pólos. Porém, esta contribuição não se deu (apenas) no plano ideológico como se pode salientar e deduzir a partir das definições correntes de “Guerra Fria”: a contribuição brasileira à “Guerra Fria” se deu também em um plano diferente daquele. A impossibilidade de se perceber esta contribuição foi corroborada porque, em meu entendimento, não se rompia com as aproximações mais disseminadas da “Guerra Fria” que punham a disputa ideológica em primeiro plano. É importante salientar, no entanto, que a contribuição, apesar de importante, foi marginal e secundária dentro daquilo que considero o núcleo central da “Guerra Fria”: as armas atômicas e termonucleares. A desimportância estratégica, porém, não atirou o Brasil em um vácuo *completo*, e outras formas de contribuição foram “oferecidas” ao Brasil, como é o caso de Fernando de Noronha, por exemplo.

Deste modo, se entendermos a “Guerra Fria” para além da disputa ideológica, me parecerá mais claro compreender a avidez com que os norte-americanos se precipitaram em busca de urânio no mundo inteiro, assim como a preocupação inicial do controle das fontes de

³⁰⁹ E até mesmo antes. Segundo a revista *Visão*, de 23 de novembro de 1956 (volume 9, número 11, p.12), “Chegaram ao Recife, nos primeiros dias de novembro, alguns técnicos norte-americanos encarregados dos estudos preliminares para a construção de uma base aero-naval, no Território de Fernando de Noronha, para o governo dos EUA.”

³¹⁰ No exemplar da *Revista de Direito Contemporâneo*, fevereiro de 1957, há uma discussão sobre os aspectos jurídicos do Acordo e na *Revista Brasiliense*, de maio/junho de 1957, número 11, o artigo “Inconstitucionalidade do ‘Ajuste’ para a cessão da Ilha de Fernando de Noronha.”

³¹¹ Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 23 de março de 1957, “Contra a entrega da ilha” “O vereador Antonio Ribeiro (UDN de Itapagé) declarou a reportagem de O DEMOCRATA: ‘– Sou contra a cessão da ilha de Fernando de Noronha aos americanos. É a maior imundície que um governo possa cometer.’” Itapagé é uma cidade localizada a cerca de 250 km de Fortaleza – CE.

extração dele.³¹² Segundo Tânia Malheiros, a contribuição brasileira aos Estados Unidos na área atômica já ocorria desde 1943,³¹³ bem antes, portanto, do “primeiro acordo atômico formal”, de setembro de 1945, e logo em seguida à afirmação potencial do átomo como arma de guerra a partir do 2 de dezembro de 1942. E durante a Segunda Guerra Mundial, os norte-americanos coletaram e mantiveram um estoque de “várias toneladas de minério de urânio” em Currais Novos, no estado do Rio Grande do Norte, sendo que este “importante ingrediente da bomba atômica” sumiria, misteriosamente, do depósito em que fora armazenado.³¹⁴ Sabia-se da existência de imensas reservas deste mineral no Brasil e ao longo das décadas de 1940 e 1950³¹⁵ centenas de milhares de toneladas delas foram comercializadas e / ou contrabandeadas.³¹⁶ Parecia inescapável ao Brasil (mas não somente a ele), dentro do ambiente que se configurou logo após a Segunda Guerra, o cumprimento de seu papel como fornecedor da matéria-prima da “Era Atômica”: o urânio. O Brasil, no entanto, não foi a única – e, ao que tudo parece indicar, nem mesmo a mais importante³¹⁷ – fonte de urânio que os Estados Unidos dispunham durante a “Guerra Fria”. O Brasil contribuía – e até início da década de 1950, liderava – no fornecimento do tório, elemento que podia ser utilizado para a fabricação de armas atômicas³¹⁸ e que, bem como o urânio, deviam ser “zelosamente” utilizados. Rômulo Argentièrre afirmou em sua coluna “Ciência Popular” que

“Por outro lado, o Congo Belga, o Canadá e os Estados Unidos lideram a produção de urânio. [...] Existem outros locais com ocorrências de urânio e tório, com maior ou menor teor, tais como as jazidas da Checoslováquia, Inglaterra (Cornwall), Portugal, Brasil, Bulgária, Madagascar, Índia, Ceilão e Austrália. [...] Quanto a monazita, rica em tório, os Estados Unidos produziram 4.443 toneladas, o Brasil, *leader* mundial, com 72.000 toneladas e a Índia, em segundo lugar com 45.000 toneladas. [...] ‘Se o urânio e o tório existem em quantidades limitadas devem ser guardados zelosamente [...]”

³¹² Em 1946, a União Soviética solicitou que o controle da energia atômica começasse a partir dos “estágios mais básicos”, ou seja, da prospecção. Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 22 de outubro de 1946, p.1, “Russia asks world uranium data as basic step in control of atom” [Artigo de A. M. Rosenthal]

³¹³ MALHEIROS, Tânia. *Brasil, a bomba oculta: o programa nuclear brasileiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1993, p.7.

³¹⁴ Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 25 de julho de 1946, p.3, “Vanished uranium a Brazil mystery” “Costly atomic ore, extracted during War from limited sources, reported missing control problem difficult known sources limited.”

³¹⁵ Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 3 de setembro de 1954, p.9, “Uranium abounds in Latin America; U.S. aide hopeful of speeding Industrial Revolution by use of nuclear power.”

³¹⁶ SALLES, Dagoberto. *Energia atômica: um inquérito que abalou o Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1958.

³¹⁷ No Quarto Capítulo apresentarei os dados que mostram que o Brasil não foi o principal fornecedor de urânio para os Estados Unidos durante a década de 1950: Congo Belga e Portugal, por exemplo, foram fornecedores muito mais importantes.

³¹⁸ “Uma importante prova de que o tório pode ser utilizado na produção de bombas atômicas foi revelada durante a reunião da Sociedade Americana de Física, realizada na Cidade do México.” Conforme: Jornal *Correio do Ceará*, [Órgão dos Diários Associados], Fortaleza, número 12184, segunda-feira, 13 de novembro de 1950, p.2, “Ciência Popular” “O tório em bombas atômicas.”

pois o urânio industrial é um fator decisivo para a paz e o progresso’, aconselha o dr. W. Brain [do *Economic Geology*, junho/julho 1950].”³¹⁹



Um olhar mais atento para (o que nomeei) os subprodutos da “Guerra Fria” revelará que, de modo geral, toda a sua dinâmica gira em torno das armas atômicas e termonucleares. A “Era Atômica” e a “Corrida Armamentista”, nos moldes como elas se configuraram no pós-guerra, só apresentam sentido se não perdemos de vista as armas atômicas e a busca de vetores para sua utilização (no caso bombardeiros, submarinos, aviões de caça e toda uma infundável linha de produtos bélicos³²⁰). E o mesmo pode ser dito para a “Corrida Espacial” e a “Era dos Mísseis”, em que o motor para sua constituição se deu, também, a partir da busca de vetores que conduzissem as armas atômicas e termonucleares (foguetes e mísseis balísticos de curto, médio e longo alcance³²¹). A pesquisa e desenvolvimento (P&D) civil e militar do pós-guerra foi amplamente norteadada pelas armas atômicas e termonucleares, e a inclusão que faço aqui da “Corrida Espacial” como subproduto da “Guerra Fria” se deve pelo fato desta “corrida” apresentar um forte componente militar, aplicado ao desenvolvimento de bombas nucleares e mísseis balísticos. Se considerado *apenas* no seu viés civil – o que é impossível –, a “corrida” que culminou com o primeiro homem a pisar na Lua se assemelhou mais a um espetáculo de pirotecnia bilionária,³²² uma vez que armas atômicas e termonucleares estavam

³¹⁹ Jornal *Correio do Ceará*, [Órgão dos Diários Associados], Fortaleza, número 12182, sexta-feira, 10 de novembro de 1950, p.2, “Ciência Popular” [Matéria escrita por R. Argentièr] “Recursos mundiais de energia atômica.”

³²⁰ “A incompatibilidade dos sistemas [americano e soviético] e a evangelização a eles associada conduzem diretamente a competição militar. Os soviéticos imporiam seu sistema pela força se pudessem: *um forte meio dissuasório impede isso* [...]. Em geral, *essa competição é tecnológica*; sua *característica decisiva* é o desenvolvimento competitivo de armas e sistemas de armamentos e defesas correlatas.” Conforme: GALBRAITH, John Kenneth. *O novo estado industrial*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p.239. (Coleção *Os Economistas*)

³²¹ Os mísseis de longo alcance (ICBM) podem atingir alvos para além de 5600 km, enquanto os de médio alcance (IRBM) entre 2780 km e 5600 km. Por conseguinte, os de curto alcance (SRBM) atingem alvos até 2780 km. Conforme: MARQUEZI, Dagomir e GOMES, Lu. *Guerra nuclear*. Rio de Janeiro: Três, 1984, p.159.

³²² “Lewis Mumford judged space exploration to be ‘technological exhibitionism’ and the latest expression of the ‘myth of the machine’ that has dominated Western civilization since the twelfth century. Embalming astronauts in an artificial skin and blasting them into infinite vacuums in a skyscraper-tall rocket was for him the analogue to pyramid-building in ancient Egypt.” Ver: McDOUGALL, Walter A. *Technocracy and statecraft in the Space Age - toward the history of a Saltation*. In: Revista *The American Historical Review*, volume 87, número 4 (outubro de 1982), p.1037.

aqui na Terra, e deveria ser para elas que as atenções tinham que estar voltadas.³²³ John Lukacs lembrou que:

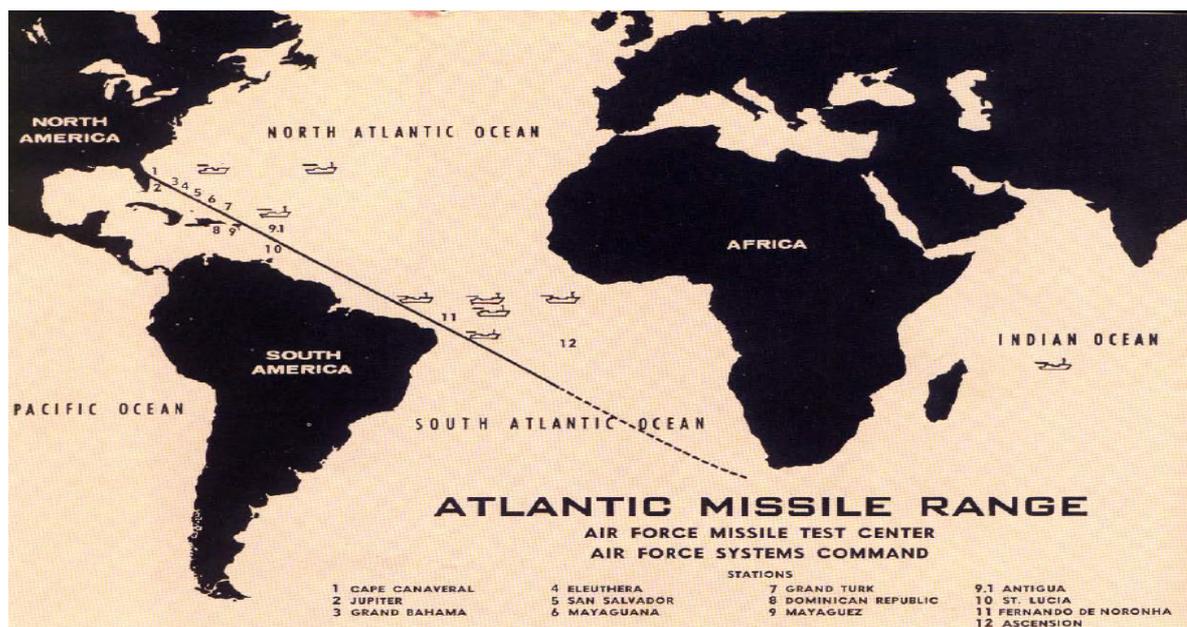
“De qualquer forma, a história ainda se importa com a Terra e não com o ‘espaço’ (um termo faustoso e tolo); ela [a história] ainda se importa com os ‘bens imóveis’. A eventual conquista norte-americana da Lua dificilmente compensaria uma eventual base russa, digamos, em Cuba; e mesmo os viciados em ficção-científica devem admitir que é (e sempre será) mais fácil bombardear Key West [no sul do estado da Flórida] a partir de Havana do que da Lua [...] Nós devemos, conseqüentemente, retornar as dimensões terrestres. *Devemos retornar aos problemas das armas nucleares e foguetes por um momento.*”³²⁴ [grifo meu]

É assim, dentro deste entendimento da “Guerra Fria” – como uma disputa pela posse, pesquisa e desenvolvimento de armas atômicas e termonucleares e seus vetores – que percebo o papel que o Brasil viria a desempenhar em sua dinâmica, ou seja, enquanto fornecedor de “minérios atômicos” ou ainda na cessão da ilha de Fernando de Noronha para a instalação de uma estação de rastreamento, por exemplo. A importância desta ilha para o programa espacial (civil e militar) norte-americano se explica pela singularidade da localização da ilha e do Brasil – e aqui mais uma vez, particularmente, o Nordeste brasileiro – no conjunto do Campo de Provas do Atlântico (*Atlantic Missile Range*). O mapa abaixo³²⁵ mostra o conjunto de estações de rastreamento que foram utilizadas pelos Estados Unidos em fins da década de 1950.

³²³ “A competição na exploração espacial era, em geral – *embora não totalmente* –, destituída de implicações militares. Ela despertou paixões competitivas em ambos os países. Era destituída de perigo, exceto no tocante a seus passageiros. E, comparada com a antiga competição na aviação transoceânica, o risco que se corre é pequeno. Em relação às necessidades do sistema de planejamento, a competição espacial era quase ideal. Exigia altos dispêndios com uma tecnologia complexa e sofisticada. Financiava o mesmo planejamento sobremodo desenvolvido que a corrida armamentista, sendo, portanto, um admirável substituto para esta última.” [...] “O sistema de planejamento não se identificou com a competição armamentista por questão de preferência ou porque seja inerentemente sanguinário. Ao contrário, esta tem sido a área em que se puseram à disposição, *com o menor número de perguntas*, as maiores somas de dinheiro para sustentar o planejamento. [...] Contudo, a corrida espacial revela que o financiamento fora desta área de armamentos é igualmente aceitável.” [grifos meus] Conforme: GALBRAITH, John Kenneth, op. cit., p.246-247.

³²⁴ “At any rate, history still concerns this earth and not ‘space’ (a pompous and silly term); it still concerns ‘real estate’ (a very telling term, at that). The eventual American ‘conquest’ of the moon would hardly make up for an eventual Russian base, say, in Cuba; and even addicts of science fiction must admit that it is (and it will always be) easier to bombard Key West from Havana than from the moon. [...] We must, therefore, come back to earthly dimensions. We shall return to the problem of nuclear weapons and rockets in a moment.” Conforme: LUKACS, John. *A new history of the cold war*. (3ª edição). Nova Iorque: Anchor Books, 1966, p.166-167.

³²⁵ Extraído do *Programa oficial* do “Dia das Forças Armadas”, 20 e 21 de maio de 1961. *Air Force Missile Test Center*, Air Force System Command, Cape Canaveral, Patrick A.F.B., Estados Unidos.



Diferentemente das outras estações localizadas nas Antilhas, a “Estação de Rastreo número 11” de Fernando de Noronha cumpria um papel importante em um perímetro no qual nenhuma outra estação estava disponível. Robert D. Tomasek afirmou que:

“Ao longo de 1956 os Estados Unidos experimentaram tempos difíceis com o Brasil acerca da colaboração na defesa [hemisférica]. Um dos problemas envolveu o pedido dos Estados Unidos [para construir] estações de rastreo na ilha vulcânica de Fernando de Noronha. [...] Os Estados Unidos, que já operavam estações na República Dominicana, Índias Ocidentais, Guiana Britânica e ilha de Ascensão, disseram precisar utilizar a ilha [de Fernando de Noronha] para completar a rede de estações de modo a guiar e rastrear os mísseis de longo alcance que eram lançados da Flórida e que seguiam rumo ao Atlântico Sul na direção sudeste.”³²⁶

Além disto, ao concordar com os termos do Acordo, o governo brasileiro fornecia, tacitamente ou não, o seu território como área de precipitação dos engenhos em testes que apresentassem disfunções mecânicas, como ocorreu com o *Snark*³²⁷ – em dezembro de 1956, pouco antes da assinatura do acordo de cessão de Fernando de Noronha –, ou ainda como

³²⁶ “Throughout 1956 the United States had an exceedingly difficult time with Brazil over defense collaboration. One of the issues involved the request of the United States for tracking stations on the small Brazilian volcanic island of Fernando de Noronha [...] The United States, already operating stations in the Dominican Republic, the British West Indies, British Guiana, and Ascension Island, claimed it needed the use of the island to complete its chain of stations in order to guide and track the long-range missiles that are launched from Florida and travel over the South Atlantic in a southeast direction.” Conforme: TOMASEK, Robert D. *Defense of the Western Hemisphere: a need for reexamination of United States policy*. In: *Midwest Journal of Political Science*, volume 3, número 4 (novembro de 1959), p.374-401.

³²⁷ *Jornal The New York Times*, Nova Iorque, 8 de dezembro de 1956, “U.S. thinks missile went 3,000 miles.”

“palco” por onde eles singravam³²⁸ (e / ou eventualmente se precipitavam³²⁹), sendo assim monitorados. O mapa abaixo – publicado em na revista *Time* de dezembro de 1956 – mostra como a ilha ocupava um ponto de destaque, naquele momento, entre as estações de rastreo (*tracking stations*) existentes ao longo da linha que unia o Cabo Canaveral – no mapa, a Base da Força Aérea norte-americana de Patrick, na Flórida – e o Atlântico Sul. Apesar de que “originalmente os Estados Unidos haviam solicitado cinco outros locais [no território brasileiro] para a instalação de radares, a ilha de Fernando de Noronha é de longe a mais importante para os Estados Unidos.”³³⁰ Uma vez que uma miríade de novos mísseis e foguetes estavam sendo testados, era importante monitorá-los a partir das estações de rastreo de modo a obter o máximo de informações sobre o comportamento deles durante o vôo, e assim não repetir erros e corrigir possíveis disfunções mecânicas no futuro. E uma matéria da revista *Time* de dezembro de 1956 complementou:

“Em ação, a estação [de Fernando de Noronha] será alertada quando um míssil estiver pronto para o lançamento da [base aérea de] Patrick, seguirá sua trajetória no radar, coletará dados do vôo transmitidos *via* rádio, gravará em filme a passagem [do míssil] sobre suas cabeças, e então passa o [rastreo do] míssil para [a ilha de] Ascensão [ver mapa]. Ao primeiro sinal de comportamento errático [do míssil], os observadores de Fernando de Noronha poderão apertar o botão de ‘pânico’ e explodir o míssil em pleno ar.”³³¹

³²⁸ ROLIM, Tácito. “*Um clarão rasgou os céus da cidade*”: o Ceará como palco da Corrida Espacial em fins da década de 1950. In: OLIVEIRA, Almir Leal de, BARBOSA, Ivone Cordeiro e GADELHA, Georgina da Silva. (Organizadores). *Ceará: Ciência, Saúde e Tecnologia*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2007, p.115-136.

³²⁹ Como ainda ocorre hodiernamente através dos “entulhos orbitais” (*orbital debris*) que eventualmente se precipitam na Terra. Ver: Revista *Bulletin of the Atomic Scientists*, Chicago, julho / agosto de 2005.

³³⁰ “[...] the U.S. originally asked for five other radar sites in addition to the island, the Fernando de Noronha station was by far the most important to the U.S.” Conforme: Revista *Time*, Nova Iorque, 31 de dezembro de 1956, p.23, “Brazil”, “Filling the gap.”

³³¹ “In action, the station would be alerted when a missile was ready for firing at Patrick, would follow its flight on radar, collect radioed in-flight data, record its passage overhead on film. At first sign of erratic behavior, Fernando de Noronha observers could hit the panic button, explode the missile in the air.” Conforme: Revista *Time*, Nova Iorque, 31 de dezembro de 1956, p.23.



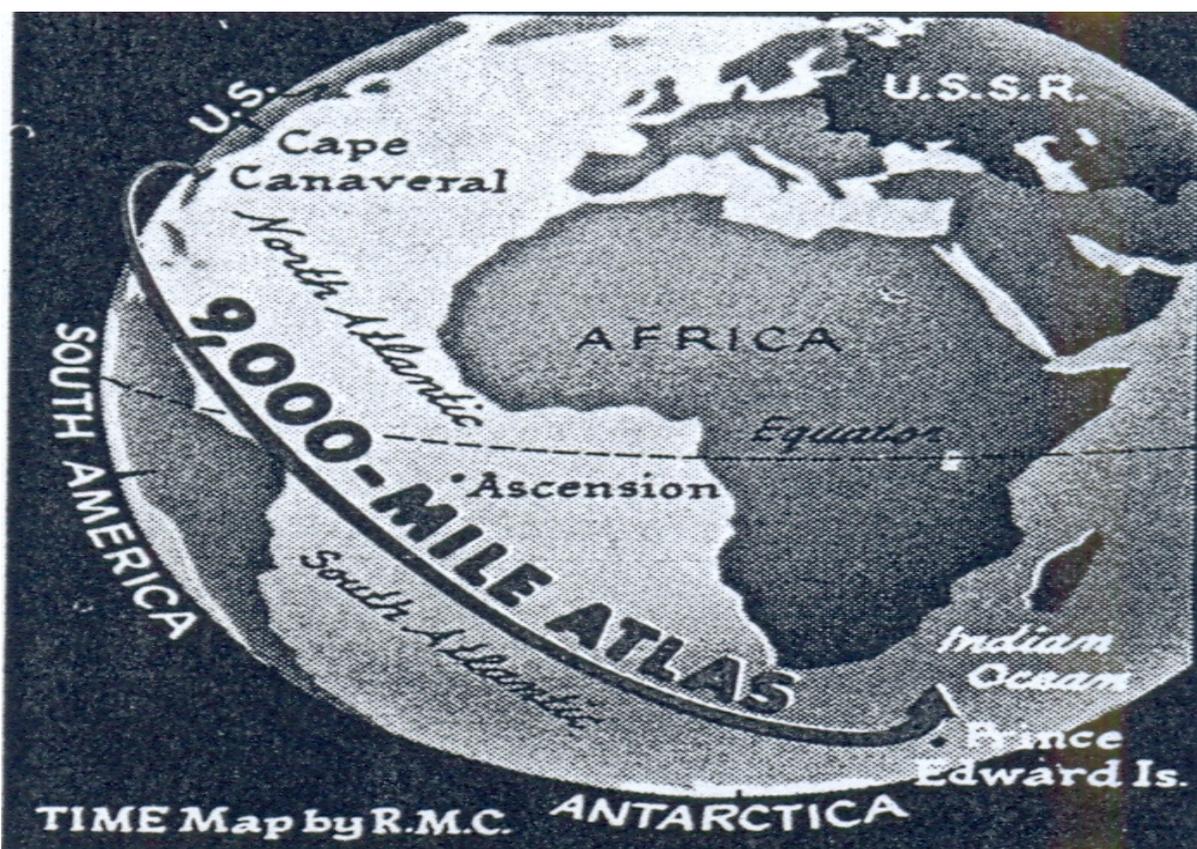
A marginalidade da contribuição brasileira para a “Corrida Espacial”, nos anos seguintes, fica clara pelo fato de que a necessidade de Fernando de Noronha logo decairia. A ilha foi importante na medida em que os mísseis, ao longo dos anos 1950, aumentavam o seu raio de alcance a partir do Cabo Canaveral e começavam a chegar cada vez mais próximos do território brasileiro. Porém, em um dado momento, eles começavam a não mais se precipitar em Fernando de Noronha ou em suas imediações, mas bem mais ao sul, já no Oceano Índico. Matéria da revista *Time* de maio de 1960 acrescentou:

“O ‘grande pássaro’ [ou seja, o míssil] levantou-se de sua plataforma de lançamento em Cabo Canaveral, apontou o nariz na direção sul e inclinou-se rumo ao Atlântico e navegou 9.000 milhas [cerca de 16.600 km] antes que seu cone do nariz [a ogiva] atingisse firmemente o alvo escolhido ao sul da ilha de Madagascar no Oceano Índico.”³³²

No mapa abaixo – reproduzido da matéria acima citada – a ilha de Fernando de Noronha – ou mesmo o Brasil – já não mais aparecem descritos no mapa: a até então ilha de Fernando de Noronha – de “longe a mais importante para os Estados Unidos” – viraram, no

³³² “The big bird screamed upward off its Cape Canaveral launching pad, nosed over toward the southeast, curved down the length of the Atlantic and navigated 9,000 miles before its nose cone splashed hard by its chosen target just south of Madagascar in the Indian Ocean.” Conforme: Revista *Time*, Nova Iorque, 30 de maio de 1960, p.14, “Defense”, “Longest Stretch.” Ver também: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 21 de maio de 1960, p.1, “Record distance.” “Missile hits its target 52½ minutes after leaving Canaveral.”

mapa, um espaço geográfico genérico denominado “América do Sul”. É importante notar também que, com o passar do tempo, tanto aumentam a capacidade e alcance dos mísseis testados, como a sua confiabilidade: erros e disfunções mecânicas vão se tornando cada vez menos freqüentes; o que ajuda *pari passu* a diminuir a importância das estações de rastreo, como Fernando de Noronha. Um telegrama secreto do Departamento de Estado norte-americano – de dezembro de 1968 e recentemente liberado – mostra a total desimportância do conjunto Recife-Fernando de Noronha para o programa espacial *Apollo*³³³ que estava em curso naquele período. Ante a possibilidade dos norte-americanos deixarem a ilha, o telegrama do embaixador norte-americano no Brasil, John Tuthill, enfatizou que: “não considerem que o aviso para deixar Recife/Noronha irá afetar quaisquer arranjos para o apoio [rastreo] do [programa] *Apollo*.”³³⁴



³³³ “Projeto espacial norte-americano destinado à conquista da Lua.” Conforme: MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. *Dicionário enciclopédico de astronomia e astronáutica*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987, p.46. [Verbetes: *Apollo*] Em poucos meses, este projeto espacial levaria o primeiro homem à Lua.

³³⁴ “Do not consider that the notice to leave Recife-Noronha will affect any arrangements for Apollo support.” Conforme: FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.315-316 (Anexo V: Telegrama do embaixador Tuthill sobre o equipamento clandestino de medição de gases raros).



Há, portanto, outro olhar a ser lançado sobre o conceito de “Guerra Fria” – privilegiando outros aspectos além do político – e que é, em minha opinião, mais adequado a abordagem – muito provavelmente inédita – que faço da “Guerra Fria” no Brasil. Há muita discussão que trata das principais abordagens do conceito de “Guerra Fria”, e é transversal, em muitos autores, a consideração feita às armas nucleares como elemento tecnológico *importante* no delineamento político, estratégico, cultural, imaginário,³³⁵ dentre outros,³³⁶ no mundo bipolar. As armas atômicas e termonucleares parecem passar ao largo do conceito de “Guerra Fria” e a existência delas corrobora apenas *secundariamente* na elaboração do conceito, uma vez que o conflito ideológico é que torna preocupante a existência das armas, e *não o contrário*. Um entendimento do agudizar do conflito bipolar a partir do desenvolvimento da *raison d’être* da “Guerra Fria”, ou seja, das armas atômicas e termonucleares, incorporaria, em minha opinião e sob minha ótica, elementos mais esclarecedores para desnudar o conceito. Percebido nesta dimensão, é possível entender o motivo do *relativo* afastamento dos Estados Unidos em relação ao Brasil (e a América Latina) no período pós-guerra. Se preso ao componente ideológico, não é possível entender as razões do afastamento, uma vez que o Brasil permanecia *ainda* alinhado aos Estados Unidos e tinham ambos um “inimigo” comum – a União Soviética –, que punha em risco a estabilidade

³³⁵ “Um fazendeiro de Newport, Arkansas, escreveu para o centro de pesquisa e desenvolvimento de Oak Ridge, no estado do Tennessee, dizendo: ‘Eu tenho uns tocos [de árvores] no campo [da fazenda] e eu gostaria de arrancá-los. Teriam vocês aí algumas bombas atômicas no tamanho ideal para este trabalho?’” “A Newport, Arkansas, farmer wrote to the atomic research and development center at Oak Ridge, Tennessee, asking, ‘I have some stumps in my field that I should like to blow out. Have you got any atomic bombs the right size for the job?’” Conforme: NASH, Gary B. e JEFFREY, Julie Roy. *The American people: creating a nation and a society*. Nova Iorque: Harper & Row, 1990, p.872.

³³⁶ “Durante a Segunda Guerra Mundial os bombardeios incendiários e atômicos mataram não apenas soldados mas também civis, incluindo mulheres e crianças, e depois da guerra a proliferação das bombas atômicas manteve a ameaça aos civis. E com isto, veio a produção cultural de idéias de feminilidade ajustadas a era atômica.” “During World War II, firebombing and atom bombs killed not just soldiers but civilians as well, including women and children, and after the war, the proliferation of atom bombs maintained the threat to civilians. With it came the cultural production of ideas of femininity fitted to the atomic age.” Conforme: ZARLENGO, Kristina. *Civilian threat, the suburban citadel, and Atomic Age American women* In: *Signs*, volume 24, número 4, “Institutions, regulation, and social control” (verão de 1999), p.925-958. Ver também: LEY, Wayne A. R. *Human values in the Atomic Age*. In: *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, volume 290, The Impact of Atomic Energy (novembro de 1953), p.127-133, e STOWELL, Ellery C. *The laws of war and the atomic bomb*. In: *The American Journal of International Law*, volume 39, número 4 (outubro de 1945), p.784-788.

do “Mundo Livre” e as instituições democráticas,³³⁷ a exemplo do nazi-facismo durante a Segunda Guerra Mundial.

Nas décadas seguintes ao recorte temporal desta pesquisa, a América Latina mergulha em um pulular de regimes autoritários de direita. Creio que, para o período de 1945-60, a análise que faço – e que prioriza *aspectos técnicos e militares* da “Guerra Fria” – permite entender um conjunto de fatores e aspectos que a análise centrada nos *componentes políticos e ideológicos* do conceito *não* parece alcançar pela própria limitação da abordagem. Os que se apegam ao componente ideológico identificam o ano de 1960 como ponto de inflexão das relações dos Estados Unidos com a América Latina: e mais uma vez está lá, Cuba,³³⁸ ocupando lugar central. Jorge I. Domínguez complementou:

“No entanto, a Guerra Fria aparece como significativamente distinta nas relações norte-americana com a América Latina porque as considerações ideológicas adquiriram primazia sobre a política norte-americana na região, algo que não tinham nos períodos anteriores. De fins dos anos 1940 até cerca de 1960, ideologia era apenas um dos importantes fatores no desenho da política norte-americana com relação a América Latina. A vitória e consolidação do governo revolucionário cubano mudaram isto. Na sua conduta subsequente no que toca aos aspectos principais da sua relação com a América Latina, o governo norte-americano freqüentemente comportou-se como se estivesse enfeitado por demônios ideológicos.”³³⁹

Seriam eles (os aspectos técnicos e militares) válidos para explicar ou entender nuances das relações entre os Estados Unidos e a América Latina – e o Brasil, em particular – *nas décadas seguintes a 1960*? Acredito que sim, e tratarei *rapidamente* daquelas relações – na década de 1960 – em Fernando de Noronha no Terceiro Capítulo. A problemática está,

³³⁷ Para se saber a visão oposta, ou seja, como a União Soviética percebia os Estados Unidos, sugiro SCHWARTZ, Morton. *Soviet perceptions of the United States*. Berkley: University of California Press, 1980.

³³⁸ E Cuba é, igualmente, destacado em outros momentos na análise feita pelo autor. “A Guerra Fria foi um período característico da história das relações norte-americanas com a América Latina por duas razões gerais e, de certo modo, contaditórias. Primeiro, a Guerra Fria foi um período na história das políticas norte-americanas com relação a América Latina em que a ideologia foi repetidamente mais importante que o ‘equilíbrio de poder’ ou considerações econômicas.” [...] “*Segundo, a Guerra Fria foi o único momento na história das relações norte-americanas com a América Latina em que um país desta região [Cuba] tornou-se um aliado militar e político do principal adversário dos Estados Unidos [União Soviética].*” [grifo meu] Conforme: DOMÍNGUEZ, Jorge I. *U.S-Latin American relations during the Cold War and its aftermath*. In: BULMER-THOMAS, Victor e DUNKERLEY, James. *The United States and Latin America: the new agenda*. Londres: Institute of Latin American Studies – University of London, 1999, p.38-39.

³³⁹ “Nonetheless, the Cold War emerges as significantly distinctive is US relations with Latin America because ideological considerations acquired a primacy over US policy in the region that they had lacked at earlier moments. From the late 1940s until about 1960, ideology was just one of the important factors in the design of US policy towards Latin America. The victory and consolidation of the Cuban revolutionary government changed that. In its subsequent conduct of the key aspects of its policy towards Latin America, the US government often behaved as if it were under the spell of ideological demons.” Conforme: DOMÍNGUEZ, Jorge I., op. cit., p.33.

assim, posta e cabe a algum pesquisador aceitá-la e, quem sabe, ao exorcizar os “demônios ideológicos”, possa fornecer outro quadro da história das relações do Brasil – e, por conseguinte, de toda a América Latina – com os Estados Unidos na década de 1960 e seguintes.

A partir do lugar central que ocupa em minha análise da “Guerra Fria” os aspectos técnicos e militares, é preciso entender o “motor” dela, ou seja, o elemento que espalha o medo e a angústia presentes no conceito: a bomba atômica. E isto deve ser feito para que se compreenda, em seguida, porque o Brasil e a América Latina se afastaram do mapa da “Guerra Fria” e, mais ainda, porque pouco ou nada podiam fazer para aliviar o clima de tensão permanente que passou a imperar no pós-guerra, exatamente por conta da presença inquietante da possibilidade de extinção³⁴⁰ de toda a humanidade no próximo e “iminente” conflito mundial.



Pelo que foi discutido até agora é possível perceber que parti de critérios e elementos técnicos, científicos, militares e estratégicos para debater a “Guerra Fria” e seus subprodutos – na relação Brasil / Estados Unidos – tanto num olhar para “dentro” como para “fora” desta interação. A concepção, o teste e o uso da bomba atômica é o marco fundante de todas as modificações experimentadas no pós-guerra pelo Brasil – e pela América Latina – em sua interação com os Estados Unidos. Gostaria de enfatizar mais uma vez que, sem ela, o conceito de “Guerra Fria” se esvai de sentido e ele pode assim apenas ser parcialmente entendido. Há os que insistem em explicá-lo a margem dela, e o fazem por privilegiar, como disse, os aspectos ideológicos (como capitalismo *versus* comunismo) e negligenciar, em muitos casos, os estratégicos (técnico e militar). Creio que o fazem por não compreender totalmente a dimensão da descoberta da energia atômica e do invento da bomba atômica.³⁴¹ Parecem imaginar que *um elemento só* não pudesse ser tão importante para mudar a “arte da guerra”, os

³⁴⁰ “Parece assim que o poder de destruição que os homens têm em suas mãos foi, de fato, *qualitativamente*, transformado pelas armas atômicas.” [grifo meu] Conforme: OPPENHEIMER, J.R. *A nova arma*. In: MASTERS, Dexter e WAY, Katharine (Organizadoras), op. cit., p.88.

³⁴¹ “It has been calculated by leading scientists that the first twenty-four hours of an attack, a generation hence, upon the continental United States, by guided missiles carrying atomic war-heads, will leave our cities and industries in ruins and forty million of our citizens dead and dying.” Conforme: LOUD, Oliver Schulte. *Atomic energy - for better or for worse*. In: Revista *Phylon* (1940-1956), volume 9, número 1 (primeiro trimestre de 1948), p.46.

conceitos e noções estratégicas do novo período que se avizinhava com o fim da Segunda Guerra: a “Guerra Fria”. Se a Primeira Guerra Mundial podia ser descrita *grosso modo* sob a forma de um conflito imperialista³⁴² inter-capitalista – ou ainda com ênfase na questão do nacionalismo³⁴³ europeu – e a Segunda Guerra como uma luta contra o nazi-facismo, a “Terceira” (ou a “Guerra Fria”) certamente poderia ser narrada a partir da disputa ideológica entre capitalistas e comunistas, que parecia como a parte mais visível do pós-guerra. Mas, insisto, a parte mais visível é também a mais superficial, é o verniz que dá o brilho e que hipnotiza e seduz aqueles que se empenham em entender a “Guerra Fria” e todas as alterações provocadas por ela na América Latina e no mundo.



O fim da Segunda Guerra Mundial e o uso operacional das primeiras armas atômicas marcaram o início de um período novo na história. O espantoso passo dado pela ciência quando da descoberta dos processos que redundariam na quebra do núcleo atômico significou o estabelecimento do que alguns passariam a chamar de “Era Atômica”. Forças até então inimagináveis foram postas a disposição dos cientistas e militares. A magnitude destas forças é tão impressionante que a capacidade de destruição a disposição dos militares cresceu em escala exponencial e, com isto, inviabilizou³⁴⁴ a utilização operacional das novas armas nas décadas porvir.

“[...] a energia liberada em cada ‘fissão’ [...] de um átomo de urânio é da ordem de duzentos milhões de elétrons-volt. A queima química comum, ao

³⁴² “Para compreender as razões da eclosão deste primeiro conflito mundial é preciso ter em mente que ele foi uma guerra imperialista, onde as rivalidades políticas expressavam a competição econômica das potências em conflito.” Conforme: MOTTA, Márcia Maria Menendes. *A Primeira Grande Guerra*. In: REIS FILHO, Daniel, FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste. (Organizadores). *O século XX: o tempo das certezas. Da formação do capitalismo à Primeira Guerra Mundial* (Volume 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2006, p.233.

³⁴³ “Se a instabilidade diplomática foi a principal causa da [primeira] guerra [mundial], cumpre, não obstante, salientar duas outras. O nacionalismo [...] desempenhou papel destacado no aguçamento do conflito internacional. [...] Uma outra [...] causa da guerra [...] foi a disseminação do militarismo.” Conforme: BURNS, Edward McNall. LERNER, Robert E. e MEACHAM, Standish. *História da civilização ocidental*. (Volume 2). Rio de Janeiro: Globo, 1986, p.666-667.

³⁴⁴ “Nuclear strategy and nuclear war are neither pleasant nor easy to contemplate. They require thinking about the possibility of a horrendous loss of life, planning for an eventuality for which we have had no experience, and confronting a sequence of events that could destroy humanity.” Conforme: ART, Robert J. *Between Assured Destruction and nuclear victory: the case for the ‘Mad-Plus’ posture*. In: *Ethics*, volume 95, número 3, Edição especial: Symposium on Ethics and Nuclear Deterrence (abril de 1985), p.497.

contrário, libera cerca de um elétron-volt por átomo. Para os físicos, essa imensa diferença de escala – de duzentos milhões para um – significava que uma quantidade de matéria que cabia na palma de uma mão, se transformada numa bomba, poderia destruir uma cidade inteira [...] uma escala de destruição que, em 1943, mal poderia ser alcançada por uma esquadrilha de mil bombardeiros aliados carregados de altos explosivos e bombas incendiárias convencionais.”³⁴⁵

O estado de tensão – *historicamente, tecnicamente, sistematicamente e processualmente* construídos – provocado pelo medo ou receio da utilização das armas atômicas e termonucleares no mundo bipolar do pós-guerra – politicamente e ideologicamente conflitante – eu chamo de “Guerra Fria”. Eric Hobsbawm nos lembrou que:

“Nossa própria geração, que pode olhar para trás no momento que escrevemos [1982] e ver quase 30 anos sem guerras entre as grandes, ou mesmo médias potências, sabe melhor do que ninguém que *a ausência de guerra pode ser muito bem combinada com o seu temor permanente.*”³⁴⁶
[grifo meu]

Ao que tudo parece indicar, cientistas, físicos e técnicos foram os primeiros a compreender em sua totalidade o significado do domínio pelos seres humanos das forças elementares da natureza. “Deve ser assinalado, mais de trinta anos depois, que os primeiros a reconhecer o dilema da energia nuclear – o conflito entre os seus potenciais destrutivo e construtivo – foram os próprios físicos nucleares.”³⁴⁷

A manipulação e controle das reações ao nível atômico permitiram que se coroasse com êxito o esforço desenvolvido por cientistas e técnicos militares na busca por armas com mais e mais poder destrutivo. Nos anos seguintes, o desenvolvimento científico concebeu – pelo menos teoricamente – a possibilidade da “bomba do fim do mundo”,³⁴⁸ ou a bomba de

³⁴⁵ RHODES, Richard. Prefácio de MASTERS, Dexter e WAY, Katharine (Organizadoras), op. cit., p.11-12. A noção da existência desta fantástica energia já era conhecida, teoricamente, por cientistas antes mesmo que sua utilização prática foi alcançada. Em artigo na revista *Scientific American*, de outubro de 1939, o cientista Jean Harrington, asseverou: “Nossas imaginações são imediatamente capturadas pela estupenda quantidade de energia liberada quando um simples núcleo de urânio explode. Os dois fragmentos se afastam ativados por alguns 200.000.000 de elétrons-volts – um total [de energia] muito maior que o associado a qualquer outro fenômeno atômico, com exceção dos raios cósmicos.” Parte do artigo de Jean Harrington de 1939 (“Two elements for one”) foi reproduzido em outro artigo de 1945, da mesma revista, escrito por A. P. Peck. Ver: Revista *Scientific American*, Nova Iorque, outubro de 1945, p.239, “Atomic bombs.” [...] “Our imaginations are immediately seized by the terrific amount of energy liberated when a single uranium nucleus explodes. The two fragments fly apart activated by some 200,000,000 electron volts – a total far greater than that associated with any other atomic phenomenon except cosmic rays.”

³⁴⁶ HOBBSAWM, Eric. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.99.

³⁴⁷ PATTERSON, Walter C. *A energia nuclear*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1979, p.119.

³⁴⁸ “Let us consider [...] the Doomsday weapons. The American press, on September 4, 1960, disclosed that, within the next five years, both the United States and the Soviet Union may be able to produce weapons of an explosive force of a thousand million tons of TNT. Theoretically, fifteen of these great ‘begaton’ weapons,

cobalto (“bomba-C”), que exterminaria toda a humanidade devido a sua altíssima radioatividade.³⁴⁹ Assim, o cientista foi se destacando mais e mais na sociedade como detentor de um conhecimento e de uma capacidade sem precedentes.³⁵⁰ O senador republicano norte-americano Barry M. Goldwater asseverou:

“E, de repente – aparentemente, mais uma vez, da noite para o dia – o cientista se tornou quase que uma espécie de divindade. Uma reverência especial foi conferida para a comunidade científica não apenas porque ela tinha trabalhado desde a fissão nuclear, mas [também] pelo simples fato de que os membros desta comunidade entendiam o fenômeno [...] [que] era incompreensível para o cidadão comum.”³⁵¹

Não existiam limites para o poder imposto pelas armas atômicas e termonucleares e, se *por um lado*, a “bomba-C” parece nunca ter sido produzida, *por outro lado*, acumulou-se quantitativamente, durante a “Guerra Fria”, um estoque de bombas-A e H suficientes para destruir o planeta Terra não uma, mas dezenas de vezes. Apesar disto, o papel desempenhado por estas armas parece ocupar uma posição secundária nas análises do “teatro” da “Guerra Fria”. Porém, P. D. Smith nos lembrou de que:

“O Homo sapiens é a única espécie que sabe que vai morrer. Esse pensamento nos obceca. Desde as inscrições mais antigas, feitas na pedra das cavernas, até as nossas obras de arte mais sublimes, o medo da morte nos assombra em todas as nossas criações. E os seres humanos, em meados do

exploded over the United States and European Russia, could devastate both countries by cremating everything and everybody within a radius of five hundred miles. According to experts, the ‘megaton’ weapon could be built from devices now on the drawing board. Beyond the megaton, some scientists are looking toward a gargantuan explosive device called ‘gigaton’. One of these weapons, it is said, would be sufficient to knock out a continent. Furthermore, it is conceivable that either of these Doomsday weapons could be placed in permanent and sustained orbit around the earth.” Conforme: STRAUS-HUPÉ, Robert, KINTNER, William R. e POSSONY, Stefan. *A forward strategy for America*. Nova Iorque: Harper & Brothers Publishers, 1961, p.72-73.

³⁴⁹ “Uma máquina do Dia do Juízo [Final] é simplesmente um acúmulo de bombas termonucleares preparadas para serem disparadas por meio de um sinal preestabelecido. Essas bombas são reunidas num ponto do território dos seus possuidores. Visto não precisarem ser enviadas para o ar, não há limite para a magnitude do acúmulo. Seria assim possível acumular engenhos suficientes de modo que sua explosão destruísse toda a vida, por exemplo, cobrindo por completo o planeta com *fall-out* radioativo.” Conforme: RAPOPORT, Anatole. No prefácio de CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. LXI.

³⁵⁰ “Por que razão esse futuro nuclear radicalmente novo era tão mais óbvio para esses cientistas que para os estadistas e generais? A resposta é surpreendente em sua simplicidade: os cientistas haviam feito os cálculos. Eles entendiam, o que não ocorria com os estadistas e generais, que a energia nuclear representava uma vasta mudança de escala.” Conforme: RHODES, Richard. Prefácio de MASTERS, Dexter e WAY, Katharine (Organizadoras), op. cit., p.11.

³⁵¹ “And, all of a sudden – again seemingly overnight – the scientist became almost a species of deity. A special reverence was conferred on the scientific community not only for what it had wrought from nuclear fission but for the mere fact that the members of this community understood the phenomenon [...] [What] was incomprehensible to the average man on the street.” Conforme: GOLDWATER, Senator Barry M. *Why not victory?* A fresh look at American foreign policy. Nova Iorque: A MacFadden Capitol Hill Book, 1962, p.123.

século XX, tornaram-se a primeira espécie a alcançar o pináculo da evolução – o ponto em que podem produzir a sua própria extinção.”³⁵² [grifo meu]

Assim, o que explica aquilo que venho chamando de caráter *inibidor, persuasivo, intimidador e assustador* das armas atômicas e termonucleares? Em que reside o que nomeio de *capacidade fantástica* e até então não concebida destas armas? Por que elas trazem em si a semente de sua não-utilização?

Todos estes questionamentos parecem bem mais concebíveis àqueles que se debruçam sobre o estudo da física ou química, e podem parecer longínquos ou passar despercebidos aos profissionais das ciências sociais mais afeitos às questões de cunho histórico, político e social. Em 1988 eu era aluno do curso de Física da Universidade Federal do Ceará (UFC) e lembro-me perfeitamente de um professor ministrando um tópico sobre “conservação de energia” (ou algo parecido) e discutindo algo sobre as forças gravitacionais, elétricas e nucleares. Foi durante a resolução de um exercício que o professor demonstrou que as forças nucleares – ou seja, aquelas que mantêm os átomos unidos – são 10^{27} (10 elevado a potência 27) vezes superiores às forças gravitacionais – ou seja, as que mantêm, por exemplo, os planetas e seus satélites unidos e em órbita [do Sol]. Esse número, na forma numérica, é assim representado:

100.000.000.000.000.000.000.000.000

Essa informação causou um impacto tremendo em minha percepção – um jovem estudante de Física de 19 anos de idade³⁵³ – sobre o mundo atômico. A transfiguração deste número hipotético em exemplos mais concretos – a partir da famosa expressão de Albert Einstein ($E = m.c^2$) – revelou-me que a matéria, qualquer que seja o seu estado ou natureza, contém uma fabulosa quantidade de energia armazenada. Portanto, se tomarmos $\frac{1}{2}$ quilo de qualquer matéria (3,4 vezes o peso desta tese de doutorado) e a convertermos *integralmente* em energia, teríamos:

³⁵² SMITH, P. D. *Os homens do fim do mundo*: o verdadeiro Dr. Fantástico e o sonho da arma total. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.15.

³⁵³ Números gigantesco parecem produzir um efeito estimulante em meu ímpeto de pesquisador. Em 1992, agora como aluno do curso de Ciências Econômicas da mesma universidade, lembro-me de ter lido em um artigo que os gastos militares norte-americanos durante o período do presidente Ronald Reagan, na década de 1980, atingiram as cifras dos trilhões de dólares. Resolvi investigar e o produto de minha inquietação foi uma monografia sobre gastos militares norte-americanos de 1945 a 1990 e seus impactos nos níveis de emprego e desemprego nos Estados Unidos. Ver: ROLIM, Tácito. *Militarismo americano pós-guerra*. Fortaleza, 1994. 68 p. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará – UFC.

- 11 bilhões de quilowatts-hora.
- 15 bilhões de cavalos-força-hora.
- 40 milhões de milhões de BTUs.
- Um ferro elétrico a funcionar durante um milhão de anos.
- Um condicionador de ar a funcionar durante 500.000 anos.
- Um fogão doméstico a funcionar de 25.000 a 50.000 anos.
- Um automóvel dando 180.000 voltas ao redor da Terra.”³⁵⁴

A liberação de toda essa energia na forma de uma única bomba deu aos militares a capacidade de incrementar o inventário de seus arsenais com uma infinita possibilidade destrutiva. Cientistas e jornalistas apressaram-se em explicar ao grande público o real significado do domínio do “fogo cósmico”, bem como também o que ocorrera nas cidades japonesas em agosto de 1945: o mundo já não seria mais o mesmo depois do que se convencionou chamar de “Era Atômica”. E, mais uma vez, o senador republicano norte-americano Barry M. Goldwater levantou um ponto crucial:

“Quase que da noite para o dia o povo americano tomou ciência de uma nova e aterrorizante dimensão, em poder de destruição. [...] *Sem exagerar, as qualidades de força e destruição da bomba atômica foram de uma inspiração aterradora de tal modo que teve um profundo impacto imediato e efeito duradouro nas mentes e na consciência do povo americano.*”³⁵⁵ [grifo meu]



A primeira nação a desenvolver um programa de larga escala para a concepção, produção, teste e operacionalização de uma arma atômica foi os Estados Unidos. A primeira reação em cadeia auto-sustentada e controlada, assim como o primeiro teste operacional de um engenho atômico, ocorreu nos Estados Unidos, em Chicago (1942) e Alamogordo (1945), respectivamente. O primeiro país a efetivar uma ameaça com a “nova e poderosa arma” foi, também, os Estados Unidos. Pára pouca dúvida, atualmente, de que o lançamento de duas

³⁵⁴ WILSON, Mitchell. *A energia*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1982, p.145. (Coleção Biblioteca Científica *Life*). Outra comparação dá conta de que a “energia nuclear é a forma mais concentrada de energia que podemos dispor [...] [e a] energia contida em 1 quilograma de urânio, se fosse toda liberta num reactor nuclear, seria equivalente à produzida por cerca de 3.000 toneladas de carvão.” Conforme: PATTERSON, Walter C. *A energia nuclear*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1979, p.15.

³⁵⁵ “Almost overnight the American people were made aware of a new and terrifying dimension in power and destruction [...] To say the very least, the power and destructive qualities of the atomic bomb were awe-inspiring in a way that had a heavy immediate impact and a long-lasting effect on both the minds and the consciences of the American people.” Conforme: GOLDWATER, Senator Barry M., op. cit., p.122.

bombas atômicas distintas – uma de urânio e outra de plutônio – em duas cidades “virgens”, ou seja, que não sofreram os intensos bombardeamentos da aviação norte-americana sobre o Japão àquela época – foi na realidade um teste *in loco* com o fito de mensurar os efeitos dos novos artefatos (nas estruturas de concreto e nas pessoas) sob condições reais. Assim, se as armas atômicas e termonucleares são o foco irradiador da “Guerra Fria”, seria salutar voltar as atenções, neste momento, para a recepção, repercussão e representação feita nos Estados Unidos acerca da nova “era” que se avizinhou com o desenvolvimento e, principalmente, com o uso operacional das bombas atômicas. Como os jornalistas noticiaram a “Era Atômica”? Que marcos definidores eles encontraram para ela? Como o futuro se apresentava agora para aquela nação e para toda a humanidade? Que esperanças e desalentos a energia atômica imprimiu a todos que se maravilharam com suas infinitas possibilidades?

Se lançarmos, hoje, um olhar retrospectivo³⁵⁶ sobre a “Guerra Fria” percebe-se que, ao longo das décadas seguintes a 1945, o que parece ter ocorrido foi um lento processo de *naturalização* da ameaça representada pelas armas atômicas. Ano após ano, a guerra direta com armas atômicas e termonucleares parecia “imminente”, mas ela nunca chegava. As ameaças recrudesciam, para em seguida o bipolo entrar em distensão: a cada ano em que a guerra atômica era anunciada, mas não ocorria, o medo e receio foram se *sedimentando*. Não que eles deixassem de existir, mas agora já não eram mais um ferida aberta com o sangue a jorrar: porém, a cicatriz estava lá para lembrar a ambos que a ameaça existia e a pele fina do quelóide era um indicativo que a ferida poderia abrir-se a qualquer momento. E em ambos os blocos, a longa trilha de guerras e conflitos regionais deixadas pela “Guerra Fria”, parecia funcionar como uma válvula de escape entre os blocos, servindo para cristalizar ainda mais a impossibilidade do conflito direto, ao mesmo tempo em que servia para retroalimentar os mecanismos da “Guerra Fria”, como a “Corrida Armamentista” e o “Complexo Industrial Militar”,³⁵⁷ por exemplo.

³⁵⁶ “[...] a passagem do tempo nos propiciou a arma final do historiador, a retrovisão.” Conforme: HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.249.

³⁵⁷ “Expressão cunhada pelo presidente dos Estados Unidos D. Eisenhower (17/01/1961) para designar a íntima associação que existe entre as empresas produtoras de material bélico, os altos comandos militares e líderes políticos norte-americanos. O complexo industrial militar representa [...] o conjunto das forças sociais e políticas que detém a hegemonia da sociedade norte-americana, influenciando decisivamente os rumos de sua vida política, econômica e as relações com o exterior, sobretudo com a União Soviética. Para muitos analistas [...] esse sistema se articula no sentido de impulsionar cada vez mais ‘a economia armamentista permanente’. Além do aspecto puramente político – segurança nacional –, a corrida armamentista não corresponde apenas aos interesses das companhias produtoras de armamentos, mas representa, em certa medida, uma saída para as crises cíclicas inerentes à economia capitalista.” Conforme: SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1989, p.57.

No entanto, em 1945, ou mais precisamente no imediato fim da Segunda Guerra com a rendição incondicional do Japão depois dos bombardeamentos atômicos, o cenário era significativamente diferente. Uma ferida abriu-se no mundo com os importunantes acontecimentos no Japão, e longe de se sedimentar, o medo parecia crescer na mesma proporção do poder da nova arma. E o ex-Secretário de Estado norte-americano Henry A. Kissinger afirmou que:

“Até a II Guerra Mundial, a força de um Estado podia ser medida pela sua capacidade de proteger a própria população contra um ataque. [...] *A era nuclear veio destruir esta medida tradicional.* O aumento de poder não implica necessariamente em capacidade para proteger a população. Nenhum nível de potencialidade previsível – nem mesmo as defesas de mísseis balísticos em escala plena – pode evitar que os níveis de danos superem os das duas grandes guerras passadas.”³⁵⁸ [grifo meu]

Esta incapacidade – ou a consciência dela – fez com o medo se tornasse potencial e latente no mundo pós-guerra: o medo era função do aumento de poder das novas armas, e estas duas variáveis guardavam entre si uma relação diretamente proporcional; ou seja, o aumento do poder destrutivo implicava no aumento do medo associado ao uso das armas.



No exercício que ora assumo de mostrar o impacto profundo causado pelo desenvolvimento e uso de armas atômicas, é salutar lembrar que nem todas as pessoas compartilhavam do medo e da angústia inerentes ao fato de ter alcançado os técnicos, cientistas e militares o domínio de uma força destrutiva tão incrível como aquelas do interior do átomo. Para uns – especialmente militares – os engenhos atômicos e termonucleares eram apenas mais uma arma do inventário (bem mais poderosa, sem dúvida, mas apenas mais um “brinquedo”³⁵⁹ novo). O cidadão comum, em alguns casos, se envolvia entusiasticamente na campanha apregoada pelo governo e militares de que tal armamento era necessário para

³⁵⁸ KISSINGER, Henry A., op. cit., p.61.

³⁵⁹ São encontradas algumas referências aos armamentos demandados pelos militares como “brinquedos” de uma criança mimada que quer esta ou aquela “novidade” no mercado de produtos bélicos. Na década de 1980 foi publicado no *Los Angeles Times* uma charge que mostra um militar uniformizado e com feições e trejeitos infantis que chora ao ver um “brinquedo” novo na tela da TV – no caso o novo super-bombardeiro B-1 –, enquanto o “brinquedo” antigo está encostado no canto – no caso o antigo bombardeiro B-52. Ver: MARQUEZI, Dagomir e GOMES, Lu. *Guerra nuclear*. Rio de Janeiro: Três, 1984, p.40.

conter o “avanço comunista” e para garantir a liberdade e democracia do “Mundo Livre”. Da associação entre a indiferença de parte dos militares e do empenho de parte dos cidadãos, o governo norte-americano criava mecanismos que buscavam *naturalizar* a ameaça “iminente”: estabelecia-se paulatinamente na sociedade o que o psicanalista Robert Jay Lifton nominaria de “normalidade nuclear”.³⁶⁰

Entre 1951 e 1963, por exemplo, o governo manteve um canal específico de rádio AM para a transmissão de instruções oficiais de emergência. A rádio era conhecida como CONELRAD (*Control of Electromagnetic Radiation*, ou Controle de Radiação Eletromagnética) e funcionava em uma frequência diferente das demais AMs de modo a evitar que as aeronaves inimigas que porventura estivessem atacando os Estados Unidos utilizassem o rádio-sinal das emissoras existentes para a navegação aérea.³⁶¹ Há relatos, inclusive, da existência de uma mensagem pré-gravada por Arthur Godfrey³⁶² que seria transmitida em caso de ataque aos Estados Unidos. A mensagem, a ser transmitida pela CONELRAD, dizia: “Senhores e senhoras, a América está sob ataque.”³⁶³

Deste modo, *não* há uma homogeneidade de percepções quanto ao futuro da humanidade na “Era Atômica”. Se deixarmos de lado, por um instante, a questão político-ideológica que envolveu durante décadas o entendimento da “Guerra Fria” – e tão disseminada na compreensão do conceito – percebe-se que a existência das armas atômicas e termonucleares, esta sim, é que punha em risco a humanidade, e não o comunismo ou capitalismo *per se*. A disputa, por si só, entre os dois sistemas econômicos só conseguia por em risco a vida no planeta uma vez que esta era mediada por armas de um poder descomunal e sem precedentes na história. *Grosso modo*, a ameaça comunista – ou do “Mundo Livre” cair

³⁶⁰ LIFTON, Robert Jay. *O futuro da imortalidade: ensaios para uma Era Nuclear*. São Paulo: Trajetória Cultural, 1989.

³⁶¹ HORNSTEIN, Lillian Herlands. *Some recent neologisms*. In: *American Speech*, volume 30, número 3 (outubro de 1955), p.232.

³⁶² “Arthur Godfrey, (born Aug. 31, 1903, New York City - died March 16, 1983, New York City), U.S. radio and television entertainer widely popular in the 1940s and '50s, whose many broadcast programs launched the careers of numerous popular singers and other entertainers.” Conforme: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/236824/Arthur-Godfrey> (Acessado em 24/11/2011 às 21h30min).

³⁶³ “Ladies and gentlemen, America is under attack.” Conforme: *Jornal The New York Times*, 23 de setembro de 1999, “Eerie, creepy look at Cold War culture.” O artigo é de Michael Pollack e está disponível *on-line* no site <http://www.nytimes.com/library/tech/99/09/circuits/articles/23cone.html>. (Acessado em 27/01/2010 às 9h30 min). O conceito de um sistema nacional de alerta foi recentemente revitalizado e seria utilizado em diversas situações, dentre as quais a de um ataque nuclear. “For the first time, the federal government will actually break into programming nationwide to test its emergency communications backbone. At approximately 2:00 pm EST on Wednesday, radio and TV stations will sound a loud tone and an announcement about testing the nationwide emergency alert system. (...) Management officials at the federal and local levels have worked to rebuild backup communication infrastructure that had atrophied since the end of the Cold War.” Conforme: AMBINDER, Marc. *Test broadcast of U.S. national warning system set for Wednesday*. *Jornal eletrônico Global Security Newswire*, 9 de novembro de 2011, quarta-feira, p.1. [<http://gsn.nti.org>]

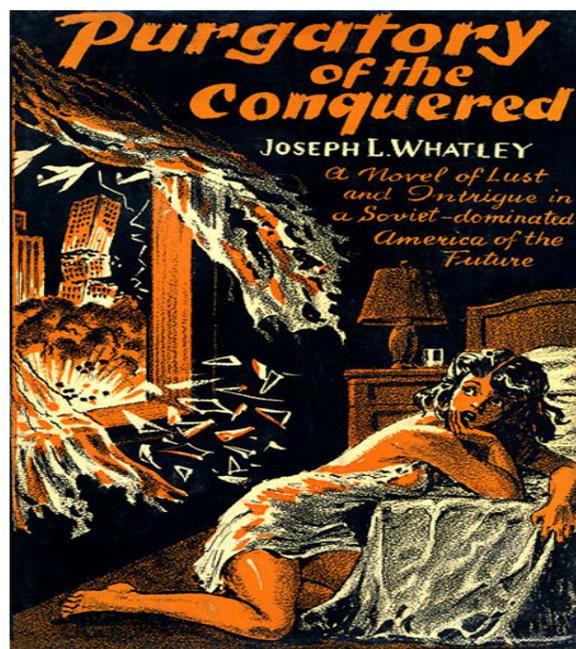
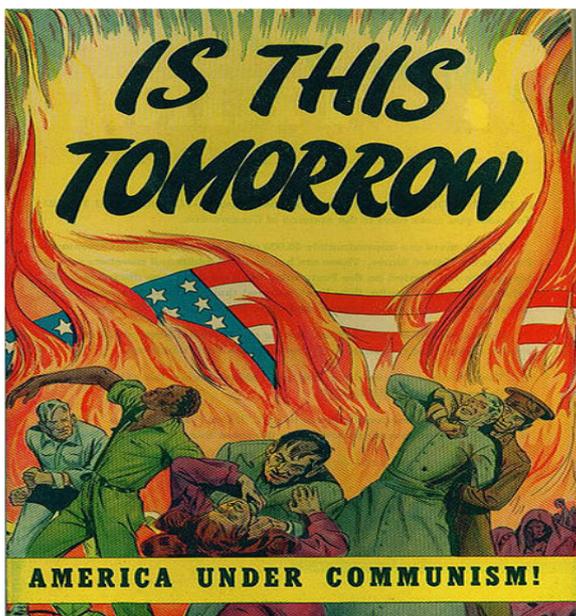
sob o jugo comunista – parecia ser *sempre* colocada como a ameaça maior que os Estados Unidos corriam: assim, o comunismo – *e não as armas atômicas e termonucleares* – representava o maior risco, como se estas armas fossem um efeito colateral do perigo simbolizado por aquele sistema ideológico. Representações da proeminência nociva do componente político sobre o componente estratégico (técnico e militar) foram reproduzidas *ad nauseam* durante a “Guerra Fria”, sob os mais diversos suportes, como nas capas de dois exemplares de livros mostrados abaixo, por exemplo.

A primeira capa refere-se a uma brochura de cerca de 50 páginas publicada pela instituição religiosa *Catechetical Guild Educational Society*, da cidade de St. Paul, no estado de Minnesota, em 1947, em cujo título há a pergunta “É este o amanhã?”, enquanto mostra a bandeira norte-americana sendo consumida pelas chamas ao mesmo tempo em que o caos se estabelece na nação. A “América sob o comunismo” – na parte inferior da capa – é apresentada assim neste cenário, em que supostos militares russos socam, estrangulam e imobilizam cidadãos que pouco ou nada podem fazer frente à “ameaça vermelha”. Cerca de quatro milhões de exemplares do “É este o amanhã?” foram impressos e distribuídos nos Estados Unidos.

Já a segunda capa refere-se a um romance de 112 páginas publicado pela *Greenwich Book Publishers*, da cidade de Nova Iorque, em 1956. A capa mostra uma mulher, aparentemente indefesa e aterrorizada, que assiste da janela a destruição de sua cidade, transformada em “purgatório dos conquistados”. Joseph L. Whatley, autor do romance, promete páginas de “luxúria e intriga na futura América dominada pelos soviéticos.” No prólogo do livro de Whatley se pode ler:

“Você, meu leitor complacente, não gostará deste livro. Você não gostará dele porque você não gosta de ter sua presunção despedaçada, mesmo que em estórias de ficção. Este livro, em sua totalidade, é uma ficção, mas poderia ser uma estória verdadeira, e será uma estória verdadeira se continuarmos, no presente, agindo de modo idealista e complacente. Outro Pearl Harbour pode acontecer – amanhã, próxima semana ou mês. O inimigo tem sido doutrinado e tem a capacidade de lutar a próxima guerra; guerra esta que pode destruir a civilização tal qual como a conhecemos no presente. Este livro não pretende ser um sermão. É um aviso de coisas que podem acontecer em um futuro não muito distante.”³⁶⁴

³⁶⁴ “You, my complacent reader, won’t like this book. You won’t like it because you don’t like to have your complacency shattered, even in your fiction stories. This book is fiction in its entirety, but it could be a true story, and it will be a true story, if we continue in the present complacent, idealistic manner. Another Pearl Harbor may happen—tomorrow, next week, or next month. The enemy has been indoctrinated, and he has the capabilities of fighting this next war, a war which may destroy civilization as we know it at the present time. This is not intended as a sermon. It is a warning of things that can happen in the not-too-distant future.” Ver: http://conelrad.com/books/flyleaf.php?id=318_0_1_0_M (Acessado em 25/01/2010 às 21h30min)



Expressões como “better dead than red” – ou “melhor morto do que vermelho”³⁶⁵ (comunista)” –, muito popularizadas na década de 1950, talvez ilustrem bem a dimensão do pavor disseminado pelo componente político na disputa bipolar e que colaborou, de certo modo, numa tácita aceitação por parte de alguns cidadãos de que o governo e militares estavam fazendo sua parte para tornar suas vidas mais seguras – mesmo que para isso precisassem construir bombas atômicas e termonucleares cada vez mais potentes; ou restringir direitos e liberdades individuais.³⁶⁶

De fato, em alguns casos, os cidadãos buscavam se envolver e ajudar o governo no esforço de preservar os ideais do “Mundo Livre”. E uma vez que os soviéticos – a grande ameaça ao “Mundo Livre” – já possuíam suas bombas atômicas desde 1949,³⁶⁷ tornava-se

³⁶⁵ Há também na língua inglesa a cor “rosa” (*pink*) para designar aquela pessoa “considerada simpática ou influenciada pela doutrina comunista” (“regarded as sympathetic with or influenced by Communist doctrine”). Segundo: *The American Heritage Dictionary*. Boston: Houghton Mifflin Co., 1991, p.942. E muito curiosamente: “For one short period in the mid 1950s anything that was pink was in. Pink refrigerators, pink stoves, pink lipstick, pink dress shirts and pink typewriters. Ads for GE’s pink light bulbs boasted that they would flatter complexions and furnishings. Copy for Royal portable typewriters gushed that finally you had choice in the color of your typewriter. The Russian threat would just have to wait until Americans could stock up on pink toilet paper.” Ver: HEIMANN, Jim (Editor). *The golden age of advertising - the 50’s*. Colônia: Taschen, 2005, p.5.

³⁶⁶ “A sensação de medo e insegurança que levou os americanos a suportarem um vasto e permanente estabelecimento militar, bem como uma economia de tempo de guerra, contribuiu de maneira importante para a erosão dos consagrados direitos e liberdades. Pela metade do século, o temperamento americano parecia estar perigosamente perto do tipo de fanatismo de onde os movimentos totalitários derivam sua principal força.” Conforme: EKIRCH, Jr., Arthur A. *A democracia Americana: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965, p.298.

³⁶⁷ Algumas previsões feitas nos Estados Unidos apontaram para um lapso de tempo muito maior até a quebra do monopólio atômico: “Mas outras nações ainda não possuem a bomba. Quanto tempo transcorrerá antes que eles

urgente, no entendimento dos militares e autoridades do governo, desenvolver, testar e operacionalizar novas e mais poderosas armas de modo a conter aquela ameaça. Assim, novos foguetes, bombardeiros, caças, tanques, navios e, obviamente, bombas atômicas, eram testados no Pacífico e em determinadas áreas dos Estados Unidos. Muitas cartas eram recebidas na sede da Comissão de Energia Atômica, em Washington, D.C., e algumas delas eram enviadas por cidadãos ávidos em participar dos testes das armas mais poderosas do arsenal norte-americano. Eileen Welsome – em seu livro sobre as experiências secretas conduzidas pelo governo norte-americano durante a “Guerra Fria” – mostra algumas destas cartas, enviadas no ano de 1953, e que fazem parte do acervo do ACHRE (*Advisory Committee on Human Radiation Experiments* – ou Comitê Consultivo sobre os Experimentos com Radiação em Humanos). Os testes com armas atômicas eram efusivamente realizados no campo de provas localizado no estado de Nevada e as pessoas tomavam conhecimento através dos jornais e revistas,³⁶⁸ por exemplo, da importância deles para a segurança da nação e do “Mundo Livre”.

As cartas mostradas no livro de Welsome são um retrato vivo e pululante do nível a que chegou o fervor de alguns ante o novo e o desconhecido. Assim, da capital Washington, um tal Jacob escreveu uma carta para a Comissão dizendo que “se vocês precisarem de uma cobaia para a próxima explosão atômica – eu sou a pessoa”; enquanto de Carlsbad, no estado do Novo México, um garoto de 13 anos de idade, chamado Gary, escreveu ao presidente Eisenhower: “Eu espero que não pense que eu sou maluco [mas] eu me ofereço para ser usado como cobaia em uma explosão de bomba atômica.” Convites de voluntários para cobaia em testes com bombas atômicas se repetem em cartas de cidade como Minneapolis, Beloit [“Estou muito desapontado por vocês não considerarem minha carta de 25 de março na qual eu me voluntariei para ser exposto na próxima explosão atômica.”] e Indianápolis. E os pedidos para “ajudar” nas pesquisas conduzidas pelo governo iam além do campo restrito às bombas atômicas. Um tal Lloyd, do estado de Indiana, disse que “seria voluntário também

– e por ‘eles’ muitas pessoas agora entendem a Rússia – a construíam? General Groves disse ao Comitê de Energia Atômica que será de 20 a 60 anos.” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 17 de março de 1946, p. BR1, Seção *Book Review*, “Atom Bomb versus Human Race.” “But other nations haven’t yet got the bomb. How long will it be before they – and by *they* most people mean Russia – do have it? General Groves told the Atomic Energy Committee it might be as long as twenty to sixty years.”

³⁶⁸ Revista *National Geographic*, Washington, D.C., junho de 1953, Volume CIII, número 6, p.839. “Nevada Learns to Live with the Atom.” O artigo é de autoria de Samuel W. Matthews. No artigo, um senhor de 80 anos de idade é questionado quanto a bomba atômica. “What do I know about the Bomb? Dog-gone it, young fellow, asking my opinion is like pulling a hair out of a horse’s tail and asking him how fast he can run! I don’t know any more about it than a jackass braying.” [p.850]

como passageiro em um foguete a ser disparado para a estratosfera, ou para qualquer missão perigosa em qualquer lugar da Terra.”³⁶⁹

O que estes cidadãos não sabiam é que alguns deles – negros, crianças³⁷⁰ órfãs, prisioneiros, mulheres grávidas, em sua maioria –, em vários estados norte-americanos, estavam sendo *sistematicamente* utilizados em experiências clandestinas com o elemento mais mortífero da “Era Atômica”: o plutônio. Enquanto isto, militares eram *deliberadamente* expostos a poeira radioativa (os *cloud samplers*, por exemplo) resultante dos testes atômicos realizados em Nevada durante toda a década de 1950. Cientistas de instituições renomadas – como o M.I.T. e a U.C.L.A., por exemplo –, trabalhando para os militares, não precisavam dessa oferta adicional de cobaias, pois já sabiam onde encontrá-los.³⁷¹ Este capítulo inacreditável – e pouco conhecido – da história da “Guerra Fria” dentro dos Estados Unidos revela bem a ausência de limites das autoridades governamentais quando o assunto era armas atômicas e termonucleares. Se, na década de 1950, alguém anunciasse que os Estados Unidos utilizavam seus próprios cidadãos em experiências clandestinas,³⁷² muito provavelmente seria acusado de semear “teorias conspiratórias” ou, o que seria mais grave, de comunista. A admissão em caráter oficial por parte do presidente Bill Clinton de que tais experimentos foram *de fato* conduzidos mostrou que a “Guerra Fria” foi um período da história no qual o impossível e improvável – para utilizar uma expressão da época – “coexistiam pacificamente”.



³⁶⁹ WELLSOME, Eileen. *The plutonium files: America's secret medical experiments in the Cold War*. Nova Iorque: Delta Trade Paperbacks, 1999, p.270-271. “If you would like a guinea pig for the next A explosion – I’m your boy” [6 de abril de 1953] “I hope you don’t think I’m crazy. But I am offering myself to be used as a ‘guinea pig’ to an atomic bomb blast” [8 de junho de 1953] “Was greatly disappointed that you did not acknowledge my letter dated March 25th in which I volunteered to expose myself in the next atom blast.” [6 de abril de 1953]

³⁷⁰ Há, na história norte-americana, um precedente quanto a utilização de crianças como cobaias em experimentos – como testes de novas vacinas, desenvolvimento de novas drogas e procedimentos, dentre outros – como é mostrado em artigo da historiadora Susan E. Lederer, da Escola de Medicina da Universidade de Yale. Ver: LEDERER, Susan E. *Children as guinea pigs: historical perspectives*. In: *Accountability in Research*, número 10 (2003), p.1-16.

³⁷¹ O livro de Eileen Welsome trata pormenorizadamente destes experimentos. Ver também: BALL, Howard. *Justice downwind: America's atomic testing program in the 1950s*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1986. FRADKIN, Philip L. *Fallout: an American nuclear tragedy*. Boulder: Johnson Books, 2004. MORENO, Jonathan D. *Undue risk: secret state experiments on humans*. Nova Iorque: Routledge, 2001.

³⁷² E foi anunciada, mais recentemente, a utilização de cobaias na Guatemala. Ver: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 1 de outubro de 2010, “U.S. apologizes for syphilis tests in Guatemala.” “From 1946 to 1948, American public health doctors deliberately infected nearly 700 Guatemalans – prison inmates, mental patients and soldiers – with venereal diseases in what was meant as an effort to test the effectiveness of penicillin.” [Edição eletrônica]

Chamo a atenção para o fato de que o desenvolvimento e uso das armas atômicas abalaram sobremaneira, nos Estados Unidos, o “espírito da época”³⁷³ (ou *Zeitgeist*³⁷⁴) de meados da década de 1940. Esta é uma hipótese central no desenvolvimento do raciocínio de que esta percepção, de certo modo, existiu e foi fartamente difundida e disseminada nos jornais, livros e revistas, por exemplo. É sabido, como disse, que o receio e medo imediatamente gerados pela “Era Atômica” foi se sedimentando ao longo das décadas seguintes, e reaparecendo aqui e ali. Gostaria, porém, de encontrar marcos divisórios, mesmo correndo o risco de estar em busca do “demônio das origens.”³⁷⁵ E talvez o indicativo mais claro do impacto e importância das armas atômicas seja a percepção naquele momento de que uma nova “era” se instalara na história da humanidade. Mesmo aqueles que não são historiadores sabem que os marcos são estabelecidos – na história ou em qualquer outro campo do conhecimento – a partir de episódios ou acontecimentos que colaboraram na modificação da feição dos anos porvir. Tradicionalmente se considera a divisão da “História” em diversas “épocas”, “eras”, “períodos” ou “idades”, sendo que estas divisões são consideradas também naquilo que se convencionou chamar de “pré-história”. Tanto em um como no outro, pontos de reconhecida excepcionalidade – “Idade da Pedra Polida”, “Idade Antiga”, dentre outros – são aceitos como marcos divisórios. Um deles – o nascimento do Cristo – divide, na sociedade ocidental cristã, um “antes” e “depois”. Para que tenhamos uma idéia da importância do impacto gerado pelo bombardeamento atômico das cidades japonesas, vale citar que o senador norte-americano Brien McMahon (Democrata do estado de Connecticut) nutria

“sentimentos quase que religiosos com relação a bomba [atômica] e freqüentemente dizia aos seus colegas senadores que o bombardeio de Hiroshima foi o maior evento na história mundial desde o nascimento de Jesus Cristo.”³⁷⁶ [grifo meu]

³⁷³ “Spirit of the age.” Segundo: THORNDIKE, E.L. e BARNHART, Clarence L. *Thorndike Barnhart advanced dictionary*. (2nd Edition). Glenview: Scott, Foresman and Co., 1974, p.1183.

³⁷⁴ “The taste and outlook characteristic of a period or generation.” Segundo: *The American Heritage Dictionary*. Boston: Houghton Mifflin Co., 1991, p.1405.

³⁷⁵ BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 3^a ed. Lisboa: Europa-América, 1976, p.90-94.

³⁷⁶ “[...] quasi-religious sentiments about the bomb and often told his fellow senators that the bombing of Hiroshima was the greatest event in world history since the birth of Jesus Christ.” Conforme: WELSOME, Eileen, op. cit., p.167.

Enquanto isto, outros discutiam na VI Conferência Anual sobre Ciência, Filosofia e Religião, realizado na *Columbia University*, os impactos da “Era Atômica”. Na Conferência se discutiu afirmações como a do escritor Norman Cousins, que dissera que

“a data atual dos jornais, 1945, é imprecisa e devia ser 2945, ‘*uma vez que mil anos se passaram desde o lançamento das bombas atômicas*’ Tal é a urgência do problema, ele observou, que não é mais possível lentamente planejar uma cooperação mundial. Os homens saltaram séculos à frente sem estar prontos para enfrentar as conseqüências, ele insistiu.” [...] “Na ausência de um controle mundial [...] isso [a bomba atômica] criará suspeita e medo universais, ele adicionou, e ‘que tentação para os amantes da guerra.’”³⁷⁷
[grifo meu]

E o desenvolvimento, teste e uso das armas atômicas geraram, de fato, não um, mas vários marcos para o que se passou a chamar genericamente de “Era Atômica”, “Era Buck Rogers”, “Era de aerodinâmica, eletrônica e átomos”, a “nova era na vida do homem”, “Era da Energia Atômica”, “era da abundância atômica”, dentre outras. De todo modo, passarei a denominar genericamente de “Era Atômica” o despontar desta nova força posta a disposição do ser humano, ou seja, as formidáveis forças atômicas ou elementares.

Considerarei, no entanto, a *pluralidade de marcos* para a “Era Atômica”. Para alguns, o ponto que inaugurou este novo período na história da humanidade se deu quando a primeira “pilha nuclear” ou “reator nuclear” foi testado sob condições controladas nos subterrâneos de um estádio de futebol na cidade de Chicago. Laura Fermi, viúva do famoso cientista Enrico Fermi,³⁷⁸ asseverou:

“2 de dezembro de 1942 marca o nascimento da era atômica. Vários anos mais tarde uma placa de metal foi posta no muro próximo a entrada do estádio. Diz a placa, em poucas palavras, que naquele local o ser humano tinha realizado a primeira reação em cadeia e assim aberto o caminho para a liberação da energia atômica sob condições controladas.”³⁷⁹ [grifo meu]

³⁷⁷ “Savants in clash on atomic perils.” “[...] the current newspaper date-line, 1945, was inaccurate and should read 2945, ‘because a thousand years have passed since the dropping of the atom bomb’. Such is the urgency of the problem, he observed, that it is no longer possible to plan leisurely for world cooperation. Man has leaped centuries ahead without being ready to face the consequences, he insisted. [...] In the absence of world control [...] it will create universal fear and suspicion, he added, and ‘what a temptation for the blitzkriegers.’” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 26 de agosto de 1945, p.28.

³⁷⁸ Enrico Fermi foi um dos principais cientistas responsáveis pelo êxito do experimento de Chicago (de 2 de dezembro de 1942) a que Laura Fermi faz referência.

³⁷⁹ “December 2, 1942, marks the birth of the atomic age. Several years later a metal sign was placed on the wall near the entrance to the ball court. It said, in a few words, that on that spot man had accomplished the first chain reaction and so had opened the way for the freeing of atomic energy under controlled conditions.” Conforme: FERMI, Laura. *The story of atomic energy*. Nova Iorque: Macfadden-Bartell Book, 1965, p.68.

O experimento realizado em Chicago era também considerado por alguns jornalistas como o estopim da “Era Atômica”. William L. Laurence anunciou: “2 de dezembro de 1942 – O Nascimento da Era Atômica”, e lembrou que isso “marcou o fim de uma era e o começo de uma nova, com potencial incalculável para o bem e para o mal.”³⁸⁰ O jornalista continuou acentuando o feito do 2 de dezembro ao lembrar que

*“Amanhã será o primeiro aniversário oficial da era atômica, comemorando-se o fatídico dia de dezembro quando o homem acendeu, pela primeira vez neste planeta, o fogo atômico, o primeiro fogo que não teve a sua origem no Sol.”*³⁸¹ [grifo meu]

Harry M. Davis – outro jornalista que identificou o experimento de Chicago como fundante de um novo período da história – perguntou: “Quando pode o átomo ser colocado para trabalhar?” Em tom pessimista quanto ao momento em que vive, ele anunciou que, se superada “a arapuca da destruição mútua pelas armas atômicas, acena-nos uma era de abundância atômica.”³⁸² Para ele, “nós já entramos na era da energia atômica [e isto] ocorreu quando a ciência encontrou a chave para destravar a tremenda energia que existe no núcleo do átomo”, e identificou o marco preciso desta nova era.

*“Não há nenhum registro de quando o homem usou o fogo pela primeira vez, nem quando girou a primeira roda. [...] Mas, definitivamente, pode se afirmar que a Era da Energia Atômica começou no dia 2 de dezembro de 1942.”*³⁸³ [grifo meu]

Enquanto isso, para Sidney Shalett, o local de nascimento da “Era Atômica” era outro. No lugar de enfatizar a criação do “fogo atômico” em Chicago como o marco da nova “era”, ele apontou Oak Ridge como:

“o local de nascimento da era atômica. Aqui, nessas colinas remotas de barro vermelho, a produção do elemento misterioso da energia atômica –

³⁸⁰ “Dec. 2, 1942 – the birth of the Atomic Age.” [...] “It marked the end of an era and the beginning of a new one, with incalculable potentialities for good or for evil.” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 1 de dezembro de 1946, p. SM6.

³⁸¹ “Tomorrow will be the first official birthday anniversary of the atomic age, commemorating that fateful December day when man lighted the first atomic fire on this planet, the first fire that did not have its origin in the sun.” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 1 de dezembro de 1946, p. SM6.

³⁸² “When can the atom be put to work?” [...] “[...] the pitfall of mutual destruction by atomic weapons, beckons an age of atomic abundance.” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 9 de dezembro de 1945, Seção *The New York Magazine*.

³⁸³ “There is no record of when man first used fire, nor of when the first wheel turned. [...] But it can be stated definitely that the Age of Atomic Energy began on Dec., 2, 1942.” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 9 de dezembro de 1945, Seção *The New York Magazine*.

atualmente a mais terrível arma de guerra, mas um meio potencial de, no futuro, revolucionar a civilização – foi lançado.”³⁸⁴ [grifo meu]

Em Oak Ridge, no estado norte-americano do Tennessee, estava localizado o reator nuclear do Projeto Manhattan que forneceu o “combustível atômico” para a primeira bomba atômica.³⁸⁵ No artigo, Shalett enfatizou que o laboratório (Oak Ridge) produziu o “misterioso explosivo cósmico” (*mysterious cosmic explosive*) e era, ainda, o “principal centro nos Estados Unidos – e no mundo – onde o processo de fissão atômica [...] é realizado”, o que significa, “em termos simples, [...] controlar a energia do átomo, que é a energia do universo, em uma substância que pode ser utilizada como o mais poderoso explosivo já feito pelo homem.”³⁸⁶ Deve-se observar que, a todo o instante, Shalett salientou o enorme poder destrutivo do novo “explosivo cósmico”, o que corrobora com a idéia de que a imensa capacidade destrutiva das forças atômicas era o fator que imprimiu medo, temor e receio com relação ao futuro imediato da recém inaugurada “Era Atômica” e, conseqüentemente, da “Guerra Fria”.

Vale frisar, no entanto, que a opção por Oak Ridge como marco da “Era Atômica” pareceu indicar uma opção pelo componente militar desta “era”, enquanto a opção por Chicago salientou o componente civil associado a utilização – mesmo que “para o bem e para o mal” – da energia atômica e da abundância energética a ela associada. Importa lembrar que independente do marco inicial, o que se tem buscado deixar claro por cientistas, militares e jornalistas é que estávamos entrando numa nova fase da história da humanidade e, mais ainda, que este novo período gravitou em torno do átomo e da energia por ele liberado através de novos processos técnicos, seja para uso civil ou militar. De fato, separar um uso do outro era difícil, senão impossível, dada a simbiose existente entre eles. E, mais uma vez, Laura Fermi afirmou:

“Por muitos anos o trabalho dos cientistas atômicos permaneceu secreto em todos os lugares. *Não é possível separar completamente os usos pacíficos e*

³⁸⁴ “More atom plants rise at Oak Ridge.” [...] “[...] the birthplace of the atomic age. Here, in these isolated red clay hills, production of the mysterious element of atomic energy – presently the most terrible weapon of the war, but a future potential means of revolutionizing civilization – was launched.” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 8 de agosto de 1945, p.6.

³⁸⁵ No caso, a primeira bomba atômica lançada no Japão e que tinha como elemento físsil o urânio. O elemento físsil da segunda bomba – o plutônio – foi produzido em Hanford, no estado de Washington.

³⁸⁶ “[...] the principal center in the United States – and the world – where the process of atomic fission [...] is carried out” [...] “in its simplest terms, means harnessing the energy of the atom, which is the energy of the universe, into a substance that can be used as the most powerful explosive yet made by man.” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 8 de agosto de 1945, p.6.

*militares da energia atômica, e nenhum país liberaria informações que pudessem ajudar outros países a construir armas [atômicas].*³⁸⁷ [grifo meu]

E, curiosamente, a opinião de alguns jornalistas sobre os marcos definidores da “Era Atômica” oscilavam com o tempo. Há pouco fiz referência a opinião de William L. Laurence, em matéria publicada em dezembro de 1946, de que o marco definidor seria o experimento de Chicago. Porém, há cerca de um ano antes, em setembro de 1945, ele havia definido que o “drama da bomba atômica teve seu clímax no teste de 16 de julho.”³⁸⁸ O teste que Laurence faz referência é o primeiro teste operacional de uma arma atômica, realizado do dia 16 de julho de 1945, em Alamogordo, no estado do Novo México. Para que não reste nenhuma dúvida da prévia importância dada a este episódio, Laurence afirmou:

“A Era Atômica iniciou-se exatamente às 5:30 (Fuso Horário do Leste, tempo de guerra) da manhã de 16 de julho de 1945 [...] a cerca de poucos minutos antes do amanhecer de um novo dia nesta Terra.”

*“Naquele grande momento da história, comparado ao momento, há muito tempo atrás, quando o homem utilizou o fogo pela primeira vez e iniciou sua marcha rumo a civilização, a imensa energia, aprisionada nos corações dos átomos, foi liberada pela primeira vez em uma explosão de chamas como nunca se tinha visto antes nesse planeta, iluminando a terra e o céu por um curto espaço de tempo, que pareceram eternos, com a luz de muitos super-sóis.”*³⁸⁹ [grifo meu]

E para reafirmar a importância do primeiro experimento, Laurence asseverou: “[Após o teste de Alamogordo] o homem primitivo metamorfoseou-se no homem moderno – apertando as mãos, tapinhas nas costas, rindo como crianças felizes [...] [e o Sol] nasceu para ver a nova coisa sob o Sol, a nova era na vida do homem.”³⁹⁰ A opinião sobre a importância do teste no Novo México era também compartilhada pelo Almirante de Esquadra Chester W. Nimitz, ao afirmar “que o futuro do mundo foi ‘extremamente alterado’ há apenas três meses

³⁸⁷ “For many years the work of atomic scientists everywhere remained mostly secret. It is not possible to separate entirely the peaceful from the military uses of atomic energy, and no country wanted to give away facts that might help other countries to build weapons.” Conforme: FERMI, Laura, op. cit., p.96.

³⁸⁸ “Drama of the atomic bomb found climax in July 16 test.” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 26 de setembro de 1945, p.1.

³⁸⁹ “The Atomic Age began at exactly 5:30 Mountain War Time on the morning of July 16, 1945 [...] just a few minutes before the dawn of a new day on this earth.” “At that great moment in history, ranking with the moment in the long ago when man first put fire to work for him and started on his march to civilization, the vast energy locked within the hearts of the atoms of matter was released for the first time in a burst of flame as had never before been seen on this planet, illuminating earth and sky for a brief span that seemed eternal with the light of many super-suns.” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 26 de setembro de 1945, p.1.

³⁹⁰ “Primitive man was metamorphosed into modern man – shaking hands, slapping each other on the back, laughing like happy children.” [...] “It rose to see a new thing under the sun, a new era in the life of man.” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 26 de setembro de 1945, p.1.

atrás quando a primeira bomba atômica foi disparada no deserto do Novo México.”³⁹¹ A ocorrência da explosão de Alamogordo, portanto, pareceu ter deixado Nimitz e Laurence bastante impressionados. Porém, em julho de 1946, no Atol de Bikini, os militares norte-americanos testaram, pela segunda vez, uma bomba atômica. E agora o fizeram debaixo da água, ou seja, foi a primeira de muitas explosões subaquáticas realizadas na década de 1940 e 1950. Laurence esteve lá e assistiu ao fantástico acontecimento.

“Foi o início de um novo capítulo na história da era atômica e de outro marco na história da civilização.” [...] “O fenômeno em si [ou seja, a explosão da bomba-A subaquática] foi uma das visões mais espetaculares e inspiradoras de emoção já vistas pelo homem neste planeta – bem diferentes dos espetáculos vistos nas bombas anteriores, mas tendo muitas semelhanças.” “[...] [a explosão atômica] se tornou uma árvore gigante, uma árvore com muitos galhos sustentando muitos frutos invisíveis – partículas alfa, raios beta, nêutrons – frutos mortais ao homem, invisíveis ao olho [humano], as frutas da árvore da sabedoria, que o homem deve comer por sua conta [e risco].”³⁹² [grifo meu]

Assim como fez anteriormente com Chicago e Alamogordo, Laurence enxergou agora no experimento de Bikini o despontar de um momento novo para todo o mundo: “E então quando o espetáculo chegou [ou seja, a explosão da bomba] o mundo pareceu ter mudado em poucos segundos e se tornado um mundo diferente. Não era agora o mesmo mundo de antes.”³⁹³ O que explicaria o oscilar de Laurence entre Chicago, Alamogordo e Bikini como marcos ou capítulos fundantes da “Era Atômica”? Ao que me parece, a parte final da Segunda Guerra e o imediato pós-guerra foram períodos coroados por avanços tão incríveis na tecnologia militar,³⁹⁴ que parecem ter deixado, de certo modo, confusos aqueles que se empenharam em acompanhá-los. E todos estes avanços, como lembrou Hanson Baldwin, não apenas a

³⁹¹ “[...] that the future of the world had been ‘greatly altered’ just three months ago when the first atomic bomb was touched in off in the New Mexico desert.” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 6 de outubro de 1945, p.1.

³⁹² “It was the beginning of a new chapter in the story of the atomic age and another landmark in the story of civilization.” [...] “The phenomenon in itself was one of the most spectacular and awe-inspiring sights ever seen by man on this planet – quite different from the spectacles seen in the earlier bombs, but have many resemblances.” “[...] it became a giant tree, a tree with many branches, bearing many invisible fruits – alpha particles, beta rays, neutrons – fruits deadly to man, invisible to the eye, the fruits of the tree if knowledge, which man must eat at his peril.” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 25 de julho de 1946, p.1.

³⁹³ “And then when the spectacle came the world seemed to have changed in a few seconds and to have become a different world. It is not the same world now that it was before.” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 25 de julho de 1946, p.1.

³⁹⁴ “A bomba atômica não foi, de forma alguma, a única realização científica da Segunda Guerra Mundial, embora tenha obscurecido todas as outras.” Conforme: RAYMOND, Jack. *O poder do Pentágono*. Rio de Janeiro: Saga, 1965, p.157.

“bomba atômica, mas o foguete e radar, e todas as outras maravilhas desta era de aerodinâmica, eletrônica e átomos, elaboraram uma revolução tão profunda nas operações militares que as concepções estratégicas que mensuraram, no passado, *nossa necessidade por bases* [militares], *não têm mais hoje a mesma validade.*”³⁹⁵ [grifo meu]

Surpreendentemente, Baldwin parece prenunciar – já em fins de agosto de 1945 – a perda da importância estratégica de algumas bases norte-americanas no mundo, e dentre elas as do Nordeste brasileiro, especificamente, como mostrei, a da então importantíssima base aeronaval de Natal, no estado do Rio Grande do Norte. Apesar de não fazer referência direta a ela, é claro que aquela base foi afetada pela “revolução” nas “concepções estratégicas” disseminadas pelas armas atômicas a que Baldwin se refere.

Há ainda outro ponto que é igualmente considerado com o marco definidor da “Era Atômica” e que deve ser considerado como um episódio de grande importância no entendimento da “Guerra Fria”: o lançamento das primeiras bombas atômicas nas cidades japonesas. Há os que perceberam este como um marco importante, uma vez que representa a primeira – e até agora a única – vez em que uma arma atômica foi utilizada em um campo de batalha durante uma guerra. Gar Alperovitz ressaltou a importância do episódio e suas consequências: “Nos furiosos dias imediatamente depois de Hiroxima e Nagasaki, a diplomacia americana mudou tão rapidamente que poucos observadores compreenderam a extensão de todas as decisões políticas reveladas em poucas semanas.”³⁹⁶ Segundo o jornal norte-americano *The New York Times*, o escritor H.G. Wells pareceu ter previsto “a Era Atômica em romance de 1914”. E um pouco antes de morrer – na realidade há exatamente um ano depois do lançamento da bomba atômica em Hiroshima – “pediram ao sr. Wells para comentar sobre a nova e terrível arma que ele previu. Ele disse: ‘Esta pode destruir tudo de ruim – ou de bom – neste mundo. Cabem as pessoas decidir qual.’”³⁹⁷ Há, no comentário de Wells, um certo tom otimista,³⁹⁸ ou pelo menos um que coloca nas mãos dos homens o que fazer com o poder atômico – “para o bem ou para o mal”. William L. Laurence considerou

³⁹⁵ “Atomic Age defense.” “The atomic bomb, plus the rocket and radar and all the other marvels of this age of aerodynamics, electronics and atomics, has wrought a revolution in warfare so profound that the strategical conceptions against which our need for bases was measured in the past no longer have the validity today.” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 24 de agosto de 1945, p.32.

³⁹⁶ ALPEROVITZ, Gar. *Diplomacia atômica: o uso da bomba atômica e o confronto do poder americano com o soviético*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército & Saga, 1969, p.239.

³⁹⁷ “H. G. Wells dead in London at 79; forecast Atomic Age in 1914 novel.” [...] “After the atomic bomb had been dropped on Hiroshima in August 1945, Mr. Well was asked to comment on the terrible new weapon that he had envisaged. He said: ‘This can wipe out everything bad – or good – in this world. It is up to the people to decide which’.” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 14 de agosto de 1946, p.1.

³⁹⁸ “Previsões e estimativas de todos os tipos já foram propostas, indo do otimismo mais ridículo a, talvez, um pessimismo desnecessário.” Conforme: YOUNG, Gale. *A nova energia*. In: MASTERS, Dexter e WAY, Katharine (Organizadoras), op. cit., p.72.

também a importância do bombardeamento atômico do Japão, e parecia nutrir uma posição visivelmente mais otimista com relação a “Era Atômica”. E mais: fundiu agora dois marcos para a “Era Atômica”; Alamogordo e as cidades japonesas.

“Quando a Era Atômica estourou como um trovão cósmico nas areias vitrificadas do deserto do Novo México e nas cidades condenadas de Hiroshima e Nagasaki, existiam jornalistas capacitados para relatar, de modo inteligível, estes tremendos eventos. [...]” [O sr. Laurence conclui que a] “descoberta desse poder gigantesco pode não ser, afinal de contas, o alvorecer do dia do Juízo Final, mas o portão aberto de um novo e melhor mundo.”³⁹⁹ [grifo meu]

E em carta a um jornal norte-americano, o sr. A. F. Bowle, um cidadão da cidade de Durham, no estado da Carolina do Norte, comentou o futuro da guerra na “Era Atômica”. Ele alertou que já existem – em 1948 – bombas atômicas “muitas vezes mais poderosas que as duas já utilizadas” e incluiu os “mísseis guiados” como componentes importantes da próxima guerra: adiantou ele, portanto, o que alguns alcinharam – na década seguinte – de “Era dos Mísseis.”⁴⁰⁰ Lembrando – como já fizeram outros – que “entramos nessa nova era por bem ou por mal”, salientou, pontualmente, aquilo que ele identificou como sendo o marco da “Era Atômica”.

“A ciência tem nos dado a maior parte das coisas que marcam nossa era. Quando os descobridores das novas armas e métodos falam eles mesmos acerca do uso mortal de suas invenções, parece razoável supor que eles sabem do que estão falando. Muitos cientistas e outros [profissionais, pessoas no geral] consideram o 6 de agosto de 1945 a data de abertura de uma nova era, o Ano Um da Era Atômica.”⁴⁰¹ [grifo meu]

³⁹⁹ “Dawn over zero” [...] “When the Atomic Age burst like a cosmic thunderbolt on the glazed sands of the New Mexican desert and the doomed cities of Hiroshima and Nagasaki there were newspaper man well equipped to report these tremendous events intelligibly. [...] “this discovery of gigantic power may not be the dawn of doomsday after all, but an open gateway into a new and better world.” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 10 de setembro de 1946, p.6.

⁴⁰⁰ Hanson Baldwin já estava atento, em 1945, a “Era dos Mísseis”: “As implicações totais desta revolução tecnológica não serão, obviamente, compreendidas imediatamente; [...] e levará muito mais [tempo] antes que os mísseis transoceânicos sejam uma coisa comum.” Aqui Baldwin acerta, pois não será senão no fim da década de 1950 que a idéia de Mísseis Balísticos Intercontinentais se transformará em algo concreto. Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 28 de agosto de 1945, p.32. “The full implications of this technological revolution will not, of course, be realized immediately; [...] and much longer before transoceanic missiles are commonplace.”

⁴⁰¹ “War in the Atomic Age” “We are asked to consider the effects of another world conflict” [...] “Science has given us most of the things that mark our era. When the discoverers of new weapons and methods themselves speak about the deadly uses of their inventions it seems reasonable to suppose that they know what they are talking about. Many scientists and others consider Aug. 6, 1945, the opening date of a new era, the Year One of the Atomic Age.” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 13 de agosto de 1948, p.14, Seção *Letters*.

Para não restar dúvida que foi o componente atômico que permitiu a abertura de um novo período na história da humanidade, o sr. Bowle conclui: “O que marca essa nova era? Uma nova força, uma nova energia, um novo poder. Tão tremendo é este novo poder que a vida neste planeta nunca será como foi antes. A ciência disponibilizou-nos a força cósmica.”⁴⁰² Cientistas, do mesmo modo que jornalistas e cidadãos comuns, identificaram no bombardeamento atômico de Hiroshima o despontar de uma nova era.⁴⁰³ Um artigo publicado na conceituada revista científica *Scientific American*, em novembro de 1945, pareceu lançar, indiretamente, dúvida quanto ao experimento de 2 dezembro de 1942, em Chicago, como marco para a “nova era”, uma vez que naquele experimento a liberação de energia atômica se deu em escala bem menor (“microscópica”) do que aquela ocorrida em Hiroshima ou Nagasaki, por exemplo.

“O que pode ser o início de uma nova era na corrida humana começou no 6 de agosto de 1945, quando, pela primeira vez em uma escala maior que a microscópica, a energia da desintegração atômica, deliberadamente induzida, foi aplicada para propósitos humanos.”⁴⁰⁴ [grifo meu]

E há, na música popular norte-americana, um pulular de composições que expressam o impacto causado pela “Era Atômica”, a multiplicidade de marcos para ela e, notadamente, o medo gerado pelo seu aparecimento. Em uma das letras destas músicas – *Old Man Atom* (1950) –, tocada pelos *Sons of the Pioneers* em ritmo de *blues*, fica nítido, logo na primeira estrofe, aquela multiplicidade⁴⁰⁵ e aquele medo.

“Hiroshima, Nagasaki, Alamogordo, Bikini...

⁴⁰² “What marks this new age? A new force, a new energy, a new power. So tremendous is this new power that life on this planet will never be as it was before. Science has now made available cosmic force.” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 13 de agosto de 1948, p.14, Seção *Letters*.

⁴⁰³ “It is now more than ten years since the atomic bomb exploded over Hiroshima and revealed to the world in one blinding flash of light the start of the atomic age.” [grifo meu] Conforme: MORTON, Louis. *The decision to use the atomic bomb*. In: Revista *Foreign Affairs*, volume 35, número 2 (janeiro de 1957), p.334.

⁴⁰⁴ “How soon atomic energy?” [...] “What may be the beginning of a new era for the human race started on August 6, 1945, when, for the first time on a scale larger than microscopic, the energy of deliberately induced atomic disintegration was applied to the purpose of man.” Conforme: Revista *Scientific American*, Nova Iorque, novembro de 1945, p.284.

⁴⁰⁵ Há mais um marco para a “Era Atômica” que poderia ser explorado. “Em 1939, dois cientistas alemães, Hahn e Strassman, descobriram uma reação atômica induzida, como muitas reações o são, por nêutrons em temperaturas normais. [...] [...] Hahn e Strassman haviam descoberto o processo de fissão.” Conforme: WIGNER, Eugene P. *As raízes da era atômica*. In: MASTERS, Dexter e WAY, Katharine (Organizadoras), op. cit., p.56-57. “Em 1939, a notícia da fissão provocara tanta comoção no mundo quanto as descobertas do raio-X e do rádio, quarenta anos antes. No ano que se seguiu ao experimento de Hahn e Strassman que demonstrou a realidade da fissão, pelo menos cem artigos científicos foram publicados sobre o tema. Os jornais e as revistas exploraram a notícia à exaustão e a anunciaram como o advento da era atômica.” [grifos meus] Conforme: SMITH, P. D., op. cit., p.315.

Eu pregarei a todos vocês um sermão sobre o Velho Átomo, que sou eu.
Eu não estou falando do Adão dos fatos bíblicos.
Eu não estou falando do Adão que a Mãe Eva encheu de orgulho e alegria.
Eu estou falando da coisa que a ciência liberou.
A coisa que Einstein disse tê-lo assustado.
E quando Einstein está assustado, meu irmão, é melhor você se assustar.”⁴⁰⁶

Referências de caráter religioso apareceram a todo o momento em muitas das composições que tratavam da energia e bomba atômica. Em algumas delas a referência era clara – *Jesus hits like na atom bomb*⁴⁰⁷ – enquanto em outras aparece diluída ao longo das letras das músicas, como em *Atomic power* (1946), onde no refrão era ressaltado que a “Força atômica” nos “foi dada pela poderosa mão de Deus.”⁴⁰⁸ E em fins de 1945, uma matéria do *New York Times* referindo-se a energia atômica apresentou um “levantamento das possibilidades e dos obstáculos que a ciência deve superar” de modo que a aquela energia seja posta em funcionamento. A gravura apresentada na primeira página desta matéria mostra uma mão humana estendida – na parte inferior – que parece receber de outra mão – localizada na parte superior (a “mão de Deus”?) – certa energia (atômica?) na forma de raios que caem do céu e que parecem brotar da própria mão (de Deus?). No texto, o jornalista Harry M. Davis, anuncia que, se *por um lado*, a “nova era atômica” promete-nos “eletricidade tão barata que não compensa fazer a leitura do medidor”, além de “espaçonaves atômicas” para vôos regulares para a Lua, Marte, Vênus e Júpiter, *por outro lado*, lembra-nos que muitos cientistas “advertem-nos a não esperar uma nova revolução industrial da noite para o dia.”⁴⁰⁹ A propósito do caráter redentor da energia atômica, talvez nenhuma representação seja mais ilustrativa do que a de Ed Gunder, distribuída pela *Associated Press* em 1959: nela – reproduzida abaixo – uma mão humana se ergue “da devastação causada pelas bombas atômicas [e] reacende a esperança [na Era Atômica] por um mundo melhor.”⁴¹⁰

⁴⁰⁶ CD *Like an atom bomb: apocalyptic songs from the Cold War era*. New Malden: Buzzola (BZCD 003), s/d. “Hiroshima, Nagasaki, Alamogordo, Bikini... / I’m gonna preach you-all a sermon ‘bout Old Man Atom, that’s me. / I don’t mean the Adam in the Bible datum. / I don’t mean the Atom that Mother Eve elated. / I mean that thing that science liberated. / The thing that Einstein says he’s scared of. / And when Einstein’s scared, brother, you’d better be scared.”

⁴⁰⁷ Composição de 1950 de *Lowell Blanchard & The Valley Trio*.

⁴⁰⁸ Esta composição foi executada pelos *The Buchanan Brothers* no despontar da “Era Atômica”. “Atomic power [...] it was given by the mighty hand of God.”

⁴⁰⁹ Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 9 de dezembro de 1945, p.90, “When can the atom be put to work?” [...] “[...] the new atomic age” [...] “make electricity so cheap it won’t pay to read your meter” [...] “atomic space ships” [...] “warned us not to expect a new industrial revolution overnight.”

⁴¹⁰ “‘Out of the devastation caused by the atomic bomb grows the hope for a brighter world’, read the caption for this widely distributed 1959 *Associated Press* cartoon by Ed Gunder. Few cartoons today reflect such optimism over the future of nuclear energy.” Conforme: WEINBERG, Alvin M. *Nuclear energy: salvaging the Atomic Age*. In: Revista *The Wilson Quarterly* (1976-), volume 3, número 3 (verão de 1979), p.89.



Used by permission of Wide World Photos, Inc.

Claro está também, em muitas das composições, o entendimento dos efeitos maléficos e benéficos, “para o bem ou para o mal”, da energia atômica. Em uma música intitulada *Atomic telephone* (1952), apresentada pelo *The Spirit of Memphis Quartet*, é possível perceber tanto o aspecto religioso como a dualidade do uso do “grande e novo poder”.

“O Senhor nos deu um grande e novo poder.
Para ser usado pelo bem de toda a humanidade.
Algumas pessoas estão usando isso para destruir tudo.
Mas Deus não quer que isso ocorra.
Ele quer que isso seja usado para o bem de toda a humanidade.”⁴¹¹

A oscilação pendular dos efeitos benéficos e maléficos da energia atômica na “Era Atômica” pareceu ter sido uma constante na “Guerra Fria” – pelo menos para o período que ora investigo –, uma vez que o domínio desta forma de energia requereu esforços titânicos por parte de cientistas e militares de modo a tornar o uso operacional, seja militar ou civil, seguro, confiável e rentável. Sidney Shalett ao entrevistar o Almirante Nimitz, em outubro de 1945, observou que

⁴¹¹ CD *Like an atom bomb: apocalyptic songs from the Cold War era*. New Malden: Buzzola (BZCD 003), s/d. “Lord has given us a great new power. / For to use for the good of all mankind. / Some people gonna use it to destroy everything. / Bu-hut God didn’t mean it like that. / He wants it used for the good of all mankind.”

“Ele expressou esperança de que os cientistas e tecnólogos estejam corretos ao dizer que em algum tempo ‘imprevisível’ no futuro, *a energia atômica seja ‘domada e controlada’ para usos humanitários e industriais*. Nesse momento, no entanto, ele disse, a coisa importante sobre a energia atômica é o seu efeito ‘terrivelmente destrutivo’.”⁴¹² [grifo meu]

Em artigo publicado em novembro de 1945, o engenheiro químico D. H. Killeffer – editor contribuinte da revista *Scientific American* – levanta a pergunta: “O quão breve virá a energia atômica?”. O artigo na seção “Química na indústria” reflete a bem a dimensão do entusiasmo perante a fonte provável de energia barata para a indústria no futuro. A síntese do artigo de Killeffer pode ser encontrada logo nas primeiras linhas:

“Indica a bomba atômica um futuro de destruição em massa de cada criatura viva? Ou, apropriadamente controlada, *será sua capacidade de energia ilimitada utilizada e domada para servir a humanidade*, como tem feito a eletricidade e a água? Os próximos cinco ou dez anos podem possivelmente nos fornecer a resposta.”⁴¹³ [grifo meu]

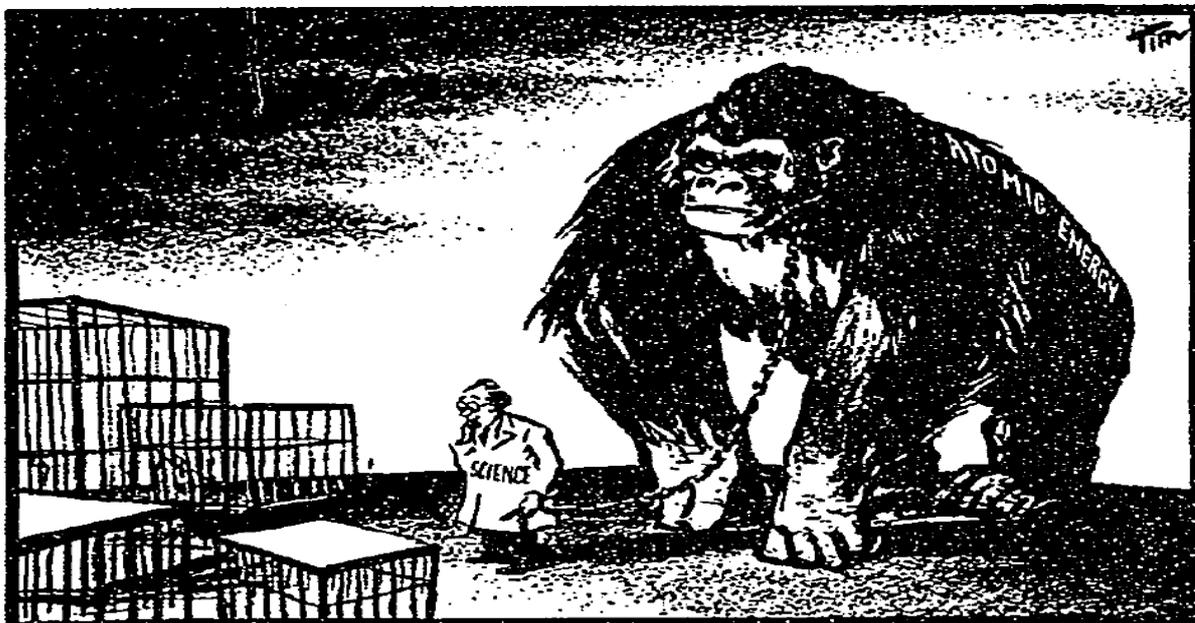
Mais uma vez, se lançarmos um olhar retrospectivo sobre o período da “Guerra Fria”, veremos que não ocorreram nem a “iminente” hecatombe nuclear – apesar de parecer próxima em alguns casos –, nem tampouco a redenção da energia atômica abundante e barata para todos.⁴¹⁴ Persistiu, porém, a visão levantada pelo Almirante Nimitz e por Killeffer, por exemplo, de que a energia atômica tinha que ser “domada e controlada”. Em uma charge publicada em agosto de 1948, foi mostrada a “Energia Atômica” sob a forma de um imenso gorila que é mantido “sob controle” por um cientista – a “Ciência” – que o segura através de uma corrente e tenta encontrar um jaula que caiba a enorme fera. O olhar preocupado do cientista se reflete na inexistência de uma jaula – apesar da existência de várias opções –

⁴¹² “He expressed hope that the technologists and scientists were correct in saying that at some ‘unpredictable’ time in the future atomic power would be ‘tamed and harnessed’ for industrial and humanitarian uses. Right now, though, he said, the important thing about atomic power was its ‘frightfully destructive’ effect.” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 6 de outubro de 1945, p.1.

⁴¹³ “How soon atomic energy?” “Does the atomic bomb indicate the future mass destruction of every living thing? Or, properly controlled, will its limitless energy be utilized and harnessed to serve mankind as has electricity and water? The next five to ten years may possibly provide the answer.” Conforme: Revista *Scientific American*, Nova Iorque, novembro de 1945, p.284.

⁴¹⁴ “A legislação do Congresso concedeu à Comissão [de Energia Atômica dos Estados Unidos] o monopólio da energia nuclear. E embora planos fossem elaborados para o eventual uso privado de algumas formas de energia atômica, as considerações de segurança nacional exigiram que os militares retivessem o controle essencial sobre todos os desenvolvimentos principais, no campo da fissão nuclear. Assim, a Comissão de Energia Atômica guardou ciosamente seu trabalho e os frutos principais da maior descoberta da ciência moderna foram a produção constante de instrumentos de significação militar. *Em nenhum país foi a energia atômica devotada, primordialmente, ao serviço ou progresso da humanidade.*” [grifo meu] Conforme: EKIRCH, Jr., Arthur A. *A democracia Americana: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965, p.296.

apropriada para “aprisionar” a “Energia Atômica”. Na parte inferior da charge se pode ler: “Procurando por uma jaula.”⁴¹⁵



Em outra charge, que igualmente reflete o desejo de controle e submissão da “Energia Atômica”, vê-se agora esta representada como um furioso cavalo branco que expela rajadas de vento pelas narinas e que tem sua crina e rabo na forma de raios de eletricidade. No canto inferior direito pode-se perceber que a “Ciência” agora ganhou a companhia da “Política” na dura tarefa de domar a fera ensandecida. Ambos seguram arreios, enquanto a “Ciência” traz a sela para montar no animal. A matéria do jornal que traz a charge – e que foi escrita por William L. Laurence⁴¹⁶ – anuncia a “grande promessa da era atômica”⁴¹⁷ e, ao que tudo indica, cerca de 10 anos após a primeira charge, a “Energia Atômica” ainda carece de alguém – seja cientista ou político – para domá-la, mantendo-se o que sempre foi desde o início da “Era Atômica”: uma “promessa” para o futuro.⁴¹⁸ Observem que o medo – ou pelo menos

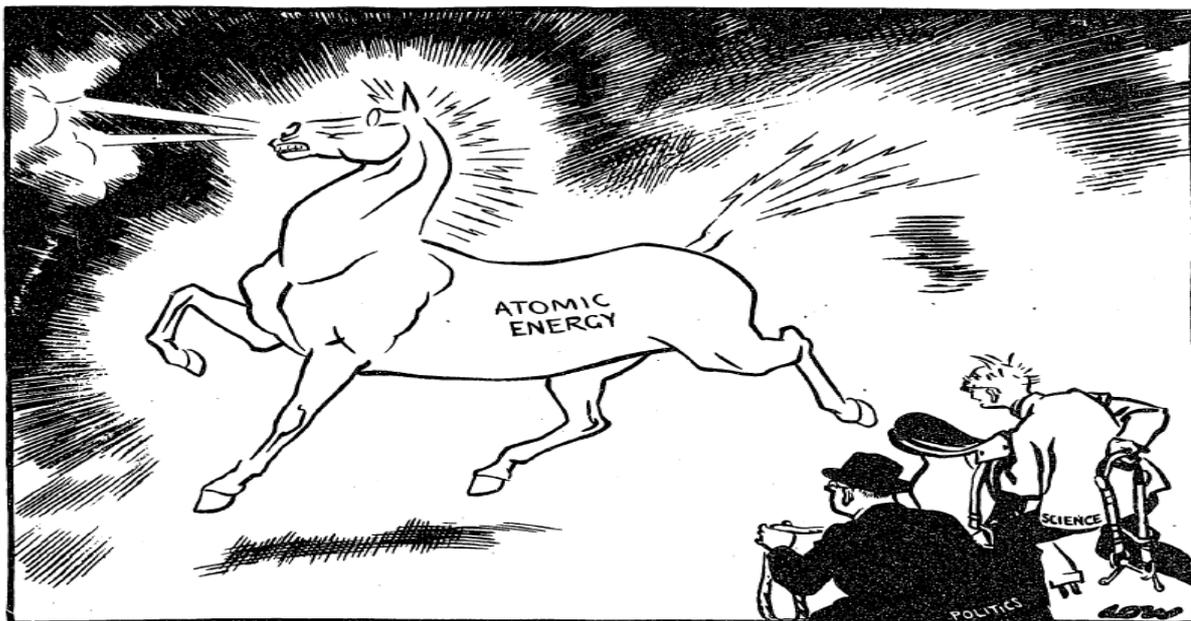
⁴¹⁵ Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 8 de agosto de 1948, p.BR3, “Report from the Atom World.”

⁴¹⁶ Na matéria do jornal Laurence reafirma seu marco para a “Era Atômica”: “No dia 2 de dezembro a Era Atômica completará 15 anos de idade.” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 27 de outubro de 1957, p.SM4, “On Dec. 2 the Atomic Age will be fifteen years old.”

⁴¹⁷ Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 27 de outubro de 1957, p.SM4, “The great promise of the Atomic Age”

⁴¹⁸ Expectativas, já tardias, são postas para os anos que se seguem... mas nunca chegam. “As promessas iniciais dos usos benéficos do átomo já estão começando a se realizar, e em poucos anos veremos muitas realizações espetaculares em todos os *fronts*.” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 27 de outubro de 1957, p.SM4, “The early promises of the beneficial uses of the atom are already beginning to be realized, and the next few years will see many spectacular achievements on all fronts.”

uma certa preocupação – é visível nos protagonistas humanos da charge que parecem se aproximar com cautela do animal bravo.



E o medo e a angústia – retratado em matérias de jornais, revistas e charges – andaram de mãos dadas durante a “Era Atômica” e a “Guerra Fria”. Na realidade, a capacidade do ser humano em utilizar, pela primeira vez, uma força inimaginável e colocá-la, no futuro, a seu serviço, potencializou medos e angústias diversas que já existiam na sociedade norte-americana com o fim da Segunda Guerra. E o historiador Eric Hobsbawm lançou uma questão curiosa:

“Pois, como observou o grande filósofo Thomas Hobbes, ‘a guerra não consiste apenas na batalha, ou no ato de lutar, mas num lapso de tempo durante o qual o desejo de rivalizar através de batalhas é suficientemente conhecido’. *Quem pode negar que esta seja a situação do mundo desde 1945?*”⁴¹⁹ [grifo meu]

Porém, não foram apenas as armas atômicas as únicas responsáveis pela atmosfera carregada que pairou sobre a nação naquele momento: outros receios existiam e a “Energia Atômica” recém-descoberta, o desafio de domá-la e o futuro incerto quanto a sua utilização – “para o bem ou para o mal” – apenas adicionaram um ingrediente novo a já conturbada mistura de tormentos e anseios da “era” que se avizinhava. Elaine Tyler May enfatiza o turbilhão de medos presentes naquele período.

⁴¹⁹ HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.418.

“Bem, existiam muitos medos depois da Segunda Guerra que se atualizaram com os medos da possível guerra nuclear. Medos que estavam lá, e que não tinham nenhuma relação com a Guerra Fria como um conflito internacional, mas medos de modificações na sociedade americana em si. E certamente o medo do caos social e do colapso familiar, e a desagregação da ordem social estavam muito presentes depois da Segunda Guerra. Aquela experiência [a da Guerra] tinha sido a de uma tremenda sublevação. Famílias foram separadas. As mulheres tomaram os empregos dos homens. Os homens perderam seus empregos e foram para a guerra. Muitas pessoas, certamente muitos homens das forças armadas, foram mortos. [...] E havia aquele medo terrível de que o país jamais encontraria a tranquilidade novamente, e a base para o restabelecimento da tranquilidade era a de que as mulheres estariam desejosas de voltar as suas funções domésticas e tomar o leme do lar, como elas tinham supostamente feito no passado.”⁴²⁰ [grifo meu]

O que a “Era Atômica” com suas armas atômicas pareceu também ter conseguido fazer foi o de remodelar e re-atualizar os medos na (relativamente) conservadora e autoritária sociedade norte-americana. A historiadora lembra ainda que persistiu a angústia do “desencadear da promiscuidade sexual na nação” que traria uma “epidemia de doenças venéreas”, assim como que, depois de uma guerra atômica, as pessoas “fossem fazer sexo aleatoriamente e promiscuamente”: em resumo, temia-se o que chamou de “caos sexual”. Há, por outro lado, visões mais “idílicas” do mundo após uma hecatombe nuclear. Em uma determinada letra de música – citada pela historiadora Elaine Tyler May em sua entrevista – é traçado um futuro mais “otimista” e lúdico com relação a possibilidade de destruição da humanidade. Interpretada por *Bill Halley and his Comets*, a letra da música de 1954 – que sugestivamente se chama “Treze mulheres e apenas um homem” (*Thirteen women and only one man*) – fala de “fantasias sexuais nucleares pós-ataque com bomba atômica”, em que um único homem sobrevivente parece se divertir bastante em sua cidade arrasada na companhia de uma dezena de mulheres: na década seguinte é lançada uma canção – de autoria de Dickie Thompson e interpretada por Ann-Margret – onde agora uma mulher se “diverte” num cenário pós-apocalíptico na companhia de treze homens (*Thirteen Men*, RCA Victor LSP 2551 “The

⁴²⁰ Entrevista concedida pela historiadora Elaine Tyler May ao canal de televisão pública norte-americana PBS e disponível no site: <http://www.pbs.org/wgbh/amex/bomb/filmmore/reference/interview/tylermay4.html> (Acessado em 14-10-2005 às 10h17min). “Well, there were a lot of fears after World War II that became caught up in fears of a possible nuclear war. Fears that were there, that had nothing really to do with the Cold War as an international conflict, but fears of changes in American society itself. And certainly the fear of social chaos and family breakdown and the unraveling of social order were very present after World War II. That experience had been one of tremendous upheaval. Families were separated. Women took men’s jobs. Men lost their jobs and went to war. A lot of people, certainly a lot of men in the armed services, were killed. A lot of people were uprooted from their homes. And there was really this terrible fear that the country would never settle down, and that the key to settling down was that women would be willing to return to their domestic roles and take over the helm of the home, as they had allegedly done in the past.”

Vivacious One”, 1962). Deste modo, como se pode depreender do quadro aqui traçado, medos e angústias antigas se fundiram, se reformularam e se remodelaram aos medos e angústias trazidos com a nova “era”, de modo a formar um quadro heterogêneo de percepções, mas que traziam um ponto de contato e interseção: as armas atômicas e termonucleares.



De fato – e para ser mais preciso –, tanto o medo como a angústia, qualquer que seja a sua natureza, acompanham a humanidade em toda a sua história desde os tempos mais remotos. Jean Delumeau mostra-nos, em outros momentos, como se expressava o “medo” na sociedade ocidental.

“Na Europa do começo da Idade Moderna, o medo, camuflado ou manifesto, está presente em toda parte. *Assim é em toda civilização mal armada tecnicamente para responder às múltiplas agressões de um meio ameaçador.* Mas, no universo de outrora, há um espaço onde o historiador está certo de encontrá-lo sem nenhuma falsa aparência. *Esse espaço é o mar.* Para alguns, muito audazes [...] –, o mar foi provocação. Mas, para a maioria, ele permaneceu por muito tempo dissuasão e, por excelência, o lugar do medo. *Da Antiguidade ao século XIX [...] são legião os provérbios que aconselham a não se arriscar no mar.*”⁴²¹ [grifos meus]

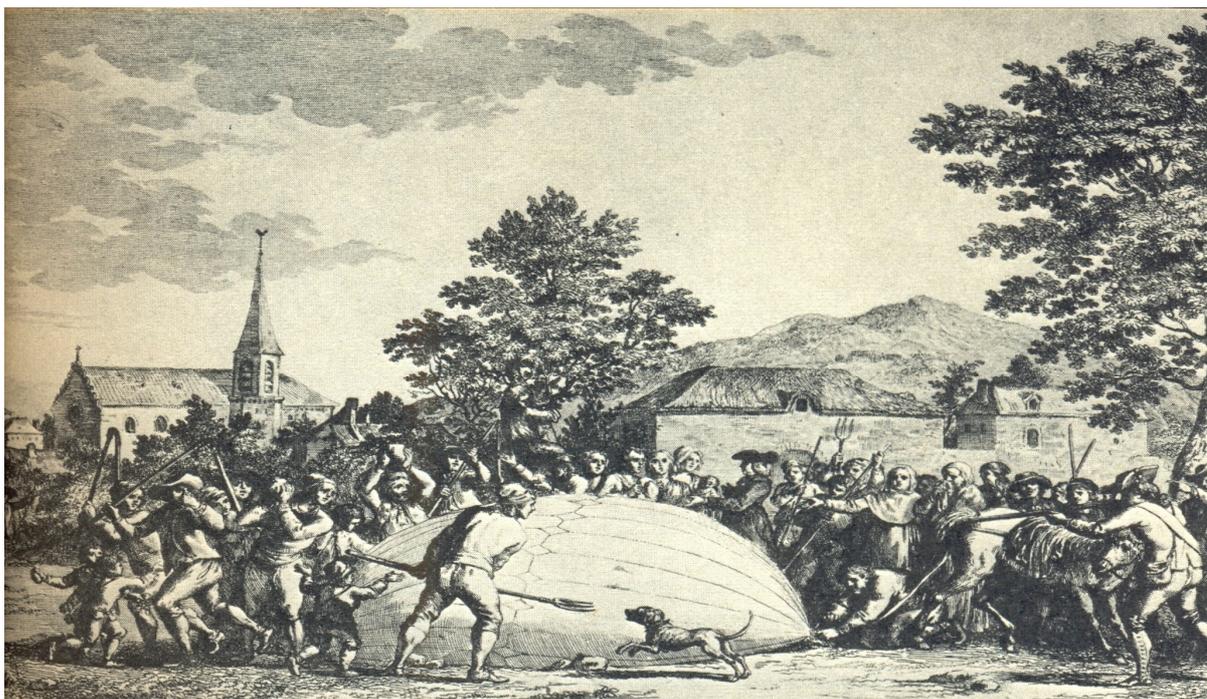
O mar, portanto, era o *locus* onde se consubstanciava o medo de toda uma sociedade, ou seja, o “meio ameaçador”. É de se imaginar que o medo do mar, nutrido de modo geral pelas pessoas – ao ponto de considerá-lo o “lugar do medo” – se relaciona ao fato de que este *habitat* condensava o novo a ser descoberto, o inexplorado, a aventura. Além disso, imaginavam encontrar-se no mar, os “grandes monstros marinhos [que] rondavam ao largo e se alimentavam de vários navios [...] que singram a costa.”⁴²² Não me pareceria absurdo, assim, considerar que o “alto-mar era para os navegadores do século XV o que o espaço é para os atuais astronautas – com diferença que o navegador sabia menos para onde ia e tinha menos esperanças de voltar.”⁴²³ No entanto, as viagens ao espaço só se tornariam reais em fins da década de 1960. Portanto, antes de se aventurar no espaço cósmico, o homem já iria

⁴²¹ DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.41.

⁴²² HALE, John R. *Idade das explorações*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1970, p.15. (Coleção de História Universal *Life*).

⁴²³ HALE, John R., op. cit., p.21.

ter experimentado a sensação de singrar os céus – com balões de ar quente, dirigíveis, planadores, aeroplanos e aviões – e tê-los (os céus) como o seu novo *habitat*. No espaço de transição entre a aventura marinha e aérea, novos medos poderiam se misturar com os antigos, e episódios bizarros como os mostrados no desenho abaixo⁴²⁴ podiam ser corriqueiros em sociedades que experimentavam o novo sem estar totalmente preparados⁴²⁵ para ele: os antigos “monstros marinhos” caíam agora dos céus e assustavam populações inteiras.



7. A ignorância popular: camponeses franceses atacam um balão, pensando que é um monstro.

Surpreendentemente, Delumeau nos lembra que as “populações costeiras, na Bretanha por exemplo, comparavam o mar em fúria a um cavalo sem cavaleiro, ou a um cavalo que salta para fora de seu campo ou a uma égua enfurecida.”⁴²⁶ Observem, assim, que o mar era o “lugar do medo” e este era comparado a uma “égua enfurecida”. Olhando agora para a representação anterior já referenciada da “Energia Atômica” – agora o *locus* do medo, anseio e angústia na sociedade da “Era Atômica” – como um cavalo ou uma égua ensandecida, me

⁴²⁴ HAMPSON, Norman. *A primeira revolução européia, 1776-1815*. Lisboa: Editorial Verbo, 1969, p.23. Na “Lista de ilustrações” do livro de Hampson é dado o seguinte crédito da imagem: “*A Alfaiataria*. Desenho à pena de L. Boitard, anterior a 1749. Biblioteca Real, Windsor. Por graciosa concessão de Sua Majestade a Rainha.”

⁴²⁵ “De partida, temos que reconhecer que nossos progressos na arte da destruição em massa não foram acompanhados por novas descobertas na ciência política ou na arte de bem governar. Não aprendemos ainda a liberar energias intelectuais e morais até agora inacessíveis e direcioná-las a fins construtivos. Para começar, contamos apenas com a ciência política da era pré-atômica.” LIPPMANN, Walter. *O controle internacional da energia atômica*. In: MASTERS, Dexter e WAY, Katharine (Organizadoras), op. cit., p.193.

⁴²⁶ DELUMEAU, Jean, op. cit., p.48.

pergunto: não traria em si aquela representação do século XX ecos do “medo, camuflado ou manifesto” que o homem sentia nos séculos passados? Quando Delumeau diz que o medo se apresenta “em toda civilização mal armada tecnicamente para responder às múltiplas agressões de um meio ameaçador”, entendo que o “meio ameaçador” na “Era Atômica” era a energia atômica, ou seja, um “meio” criado pelo próprio homem e que me pareceu muito “mal armado”, seja tecnicamente, politicamente, sociologicamente e historicamente, para a responsabilidade posta em suas mãos pelos “cientistas atômicos”. Seria a possibilidade de destruir toda a vida na Terra um fardo muito grande para o homem moderno carregar? Delumeau acrescenta que

“O historiador, em todo o caso, não precisa procurar muito para identificar a presença do medo nos comportamentos de grupos. Dos povos ditos ‘primitivos’ às sociedades contemporâneas, encontra-o quase a cada passo – e nos setores mais diversos da existência cotidiana.”⁴²⁷

Vale frisar ainda que o século XX trouxe-nos novos medos que foram sendo adicionados aos já existentes, sendo transfigurados em manifestações fantásticas. O psicólogo C. G. Jung captou a emergência do momento de transição que a sociedade passou em meados do século XX.

“É difícil avaliar corretamente o alcance dos acontecimentos contemporâneos, e é grande o perigo de que o julgamento se prenda à subjetividade. Por isso, estou ciente do risco que corro, ao empreender a tarefa de expressar minha opinião sobre certos acontecimentos contemporâneos – que julgo serem de grande importância – àqueles que tenham a paciência de me ouvir. Trata-se daquela notícia que chega até nós de todos os cantos da Terra; daquele boato sobre corpos redondos que percorrem a nossa troposfera e estratosfera e são chamados [...] ‘discos, Ufos [...] e OVNI’s [...]’⁴²⁸

Estes objetos começaram a aparecer com certa frequência dentro do recorte aqui utilizado (1945-60), e “discos voadores não existiam no mundo antes de 24 de junho de 1947 [...] pelo menos não com este nome.”⁴²⁹ Quando os “monstros marinhos”, séculos atrás, caíam dos céus, eram recebidos, no solo, como mostrado, por uma população embasbacada: com o

⁴²⁷ DELUMEAU, Jean, op. cit., p.21.

⁴²⁸ JUNG, C. G. *Um mito moderno sobre coisas vistas no céu*. Petrópolis: Vozes, 1991, p.IX. (Obras completas de C. G. Jung, volume X/4).

⁴²⁹ O 24 de junho de 1947 se refere ao afamado avistamento ocorrido no estado de Washington e que parece ter desencadeado a febre mundial. Conforme: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, outubro de 2009, ano 5, número 49, p.64, “De olho no céu.” (Especial *Discos Voadores*). Há na grande imprensa dos Estados Unidos, no entanto, referências a objetos estranhos nos céus já pelo menos desde 1897. Ver: *Revista Time*, Nova Iorque, 9 de junho de 1952, “Those flying saucers: an astronomer’s explanation”, p.44-46.

recrudescimento da capacidade tecnológica nos campos da aerodinâmica, aeronáutica e astronáutica, no século XX, os mesmos “monstros marinhos” desenvolveram a capacidade de permanecer – por mais tempo e de modo mais seguro – nos ares e no espaço acima de nossas cabeças. Seriam, portanto, os famosos OVNI’s subprodutos da fértil atmosfera que se respirava no despontar da “Era Atômica”? Não seriam eles os “monstros marinhos” da “Era Atômica” que navegavam no “meio ameaçador” da energia atômica? Estariam eles relacionados ao fantástico desenvolvimento técnico e científico que parecia conduzir a humanidade a uma nova aventura, na qual aviões e foguetes com a ajuda agora da “Energia Atômica” prometiam levar-nos aos mais longínquos recantos do espaço cósmico e sideral? Ao que me parece, a “Era Atômica”, bem como as armas atômicas e termonucleares a ela associada, funcionou como um expressivo componente no pós-guerra, que fez com que aspectos sociais e culturais surpreendentes⁴³⁰ da sociedade norte americana e, quiçá, mundial, fossem iluminados, mesmo que por uma réstia, pelo seu brilho. A revista *Bulletin of the Atomic Scientists* – criada em 1945 para “ajudar a exprimir os perigos da bomba [atômica] e examinar as suas implicações políticas e sociais igualmente para cientistas como para não-cientistas”⁴³¹ – certa vez perguntou “O quão importante é a bomba atômica?” A resposta foi a seguinte:

“O termo ‘era atômica’ parece ter sido levado para dentro de nosso vocabulário. E suas implicações estão muito freqüentemente ausentes de nosso pensamento. Exemplares recentes da *Bulletin of the Atomic Scientists* mostram como *os problemas criados pela energia atômica tem um efeito sobre cada fase de nossa existência.*”⁴³² [grifo meu]

Assim, este período exerceu o seu poder atrativo – ou repulsivo – sob os mais diversos setores, gravitando nas órbitas imaginárias, políticas, comportamentais, econômicas, filosóficas, dentre outras.⁴³³ O historiador norte-americano Allan M. Winkler, escrevendo

⁴³⁰ MACONIE, Robin. *Music in the Atomic Age*. In: *The Musical Times*, volume 148, número 1899 (verão de 2007), p. 72-80, e BROMAGE, Arthur W. *Public administration in the Atomic Age*. In: *The American Political Science Review*, volume 41, número 5 (outubro de 1947), p.947-954.

⁴³¹ “[...] to help convey the bomb’s danger, and examine its social e political implications for scientists and nonscientist alike.” Conforme: AYTON, Mary Kupiec, GORN, Elliott J., WILLIAMS, Peter W. (Editores). *Encyclopedia of American social history*. Volume III. Nova Iorque: Charles Scribner’s Sons, 1993, p.2325.

⁴³² “Just how important is the atomic bomb? The term ‘atomic age’ seems to have drifted into our vocabulary. Its implications are too often absent from our thinking. Recent issues of the BULLETIN OF THE ATOMIC SCIENTISTS show how the problem created by atomic energy impinge on every phase of our existence.” Conforme: Revista *Bulletin of the Atomic Scientists*, Chicago, dezembro de 1947, volume 3, número 12, p.378.

⁴³³ Alguns livros infantis da década de 1950, por exemplo, buscavam colorir um tom otimista ao mundo “moderno”. Na capa de um destes livros, as maravilhas da século – como o automóvel, uma locomotiva a diesel, um avião a jato – apresentam “faces sorridentes [de modo a] mostrar-nos que suas intenções são boas.” Conforme: DARLING, Harold. *From Mother Goose to Dr. Seuss: children’s book covers 1860-1960*. São Francisco: Chronicle Books, 1999, p.108-109. “[...] happy faces [...] show us that their intentions are good.” O

sobre o verbete “A Era Nuclear”, aumenta a abrangência de modo a incluir muitos, senão todos (como faço), aspectos influenciáveis por ela na cultura e sociedade norte-americana. Deste modo,

“O átomo produziu um impacto poderoso em cada fase da vida norte-americana nos anos que se seguiram a Segunda Guerra Mundial. A primeira bomba atômica, de acordo com o que escreveu a jornalista Anne O’Hare McCormick do *New York Times* em 8 de agosto de 1945, causou ‘uma explosão nas mentes dos homens tão destruidora quanto a obliteração de Hiroshima’, e nas décadas que se seguiram ao seu dramático aparecimento em 1945, a nação operou dentro de uma organização completamente diferente nos negócios domésticos e estrangeiros. *A bomba influenciou a diplomacia e a estratégia militar, afetou a economia e as decisões políticas, e condicionou o clima cultural dos Estados Unidos.* Ao longo da era atômica, cientistas, assessores políticos e críticos sociais se engajaram em um amplo diálogo triangular que buscava reconciliar os medos de uma destruição cataclísmica com as esperanças de um futuro nuclear mais animado. Dominado pelos líderes do governo, este diálogo incluiu um amplo espectro de ativistas e envolveu grupos [sociais], na medida em que foram definidas as fronteiras tanto da política pública como da cultura popular e, assim, moldando a estrutura dos anos do pós-guerra.”⁴³⁴ [grifo meu]

Não há dúvida aqui, portanto, que a “Guerra Fria” foi algo *muito mais complexo, abrangente e dinâmico* do que o “jogo” ideológico consubstanciado em capitalismo *versus* comunismo. E o papel decisivo das armas atômicas e termonucleares na “Guerra Fria” e na cultura norte-americana parecia “evidente” para alguns intelectuais. Michael J. Carey afirmou:

“Alguns estudiosos da cultura contemporânea concluíram que as armas nucleares tiveram um impacto decisivo sobre o pensamento norte-americano. A importância psicológica da ameaça de guerra nuclear tem sido evidente por si só para intelectuais ilustres tais como Hannah Arendt e Lewis

livro infantil a que Darling se refere é o *The modern story book*, publicado em 1950 pela Rand McNally & Co., e com ilustrações de Paul Pinson.

⁴³⁴ “The atom has had a powerful impact on every phase of American life in the years since World War II. The first atomic bomb, according to journalist Anne O’Hare McCormick writing in the *New York Times* on 8 August 1945, caused ‘an explosion in men’s mind as shattering as the obliteration of Hiroshima’, and in the decades that followed its dramatic appearance in 1945 the nation has operated within an altogether different framework in foreign and domestic affairs. The bomb has influenced military strategy and diplomacy, affected economy and political decisions, and conditioned cultural climate of the United States. Throughout the atomic era scientists, policymakers, and social critics have engaged in a broadly-based triangular conversation aimed at reconciling fears of cataclysmic destruction with hopes for a brighter nuclear future. Dominated by government leaders, that conversation has included a wide range of activists and involved groups, as it has defined the boundaries of both public policy and popular culture and so shaped the structure of the postwar years.” Conforme: CAYTON, Mary Kupiec, GORN, Elliott J., WILLIAMS, Peter W. (Editores), op. cit., p.2323.

Mumford, que encontram as sementes da rebelião cultural dos anos 60 nos medos da bomba atômica dos anos 50.”⁴³⁵ [grifo meu]

A “Guerra Fria” penetrou, assim, em todas as frestas da vida social dos Estados Unidos, modificando-a e emprestando-a novos significados. *Grosso modo*, pode-se considerá-la, sozinha, um marco na história da humanidade, um período marcante da chamada “era dos extremos”.



Em linhas gerais, este Capítulo buscou salientar alguns aspectos relacionados a “Guerra Fria” e que são cruciais para o entendimento daquele conceito. *Em um primeiro momento*, enfatizei que um destes aspectos está relacionado ao fato de que o componente estratégico (técnico e militar) é, em muitos casos, negligenciado quando se busca discutir o significado, a gênese e a importância da “Guerra Fria”. Como procurei evidenciar, o componente político-ideológico é sempre o primeiro a aparecer nas discussões, apesar dele ocupar um lugar secundário no entendimento do conceito *per se*. A ênfase naquele componente parece, portanto, decorrente de uma tradição histórica que salienta o componente político-ideológico; bem como de uma compreensão *parcial* por parte de alguns historiadores da importância das armas atômicas e termonucleares no entendimento do conceito. Na historiografia, *de um modo geral*, não se encontra referências ao significado da chamada “Era Atômica” no imaginário político, cultural e social a partir do pós-guerra, notadamente no momento imediato ao lançamento das bombas atômicas nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. Pululam, *por outro lado*, referências ao conflito ideológico entre capitalistas e comunistas, a “ameaça vermelha”, ao “imperialismo soviético”, como elementos centrais no entendimento da “Guerra Fria”. Se, *por um lado*, alguns sujeitos históricos abraçaram entusiasticamente a causa do anticomunismo, de modo a combater o elemento político-ideológico que ameaçava destruir o “Mundo Livre”, *por outro lado*, outros sujeitos históricos – como Lord Bertrand Arthur William Russell⁴³⁶ e Edward Palmer Thompson,⁴³⁷ por

⁴³⁵ “Some contemporary cultural interprets have concluded that nuclear weapons have had a decisive impact on the American mind. The psychological importance of the threat of nuclear war has been self-evident to such distinguished intellectuals as Hannah Arendt and Lewis Mumford, who found the seeds of the cultural rebellion of the 1960s in the atomic bomb fears of the 1950s.” Conforme: CAREY, Michael J., op. cit., p.20.

⁴³⁶ RUSSELL, Bertrand. *Senso comum e guerra nuclear*. Lisboa: Ulisseia, s/d. (*Documentos do tempo presente*).

exemplo, nas décadas de 1950 e 1980, respectivamente – mostraram-nos, lucidamente, que o maior perigo que todo o mundo (e não apenas o “Mundo Livre”) corria era o da destruição causada *não* pelas ideologias de um e outro bloco, *mas* pelas armas atômicas e termonucleares acumuladas por eles até então. John Kenneth Galbraith complementou que:

“Pois que, após a primeira troca de mísseis, como Khrushchev foi levado a prevenir o mundo, as cinzas do comunismo e as cinzas do capitalismo serão totalmente indiferençáveis entre si. *Nem mesmo o mais apaixonado ideólogo poderá falar da diferença, pois ele também estará morto.* Numa era em que tanta coisa é incerta, existe uma grande certeza: essa verdade [o que ele chama de “Verdade Nuclear”], devemos enfrentar.”⁴³⁸ [grifo meu]

No entanto, combater as armas atômicas e termonucleares não parecia prudente ou eficaz em um “Mundo Livre” que vivia a mercê de um “Complexo Industrial Militar”, enquanto parecia “normal” identificar a ameaça àquele “Mundo Livre” no comunismo, e assim envidar esforços no ataque sistemático ao componente que, de certo modo, justificava e retro-alimentava aquele “Complexo” – e isto já desde os primeiros anos do pós-guerra. E John Kenneth Galbraith complementou:

“E toda uma nova indústria havia surgido para propiciar equipamentos e tecnologia e participar dos lucros [durante a Segunda Guerra]. Daí se tira uma conclusão muito simples, muito prática, por demais evidente para ser ignorada. Se houvesse uma ameaça contínua, esses lucros continuariam. Se não, estariam perdidos. Os soviéticos [...] eram os candidatos óbvios a se tornarem a nova ameaça.” [...] “Ninguém [...] alegava que os lucros provenientes da guerra devessem ser preservados com a invenção de uma nova ameaça. Isso não é coisa que se possa dizer abertamente [...] Não foram muitos os que admitiram essa motivação, nem mesmo para si mesmos. *O interesse pessoal sempre se disfarça de utilidade pública, e ninguém é mais facilmente persuadido da validade ou justiça de uma causa pública do que o indivíduo que pessoalmente tira os maiores lucros disso.*”⁴³⁹ [grifo meu]

Porém, ao revisitar aquele período, são encontradas várias manifestações do extenso impacto causado pela “Era Atômica”. Como mostrei, *em um segundo momento*, um aspecto intimamente relacionado ao conceito de “Guerra Fria” é o fato de que as armas atômicas representaram um ponto de inflexão na história contemporânea – ou pelo menos assim foi

⁴³⁷ THOMPSON, E. P., SMITH, Dan. (Edit.) *Protest and survive*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1981.

⁴³⁸ GALBRAITH, John Kenneth. *A era da incerteza: história das idéias econômicas e suas conseqüências*. (2ª edição) São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1980, p.351.

⁴³⁹ GALBRAITH, John Kenneth, op. cit., p.232. Há os que apontam as desvantagens para a economia capitalista do acentuado dispêndio com armas. Ver: NADLER, Eugene B. *Some economic disadvantages of the Arms Race*. In: *The Journal of Conflict Resolution*, volume 7, número 3, Weapons Management in World Politics: Proceedings of the International Arms Control Symposium, em dezembro de 1962 (setembro de 1963), p.503-508.

entendido por uma miríade de sujeitos históricos. Estes mesmos sujeitos – jornalistas, cientistas, cidadãos comuns, militares, dentre outros – conseguiram perceber a emergência do momento em que o ser humano parecia dominar o “fogo cósmico”, e estabelecer marcos para a “Era Atômica” que se prenunciava. E para que não reste dúvida quanto ao papel da “Energia Atômica” no estabelecimento destes marcos, vale notar que todos eles – o 2 de dezembro de 1942, o 16 de julho de 1945 ou o 6 de agosto de 1945, dentre outros – estão associados ao uso experimental, operacional ou estratégico, respectivamente, do componente que deu conteúdo e forma a “Guerra Fria”: as armas atômicas. Logo, o que parece ter assustado e embasbacado muitos dos sujeitos históricos que se manifestaram neste período sobre aquela “era” foi o imenso poder depositado nas mãos dos homens e mulheres com a descoberta do “fogo cósmico”, e não a existência de um aliado que coadunava com preceitos *políticos e ideológicos diametralmente opostos* aos do “Mundo Livre”. A potencialização do “medo vermelho” (*red scare*) seria feito apenas, *paulatinamente e sistematicamente*, nos anos e décadas seguintes: “Estes foram os anos em que o fervor anticomunista estava tão elevado que alguns cidadãos não achavam insano repetir o slogan ‘melhor morto do que vermelho’ [*Better dead than Red!*].”⁴⁴⁰

Mas, finalmente, o que explicaria então a constatação feita aqui do abandono das armas atômicas e termonucleares dos eixos explicativos centrais da “Guerra Fria”? Estaria relacionada a não possibilidade de uso delas? Guardaria alguma relação com a “fórmula de Alain” – “Nenhum dos males que se quer evitar com a guerra é um mal tão grande como a própria guerra” –, citada por Raymond Aron?⁴⁴¹ Seriam, portanto, as armas atômicas e termonucleares – apesar de bem concretas – um instrumental bélico subjetivo e inútil?⁴⁴² O

⁴⁴⁰ “These were the years when anti-Communist fervor ran so high that some of the citizenry did not think it insane to repeat the slogan ‘Better Dead than Red!’” Conforme: SHEEHAN, Neil. *A fiery peace in a Cold War: Bernard Schriever and the ultimate weapon*. Nova Iorque: Vintage Books, 2010, p.139.

⁴⁴¹ ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.

⁴⁴² Robert S. McNamara disse certa vez: “Having spent seven years as Secretary of Defense dealing with the problems unleashed by the initial nuclear chain reaction forty years ago, I do not believe we can avoid serious and unacceptable risk of nuclear war until we recognize – and until we base all our military plans, defense budgets, weapons deployments, and arms negotiations on the recognition – *that nuclear weapons serve no military purpose whatsoever. They are totally useless – except only to deter one’s opponent from using them.*” Citado por: ART, Robert J., op. cit., p.498-499. Porém, mais adiante no artigo, Art refuta a posição de McNamara, tomando como exemplo a “Crise dos Mísseis”: “The Cuban missile crisis must therefore be seen as the exception that proves the rule.” [...] “Thus, because significant political effects flow from the possession of nuclear weapons, it is wrongheaded to argue either that the only function of nuclear weapons is to deter their use by another, or to assert that the capability to wage and win a nuclear war is necessary to deter it. Therefore, Robert McNamara is clearly wrong when he argues that nuclear weapons are ‘totally useless’ except to deter another state from using them. The dampening down of risk-taking behavior in general, not simply initial nuclear use, flows from the existence of nuclear deterrence. So, too, is Colin Gray wrong when he argues that a denial of a Russian victory requires an American one. It is sufficient to demonstrate simply that the Soviet Union could not win a war and could suffer terribly if it persisted, even if the United States also lost it, to deter the Soviet Union. In the nuclear era, one nation does not have to win for the other to lose. Both can lose and therefore

historiador John Lewis Gaddis deixa claro a inutilidade delas como instrumento para negociar com os russos no imediato pós-guerra, chamando este aspecto gerado por elas de “ilusão da onipotência”.

“Você tem o que parece ser uma arma onipotente. Mas o problema é que você não sabe como usá-la. Você não sabe o que fazer com ela. E se pensarmos nela desta maneira, uma vez que ninguém nunca tinha tido uma bomba atômica antes, não seria de se surpreender que as pessoas não soubessem o que fazer com ela uma vez que a adquirissem. Com certeza, se você está em guerra, você a atira sobre pessoas. Mas o que fazer com ela se você não está em guerra? Como usá-la como instrumento de diplomacia? Ninguém sabia. E isso foi algo que tinha que ser aprendido. E levou muito tempo para aprender isso.”⁴⁴³

Complementarmente, o historiador John Keegan assinala a ruptura causada na feição política da guerra com o surgimento das armas atômicas e termonucleares. Deste modo, *e gostaria de enfatizar este ponto*, aquelas armas romperam com toda uma tradição política, sociológica e filosófica que de certo modo racionalizava a guerra – ou a “arte da guerra” –, mostrando a sua coerência e lógica no conjunto das relações internacionais. A política se *vergou* ante um componente estratégico (técnico e militar) que redesenhou todo um quadro do que se entendia até então por guerra, ou pelo “ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade.”⁴⁴⁴ E mostrou-nos Keegan, ainda, como se deu o esforço para tirar tais armas de seu local inerte e transformá-las em ativo instrumento de intimidação:

“As armas nucleares caíram sobre a mente humana e o temor provocado por elas expôs de uma vez por todas a *falsidade da análise clusewitziana*. Como a guerra poderia ser uma extensão da política, quando o objetivo último da política racional é promover o bem-estar das entidades políticas? O dilema nuclear levou os homens de Estado, burocratas e, talvez mais que todos, membros da classe militar profissional a *quebrar a cabeça para descobrir algum meio de escapar do apuro terrível que tinham criado para si mesmos*. [...] Alguns homens muito inteligentes, muitos deles professores universitários recrutados pelos governos ocidentais, buscaram penosamente

decide the risks are not worth taking. Thus, it is the generalized caution imposed on the superpowers by their mutual possession of a retaliatory capability that invalidates the claims of both the finite deterrers and the war wagers.” Ver: ART, Robert J., op. cit., p.502-503.

⁴⁴³ Entrevista concedida pelo historiador John Lewis Gaddis ao canal de televisão pública norte-americana PBS e disponível no site: <http://www.pbs.org/wgbh/amex/bomb/filmmore/reference/interview/gaddis4.html> (Acessado em 14-10-2005 às 10h17min) “Well, I’ve used the term ‘the illusion of omnipotence’. You have what appears to be an omnipotent weapon. But the problem is, you don’t know how to use it. You don’t know what to do with it. And if we think of it in this way, since nobody had ever had an atomic bomb before, it’s not terribly surprising that people would not know what to do with one, once they have one. Sure, if you’re in a war, you drop it on people. But what do you do with it if you’re not in a war? How do you use it as an instrument of diplomacy? No one knew. And this was something that had to be learned. And it took a long time to learn it.”

⁴⁴⁴ CLAUSEWITZ, Carl Von, op. cit., p.7.

uma acomodação construindo passo a passo um argumento para mostrar que a lógica clausewitziana era mais válida que nunca: as armas nucleares, diziam eles, podiam ser postas a serviço de fins militares, não com sua utilização, mas pela simples ameaça de seu uso.”⁴⁴⁵ [grifos meus]

E assim foi aprendido, como sugeriu Gaddis. Lentamente, durante décadas, os sujeitos históricos – jornalistas, militares, diplomatas, cidadãos comuns, dentre outros – foram percebendo que a guerra – apesar de “imminente” – não chegaria. Nenhum dos dois pólos parecia interessado em desencadear uma guerra que, em última análise, representaria um ato suicida, apesar de estarem muito interessados na disseminação do medo a ela associada. Richard Price e Nina Tannenwald acrescentaram que:

“Desde o advento das armas termonucleares, nunca houve qualquer dúvida real acerca da efetividade militar das armas nucleares ou de seu potencial para aterrorizar. Mesmo quando alguns líderes norte-americanos começaram a questionar para si a utilidade das armas nucleares, outros, especialmente os militares, continuaram a ver as armas nucleares táticas como possuidoras de algum valor militar. *Seja como for, a história das armas nucleares é a história das disputas não-resolvidas sobre sua utilização.*”⁴⁴⁶ [grifo meu]

A Segunda Guerra Mundial havia terminado devido ao uso de uma delas. O sangue jorrado ao longo de anos de conflito ainda estava quente. O tempo e a paz (interessante para muitos e rechaçada por alguns) ajudariam a esfriar ainda mais aquele sangue – apesar de que “a paz [mais parecia] a continuação da guerra por outros meios”⁴⁴⁷ – e as armas atômicas e termonucleares reduziriam ainda mais a sua temperatura para alguns graus abaixo de zero: como já citei, estabelecia-se paulatinamente na sociedade a “normalidade nuclear”.

“Desde a época do aparecimento das armas nucleares, várias contradições e reivindicações, verdades assustadoras e sentimentos de oposição foram emudecidas, por meio de definições impostas de uma *normalidade*. [...] Por exemplo, nos dias tranquilos do início da estratégia nuclear, durante a década de 50, Herman Kahn e outros fizeram alguns julgamentos nesta área que foram tão belicosos quanto vagos, seja direta ou implicitamente: o homem ou mulher razoáveis deveriam se unir em um esforço ‘racional’ para prepararem-se e vencerem a guerra nuclear. Acima de tudo, deveria se manter a calma e a lucidez, em oposição ao comportamento dos

⁴⁴⁵ KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.394.

⁴⁴⁶ “Since the advent of thermonuclear weapons, there has never been any real doubt about the military effectiveness of nuclear weapons or their potential for terror. Even as some U.S. political leaders began to question privately the utility of nuclear weapons, others, especially in the military, continued to view tactical nuclear weapons as militarily useful. If anything, the history of nuclear weapons is a history of unresolved disputes over their utility.” Conforme: PRICE, Richard e TANNENWALD, Nina, op. cit., p.146.

⁴⁴⁷ Vo Nguyen Giap, general norte - vietnamita em entrevista a revista *Newsweek* em 1973. Citado por: ISRAEL, Fred L. *Kissinger*. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1988, p.65. (Coleção *Os Grandes Líderes*)

contestadores já existentes [como Russell e, posteriormente, Thompson, por exemplo] e que tendiam a ser ‘emocionais’ e ‘não razoáveis’.⁴⁴⁸ [grifo meu]

Vejo, portanto, a “Guerra Fria” como a “solução” de uma problema que – na opinião da *Federation of American Scientists*,⁴⁴⁹ em livro originalmente publicado em 1946 – “nos trouxe a uma das grandes crises da história,”⁴⁵⁰ ou seja, o do surgimento da bomba atômica e da possibilidade de uma corrida armamentista atômica. Nos momentos iniciais do pós-guerra muitos pareciam enxergar uma *única*⁴⁵¹ solução possível e viável: o *controle* da bomba atômica e a cooperação internacional no desenvolvimento da energia atômica. Posteriormente o *descontrole* pareceu ser a solução encontrada, ou seja, a produção de armas nucleares até alcançarmos níveis onde o uso delas significaria o suicídio mútuo. Aqui sim eu entendo que o componente político-ideológico (capitalismo *versus* comunismo) cumpriu papel importante na direção da solução do problema para o do *descontrole*, uma vez que não há, *nesta conjuntura*, reconciliação possível ou pontos de contato (além do suicídio mútuo) entre os dois sistemas políticos e ideológicos.⁴⁵² O “pacto” que permitiu a “paz” mundial no pós-guerra – ou a “Guerra Fria” – foi encontrada no componente estratégico-militar e *não* no componente político-ideológico. O recrudescimento dos elementos associados ao componente militar da “Guerra Fria” serviu para refrear o choque “inevitável” entre os dois pólos politicamente, ideologicamente e economicamente antagônicos. A relação *inversamente* proporcional entre o componente estratégico-militar e o componente político-ideológico, *nessa ordem* – ou seja, a ênfase no primeiro *implica* no refreamento da tensão no segundo –, parece ter salvado o mundo no pós-guerra e nas décadas seguintes de uma hecatombe nuclear. No pós-guerra, *se não fosse pelo caráter de contenção impresso pelas armas atômicas e, depois, as termonucleares*, a tensão no componente político-ideológico teria alimentado uma ênfase do componente militar (com armas convencionais) – ou vice-versa –, de modo que,

⁴⁴⁸ LIFTON, Robert Jay, op. cit., p.172.

⁴⁴⁹ “Sediada em Washington, D.C., a Federação de Cientistas Americanos foi constituída em 1945 por cientistas atômicos do Projeto Manhattan, que sentiam-se na obrigação ética de contribuir com seus conhecimentos e sua experiência para as decisões nacionais de importância crítica, em especial as relativas à tecnologia desencadeada por eles – a bomba atômica.” Conforme observação na sobrecapa de MASTERS, Dexter e WAY, Katharine (Organizadoras).

⁴⁵⁰ Federação de Cientistas Americanos. *A sobrevivência está em jogo*. In: MASTERS, Dexter e WAY, Katharine (Organizadoras), op. cit., p.227.

⁴⁵¹ “Há um único meio de instigar as mudanças necessárias, pois só há uma única solução. As nações terão que colaborar no desenvolvimento dessa nova força.” Conforme: Federação de Cientistas Americanos. *A sobrevivência está em jogo*. In: MASTERS, Dexter e WAY, Katharine (Organizadoras), op. cit., p.228.

⁴⁵² Uma vez que atualmente no mundo a tensão político-ideológica tem se reduzido bastante, uma solução para o problema das atuais armas nucleares *pode* ser encontrada sem que haja necessidade de se recorrer a uma nova corrida armamentista (o que infelizmente já vem ocorrendo em alguns cenários regionais). Volto a essa discussão nas Considerações Finais.

provavelmente, a guerra entre o bipolo teria estourado na Europa, na Ásia ou em algum outro cenário regional.

A possibilidade de uma guerra atômica foi finalmente se esfriando e se solidificando como decorrência de um gradual processo de entendimento que a mesma não era *almejada* ou *tencionada* por nenhuma das partes do bipolo, apesar de *possível* e *efetível* por ambas. Nasceu assim, *não* de um ato político ou de um único episódio, mas de uma vivência e entendimento processuais – historicamente e tecnologicamente construídos –, a “Guerra Fria”.

TERCEIRO CAPÍTULO

“A roda que range recebe graxa”

Fernando de Noronha e o renascimento estratégico

A “Guerra Fria” cumpriu um papel decisivo no esvaziamento estratégico do Brasil e da América Latina no período coberto por esta pesquisa (1945-60). A assim chamada “Crise dos Mísseis” de Cuba – e não a Revolução Cubana – trouxe definitivamente a América Latina para dentro da historiografia da “Guerra Fria”.⁴⁵³ Com a “Crise”, os arsenais atômicos foram perigosamente postos em estado de alerta, e o desenrolar dos acontecimentos resultou na retirada dos mísseis (atômicos) de Cuba através de um acordo para retirada de mísseis (atômicos) norte-americanos da Turquia⁴⁵⁴ e do compromisso informal⁴⁵⁵ da não intervenção militar em Cuba: a “temperatura” da região, assim, voltou aos níveis glaciais de outrora. Fidel Castro pareceu, durante a “Crise”, querer jogar o “tudo ou nada” – sem entender que Moscou e Washington não pareciam dispostas a serem trocadas por Havana⁴⁵⁶ –, mas ao final prevaleceu a racionalidade presente em toda *aparente* irracionalidade da lógica nuclear.⁴⁵⁷

⁴⁵³ De fato, “numerosos norte-americanos saudaram o aparecimento de um líder aparentemente mais democrático” e esta simpatia só “cedeu lugar à desconfiança à medida que a Revolução Cubana virava a esquerda.” Medidas efetivas (e desastrosas) de intervenção em Cuba só ocorreram em 1961, na Baía dos Porcos. Por um lado, o Congresso norte-americano reagia “favoravelmente aos programas de defesa e pesquisa e desenvolvimento espacial” e, por outro lado, “com menos sucesso, o presidente [J. F. Kennedy] tentou convencer o Congresso a fornecer ajuda a economias subdesenvolvidas,” e a assim nomeada “Aliança Para o Progresso” daí resultante obteve “sucessos apenas limitados.” Conforme: SELLERS, Charles, MAY, Henry e MCMILLEN, Neil R. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos: de colônia a potência imperial*. Tradução de: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p.397 e 399.

⁴⁵⁴ O último míssil da Turquia só seria retirado em 26 de julho de 1963. Conforme: SHEEHAN, Neil. *A fiery peace in a Cold War: Bernard Schriever and the ultimate weapon*. Nova Iorque: Vintage Books, 2010, p.451.

⁴⁵⁵ “A still common misperception is that the crisis resulted in a tacit Soviet-American accord on the status of Cuba, bringing a certain stability to the Caribbean region. In fact, the United States never *formally* pledged not to invade Cuba because Castro did not allow UN inspection of the Soviet bases.” [grifo do autor] Conforme: POLLARD, Robert A. *The Cuban Missile Crisis: legacies and lessons*. In: Revista *The Wilson Quarterly* (1976), volume. 6, número 4 (outono de 1982), p.157.

⁴⁵⁶ “Um [Fidel] Castro irado – que na medida em que a crise se aproximava de seu clímax tinha instigado Khrushchev a dar o salto mortal de um ataque nuclear total contra os Estados Unidos caso a ilha fosse invadida – não estava interessado em aliviar a humilhação de seu pretenso protetor.” Conforme: SHEEHAN, Neil, op. cit., p.450. “An enraged Castro, who, as the crisis neared its climax, had urged Khrushchev to make the suicidal leap of a full-scale nuclear attack against the United States if the island was invaded, was not interested in mitigating his would-be protector’s humiliation.” Ver também: DVD *Sob a névoa da Guerra*. (Título original: *The fog of war*). Sony Pictures Classic, 2003, 107 min, documentário. Direção: Errol Morris.

⁴⁵⁷ “Os estrategistas referem-se a essa condição como Destruição Mútua Assegurada, ou MAD [louco], da sigla em inglês. Não há nada de louco na horrenda equação. Faz ela todo o sentido na medida em que impõe a paz nuclear. A corrida armamentista deveria ter parado lá. Era insensato continuar, mas continuaram ambas as superpotências a um custo de trilhões de dólares. Tecnologia estava na sela de um cavalo chamado Medo na corrida da insensatez humana.” Conforme: SHEEHAN, Neil, op. cit., p.454. “The strategists referred to the

O Brasil obviamente não podia passar despercebido no novo cenário que se desenhou com o fim das hostilidades na Europa e no Japão em 1945; e em alguns momentos ocupa sim lugar de destaque dentre os outros países do continente latino-americano. Porém, tal destaque – no contexto da “Guerra Fria” e seus subprodutos, e sob a abordagem que faço da mesma – é temporário e passageiro, mais por conta de contingências geográficas que não permitiram aos Estados Unidos, no caso, nenhuma outra opção viável. Há dois episódios que marcaram a necessidade do Brasil como “parceiro”, e em ambos a necessidade recaiu sobre o Nordeste brasileiro. O *primeiro* episódio foi a cessão de bases aeronavais durante a Segunda Guerra Mundial (1942), e o *segundo* a cessão de Fernando de Noronha (1957) para a construção de uma estação de rastreamento. Em ambos os casos a necessidade norte-americana era acentuada pelo fato de não existir qualquer alternativa: provavelmente, para o primeiro caso, a necessidade fosse ainda mais aguda uma vez que havia uma guerra em curso. E em ambos o Brasil também barganhou a cessão, adotando uma política de “toma lá, dá cá” que perdurou por todo o período aqui selecionado. E, curiosamente, a mesma “Guerra Fria” que tirou a importância estratégica do Brasil no pós-guerra, foi a responsável pelo restabelecimento temporário daquela importância em fins da década de 1950, no que nomeio *renascimento estratégico*.

A importância do Nordeste brasileiro na Segunda Guerra Mundial já foi discutida no Primeiro Capítulo. É de conhecimento público que os Estados Unidos pretendiam invadir o Nordeste brasileiro caso a cessão das bases não fosse acertada com o governo do então presidente Getúlio Vargas. Um plano de invasão⁴⁵⁸ – elaborado em 1941 – previu a ocupação de São Luís, Belém, Fortaleza, Natal, Macapá, Salvador, Fernando de Noronha e Recife: a completude do plano pode ser avaliada pelo detalhamento (por cidade a ser ocupada) do número de tropas, da tonelagem inicial de suprimentos e do posterior suprimento mensal, e da substituição mensal de tropas. Dentre todas as cidades, Natal e Recife⁴⁵⁹ eram as mais importantes, naquele momento, no plano de invasão: 35% do total das tropas destinadas a invasão iriam para a capital potiguar, enquanto 27,5% iriam para o Recife, o que denota um

condition as Mutual Assured Destruction, or MAD. There was nothing mad about the grim equation. It made perfect sense by enforcing a nuclear peace. The arms race should have ended there. It was senseless to go on, but go on it did on both sides at the cost of trillions. Technology was in the saddle of a horse named Fear in a race of human folly.”

⁴⁵⁸ *Joint Army and Navy Basic Plan for the Occupation of the Northeastern Brazil Theater by United States Forces*, setembro [?] de 1941. RG 165, 1910-1942, caixa 27, Secreto.

⁴⁵⁹ “A região de Natal-Recife serviu ao longo da Segunda Guerra Mundial como corredor brasileiro para a zona de combate européia e a principal base para concentração de tropas.” Conforme: *National Intelligence Survey, Brazil*, Section 54, *Public order and safety*. Central Intelligence Agency, Washington, D.C., abril de 1950. RG 263, 1948-1971, caixa 322, Confidencial. “The Natal-Recife region served throughout World War II as the Brazilian corridor to the European combat zone and the main base for troop concentration.”

futuro interesse nestas capitais como pólos de atividade militar na região. O plano mostrou ainda um breve estudo comparativo entre as duas capitais nordestinas, ressaltando que “Natal é aproximadamente 200 km mais perto da África do que Recife”; bem como da possibilidade de construção de bases aéreas adicionais em Natal (o que não é possível em Recife⁴⁶⁰). O ponto marcante da capital pernambucana pareceu ser a estrutura portuária (“Recife is far superior to Natal”), enquanto Natal ganhou em todas as outras (até nas condições climáticas). Quando o interesse norte-americano pelo Nordeste brasileiro foi restabelecido em fins da década de 1950, o porto do Recife⁴⁶¹ cumpriu importante papel na logística de suprimento de Fernando de Noronha, enquanto a base de Natal⁴⁶² já havia caído em desuso,⁴⁶³ apesar de que foi cogitada a sua reutilização.⁴⁶⁴

O plano de invasão preparado em 1941 trazia um resumo da “atitude atual do Brasil com relação a cooperação militar com os Estados Unidos”, e salientou que a “completa cooperação com os Estados Unidos será suspensa pelo menos até que as necessidades brasileiras por armamentos sejam satisfeitas.”⁴⁶⁵ Observa-se que a barganha por armas – assim como por melhorias na infra-estrutura⁴⁶⁶ do país e empréstimos financeiros – está

⁴⁶⁰ Apesar de existir uma “área adjacente ao aeroporto muito limitada [o que permitiria expansão] sem um programa de engenharia muito extenso.” “Very limited area adjacent to the airport available without involving a major engineering program.” Conforme: *Joint Army and Navy Basic Plan for the Occupation of the Northeastern Brazil Theater by United States Forces*, setembro [?] de 1941, p.6.

⁴⁶¹ Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 17 de abril de 1957, “Chegaram ao Recife os militares que ocuparão Fernando de Noronha.”

⁴⁶² Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 28 de novembro de 1957, “Recife e Fernando de Noronha transformados em bases aeronavais dos americanos.”

⁴⁶³ “Eu tenho a honra de reportar que uma cerimônia simples ocorreu ontem no quartel-general do Destacamento Militar de Natal, presidido pelo Coronel Álvaro de Souza Bezerra, no qual o nosso exército formalmente transferiu para o Exército brasileiro a maior parte das instalações da antiga Marinha dos Estados Unidos na assim chamada ‘rampa’ do rio Potengi. [...] Quando a marinha [norte-americana] deixou Natal em junho de 1945, as suas propriedades e muito de seus equipamentos foram transferidos para o Exército [norte-americano].” Conforme: Carta de Robert F. Corrigan (Vice-Cônsul) a Paul C. Daniels, da Embaixada Americana no Rio de Janeiro. Carta número 259, Consulado Americano em Natal-RN, 29 de março de 1946, RG 84, volume 24. “I have the honor to report that a small ceremony was held yesterday at the headquarters of the Natal Military Detachment, presided over by Colonel Alvaro de Sousa Bezerra, at which our Army formally turned over to the Brazilian Army most of the former United States Navy installations at the so-called ‘ramp’ on the Potengi River. When the Navy left Natal circa June 1945, its properties and much of its equipment were turned over to the Army.”

⁴⁶⁴ Apresentarei mais detalhes sobre as operações da USAF (Força Aérea dos Estados Unidos) e MATS (*Military Air Transport Service*) no Recife, em Belém e em Natal ainda nesse Capítulo.

⁴⁶⁵ *Joint Army and Navy Basic Plan for the Occupation of the Northeastern Brazil Theater by United States Forces*. “[...] Brazil’s present attitude toward military cooperation with the United States.” “Complete collaboration with the United States will be held in abeyance at least until Brazil’s armament requirements are satisfied.”

⁴⁶⁶ Para o caso da cessão de Fernando de Noronha em 1957 cogitou-se, por exemplo, em: “1º - a ligação ferroviária completa entre as Capitais do Nordeste; 2º - melhoramento da rodovia Rio – Fortaleza; 3º - construção de uma rodovia entre São Luiz do Maranhão e Belém do Pará; 4º - cobertura de estações de radar no litoral nordeste, a partir de Alagoas.” Conforme: Jornal *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 27 de fevereiro de 1957, “Cessão de Fernando de Noronha.”

associado a um padrão heterogêneo⁴⁶⁷ de comportamento que se repetiu em outros momentos das relações entre o Brasil e os Estados Unidos, notadamente entre 1945-60. No caso específico das bases do Nordeste brasileiro, Thomas Skidmore salienta:

“Como os brasileiros forneceram bases vitais para a batalha do Atlântico Norte e para a linha de comunicação com o norte da África, de importância fundamental, o governo norte-americano estava ansioso por ajudar o esforço de mobilização de Vargas. O governo americano já se havia comprometido com a ajuda ao desenvolvimento econômico do Brasil em 1940, colocando à disposição empréstimos a longo prazo do Export-Import Bank, em troca da garantia de suas bases no Brasil. O primeiro grande compromisso foi um empréstimo de 20 milhões de dólares para a nova Companhia Siderúrgica Nacional.”⁴⁶⁸

A ocupação de algumas cidades nordestinas no período da Segunda Guerra não será tratada aqui. Apesar de representar um momento importante e singular do relevo estratégico do Brasil perante os Estados Unidos, encontra-se fora do contexto da “Guerra Fria” e da abordagem⁴⁶⁹ que apresento e que põe as armas atômicas e termonucleares como componentes analíticos centrais: na verdade, estes componentes são os que nos tiram a importância estratégica no pós-guerra e os que nos devolvem *temporariamente* no fim da década de 1950. Complementarmente, gostaria de deixar claro que não entrarei nos detalhes da barganha brasileira para a cessão de bases aeronavais na Segunda Guerra: este exercício será feito, no entanto, com a cessão de Fernando de Noronha, em que buscarei mostrar os meandros do acordo de cessão⁴⁷⁰ e seus antecedentes.

Assim, no período investigado há dois momentos em que o Brasil adquire e readquire importância estratégica *de facto*, e em ambos os casos os condicionantes para tal são de fundo geográfico. A região sudeste do Brasil ocupa também importante papel nos arranjos feitos para tal estabelecimento e restabelecimento do relevo estratégico, porém cumpre *apenas* papel administrativo, diplomático, político e burocrático: até quase o fim da década de 1950, a

⁴⁶⁷ Nem todos concordavam que se devia operar uma barganha com os Estados Unidos. O jornal *O Globo* escreveu certa feita acerca do condicionamento de empréstimos à cessão de Fernando de Noronha: “[...] estão correndo as mais absurdas versões, inclusive que o Governo brasileiro condiciona o implemento de suas obrigações contratuais ao pagamento de centenas de milhares de dólares!” “Que o Brasil procure novas contribuições do *Eximbank* para seu desenvolvimento econômico, ninguém aplaude mais que ‘O Globo’”. Não, porém, dentro de condicionalismo de assinar ou não assinar o acordo.” Conforme: Jornal *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 23 de janeiro de 1957, p.7 e 4, Coluna “Espelho da imprensa sulina.”

⁴⁶⁸ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. (7ª edição) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p.68.

⁴⁶⁹ Além de se encontrar fora do recorte temporal aqui estabelecido (1945-60).

⁴⁷⁰ Este exercício só foi possível devido a uma extensa pesquisa conduzida no NARA II – *National Archives and Records Administration* –, em College Park, MD. No período de quatro meses, entre agosto e novembro de 2010, cerca de 11.000 documentos relativos a minha pesquisa foram fotografados.

Capital Federal era ainda o Rio de Janeiro, e tudo (ou quase tudo, como mostrarei) deveria ser aprovado nas devidas instâncias políticas e diplomáticas lá centralizadas. Logo, se houve um teatro de *operações* da Segunda Guerra no Brasil este foi, indubitavelmente, o Nordeste brasileiro, mais precisamente a cidade de Natal (e secundariamente Recife): é certo que houve movimentação militar no Rio de Janeiro (e em outras cidades e capitais brasileiras), mas nada que possa ser comparado – *qualitativa e quantitativamente* – com aquela experimentada na capital potiguar. Do mesmo modo, se houve um local no Brasil que centralizou *operacionalmente* (mesmo que) um esboço de teatro de operações no pós-guerra, mais precisamente em fins da década de 1950, este local foi a ilha de Fernando de Noronha. Chamo a atenção que não estou aqui comparando a movimentação ou atividade militar de Fernando de Noronha com Natal, ou vice-versa: do ponto de vista quantitativo a balança tende fortemente na direção de Natal, mas do ponto de vista qualitativo, pode-se afirmar que as cessões de um e de outro representam momentos *cruciais* para os Estados Unidos, de uma indispensabilidade gritante, em um momento singular de sua história.

Mas o que coloca Fernando de Noronha em tão elevado patamar de importância estratégica? Qual a necessidade de uma estação de rastreio de mísseis e foguetes naquele momento? O que o representou o desenvolvimento dos chamados ICBMs (Mísseis Balísticos Intercontinentais) no quadro da “Guerra Fria”? Seriam eles realmente a “arma suprema”⁴⁷¹ da “Guerra Fria”? Há algum sentido prático e operacional – dentro do contexto que aqui opero da “Guerra Fria” e seus subprodutos – o elevado relevo estratégico do Brasil advindo com Fernando de Noronha e proclamado pelas direitas, pelas esquerdas, pelos “entreguistas”, pelos nacionalistas, pelos ultranacionalistas, pelos comunistas, dentre outros?⁴⁷² Se sim ou se não, como explicá-lo? Como a provisória importância estratégica do Brasil advinda do temporário interesse norte-americano por Fernando de Noronha foi encarada pelos dois governos no jogo da barganha por armas e empréstimos?



⁴⁷¹ SHEEHAN, Neil. *A fiery peace in a Cold War: Bernard Schriever and the ultimate weapon*. Nova Iorque: Vintage Books, 2010.

⁴⁷² Outras denominações curiosas apareciam nos discursos dos parlamentares, como “hipernacionalistas”, “nacionalismo histórico”, “nacionalismo povarista”, “nacionalismo provinciano” e “nacionalismo tolo”. Ver: LACERDA, Carlos. *Discursos parlamentares*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p.165 e 168. (Coleção *Brasil século 20*)

Há um ponto que vem sendo destacado nesta pesquisa e que vai servir para explicar as razões do restabelecimento da importância estratégica do Brasil em fins da década de 1950: trata-se do espantoso avanço dado pela ciência e pela técnica quando da operacionalização da arma atômica. Já foi discutido aqui – no Segundo Capítulo – o significado de tal “odisséia atômica”. A “Guerra Fria” é um produto das armas atômicas e termonucleares, e os subprodutos desta – a “Era Atômica e dos Mísseis” e a “Corrida Espacial e Armamentista” – marcaram, nas décadas seguintes, todos os aspectos da política, diplomacia, economia e cultura norte-americanas (e porque não dizer, mundial)

Um quadro pode ser traçado aqui de modo a demarcar *grosso modo* as diversas “etapas” no processo que busco explicar, e que envolve a “Guerra Fria” e seus subprodutos. Se a “Guerra Fria” exige a posse de armas atômicas em pelo menos dois países, para que a ação de intimidar e ser intimidado tenha efeito – e assim o conflito direto fosse repudiado –, só deveríamos falar em “Guerra Fria” (como já sugeri no Segundo Capítulo) a partir de 1949, quando a União Soviética adquire finalmente sua capacidade de intimidar os Estados Unidos. A “Era Atômica”, como mostrei, apresenta várias origens e podemos considerar os eventos de 1942 e 1945 como marcos da nova “era”. Conseqüentemente, com a busca dos Estados Unidos de prosseguir na pesquisa atômica, e da União Soviética de alcançar os Estados Unidos, “nasce” a “Corrida Armamentista”, entendida como a corrida pelo desenvolvimento de vetores e armas atômicas⁴⁷³ e nucleares. Já existia – tanto nos Estados Unidos como na União Soviética – alguma pesquisa no campo atômico antes da Segunda Guerra Mundial, porém, foi este conflito mundial que catalisou a pesquisa neste campo.⁴⁷⁴ Como informações sobre a existência do Projeto Manhattan vazaram para a União Soviética – e não apenas sobre a existência, mas sobre o que acontecia lá dentro –, a “Corrida Armamentista” neste país

⁴⁷³ “O grupo considerou os seguintes objetivos como sendo os prioritários dos Estados Unidos no campo atômico: 1. produzir bombas atômicas o quanto possível e o mais rápido; 2. melhorar os meios de transporte das bombas atômicas e especificamente proteger as bases avançadas; 3. atrasar o progresso dos soviéticos e seus satélites tanto na obtenção da primeira bomba [atômica] como na diminuição subsequente da quantidade total [de bombas atômicas] a ser produzida.” *Notas de uma discussão informal sobre política de energia atômica [do] Instituto para Estudos Avançados*, Princeton, 24 e 25 de janeiro de 1949. RG 59, 1948-1962, caixa 57, Ultra-Secreto. “II – U.S. Objectives. The group considered the following to be the major U.S. objectives in the field of atomic energy. 1. To produce as many atomic bombs as possible as quickly as possible. 2. To improve the means of delivering atomic bombs and specifically to secure forward bases. 3. To delay Soviet and satellites progress both in terms of securing the first bomb and of reducing the total number that may subsequently be made.”

⁴⁷⁴ “Em 1942 a pesquisa acerca da possibilidade de se construir uma arma atômica antes do fim da guerra tinha alcançado um ponto que justificava o desvio de imensas quantidades de recursos humanos, materiais e esforços que fossem necessários para que projeto florescesse.” Conforme: Cópia do memorando preparado para dr. Donges [Ministro do Interior da África do Sul] no curso de sua visita a Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos, em 11 de dezembro de 1950. RG 59, 1948-1962, caixa 52, Secreto. [S/Assunto] “By 1942 research into the possibility of producing an atomic weapon before the end of the war had reached a point which justified diverting the huge resources in manpower, materials, and effort that were necessary to bring the project into fruition.”

começou em algum momento em que o “sinal verde” foi dado por Stalin para o início do desenvolvimento da bomba atômica. O ponto culminante da “Corrida Armamentista” foi o da explosão da primeira bomba atômica russa em 1949.⁴⁷⁵

A interpretação que apresento aqui põe a “Era Atômica” e a “Corrida Armamentista” em uma posição que me impediria nominá-los de subprodutos da “Guerra Fria”: adoto essa simplificação por entender que o embrião da “Guerra Fria” já existia quando a primeira arma atômica foi desenvolvida. Potencialmente, ele já estava lá, e precisou apenas da “ajuda” da “Era Atômica” e da “Corrida Armamentista” – no período que nomeiei pré-“Guerra Fria” (1945-49) – para que ela (a “Guerra Fria”) eclodisse como elemento central da política, da economia, da ciência e da cultura entre o bipolo nas décadas seguintes. Já com relação aos outros dois subprodutos – a “Era dos Mísseis” e a “Corrida Espacial” –, parece claro identificar as suas “origens” em pontos posteriores ao da “origem” da “Guerra Fria”. É certo que já existia alguma pesquisa no campo de mísseis e foguetes nos Estados Unidos e em outros países antes da década de 1950,⁴⁷⁶ porém foi nesta década que eles deram um salto significativo no estabelecimento de uma “corrida” na pesquisa e no desenvolvimento neste setor, uma vez que “cinco anos depois da Segunda Guerra Mundial, os novos e terríveis pássaros⁴⁷⁷ de guerra que tinham sido projetados [nos Estados Unidos] não voavam de fato muito bem.”⁴⁷⁸ O ponto culminante de toda esta “corrida” foi a operacionalização em fins da

⁴⁷⁵ “[...] os Estados Unidos continuarão provavelmente a fabricar bombas atômicas e a Rússia – se já estiver na corrida – se empenhará fortemente para reduzir esta liderança por todos os meios a seu dispor. E para piorar as coisas, será provavelmente impossível para cada Superpotência dizer como a corrida está indo.” Conforme: Revista *The Economist*, Londres, 10 de abril de 1948, p.572-574. “Atomic bombs for two?” “[...] the United States will probably continue to make atomic bombs [...] and [...] Russia – if it is already in the race – will try very hard to reduce this lead by every means in its power. To make matters worse, it will be probably impossible for either Power to tell how the race is going.”

⁴⁷⁶ “Mísseis guiados propulsionados por motores foguetes não são uma novidade. A sua importância militar tem sido óbvia desde que os V-2s alemães atingiram Londres, com velocidades várias vezes maiores que o [a velocidade do] som.” Conforme: Revista *Time*, Nova Iorque, 30 de janeiro de 1956, p.34-38, “Guided missiles”, “Missiles away.” “Guided missiles powered by rocket motors are not new. Their military importance has been obvious since the German V-2s, spending many times as fast as the sound of their coming, hit London in 1944.”

⁴⁷⁷ “O pessoal da Força Aérea chama os mísseis de ‘pássaros’ ou ‘veículos’. O pessoal do Exército normalmente os chama de ‘cartucho’, provavelmente em um esforço inconsciente de enfatizar a opinião deles de que os mísseis são artilharia, e não aeroplanos.” Conforme: Revista *Time*, Nova Iorque, 30 de janeiro de 1956, p.35. “Air Force people call missiles ‘birds’ or ‘vehicles’[...] Army people usually call them ‘rounds’, probably an unconscious attempt to emphasize their contention that missiles are artillery, not airplanes.”

⁴⁷⁸ “But for five years after World War II, the new and terrible birds of war that had been projected did not flight very well in actual fact.” Conforme: Revista *Time*, Nova Iorque, 30 de janeiro de 1956, p.34. De fato, o primeiro míssil realmente guiado, lançado nos Estados Unidos, ocorreu no início do ano de 1949. “Os foguetes V-2 da Alemanha não eram mísseis guiados. O aparato de controle era ajustado antes do disparo. Se o foguete fosse numa direção errada, tudo que podia ser feito era cortar o suprimento de combustível (por rádio) e assim derrubá-lo. [...] Semana passada a Força Aérea anunciou que tinha desenvolvido e testado dois foguetes que são verdadeiramente guiados.” Conforme: Revista *Time*, Nova Iorque, 7 de fevereiro de 1949, p.28, “Guided at last.” “The German V-2 rocket was not a real guided missile. Its control apparatus was set before firing. If the rocket went in the wrong direction, all that could be done was to cut off the fuel supply (by radio) and bring the rocket

década de 1950⁴⁷⁹ do ICBM, a “arma suprema” da “Guerra Fria”, sendo o *Atlas*⁴⁸⁰ o primeiro deles. Os pesquisadores Von Hardesty e Gene Eisman complementaram:

“Os Estados Unidos tinham começado a pensar no desenvolvimento de seu próprio ICBM (ou Míssil Balístico Intercontinental) já em 1946, mas o projeto foi cancelado depois de apenas 15 meses, vítima do agudo corte nos gastos militares do pós-guerra. Esta atitude mudou como consequência do teste da bomba atômica russa e da Guerra da Coreia. Como consequência do desenvolvimento da bomba de hidrogênio, os Estados Unidos reiniciaram o programa do míssil balístico na primavera de 1951, com a concessão de um contrato governamental – para a firma *Convair*, baseada em San Diego – para o desenvolvimento do ICBM *Atlas* [mas] o *Atlas* da *Convair* recebeu apenas pouquíssimos recursos financeiros desde seu início em 1951 até o ano de 1954.”⁴⁸¹

Em 1950 foi dado um passo gigantesco no rumo do desenvolvimento e aperfeiçoamento dos “pássaros”: em 9 de maio de 1950 iniciou-se, no litoral leste do estado da Flórida, “a construção da plataforma de concreto necessária para o lançamento de mísseis,”⁴⁸² tendo sido concluída em 20 de junho do mesmo ano; e em 5 de outubro de 1951 o local recebe a designação de Base Auxiliar da Força Aérea Cabo Canaveral (*Cape Canaveral Auxiliary Air Force Base*). Entendo que esta sistematização de esforços nos campos de produção, desenvolvimento e teste de mísseis e foguetes, marcou o início da chamada “Era dos Mísseis”. Já a “Corrida Espacial”,⁴⁸³ entendida como o esforço *sistematizado* para acompanhar os desenvolvimentos feitos por uma e outra superpotência no campo “civil” da pesquisa espacial, parece-me ter mesmo sua origem⁴⁸⁴ em outubro de 1957 – com o *Sputnik* –, e com a posterior criação da NASA, em 1958.⁴⁸⁵

down. [...] Last week the Air Force announced that it has developed and tested two rockets that are really guided.”

⁴⁷⁹ Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 25 de dezembro de 1958, “Atlas to be ready for combat in 1959, the Air Force predicts.”

⁴⁸⁰ Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 29 de novembro de 1958, “First U.S. firing of ICBM at full range is reported.”

⁴⁸¹ HARDESTY, Von e EISMAN, Gene. *Epic rivalry: the inside story of the Soviet and American Space Race*. Washington: National Geographic Society, 2007, p.48-49. “The United States had started thinking about its own ICBM development as early as 1946, but the project was cancelled after only 15 months, a victim of sharp postwar reductions in military spending. This attitude changed in the wake of Russia’s atomic bomb test and the Korean War. In addition to developing the hydrogen bomb, the U.S. resumed intercontinental missile development in the spring of 1951, with a government contract award to San Diego-based Convair to develop the Atlas ICBM [but] Convair’s Atlas received only low levels of funding from its inception in 1951 through 1954.”

⁴⁸² “[...] the construction of a concrete pad necessary for the launching of missiles.” Conforme: COVINGTON, James W. *The rockets come to Florida*. In: Revista *Tequesta*, número XXVIII, 1968, p.43.

⁴⁸³ Ou “Era Espacial”, como alguns preferiam nominar. Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 17 de agosto de 1958, p.BR3, “In Year Two of Space Age: missile men at work.”

⁴⁸⁴ Para outros, a “Era Espacial” está relacionada a busca no imediato pós-guerra de meios mais eficientes para a “entrega” das armas atômicas. Mas esta busca somente se intensificou – por necessidade (*Sputnik*) e por

Deste modo, Cabo Canaveral representou o nascimento de praticamente todo programa civil e militar norte americano na área de mísseis e foguetes teleguiados. O primeiro foguete a ser lançado de Cabo Canaveral ganhou os ares no dia 24 de julho de 1950.⁴⁸⁶ Porém, matéria da revista *Time* de agosto de 1950, complementou que:

“testar foguetes de longo alcance em vôo horizontal requer muito da geografia. Muitos vôos verticais foram realizados em White Sands no [estado do] Novo México [que era o local onde os foguetes eram lançados antes da construção de Cabo Canaveral, próximo a cidade de Cocoa, na Flórida], mas nem mesmo no parcamente habitado sudeste [norte-americano] há uma área onde um foguete possa ser lançado [de modo que possa percorrer grandes distâncias]. Assim, na semana passada, a Força Aérea fez seu primeiro teste horizontal de um foguete lançado a partir de Cocoa, Flórida (a leste de Orlando), disparando um foguete de dois estágios sobre o Atlântico vazio ao norte das Bahamas.”⁴⁸⁷

Não tardaria àqueles interessados na pesquisa e desenvolvimento dos novos mísseis e foguetes perceberem que o recrudescimento do alcance (horizontal) operacional dos mesmos requereria a construção de bases ou estações de rastreo (ou *tracking stations*) cada vez mais e mais distantes na direção do Atlântico Sul. Parecia – e isto já desde muito cedo – não restar muita dúvida sobre o importante papel a ser desempenhado pelos mísseis nas guerras futuras. Joseph Rosenfarb lembrou em artigo de fins de 1945 que:

“A bomba robô equipada com uma ogiva atômica e guiada por um mecanismo direcional blindado, por um detonador de proximidade ou por rádio a partir de um avião-mãe ou de algum lugar na Terra, *será provavelmente a arma padrão do futuro.*”⁴⁸⁸ [grifo meu]

possibilidade (armas nucleares transportáveis) – a partir de meados da década de 1950. “The proximate cause of the opening of the Space Age was the competition for better means of delivering nuclear weapons after 1945.” [...] “But historians must avoid reading back into the 1940s and 1950s the assumptions of the Space Age itself. The Truman administration had cancelled the first satellite and ICBM programs begun in 1945 by the Naval Research Laboratory and the Air Force, because no cost-effective mission for large rockets existed until the building of compact, light hydrogen bombs after 1954.” Conforme: McDOUGALL, Walter A. *Technocracy and statecraft in the Space Age - toward the history of a Saltation*. In: Revista *The American Historical Review*, volume 87, número 4 (outubro de 1982), p.1014 e 1017.

⁴⁸⁵ “Criado sob o ‘Space Act’ de 1958, que se tornou lei em 28 de julho de 1958.” Conforme: NEWELL, Homer E. *The U.S. National Aeronautics and Space Administration’s space research program*. (Mimeo), maio de 1960, p.1. RG 59, 1948-1962, caixa 114. “Create under the Space Act of 1958, which became law on July 28, 1958.”

⁴⁸⁶ CAIDIN, Martin. *Spaceport U.S.A.: the story of Cape Canaveral and the Air Force Missile Test Center*. Nova Iorque: E.P. Dutton & Co., Inc., 1959, p.109.

⁴⁸⁷ “Testing long-range rockets in horizontal flight puts a strain on geography. Many vertical flights have been made from White Sands, N. Mex., but not even in the thinly inhabited Southwest is there an area where a rocket can be fired for distance. So last week the Air Force made its first horizontal rocket test from Cocoa, Fla. (east of Orlando), firing a two-stage rocket over the empty Atlantic north of the Bahamas.” Conforme: Revista *Time*, Nova Iorque, 7 de agosto de 1950, p.32, “For range.”

⁴⁸⁸ “The robot bomb equipped with an atomic war head and guided either by an enclosed directional mechanism, a target-seeking fuse, or by radio from a piloted mother plane or from some place on earth will probably be the

Era preciso, portanto, se preparar para a construção das armas do futuro; ou seja, concebê-las, desenhá-las e testá-las.⁴⁸⁹ O Cabo Canaveral estava contido em uma ampla estrutura denominada Centro de Testes de Mísseis da Força Aérea (AFMTC, ou *Air Force Missile Test Center*). Martin Caidin afirmou que:

“A missão do Centro de Testes de Mísseis da Força Aérea [...] é nitidamente específica. Destina-se a *testar mísseis*. AFMTC é um laboratório, puro e simples. Se acidentes e falhas tem que ocorrer, e certamente ocorrem em Cabo Canaveral, este é o lugar apropriado para que ocorram, e não quando a nação depender de sua confiabilidade [da dos mísseis] para sobreviver.”⁴⁹⁰
[grifo do autor]

Como havia salientado, com os mísseis e foguetes tendo seu alcance *horizontal* ampliado ano após ano, fez-se necessário a utilização de mais espaço para os seus testes. A então existente Área de Testes de Mísseis da Flórida (FMTR, ou *Florida Missile Test Range*) já não conseguia dar conta dos avanços obtidos e por obter no campo de mísseis e foguetes: foi concebida então a Área de Mísseis do Atlântico (AMR, ou *Atlantic Missile Range*), que aumentou significativamente a área posta a disposição para os testes. A “AFMTC, através de sua Área de Mísseis do Atlântico [...] é a única instalação que opera a partir da parte continental dos Estados Unidos e que se estende sobre uma distancia de mais de 8000 quilômetros.”⁴⁹¹ O AMR compreendia um total de 12 estações de rastreamento e telemetria: um mapa com todas as estações foi apresentado no Segundo Capítulo desta tese.



standard weapon of the future.” Conforme: ROSENFARB, Joseph. *Military consequences of atomic energy*. In: Revista *The Antioch Review*. Yellow Springs, Ohio (inverno de 1945-46), p.483.

⁴⁸⁹ “[...] os homens de Cabo Canaveral estão testando e provando tudo, desde uma idéia até uma bomba de sucção, acumulando o conhecimento que assegurará o sucesso do vôo épico do homem no espaço, assim como a confiabilidade das armas de guerra de alcance espacial.” Conforme: Revista *Time*, Nova Iorque, 17 de março de 1958, p.22-23, “The rite of space.” “[...] the men of Cape Canaveral are testing and proving everything from an idea to a pump, amassing the knowledge that will ensure the success of man’s epochal flight into space as well as the reliability of space-range weapons of war.”

⁴⁹⁰ “The mission of the Air Force Missile Test Center [...] is clearly specified. It is to *test missiles*. AFMTC is a laboratory, pure and simple. If accidents and failures are to occur, and certainly they do occur at Cape Canaveral, this is the proper place for them to do so, not when the nation depends upon their reliability for survival.” Conforme: CAIDIN, Martin, op. cit., p.64.

⁴⁹¹ “AFMTC, through its Atlantic Missile Range [...] is the only facility operating from the continental United States that stretches over a distance of more than five hundred miles.” Conforme: CAIDIN, Martin, op. cit., p.169.

A idéia de que os mísseis e foguetes desempenhariam um papel vital no próximo conflito mundial tem suas origens na Segunda Guerra Mundial com as experiências bem-sucedidas dos alemães. Na verdade, esse entendimento – assim como toda pesquisa e desenvolvimento (P&D) – precederam a guerra, mas as experiências nazistas definitivamente representaram a coroação daquela noção, apesar de ter chegado tarde demais para mudar os rumos da guerra. Os alemães utilizaram duas armas poderosas – principalmente contra a Inglaterra – no final da Segunda Guerra: os foguetes V-1 e o V-2. O primeiro era praticamente um míssil guiado que, por desenvolver velocidades subsônicas, podia então ser interceptado e abatido pelos aviões da Força Aérea Real britânica sem muita dificuldade: o V-1 pode ser apontado como o precursor dos modernos mísseis de cruzeiro.⁴⁹² Já o segundo desenvolvia uma trajetória balística com velocidades supersônicas, o que impossibilitava a interceptação ou abate do mesmo: este fato semeou o pânico na população civil das cidades em que foi utilizado; e o V-2 pode ser entendido como o “foguetes precursor dos modernos mísseis balísticos e lançadores espaciais.”⁴⁹³ Foram conduzidas operações militares durante e logo após a Segunda Guerra pelos Aliados para destruir e capturar o que restou da capacidade militar alemã naquele campo – as Operações *Crossbow* e *Overcast*, respectivamente.⁴⁹⁴ Técnicos, engenheiros e cientistas alemães, bem como foguetes e mísseis (montados e / ou desmontados), e *blueprints* (planos ou esquemas detalhados) capturados foram todos enviados aos Estados Unidos para serem aproveitados no incipiente programa naquele campo que existia do outro lado do Atlântico.⁴⁹⁵

Uma série de eventos catalisou o processo pela busca da “arma suprema”. A explosão da primeira bomba atômica russa, a Guerra da Coreia e os testes bem sucedidos – tanto dos Estados Unidos como da União Soviética – das primeiras bombas de hidrogênio, por exemplo, fizeram com que se acelerasse a busca por um ICBM operacional. Porém, vários

⁴⁹² O motor-foguete do V-1 foi “desenvolvido pelo engenheiro alemão Paul Schmidt, enquanto a célula da V-1 era obra do alemão Robert Lusser.” Conforme: MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. *Dicionário enciclopédico de astronomia e astronáutica*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987, p.823. [Verbete: V-1]

⁴⁹³ O V-2 foi desenvolvido pelo engenheiro alemão Wernher von Braun. “O primeiro lançamento com sucesso foi efetuado em Peenemünde a 3 de outubro de 1942 quando o primeiro foguete atravessou a velocidade do som.” Conforme: MOURAO, Ronaldo Rogério de Freitas, op. cit., p.823 [Verbete: V-2] O “V” de ambos os foguetes vinha de *Vergeltungswaffen*, ou “arma da represália”, em alemão.

⁴⁹⁴ MCGOVERN, James. *Os herdeiros do III Reich: Crossbow e Overcast*. Rio de Janeiro: DINAL, 1966.

⁴⁹⁵ Para tornar clara a definição dos termos, gostaria de apresentar uma definição dos “Termos da Era dos Mísseis”, apresentada em um jornal norte-americano: “Foguete: um engenho propulsionado a jato e que apresenta dentro de si tudo o que precisa para a propulsão.” “Míssil guiado: um foguete com um sistema de guia que possibilita mudanças de curso.” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 18 de novembro de 1957, p.12, “U.S. closing missile gap with Soviet, survey shows.” “Terms of the Missile Age.” A definição de “míssil balístico” eu apresento mais adiante no corpo do texto.

requisitos e pré-requisitos deveriam ser atendidos: um esforço titânico foi empreendido para a construção do primeiro míssil balístico. Milhões de dólares e de homens/hora foram empregados em sua pesquisa e desenvolvimento, em um empreendimento só comparável ao Projeto Manhattan; e chegando mesmo a superá-lo.⁴⁹⁶ Problemas nas áreas de engenharia, propulsão, navegação, física, química, dentre outras especialidades, iam sendo pouco a pouco resolvidos. Um destes problemas seria o de construir armas nucleares cada vez menores, de modo que eles pudessem ser transportados pelos foguetes em desenvolvimento. Em 1953, por exemplo, John von Neumann⁴⁹⁷ já havia garantido a Bernard Schriever – o “pai” do primeiro ICBM norte-americano, o *Atlas* – “[...] que uma bomba de hidrogênio de um *megaton*⁴⁹⁸ com peso inferior a uma tonelada estaria disponível como ogiva de foguete pelo final da década [de 1950].”⁴⁹⁹ Um outro problema crucial e que se arrastou até o fim da década foi o do aperfeiçoamento do veículo de reentrada (*reentry vehicle*) na atmosfera – ou seja, da ogiva do foguete que alojaria a bomba termonuclear.⁵⁰⁰ Neil Sheehan ressaltou este problema.

“Havia, por exemplo, o problema da reentrada. Uma vez que o míssil tinha sido lançado e a ogiva que continha a bomba de hidrogênio estava se movendo rapidamente através do vácuo do espaço, como trazer a ogiva de volta a Terra sem desintegrá-la devido a fricção resultante do atrito com a camada atmosférica da Terra?”⁵⁰¹

Chamo a atenção agora para um fato muito importante: o de que a palavra-chave para tudo o que até aqui tenho discorrido repousa no termo “míssil balístico”. Ele pode ser definido como “qualquer projétil dirigido durante um vôo propulsionado na parte ascendente da trajetória, e que se converte [...] em um corpo de queda livre ou balístico.”⁵⁰² Ou ainda podemos entender como um “míssil que é guiado durante a relativamente curta primeira fase

⁴⁹⁶ “Missile programs dwarfs first atom bomb project.” “U.S. to spend more than 4 billion in developing 5 ballistic weapons.” “U.S. is spending twice as much to develop missiles as it did on atomic bomb.” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 7 de abril de 1957, p.1.

⁴⁹⁷ “Matemático americano de origem húngara [que] havia definido a estrutura possível de uma máquina de tratamento automático da informação com programa gravado, que corresponde à estrutura da maioria dos computadores atuais.” Nasceu em Budapeste (1903) e faleceu em Washington (1957). Conforme: *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Larousse*. São Paulo: Larousse do Brasil, 2007, p.1598.

⁴⁹⁸ Equivalente ao poder destrutivo de 1 milhão de toneladas de explosivo T.N.T (trinitrotolueno).

⁴⁹⁹ “[...] that a one-megaton hydrogen bomb less than a ton in weight would be available as a missile warhead by the end of the decade.” Conforme: SHEEHAN, Neil, op. cit., p.199.

⁵⁰⁰ “The nose-cone is a key part of a ballistic missile as it shield the nuclear warhead against being burned up in the atmosphere.” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 20 de julho de 1958, p.E9, “Science Notes.” “‘Ablative’ nose-cone hurdles the re-entry problem.”

⁵⁰¹ “There was, for example, the reentry problem. Once the missile had been launched and the warhead containing the hydrogen bomb was hurtling through the vacuum of space, how was one to bring the warhead back down without burning it up from friction when it struck the resistant air of the earth’s atmosphere?” Conforme: SHEEHAN, Neil, op. cit., p.200.

⁵⁰² MOURAO, Ronaldo Rogério de Freitas, op. cit., p.538. [Verbete: míssil balístico]

de seu vô e então segue um curso balístico imutável.” Antes porém de atingir o “curso balístico imutável” ele é direcionado precisamente para o alvo: até que então ele dá o “seu mergulho final quase vertical com uma velocidade de várias vezes a do som.”⁵⁰³ O que se pode inferir daí, e que deve ser salientado, é que não existiam – e ainda não existem até hoje⁵⁰⁴ – defesas ativas⁵⁰⁵ eficazes contra um ICBM,⁵⁰⁶ o que o tornava a “arma suprema” da “Guerra Fria”: uma bomba atômica ou termonuclear poderia ser atirada contra *qualquer* cidade da União Soviética ou dos Estados Unidos sem que *nada* pudesse ser feito.⁵⁰⁷ Neil Sheehan complementou que:

“[Em 1955] ele [Bernard Schriever] falou de uma ogiva reluzindo através do espaço a uma até então inimaginável velocidade de 6 km/s [quilômetros por segundo ou 21.600 km/h], [ele falou] da ‘invulnerabilidade’ deste arpão nuclear apontado para as defesas soviéticas. E assim, ele disse, o objetivo real da aventura [de se construir o ICBM] era o de contribuir para a preservação da paz. O ICBM não estava sendo construído para ser usado

⁵⁰³ Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 18 de novembro de 1957, p.12, “U.S. Closing Missile Gap with Soviet, Survey Shows.”

⁵⁰⁴ O programa de defesa contra mísseis balísticos foi iniciado em 1961 e atualmente conta com uma verba de 135 bilhões de dólares, sendo previsto mais 40 bilhões para os anos fiscais de 2012 a 2015. Não há ainda nenhuma previsão de quando se poderá contar com um sistema efetivo contra mísseis balísticos, afinal de contas “atingir uma bala com outra bala” é uma tarefa muito difícil. Assim, um sistema antimíssil operacional está longe se tornar algo concreto. Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 13 de março de 2011, The Opinion Pages, “The Pentagon biggest boondoggles.” [Edição eletrônica] Ver: http://www.nytimes.com/interactive/2011/03/12/opinion/20100313_Pentagonsboondoggles.html (Acessado em 13-03-2011 às 15h30min.)

⁵⁰⁵ Um exemplo de “defesa ativa” seria os ABM (*Anti-Ballistic Missile*, ou Míssel Anti-Balístico), e um exemplo de “defesa passiva” seria a construção de abrigos nucleares subterrâneos. Ou ainda: “There is *passive* defense through the hardening, dispersal, and mobility of weapons, through an increase in their number, and through deception; and there is *active* defense which is to detect and identify attacking vehicles as far out as possible, and to intercept and destroy as many attackers as possible.” Conforme: KNORR, Klaus. *Canada and Western defense*. In: Revista *International Journal*, volume 18, número 1 (inverno de 1962-1963), p.3-4. Para H. H. Arnold, se fosse efetivada a “instalação subterrânea das indústrias bélicas essenciais” – como medida de “defesa passiva” – “o mundo assistirá à maior corrida de escavação de todos os tempos [...]” Conforme: ARNOLD, H. H. *A força aérea na Era Atômica*. In: MASTERS, Dexter e WAY, Katharine (Organizadoras). *Um mundo ou nenhum: um relatório ao público sobre o pleno significado da bomba atômica*. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p.105.

⁵⁰⁶ É possível construir uma defesa eficiente contra ICBMs? Um estudo recente revelou que a limitação para a construção um eficaz sistema ABM, no passado, era muito mais diplomática (*Anti-Ballistic Missile Treaty* de 1972, por exemplo) que tecnológica. “It was principally diplomacy, rather than technology that had constrained the progress of missile defense. It was not until 2001 when President Bush declared that the ABM Treaty had outlived its Cold War-era usefulness that BMD [*Ballistic Missile Defense*] deployments could begin and an integrated ballistic missile defense system (BMDS) could be engineered.” Conforme: HAFFA, Jr., Robert P., HICHKAD, Ravi R., JOHNSON, Dana J. e PRATT, Philip W. *Deterrence and defense in “The Second Nuclear Age”*. Los Angeles: Analysis Center Papers / Northrop Grumman Corporation, março de 2009, p.23. Testes de interceptação de mísseis balísticos têm sido conduzidos atualmente, com sucessos e falhas eventuais. Ver: Jornal eletrônico *Global Security Newswire*, “U.S. ballistic missile intercept test fails”, terça-feira, 6 de setembro de 2011. [www.gsn.nti.org]

⁵⁰⁷ Posteriormente, o advento das MIRV’s (*Multiple Independently Reentry Vehicles*, ou Veículos de Reentrada Múltiplos e Independentes) aumentaria significativamente a eficácia de um ataque de ICBM’s. Ver: BUCHONNET, Daniel. *MIRV: a brief history of Minuteman and Multiple Reentry Vehicles*. Livermore: Lawrence Livermore Laboratory, University of California, fevereiro de 1976.

como arma [...] Uma vez que ele existisse, os soviéticos estariam ‘incapacitados de subestimar a nossa capacidade de retaliar’ e teriam medo de atacar. O ICBM iria assim alcançar esse propósito supremo. Ele teria ‘*dissuadido a Guerra Total*’.”⁵⁰⁸ [grifo do autor]

O programa de desenvolvimento do primeiro ICBM norte-americano passou por uma série de entraves e dificuldades na primeira metade da década de 1950. Parecia difícil convencer alguns setores militares de que o míssil balístico dotado de uma ogiva nuclear seria a arma definitiva:⁵⁰⁹ um dos ferozes opositores foi o General Curtis E. LeMay,⁵¹⁰ comandante do Comando Aéreo Estratégico (ou S.A.C, *Strategic Air Command*). O General havia herdado da Segunda Guerra Mundial a noção do avião-bombardeiro estratégico e, como muitos, ainda estava preso àquele conceito.⁵¹¹ Ao sair do S.A.C em 1957, LeMay manteve a “máquina” em pleno funcionamento, e em 1960 uma mega-estrutura de retaliação que envolvia mais de 260.000 oficiais e milhares de aeronaves (e também de ICBMs) havia sido construída pelo seu sucessor no Comando: porém, “a equação estratégica estava mudando por volta de 1960 e 1961 [...] [e] os bombardeiros dos S.A.C já não eram mais tão importantes.”⁵¹² Mas mesmo assim, por *toda* a “Guerra Fria”, o bombardeiro estratégico se manteve como um dos três pilares da defesa estratégica dos Estados Unidos: e com os ICBMs e os SLBMs⁵¹³

⁵⁰⁸ “[In 1955] he [Schriever] spoke of a warhead flashing through space at the previously unimaginable speed of 20,000 feet per second, of the ‘invulnerability’ of this nuclear spear point to Soviet defenses. And yet, he said, the real objective of the adventure was to contribute to the preservation of peace. The ICBM was not being built to be used as a weapon [...] Once the missile existed the Soviets were ‘unlikely to miscalculate our capability to retaliate’ and would be afraid to attack. The ICBM would thus achieve its highest purpose. It would have ‘*deterred Total War*.’” Conforme: SHEEHAN, Neil, op. cit., p.266.

⁵⁰⁹ Algumas matérias da imprensa refletiram certo tom pessimista. Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 8 de abril de 1957, p.1, “Missile will not supplant planes soon, experts say.” “Missile experts doubt new weapon will soon supplant manned airplanes.” Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 8 de setembro de 1957, p.E6, “ICBM still long way from production line.” “Perfecting weapon and defending against it are complex tasks.”

⁵¹⁰ “LeMay era veementemente contra porque o ICBM desviaria recursos para a produção de aeronaves, e seus aliados entre os generais [defensores dos bombardeiros estratégicos] do Alto Comando estavam com ele.” Conforme: SHEEHAN, Neil, op. cit., p.223. “LeMay was vociferously opposed because the ICBM would divert funds from aircraft production, and his allies among the bomber generals on the Air Staff were with him.”

⁵¹¹ Há uma periodização quanto a demora dos Estados Unidos para iniciar a pesquisa no campo de mísseis (e especificamente do ICBM); e essa demora se deu por conta do apego a utilização de bombardeiros estratégicos. Assim, entre 1945-54 quase nada foi feito naquele campo; recebendo prioridade máxima somente a partir de 1955, por uma série de motivos que podem ser encontrados em: BEARD, Edmund. *Developing the ICBM: a study in bureaucratic politics*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1976. [Beard pergunta: “Why is it that it took so long for the US to develop an ICBM?”]

⁵¹² “But the strategic equation was changing by 1960 and 1961. SAC’s bombers were no longer so important.” Conforme: SHEEHAN, Neil, op. cit., p.155. Existia o receio de que os aviões do S.A.C poderiam ser derrubados pelas defesas anti-aéreas soviéticas, mesmo com o aperfeiçoamento das contra-medidas eletrônicas (ECM) nos bombardeiros norte-americanos, que tinham por objetivo confundir os radares soviéticos. Ver: Section I – *Reasons why adequate deterrence to nuclear attack on America should be prepared in the shortest time possible*. Anexo a carta de 10 de maio de 1958, enviado para o sr. Secretário John Foster Dulles, pelo sr. R. S. Clayton. RG 59, 1948-1962, caixa 85. [S/Assunto]

⁵¹³ SLBM (*Sea Launched Ballistic Missile*), ou Míssil Balístico Lançado do Mar (de submarinos).

compunham a “Tríade Estratégica”.⁵¹⁴ Mas em que momento o ICBM foi percebido como a “arma suprema” e os recursos financeiros começaram verdadeiramente a fluir para o seu desenvolvimento? E Neil Sheehan, mais uma vez lembrou que:

“O relatório da Banca de Capacidades Tecnológicas [e comumente conhecido como *Comitê Killian*, formado por James Killian, presidente do M.I.T], entregue em meados de fevereiro de 1955 para o presidente e para o Conselho de Segurança Nacional (N.S.C), de fato tratou das preocupações de Eisenhower com relação a um ataque surpresa [da URSS]. O relatório sugeriu a redução da vulnerabilidade do S.A.C através da dispersão dos bombardeiros [...] [mas] o mais extraordinário elemento do relatório da Banca de meados de fevereiro [...] foi a sua advertência sobre as conseqüências estratégicas no caso dos soviéticos alcançarem a capacidade de possuir um ICBM antes dos Estados Unidos. [...] A Banca recomendou *algo sem precedentes*. O N.S.C nunca havia antes dado seu endosso para um sistema de armas específico. A Banca insistiu que isso fosse feito agora, e que o Conselho selecionasse o projeto ICBM ‘como o de um esforço nacionalmente financiado e da *mais alta prioridade*.’”⁵¹⁵ [grifo meu]

A prioridade destinada naquele momento ao míssil balístico pode explicar as razões do *Sputnik* de outubro de 1957 ter sido considerado “o choque do século”.⁵¹⁶ A percepção dos militares e estrategistas norte-americanos de que a URSS tinha, de fato, alcançado a capacidade balística primeiro que os Estados Unidos apavorou vários segmentos da sociedade.⁵¹⁷ Assim, os esforços iniciados em 1955 não haviam sido suficientes para pôr os

⁵¹⁴ “Conceito estratégico americano composto por três sistemas de armas termonucleares interligadas, com missão em comum, mas com características separadas.” Conforme: MARQUEZI, Dagomir e GOMES, Luiz Carlos Elias. *Guerra nuclear*. São Paulo: Editora Três, 1984, p.160. Outras possibilidades além da tríade são propostas atualmente e estão relacionadas a combinação de uma (“monad”) ou duas (“dyad”) das três “pernas” da tríade. Ver: JOHNSON, Dana J., BOWIE, Christopher J., e HAFFA, Robert P. *Triad, dyad, monad? Shaping the U.S. nuclear force for the future*. (Mitchell Paper 5) Mitchell Institute Press / Air Force Association, dezembro de 2009.

⁵¹⁵ “The panel’s [Technological Capabilities Panel, and commonly known as Killian Committee, was formed under James Killian, the president of MIT] report, delivered in mid-February 1955 to the president and the National Security Council, did address Eisenhower’s concern with a surprise attack. It urged reducing SAC’s vulnerability by dispersal of its bombers [...] [but] the most striking element in the panel’s mid-February report [...] was its warning of the strategic consequences if the Soviets achieved an ICBM capability before the United States. [...] The panel recommended something without precedent. The NSC had never previously lent its endorsement to a specific weapons system. The panel urged that this now be done, that the council single out the ICBM project ‘as a nationally supported effort of highest priority.’” Conforme: SHEEHAN, Neil, op. cit., p.274.

⁵¹⁶ DICKSON, Paul. *Sputnik: the shock of the century*. Nova Iorque: Walker & Co., 2001.

⁵¹⁷ “We are close to the point where either of the two major powers in the world today will be capable of wiping out the other in almost less time than it takes to read this paper. We are faced with the potentially lethal combination of armaments against which there is no defense and tensions from which there seems to be no respite. Given a world system of competing sovereign states, this combination makes probable the end of civilization as we know it and at least possible the elimination of life on this planet.” Conforme: OSGOOD Charles E. *Suggestions for winning the real war with Communism*. In: *The Journal of Conflict Resolution*, volume 3, número 4 (dezembro de 1959), p.295.

Estados Unidos na dianteira do desenvolvimento do ICBM,⁵¹⁸ mas sob vários aspectos os Estados Unidos estavam sim na dianteira destes esforços, e o *missile gap* – bem como o *bomber gap* da primeira metade da década de 1950 – nunca existiu.⁵¹⁹ e no início da década de 1960, com a operacionalização do primeiro ICBM que utilizava combustível sólido, o *gap* aumentou.⁵²⁰ Mas a decisão de destinar recursos financeiros e humanos ao projeto do ICBM trouxe sim imensas conseqüências nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos, da metade até o final da década de 1950. Em um dado momento, o presidente Eisenhower comentou: “Não há dúvidas de que esta arma terá um *profundo impacto em todos os aspectos da vida humana*, não apenas nos Estados Unidos, mas em cada canto do mundo – [no campo] militar, sociológico, político.”⁵²¹ [grifo meu]



No momento em que se decidiu realmente levar adiante o programa do ICBM, o pessoal técnico nele envolvido tinha ciência de que precisariam de estações de rastreamento ao longo do Atlântico Sul, e não mais apenas as estações confinadas às áreas próximas ao Cabo Canaveral e ao Caribe. Neil Sheehan acrescentou que:

⁵¹⁸ “NSC Action No. 1433, the president directive that emerged and that Eisenhower signed on September 13, 1955 [...] state that ‘there would be the gravest repercussions on the national security and on the cohesion of the free world’ if the Soviet Union acquired an ICBM before the United States did. The president was therefore designating the ICBM project ‘a research and development program of the highest priority above all others.’ He ordered the secretary of defense to build it with ‘maximum urgency’.” Conforme: SHEEHAN, Neil, op. cit., p.299.

⁵¹⁹ “O ‘atraso no campo de mísseis’, na verdade, era um mito, um fato pouco conhecido do eleitorado em 1960.” Conforme: HARDESTY, Von e EISMAN, Gene, op. cit., p.107. “The missile gap, in reality, was a myth, a fact obscured from the electorate in 1960.” “O ‘atraso no campo de mísseis’ entre os Estados Unidos e a URSS era material de capa dos jornais, e o tema principal das campanhas presidenciais de 1960.” Conforme: DICKSON, Paul, op. cit., p.213. “The ‘missile gap’ between the United States and the USSR was front-page news, and a major issue in the 1960 election campaign.” E quando assumiu como Secretário de Defesa do governo J. F. Kennedy, Robert S. McNamara investigou o “atraso no campo dos mísseis” e concluiu: “Levou cerca de três semanas para determinar que sim, havia um ‘atraso’, mas o ‘atraso’ era em nosso favor!” Conforme: Documentário *Cold War: Sputnik 1949-1961*. A Jeremy Isaacs Production, Turner Original Productions, Inc., 1998, 50 min. “And took us about three weeks to determine that, yes, there was a gap, *but the gap was in our favor!*” [grifo meu]

⁵²⁰ “The creation of Minuteman now put the United States so far ahead in the strategic missiles competition that the Soviet Union was confronted not with a gap but with a chasm. Not until five years later, in 1966, did the Soviets acquire their first solid-fueled ICBM, designated SS-11 by NATO.” Conforme: SHEEHAN, Neil, op. cit., p.419.

⁵²¹ “There is no question this weapon will have a profound impact on all aspects of human life, not only in the United States but in every corner of the globe – military, sociological, political.” Citado por: SHEEHAN, Neil, op. cit., p.297.

“As estações de rastreamento e monitoramento na direção sul através do Caribe e no rumo do Atlântico Sul tinha assumido uma importância crescente. Os lançamentos [do Cabo] tinham progredindo de simples testes – do sistema propulsor e de direção, de resistência da estrutura e da capacidade [do foguete ou míssil] para vôos a longas distâncias – para os mais avançados testes necessários para se assegurar que cada e todo aspecto da arma funcionasse como planejado. Para avaliar o inteiro desempenho dos mísseis era necessária uma cadeia enorme e de grande alcance de estações de monitoramento e rastreamento.”⁵²²

Dado o caráter *essencial, prioritário e urgente* do projeto, o governo norte-americano precisaria se aproximar cuidadosamente do brasileiro, uma vez que geografia nos colocava exatamente no caminho dos mísseis e foguetes de maior alcance que passariam a ser testados. Provavelmente as experiências anteriores de aproximação dos Estados Unidos com o Brasil haviam ensinado aos “ianques” que, em momentos de extrema necessidade – como na Segunda Guerra Mundial ou no comércio de minérios atômicos ainda em curso –, dificuldades e obstáculos seriam interpostos e deveriam ser enfrentados caso quisessem negociar com um governo que *sempre* parecia disposto a querer um algo a mais em troca de tudo aquilo que lhe era solicitado. Apenas ao final dos acordos, quando todas as barganhas já tinham sido acertadas, é que nomes e conceitos pomposos como “defesa hemisférica”, “cooperação internacional”, “defesa do ‘Mundo Livre’”, “laços de solidariedade hemisférica”, dentre outros, apareciam – estampados nas manchetes de (alguns) jornais e nos textos formais dos acordos diplomáticos – para emprestar um tom ameno as acirradas disputas que transcorriam nos bastidores do “mercado”⁵²³ da diplomacia internacional.

Vale ressaltar que esta prática não era exclusiva do governo brasileiro. Em memorando de dezembro de 1953, a Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos foi informada pelo Departamento de Estado acerca de uma conversa mantida entre o sr. Santos Goñi, primeiro-secretário da Embaixada Argentina, em Washington, e o sr. James F. O’Connor, Jr., do Departamento. Nela, foi informado que o capitão Pedro Iraolagoitia – da Comissão de Energia Atômica argentina – havia recentemente visitado os Estados Unidos

⁵²² “The monitoring and tracking stations downrange through the Caribbean and into the South Atlantic had assumed increasing importance. The launches had been progressing from simple proofs of propulsion, steering, airframe worthiness, and capability for full distance flight into the more advanced testing necessary to make certain that each and every aspect of the weapon functioned as designed. To evaluate the entire performance of the missiles required a prodigious and far-flung array of monitoring and tracking stations.” Conforme: SHEEHAN, Neil, op. cit., p.367.

⁵²³ “A ter que participar da guerra, na Coréia, opinava [o Estado-Maior do Exército brasileiro] pelo envio de uma ou duas Divisões [...] o que daria *maior relevância* à posição internacional do Brasil. Esses argumentos, na verdade, não passaram de simples evasiva, que eludia o cerne da questão. O que Vargas procurava era arrancar dos Estados Unidos o máximo de concessões.” [grifo do autor] Conforme: BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973, p.331. (Coleção *Retratos do Brasil*, volume 87).

para tratar com o governo norte-americano de dois assuntos: *primeiro*, da venda de urânio e, *segundo*, da cooperação na exploração de petróleo e no desenvolvimento de uma siderúrgica na Argentina. Com o objetivo de deixar mais claro a relação entre a venda de urânio para os Estados Unidos, e o petróleo e aço argentinos, o sr. O'Connor arriscou uma pergunta direta: “Você quer dizer então que a cooperação na questão [da venda] do urânio depende de se ter também alguma cooperação no petróleo e na siderúrgica?” O sr. Goñi respondeu que sim.⁵²⁴

De todo modo, a evidência mais remota que encontrei de que Fernando de Noronha modificou – ou temperou – as relações entre Brasil e Estados Unidos foi a de uma carta de agosto de 1955. Nela, o sr. Henry F. Holland – assistente do Secretário de Estado norte-americano – escreveu ao sr. Gordon Gray – assistente do Secretário de Defesa para Assuntos de Segurança Nacional – acerca de uma carta do sr. Dunn, da Embaixada Americana no Rio de Janeiro. Na carta foi informado que o embaixador foi procurado por um representante de uma fábrica de munições brasileira interessada em vender para os Estados Unidos um de seus produtos: no caso, munição de 155 mm. O Departamento de Defesa foi procurado para saber se havia demanda para tal munição e se a mesma podia ser atendida pela empresa brasileira, uma vez que isto “seria benéfico para a nossa situação política e militar em relação ao governo brasileiro.” Um pouco mais adiante o sr. Holland forneceu mais detalhes.

“Como você sabe, o Departamento de Defesa quer que obtenhamos o consentimento do governo brasileiro para o *estabelecimento de importante instalação militar norte-americana no território brasileiro*. O sucesso das negociações com os brasileiros para essas instalações podem ser difíceis, tendo em vista a relutância enraizada do Brasil de ceder o uso de seu território para outro país para fins militares. Além disso, o sucesso das negociações vai depender, em parte, de *nossa habilidade em demonstrar aos brasileiros o nosso desejo de fornecer-lhes ajuda*, particularmente no campo militar, todas as vezes que os interesses dos dois governos coincidir, e for prático para nós fazê-lo.”⁵²⁵ [grifo meu]

⁵²⁴ “Do you mean that working out cooperation on uranium matters is dependent on there being also some sort of cooperation on petroleum and the steel plant? And he replied in the affirmative.” Conforme: Memorando de 3 de dezembro de 1953, enviado para o sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica, pelo sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 387. Confidencial, Informação de Segurança. [S/Assunto]

⁵²⁵ “[...] would be beneficial to our political and military relations with the Brazilian Governments.” “As you aware the Department of Defense has requested us to obtain from the Brazilians their consent to the installation of important United States military facilities on Brazilian territory. Successful negotiations with the Brazilians for these facilities may be difficult in view of the deeply ingrained reluctance of Brazil to grant the use of its territory to another country for a military purpose. Moreover successful negotiations will depend, in part, on our ability to demonstrate to the Brazilians our desire to extend them assistance, particularly in the military field, whenever the interests of the two Governments coincide and it is practicable for us to do so.” Conforme: Carta de 23 de agosto de 1955, enviada para o sr. Gordon Gray, do Departamento de Defesa, pelo sr. Henry F. Holland, do Departamento de Estado. DF 732, 1955-1959, Microfilme 1511, rolo 7, Confidencial. [S/Assunto]

Mas talvez a referência mais surpreendente que encontrei acerca de Fernando de Noronha – além da sua indispensabilidade no programa do ICBM – foi feita em um memorando de julho de 1956. Nele, o sr. Roy R. Rubottom – do Departamento de Estado – deu indicativos de que o interesse norte-americano pela ilha remonta de 1952, anos antes, portanto, que o programa ICBM tivesse qualquer *status* prioritário. Provavelmente, o interesse pode estar relacionado a percepção um tanto óbvia de que o Cabo Canaveral – inaugurado anos antes – demandaria estações de rastreamento mais e mais afastadas a medida que o alcance horizontal dos mísseis e foguetes recrudescesse.

“Anexo a este documento está o memorando que descreve algumas das razões porque a negociação do acordo de instalações militares com o Brasil está atrasada desde 1952, quando o Departamento [de Estado] foi inicialmente informado do interesse do [Departamento] de Defesa pelo acordo.”⁵²⁶

A aproximação dos Estados Unidos com o Brasil foi feita com todo o cuidado, uma vez que, como mencionei, havia um precedente em outros momentos históricos. As primeiras sondagens informais feitas ao governo brasileiro pelo Departamento de Estado – a pedido do Departamento de Defesa – relacionado a “eventuais negociações” para a cessão de Fernando de Noronha foram realizadas ainda em 1955,⁵²⁷ ou seja, no mesmo ano em que o projeto do ICBM recebeu a “mais alta prioridade”. Por outro lado, o início formal das negociações para a cessão da ilha ocorreu em julho de 1956, quando a Embaixada Americana no Rio de Janeiro foi orientada quanto aos primeiros passos a serem dados, formalmente, naquela direção.

Em 5 de janeiro de 1956, o Departamento de Defesa comunicou oficialmente ao Departamento de Estado a necessidade da USAF de construir instalações em Fernando de Noronha, e o sr. Robert Murphy – do Departamento de Estado – comunicou ao Secretário de

⁵²⁶ “Attached hereto is a memorandum which outlines some of the reasons why the negotiation of a military facilities agreement with Brazil has been delayed since 1952 when the Department was first informed of Defense’s interest in such an agreement.” Conforme: Memorando de 20 de julho de 1956, enviado para o sr. Murphy [?], pelo sr. Roy R. Rubottom, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 2488, Secreto. [Assunto: *Interim use of Fernando de Noronha (Brazil) by U.S. forces*] O memorando a que é feita referência é o de 20 de julho de 1956, “Negotiations of military facilities agreement with Brazil.”

⁵²⁷ “I take pleasure in referring to your letter of January 24, 1955, requesting the Department of State to concur in a proposal of the Defense Department that United States military representatives initiate exploratory discussions with the Brazilian military representatives on the subject of United States military facilities urgently required in Brazil.” Conforme: Cópia de carta de 23 de fevereiro de 1955, enviada para o vice-almirante A. C. Davis, do Departamento de Defesa, pelo sr. Robert Murphy, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 2885, Secreto. [S/Assunto]

Defesa, sr. Charles E. Wilson, que a “matéria está sob estudo urgente.”⁵²⁸ E em janeiro do mesmo ano, uma reunião com o pessoal militar (JBUSMC⁵²⁹) e da Embaixada Americana no Brasil acertou os rumos dos primeiros levantamentos técnicos a serem realizados em Fernando de Noronha: na verdade, militares da USAF já estavam no Nordeste brasileiro conduzindo a primeira das três visitas técnicas de solo (*surveys of land*), com autorização do marechal Teixeira Lott.⁵³⁰ As visitas técnicas ocorreriam da seguinte forma:⁵³¹ a *primeira (air and ground)* contaria com duas fases, sendo a *Fase A* de 16 a 26 de janeiro envolvendo cerca de 9 pessoas e 9 tripulantes de um avião C-54, e a *Fase B* de 10 a 25 de março envolvendo 15 pessoas e 9 tripulante de um C-54; a *segunda (hydrographic)*⁵³² ocorreria de 1 de fevereiro a 1 de março envolvendo 50 pessoas em um navio comercial com registro panamenho; e a *terceira (geodetic)* ocorreria entre 12 e 22 de fevereiro envolvendo 20 pessoas e 9 tripulante de um C-54. Curiosamente, existia naquele momento uma previsão de que os norte-americanos ficariam na ilha por cerca de 25 anos e que a mesma fosse operada por 160 pessoas, sendo a maior parte deles de civis.

A contratação da firma encarregada da construção da estação de rastreamento estava prevista para abril, bem antes mesmo, portanto, do início das negociações, mas esse “é um risco que a USAF está preparada para assumir.”⁵³³ Talvez por este motivo os militares norte-americanos tinham pressa e já em fevereiro de 1956 se mobilizaram para garantir os recursos necessários para a construção da estação em Fernando de Noronha antes mesmo que o acordo fosse discutido com o governo brasileiro: “Eu expliquei para o Comitê que a Força Aérea

⁵²⁸ “This matter is now under urgent study [...]” Conforme: Cópia de carta de 7 de fevereiro de 1956, enviada para o sr. Charles E. Wilson, do Departamento de Defesa, pelo sr. Robert Murphy, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 4. [S/Assunto]

⁵²⁹ *Joint Brazilian-US Military Commission*, ou Comissão Militar Mista Brasil – Estados Unidos.

⁵³⁰ Muitas dificuldades de entendimento ocorreram no campo diplomático no transcorrer das negociações, mas no campo operacional, os militares brasileiros *sempre* foram muito atenciosos às demandas dos militares norte-americanos, tanto nas operações que antecederam a construção da estação em Fernando de Noronha quanto na operação da mesma. Conforme: Telegrama número 980, de 21 de março de 1957, enviado para o Departamento de Estado, pela Embaixada Americana no Rio de Janeiro. RG 59, 1948-1962, caixa 2885, Confidencial. [S/Assunto] e Telegrama número 175, de 6 de agosto de 1957, enviado para o Departamento de Estado, pela Embaixada Americana no Rio de Janeiro. RG 59, 1948-1962, caixa 2885, Apenas para uso oficial. [S/Assunto]

⁵³¹ As quantidades de pessoal e material envolvido nas visitas, assim como as datas de realização das mesmas, são todas aproximações apresentadas na reunião.

⁵³² Memorando de 24 de janeiro de 1956, enviado para o sr. Robert Sayre, do Departamento de Estado, pelo sr. tenente-coronel Henry R. Johnston, da USAF. RG 59, 1948-1962, caixa 4. [Assunto: *Hydrographic survey in Brazil*]

⁵³³ “It is possible that the USAF may require use of the Brazilian facility for a 25 year period, although the USAF has yet to make a final decision on this point.” “This is a risk the USAF is prepared to assume.” Conforme: Cópia de memorando de reunião de 19 de janeiro de 1956 com a participação dos Srs. Trimble (*Charge d’Affaires*), Wendelin (*Pol. Counselor*), coronel Hocker (*Army Attaché*), capitão Andrews (*Navy*), tenente-coronel Willetts (*Asst. Air Attaché*) e Spencer (*First Sec.*) [todos da Embaixada Americana no Brasil], Srs. marechal Whitehead, general Hovey, capitão Wier, coronel Little, tenente-coronel McConaughy e tenente-coronel Baker [todos da seção americana da JBUSMC] e Srs. Coates, coronel Manierre, capitão Satten e tenente-coronel Davis [todos da USAF Patrick Field]. RG 59, 1948-1962, caixa 4, Secreto. [S/Assunto]

estava buscando autorização para utilizar os recursos para a estação brasileira nesta hora de modo a evitar atrasos no desenvolvimento do ICBM.”

“O Subcomitê [*of the House Armed Services Committee*], reconhecendo a importância do projeto do Míssil Balístico Intercontinental [ICBM], não interpõe objeção ao uso de recursos do fundo, neste caso, antes da conclusão do acordo final [de cessão].”⁵³⁴

Em março de 1956, vôos de aeronaves da Força Aérea norte-americana já estavam sendo feitos para o Recife, “em relação a *missiles survey* da USAF que está sendo feita naquela área”; e também para a ilha de Ascensão, uma vez que uma outra estação de rastreamento seria também lá construída. O Consulado Americano no Recife ficou preocupado se a presença de “pessoal e equipamento da USAF” não pudesse levantar interesse público acerca de suas atividades. Além disso, as autoridades militares brasileiras foram informadas *apenas* das operações da Força Aérea, mas tanto a Marinha (USNAVY) como o Exército (USARMY) estavam envolvidos.⁵³⁵ Em julho de 1956, mais sondagens foram feitas pelo governo norte-americano para que se obtivesse do governo brasileiro autorização para o *envio de mais* pessoal militar e material para a realização de “trabalhos preliminares” em Fernando de Noronha.⁵³⁶



A necessidade de Fernando de Noronha para o estabelecimento de uma estação de rastreamento representou o *apogeu da importância estratégica do Brasil no pós-guerra*; ou o nosso *renascimento estratégico*. Mais uma vez, a geografia havia nos “colocado” no lugar certo: não fosse pelo Nordeste brasileiro, a importância estratégica do Brasil para os Estados Unidos não

⁵³⁴ “I explained to the Committee that the Air Force was seeking authorization to use funds for the Brazilian stations at this time in order to avoid any delay in the development of an intercontinental missile.” “The Subcommittee, recognizing the importance of the intercontinental missile project, interposed no objection to the use of the funds in this instance prior to the conclusion of a final agreement.” Conforme: Cópia de carta de 16 de fevereiro de 1956, enviada para o sr. Henry F. Holland, do Departamento de Estado, pelo sr. John M. Ferry, do Departamento da Força Aérea. RG 59, 1948-1962, caixa 4, Secreto. [S/Assunto]

⁵³⁵ “The Consulate is of the opinion, and I agree, that the presence of USAF personnel and equipment in the area may give rise to public inquiries regarding the purpose of their activities [...]” Conforme: Cópia de memorando de 2 de março de 1956, enviado para o major-general R. F. Sink, da JBUSMC, pelo sr. William C. Trimble [?]. RG 59, 1948-1962, caixa 4, Secreto. [S/Assunto]

⁵³⁶ Rascunho de memorando de 20 de julho de 1956, enviado para o sr. Murphy [?], pelo sr. Roy R. Rubottom, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 4. [Assunto: *Defense sites in Brazil*]

teria saído da relação morna de parceiro hemisférico no fornecimento de minérios e materiais estratégicos, assim como a da nação-continente que *grosso modo* dita os rumos políticos da América do Sul. Aquela importância, no entanto, foi *provisória e passageira*, bem como o foi a adquirida com a Segunda Guerra Mundial: esgotou-se tão logo o programa ICBM começou a dar seus primeiros grandes resultados, ou seja, em fins da década de 1950 e começo da década de 1960. Para dar sustentação ao que afirmo, urge encontrar nas fontes documentais evidências que apontem naquela direção.

Vale salientar, inicialmente, que o interesse dos Estados Unidos no Nordeste brasileiro em meados da década de 1950 não se limitou a Fernando de Noronha. De fato, além da ilha, o Departamento de Defesa tinha interesse em outras instalações: duas bases aéreas, uma em Belém e outra em Natal (como “paradas em linhas aéreas de comunicação com a África e Europa”⁵³⁷); a permanência do direito do MATS (*Military Air Transport Service*) de operar no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro; uma instalação de comunicações ACAN⁵³⁸ do Exército norte-americano em Maceió; e três estações LORAN⁵³⁹ da Guarda Costeira norte-americana em Fortaleza, Natal e Fernando de Noronha.⁵⁴⁰ De todas elas, apenas Fernando de Noronha⁵⁴¹ era realmente *importante e insubstituível*: Maceió “é urgente e necessário, mas

⁵³⁷ “[...] (2) the use of two airbases as stops on the airline of communication to Africa and Europe [...]” Conforme: Cópia de carta de 29 de junho de 1956, enviada para o sr. Secretário de Estado [?], pelo sr. Henry F. Holland [?], do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 4, Secreto. [Assunto: *Negotiation of military facilities agreement with Brazil*]

⁵³⁸ *Army Command and Administrative Network*: trata-se de uma instalação militar de comunicações *par excellence*. O centro de comunicação, os receptores e os alojamentos ficariam em Maceió, enquanto que os transmissores ficariam em União dos Palmares. Seriam necessários 1.294 hectares, sendo 18 hectares para uso em tempo integral. Trabalhariam ao todo 385 pessoas, sendo 34 oficiais, 57 civis norte-americanos e 294 soldados: posteriormente, depois de treinados, 112 brasileiros poderiam assumir algumas atividades no ACAN. Conforme: Transcrição de procedimentos de 9 de maio de 1957, de encontro ocorrido no Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Confidencial. [Assunto: *Meeting of Brazilian and United States representatives in regard to agreements for an Army communications facility at Maceió and three Coast Guard LORAN stations*]

⁵³⁹ *Long Range Navigation*: trata-se de estações que auxiliam na navegação tanto aérea como marítima e que – segundo os norte-americanos – podem ser úteis tanto em tempo de paz como de guerra, sendo o Brasil o maior beneficiado com elas. Existem dezenas de estações LORAN espalhadas pelo mundo, e a recusa do Brasil em permitir a sua construção aqui apenas deixaria toda essa região com a navegação comprometida e dificultada, mas não impossibilitada, obviamente. Depois de treinados em sua operação, o controle passaria as mãos dos brasileiros, que receberiam visitas de técnicos da Guarda Costeira dos Estados Unidos para saber se estavam sendo operadas corretamente. Conforme: Memorando de 21 de março de 1957, enviado para o sr. Rehm [?], pelo sr. Sayre [?]. RG 59, 1948-1962, caixa 2885, Secreto. [Assunto: *Negotiations for base rights with Brazil*]

⁵⁴⁰ “LORAN transmitting, receiving and monitoring equipment will be installed in the LORAN stations at Fortaleza, Natal and Fernando de Noronha.” Conforme: Mensagem de 15 de maio de 1957, enviada para o chefe da delegação norte-americana da JBUSMC (*Joint Brazilian-US Military Commission*), no Rio de Janeiro, pelo coronel John Watt, secretário executivo da JCS, em Washington. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Secreto. [S/Assunto]

⁵⁴¹ “While Maceio and LORAN are important, we can get along without them. The missile site, however, is much closer to being indispensable.” Conforme: Memorando de 27 de fevereiro de 1957, enviado para o sr. Roy R. Rubottom, pelo sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Confidencial. [Assunto: *Opposition to missiles agreement in Brazilian Congress*]

não indispensável [uma vez que] alternativas podem ser consideradas” e as LORAN “não são urgentes [...] e não são consideradas essenciais.”⁵⁴²

Uma instrução do Departamento de Estado dirigida ao embaixador norte-americano no Rio de Janeiro deixou claro que os Estados Unidos estavam cientes da disposição do governo brasileiro em “tratar o nosso pedido das instalações militares com base na barganha” (*treat our request for military facilities on a quid pro quo*⁵⁴³ *basis*). Porém, a instrução solicitava que o embaixador deixasse claro nas negociações com o governo brasileiro de que este “recebesse a nossa proposta para o estabelecimento das instalações no mesmo espírito de cooperação que tem longamente caracterizado a relação entre os dois países.” Esperavam, portanto, que o governo brasileiro não interpusesse nenhum pedido de material bélico como pré-requisito para a assinatura do acordo. A instrução pedia para que o embaixador lembrasse a “boa vontade” (*willingness*) do governo norte-americano na assistência militar já fornecida ao Brasil, assim como da assistência que estavam dispostos a fornecer naquela ocasião: e em seguida, preparados para o jogo da barganha brasileira, os Estados Unidos prepararam o seu próprio jogo.

“A hora e a quantidade certa de informação dada aos brasileiros sobre o que os Estados Unidos estão dispostos a oferecer de ajuda militar adicional é deixado a seu critério [do embaixador] de modo que se possa alcançar a *máxima vantagem possível de barganha* e induzir os brasileiros a manter os seus pedidos [por assistência militar] em uma *quantidade mínima*.”⁵⁴⁴ [grifo meu]

Em seguida a instrução arrolou os equipamentos bélicos que fariam parte das negociações com o Brasil, e que iam desde um porta-aviões leve,⁵⁴⁵ passando por submarinos,

⁵⁴² “MACEIO: It is urgent and necessary but not indispensable. [...] we could consider alternatives. [...] LORAN: These stations are not urgent and [...] the Coast Guard does not consider them essential.” Conforme: *Briefing for meeting with Ambassador Peixoto*, de 25 de fevereiro de 1957. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Confidencial. [S/Assunto]

⁵⁴³ *Quid pro quo*: one thing in return for another; compensation. Conforme: THORNDIKE, E.L. e BARNHART, Clarence L. *Thorndike Barnhart advanced dictionary*. (2nd Edition). Glenview: Scott, Foresman and Co., 1974, p.836.

⁵⁴⁴ “[...] the Brazilian Government will receive our proposal for facilities in the same spirit of cooperation which has long characterized relations between the two countries [...]” “The timing and the extent of your informing the Brazilians what the United States is prepared to offer as additional military assistance are left to your discretion to achieve the maximum possible bargaining advantage and to induce the Brazilians to keep their requests to a minimum.” Conforme: Cópia de instrução do Departamento de Estado de 3 de julho de 1956, enviada para o embaixador norte-americano no Rio de Janeiro. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Secreto. [Assunto: *Negotiation of military facilities agreement*]

⁵⁴⁵ O desejo da Marinha por um porta-aviões remonta de, pelo menos, início da década de 1950. “Rio, 6 (UP) – O almirante Flávio de Figueiredo Medeiros, chefe do Estado Maior da Marinha de Guerra, fez importantes declarações, hoje, entre as quais destacou a necessidade de porta-aviões para a esquadra brasileira. Frisou, também, que o material flutuante brasileiro tem que ser renovado, a fim de que a esquadra nacional não

navios, aviões, carros de combate, dentre outros. Como ficou claro na citação acima, estas informações foram retidas pelo governo norte-americano e liberadas apenas na “hora certa”: isso ocorreu em início de setembro de 1956, quando uma lista de material bélico foi oferecida ao Brasil.

Um dado curioso apresentado ao final da instrução é o da *previsão* dos custos das instalações a serem construídas no Brasil: US\$7 milhões seriam destinados para Natal e Belém, mais US\$4 milhões anuais para despesas de manutenção das mesmas; US\$10 milhões para as instalações de comunicação em Maceió, sendo metade desta quantia gasta no Brasil com despesas de material e mão-de-obra, mais US\$1,5 milhões de despesas anuais de manutenção; US\$4,56 milhões para a construção da estação em Fernando de Noronha, sendo que US\$1,14 milhão seriam gastos no Brasil. Em seguida, são apresentados também dados de empréstimos concedidos ao Brasil pelo *Export-Import Bank* em 1955 e os concedidos até aquela data em 1956: e estas informações deveriam ser postas a mesa de negociação caso o Brasil alegasse ou “insinuasse” falta de cooperação por parte dos Estados Unidos.

No entanto, na cabeça da diplomacia norte-americana a estação de rastreamento a ser construída na ilha de Fernando de Noronha deveria ser “considerada vital para a defesa de todo ‘Mundo Livre’, incluindo o Brasil, de modo que o acordo com os brasileiros para ceder o local deveria ser uma contribuição lógica de tal defesa e *não deveriam* [os brasileiros] *exigir compensação direta.*”⁵⁴⁶ [grifo meu] A “Guerra Fria” – nos termos que a concebo e que foram apresentadas no Segundo Capítulo – sempre esteve longe do Brasil e da América Latina, mas em momentos como aquele, fez-se necessária a *construção* de uma importância pomposa – apesar de real naquela conjuntura – para o Brasil, de modo que a mesma fosse levada a mesa de negociação. Parece claro que a ilha tinha sim um papel indispensável – uma vez que a ilha cumpriu importante papel no desenvolvimento do ICBM⁵⁴⁷ – mas para a proteção e defesa do

desapareça como força combatente.” Conforme: Jornal *O Estado*, Fortaleza, Ano XIV, número 7117, quarta-feira, 7 de junho de 1950, p.1, “O material flutuante brasileiro tem que ser renovado”

⁵⁴⁶ “[...] considered to be vital for defense of the entire free world, including Brazil, so that Brazilian agreement to provide the site would be a logical contribution to such defense and should not call for direct compensation.” Conforme: Declaração do Bureau de Negócios Inter-Americanos do Departamento de Estado para o Comitê de Relações Externas do Senado. Transcrição de 14 de maio de 1959. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Secreto. [Assunto: *Negotiations between the United States of America and Brazil for the establishment of a guided missiles tracking station on Fernando de Noronha Island*]

⁵⁴⁷ A diplomacia brasileira – já em setembro de 1956, e provavelmente até antes disto – tinha ciência da “importância vital” de Fernando de Noronha para o programa do ICBM norte-americano: o que tento mostrar neste Capítulo é que esta característica, *aparentemente*, parece não ter sido explorada ao *máximo* pelos diplomatas e militares envolvidos na política de barganha. “Trata-se este ‘projeto’ de estender o polígono de tiro para projéteis dirigidos, já existente e que compreende, atualmente, uma área de 50 kms de largura por 1200 kms de comprimento, localizado entre o Cabo Canaveral, na Flórida, e a ilha de Porto Rico. O prolongamento do polígono, como anunciado, é de *importância vital* para as forças armadas americanas, pois assim, poderão acompanhar os ensaios com projéteis dirigidos de longo alcance, como os ICBM (...).” [grifo meu] Conforme:

“Mundo Livre” localizado no hemisfério *norte* do planeta e *não no sul*: desde que os ICBM se tornaram operacionais no fim da década de 1950, quantos deles foram instalados pelos norte-americanos no hemisfério sul? Na verdade, instalá-los no Brasil contrariaria toda a lógica de persuasão das armas atômicas, que devem ser dispostas o mais próximo possível do alvo – mesmo tendo elas alcance para atingir a União Soviética se instaladas em qualquer lugar do planeta –, para que possam potencializar o efeito psicológico importante que elas apresentam em um mundo atormentado pela “Era Atômica” e pela “Era dos Mísseis”: a “Crise dos Mísseis” mostraria isso claramente. Bernard Brodie acrescentou que:

“[...] é verdade que um ICBM instalado dentro de nosso país ameaça a União Soviética tanto quanto um míssil de curto-alcance [SRBM] apontado para eles de um local próximo as suas fronteiras; mas as chances são de que os líderes soviéticos ficarão mais perturbados pelos últimos [SRBM]. Ao contrário do ICBM, os mísseis instalados próximos parecem denotar arrogância assim como força, e talvez também uma dispersão mais ampla da autoridade de dispará-los.”⁵⁴⁸

A possibilidade da instalação de mísseis ofensivos ou defensivos no Nordeste brasileiro foi prontamente descartada no “momento atual e em futuro previsível.”⁵⁴⁹ De fato, um questionário foi preparado pelas autoridades brasileiras com perguntas acerca da estação de Fernando de Noronha para serem respondidas pelas autoridades norte-americanas. Algumas perguntas “basicamente estavam baseadas na premissa que as instalações deveriam ser defendidas provavelmente por mísseis guiados”, porém, como disse o general Donald N. Yates (comandante do AFMTC), uma vez que as mesmas “são descartáveis (*expendable*) se atacadas e não existe nelas necessidade de segurança em tempo de paz – com exceção da segurança interna [das mesmas] – nenhuma dessas perguntas requer resposta.”⁵⁵⁰ Pelo que foi enfatizado na citação do livro de Bernard Brodie, a instalação de mísseis ofensivos em uma

Carta número 577, de 5 de setembro de 1956, enviada para o ministro das relações exteriores sr. José Carlos de Macedo Soares pelo sr. brigadeiro Henrique Fleiuss. (Secreto). Cópia digitalizada desta carta me foi enviada por *email* pelo prof. dr. Roberto Baptista Júnior, da UNB.

⁵⁴⁸ “[...] it may be true that an ICBM deep in our own country menaces the Soviet Union as much as a short-range missile pointed at her from just outside her frontiers, but the chances are that the Soviet leaders will be more disturbed by the latter. Unlike the ICBM, the nearby missile seems to denote arrogance as well as strength, and perhaps also a wider dispersal of the authority to fire it.” Conforme: BRODIE, Bernard. *Strategy in the Missile Age*. Princeton: Princeton University Press, 1959, p.398.

⁵⁴⁹ “[...] at the present time or in the foreseeable future.” Conforme: Mensagem de 15 de maio de 1957, enviada para o chefe da delegação norte-americana da JBUSMC, no Rio de Janeiro, pelo coronel John Watt, secretário executivo da JCS, em Washington. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Secreto. [S/Assunto]

⁵⁵⁰ “The questions on the guided missile facility were based primarily on the premise that the facility would have to be defended, probably by guided missiles. [...] it is expandable if attacked and no security requirements exist in peacetime except for interior guards, none of these questions require answers.” Conforme: Memorando de 18 de abril de 1957, enviado para o sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado, pelo sr. Sayre [?]. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Secreto [Assunto: *Brazilian questionnaire on military facilities (Rio’s 1103)*]

área remota era desprovida de sentido e a instalação dos defensivos levantava uma questão: de quem e do quê esses mísseis nos defenderiam? Quem atacaria o Nordeste brasileiro com mísseis teleguiados? Na corrente oposta, o deputado Seixas Dória (UDN), em petição de início de 1957, informou que a “o acordo de cessão é ofensivo, não defensivo, uma vez que mísseis guiados *serão lançados da ilha* [em um] primeiro ataque”, e que o objetivo do acordo é o de tomar nosso petróleo.⁵⁵¹ [grifo meu]

Como salientei, os Estados Unidos formalizaram o pedido de cessão em meados de 1956. Em início de setembro, o governo brasileiro informou que o pedido estava sendo apreciado, mas comunicou que devido ao montante de instalações desejadas e a “problemas políticos internos” com os nacionalistas e comunistas, não existia atmosfera para o fechamento de *todo* o acordo: a cessão da ilha de Fernando de Noronha, no entanto, parecia garantida. Ao que tudo indica, foi neste momento que o Brasil deixou claro que barganharia com os Estados Unidos, uma vez que, com a resposta à requisição por instalações, seguiu uma relação das demandas brasileiras por armas, da Marinha, do Exército e da Aeronáutica: o pior pesadelo da diplomacia norte-americana tinha se tornado real, pois, afinal, parecia claro aos brasileiros o ditado norte-americano que diz “a roda que range recebe graxa.”⁵⁵²

No curso das negociações para Fernando de Noronha, detalhes do acordo de cessão e das negociações “vazaram” e foram parar na imprensa. Isso gerou, obviamente, inflamada movimentação contra o acordo. O governo norte-americano chegou mesmo a desconfiar deste “vazamento”, sugerindo que o mesmo talvez tivesse sido feito propositadamente pelo próprio governo brasileiro. E isto teria sido feito pois o governo brasileiro queria barganhar com o governo norte-americano termos mais favoráveis – no caso, mais empréstimos e mais material bélico – com a pressão advinda sobre ambos por parte dos nacionalistas e comunistas brasileiros.⁵⁵³ O Departamento de Estado chegou a afirmar que no circuito das relações

⁵⁵¹ “The petition says the missiles agreement is offensive not defensive since guided missiles will be launched from the island [...] drawing the first attack [...]” Conforme: Cópia de carta de 3 de abril de 1957. [?] RG 59, 1948-1962, caixa 3, Apenas para uso oficial. [Assunto: *Brazilian Chamber of Deputies to investigate the conduct of foreign affairs*]

⁵⁵² “[...] the wheel that squeaks gets the grease.” Conforme: Relatório de audiência do Comitê de Assuntos Externos da Câmara de Deputados, do dia 6 de março de 1958. Apenas para uso oficial. RG 59, 1948-1962, caixa 98. [S/Assunto]

⁵⁵³ “(6) Who was responsible for ‘leaking’ information o the negotiation? Was this done by real opponents to try to build up public reaction, or was it an administrative tactic with the above suggested purpose in view?” Conforme: Cópia de carta de 29 de janeiro de 1957, enviada para o sr. Eric Wendelin, da Embaixada Americana no Rio de Janeiro, pelo sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Confidencial. [S/Assunto]

exteriores do Brasil eram “produzidos vazamentos capazes de impressionar mesmo um bombeiro hidráulico.”⁵⁵⁴

O governo norte-americano relutou a *quid pro quo approach* do governo brasileiro, e a esta foram adicionadas questões de ordem técnica que levaram o Departamento de Defesa, em início de dezembro do mesmo ano, a pensar em uma alternativa a Fernando de Noronha no programa ICBM: uma alternativa poderia ser a utilização de *picket ships*, ou seja, navios especialmente adaptados ou construídos especificamente para a tarefa de rastrear e monitorar foguetes e mísseis. Porém, técnicos do Departamento de Defesa alegaram que, com a tecnologia disponível naquele momento, a precisão do rastreo e monitoramento somente seria obtida com a utilização de bases fixas: e além de comprometer a precisão, o uso de *picket ships* representaria uma alternativa mais cara à estação fixa.⁵⁵⁵

“A questão de alternativas foi então discutida e foi dito que o uso de *picket ships* tinha sido descartado. Uma estação de rastreo deve estar localizada dentro de uma tolerância de ¼ milha, para mais e para menos. De acordo com a tecnologia atual, isso só pode ser obtido com uma base fixa e [assim] Fernando de Noronha é *essencial*.”⁵⁵⁶ [grifo meu]

As negociações pareciam emperradas, e eventuais atrasos só aumentariam o custo das instalações, assim como atrasariam o cronograma de testes dos ICBMs. O fato de que “o projeto [do ICBM] tinha a mais alta prioridade e importância para a defesa do Ocidente” fez com que os Estados Unidos não tivessem nenhuma alternativa senão ceder às barganhas do governo brasileiro.

“A conclusão que eles chegaram era a de que a ilha de Fernando de Noronha era *uma necessidade imprescindível*, e se fosse preciso *aceitar condições que aumentariam os custos* para os Estados Unidos além do normalmente desejado, *elas deveriam ser aceitas*.”⁵⁵⁷ [grifo meu]

⁵⁵⁴ “[...] the Foreign Office has produced leaks capable of impressing even a plumber.” Conforme: Carta de 5 de fevereiro de 1957, enviada para o sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado, pelo sr. Ellis O. Briggs, da Embaixada Americana no Rio de Janeiro. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Confidencial. [S/Assunto]

⁵⁵⁵ “He informed [...] that the alternative plan for use of picket ships would be more costly and less efficient.” Conforme: *Report of Hearings – House Foreign Affairs Committee* de 1 de abril de 1958. Testemunhas: sr. Roy R. Rubottom, do Departamento de Estado, coronel T. B. Hanford, Departamento de Defesa e sr. Rollin S. Atwood [?]. [RH-30] RG 59, 1948-1962, caixa 98, Secreto.

⁵⁵⁶ “The question of alternatives was then discussed and it was stated that the use of picket ships has been ruled out. A tracking station must be located within a tolerance of plus or minus ¼ mile. According to present technology this can be only be achieved by a land base site and Fernando de Noronha is a must.” Conforme: Cópia de memorando para arquivo de 6 de dezembro de 1956, preparado pelo sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 4, Secreto. [Assunto: *Meeting on Brazilian defense sites negotiations*]

⁵⁵⁷ “[...] this project had the highest priority and importance to western defense.” “The conclusion, they stated, was that the Fernando de Noronha site was a must and that should it be necessary to accept terms which would

O Brasil parecia, portanto, em situação favorável. Mas, “forte pressão” (*strong pressure*) levou o governo brasileiro a “fechar” o acordo já em fins de 1956,⁵⁵⁸ e assiná-lo em 21 de janeiro do ano seguinte. A “pressão” parece ter continuado nos meses seguintes, e em um dado momento, em início de janeiro de 1957 – antes da assinatura formal do acordo de cessão – o embaixador deixou clara a situação da barganha com os brasileiros e o “remédio” a ser aplicado.

“Estamos nós preparados para continuar as conversações sobre Fernando de Noronha até que eles [os brasileiros] construam às nossas custas plataformas para salto de esqui? A Embaixada [brasileira] está jogando com cartas baixas [dois e três] enquanto Washington [os norte-americanos] descartou cartas importantes como empréstimos, créditos, favores, submarinos etc. O que é preciso agora é tratamento de choque aplicado ao embaixador brasileiro em Washington.”⁵⁵⁹

Como não foi possível “fechar” o acordo para a cessão da ilha *pari passu* ao acordo para cessão de material bélico, o governo brasileiro habilmente incluiu no texto formal do acordo de janeiro de 1957 o seguinte artigo:

“6° – O Governo dos Estados Unidos da América, tendo em vista que o Governo do Brasil considera acrescidas suas responsabilidades com o estabelecimento de instalações para acompanhamento de projetis teleguiados na Ilha Fernando de Noronha, concorda em realizar imediatamente com o

increase the cost to the United States beyond what normally be desirable, they would have to be accepted.” Conforme: Declaração do Bureau de Negócios Inter-Americanos do Departamento de Estado para o Comitê de Relações Externas do Senado. Transcrição de 14 de maio de 1959. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Secreto. [Assunto: *Negotiations between the United States of America and Brazil for the establishment of a guided missiles tracking station on Fernando de Noronha Island*]

⁵⁵⁸ “The Ambassador informed me [...] the final decision to grant the guided missile facility to the U.S. [...] I thanked him for the very good news.” Conforme: Memorando de conversação de 17 de dezembro de 1956, entre os Srs. Ernani do Amaral Peixoto, Embaixador brasileiro em Washington, e Maurice M. Bernbaum, do Departamento de Estado (*South American Affairs*). RG 59, 1948-1962, caixa 2885, Confidencial. [Assunto: *Guided missile station on Fernando de Noronha*]

⁵⁵⁹ “Are we prepared go on talking about Fernando de Noronha until they build at our expense ski jumps on island? Embassy has been playing with deuces and treys while Washington has tossed sway trump cards labeled loans, credits, favors, submarines et cetera. What now needed is shock treatment applied Brazil’s Potomac Ambassador.” Conforme: Telegrama número 678 de 9 de janeiro de 1957, enviado para o sr. Roy R. Rubottom, do Departamento de Estado, em Washington, pelo sr. Ellis O. Briggs, da Embaixada Americana no Rio de Janeiro. RG 59, 1948-1962, caixa 2885, Secreto. [S/Assunto] Em 1959, sugeriu-se agora que o governo brasileiro poderia aplicar o “tratamento de choque”. “President Juscelino Kubitschek was reported tonight to be under heavy pressure to employ ‘shock treatment’ to induce the Unites States to grant Brazil substantial aid.” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 24 de junho de 1959, “Anti-U.S. moves urged in Rio as ‘shock treatment’ to get aid.”

Governo brasileiro um exame da extensão das responsabilidades daí decorrentes.”⁵⁶⁰

Dentro da discussão que aqui faço da importância estratégica do Brasil no contexto da “Guerra Fria”, claro está que não houve aumento de responsabilidades: o eixo da “Guerra Fria” passava longe do Brasil e da América Latina. O que houve aqui foi a hábil tentativa do governo brasileiro de não perder a oportunidade de exercer, mais uma vez, seu histórico poder de barganha junto ao governo dos Estados Unidos, em uma situação em que dispunha sim de uma inegável importância estratégica temporária *de facto*. Não há dúvida que a importância estratégica do Brasil atingiu seu ápice, porém isso não implicou, *de modo algum*, na modificação das responsabilidades historicamente confiadas ao Brasil pelos Estados Unidos: fornecedor de materiais e matérias-primas estratégicas, “parceiro” hemisférico que, mesmo sem concordar o tempo todo e em todas as questões com Washington, sempre se manteve alinhado a ele, e o fiel do equilíbrio político da balança latino-americana, notadamente da América do Sul. No entanto, para o marechal Lott, a assinatura do acordo de cessão significava que o Brasil já tinha entrado na Terceira Guerra Mundial do lado dos americanos,⁵⁶¹ opinião compartilhada meses antes pelo ministro das relações exteriores, sr. Macedo Soares, que afirmou em entrevista exclusiva a *Associated Press* que a cessão significou o abandono da política de neutralidade, “aliando-nos definitivamente aos Estados Unidos”, o que nos deixaria “aberto ao ataque de qualquer nação estrangeira.”⁵⁶² Mas em que momento, desde 1945, a aliança entre os dois países esteve *seriamente* ameaçada ou não estava *explicitamente* definida?

O acordo de cessão fechado com o Brasil foi um dos mais importantes – senão o mais importante – acordos fechados pelo Departamento de Estado nos últimos anos, sendo considerado “a mais difícil tarefa muito bem executada” (*a most difficult job very well done*). O acordo de cessão causou *frisson* no Departamento de Estado em Washington.

⁵⁶⁰ *Exchange of notes constituting an agreement between the United States of America and Brazil relating to the establishment of a guided missile station on island of Fernando de Noronha*. Rio de Janeiro 21 de janeiro de 1957. Nações Unidas, Nova Iorque, Série *Tratados* número 4025, p.98-101. [DPo/11/520.5]

⁵⁶¹ “Lott said that Brazil’s granting us right on Fernando de Noronha meant it had already entered World War III on our side [...]” Conforme: Cópia de memorando de 4 de outubro de 1957, enviado para sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado, pelo sr. Roy R. Rubottom, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 7, Secreto. [Assunto: *Your meeting with General Trapnell, Chairman of the JBUSDC*]

⁵⁶² “[...] would be abandoning neutrality and definitively allying itself with the U.S. It would thus open itself to attack from any foreign country.” Conforme: Memorando de 11 de janeiro de 1957, enviado para o sr. Bernbaum [?], pelo sr. Rudolph E. Cahn [?]. RG 59, 1948-1962, caixa 2885. [Assunto: *Foreign Minister Macedo Soares’ exclusive interview to AP*]

“Provavelmente não seja novidade para você que as recentes negociações do acordo de Fernando de Noronha levantaram muita curiosidade e interesse no Departamento e em qualquer lugar em Washington. Essa foi uma matéria que altos personagens se envolveram, incluindo, em um dado momento, o próprio presidente. Dick Rubotton era freqüentemente questionado acerca dela no andar de cima, e as pessoas demonstravam interesse contínuo ao perguntar ao ARA [*American Republics Affairs*] como as coisas estavam indo e os motivos.”⁵⁶³

E a habilidade do governo brasileiro em barganhar com o norte-americano surtiu efeito, pois discussões formais acerca do 6º Artigo e do acréscimo de responsabilidades já ocorriam na Comissão de Defesa Conjunta Brasil - Estados Unidos⁵⁶⁴ (*Joint Brazil - United States Defense Commission* ou JBUSDC), em Washington, em fins de junho de 1957. As discussões foram feitas em cima do proposto pelo governo norte-americano na lista (de material bélico) de início de setembro de 1956. Avaliações feitas pelos representantes brasileiros na JBUSDC concluíram que um montante de US\$600 milhões de dólares deveria ser despendido em material bélico e em infra-estrutura no Brasil por conta do acréscimo de responsabilidades. Neste momento, os representantes norte-americanos deixaram claro que as responsabilidades militares do Brasil *não* tinham aumentado por conta do acordo de cessão *per se*. Mas a insistência do governo brasileiro, aliada a consideração de um “papel geral mais amplo na defesa hemisférica que os Estados Unidos previam para o Brasil”, fez com que os norte-americanos cedessem. Mesmo já tendo sido assinado o acordo de cessão, os Estados Unidos não queriam arriscar a sua “utilização satisfatória” (*satisfactory utilization*) da ilha enquanto lá estivessem, uma vez que a mesma era de “crucial importância para o programa ICBM” (*of such crucial importance to the ICBM program*). Além disso, não queriam arriscar as “satisfatórias relações políticas” que mantinham com o Brasil, “a maior e mais importante nação latino-americana.”

Muita discussão ainda prevaleceu durante todo o ano e no seguinte; e em início de novembro de 1958, a Embaixada brasileira em Washington notificou formalmente ao Departamento de Estado que o governo brasileiro tinha aceitado⁵⁶⁵ as propostas norte-

⁵⁶³ “It probably comes as no news to you that the recent guided missiles negotiations aroused a great deal of curiosity and interest in the Department and elsewhere in Washington. It was a matter which high personages get into the act, including, at one point, the President himself. Dick Rubotton was frequently asked about it upstairs, and others displayed continuing interest in asking ARA how things were going and why.” Conforme: Cópia de carta de 29 de janeiro de 1957, enviada para o sr. Eric Wendelin, da Embaixada Americana no Rio de Janeiro, pelo sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Confidencial. [S/Assunto]

⁵⁶⁴ A JBUSDC foi criada com o *Mutual Defense Assistance Agreement*, de 1952, e consiste de representantes das forças armadas do Brasil e dos Estados Unidos que consideram questões de defesa conjuntas entre os dois países.

⁵⁶⁵ Cópia de carta de 20 de novembro de 1958 enviada para o sr. Ellis O. Briggs, embaixador norte-americano no Rio de Janeiro, pelo sr. William T. Briggs, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Secreto. [S/Assunto]

americanas de material bélico: o governo brasileiro, mesmo assim, deixou claro sua insatisfação – uma vez que considerou que nem todas as demandas foram atendidas – e esboçou, inclusive, uma reação no sentido de reavaliar algumas delas. Sem sucesso: o governo norte-americano replicou as querelas do governo brasileiro com uma nota de 24 de janeiro de 1959 que dava por encerradas as discussões em torno do 6º Artigo.

Ao final, as discussões sobre a concessão de material bélico para o Brasil decorrentes da cessão da ilha apresentaram um saldo positivo para os Estados Unidos. Já em setembro de 1957, o embaixador norte-americano no Rio de Janeiro sabia que “os brasileiros ficariam felizes se conseguirem apenas uma relativamente pequena porcentagem dos US\$600 milhões requisitados [...] e algo entre US\$25 e 45 milhões [...] seria suficiente e bem pago pela cooperação deles [dos brasileiros] na cessão da base.”⁵⁶⁶ As autoridades brasileiras cederam ou se mostraram ineptas em manter suas demandas: seria pela dificuldade do embaixador brasileiro em Washington, sr. Ernani do Amaral Peixoto, em se fazer entender com o seu inglês?!⁵⁶⁷ Seja como for, os Estados Unidos também barganharam, e habilmente driblaram o desejo brasileiro – tanto *quantitativo como qualitativo* – por material bélico.

“Como previamente observado, o programa [de cessão de material bélico] – enquanto substancial e efetivamente calculado para atender as responsabilidades do Brasil – *é muito menos do que o Brasil requisitou no começo das negociações*. Deve-se salientar que as discussões foram conduzidas *inteiramente* tendo por base ‘unidades de equipamento’ e *não* por base o ‘preço do equipamento’, e até onde o Departamento de Estado tem conhecimento, o governo brasileiro não sabe que o programa finalmente acordado vale financeiramente US\$87 milhões, ao invés de US\$600 milhões em custo de equipamento que eles [o Brasil] tinham requisitado.”⁵⁶⁸ [grifo meu]

⁵⁶⁶ “[...] the Brazilians would be happy if they got only a relatively small percentage of the \$600 million worth requested. [...] he said something between \$25 and \$45 million [...] the Brazilians would really be well off and well paid for their cooperation on the missiles base.” Conforme: Cópia de carta de 5 de setembro de 1957, enviada para o sr. Woodruff Wallner, da Embaixada Americana no Rio de Janeiro, pelo sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Apenas para uso oficial. [S/Assunto]

⁵⁶⁷ Em maio de 1957, em um determinado momento de uma reunião no Departamento de Estado para tratar das estações LORAN e ACAN, o embaixador perguntou: “Should I speak in English or not? *My English is maybe difficult for you to understand.*” [grifo meu] Conforme: Transcrição de procedimentos de 9 de maio de 1957, de encontro ocorrido no Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Confidencial. [Assunto: *Meeting of Brazilian and United States representatives in regard to agreements for an Army communications facility at Maceió and three Coast Guard LORAN stations*]

⁵⁶⁸ “In the course of the JBUSDC discussions, the United States representatives made it clear that the United States did not consider that Brazil’s military responsibilities had been increased solely by virtue of the establishment of the missiles tracking station. On the other hand, in view of the insistence of the Brazilian representatives to the contrary, and particularly in consideration of the major overall hemisphere defense role which the United States envisaged for Brazil, the United States representatives did recommend the program of increased aid [...]” “As previously noted, the program, while substantial and calculated effectively to enable Brazil to meet her responsibilities, is very much less than that which Brazil requested at the outset of the negotiations. It should be noted that the discussions throughout were conducted on the basis of units of

No curso das negociações, era surpreendente a certeza esboçada meses antes – em outubro de 1957 – pelo embaixador americano no Brasil, sr. Ellis O. Briggs, e outras autoridades norte-americanas, em Washington, de que o Brasil cederia e se contentaria com “uma fração”⁵⁶⁹ do material bélico que havia solicitado anteriormente: de onde brotou tamanha segurança? Teria havido uma troca do material bélico pela garantia de mais empréstimos para a construção de Brasília?

O governo brasileiro talvez tenha calculado mal a importância de Fernando de Noronha ou ainda tenha sido mal informado ou muito pressionado para aceitar as condições impostas a ele. Na verdade, a indispensabilidade de Fernando de Noronha era tão gritante que os Estados Unidos estavam dispostos a ceder o que fosse necessário. É sabido que o governo brasileiro recebeu uma quantidade significativa de empréstimos neste período e que foram destinados a construção da nova Capital Federal: teria Fernando de Noronha ajudado o Brasil a capitalizar recursos para a aventura do governo Kubitschek no planalto central? O parágrafo seguinte mostra que naquela conjuntura tudo parecia possível.

“Com relação a discussão acima [da não possibilidade de utilização dos *picket ships*], foi mencionado que a importância deste programa [do ICBM] torna isso [Fernando de Noronha] *essencial a todo custo*. Se tivermos que aceitar condições que *umentem os nossos custos* para um valor acima do seria normalmente desejado, *isso deverá ser feito*.”⁵⁷⁰ [grifo meu]

A construção da estação de rastreio de Fernando de Noronha teve início em junho de 1957 e foi completada em outubro de 1958: a empresa contratada nos Estados Unidos para a

equipment and not on the basis of price and that so far as Department of State is aware, the Brazilian Government does not know that the program finally agreed upon was valued at approximately \$87 million, in contrast to the \$600 million cost of the material which they had requested.” Conforme: Declaração do Bureau de Negócios Inter-Americanos do Departamento de Estado para o Comitê de Relações Externas do Senado. Transcrição de 14 de maio de 1959. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Secreto. [Assunto: *Negotiations between the United States of America and Brazil for the establishment of a guided missiles tracking station on Fernando de Noronha Island*]

⁵⁶⁹ “[...] Brazil would happily settle for ‘a fraction’ of the total request.” Conforme: Cópia de memorando de 4 de outubro de 1957, enviado para sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado, pelo sr. Roy R. Rubottom, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 7, Secreto. [Assunto: *Your meeting with General Trapnell, Chairman of the JBUSDC*] Ver também: Memorando de conversação de 30 de dezembro de 1957, entre os Srs. Ernest V. Siracusa e general Darcy [?]. RG 59, 1948-1962, caixa 2885, Secreto. [Assunto: *Military talks pursuant to Article VI of the guided missiles tracking station agreement*]

⁵⁷⁰ “In connection with the above discussions, it was mentioned that the importance of this program makes it essential at all cost. If we have to accept terms which will increase our costs beyond what would normally be desirable, this will have to be accepted.” Conforme: Cópia de memorando para arquivo de 6 de dezembro de 1956, preparado pelo sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 4, Secreto. [Assunto: *Meeting on Brazilian defense sites negotiations*]

construção da base foi a *Jones-Tompkins*,⁵⁷¹ que era uma *joint venture* composta pelas empresas *J. A. Jones Construction Company* e *Charles A. Tompkins*.⁵⁷² No total, era previsto que a estação contaria com 42 prédios de apoio do tipo *Quonset*,⁵⁷³ ou seja, temporários, 9 instalações técnicas permanentes (de concreto e aço) e uma pista de pouso para aeronaves. A estação seria operada pela empresa *Pan American World Airlines*, e a maior parte dos que trabalham na estação seriam técnicos civis. Ao final, o custo total de construção da estação de Fernando de Noronha foi orçado em US\$8,9 milhões.⁵⁷⁴ Para a construção, seria contratada mão-de-obra brasileira (através de uma firma brasileira subcontratada),⁵⁷⁵ mas o Departamento da Força Aérea considerou como algo da “mais extrema importância” (*of the utmost importance*) que pessoal norte-americano estivesse encarregado da construção (*be in charge of construction*), algo para o qual não admitiam sequer questionamentos.⁵⁷⁶ Em novembro de 1957, o general Thomas C. Darcy,⁵⁷⁷ da USAF, pareceu bem interessado em reduzir pela metade o custo de Fernando de Noronha e, para tanto, consultou o Departamento de Estado para saber se no Acordo de Cessão havia alguma menção ao tipo de estrutura que deveria ser construída. Ele gostaria que fossem feitas na ilha apenas construções temporárias e *não permanentes*, e queria saber também do Departamento qual seria reação dos brasileiros: o sr. Siracusa deu-lhe uma sugestão.

“Se a Força Aérea decidir fazer isso, eu disse [ao General Darcy], era a minha opinião que devemos proceder *sem consultar os brasileiros e sem dizer que se está erguendo estruturas temporárias*. Se eles [os brasileiros] – que no final serão os beneficiados com tais construções – julgarem que mudamos nossos planos, *eles é que devem fazer pressão sobre nós* para que

⁵⁷¹ Cópia de memorando de 20 de agosto de 1957, enviado para o sr. Wallner [?] pelo sr. G. O. Spencer [?]. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Confidencial. [S/Assunto]

⁵⁷² Carta de 29 de julho de 1957, enviada para o sr. William C. Affeld, Jr., da Embaixada Americana no Rio de Janeiro, pelo sr. Hugh N. Whitaker, Cônsul Americano [?]. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Confidencial. [Assunto: *Status of Fernando de Noronha project*]

⁵⁷³ “A trademark for a prefabricated portable but having a semicircular roof of corrugated metal that curves down to form walls.” *The American Heritage Dictionary*. Boston: Houghton Mifflin Co., 1991, p.1018.

⁵⁷⁴ Declaração do Bureau de Negócios Inter-Americanos do Departamento de Estado para o Comitê de Relações Externas do Senado. Transcrição de 14 de maio de 1959. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Secreto. [Assunto: *Negotiations between the United States of America and Brazil for the establishment of a guided missiles tracking station on Fernando de Noronha Island*]

⁵⁷⁵ Telegrama número 848, de 15 de fevereiro de 1957, enviado para o Departamento de Estado, pela Embaixada Americana no Rio de Janeiro. RG 59, 1948-1962, caixa 2885, Confidencial. [S/Assunto]

⁵⁷⁶ Memorando de 21 de dezembro de 1956, enviado para o sr. Murphy [?], pelo sr. Roy R. Rubottom, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 2885, Confidencial. [Assunto: *Meeting with Mr. Gray on guided missile station*] Não se discutiria também que o controle operacional da estação estaria nas mãos de pessoal norte-americano, assim como que a mesma só seria transferida ao Brasil ao final do acordo.

⁵⁷⁷ Em setembro de 1957, a revista *Visão* noticiou a passagem do general Darcy pelo Brasil: “Chegou ao Rio o Major-general Thomas C. Darcy, representante da Força Aérea Americana na Comissão Mista de Defesa Brasil – Estados Unidos. O Major-general Darcy é velho amigo da FAB, pois lutou na Itália [...] durante o último conflito mundial.” *Revista Visão*, São Paulo, 13 de setembro de 1957, volume 11, número 11, p.13, “O mundo.”

fazemos estruturas permanentes. O general Darcy disse que ele concordava e disse que informaria ao JBUSMC acerca dessa matéria, e pediria que o JBUSMC informasse o embaixador Briggs.”⁵⁷⁸

O contratante para a construção das instalações iniciou, de fato, a substituição de algumas estruturas permanentes por temporárias, alteração que seria prontamente descoberta pelos militares brasileiros, uma vez que conheciam os planos iniciais de construção. Posteriormente, talvez tendo pensado melhor sobre o assunto, o embaixador Briggs sugeriu que “o melhor procedimento sob as atuais circunstâncias é fazer uma franca comunicação as autoridades militares brasileiras no Rio antes que eles nos questionem, de modo a evitar aparentar que agimos de má fé.”⁵⁷⁹



Gostaria agora de lembrar, como falei anteriormente nesta seção, que as negociações iniciadas em 1956 não visavam *apenas* a construção da estação em Fernando de Noronha: incluía-se no pacote outras estações de uso militar no Nordeste brasileiro – três LORAN e uma de comunicação (ACAN) em Maceió –, além da revitalização das bases de Belém e Natal. As negociações para as estações LORAN e de Maceió foram iniciadas em Washington em início de 1957, e as lições colhidas com a experiência da negociação para Fernando de Noronha no ano passado mostraram ao governo norte-americano que mais barganha por material bélico deveria ser feita caso quisessem prosseguir com os acertos: em fevereiro de 1957 o embaixador brasileiro em Washington, sr. Ernani do Amaral Peixoto, foi chamado ao Departamento de Estado e comunicado de que o governo norte-americano era contrário a “negociação dos acordos de Maceió e LORAN na base da barganha (*quid pro quo basis*), que

⁵⁷⁸ “If the Air Force decides to do this, I said, it was my opinion that it ought to proceed without consulting the Brazilians and without stating that it was putting up temporary structures. If the Brazilians, who are ultimately to be the beneficiaries of these buildings, believe we changed our plans, they might put pressure on us to go ahead with permanent structures. General Darcy said he was in agreement and said that he would inform JBUSMC about this matter, asking JBUSMC to inform Ambassador Briggs.” Conforme: Cópia de memorando de conversação de 8 de novembro de 1957, entre o general Thomas C. Darcy, da USAF e o sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Confidencial [Assunto: *Type of structures for Fernando de Noronha island*]

⁵⁷⁹ Telegrama número 745, de 13 de dezembro de 1957, enviado para a Embaixada Americana no Rio de Janeiro, pelo Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 2885, Confidencial [S/Assunto]

parecia ser o que o Brasil estava buscando.”⁵⁸⁰ A revitalização das bases no Nordeste brasileiro incluía o prolongamento das pistas de pouso, e este projeto parece ter sido o primeiro a ser abandonado: porém, há fortes indicações de ter sido feita a recuperação das pistas de pouso⁵⁸¹ de Belém e Recife,⁵⁸² uma vez que “as atuais atividades da USAF tem causado danos àquelas pistas”⁵⁸³ e as mesmas eram necessárias as atividades relacionadas a construção da “Estação 11” (Fernando de Noronha) e a da ilha de Ascensão. Houve tentativa também de usar a pista de pouso de Natal como rota alternativa ao tráfico intenso no Recife.⁵⁸⁴ Uma vez que os projetos de revitalização de bases no Nordeste brasileiro parecem ter se limitado ao reparo de pistas de pouso, restavam agora apenas as estações LORAN e a de comunicação em Maceió.

Aparentemente, os motivos iniciais para a escolha de Maceió – em uma área próxima a União dos Palmares – como destino de uma estação de comunicações se baseavam, primeiro, no fato da existência de uma “combinação de condições atmosféricas e outras condições muito adequadas a rádio-transmissão.” O sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado, ficou “embasbacado” (*flabbergasted*) ao saber, pelo Exército norte-americano, que este *não* era o verdadeiro motivo. De fato, Maceió foi selecionada com base na recomendação do marechal Teixeira Lott de que existiam terras públicas disponíveis na região, o que não ocorria em Recife, segundo informação dada ao Exército norte-americano pelo governo brasileiro: a informação prestada por Lott deve ter sido dada com bastante antecedência, pois

⁵⁸⁰ “Make clear our opposition to negotiating the Maceio and Loran agreement on a quid pro quo basis, which seems to be what Brazil is aiming for.” Conforme: Memorando de conversação de 25 de fevereiro de 1957, entre os Srs. Embaixador Peixoto e ministro Valle, da Embaixada brasileira em Washington, sr. Roy R. Rubottom, Maurice M. Bernbaum e Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Confidencial [Assunto: *Maceio and Loran negotiations*]

⁵⁸¹ Em outubro de 1957, o Departamento de Estado comunicou a Embaixada Americana no Rio de Janeiro que a Força Aérea autorizou o reparo das pistas de Recife e Belém. Conforme: Telegrama número 424, de 2 de outubro de 1957, enviado para a Embaixada Americana no Rio de Janeiro, pelo Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 2885, Confidencial [S/Assunto]

⁵⁸² “A C-124 with building material for the project is due to arrive here today. It will, after discharging its cargo, return to Recife for 15 tons of cement. Yesterday there were seven American planes on the strip at the military airport, and traffic continues to be heavy.” Conforme: Cópia de carta de 24 de junho de 1957, enviada para o sr. William C. Affeld, Jr., da Embaixada Americana no Rio de Janeiro, pelo sr. Hugh N. Whitaker, do Consulado Americano no Recife. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Confidencial. [S/Assunto]

⁵⁸³ Mensagem de outubro de 1957, do Quartel-General da Força Aérea, em Washington, para o chefe da seção da USAF na JBUSMC, no Rio de Janeiro. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Secreto [Assunto: *Repair of runways Belem and Recife*]

⁵⁸⁴ “Natal reports the arrival of seven American officers who inspected the air strip at that once busy airport. Natal is now an alternate field for Recife bound planes.” Conforme: Cópia de carta de 18 de junho de 1957, enviada para o sr. William C. Affeld, da Embaixada Americana no Rio de Janeiro, pelo sr. Hugh N. Whitaker, do Consulado Americano no Recife. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Apenas para uso oficial. [S/Assunto]

já em 1955 se sondava a cidade de Maceió para a construção da estação.⁵⁸⁵ De todo modo, a existência de condições atmosféricas favoráveis somente seria constatada com pesquisa *in loco*, através de estudos que incluíam um levantamento topográfico. Deveria também ser verificado se a região não estava sob uma área que contivesse um leito de minério de ferro, o que causaria “condições magnéticas adversas”⁵⁸⁶ que impossibilitariam a construção da estação de comunicação. Em resumo, a exata localização da estação só seria definida depois de minuciosa análise técnica,⁵⁸⁷ e uma alternativa a Maceió inclusive já existia: Gâmbia, na África; apesar de que se preferia Maceió – localizada em um “país desenvolvido” e dado a “tradicional amizade entre Brasil e Estados Unidos” – do que “uma área primitiva como a Gâmbia.”⁵⁸⁸

Por um lado, o Brasil parece ter dificultado os trabalhos iniciais de levantamento topográfico⁵⁸⁹ (*survey*) que os Estados Unidos pretendiam realizar em Maceió, sob a alegação de que a permissão de tais trabalhos representaria um consentimento tácito de que o acordo seria assinado. O Pentágono suspeitava que este fosse o verdadeiro motivo, e não o receio brasileiro de uma reação ultranacionalista.⁵⁹⁰ mais impedimentos eram colocados pelo governo brasileiro na consecução da estação em Maceió, que chegou mesmo a falar em “problemas de política interna brasileira” como o motivo da recusa do levantamento topográfico. Seja como e qual for, “o movimento para que desistamos do Brasil como local de uma estação ACAN está ganhando *momentum*,” e o sr. Maurice M. Bernbaum escreveu a

⁵⁸⁵ “I consider it inadvisable to approach Foreign Office re Maceio survey until after election.” Conforme: Telegrama número 330 de 19 de setembro de 1955, enviado para o Secretario de Estado, pelo sr. Dunn [?], da Embaixada Americana no Rio de Janeiro. RG 59, 1948-1962, caixa 2885, Secreto. [S/Assunto]

⁵⁸⁶ “[...] must have been carefully selected because of a combination of atmospheric and other conditions highly suitable for radio-transmission.” Conforme: Cópia de carta de 10 de julho de 1957, enviada para o sr. Woodruff Wallner, da Embaixada Americana no Rio de Janeiro, pelo sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Confidencial. [S/Assunto]

⁵⁸⁷ “The exact location of each [facilities] will be dependent upon the physical characteristics of the site chosen.” Conforme: Memorando de 22 de maio de 1957, enviado para o sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado, pelo coronel da Força Aérea J. W. Chapman, do Departamento de Defesa. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Confidencial. [S/Assunto]

⁵⁸⁸ “[...] traditional friendship between the Republics of the United States of Brazil and United Sates of America [...] the necessity for locating in a developed country, rather than in a primitive area such as Gambia.” Conforme: Transcrição de procedimentos de 9 de maio de 1957, de encontro ocorrido no Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Confidencial. [Assunto: *Meeting of Brazilian and United Sates representatives in regard to agreements for an Army communications facility at Maceió and three Coast Guard LORAN stations*]

⁵⁸⁹ O levantamento topográfico seria necessário por dois motivos: 1) por questões necessárias ao desenho arquitetônico da estação e, 2) determinar se o local é apropriado para a construção de uma estação de comunicações. Conforme: Memorando de 23 de julho de 1957, enviado para o sr. Roy R. Rubottom [Departamento de Estado] e Snow [?], pelos Srs. Maurice M. Bernbaum e Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Secreto. [Assunto: *Possible withdrawal of Army request for Maceio communications facility*]

⁵⁹⁰ Memorando de 15 de agosto de 1957, enviado para o sr. Maurice M. Bernbaum e Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado, pelo sr. Ruihley [?]. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Secreto. [Assunto: *Survey of Maceio site*]

lápiz no memorando que “isto não deve [no entanto] interferir nas negociações militares envolvendo barganha (*quid pro quo*) por Fernando de Noronha.”⁵⁹¹ Curiosamente, *por outro lado*, outros documentos revelam que, na verdade, o Brasil estaria interessado na construção da estação em Maceió, mas queria que um acordo fosse feito antes do levantamento topográfico, o que parecia impossível, uma vez que o levantamento era exatamente para averiguar a possibilidade técnica de Maceió receber uma estação ACAN: como se comprometer através de um acordo se existia a possibilidade da estação sequer ser construída lá?⁵⁹²

“Como você sabe, a negociação para Maceió está sendo conduzida simultaneamente com as conversações da JBUSDC em conformidade com o acordo dos mísseis [Fernando de Noronha]. O governo brasileiro tem deixado claro que esta é uma questão de barganha e o embaixador Briggs disse que ‘nós podemos ter a estação de comunicação apenas pelo custo da adição de mais equipamento [bélico].’ Assim, o segundo maior problema é que nós devemos concordar antecipadamente com um preço por algo que sequer sabemos se é utilizável.”⁵⁹³

O Departamento de Estado solicitou então ao Departamento de Defesa que reexaminasse a necessidade por elas no Brasil – devido às previsíveis dificuldades porvir – e as realocasse, se possível, para outro país.⁵⁹⁴ A decisão final sobre que país seria esse saiu em março de 1958; e foi recomendada a construção da estação em Porto Rico.⁵⁹⁵ Parece óbvio

⁵⁹¹ “[...] because of Brazilian internal political problems [...]” “I gather the move to give up Brazil as an ACAN station site is gaining momentum.” “This should not interfere with the military negotiations involving a *quid pro quo* for Fernando de Noronha.” Conforme: Memorando de 19 de agosto de 1957, enviado para o sr. Maurice M. Bernbaum, do Departamento de Estado, pelo sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Secreto. [Assunto: *Maceió*]

⁵⁹² No próximo Capítulo mostrarei que demandas semelhantes foram feitas pelo governo brasileiro ao norte-americano quando da negociação para exploração de urânio no Brasil.

⁵⁹³ “As you know, the Maceió negotiation is being conducted simultaneously with the JBUSDC talks pursuant to the missiles agreement. Brazil has made it clear that this is a bargaining matter and Ambassador Briggs has said ‘we can have the communications facility but only for the price of additional equipment.’ Therefore, the second major problem is that we must agree on a price in advance for something we do not know is usable.” Conforme: Memorando de 23 de julho de 1957, enviado para o sr. Roy R. Rubottom [Departamento de Estado] e Snow [?], pelo sr. Maurice M. Bernbaum e Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Secreto. [Assunto: *Possible withdrawal of Army request for Maceio communications facility*]

⁵⁹⁴ Os Estados Unidos acompanhavam os acontecimentos da política regional e local e que pudessem influenciar as decisões com relação a base de comunicação no Nordeste: em um destes casos, foi relatado que um político entrou na Assembléia Legislativa em Maceió armado com uma submetralhadora, promovendo um tiroteio no qual acabou sendo morto. O Departamento de Estado e de Defesa foi informado acerca da “instabilidade política da área”: teria este acontecimento corroborado no abandono da idéia de se ter uma estação de comunicação em Maceió? Conforme: Memorando de 19 de setembro de 1957, enviado para o sr. Roy R. Rubottom e sr. Snow, pelo sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Confidencial. [Assunto: *Violence in Maceio, Brazil*]

⁵⁹⁵ Telegrama número 508[?], de 29 de outubro de 1957, enviado para a Embaixada Americana no Rio de Janeiro, pelo Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 2885, Secreto. [S/Assunto] e Telegrama de 14

deduzir que os pedidos destas estações – além da de Fernando de Noronha – serviram para intensificar a já aguda percepção do governo brasileiro de que éramos estrategicamente importantes para os Estados Unidos: a importância relativa sempre existiu, mas o erro de avaliação do governo brasileiro sempre esteve associado a *dimensão*, a *duração* e a *escala* daquela importância. Para que tenhamos uma idéia do arrogo estratégico do Brasil neste período, basta lembrar que o governo brasileiro tencionou tornar-se membro da OTAN,⁵⁹⁶ o que foi prontamente – mas cuidadosamente – rechaçado pelos Estados Unidos: com relação as “ambições brasileiras de integrar a OTAN [...] [o Departamento de Estado] recomendou que postergássemos a informação ao Brasil de que nós não queremos mais a estação em Maceió, até que o interesse atual do Brasil em tornar-se membro da OTAN diminua.”⁵⁹⁷ Os Estados Unidos pareciam temer que a notícia do desinteresse por Maceió pudesse de alguma forma ser utilizada nas conversações sobre equipamento militar que ocorriam naquele momento em Washington: o embaixador Briggs, por outro lado, via no interesse brasileiro apenas a vontade do Brasil de “se projetar no cenário mundial” (*project itself on world stage*).⁵⁹⁸ Memorando de janeiro de 1958 sugeriu que o Brasil fosse imediatamente notificado do desinteresse norte-americano por Maceió, uma vez que a “agitação causada pelo anúncio de Macedo Soares em ingressar na OTAN acabou.”⁵⁹⁹

Já se discutia em Washington o que dizer e como dizer aos brasileiros que a estação em Maceió já não era mais necessária: os Estados Unidos não podiam alegar a questão da necessidade de realização de um levantamento topográfico – já negado pelo governo brasileiro –, uma vez que podíamos voltar atrás e autorizar o levantamento. Foi preparada então uma lista de justificativas a serem dadas as autoridades brasileiras, que incluíam, além da falta do levantamento topográfico, as dificuldades políticas e problemas legais. Quanto a

de março de 1958, enviado para a Embaixada Americana no Rio de Janeiro, pelo Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 2885, Secreto. [S/Assunto]

⁵⁹⁶ A bem da verdade, esse desejo remonta desde, pelo menos, 1956, tendo em vista o suposto aumento de prestígio do Brasil, uma vez que “[o Brasil] ocupa a presidência do órgão internacional de maior importância, que é o da reunião da ONU para tratar da Agência Internacional de Energia Nuclear, e que provavelmente virá a presidir mais um outro – a Organização dos Estados Americanos.” Conforme: *Ata de reunião parcial do Conselho de Segurança Nacional*, 25 de setembro de 1956, Rio de Janeiro, Palácio do Catete, página 7-8. Presidindo a sessão o sr. José Carlos de Macedo Soares, Ministro das Relações Exteriores.

⁵⁹⁷ “[...] on the subject of Brazil’s NATO ambitions, in which he had recommended that we postpone informing Brazil that we no longer have need of the Maceio facilities until the current interest of Brazil in NATO membership died down.” Conforme: Cópia de carta de 13 de dezembro de 1957, enviada para o embaixador Ellis O. Briggs, da Embaixada Americana no Rio de Janeiro, pelo sr. William T. Briggs, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Confidencial. [S/Assunto]

⁵⁹⁸ Telegrama número 802, de 27 de dezembro de 1957, enviado para o Departamento de Estado, pela Embaixada Americana no Rio de Janeiro. RG 59, 1948-1962, caixa 2885, Confidencial. [S/Assunto]

⁵⁹⁹ “Since the flurry caused by Macedo Soares’ NATO announcement has now died down [...]” Conforme: Memorando de 3 de janeiro de 1958, enviado para sr. Roy R. Rubottom, pelo sr. Ernest V. Siracusa. RG 59, 1948-1962, caixa 2885, Confidencial. [Assunto: *Termination of Maceió negotiation*]

este último, o problema era que a Constituição brasileira não permitia o estacionamento de pessoal militar em tempo de paz no território brasileiro, o que forçaria os Estados Unidos a “esconder este fato pelo uso de linguagem insatisfatória”, ou seja, usar no acordo a ser assinado termos como “técnicos e funcionários” no lugar de “pessoal militar”.⁶⁰⁰

E finalmente, em janeiro de 1958,⁶⁰¹ foi dado um duro golpe na suposta importância estratégica *adicional* adquirida pelo Brasil, como decorrência da busca norte-americana por instalações militares no Nordeste brasileiro *além* da de Fernando de Noronha: o Departamento de Estado informou a Embaixada brasileira em Washington de que não tinha mais interesse nas estações LORAN. Quanto a Maceió a decisão foi tomada na mesma época. Um memorando de 9 de janeiro formalizou uma exposição completa de motivos a serem apresentadas ao governo brasileiro para o abandono de Maceió.⁶⁰² Afinal, e isto já se percebia pelo menos desde meados de 1957, “os brasileiros tem atirado obstáculos suficientes no caminho de Maceió.”⁶⁰³

“Fomos informados agora pelo Exército que não há necessidade de se esperar por ação legislativa antes de informamos ao Brasil de que *não há mais necessidade* de se estabelecer uma estação de ACAN do Exército em Maceió.”⁶⁰⁴ [grifo meu]

Mas o abandono da possibilidade de construção das estações de LORAN e ACAN no Nordeste brasileiro *não* podia significar, de modo algum, uma deterioração nas relações com os brasileiros, notadamente os militares. Porém, ter ciência da importância deles não significa “estar a mercê de suas táticas chantagistas”; não significa “condená-los a existência na Idade

⁶⁰⁰ “[...] to hide this fact by unsatisfactory language (‘technicians and functionaries’ instead of ‘military personnel’) [...]” Conforme: Cópia de carta de 1 de agosto de 1957, enviada para o sr. Woodruff Wallner, da Embaixada Americana no Rio de Janeiro, pelo sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Secreto. [S/Assunto]

⁶⁰¹ Cópia de memorando de 9 de janeiro de 1958. *Through* sr. Roy R. Rubottom, Bernbaum e Ernest V. Siracusa. RG 59, 1948-1962, caixa 7, Confidencial. [Assunto: *Meeting with Ambassadors Peixoto – Withdrawal of Army communications and LORAN requirements in Brazil*]

⁶⁰² Memorando de 9 de janeiro de 1958, enviado para sr. Roy R. Rubottom, pelo sr. Ernest V. Siracusa. RG 59, 1948-1962, caixa 2885, Confidencial. [Assunto: *Meeting with Ambassador Peixoto – Withdrawal of Army communications and LORAN requirements in Brazil*]

⁶⁰³ “Perhaps the Brazilians have thrown enough obstacles in the way of Maceió.” Conforme: Carta de 25 de julho de 1957, enviada para o sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado, pelo sr. Woodruff Wallner, da Embaixada Americana no Rio de Janeiro. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Confidencial. [S/Assunto]

⁶⁰⁴ “We have now been informed that the Army has determined we need not await legislative action before informing Brazil that we no longer require rights to establish an Army ACAN station at Maceió.” Conforme: Cópia de carta de 4 de dezembro de 1957, enviada para o sr. Ellis O. Briggs, da Embaixada Americana no Rio de Janeiro, pelo sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Confidencial. [S/Assunto]

da Pedra, como pretendida pelo Almirante Radford.” A chamada Doutrina Radford⁶⁰⁵ (*Radford Doctrine*) parecia apontar na direção do sucateamento das forças militares brasileiras.

“A Doutrina Radford é em nossa opinião uma contradição as realidades políticas do Brasil. O Exército e a Marinha não se contentarão com o equivalente moderno ao arco e flecha e uma piroga. A Força Aérea deve ter algo aceitável para voar ou então isso vai deixar de ser uma Força Aérea. Obviamente o armamento deles deve ser compatível com seus papéis e missões. Sob as condições da guerra atômica moderna, os papéis e missões do Brasil em uma luta com a Rússia *serão provavelmente minúsculos*, e *alguém tem que dizer isso para eles*. Isto não diminui a respeitabilidade deles. Talvez [o embaixador Ernani do Amaral] Peixoto nos deu o núcleo de uma boa idéia outro dia desses [...] que o novo conceito deveria ser o da instituição militar – do ‘homem-pobre-moderno’ ao invés do ‘homem-rico-Idade da Pedra’ – construída em torno da segurança interna e a da repulsão a qualquer vizinho agressivo.”⁶⁰⁶ [grifo meu]



Como enfatizei anteriormente, por todo o tempo em que operou em Fernando de Noronha, os Estados Unidos sempre foram muito cautelosos em suas relações com o Brasil, uma vez que mesmo já tendo sido garantida a utilização da ilha, gostariam que esta se desse sem perturbações ou impedimentos, ou seja, gostariam de fazer uma “utilização satisfatória” da mesma. Em abril de 1958, o embaixador norte-americano no Rio de Janeiro foi informado – um tanto que de última hora – pelo Departamento de Estado de que uma operação militar relacionada aos testes de mísseis feitos a partir de Cabo Canaveral estava programada para

⁶⁰⁵ Arthur William Radford. “Born at Chicago, Illinois, February 27, 1896, he graduated from the US Naval Academy in 1916. [...] In July 1953 he turned over command of the Pacific Fleet to Admiral Felix Stump, and in August succeeded General of the Army Omar Nelson Bradley as Chairman of the Joint Chiefs of Staff. He was reappointed to that post in 1955 and held it until his retirement in August 1957. He served thereafter as consultant to the Defense Dept while pursuing private business interests. He died at Bethesda, Maryland, August 17, 1973.” Conforme: <http://www.arlingtoncemetery.net/aradford.htm> (Acessado no dia 19-12-2011 às 9h30min)

⁶⁰⁶ “The Radford Doctrine is in our opinion in contradiction to the political realities of Brazil. The Army and Navy will not be content with the modern equivalent of the bow and arrow and the dugout canoe. The Air Force has got to have something acceptable to fly or it will cease being an Air Force. Obviously their armament has to be related to roles and missions. Under conditions of modern atomic warfare Brazil’s roles and mission in a fight with Russia are probably minuscule, and they should be told so. That should not diminish their respectability. Perhaps Peixoto gave us the nucleus of a good idea the other day [...] and that the new concept should be a modern-poor-man’s rather than a Stone-Age-rich-man’s military establishment built around internal security and a rebuff to any aggressive neighbor.” Conforme: Carta de 25 de julho de 1957, enviada para o sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado, pelo sr. Woodruff Wallner, da Embaixada Americana no Rio de Janeiro. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Confidencial. [S/Assunto]

meados daquele mês. A operação militar – para o chamado Projeto *Able*⁶⁰⁷ – previa o vôo de quatro aviões RB-50 e um C-54, que realizariam dois vôos mensais, e o envio de 27 homens para Recife, para uma permanência de dois meses: quando no Recife, as aeronaves permaneceriam por um período estimado entre 24h e 28h, trazendo com elas mais 47 homens, entre pilotos e tripulação. As aeronaves partiriam de suas bases em Bermuda (*Air Weather Service*) e executariam operações de apoio meteorológico ao Projeto *Able*. O Pentágono assegurou que as operações eram “absolutamente essenciais ao projeto” e que as autoridades brasileiras haviam sido notificadas. O sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado, deu sua opinião sobre a operação.

“Pessoalmente, eu estou muito descontente acerca da perspectiva dessa invasão militar adicional da área do Recife, e creio que, em vista da aparente relação com o projeto da estação de rastreamento, as regras que valem para este esforço (*sem uniformes, sem passaportes* etc.) devem prevalecer para aquele caso [o do Projeto *Able*]. No entanto, eu não consigo entender o porquê de não termos sido consultados em detalhes e antecedência sobre algo dessa natureza.”⁶⁰⁸ [grifo meu]

Jornais comunistas denunciavam que os “técnicos civis” norte-americanos ao se hospedarem nos hotéis, não apresentavam documentos que os identificassem como sendo da Força Aérea norte-americana (USAF) e, ao chegaram à cidade, os “ianques despem a farda sob as árvores no próprio aeroporto dos Guararapes, exibindo suas cuecas multicores,”⁶⁰⁹ e “vieram à paisana, revelando temor de manifestações patrióticas”.⁶¹⁰ Curiosamente, as revelações do jornal comunista encontram respaldo em um memorando do Departamento de Estado. Nele foi dito que o presidente Juscelino Kubistchek informou pessoalmente ao sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento, que “eles podiam ter quantas pessoas quanto quisessem na ilha, desde que usassem roupas civis,” e que a idéia toda era fazer com que as operações fossem “tão discretas quanto possíveis” (*as inconspicuous as possible*): se os militares “se

⁶⁰⁷ *Grosso modo*, esse projeto estava relacionado ao esforço norte-americano de lançar sondas espaciais (*Explorer* e *Pioneer*), mas foi apropriado diferentemente por cada segmento militar: no que se refere a Força Aérea, o projeto serviu para testar o veículo de reentrada (a ogiva) do futuro ICBM utilizando um foguete IRBM *Thor*.

⁶⁰⁸ “Personally, I am most unhappy about the prospect of this additional military invasion of the Recife area and assume that, in view of the apparent relationship to the missiles tracking project, the rules of the road for that endeavor (no uniforms, passports, etc.) should prevail in this case. I can’t understand, however, why we are not consulted in detail and in advance on something of this nature.” Conforme: Cópia de carta de 3 de abril de 1958, enviada para o sr. Ellis O. Briggs, da Embaixada Americana no Rio de Janeiro, pelo sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Confidencial. [S/Assunto]

⁶⁰⁹ Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 1 de maio de 1957, “Interditada pelo comandante ianque uma área de Fernando de Noronha.”

⁶¹⁰ Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 17 de abril de 1957, “Chegaram ao Recife os militares que ocuparão Fernando Noronha.”

despisessem de sua plumagem“ (*shed their plumage*), isso faria com que as pessoas não percebessem que “seu país está ‘ocupado’.” No entanto, algumas atividades relacionadas a fase de construção da estação eram visivelmente feitas por pessoal militar, e se estes militares – ao chegarem no Recife *em aviões e navios militares* – trocaram suas roupas, isto vai gerar “suspeita, especulação e comentários maliciosos.”⁶¹¹

A preocupação do Departamento acerca da “invasão militar” procede, uma vez que a cidade do Recife experimentava naquela ocasião intenso fluxo de movimentação de pessoal e material relacionada a construção da estação de rastreio em Fernando de Noronha e uma outra na ilha de Ascensão: combinavam-se, portanto, equipamento e pessoal destinados a construção de duas estações de telemetria, o que deve ter corroborado mais ainda na estimativa da importância de Fernando de Noronha, assim como confundido os jornais que denunciavam a intensa movimentação militar em Recife. Matéria de agosto de 1957 do jornal comunista *O Democrata*, de Fortaleza, evidenciou esta confusão.

“Três navios de transporte da Marinha de Guerra dos Estados Unidos estão sendo esperados nesta capital – Esses navios trarão copioso material destinado a Fernando de Noronha.” “Agentes americanos procuram autoridades portuárias desta capital, as quais propuseram nada mais nada menos que isto: o aluguel, por tempo indeterminado, do Armazém 16 do Porto do Recife.” “Também foi levantada a hipótese da ocupação [...] de uma faixa de terra situada nas proximidades do porto, onde os americanos improvisariam um armazém para depositar material belicista, de guerra atômica.” “*O que há de mais curioso em tudo isso é que, depois de se falar num simples posto de observação ou de controle de teleguiados em Fernando de Noronha, o que se vê é que só um dos carregamentos de material é feito em três navios, tornando-se necessário para depósito dessa carga nada menos do que um armazém por completo.*”⁶¹² [grifo meu]

Toda esta atividade estava prevista. Em março de 1958, cerca de 50 vôos do MATS partiam para o Recife todo mês: mas a grande maioria destes vôos não se destinava as operações em Fernando de Noronha, e sim as da ilha de Ascensão. Havia ainda uma previsão de que a quantidade mensal de vôos aumentaria, uma vez que rumores indicavam a possibilidade de construção de uma estação de rastreio na África do Sul: movimentação intensa de aviões do MATS ocorria também na cidade de Belém, no estado do Pará. Porém,

⁶¹¹ “As I recall, Kubitschek said we could have as many people as necessary at the Island provided they wore civilian clothes.” “[...] may add speculation, suspicion and comment, malicious otherwise [...]” Conforme: Cópia de carta de 29 de abril de 1957, enviada para o sr. Ellis O. Briggs, da Embaixada Americana no Rio de Janeiro, pelo sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Confidencial. [S/Assunto]

⁶¹² Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 2 de agosto de 1957, “Recife ameaçada de tornar-se um depósito de material teleguiado.”

não existia autorização formal do governo brasileiro para que aviões utilizassem Recife para transportar material para outras estações de rastreamento além da de Fernando de Noronha.

“O MATS está operando no Brasil sob o entendimento informal no qual os militares brasileiros permitem a operação da equipe do MATS no Recife sob a alegação de que tais operações estão associadas a fase de construção da estação em Fernando de Noronha. [...] As operações do MATS são aceitas como parte do acordo de Fernando de Noronha. *Não há nada* [nenhum acordo] *que cubra a utilização de instalações brasileiras para servir a operações além* [de Fernando de Noronha].”⁶¹³ [grifo meu]

Logo, a utilização das pistas de pouso em Belém e no Recife ocorria na “base da boa vontade brasileira” (*on the basis of Brazilian goodwill*). Aparentemente, as operações do MATS poderiam então continuar indefinidamente, mas os norte-americanos não queriam correr riscos, uma vez que se os militares brasileiros, por algum motivo, demonstrarem insatisfação com eles, poderiam “tornar as coisas desconfortáveis”. A Embaixada Americana no Rio de Janeiro recomendou que os Estados Unidos se apressem nas “ofertas”, “mostrando-se tão justo e generoso quanto possível, de modo a manter a boa vontade borbulhando”:⁶¹⁴ uma das “ofertas” seria o recapeamento dos campos de pouso de Belém e de Recife.⁶¹⁵

A necessidade dos Estados Unidos em utilizar as pistas de pouso no Nordeste brasileiro em fins da década de 1950 remete-nos a mesma necessidade ocorrida durante a Segunda Guerra Mundial, e reforça a tese de que a geografia emprestou-nos alguma importância estratégica em um e outro caso. Em junho, o Pentágono já havia informado ao Congresso norte-americano que com a “taxa atual de saturação das rotas aéreas no [hemisfério] norte, não demorará muito até que precisemos utilizar os campos de pouso no Brasil.” E esta utilização não se daria apenas para atender a estação de rastreamento de Fernando de Noronha ou as prováveis estações de comunicação no Nordeste brasileiro. “O Brasil está na rota direta para a costa ocidental da África, o que seria uma ameaça as bases que mantemos na

⁶¹³ “MATS in Brazil is operating on an informal understanding under which the Brazilian military permits a MATS team to operate in Recife on the theory that it is connected with the construction phase of the Fernando de Noronha project. [...] MATS operations are accepted as part of the Fernando de Noronha agreement. There is nothing to cover use of Brazilians facilities to service operations further down range.” Conforme: Carta de 28 de março de 1958, enviada para o sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado, pelo sr. Woodruff Wallner, da Embaixada Americana no Rio de Janeiro. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Apenas para uso oficial. [S/Assunto]

⁶¹⁴ “[...] the possibility of making things uncomfortable. [...] It seems to me that it therefore behooves us to be as quick in our offers and as fair and generous as possible to keep the good will bubbling.” Conforme: Carta de 28 de março de 1958, enviada para o sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado, pelo sr. Woodruff Wallner, da Embaixada Americana no Rio de Janeiro. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Apenas para uso oficial. [S/Assunto]

⁶¹⁵ Cópia de memorando de conversação de 21 de fevereiro de 1958, entre o General Thomas C. Darcy, da Força Aérea norte-americana e o sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Confidencial. [Assunto: *Repair of Recife and Belem airfields*]

região [caso as bases do Nordeste brasileiro estivessem nas mãos de outra nação] [...] e poderia servir [o Brasil] como base para atacar os Estados Unidos.”⁶¹⁶

“[...] a Força Aérea [dos Estados Unidos] não estava pensando em nenhuma necessidade – imediata ou de curto prazo – de usar os campos de aviação brasileiros. Pelo contrário, o pensamento era mais em termos da *localização geográfica do Brasil* que faz dele uma área lógica e natural através da qual nós devemos enviar aeronaves da América do Norte para a África, Europa e mais longe, da mesma maneira que as aeronaves eram enviadas neste caminho durante a Segunda Guerra Mundial. A idéia toda se estenderá a um futuro indefinido.”⁶¹⁷ [grifo meu]



O interesse dos Estados Unidos por Fernando de Noronha *como estação de rastreamento de mísseis teleguiados* foi paulatinamente desaparecendo ou diminuindo, a medida que o programa ICBM avançava e obtinha resultados cada vez melhores, ou seja, os mísseis começavam a alcançar rotas cada vez maiores na direção do sul da África. Ainda em agosto de 1957, um general do Pentágono chegou a afirmar que a “estação de mísseis não tinha mais muita importância!”, o que fez com que o sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado, quase “caísse da cadeira”: talvez o espanto se devesse pelo fato de que a estação ainda estava em fase de construção, e de que houvesse envolvido meses e meses de negociação acirrada. O general do Pentágono, no entanto, relativizou, e informou ao sr. Siracusa que a base “era ainda muito importante”, mas com a estação de Ascensão quase pronta e com os “avanços técnicos”, muito rapidamente a estação de Fernando de Noronha será “rebaixada” (*downgraded*) e “que poderemos viver sem ela se tivermos [que sair de lá].”

⁶¹⁶ “On June 20, the Pentagon informed the Congress that ‘with the present rate of saturation of our northern air routes, it will not be long before there will be a need for the use of airfields in Brazil [...]’ [...] It warned that ‘Brazil is on a direct route to the west coast of Africa which would be a threat to any bases which we might have in the area [...] and would serve as bases for attacks on the United States.’” Conforme: Carta de 20 de julho de 1957. (*Hanson’s Latin America Letter*). RG 59, 1948-1962, caixa 3. [Assunto: *The Pentagon testifies on Brazil*]

⁶¹⁷ “[...] the Air Force was not thinking of any really immediate or short-run need for the use of Brazilian airfields. Rather, the thinking was more in terms of the geographic location of Brazil which makes it a natural and logical area through which we might seek to send aircraft from North America to Africa, Europe and beyond, in much the same way that aircraft were ferried this way during World War II. The whole idea looked off into an indefinite future.” Conforme: Cópia de carta de 21 de agosto de 1957, enviada para o sr. Woodruff Wallner, da Embaixada Americana no Rio de Janeiro, pelo sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Apenas para uso oficial. [S/Assunto]

“Agora eu suponho que se fizermos uma consulta oficial, nos será informado que Fernando [de Noronha] é ainda a prioridade número 1, e provavelmente é mesmo. Mas eu duvido que o general esteja apenas jogando palavras ao vento. Sei que vivemos em um mundo onde as coisas mudam rápido demais e que os avanços tecnológicos, principalmente no campo aéreo, são muito rápidos. Mas nossa capacidade de prever as coisas deve estar muito limitada se algo ao qual nos matamos por ela há poucos meses atrás está obsoleto antes mesmo que esteja construído.”⁶¹⁸

A ilha de Fernando de Noronha foi apresentada, em alguns telegramas do Departamento de Estado e de Defesa dos Estados Unidos, como passível de substituição pelos *picket ships*.⁶¹⁹ No cômputo geral, a ilha sempre pareceu sim muito importante e, naquele momento, insubstituível: apresentar a ilha como substituível por navios capazes de efetuar as operações de rastreio e telemetria me pareceu mais uma *estratégia* de um e outro Departamento no “jogo” de barganha com o governo brasileiro. Em fins de dezembro de 1957, o sr. Roy R. Rubottom, do Departamento de Estado, ligou para o sr. Ellis O. Briggs, da Embaixada Americana no Rio de Janeiro, dizendo que seria “explícito e franco” quanto a opinião da Força Aérea com relação a Fernando de Noronha: a ilha tinha a mais alta prioridade, mas não é indispensável. Isso deixou o sr. Briggs confuso. Existiria aqui um jogo

⁶¹⁸ “[...] said the missiles site was no longer of much importance!” “[...] we could live without it if we had to.” “Now I suppose that if we asked officially we would be told that Fernando is still No. 1 priority and probably it is. But, I doubt on the other hand that the General was just throwing off sparks. I know we are living in a fast-changing world that the technological advance, particularly in the air, is very fast. But our foresight must be pretty small if a thing we bled for a few short months ago is going to be next to useless before it is even built.” Conforme: Cópia de carta de 1 de agosto de 1957, enviada para o sr. Woodruff Wallner, da Embaixada Americana no Rio de Janeiro, pelo sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Secreto. [S/Assunto] Neste mesmo memorando, encontra-se a revelação de que o Departamento de Estado foi informado pelo Exército norte-americano de que eles não sabiam se Maceió era ou não um bom lugar para a construção de uma estação de comunicações: informações como esta devem ter confundido os negociadores norte-americanos.

⁶¹⁹ Convém salientar que os *picket ships* foram utilizados em paralelo as atividades em Fernando de Noronha e a ilha de Ascensão: no total, seis deles eram utilizados e baseados na cidade do Recife, onde eram abastecidos. Um deles foi o *American Mariner*. Em 1960, quando ele estava prestes a chegar ao Recife, informações acerca do navio e da operação que realizava foram enviadas para os escritórios da USIS no Recife e Rio de Janeiro. Entre as informações, pedia-se para enfatizar “as errôneas e maliciosas conexões que poderiam ser feitas entre a presença do navio nas águas do Atlântico Sul e as recentes chuvas torrenciais e inundações no geralmente seco Nordeste brasileiro [...]” Conforme: Mensagem de 31 de março de 1960, enviada para o escritório da USIS no Recife e Rio de Janeiro, pela U.S. Information Agency. RG 59, 1948-1962, caixa 341, Apenas para uso oficial. [Assunto: *Fowarding press release on the American mariner, Down-Range Anti-Missile Measurement Program Ship (DAMP)*] Os *pickets ships* pertenciam a Força Aérea e existia acerto com as autoridades militares brasileiras apenas para a utilização desses navios da USAF: navios do Exército norte-americano, no entanto, também foram utilizados. Conforme: Memorando de 13 de janeiro de 1959, enviado para o sr. Briggs, pelo sr. Wilgis, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 5. [Assunto: *Visit of Mr. Thomas Peterson of RCA*] “Mr Peterson’s interest in the case is that RCA has contracted with the Army to supply data. This is the first ‘Army’ ship in this program, and Mr. Peterson wanted to know if it also would come under the Air Force.”

interdepartamental de informações falsas com o objetivo de passar ao governo brasileiro uma visão mais convincente da *dispensabilidade* da ilha?⁶²⁰

O certo é que chegaria a hora em que Fernando de Noronha já não disporia da mesma importância estratégica, e os primeiros rumores merecedores de algum crédito parecem ter sido dados em julho de 1959,⁶²¹ quando as atividades e o número de pessoas na ilha caíram drasticamente.⁶²² O programa ICBM havia colocado a ilha no mapa da “Guerra Fria”⁶²³ e os avanços do mesmo programa tiraram a ilha do mapa, como mostrei no Segundo Capítulo. O interesse norte-americano pela ilha estaria ainda latente até pelo menos fins da década de 1960: outras operações e projetos militares – como mostrarei na seção seguinte – emprestaram a ilha e ao Nordeste brasileiro algum valor estratégico, mas nada comparado a sua indispensabilidade no projeto do ICBM. O acordo de cessão estaria valendo até início de 1962 e de certa forma o Departamento de Defesa tinha algum interesse na sua renovação, mas a acidez das negociações envolvendo a barganha brasileira por material bélico, fez com que o Departamento de Estado esperasse que isso não fosse necessário.⁶²⁴

É certo que, pelo seu gigantismo, o Brasil ocuparia e ocupa um lugar de destaque na América Latina, e parece estar sempre no caminho de tudo aquilo que os Estados Unidos queiram fazer no Atlântico Sul: o brilho estratégico adquirido em fins da década de 1950, no entanto, se empalideceria na década seguinte. A temperatura da “Guerra Fria” no Brasil volta aos níveis glaciais comuns do pós-guerra.



⁶²⁰ Cópia de memorando de conversação de 22 de dezembro de 1956, entre o sr. Ellis O. Briggs, da Embaixada Americana no Rio de Janeiro e o sr. Roy R. Rubottom, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 4, Apenas para uso oficial. [Assunto: *Military facilities negotiations*]

⁶²¹ Telegrama de 2 de julho de 1959 enviado para o Departamento de Estado, pela Embaixada Americana no Rio de Janeiro. RG 59, 1948-1962, caixa 2885, Confidencial. [S/Assunto]

⁶²² Telegrama de 4 de julho de 1959 enviado para o Departamento de Estado, pela Embaixada Americana no Rio de Janeiro. RG 59, 1948-1962, caixa 2885, Confidencial. [S/Assunto]

⁶²³ “Teleguiados e americanos põem Recife no mapa da Guerra Fria.” Ver: Revista *Mundo Ilustrado*, Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1958, ano VI, número 3, p.3.

⁶²⁴ “We hope, however, that a renewal of the Agreement will not be required. As is well known to the Department of Defense, it has been necessary to provide Brazil substantial amounts of grant military assistance in connection with the present Agreement and for the maintenance and operation of the facility.” Conforme: Cópia de carta de 14 de outubro de 1959, enviada para o sr. John N. Irwin II, do Departamento de Defesa, pelo sr. Robert Murphy, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 2885, Confidencial. [S/Assunto] “General Yates expressed the opinion that the need for the facility will continue beyond the expiration date of the Agreement (January 21, 1962)” Conforme: Despacho número 465, de 22 de outubro de 1958, enviado para o Departamento de Estado, pela Embaixada Americana no Rio de Janeiro. RG 59, 1948-1962, caixa 2885, Secreto. [Assunto: *Fernando de Noronha agreement for guided missiles tracking facility*]

Como venho insistindo aqui, a geografia pareceu, mais uma vez, ter empurrado o Brasil na direção dos Estados Unidos. A base aeronaval de Natal na Segunda Guerra Mundial foi um exemplo disso. Fernando de Noronha e as desejadas bases para o LORAN e o ACAN – no fim da década de 1950 – foram outro exemplo. Mas há ainda outro aspecto pouco explorado do programa militar norte-americano que pode ser adicionado aos já citados anteriormente: trata-se do desenvolvimento do projeto *Dyna-Soar*. Há muita história para se contar acerca deste projeto em suas diversas fases: acredito que uma dissertação inteira poderia ser escrita somente sobre ele;⁶²⁵ e por este motivo vou me ater aqui aos seus aspectos mais gerais – e que nos permitam uma compreensão também geral – até chegarmos no que realmente nos interessa, ou seja, no Brasil, mais precisamente no Nordeste brasileiro.

Em resumo, o projeto visava a pesquisa e desenvolvimento de um “planador-propulsionado” (*boost-glider*), conceito que já existia desde pelo menos a década de 1940, e que os norte-americanos demonstraram algum interesse no imediato pós-guerra, particularmente no pós-*Sputnik*.⁶²⁶ Assim, o projeto visava a construção de um veículo que realizaria um vôo orbital (>120 km), tripulado e que viajaria a velocidades hipersônicas (>*Mach 5*, ou cinco vezes a velocidades do som): tal veículo recebeu o nome de *X-20 Dyna-Soar* ou *Dynamic Soaring vehicle* ou Sistema 464L ou, a partir de novembro de 1959, WS-620A (*Weapon System*). Ele seria levado até uma determinada altitude na ponta de um foguete *Titan*, que então o largaria e ele realizaria um vôo orbital ao redor da Terra, para onde retornaria planando, podendo então aterrizar em uma pista de pouso comum e ser reutilizado: princípio semelhante ao utilizado nos atuais ônibus espaciais (*Space Shuttle*⁶²⁷). O *Dyna-Soar* tinha tanto aplicação civil (para programa espacial) como militar, uma vez que “o veículo planador-propulsionado hipersônico ofereceu um aumento considerável de velocidade,

⁶²⁵ GEIGER, Clarence J. *History of the X-20A Dyna-Soar*. Volume I (Narrative). AFSC Historical Publications Series 63-50-I. Historical Div., Aeronautical System Division, Information Office, Wright-Patterson AFB, Outubro de 1963, 150pp.

⁶²⁶ “After Sputnik, Congress immediately passed a supplementary defense budget that restored reductions in the missiles programs and increased the budget of space programs beyond what it had been before the cuts. A number of ‘exotic’ missile-space projects were also funded (such as *Dyna-Soar* and the Aero-space Plane).” Conforme: KOUBI, Vally. *Military technology races*. In: Revista *International Organization*, volume. 53, número 3 (verão de 1999), p.552.

⁶²⁷ O último vôo de um ônibus espacial (*Space Shuttle*) foi realizado no ano de 2011. “For the last time, the engines of a space shuttle roared, the ground rumbled, and the shuttle Atlantis rose off the launching pad and disappeared into the clouds.” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 8 de julho de 2011, “Atlantis lifts off for last Space Shuttle mission.” Matéria de Kenneth Chang. [Edição eletrônica] [www.nyt.com] “The last space shuttle flight rolled to a stop just before 6 a.m. on Thursday, closing an era in the nation’s space program.” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 21 de julho de 2011, “The Shuttle ends its final voyage and an Era in space.” Matéria de Kenneth Chang. [Edição eletrônica] [www.nyt.com] (Acessados em 6-08-2011 às 15h15min).

alcance e altitude com relação aos sistemas convencionais da Força Aérea [além] de representar um grande passo na direção do voo espacial tripulado.”⁶²⁸ Cogitava-se também a utilização do veículo nas operações de espionagem e inteligência sobre território inimigo, uma vez que as aeronaves convencionais já não mais poderiam cumprir esse papel – vide caso do U-2 abatido sobre a União Soviética e em Cuba no começo da década de 1960.⁶²⁹ De fato, “a arma *Dyna-Soar* poderia cumprir missões de reconhecimento, defesa aérea, defesa espacial e bombardeio estratégico.”⁶³⁰

Portanto, gostaria de salientar que o programa *Dyna-Soar* era essencialmente militar, e este aspecto era constantemente deixado de lado, uma vez que se buscava a utilização de estações de rastreio ou pistas de pouso no exterior, e se aquele aspecto parecesse muito claro aos governos estrangeiros, isso poderia fazer com que eles não cedessem seus territórios. Exemplo disto pode encontrado em um tipo de correspondência muito comum naquele momento: trata-se de carta de aparentes censores que reviam artigos, livros etc., para excluir deles informações que julgavam genericamente prejudiciais a segurança nacional norte-americana. Um artigo proposto por um tal Coronel Stapp, intitulado “Uso militar do homem no espaço” (*Military use of man in space*) foi revisto por um destes censores. O artigo foi considerado “inepto e mal concebido”, e se não fosse possível “acabar totalmente com ele” (*to kill the article completely*), que fossem pelo menos feitas as “seguintes alterações mínimas.” Uma das alterações se referia ao fato do artigo deixar claro que a NASA tinha conhecimento do uso *militar* dos vôos tripulados: uma vez que a Agência Espacial norte-americana utilizava naquele momento pelo menos quatro estações para o rastreio dos programas de vôos tripulados do Projeto *Mercury* (no México, nas Ilhas Canárias, em Zanzibar e na Nigéria), a continuidade da concessão daquelas estações pelos respectivos governos dependia do entendimento deles de que “o programa da NASA é tanto pacífico como não-militar.” Outra alteração sugerida pelo censor foi com relação ao entendimento deixado no artigo de que o *Dyna-Soar* era um sistema de armas espacial: “Tal identificação tornará ainda mais difícil, no futuro, a obtenção de bases necessárias durante a fase experimental do programa *Dyna-Soar*.” Ao final, o censor enfatizou: “Esperamos que tenha ficado claro que nós não concordamos de maneira alguma com a manutenção do artigo.”⁶³¹

⁶²⁸ GEIGER, Clarence J., op. cit., p.22.

⁶²⁹ Os satélites artificiais assumiriam esse papel, apesar de que muitas atividades de espionagem e inteligência ainda são executadas com aviões convencionais, mas sem sobrevôo direto dos territórios a serem investigados.

⁶³⁰ GEIGER, Clarence J., op. cit., p.37.

⁶³¹ “[...] that NASA’s program is both peaceful and non-military.” “Such identification would make it more difficult in the future to obtain bases needed during the experimental phase of the DYNASOAR program.” “We hope it is understood that we do not by any means concur in the remainder of the article.” Cópia de carta de 29

O programa *Dyna-Soar* foi iniciado em 1957 e cancelado em dezembro de 1963. Mesmo tendo sido investidos neste período cerca de 410 milhões de dólares e 16 milhões de homens/hora no projeto – sendo 11 milhões de horas só em engenharia; 14 mil horas só em túnel de vento e 9 mil horas em simuladores –, além de produzidos um total de 3.035 relatórios – 1.255 do contratante principal⁶³² e 1.780 das empresas subcontratadas⁶³³ –, surpreendentemente, *nenhum teste operacional foi realizado*.

Há toda uma cronologia dos principais eventos e episódios que resultaram no início do projeto: aos que buscam as “origens” do mesmo, alguns autores os remeteriam aos idos de 1944. Como salientei, busco oferecer aqui um panorama mais geral, e nele (no panorama) o projeto *Dyna-Soar* parece ter dado os primeiros passos firmes em fins da década de 1950: em 1957 foi publicada a Diretiva do Desenvolvimento do Sistema 464L (*System Development Directive 464L*), prevendo que o plano de desenvolvimento do sistema estivesse completo até outubro de 1958, e o primeiro vôo do veículo ocorresse em julho de 1962. Posteriormente ficou estabelecido que houvesse três etapas ou passos (*Step*) que testariam o veículo como um todo. O Passo I (*Step I*) buscava atingir quatro objetivos: localizar as áreas do veículo de maior aquecimento no processo de reentrada na atmosfera, avaliar a capacidade de manobrar o veículo durante a reentrada, demonstrar a possibilidade de pouso do veículo, e avaliar a capacidade do ser humano de exercer suas funções durante um vôo hipersônico. O Passo II se subdividia em dois outros: o Passo IIA visava testar os subsistemas do veículo (sensores infravermelhos e radares, sistema de navegação, mísseis ar-superfície etc.), e o Passo IIB testaria a capacidade do veículo em missões de reconhecimento aéreo. E finalmente o Passo III, que seria o teste completo do sistema de armas operacional do veículo.

“Enquanto que os dois últimos passos estavam apenas esboçados, a consideração principal do escritório do projeto era o vôo suborbital do Passo I. De modo a demonstrar as características de vôo do planador [o *Dyna-Soar*] a velocidades de até Mach 2, o escritório [do projeto] *Dyna-Soar* planejou um programa de 20 lançamentos que seriam realizados a partir de um [bombardeiro] B-52 [e não de um foguete *Titan*] e que começariam em julho de 1963. Começando em novembro, cinco vôos não-tripulados seriam

de dezembro de 1950 enviada para o sr. Herron [?] pelo sr. W. E. Gathright. RG 59, 1948-1962, caixa 127, Apenas para uso oficial. [S/Assunto]

⁶³² Em uma primeira fase do projeto, a Força Aérea concedeu contratos a dois grupos de empresas contratantes: um grupo liderado pela *Boeing (Aerojet, General Electric, Ramo-Wooldridge, North American e Chance Vought)* e um outro liderado pela *Martin (Bell, American Machine & Foundry, Bendix, Goodyear e Minneapolis-Honeywell)*. Ver: <http://www.astronautix.com/craft/dynasoar.htm> (Acessado em 14-03-2011 às 14h)

⁶³³ GEIGER, Clarence J. *Case II: Strangled infant: the Boeing X-20A Dyna-Soar*. Capítulo IV – X-20: o legado técnico, p.319 e 370, s/d. Ver: <http://www.wpafb.af.mil/shared/media/document/AFD-080408-031.pdf> (Acessado em 13-03-2011 às 15h)

conduzidos para Mayaguana, nas Ilhas Bahamas, e Fortaleza, Brasil, com velocidades variando de 2.740 metros/segundo a 5.790 metros/segundo. Onze vôos pilotados, planejados para iniciar em novembro de 1964 se seguiriam, progressivamente aumentando a velocidade até o máximo de 5.790 metros/segundo [ou 20.840 km/h], e utilizando pistas de pouso em Mayaguana, Santa Lucia nas Ilhas Leeward e, finalmente, próximo a Fortaleza.”⁶³⁴

Posteriormente, em abril de 1960, foi proposto que no lugar de se lançar o *Dyna-Soar* de um avião – no caso do bombardeiro B-52 – o mesmo poderia ser feito, já no Passo I, com o emprego de um foguete *Titan I*.⁶³⁵ “Esse propulsor [do *Titan I*] seria capaz de impulsionar o planador *Dyna-Soar* a velocidade de 20.840 km/h em um vôo suborbital [~90 km] de Cabo Canaveral até Fortaleza, Brasil.”⁶³⁶ A utilização de um modelo mais avançado do mesmo foguete – o *Titan II* – no lançamento do *Dyna-Soar* foi também considerada e, no primeiro vôo de testes, o *Titan II* aceleraria o veículo não-tripulado a uma velocidade de 4.870 metros/segundo até Santa Lucia, enquanto no segundo teste o mesmo “alcançaria uma velocidade de 6.400 metros/segundo (ou 23.040 km/h) e aterrissaria próximo a Fortaleza.”⁶³⁷ Se Fernando de Noronha foi importante, *durante algum tempo*, no programa ICBM dos Estados Unidos, a geografia parece agora ter colocado a cidade de Fortaleza no caminho de novas experiências militares norte-americanas.

Mas por que não foi utilizada a pista de pouso em Fernando de Noronha? A ilha fica a cerca de 680 quilômetros de Fortaleza, o que afasta a possibilidade da referência da pista “próxima a Fortaleza” ser Fernando de Noronha. No entanto, em um mapa da ilha de Fernando de Noronha, publicado em 1965 no *Range Instrumentation Hand Book (RIHB)*,⁶³⁸ pode-se observar no canto superior esquerdo do mesmo a indicação de uma tal “área de

⁶³⁴ “Whereas the last two steps were only outlined, the main consideration of the project office was the suborbital Step I. In order to demonstrate the flying characteristics of the glider up to speeds of mach 2, the *Dyna-Soar* office scheduled a program of 20 air-drop tests from a B-52 carrier to begin in July 1963. Beginning in November, five unmanned flights were to be conducted to Mayaguana in the Bahama Islands and Fortaleza, Brazil, with velocities ranging from 9,000 to 19,000 feet per second. Eleven piloted flights, scheduled to start in November 1964, would then follow, progressively increasing the velocity to the maximum 19,000 feet per second and employing landing sites in Mayaguana, Santa Lucia in the Leeward Islands, and, finally, near Fortaleza.” Conforme: GEIGER, Clarence J. *History of the X-20A Dyna-Soar*. Volume I (Narrative). AFSC Historical Publications Series 63-50-I. Historical Div., Aeronautical System Division, Information Office, Wright-Patterson AFB, outubro de 1963, p.60-61.

⁶³⁵ Em 12 de janeiro de 1961, o Quartel-General da Força Aérea aprovou a utilização do *Titan* no lugar do B-52, mas não do *Titan I* e sim do *Titan II*. Ver: GEIGER, Clarence J., op. cit., p.67.

⁶³⁶ “This booster would be able to propel the *Dyna-Soar* glider to a velocity of 19,000 feet per second on a suborbital flight from Cape Canaveral to Fortaleza, Brazil.” Conforme: GEIGER, Clarence J., op. cit., p.64.

⁶³⁷ “During the second unmanned launch, the vehicle would attain a velocity of 21,000 feet per second and land near Fortaleza.” Conforme: GEIGER, Clarence J., op. cit., p.71-72.

⁶³⁸ Cópia do RIHB me foi gentilmente cedida pelo sr. Wayne Zemany, cidadão norte-americano que trabalhou na ilha de Fernando de Noronha como telemetrista entre 1957 e 1963/65[?]. Infelizmente o sr. Zemany não me autorizou a utilização do mapa em minha tese. Atualmente o sr. Zemany mora na Flórida.

impacto IIA” (*impact area*⁶³⁹ IIA) surpreendentemente localizada a noroeste da ilha, ou seja, na direção do continente e do Nordeste brasileiro, ou mais precisamente na direção de Fortaleza. Segundo informações contidas no mapa, a “zona de impacto” está localizada a cerca de 55 N.M. (ou *nautical miles*) o que corresponde a aproximadamente 100 quilômetros (1 milha náutica = 1.853 metros). Assim, a “área” estaria 100 km afastada de Fernando de Noronha e 100 km mais próxima da capital cearense, em algum lugar no Oceano Atlântico “próximo a Fortaleza”: seria este o local de pouso previsto para a fase dos veículos *não-tripulados* do projeto *Dyna-Soar*?

Porém, afirmou-se que os vôos planejados para Fortaleza se tornaram teóricos (*academic*), pois a Força Aérea norte-americana informou ao Comando de Pesquisa e Desenvolvimento Aéreo (*Air Research and Development Command*), responsável pelo projeto, que o Departamento de Estado “estava preocupado com a renovação do acordo com o Brasil para uso militar de seu território pelos Estados Unidos.”⁶⁴⁰ Em abril de 1961, o sr. J. H. Rubel, diretor interino [do Departamento] de Defesa para Engenharia e Pesquisa (*acting Director of Defense for Research and Engineering*), informou ao Departamento da Força Aérea que contatos mantidos com o Departamento de Estado indicaram “a dificuldade, senão a impossibilidade, de se obter um local de pouso para o *Dyna-Soar* no Brasil.”⁶⁴¹ Porém, a importância da pista de pouso no Brasil para o projeto era gritante. Segundo Clarence J. Geiger:

“A menos que a Força Aérea tolere um aumento nos custos, redução de objetivos do vôo de teste, ou emprego de um novo foguete, o escritório [do projeto] *Dyna-Soar* considerou que *um campo de pouso no Brasil é essencial*. O escritório do programa afirmou que o emprego de locais de pouso alternativos *afetaria seriamente* a condução dos vôos da Categoria II [?] e *provavelmente impossibilitaria* a obtenção de importantes objetivos de pesquisa.”⁶⁴² [grifo meu]

⁶³⁹ “Área ou zona onde a cápsula, ogiva ou míssil atingirá a superfície.” Conforme: CAIDIN, Martin. *The man-in-space dictionary: a unique and comprehensive dictionary of manned space exploration*. Nova Iorque: E. P. Dutton & Co., Inc., 1963, p.102. “Area or zone where capsule, warhead, or missile will strike the surface.”

⁶⁴⁰ “[...] was concerned over the problem of renewing an agreement with Brazil for American military use of use of its territory.” Conforme: GEIGER, Clarence J., op. cit., p.72.

⁶⁴¹ “[...] the difficulty, if not the impossibility, of obtaining a landing site for *Dyna-Soar* in Brazil.” Conforme: GEIGER, Clarence J., op. cit., p.72.

⁶⁴² “Unless Air Force headquarters would tolerate increased costs, reduced flight test objectives, or employment of a new booster, the *Dyna-Soar* office thought that a landing field in Brazil was essential. The program office stated that employment of alternative landing sites would seriously affect the conduct of Category II flights and would probably prevent attainment of important research objectives.” Conforme: GEIGER, Clarence J., op. cit., p.72.

Mesmo tendo sr. Brockway McMillan – Secretário Assistente da Força Aérea para Pesquisa e Desenvolvimento – reforçado essas questões junto ao Departamento de Defesa, “a questão do local de pouso em Fortaleza não assumiu uma significância maior”⁶⁴³ uma vez que a Força Aérea cogitou “seriamente” o abandono da fase dos vôos de testes suborbitais. Mas um dos “locais de pouso alternativos” – para o veículo não-tripulado naquela fase do projeto – poderia ser aquela “área de impacto IIA” localizada no Oceano Atlântico, “próximo a Fortaleza”?

Pude constatar que todos os arquivos – sem exceção – do *National Archives II* que relacionam o *Dyna-Soar* ao Brasil – e a Fernando de Noronha ou a Fortaleza – foram removidos das suas respectivas caixas de arquivo: nas caixas, no lugar dos documentos, era colocado um “aviso de retirada [de documento]” (*withdrawal notice*). Porém, documentos relacionados ao *Dyna-Soar* foram encontrados em outras caixas, esquecidos lá talvez por lapso ou descuido do funcionário responsável pela liberação ou retenção das informações do arquivo. Os documentos encontrados revelaram muita atividade operacional do *Dyna-Soar*, apesar de que, como disse anteriormente, *nenhum* vôo do veículo ter sido efetuado.

Um telegrama de outubro de 1960 enviado para o Departamento da Força Aérea mostrou que estava em curso uma “inspeção dos locais de pouso do *Dyna-Soar*.” No dia 10 de outubro as equipes de inspeção seriam transportadas em aviões C-130 (número de série 54-1624, ou um alternativo, o 53-3135), partindo da Base Aérea de Edwards, na Califórnia, até a Base Aérea de Patrick, na Flórida. No dia 11 de outubro partiriam com direção a Mayaguana (Estação 6), nas Ilhas Bahamas, seguindo de lá para Beane Field, na ilha de Santa Lucia (Estação 10), chegando ao aeroporto de Seawell, em Barbados, no mesmo dia. No dia seguinte (12) partiriam para o aeroporto dos Guararapes, em Recife, permanecendo até o dia 13, de onde seguiriam no mesmo dia para o aeroporto Pinto Martins, em Fortaleza. Na viagem de inspeção seguiriam os seguintes militares, engenheiro e técnicos: general-brigadeiro John W. Carpenter III (comandante do AFFTC – *Air Force Flight Test Center*), capitão Billingsley Beatie (*Aide-de-camp*), tenente-coronel Harold G. Russel (*DIR, Dyna-Soar Sys Dev Tst Force*), tenente-coronel Burt Rowen (*CH, Human Factors BR*), major Robert M. White (*Experl tst off*), capitão Tommie D. Benefield (*Experl tst off*), capitão Samuel C. Durham (*Aerospace data fcilty off*), engenheiro John L. Wesesky (*Manned spacecraft enrg off*), engenheiro Kenneth W. Marshall (*Flt engr*) e engenheiro Jake L. Hallman (*Flt engr*). Na última parte do telegrama uma informação enfática: “estrangeiros do país não serão

⁶⁴³ “[...] the subject of a Fortaleza landing site did not assume a greater significance [...]” Conforme: GEIGER, Clarence J., op. cit., p.72.

contatados e informações confidenciais não serão reveladas.”⁶⁴⁴ A viagem de volta seria no dia 14 de outubro, partindo de Fortaleza com destino a Curaçao; e em seguida com destino final a Base Aérea de Patrick, na Flórida, onde chegariam no dia 15.

Outro telegrama com o mesmo teor já citado, mas de 10 de outubro de 1960, apontou que mais duas pessoas se juntariam, em “missão temporária” (*on TDY* ou *on temporary duty*), na viagem de inspeção as estações “downrange”: o general-brigadeiro Allman T. Culbertson, Diretor do Gerenciamento de Sistemas (*Director of Systems Management*), da WADD (*Wright Air Development Division*), e o coronel Walter L. Moore, Chefe do *Weapon System Project Office* (WSPO) do *Dyna-Soar*. Ao final, o telegrama reiterou com mais ênfase a recomendação do telegrama anterior: “Esta viagem não envolverá encontros com autoridades do governo estrangeiro, autoridades da Embaixada Americana ou funcionários dos Consulados, excetuando-se os citados em nota do general-brigadeiro J. W. Carpenter, AFFTC.”⁶⁴⁵

Uma carta de março de 1961 – referenciando outra de 18 de fevereiro do mesmo ano – mostrou que alguns funcionários do Departamento de Estado gostariam de ser instruídos, pelo Departamento de Defesa, sobre os “programas de mísseis planados balísticos ou semi-balísticos” (*quasi-ballistic and ballistic glide missile programs*), como o programa *Dyna-Soar*; uma vez que, devido a este programa, pode haver necessidade de se renovar o Acordo de Cessão de Fernando de Noronha de 1957. As informações prestadas pelo Departamento de Defesa acerca do programa *Dyna-Soar* ajudariam ao Departamento de Estado a “formular um pedido de renovação em bases mais realísticas.”⁶⁴⁶ Vale observar aqui que as viagens de inspeção de outubro do ano passado aparentemente já haviam surtido algum efeito: como a ilha de Fernando de Noronha e a cidade de Fortaleza estariam envolvidas diretamente na fase de vôos suborbitais do *Dyna-Soar*, o Departamento de Estado já estava se mobilizando e se preparando para a etapa de negociação com as autoridades brasileiras. Já outro documento revelou que a construção de uma “pista de derrapagem” (*skid strip*) em Beane Field, Santa Lucia estava prevista para ter início em 1 de novembro de 1962: cogitava-se, inclusive, a

⁶⁴⁴ “Foreign nationals will not be contacted and classified info will not be disclosed.” Conforme: Telegrama de 5 de outubro de 1960, enviado para o Departamento da Força Aérea, em Washington, pelo AFFTC da Base Aérea de Edwards, na Califórnia. RG 59, 1948-1962, caixa 340. [S/Assunto]

⁶⁴⁵ Cópia de telegrama de 10 de outubro de 1960, enviado para o Quartel-General da Força Aérea norte-americana em Washington, pelo WADD, em Ohio. RG 59, 1948-1962, caixa 341. [S/Assunto]

⁶⁴⁶ “[...] may assist in formulating requirements most realistically.” Conforme: Cópia de carta de 31 de março de 1960, enviada para o sr. Robert H. Knight, do Departamento de Defesa, pelo sr. Philip J. Farley, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 341, Confidencial. [S/Assunto]

utilização das instalações “para uso de aeronaves comerciais quando não [mais] necessárias para os propósitos do *Dyna-Soar*.”⁶⁴⁷

O que pode ser inferido aqui é que o programa *Dyna-Soar* revitalizou o interesse norte-americano pelo Nordeste brasileiro e, especialmente por Fortaleza e Fernando de Noronha. Carlos Fico revelou recentemente que os Estados Unidos mantiveram em Fernando de Noronha, em fins da década de 1960, um “equipamento conhecido pelo código B/20-4 que estava lá escondido, surpreendentemente, sem o conhecimento do governo brasileiro,” e que o mesmo serviria para “monitorar testes ou explosões nucleares no mundo.”⁶⁴⁸ Revelou também a existência de equipamentos de hidrofonia (*hydrophone*) – “captura de ondas sonoras transmitidas através da água” – na ilha, cuja permanência era negociada com o governo brasileiro em bases anuais desde 1962, ano em que os Estados Unidos “devolveram”⁶⁴⁹ Fernando de Noronha ao Brasil.

De fato, as operações na ilha depois de 1962 se reduziram “ao status de operação mínimo, limitado [apenas] ao apoio requerido para [a operação do] MILS,”⁶⁵⁰ e “*exceto* pelas instalações do MILS” (*except for the MILS facility*), todas as outras passaram ao controle do governo brasileiro. MILS significa “sistema de localização de impacto de mísseis” (ou *Missile Impact Locating System*) e é, portanto, uma instalação física que dispõe de instrumental capaz de determinar com certa precisão o ponto de impacto da “cápsula, ogiva ou míssil” ao atingir a superfície da Terra (no caso, o mar). O sistema MILS é integrado com os hidrofones,⁶⁵¹ de modo que a determinação do ponto de impacto é um trabalho conjunto da instalação com este equipamento. Em um relatório de 1981 que trata em determinado momento de informações técnicas acerca de duas ITAs – ou “área terminal instrumentada” (*instrumented terminal area*), sendo uma delas a ilha de Ascensão (Estação número 12) – foi mostrado que um MILS “está localizado a oeste da ilha [de Ascensão] para registrar os impactos dos RV [*reentry vehicles*, ou veículos de reentrada, como ogivas de mísseis e foguetes, por exemplo].”⁶⁵² O

⁶⁴⁷ “[...] and permitting the use of the airfield by commercial aircraft when not needed for *Dyna-Soar* purposes.” Conforme: Cópia de carta de 26 de maio de 1961, enviada para o sr. William E. Lang, do Departamento de Defesa, pelo sr. Rockwood H. Foster, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Confidencial. [S/Assunto]

⁶⁴⁸ FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.258.

⁶⁴⁹ Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 19 de julho de 1962, “Brazil regains missile station.”

⁶⁵⁰ “This station is on a minimum operating status limited to that support required for MILS.” *Range Instrumentation Hand Book* (RIHB), 1965.

⁶⁵¹ HARBER, P. E., HOLLFELDER, J. R. e RODGERS, A. J. *Experimentally determined coordinates for three MILS hydrophones near Ascension Island*. Department of Energy & Lawrence Livermore National Laboratory. 19 de novembro de 1999, 11pp. (UCRL-ID-136507).

⁶⁵² “A Missile Impact Locating System (MILS) is located west of the island to score RV impacts.” Conforme: BLACKWELL, E. G., BARKER, G. E., WILLET, J. W., ERB, E. A., ALBUM, H. H., SEIDERS, J. R. e

mesmo relatório afirmou que a ilha dispõe de suficiente equipamento para acompanhar os lançamentos de mísseis *Poseidon* e *Trident* “mirados para lá” (*to be targeted there*). Foi possível ainda depreender deste relatório que há cinco “conceitos” de registro de impacto de RVs: SMILS, MILS, SADOTS, DME/SMILS e SDR: irei me ater aqui a fornecer alguma informação adicional apenas do MILS, uma vez que é o que nos interessa neste momento.

“O conceito MILS usa apenas receptor/transmissor acústico instalado no leito oceânico para detectar e localizar o impacto da RV. Estes receptores/transmissores são conectados por cabos submarinos para uma base remota em terra onde os dados são gravados, classificados temporalmente e processados para que possam ser registrados. A vantagem do MILS é que uma vez instalado, nenhuma aeronave é necessária para processar os registros. O custo de manutenção é baixo e o sistema é bem seguro. A desvantagem é o alto custo inicial para adquirir e instalar a rede de cabos do arranjo do MILS de volta a terra.”⁶⁵³

Observe que este relatório, ao descrever o funcionamento do “conceito” MILS, chama a atenção para a necessidade de instalação de cabos submarinos, o alto custo associado a eles etc. Não há, nos dois volumes do relatório que pesquisei, nenhum segredo com relação a utilização da ilha de Ascensão como ponto ou área de impacto de RV em 1981 – ano em que foi produzido o relatório – ou em fins da década de 1950. Um estudo técnico já citado (de 1999) chegou a referenciar outro relatório, produzido em 1958, por uma determinada empresa – a *Western Electric Company* – que instalou os hidrofones na ilha de Ascensão (a uma profundidade 1,66 km). O curioso e o que chama a atenção aqui é o título do relatório a que o estudo técnico fez referência: *Sea Cable Installation MILS areas 9, 11, and 12*, ou seja, “Instalação do cabo submarino MILS das áreas 9, 11 e 12.”⁶⁵⁴ Ocorre que a área (ou estação) número 12 é a ilha de Ascensão, a número 9 é Antígua e a número 11 é Fernando de Noronha, como pode ser constatado no mapa mostrado no Segundo Capítulo desta tese. Deste modo, parece sim ter sido instalado na ilha de Fernando de Noronha o caro equipamento destinado ao estabelecimento de uma “área de impacto”.

WRIGHT, M. *Strategic System Test Support Study (SSTSS): Final Report, Volume II, Supporting Analyses* (U). Huntsville: Ballistic Missile Defense System Command, novembro de 1981, p.46.

⁶⁵³ “The MILS concept uses only deep ocean (bottom mounted) acoustic transducers to detect and locate the RV impact. These transducers are hard-wired by undersea cables to a remote land site where the data are recorded, time tagged, and processed for scoring. The MILS advantage is that once installed, no aircraft resources are necessary to perform scoring. Maintenance is very low, and the system has been well proven. The disadvantage is a large initial cost to acquire and install the cable network from the MILS array back to the beach.” Conforme: BLACKWELL, E. G., BARKER, G. E., WILLET, J. W., ERB, E. A., ALBUM, H. H., SEIDERS, J. R. e WRIGHT, M., op. cit., p.187.

⁶⁵⁴ “*Sea Cable Installation MILS Areas 9, 11, and 12*. Western Electric Company, North Carolina Works, Winston Salem, NC, Contract Order N Obsr 64554, Effective date 1 February 1958, Publication date 15 November 1961 (Unclassified).” HARBER, P. E., HOLLFELDER, J. R. e RODGERS, A. J., op. cit., p.5 e 9.

“Próximo a Antigua e Ascensão existia o centro do alvo, um círculo de hidrofones de uma milha de diâmetro disposto na água a alguma distância das ilhas para que fosse medida a precisão [dos mísseis]. O veículo de reentrada [RV] do míssil [a ogiva] era apontado para o centro do círculo. Onde exatamente no círculo a ogiva aterrou, ou o quão distante aterrou fora do círculo, era algo determinado pelos instrumentos ligados aos hidrofones.”⁶⁵⁵

O sr. Gordon K. Reynolds, representante da *Western Electric Company*, esteve no Recife em 1957 e se reuniu com o cônsul norte-americano, sr. Hugh N. Whitaker; e lhe foi “apresentado o contrato da companhia em Fernando de Noronha”: foi providenciado então transporte para o sr. Reynolds para a ilha.⁶⁵⁶ Outra evidência que reforça a tese de que algum equipamento submarino foi instalado na ilha pode ser obtido a partir de uma declaração (*statement*) – preparada em julho de 1959 – sobre a redução das atividades na estação número 11, ou seja, em Fernando de Noronha. Nela foi apresentado um quadro de redução do pessoal que trabalhava na ilha: os 81 norte-americanos que trabalhavam na ilha deveriam ser reduzidos para no máximo de 32; dos 50 trabalhadores brasileiros não-qualificados – e que prestavam serviço para a *Pan American World Airways* – 20 seriam cortados; sendo contratados 18 brasileiros qualificados, que com os 30 não-qualificados perfariam um total de 48 trabalhadores brasileiros. Mas os norte-americanos não abandonariam todas as atividades da ilha: “Nós continuaremos a guarnecer apenas o *equipamento de som subaquático* [hidrofones?] e o equipamento de comunicação.”⁶⁵⁷ [grifo meu]



⁶⁵⁵ “Near Antigua and Ascension was a bull’s-eye, a circle of hydrophones a mile in diameter set in the water off the islands to measure accuracy. The missile’s reentry vehicle was aimed at the center of the circle. Precisely where it landed within the circle, or how far off it missed by landing outside the circle, was determined by instruments attached to the hydrophones.” Conforme: SHEEHAN, Neil, op. cit., p.368-69.

⁶⁵⁶ “Gordon K. Reynolds, *Western Electric Company* representative, was in the office yesterday and briefed me fully on that company’s contract in the Fernando de Noronha project. We arranged for his transportation to the island.” Conforme: Cópia de carta de 18 de junho de 1957, enviada para o sr. William C. Affeld, da Embaixada Americana no Rio de Janeiro, pelo sr. Hugh N. Whitaker, do Consulado Americano no Recife. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Apenas para uso oficial. [S/Assunto]

⁶⁵⁷ “We will continue to man only the underwater sound equipment and the communication equipment.” Conforme: Cópia de declaração de junho [?] de 1959, feita pelo General Yates. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Apenas para uso oficial. [Assunto: *Statement concerning reduction on station 11*]

Convém relacionar agora as informações até então levantadas com aquelas fornecidas por Fico anteriormente. O parágrafo citado abaixo talvez nos ajude a encontrar elos entre os acontecimentos de fins da década de 1950 com aqueles de fins da década de 1960 – sem deixar de lado, obviamente, todo o entremeio que contém importantes eventos que nos ajudarão no estabelecimento daquelas conexões. Segundo Carlos Fico:

“Os Estados Unidos terminaram por não concordar com uma proposta de renovação feita pelo Brasil, em janeiro de 1969 e, com isso, tiveram de retirar alguns funcionários e ‘certas instalações’ da base de Recife e de Noronha, ilha na qual estava situado o equipamento para testar o alcance de mísseis lançados em teste a partir de bases norte-americanas [Cabo Canaveral?], as chamadas atividades de *downrange* [ou “teste de alcance horizontal a partir do local de lançamento”].”⁶⁵⁸

Os documentos encontrados durante a pesquisa de Fico revelaram também que os Estados Unidos mantiveram – por quase toda a década de 1960 – na Base Aérea de Guararapes, no Recife, e em Fernando de Noronha, um pequeno número de pessoal da Força Aérea norte-americana trabalhando em apoio às operações da *Eastern Test Range*, outra denominação para *Atlantic Missile Range*. Complementarmente, existia o interesse norte-americano em continuar “por pelo menos três anos” com as atividades na ilha de “apoio ao sistema de localização de impacto de mísseis [...], sobretudo para testes com os mísseis *Polaris* e *Poseidon*.”⁶⁵⁹ Uma vez que os hidrofones e o MILS ainda estavam operando na ilha no fim da década de 1960, e que de fato os hidrofones têm uma relação direta com “área de impacto” de mísseis, parece claro aqui que Fernando de Noronha continuou “ativa” alguns anos depois da “entrega” da ilha. E quando me refiro a “ativa”, quero salientar o *provável* caráter operacional da ilha, envolvendo alguma atividade militar (de aeronaves e técnicos) em uma *suposta* “área de impacto IIA”, seja para o *Dyna-Soar* em início da década de 1960, ou para o *Polaris* e *Poseidon* posteriormente. Quando em julho de 1959 se observou a diminuição das atividades da ilha, inclusive com retirada de material e pessoal, o Conselheiro de Política Externa da Embaixada americana no Rio de Janeiro lembrou que:

“Eu deduzo que embora nós possamos deixar a estação [de Fernando de Noronha] em *stand-by*, nós não desejamos abandonar a estação, uma vez que *podemos encontrar algum uso importante para ela mesmo que nós não a*

⁶⁵⁸ FICO, Carlos, op. cit., p.257.

⁶⁵⁹ FICO, Carlos, op. cit., p.258.

*utilizemos integralmente no rastreamento de mísseis guiados lançados para o Atlântico Sul.*⁶⁶⁰ [grifo meu]

Estariam estes outros tipos de uso passíveis de serem encontrados para a ilha – após a devolução formal aos brasileiros em 1962⁶⁶¹ – relacionados ao programa *Dyna-Soar* ou àqueles descritos por Fico ocorridos na segunda metade da década de 1960? Um documento escrito pelo General Yates – já citado parcialmente – enfatizou o caráter de prontidão (*stand-by*) das operações da ilha.

“Imagina-se que a estação será mantida em condição material de pronto uso, para [o caso de] possível reativação de modo que sejam atendidos *requisitos futuros* da *Atlantic [Missile] Range*, caso estes requisitos se materializem.”⁶⁶² [grifo meu]

E a pergunta se mantém: os “requisitos futuros” estariam relacionados então ao programa do planador-propulsionado ou algum outro uso dado a ilha na década de 1960?



Com relação às instalações do MILS em Fernando de Noronha foi possível coletar algumas informações sobre elas, porém nenhum documento que comprove a utilização da ilha como área de *precipitação final de ogivas ou cápsulas de foguetes e mísseis em vôos de testes*. A revista *Mundo Ilustrado* fez uma matéria sobre a ilha em agosto de 1959⁶⁶³ e afirmou

⁶⁶⁰ “I gather that although we may put the station on a stand-by basis we would not want to abandon the facility because we may find some important use for it even if we do not fully utilize it in tracking guided missiles down the South Atlantic.” Conforme: Carta de 16 de julho de 1959, enviada para o sr. William T. Briggs, do Departamento de Estado, pelo sr. Eric Wendelin, da Embaixada Americana no Rio de Janeiro. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Confidencial. [S/Assunto]

⁶⁶¹ “Entrega da base de Fernando de Noronha de volta ao Brasil.” “Recife, 18 (M) – O Brasil recebeu ontem, das autoridades norte-americanas, a Base de Teleguiados de Fernando Noronha, já considerada superada pelo atual progresso da ciência. Em cerimônia que teve a duração de apenas cinco minutos, o Secretário de Defesa, Franl Winner, fez a entrega simbólica aos comandantes da 2ª. Base Aérea e do 3º. Distrito Naval.” Conforme: *Jornal Correio do Ceará*, Fortaleza, 19 de julho de 1962, p.1.

⁶⁶² “It is visualized the station will be maintained in material condition of readiness for possible reactivation to meet future Atlantic Range requirements, should such requirements materialize.” Conforme: Cópia de declaração de junho [?] de 1959, feita pelo General Yates. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Apenas para uso oficial. [Assunto: *Statement concerning reduction on station 11*]

⁶⁶³ Os primeiros jornalistas a visitar Fernando de Noronha foram norte-americanos: em março de 1959, a revista *National Geographic* fez uma matéria sobre a ilha e a estação de rastreamento. Alguns jornalistas brasileiros reclamaram junto às autoridades brasileiras da discriminação, e em maio do mesmo ano o general brasileiro Honorato Pradel autorizou a visita. “Um programa especial foi preparado para possibilitar a visita dos jornalistas

que há, na ilha, uma instalação que “localiza com precisão a queda dos foguetes no mar, possibilitando o recolhimento da ogiva, que além de ser a parte principal do projétil, contém os dados indispensáveis à avaliação do resultado da experiência.”⁶⁶⁴ Não ficou claro, porém, se a coleta da ogiva é feita próxima a ilha, ou se o pessoal da ilha apenas orienta os navios que fazem essa coleta em algum lugar remoto do Oceano Atlântico. O MILS – que a revista chamou de “estação” – possibilita “por triangulação ([o primeiro ponto é Fernando de Noronha] o segundo ponto é a ilha de Ascensão e o terceiro é segredo), o conhecimento exato do ponto de queda dos projéteis, que logo são recolhidos pelos navios brancos [os *picket ships*] que os norte-americanos têm espalhado pelo Atlântico Sul, dois dos quais se abastecem no Recife.”⁶⁶⁵

Seja como for, as autoridades militares brasileiras foram diretamente e formalmente informadas – isso já em março de 1957 – pelo major Clifford A. Wiggers, do Centro de Testes de Mísseis da USAF, através de uma mensagem, de que *não* teriam acesso as operações de duas áreas bem específicas de Fernando de Noronha: as do equipamento de obtenção de dados e telemetria, e as do equipamento do MILS.⁶⁶⁶ Curiosamente, esta mensagem traz uma relação de perguntas que foram feitas pelo governo brasileiro ao norte-americano: a pergunta número 17 da parte II estava exatamente relacionada àquele assunto; e ao responder o questionário, o governo norte-americano não apresentou resposta aquela pergunta, omitindo-a simplesmente.⁶⁶⁷

Outra referência muito curiosa acerca do MILS e Fernando de Noronha foi encontrada em um memorando de 1959 sobre as questões de segurança⁶⁶⁸ relacionadas a ilha, envolvendo

as instalações brasileira e norte-americana, exceto o prédio do MILS.” “A special program was prepared to enable the newsmen to visit the Brazilian and American installations, except the MILS (Missile Impact Locating System) building.” Conforme: Despacho número 50, de 4 de junho de 1959, enviado para o Departamento de Estado, pelo Consulado Americano no Recife. RG 59, 1948-1962, caixa 2885, Apenas para uso oficial. [Assunto: *Journalists’ visit to Fernando de Noronha*]

⁶⁶⁴ Revista *Mundo Ilustrado*, Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1959, p.38.

⁶⁶⁵ Revista *Mundo Ilustrado*, Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1959, p.38. Documentos do Departamento de Estado revelaram, como mostrei anteriormente em nota de rodapé, que seis e não dois navios operavam a partir do Recife.

⁶⁶⁶ “No Brazilians will have access to the operation of the following technical installations to be set up in the observation station on Fernando de Noronha: Telemetry and Data Gathering Equipment, Missile Impact Area Locating equipment.” Conforme: Mensagem de abril de 1957, enviada para o Estado-Maior das Forças Armadas, em Washington, pelo chefe da delegação norte-americana da JBUSMC, no Rio de Janeiro. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Secreto. [S/Assunto]

⁶⁶⁷ Mensagem 15 de maio de 1957, enviada para o chefe da delegação norte-americana da JBUSMC, no Rio de Janeiro, pelo Estado-Maior das Forças Armadas, em Washington. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Secreto. [S/Assunto]

⁶⁶⁸ Pareceram pertinentes essas preocupações, uma vez que em 1958, um memorando tratou de supostas atividades de espionagem e sabotagem contra as instalações da Força Aérea norte-americana no Recife e em Fernando de Noronha. Conforme: Memorando de 8 de agosto de 1958, enviado para o sr. Maurice M.

no caso o acesso ou não de militares brasileiros a determinadas áreas da ilha.⁶⁶⁹ O memorando mostrou que se buscava acertar uma “norma” (*statement*) de acesso dos brasileiros as áreas operacionais da ilha, assim como com relação as medidas de segurança adotadas pelos norte-americanos: o texto do Acordo de Cessão não deixava esses itens claros. Foi sugerido que essa “norma” fosse escrita em termos positivos, no lugar de negativos (*to be written in positive, rather than negative, terms*): ou seja, mais em termos do que os brasileiros *podiam* fazer na ilha do que em termos do que *não podiam* fazer. O memorando também citou uma visita de autoridades brasileiras e norte-americanas a ilha na qual foi feito um *tour* pelas instalações, e a “eles foi mostrada todas as instalações técnicas, incluindo o prédio do MILS,” e frisou que “o pessoal americano não entrou no prédio do MILS, exceto o General Yates [General Donald N. Yates, comandante do AFMTC à época].”⁶⁷⁰ Este fato foi notado por um dos membros da comitiva brasileira que “se apressou em sair do prédio”: na viagem de volta ao continente, um dos membros da comitiva brasileira explicou “que os brasileiros se referem ao prédio do MILS como ‘casa de fantasmas’ (*the house of ghosts*).” Porém, tendo visto por dentro a “casa de fantasmas”, os brasileiros ficaram muito decepcionados. E, mais adiante, o memorando apontou caminhos para a superação da questão.

“Acredita-se que o acesso irrestrito, mas com escolta, dos brasileiros dentro do prédio, o fato dos americanos não entrarem nele, e a falta de algum equipamento espetacular no mesmo, tenderá a reduzir ou eliminar a natureza especial desta instalação [MILS] aos olhos dos brasileiros.”⁶⁷¹

Estaria, portanto, o fato dos americanos não entrarem no prédio durante a visita ou de permitirem “livre” acesso ao mesmo posteriormente, relacionado a um “teatro” ou estratégia

Bernbaum, do Departamento de Estado, pelo sr. Emery J. Adams [?]. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Secreto. [Assunto: *Alleged sabotage and espionage activities directed against USAF installations in Brazil.*]

⁶⁶⁹ Muita confusão se formou também em torno do acesso a determinadas áreas das instalações LORAN e ACAN: os brasileiros não teriam acesso a algumas informações e dados, mas gerou-se alguma confusão entre os dois governos acerca disso. “Needless to say, as long as the Brazilians continue to receive answers and information that are not coordinated within this government we can continue to expect trouble.” Conforme: Memorando de 18 de abril de 1957, enviado para o sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado, pelo sr. Sayre [?]. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Secreto [Assunto: *Brazilian questionnaire on military facilities (Rio’s 1103)*]

⁶⁷⁰ Cópia de memorando para arquivo de 30 de janeiro de 1959, produzido pelo coronel Paul T. Cooper, da Força Aérea dos Estados Unidos. RG 59, 1948-1962, caixa 7, Secreto. [Assunto: *Security at Range Station 11*] O memorando traz ainda no final a seguinte observação: “Special handling required – Not releasable to foreign nationals. The information contained in this document will not be disclosed to foreign nationals or their representatives.”

⁶⁷¹ “It is believed that the complete access, on an escorted basis of the Brazilians into the building, the fact that the Americans did not go in, and the lack of spectacular equipment in the building will tend to reduce or eliminate the special nature of this facility in the eyes of the Brazilians.” Conforme: Cópia de memorando para arquivo de 30 de janeiro de 1959, produzido pelo coronel Paul T. Cooper, da Força Aérea dos Estados Unidos. RG 59, 1948-1962, caixa 7, Secreto. [Assunto: *Security at Range Station 11*]

dos mesmos para esvair o interesse dos brasileiros pelo MILS? O 5º Artigo do Acordo de Cessão estabeleceu que as atividades desenvolvidas pelos norte-americanos fossem transferidas, paulatinamente, aos brasileiros,⁶⁷² e o memorando fez menção de que este ponto foi levantado por autoridades brasileiras, que julgavam que os norte-americanos não estavam trabalhando “rápido o bastante” para permitir aquela transferência: de fato, isto nunca aconteceu, uma vez que “muitos dos equipamentos são altamente secretos e alguns deles não estarão disponíveis por um longo tempo, se é que estarão algum dia, [...] assim, não podem ser operados ou transferidos aos brasileiros em futuro previsível.”⁶⁷³ Foi mostrado também que, em outro momento, o general Donald N. Yates perguntou ao marechal Teixeira Lott se havia algum problema até então com relação as operações em Fernando de Noronha: o marechal respondeu que sim, referindo-se que os brasileiros não tinham acesso suficiente as dependências técnicas da estação e, surpreendentemente, exclui o prédio do MILS, por parecer entender as questões de “segurança” envolvidas. O marechal Lott pareceu entender também que os brasileiros não deveriam ter acesso as instalações operacionais quando elas estivessem em uso e isso deveria ser, na opinião de Lott, “por umas poucas horas semanais” (*for only a few short hours each week*). Complementarmente, em março de 1957, “cartas secretas” – que tratavam dos Artigos do Acordo diretamente ligadas a essas questões – foram entregues ao Ministro das Relações Exteriores brasileiro pelo embaixador norte-americano no Rio de Janeiro

“Referência é feita aos telegramas secretos 732 e 737, ambos de 21 de janeiro de 1957 [data de assinatura do acordo de cessão], notificando que cartas secretas tinham sido entregues ao Ministro [das Relações] Exterior em 21 de janeiro pela Embaixada, sendo nelas apresentado o nosso entendimento acerca do 4º e 5º Artigos do acordo de cessão de Fernando de Noronha.”⁶⁷⁴

⁶⁷² “5o. – Os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América concordam em que técnicos norte-americanos sejam gradativamente substituídos por técnicos brasileiros, segundo condições a serem estipuladas de comum acordo.” Conforme: *Exchange of notes constituting an agreement between the United States of America and Brazil relating to the establishment of a guided missile station on island of Fernando de Noronha*. Rio de Janeiro 21 de janeiro de 1957. Nações Unidas, Nova Iorque, Série *Tratados* número 4025, p.98-101. [DPo/11/520.5]

⁶⁷³ “Much of this equipment is highly classified and some of it may not be declassified for a long time, if ever, and cannot therefore be turned over to or operated by the Brazilians in the foreseeable future.” Conforme: Cópia de rascunho de 18 de abril de 1957. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Secreto. [S/Assunto]

⁶⁷⁴ “Reference is made to secret Embassy telegrams 732 and 737 both dated January 21, 1957, advising that secret letters had been presented to the Foreign Minister on January 21 by the Embassy giving our understanding regarding Articles 4 and 5 of the exchange of notes for a guide missile facility.” Conforme: Cópia de instrução número A-257, do Departamento de Estado, de 12 de março de 1957, enviada para a Embaixada Americana no Rio de Janeiro. RG 59, 1948-1962, caixa 2585, Secreto. [Assunto: *Agreement with Brazil for a guided missile facility*]

Percebe-se que, aparentemente, o marechal Lott parecia não ter a noção exata da dimensão da empreitada dos Estados Unidos em Fernando de Noronha: naquele momento, havia um programa de ICBM em pleno curso, recebendo centenas de milhões de dólares do orçamento nacional, envolvendo milhares de técnicos e engenheiros em uma logística que se estendia por milhares de quilômetros no Atlântico Sul, além da utilização de dezenas de navios e aviões da Marinha e da Força Aérea dos Estados Unidos. O general Yates então “informou” ao marechal Lott da visita das autoridades brasileiras e norte-americanas e do clima amistoso da mesma; como o major Schneider – o “observador brasileiro” na ilha, segundo a revista *Mundo Ilustrado* e o “engenheiro eletrônico designado para Noronha”, segundo o memorando – “fez toda a apresentação [aos visitantes] em português,” sem ter preparado nada previamente ou ter sofrido interferência por parte do pessoal norte-americano. O marechal ficou surpreso com os “esclarecimentos” do general Yates: “Marechal Lott concluiu que ele tinha sido mal-informado, sugeriu que a coisa toda fosse esquecida, e afirmou o fato de que eles ainda eram amigos.”⁶⁷⁵

Em fins de abril de 1959 ainda estava em curso a discussão acerca do acesso de brasileiros a áreas restritas de Fernando de Noronha: discussão esta sobre a qual muito já se havia escrito (*about which we have written at considerable length in the past*). O problema era encarado com algo sério (*major problem*) e a Embaixada no Rio de Janeiro precisou consultar o Departamento de Estado, uma vez que as tentativas de resolvê-lo “localmente” fracassaram: as autoridades militares brasileiras continuavam a levantar a questão do acesso, apesar do problema parecer já ter sido formalmente resolvido. Estariam os militares brasileiros (“ainda insatisfeitos” com a restrição de acesso) dispostos a levantar a questão para que pudessem barganhar algo com os norte-americanos?

A Embaixada Americana só via, portanto, duas possibilidades de solução para o problema: ou um acordo formal definitivo é acertado sobre essa questão (o que não desejavam, *provavelmente* devido a possibilidade dos militares brasileiros iniciarem alguma manobra de barganha), ou o acesso ao equipamento é liberado de modo que os brasileiros possam inspecioná-lo livremente (*to inspect it more or less freely*). Outra restrição que a Embaixada fazia a assinatura de um acordo formal – além da provável e suposta barganha – era a da exploração política do caso pela imprensa nacionalista e pelo Congresso. O problema pedia uma solução satisfatória que parecia não ter sido encontrada ainda: “se a remoção do

⁶⁷⁵ “Gen. Lott concluded that he had been misinformed, suggested that the whole deal be forgotten, and affirmed the fact that they were still friends.” Conforme: Cópia de memorando para arquivo de 30 de janeiro de 1959, produzido pelo coronel Paul T. Cooper, da Força Aérea dos Estados Unidos. RG 59, 1948-1962, caixa 7, Secreto. [Assunto: *Security at Range Station 11*]

caráter secreto [do equipamento] não é possível, algum tipo de desculpa deve ser arranjado para dar cobertura a estas circunstâncias incomuns.”⁶⁷⁶

Como referenciado anteriormente, a ilha de Fernando de Noronha manteve alguma atividade operacional até fins da década de 1960, e isso demonstra que a ilha continuou com alguma importância estratégica para os Estados Unidos. No entanto, lembro que essa importância se deu agora em nível um tanto abaixo daquele experimentado em fins da década de 1950, quando a ilha funcionou como estação de rastreamento de mísseis teleguiados, no caso dos ICBMs, a “arma suprema” da “Guerra Fria”. Há outras “áreas de impacto” no Pacífico e no Atlântico, apesar de que referências a estas últimas “áreas”, nos relatórios, são *sempre* apagadas, com exceção da ilha de Ascensão: ocorreria esta supressão de informação pelo fato de Fernando de Noronha ter sido uma delas? Isto eu não posso afirmar, pelo menos não tendo por base algum documento categórico; mas que a dispendiosa estrutura para receber o MILS e os hidrofones – componentes técnicos importantes para a operacionalização de uma “área de impacto” – foi montada na ilha, isso não parece restar muita dúvida. Uma descrição das atividades a serem realizadas na ilha de Fernando de Noronha foi apresentada em uma reunião ocorrida em janeiro de 1956 nos Estados Unidos. Nela foi dito que a Força Aérea pretendia manter cerca de quatro aeronaves na ilha para a “desobstrução da área antes do lançamento dos mísseis e para outros usos,” e em seguida foi apresentado aspectos gerais das operações na ilha.

“Nenhum dos mísseis usados na área-alvo conterão explosivos e todos cairão no mar, com nenhum atravessando o continente brasileiro exceto no improvável evento de um erro de cálculo, sendo pouquíssimo provável que isso aconteça. Precauções de segurança elaboradas pela USAF requerem que o míssil que sair da rota em qualquer ponto cairá imediatamente no mar. Isso é conseguido através de instrumentos de controle que, no caso de erro de cálculo ou contratempo, o combustível do míssil tipo balístico seja esvaziado imediatamente ou, no caso de mísseis ‘tipo-asa’, uma asa é destruída.”⁶⁷⁷

⁶⁷⁶ “[...] if declassification is not feasible, some sort of dispensation to cover the unusual circumstances might be arranged.” Conforme: Cópia de carta de 29 de abril de 1959, enviada para o sr. George O. Spencer, do Departamento de Estado, pelo sr. Philip Raine, da Embaixada Americana no Rio de Janeiro. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Secreto. [S/Assunto]

⁶⁷⁷ “[...] the USAF will desire the right to maintain several aircraft (perhaps 4) at the facility for use in clearing the range prior to the firing of missiles and for other uses.” “None of the missiles used in the target range will contain explosives and all will land at sea, none traversing Brazilian terrain except in the unlikely event of a miscalculation, the odds being greatly against such a mishap. Elaborate safety precautions established by the USAF require that a missile travelling off course at any point along the range be impacted immediately into the sea. This is accomplished by instrument control which, in the event of a miscalculation or mishap, cause the fuel of ballistic type missile to be dumped immediately, or in the case of ‘wing-type’ missiles, cause a wing to be destroyed.” Conforme: Cópia de memorando de reunião de 19 de janeiro de 1956 com a participação dos Srs. Trimble (*Charge d’Affaires*), Wendelin (*Pol. Counselor*), coronel Hocker (*Army Attaché*), capitão Andrews (*Navy*), tenente-coronel Willetts (*Asst. Air Attaché*) e Spencer (*First Sec.*) [todos da Embaixada Americana no

Como referenciado no Segundo Capítulo, em dezembro de 1956 um míssil do “tipo-asa”, o *Snark*, fugiu do controle depois de lançado de Cabo Canaveral e caiu em algum lugar no Nordeste brasileiro: o “pouquíssimo provável” poderia ocorrer algumas vezes e, segundo um dos responsáveis pelo sistema de navegação do míssil, “isso acontecia com tanta frequência que eles diziam que o *Snark* infestou as selvas do Brasil.”⁶⁷⁸ De todo modo, como sugerido acima, teria a ilha de Fernando de Noronha sido *inicialmente* planejada como “área de impacto”, função essa transferida posteriormente para a ilha de Ascensão construída na mesma época?

Existiam, portanto, ao longo da década de 1960, alternativas para a realização de testes com os mísseis aqui citados, e o caráter de indispensabilidade da ilha parece ter ocorrido *apenas* em fins da década de 1950. As operações de pesquisa e desenvolvimento do ICBM – e mesmo do *Dyna-Soar* – geraram fluxo de pessoal e de instrumentos – secretos ou não – bem como intensa interferência midiática, governamental e diplomática na “política da barganha”: foram experimentos que envolveram, direta e indiretamente, uma boa parte da região Nordeste e que reacendeu brios só comparáveis aos da Segunda Guerra Mundial, com o “trampolim da vitória”. Por estas razões, gostaria de nominá-las genericamente de *atividades diretas de alto impacto*. O uso feito pelos Estados Unidos da ilha depois da entrega formal em 1962 até o final da década parece relacionar-se ao que chamarei aqui, também genericamente, de *atividades indiretas de baixo impacto*:⁶⁷⁹ um aparelho foi deixado na ilha para eventuais coletas de partículas radioativas da atmosfera, sem indicação – ao que se sabe – da explosão de artefatos atômicos na região ou em áreas próximas – ou uma *evidente*, mas não ainda confirmada, “área de impacto” restrita ao entorno da ilha. Uma descrição da ilha feita pelo Departamento de Defesa em 1959 parece confirmar a existência, senão de uma área de

Brasil], Srs. marechal Whitehead, general Hovey, capitão Wier, coronel Little, tenente-coronel McConaughy e tenente-coronel Baker [todos da seção americana da JBUSMC] e Srs. Coates, coronel Manierre, capitão Satten e tenente-coronel Davis [todos da USAF Patrick Field]. RG 59, 1948-1962, caixa 4, Secreto. [S/Assunto]

⁶⁷⁸ “I helped first on the guidance system of *Snark* which was ultimately built. However, it never worked too well. Missiles fired much later from Cape Canaveral sometimes went off course to such remote areas as the rain forests of Brazil. This happened so often that they were called they *Snark* infested jungles of Brazil.” Conforme: REED, I. S. *A brief history of the development of error correcting codes*. In: *Computers and mathematics with applications*. Número 39, 2000, p.90. Esta informação é nova para mim: William Roy Shelton escreveu em seu livro que “houve tempo mesmo em que o mar, ao largo do Cabo, era conhecido com *as águas do Atlântico infestadas de Snarks*.” [grifo do autor] Creio que Reed tenha se enganado; caso contrário, é uma surpresa saber que outros *Snarks* se precipitaram no Brasil ao ponto de se afirmar que áreas inteiras estavam “infestadas” com eles. Conforme: SHELTON, William Roy. *Largada para o infinito*: história do Cabo Canaveral. São Paulo: Fundo de Cultura S.A., 1963, p.38.

⁶⁷⁹ Chamo a atenção também para o fato da possibilidade de combinarem-se as chamadas atividades *diretas e indiretas*, de *alto e baixo impacto*. Assim, poderíamos ter *atividades diretas de baixo impacto e atividades indiretas de alto impacto*: um exemplo desta última categoria seria o das operações de inteligência e contra-inteligência promovidas pelos Estados Unidos durante toda a “Guerra Fria” ao redor do mundo.

impacto no entorno ilha, pelo menos a função de identificar os pontos de impacto, conforme finalidade do MILS.

“Esta é uma estação de localização de impactos de mísseis, e consiste basicamente de equipamento de coleta de dados telemétricos. A estação serve a um papel vital no suprimento de cobertura telemétrica na localização de pontos de impacto e de destruição de mísseis [caso apresentasse problemas durante o vôo], fornecendo dados de radar [das trajetórias] finais e intermediários [do míssil] e [fornecendo] dados meteorológicos corretos da superfície e da atmosfera necessários na área.”⁶⁸⁰

Muitas evidências foram apresentadas nesta pesquisa que apontam para a utilização do Brasil em atividades militares não acordadas com autoridades militares brasileiras, ou se acordadas, restritas a um pequeno número delas, que não acompanhavam, não entendiam ou não se inteiravam das atividades *per se*: caso buscassem informações acerca delas, pareciam encontrar obstáculos intransponíveis, que podiam ser o idioma, cláusulas nos acordos – tácitos ou não – que limitavam o acesso, ou ainda a tecnologia avançadíssima empregada. O aprofundamento das pesquisas – que incluiria uma ampliação dos recortes temporal e espacial – poderia revelar a ocorrência de *atividades diretas e indiretas*, de *alto e baixo impacto*, em outros momentos de nossa história recente, assim como a ampliação da presença dos Estados Unidos em operações militares (secretas ou não) no Brasil durante a “Guerra Fria”: fica aí, portanto, a provocação para os historiadores.

⁶⁸⁰ “This station is a missile impact location station consisting primarily of telemetry data collecting equipment. The facility serves a vital role in the furnishing of telemetry coverage of ballistic missile impact location and for missile destruction, provides mid-course and terminal radar data and the correct weather data on surface and upper air in the area.” Conforme: Declaração do Bureau de Negócios Inter-Americanos do Departamento de Estado para o Comitê de Relações Externas do Senado. Transcrição de 14 de maio de 1959. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Secreto. [Assunto: *Negotiations between the United States of America and Brazil for the establishment of a guided missiles tracking station on Fernando de Noronha Island*]

QUARTO CAPÍTULO.

“Brasil, berço da bomba-H”

Minérios atômicos e barganha no pós-guerra

Este Capítulo trata de algumas questões relacionadas aos minérios atômicos e estratégicos enquanto componentes essenciais aos programas de energia atômica ou de armas atômicas e termonucleares. Em resumo: trata do combustível da “Era Atômica” que alimentou a “Corrida Armamentista”, levando, por conseguinte, a uma “Era dos Mísseis” – ou os vetores para as armas nucleares, sendo o ICBM o expoente máximo. A “Corrida Espacial” se utilizou fartamente de tudo isso, e a tecnologia aplicada nos segmentos que envolviam as armas atômicas e termonucleares – e seus vetores, obviamente – migrava para ela. A simbiose de todo esse conjunto se deu com a “Guerra Fria”, que ao mesmo tempo em que reforça todos aqueles subprodutos, é reforçada por todos eles.

Mas que minerais atômicos são esses? E os estratégicos? *Grosso modo*, como são utilizados no desenvolvimento de armas atômicas e na obtenção de energia nuclear? Respondidas estas perguntas, passarei na seção seguinte a responder outra mais geral: como tudo isso envolveu o Brasil no processo de barganha com os Estados Unidos e de busca por alguma importância estratégica no mundo pós-guerra? Há algum sentido prático e operacional – dentro do contexto que aqui opero da “Guerra Fria” e seus subprodutos – o elevado relevo estratégico do Brasil advindo com a posse de minérios atômicos e estratégicos, e proclamado pelas direitas, pelas esquerdas, pelos “entreguistas”, pelos nacionalistas, pelos ultranacionalistas, pelos comunistas, dentre outros? Se sim ou se não, como explicá-lo?

Tenho insistido que o Brasil e a América Latina perderam importância estratégica – *relativa e absoluta* – com o fim da Segunda Guerra. Como então se reinserir agora no mundo da então “Era Atômica”? No final da Segunda Guerra, *nada* parecia ter preocupado mais os militares e cientistas dos Estados Unidos do que as armas atômicas: desenvolvê-las e encontrar vetores mais eficientes foi algo que marcou a “Guerra Fria”, principalmente no período de 1945 a 1960. Restabelecer importância estratégica nesse novo mundo “atômico” demandava que se pudesse oferecer algo que estivesse relacionado a ele. No caso brasileiro e da América Latina, essa oferta seria dirigida aos Estados Unidos; e a posse de minérios atômicos foi, para alguns dos países latino-americanos, a porta de entrada no mundo

“atômico”: não que fossem construir armas ou utilizar a tecnologia para a produção de energia atômica, pois está claro que apenas as duas superpotências estavam em condição de fazê-lo no imediato pós-guerra. A reinserção estratégica no pós-guerra exigiu, portanto, que se oferecesse algo ou alguma coisa relacionada ao universo atômico; bem como a inserção estratégica na Segunda Guerra Mundial – no caso brasileiro – exigiu o “oferecimento” da imprescindível base de Natal ou da participação no teatro de guerra europeu. Mas como os minérios atômicos pareciam agora imprescindíveis no mundo que avizinhava com a “Era Atômica”, possuí-los parecia um excelente instrumento de barganha e de aproximação com os Estados Unidos. Lógico que esta percepção não foi imediata: o processo que levou o Brasil a utilizar os minérios atômicos para barganhar com os Estados Unidos foi ocorrendo a medida que éramos cada vez mais colocados em um segundo plano: inicialmente o Brasil pareceu contribuir passivamente com os Estados Unidos – notadamente no governo Dutra⁶⁸¹ – mas posteriormente foi encontrado o *deus ex machina*,⁶⁸² o componente que poderia mudar favoravelmente os termos de troca entre os dois países, ou seja, os minérios atômicos. Na Segunda Guerra Mundial, foi a desejada e *insubstituível* base de Natal; no fim da década de 1950, a desejada e *insubstituível* ilha de Fernando de Noronha; e no interregno, os desejados e *substituíveis* minérios atômicos, uma vez que o Brasil não era o único produtor nem o mais importante deles.

Assim, a inserção e a reinserção estratégica do Brasil da primeira metade da década de 1940 e fins da década de 1950, se deram um tanto que por *acaso*, enquanto que a importância estratégica advinda da posse de minérios atômicos foi *buscada*. E, para ambos os casos, houve uma *construção*, por parte de todos os grupos políticos nacionais – nacionalistas, comunistas, “entreguistas” etc. – de uma importância estratégica que possibilitasse lançar o Brasil vários níveis acima da sua importância *de facto*, de modo que se pudesse operar, *no plano externo*, uma política eficaz de barganha com os Estados Unidos, e que permitisse, por conseguinte, *no plano interno*, dar sentido e eco aos discursos inflamados.



⁶⁸¹ Que foi efusivamente recebido nos Estados Unidos em fins da década de 1950. Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 24 de maio de 1949, p.1, “City pays tribute to Brazil’s chief.” “Dutra is greeted by [Mayor] O’Dwyer after parade – Gets honors at Fordham and receptions.”

⁶⁸² “An expected, artificial, or improbable character, device, or event suddenly introduced to resolve a situation or untangle a plot.” Conforme: *The American Heritage Dictionary*. Boston: Houghton Mifflin Co., 1991, p.388.

Vários foram os minérios (estratégicos, críticos e atômicos) e materiais que foram buscados no Brasil durante (e mesmo antes da) a Segunda Guerra, bem como nas décadas seguintes. Durante a Segunda Guerra muitos – mas não todos – minérios e matérias-primas estratégicas extraídos no Brasil (e principalmente os extraídos fora dele, na África e Ásia, por exemplo), eram remetidos para os Estados Unidos *via* Natal:⁶⁸³ a diversidade das atividades e a distribuição geográfica das jazidas na década seguinte fizeram com que se diversificasse também o local e a modalidade de embarque dos mesmos. De todo modo, gostaria aqui de apresentar um panorama geral do que são esses minérios de modo que possa ser facilitada a compreensão daquilo que discorro neste Capítulo. Não há necessidade de um aprofundamento, e sua ausência não compromete o entendimento das hipóteses e conclusões que chego ao final do Capítulo, uma vez que gostaria apenas de deixar claro que os minérios atômicos – ou o que genericamente pode ser compreendido por eles – foram utilizados pelo governo brasileiro como instrumentos de barganha ante os Estados Unidos. Além disso, a existência dos minérios atômicos no Brasil foi habilmente aproveitada pelos mais diversos segmentos políticos – alguns com orientações políticas diametralmente opostas entre si – como instrumento de inserção no cenário que se desenhou no pós-guerra.

Não parece difícil encontrar em livros, jornais e revistas de toda a década de 1950, referências exaltadas do papel desempenhado pelo Brasil no campo atômico, notadamente como possuidor de imensas jazidas – o que é verdade – cobiçadas pelos Estados Unidos – o que é verdade – e que poderiam se apresentar como excelentes instrumentos de barganha – o que não é totalmente verdadeiro. Como mostrarei neste Capítulo, os minérios atômicos não cumpriram na plenitude a sua função barganhista porque a busca que os Estados Unidos fizeram pelos mesmos não se restringiu ao Brasil ou a América Latina, mas envolveu *todo o mundo*.⁶⁸⁴ Além do mais, os *sinais de interesse* que os Estados Unidos davam aos minérios atômicos no mundo todo *continham não apenas* interesses comerciais e / ou estratégicos, mas também medo e receio de que os mesmos fossem desviados para a União Soviética. A leitura imediatista feita por aqueles segmentos da sociedade brasileira não lhes permitia enxergar

⁶⁸³ Vários telegramas enviados do Consulado Americano em Natal para a Embaixada no Rio de Janeiro, datados entre 1943-46, mostram o trânsito de aeronaves transportando mica, quartzo, sementes, animais vivos etc., e partindo de e passando por Belém e Fortaleza. Aviões da RAF (Real Força Aérea britânica) também eram utilizados nessas operações.

⁶⁸⁴ “Há muito urânio na crosta terrestre, mas não se sabe quanto dele será acessível ao uso. [...] Não há dúvida de que nunca antes se viu uma caça ao tesouro escondido como a que, *embora discretamente*, vem hoje ocorrendo em todo o mundo.” Conforme: YOUNG, Gale. *A nova energia*. In: MASTERS, Dexter e WAY, Katharine (Organizadoras). *Um mundo ou nenhum*: um relatório ao público sobre o pleno significado da bomba atômica. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p.78.

isto, e a barganha operada com os Estados Unidos por eles, seja para trazer investimentos para o Brasil – como os do Plano Marshall, por exemplo –, seja para pesquisa e desenvolvimento do campo atômico – como a aplicação do princípio das “compensações específicas” –, seja para a modernização do parque industrial atômico – como o domínio dos processos de enriquecimento de urânio –, seja para conseguir mais material bélico – como um porta-aviões,⁶⁸⁵ por exemplo –, fracassou em sua quase totalidade, uma vez que foram utilizadas premissas não muito sólidas.

E complementarmente, no caso específico do campo atômico, existiam leis claras nos Estados Unidos que impediam a transferência de tecnologia atômica: o *Atomic Energy Act* ou Lei Mc Mahon. Assim, enquanto se mantivesse preso ao princípio das “compensações específicas” – alçado por um suposto poder de barganha advindo da posse de minérios atômicos⁶⁸⁶ –, o programa atômico brasileiro estaria fadado a sucumbir: existia uma clara política de adoção de “um exclusivo de trocas [de minérios atômicos] a ser feito de governo a governo, visando obtenção imediata de [...] informações técnicas, que resulte na utilização da energia atômica no país.”⁶⁸⁷ E, mais adiante, fica clara a posição do Conselho de Segurança Nacional sobre essa questão.

“Quando [...] for decidido realizar alguma exportação [de minérios atômicos], o maior esforço deve ser aplicado no sentido de [...] obter instalações ou reatores que produzam, em nosso país, os combustíveis nucleares. Devemos usar com sabedoria e prudência o *poder de barganha*, sempre em proveito da solução desse nosso principal problema no setor nuclear.”⁶⁸⁸ [grifo no documento]

⁶⁸⁵ “[...] Brazil had to buy this carrier with her own money. She also had to modernize it with her own money. The small amount of equipment proposed for the carrier is largely in return for the use of Fernando de Noronha Island.” Conforme: Exposição de motivos de 20 de março de 1958, enviada para o sr. Maurice Bernbaum, do Departamento de Estado, pelo coronel T. B. Hanford [?]. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Secreto. [Assunto: *Brazil list*]

⁶⁸⁶ “Não havia possibilidade de entendimento. As posições dos dois países não se conciliavam ou traduziam [...] o fatal antagonismo entre os interesses de uma nação detentora de processos tecnológicos avançados, mas *carecendo de matéria-prima*, e de outra, como o Brasil, que a possuía e procurava trocá-la pelo conhecimento indispensável à sua utilização.” [grifo meu] Conforme: BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973, p.355. (Coleção *Retratos do Brasil*, volume 87). Como mostrarei adiante, a premissa de que os Estados Unidos não dispunham de matéria-prima atômica é falsa.

⁶⁸⁷ *Ofício secreto* de 24 de abril de 1956, do presidente da República, ao senhor presidente da Comissão de Estudos para a Política da Energia Nuclear, do Conselho de Segurança Nacional. Citado em: *Ata da vigésima sessão do Conselho de Segurança Nacional*, 30 de agosto de 1956, Rio de Janeiro, Palácio do Catete, página 16. Presidindo a sessão o sr. presidente Juscelino Kubistchek de Oliveira.

⁶⁸⁸ *Ata da vigésima sessão do Conselho de Segurança Nacional*, 30 de agosto de 1956, Rio de Janeiro, Palácio do Catete, página 19. Presidindo a sessão o sr. presidente Juscelino Kubistchek de Oliveira.

Depois do embargo dos Estados Unidos da tentativa brasileira de compra de tecnologia alemã (de meados da década de 1950), parecia não existir saída, naquele momento, senão o desenvolvimento de tecnologia autóctone: o que seria, sem dúvida, o caminho mais difícil, senão impossível, naquele momento, em que prevalecia uma luta frenética para saber quem tiraria mais proveito político da posse de minérios atômicos no Brasil. No campo teórico, já existiam pelos menos desde 1951, nas atas do Conselho de Segurança Nacional, excelentes iniciativas de desenvolvimento autônomo de um programa atômico.⁶⁸⁹ O sr. Benedito Prudente Pare – da cidade de Lins – escreveu, indignado, a uma revista de São Paulo, uma carta que expressava seu entendimento sobre o que vinha acontecendo com o Brasil naquele momento.

“Os tratados de ‘defesa mútua’, ‘auxílio mútuo’ e outras mutualidades só tem servido ao interesse unilateral do primo rico. Se quisermos ser um grande povo, temos que nos fazer por nós mesmos.” [...] “Que dizer dos ‘auxílios’, da ‘boa vizinhança’, da celeberrima ‘aliança para o progresso’? Pois bem, com essas utopias, essas falsas promessas, vêm os nossos ‘amigos’ nos ludibriando há quanto tempo? [...] A não ser que queiramos apenas o Reino dos Céus, deixando o da Terra a outros.”⁶⁹⁰

Uma charge de Augusto Rodrigues, publicada em 1951 em um periódico fortalezense, ironizou a postura inicial indecisa e vacilante do governo Getúlio Vargas sobre o envio de tropas brasileiras para a Coreia.⁶⁹¹ Nela um repórter perguntou ao presidente: “O que decidiu V. Ex^a sobre o envio de tropas?”; que respondeu prontamente, “Resolvi não resolver!” Teria o governo brasileiro também, seja por pressões externas ou internas, resolvido sucessivamente postergar uma solução para o programa atômico? Ou esperaria por um momento mais adequado para potencializar a barganha?⁶⁹²

⁶⁸⁹ Há vários bons exemplos nas páginas 17 e 18, por exemplo, da Ata citada anteriormente; e, também, na página 60 e 61 da *Ata da décima sétima sessão do Conselho de Segurança Nacional*, 22 de dezembro de 1951, Rio de Janeiro, Palácio do Catete, página 59. Presidindo a sessão o sr. presidente Getúlio Dornelles Vargas.

⁶⁹⁰ Revista *Visão*, São Paulo, 22 de março de 1963, volume 22, número 2, p.4, “Cartas” “Realista protesta.”

⁶⁹¹ *Jornal Correio do Ceará*, [Órgão dos Diários Associados], Fortaleza, número 12368, quinta-feira, 5 de julho de 1951.

⁶⁹² “Vargas, ao que se sabe, não respondeu a carta [de Truman]. Não lhe interessava assumir qualquer compromisso. Não queria dizer que sim. Nem podia dizer que não. O pedido de soldados para a Coreia ocorreu, justamente, quando se desenvolviam as negociações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos [...] Vargas pensou que arrancaria algum benefício da situação [e] o Governo de Vargas, como contrapartida, desejava armamentos para a Marinha, Exército e Aeronáutica, em bases semelhantes às aplicadas aos países signatários do Pacto do Atlântico Norte.” Conforme: BANDEIRA, Moniz, op. cit., p.328.

Seja como for, em uma troca ou em uma barganha, é necessário que se queira algo passível de ser trocado, utilizando-se de algo que o outro *não* possua:⁶⁹³ queríamos tecnologia atômica – que não podia ser trocada e nem encontrada facilmente⁶⁹⁴ – e oferecemos minérios atômicos – que podiam ser obtidos sem muita dificuldade algures. A desigualdade e a impossibilidade dos termos de troca, numa relação econômica, impossibilitam a mesma. Alguns setores, porém, mesmo cientes de que os minérios atômicos existiam em outros países do mundo, pareciam acreditar na inevitabilidade da procura dos mesmos na América Latina, fazendo com que os Estados Unidos lançassem a sua atenção e “esclarecido interesse” ao continente. Matéria da revista *Visão* de novembro de 1953 acrescentou que:

“Até o momento, os Estados Unidos exploraram apenas suprimentos pequenos de urânio dentro de suas fronteiras; os produtores principais são o Congo Belga, a África do Sul, o Canadá e a Austrália. Os Estados Unidos, sem dúvida, tem vital interesse no desenvolvimento de outras fontes, dentro do Hemisfério Ocidental, e é ponto pacífico a existência de urânio em alguns países latino-americanos.” “Assim, talvez não esteja distante o dia em que os Estados Unidos, em seu ‘esclarecido interesse’ se ofereçam para construir usinas elétricas atômicas nos países amigos da América Latina – em troca de saldos de urânio para sua defesa e para fins industriais.”⁶⁹⁵

Esse esperar, essa eterna expectativa de que a tecnologia atômica fluiria para o Brasil “em troca de saldos de urânio” muito provavelmente corroborou no atraso da pesquisa no campo atômico. Se a necessidade norte-americana por bases no Nordeste brasileiro trouxe a siderúrgica “pronta” na Segunda Guerra, as “usinas elétricas atômicas” também viriam “prontas” na década seguinte: assim parecia pensar o governo brasileiro. Mas qual era a contrapartida do governo brasileiro nesse momento? O que tínhamos agora para barganhar?

Como mostrei no Capítulo anterior, Fernando de Noronha – diferentemente dos minérios atômicos – foi a carta mais importante do baralho da diplomacia brasileira no pós-guerra: se bem explorada, o domínio da tecnologia do enriquecimento de urânio e da

⁶⁹³ “É certo que a *demanda* existe também para aquele que não tem dinheiro algum, mas sua demanda é uma pura entidade da imaginação, que não tem sobre mim, sobre um terceiro, sobre os outros, nenhum efeito, nenhuma existência, que, portanto, continua sendo para mim mesmo *não efetivo, privado de objeto*. A diferença entre a demanda efetiva baseada no dinheiro e a demanda sem efeito, baseada em meu carecimento, minha paixão, meu desejo, etc., é a diferença entre o *ser* e o *pensar*, entre a pura representação que existe em mim e a representação tal como é para mim enquanto *objeto efetivo* fora de mim.” [grifos do autor] Conforme: MARX, Karl. *Manuscritos econômicos e filosóficos* – Terceiro manuscrito. In: Coleção *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p.31.

⁶⁹⁴ Apesar de esperarmos, em vão, que “com a colaboração de nações amigas, onde a ciência e a tecnologia alcançaram progressos consideráveis, poderá o Brasil acelerar a revolução atômica já iniciada. Para isso possui recursos naturais em abundância [...]” Conforme: Revista *Visão*, São Paulo, 15 de abril de 1955, volume 6, número 8, p.46-47, “A energia atômica no Brasil.”

⁶⁹⁵ Revista *Visão*, São Paulo, 13 de novembro de 1953, volume 3, número 10, p.10-11, “Breve: Era Atômica.”

produção de energia atômica podiam sim ter sido barganhados dali. Mas se o comentário do deputado Leoberto Leal (PSD-SC) for representativo de toda a Câmara dos Deputados, talvez eu tenha encontrado um dos motivos da má exploração da importância obtida com a ilha: “Nós não podemos com o continente, por que vamos então preocupar-nos tanto com uma ilha?”⁶⁹⁶

Como mostrarei *en passant* nesse Capítulo, o programa atômico brasileiro parecia enfrentar problemas muito sérios. Muitas pessoas, no entanto, que se engajaram na luta pelos minérios atômicos – bem como na do petróleo⁶⁹⁷ – o fizeram por acreditar que aquele seria o combustível do futuro. A sua crença não brotou do nada: vivia-se um momento em que as pesquisas atômicas ainda estavam no começo e o zelo pelos minérios atômicos era concebido como maneira de reservar e manter no território nacional o que se acreditava ser a redenção energética do mundo.⁶⁹⁸ Deste modo, não gostaria aqui de julgar se grupo A ou B agiu certo ou errado na conjuntura C ou D: este *não* é o objetivo desta pesquisa. O que objetivo é mostrar que todos embarcaram na premissa da suposta importância estratégica do Brasil porque isso seria útil para as suas pretensões políticas naquele momento. Obviamente não posso culpá-los por não terem percebido isso, uma vez que me é dado agora duas coisas que, para eles, ou era impossível ou era negado naquele momento: a retrovisão – a “arma definitiva do historiador” – e os memorandos e ofícios do Departamento de Estado – hoje disponíveis⁶⁹⁹ no *National Archives II*, em College Park, Estados Unidos – e que me permitiram ver a história também por outro lado, seja o dos “imperialistas ianques” ou o do representante do “Mundo Livre”.



⁶⁹⁶ Revista *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1957, p.118. “Em confiança.”

⁶⁹⁷ “Também havia, na UDN, uma corrente nacionalista, que apoiava o monopólio estatal do petróleo.” Conforme: BANDEIRA, Moniz, op. cit., p.319.

⁶⁹⁸ “Nos dez anos que se seguiram à guerra, os assuntos de pesquisa em física nuclear estavam muito próximos das aplicações tecnológicas da energia nuclear. [...] Apesar do perigo sinistro da bomba atômica, acreditava-se – naquela época muito mais do que hoje – que a fissão nuclear seria uma fonte de energia abundante e barata.” Conforme: ROSA, Luiz Pinguelli. *A política nuclear e o caminho das armas atômicas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p.28-29. (Coleção *Brasil, os anos de autoritarismo*)

⁶⁹⁹ “É certo que deixamos de conhecer muita coisa, por conta do mau estado de conservação (ou ausência) das fontes, mas, por outro lado, tivemos acesso a informações que escaparam aos que foram contemporâneos dos acontecimentos.” Conforme: KOSSELECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto / PUC Rio, 2006, p.162.

Os chamados minérios atômicos são o urânio e o tório. Além do urânio e do tório, o berilo, grafita, boro, bismuto, cádmio, zircônio, dentre outros, são exemplo de elementos utilizadas na chamada “indústria atômica”,⁷⁰⁰ mas aqui irei me concentrar especificamente no urânio e tório (monazita).

O *urânio* é um “elemento metálico, branco, denso, radioativo, fissionável”⁷⁰¹ e que é utilizado na produção de energia atômica ou de armas atômicas. Há, como se sabe, todo um longo processo até se chegar a sua forma passível de ser utilizada como combustível para reatores e bombas atômicas: o detalhamento dos processos não agregaria muito valor a discussão que aqui faço, podendo aborrecer o leitor.

A *monazita* é um “mineral monoclinico, amarelado, fosfato de cério, lantânio, praseodímio, neodímio, com óxido de tório, que se encontra disseminado em rochas eruptivas ou, como produto de desagregação, misturado nas areias.”⁷⁰² Nas rochas, é bem mais comum do que imaginamos. Rômulo Argentièrre afirmou que:

“O granito e o gnaiss, contendo a monazita como elemento acessório, são as rochas fundamentais da maior parte do Brasil, no litoral do Atlântico. Não há quem não as conheça: elas constituem as montanhas do Rio, o Pão de Açúcar, o Corcovado, a Tijuca, etc. Elas formam a serra do Mar em todo o litoral, no sul, em São Paulo, no Espírito Santo e na Bahia.”⁷⁰³

Das *areias monazíticas*, se extrai, através de processos industriais, o *tório* e as *terras-raras*. O *tório* – elemento químico metálico, radiativo e fissionável – tem aplicação na energia atômica, além de ser utilizado em tintas nas indústrias têxteis, na fotografia etc.⁷⁰⁴ Já entre as *terras-raras*,⁷⁰⁵ o cério era um dos componentes das balas luminosas, utilizado para aumentar a intensidade luminosa dos holofotes e dos projetores de cinema, para o fabrico de lentes especiais; e o praseodímio e o neodímio eram utilizados como matérias corantes.⁷⁰⁶

De maneira muito simplificada, a produção de energia ou de armas atômicas a partir dos minérios atômicos ocorre através de processos complexos que os transformam em

⁷⁰⁰ ARGENTIÈRE, R. *Urânio e tório no Brasil: introdução a física nuclear aplicada*. São Paulo: Edições LEP, 1954, p.492.

⁷⁰¹ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio escolar da língua portuguesa*. (1ª edição) Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p.659.

⁷⁰² FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, op. cit., p.440.

⁷⁰³ ARGENTIÈRE, R., op. cit., p.369-70.

⁷⁰⁴ ARGENTIÈRE, R., op. cit., p.489.

⁷⁰⁵ Também lantanídeos: “Grupo de elementos de [...] propriedades metálicas muito parecidas, e que compreende: cério, disprósio, érbio, európio, gadolínio, hólmio, itérbio, lantânio, lutécio, neodímio, praseodímio, promécio, samário, térbio e túlio.” Conforme: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, op. cit., p. 386. Um aprofundamento pode ser obtido em SPEDDING, Frank. *The rare earths*. In: Revista *Scientific American*, Nova Iorque, novembro de 1951, volume 185, número 5, p.26-30.

⁷⁰⁶ ARGENTIÈRE, R., op. cit., p.487-88.

materiais fissionáveis, como o plutônio e o urânio-235. Daí, através de outros processos igualmente complexos, podem ser utilizados para a “paz” (agricultura, medicina, indústria) ou para a “guerra” (bombas atômicas):⁷⁰⁷ utilizá-los para uma ou outra finalidade requer, no entanto, não apenas boa-vontade, mas tecnologia e pesquisa apoiadas por uma instituição estatal de fomento a pesquisa básica e avançada, além de muito numerário disponível, uma vez que milhões de dólares são necessários durante o processo.

Os minérios ou matérias-primas estratégicas são todos aqueles que cumprem um importante papel na indústria civil e / ou militar: em muitos casos, não há uma nítida separação entre um e outro campo; e um minério ou matéria-prima fartamente utilizado em um campo pode ser utilizado no outro e vice-versa. São exemplos deles – utilizados no pós-guerra até pelo menos fins da década de 1950 – o cobre, tungstênio, cristais de quartzo, mica, balsa, quebraço (tipo de madeira), zinco, mercúrio, antimônio, minério de ferro, dentre vários outros. Por um lado, era acentuada a dependência dos Estados Unidos dos países da América Latina no fornecimento de alguns daqueles minérios e matérias-primas, mas, por outro lado, essa dependência era relativamente bem distribuída dentro do continente latino-americano.⁷⁰⁸

Ao Brasil e aos países da América Latina, como se sabe, os Estados Unidos relegaram o papel de fornecedores de matérias-primas e minérios estratégicos, e no entendimento deles, esta parecia a maior contribuição que o continente poderia dar a segurança do “Mundo Livre”. Nos Estados Unidos, sabia-se – já em 1948 – que “alguns políticos da América Latina, não necessariamente comunistas, se engajarão em ganhar popularidade individual entre o povo por meio de apelo ao sentimento nacionalista, questionando as intenções do ‘Colosso do Norte’ e acusando os Estados Unidos de embarcarem em uma nova era de Imperialismo Ianque”⁷⁰⁹ Parece-me justo e salutar que os países latino-americanos tenham lutado, a seu modo, pela defesa de seus recursos minerais, pois existia sim uma política clara dos Estados Unidos – não apenas para a América Latina e mas para todo o mundo – de se obter os minérios atômicos e matérias-primas estratégicos sob condições e termos os mais favoráveis possíveis ao “Tio Sam”. Acirrou-se no pós-guerra o sentimento de orgulho e / ou de proteção

⁷⁰⁷ KETO, George John. *The nuclear reactor powerplant as a factor in logistic planning*. Washington: Industrial College of the Armed Forces, 1954-55, p.5.

⁷⁰⁸ *Statement of Colonel Thomas B. Hanford*, Director, Western Hemisphere Regional Office, Office of the Assistant Secretary of Defense for International Security Affairs. Declaração dada no Comitê de Relações Exteriores do Senado, em março de 1958. RG 59, 1948-1962, caixa 96.

⁷⁰⁹ “Similarly, it may be anticipated that some Latin American politicians, not necessarily Communists, will endeavor to gain personal popularity with their people through appeals to nationalistic feeling by questioning the motives of the ‘Colossus of the North’ and accusing the United States of embarking on a new era of ‘Yankee Imperialism’.” Conforme: HARDESTY, M. N. e BURBRIDGE, L. M. *Strategic and critical materials in Latin America*. Washington: Departamento do Exército, The Office of the Assistant Secretary of the Army, 18 de fevereiro de 1948, p.10.

de “nossas” riquezas ou conquistas; assim o foi no petróleo (“O petróleo é nosso!”), no tório (“O tório é nosso!”⁷¹⁰), no urânio (“Urânio nosso.”⁷¹¹), na monazita (“A energia atômica está aqui.”⁷¹²), em Fernando de Noronha (“Fernando de Noronha é nossa!”⁷¹³ ou “A ilha é nossa!”⁷¹⁴), no reator atômico (“Reator quase nosso.”⁷¹⁵), dentre outras bem-humoradas apropriações, de modo a nos proteger da expropriação e roubo a que o país estava supostamente sujeito.

Por um lado, os Estados Unidos utilizaram – para obtenção de termos favoráveis –, em muitos casos, dos mais diversos embustes, pressões e ameaças; e *por outro lado*, encontravam governos com políticas extremamente porosas as demandas norte-americanas: como foi, por exemplo, o caso de Dutra, no Brasil. Do ponto de vista democrático – ou daquilo que se pode depreender genericamente disso – alguns desses governos latino-americanos eram ilegítimos, uma vez que utilizaram embustes, pressões e ameaças para chegarem ao poder. Há intermináveis discussões sobre isso e trazê-las aqui apenas contribuiria para que eu me afastasse do meu objeto de estudo. Gostaria de deixar claro aqui que procuro não embarcar na visão maniqueísta entre o bem – as “pobres” nações latino-americanas – e o mal – “o imperialismo ianque” –, pois o que intento mostrar é que houve, para o caso brasileiro, um aproveitamento *desproporcional* de amplos segmentos políticos de uma importância estratégica *residual* – e agora advinda da posse de minérios atômicos – e que havia diminuído substancialmente com o fim da Segunda Guerra. Obviamente, a importância estratégica não deixou de existir imediatamente após o fim do conflito, mas a sua inexistência, ineficácia ou palidez ficou mais nítida – pelo menos para os Estados Unidos – exatamente na década de 1950, momento esse em que a nossa *suposta* importância na “Guerra Fria” era mais explorada

⁷¹⁰ “Os que gritam e batem pé, divulgando [...] o vergonhoso slogan do ‘tório é nosso’, não desejam mais do que aniquilar a florescente indústria atômica brasileira [...]” Conforme: Revista *O Cruzeiro*, 28 de julho de 1956, p.142, “Briga atômica.”

⁷¹¹ Revista *Visão*, São Paulo, 27 de maio de 1960, “Urânio nosso.”

⁷¹² Revista *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 26 de maio de 1951, p.121, “Areia que vale ouro: a energia atômica está aqui!”

⁷¹³ “A chamada ‘corrente nacionalista’ [...] dentro do Congresso [...] passou a agir silenciosamente. Preparou-se, assim, a campanha “Fernando de Noronha é nossa!” Conforme: Revista *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1957, p.102. Outros exemplos desse sentimento de posse com relação a ilha podem ser encontrados: “Quando do navio se avistou o primeiro pedaço de solo brasileiro, Fernando de Noronha, e um italiano nos perguntou porque o governo havia cedido aquela ilha aos norte-americanos, não nos envergonhamos. Dissemos que o povo brasileiro, um dia retomarará aquilo que lhe pertence. Não temos dúvida a respeito.” Conforme: MARTORELLI, Victorio. *No país dos Sputniks*: reportagens. (Prefácio de Maurício Loureiro Gama). São Paulo: Brasiliense, 1958, p.[?].

⁷¹⁴ Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 3 de janeiro de 1957, “A Ilha é Nossa!” “Milhares de boletins foram distribuídos na Praça do Ferreira, na noite do Ano Bom.”

⁷¹⁵ “Nesse prédio, localizado na ilha do Fundão, deverá entrar em funcionamento até o fim do ano o reator *Argonauta*, construído com 93% de componentes nacionais.” Conforme: Revista *Visão*, São Paulo, 30 de agosto de 1963, p.13, “Reator quase nosso.”

pelos nacionalistas, comunistas, direitistas, “entreguistas” etc. Aqui, reforço, não há nenhum erro em admitir a importância estratégica do Brasil: o erro reside apenas na *escala* dessa importância. Esse sentimento de que éramos tão importantes alimentou os discursos nas Câmaras e Assembléias de todo o Brasil, bem como o imaginário construído nas revistas e jornais: vejamos, rapidamente, alguns exemplos disso.



Em maio de 1947, ocorreu um eclipse total do Sol que seria melhor observado no Brasil, mais precisamente nas cidades de Bocaiúva, Araxá e Bebedouro, em Minas Gerais, e Salvador, na Bahia. Para Bocaiúva foram “sábios e militares dos Estados Unidos, técnicos da Finlândia, professores da Universidade, jornalistas, fotógrafos e cinematografistas.” Um repórter da revista *O Cruzeiro* – o sr. Marcelo Coimbra Tavares – esteve na cidade mineira à época do eclipse para fazer a cobertura jornalística. Segundo ele, “milhões de dólares foram gastos” na expedição científica, que contava com aparelhos sofisticadíssimos, além de médicos, farmacêuticos, engenheiros, intérpretes, militares e cientistas: “Havia até um cozinheiro, nascido em Jacarepaguá, que trocou o seu comum Zé Maria da Cruz pelo sonoro Joseph Mary Cross.” Segundo ainda o jornalista existia também, e em abundância, cientistas russos que, com os norte-americanos, “disputaram acirradamente a hegemonia do eclipse [...] [numa] batalha incruenta pela exclusividade do local.” Eles ficaram na cidade de Araxá, e “o Grande Hotel foi transformado num autêntico Q.G de espionagem internacional,” com agentes do FBI e NKVD se engalfinhando em uma “luta dinâmica”. Apesar de toda essa movimentação, “o grande público nada ficou sabendo a respeito da luta secreta travada entre a Rússia e os Estados Unidos no Brasil para a hegemonia dos conhecimentos astronômicos com reflexo no campo da energia atômica.” Na hora do eclipse, no entanto, choveu na cidade de Araxá, o que não permitiu a observação do mesmo pelos russos,⁷¹⁶ e “cientistas desmaiaram por causa do malogro.” Enquanto isso, em Bocaiúva, os norte-americanos comemoravam e guardavam para si as revelações do eclipse como “segredos atômicos”. Em seguida, na matéria da revista, o jornalista tentou explicar o mecanismo das explosões nucleares que

⁷¹⁶ Talvez tenham aproveitado a chuva para coletar urânio na região. “Amostras de urânio brasileiro colhidas por cientistas russos em Araxá [...] quando vieram observar o eclipse solar de 1946[?].” Conforme: *Jornal Gazeta de Notícias*, Fortaleza, Ano XXVI, número 8173, sexta-feira, 27 de março de 1953, p.1.

ocorrem no interior do Sol; e que são as mesmas que ocorrem em uma bomba de hidrogênio: “Prestem bem atenção na nomenclatura e quem sabe com o correr dos anos, você poderá fabricar sua bomba de hidrogênio para atirar no cachorro do vizinho.”⁷¹⁷ Segundo informações coletadas pelo jornalista, “em Bocaiúva ficou cientificamente provada a cadeia circular de reação do hidrogênio no Sol [...] [e] daí nasceu a bomba de hidrogênio”;⁷¹⁸ e “agora se pode revelar que foi em Bocaiúva que surgiu a bomba H.”⁷¹⁹

Posto de lado o bom humor de alguns trechos da matéria da revista, fica claro que o jornalista pareceu realmente acreditar que o eclipse de Bocaiúva pode se inserir em todo o conjunto de complexas pesquisas, cálculos, experimentos e técnicas desenvolvidas nos laboratórios e que resultariam no “nascimento” da bomba de hidrogênio.⁷²⁰ Apesar de ter acompanhado o eclipse em 1947, a matéria só foi escrita na revista em setembro de 1953, quando tanto os Estados Unidos – em 1 de novembro de 1952 – como a União Soviética – em 12 de agosto de 1953,⁷²¹ cerca de 9 meses depois dos norte-americanos – já haviam explodido as suas bombas de hidrogênio: talvez o que o jornalista não soubesse foi que os russos – os mesmos que perderam o eclipse devido a chuva em Araxá – explodiram um dispositivo, de certo modo, até mais avançado do que o norte-americano. Era preciso *impor* ao Brasil uma participação naquele momento histórico, como foi preciso nomear o Nordeste brasileiro o “teatro de operações da Terceira Guerra Mundial”⁷²² quando a estação de Fernando de Noronha foi construída; ou salientar alguma contribuição brasileira no programa de mísseis e foguetes dos Estados Unidos: “Quando um foguete norte-americano alça vôo de Cabo Canaveral rumo ao espaço sideral, é provável que ele esteja usando em suas turbinas óleo de mamona produzido na Bahia.”⁷²³ Recentemente, ventilou-se a hipótese de que o urânio extraído do Rio Grande do Norte durante a Segunda Guerra Mundial foi utilizado na fabricação das bombas atômicas: “A Paraíba explodiu Hiroshima?”⁷²⁴ Alguns países da

⁷¹⁷ Revista *O Cruzeiro*, 5 de setembro de 1953, p.96, “Brasil – berço da bomba-H.”

⁷¹⁸ Revista *O Cruzeiro*, 5 de setembro de 1953, p.10.

⁷¹⁹ Revista *O Cruzeiro*, 5 de setembro de 1953, p.14.

⁷²⁰ “Nuclear weapons have always been ‘the work of many people.’ Edward Teller introduced the phrase in 1955 when recalling the range of efforts and contributions – *from specialists in many different fields* – to the American hydrogen-bomb effort.” [grifo meu] Conforme: KAISER, David. *The atomic secret in red hands? American suspicions of theoretical physicists during the early Cold War*. In: *Representations*, volume 90, número 1 (primavera de 2005), p.31.

⁷²¹ RHODES, Richard. *Dark sun: the making of the hydrogen bomb*. Nova Iorque: Simon & Schuster Paperbacks, 1995, p.495/524.

⁷²² “Todos sabem que se, para a desgraça da humanidade se realizar o prognóstico, hoje corrente, de uma Terceira Guerra Mundial, possivelmente, e até provavelmente, o Nordeste brasileiro será o primeiro teatro de luta.” Conforme: Jornal *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 24 de janeiro de 1957, “A Terceira Guerra Nuclear está a vista.”

⁷²³ Revista *O Cruzeiro*, 19 de novembro de 1960, p.114, “Mamona: a planta que dá cachos de ouro.”

⁷²⁴ Revista *de História da Biblioteca Nacional*, dezembro de 2009, número 51.

América Latina foram mais longe, e recorreram ao *bluff* para que os holofotes do mundo bipolar se voltassem para eles: foi o caso da Argentina que ventilou a hipótese de construção de uma bomba atômica no começo da década de 1950. A imprensa ironizou,⁷²⁵ porém, sem antes a notícia ganhar o mundo:⁷²⁶ “Perón descobriu a energia atômica [assim] como Stalin inventou o telefone...”⁷²⁷ Matéria de março de 1951 do *Correio do Ceará* afirmou que:

“O professor Ronald Richter recebeu os jornalistas e declarou-lhes: ‘A Argentina pode agora fabricar a bomba atômica. Contudo, o presidente Perón não tenciona ordenar a fabricação desse engenho bélico’. A primeira parte da entrevista do prof. Richter foi dedicada a fazer um resumo da atual situação das investigações atômicas em que se usa o urânio. A segunda parte da entrevista foi dedicada a revelar os métodos argentinos de investigação atômica sem urânio, nas regiões da ilha de Huemul.”⁷²⁸



Urge salientar que nos quinze anos (1945-60) cobertos pelo recorte temporal desta pesquisa, as relações do Brasil com os Estados Unidos não são de modo algum homogêneas. As direitas, as esquerdas, os “entreguistas”, os nacionalistas, os ultranacionalistas, e todas as combinações possíveis entre eles, apresentaram para si e para a sociedade o seu entendimento sobre as relações políticas, econômicas e militares mantidas entre o Brasil e os Estados Unidos. Em um período imediatamente anterior ao que aqui investigo, no chamado “Estado Novo” (1937-45), a política externa brasileira (que gravitava entre Washington e Berlin) assumiu o caráter de “uma relativa ‘autonomia na dependência’ ou de barganha na defesa de certos interesses brasileiros.”⁷²⁹ No imediato pós-guerra, com a saída de Vargas e a chegada do governo Dutra (1946-50), o projeto ou estratégia de uma “barganha” cede lugar a uma

⁷²⁵ No imediato pós-guerra, a crença de que a Argentina poderia fabricar uma bomba atômica parecia mais concreta. “Os países mais importantes são, sem dúvida, a Rússia e a França, mas a China e a Argentina (ou algum consórcio de nações latino-americanas) também devem ser levadas em conta.” Conforme: SEITZ, Frederick e BETHE, Hans. *Quão próximo está o perigo?* In: MASTERS, Dexter e WAY, Katharine (Organizadoras), op. cit., p.138.

⁷²⁶ Revista *O Cruzeiro*, 22 de setembro de 1951, p.13-18, 50, 48, “Perón não tem a bomba atômica.”

⁷²⁷ Jornal *Correio do Ceará*, [Órgão dos Diários Associados], Fortaleza, número 12341, sexta-feira, 1 de junho de 1951, p.5.

⁷²⁸ Jornal *Correio do Ceará*, [Órgão dos Diários Associados], Fortaleza, número 12288, segunda-feira, 26 de março de 1951, p.1, “Perón pode, mas não quer ordenar a fabricação da bomba atômica.”

⁷²⁹ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente* (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Organizadores). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.197-98.

política mais “entreguista”, de alinhamento imediato aos Estados Unidos, em um governo caracterizado por ser um dos que “mais se submeteu aos interesses estrangeiros [...] na história do país.”⁷³⁰ Com o fim do mandato de Dutra, foram abertas novas possibilidades de trato da política externa do Brasil com relação, principalmente, a Washington.⁷³¹ Paulo G. Fagundes Vizontini nos lembrou que:

“Contudo, a volta de Vargas ao poder vai representar uma importante mudança. É inegável que iria ainda persistir, em larga medida, a ilusão de que o Brasil poderia, através de uma barganha nacionalista, voltar a estabelecer vínculos privilegiados com os EUA – isto, até o final do governo Kubitschek.”⁷³²

Gostaria de chamar atenção para a heterogeneidade de posições dentro (interna) dos diversos períodos em que os governos se sucederam no Brasil entre 1945 e 1960. Não há, portanto, uma nítida sucessão compartimentada entre nacionalistas e “entreguistas”. Assim, a título de exemplo, o segundo governo Vargas (1951-54) podia ser visto por alguns setores (notadamente o PCB) – e em alguns momentos – como “entreguista”, simpático ao “imperialismo ianque” e a burguesia. Porém, para outros – e em outros momentos –, o governo parecia adotar exatamente uma postura contrária aos interesses norte-americanos, na medida em que se engajou em campanhas como as da Petrobrás ou em outras que previam a limitação de remessas de lucros das empresas estrangeiras. Porém,

“[há] ainda uma terceira tese [...] [na qual] o governo Vargas não seria nem um *fantochê* do ‘imperialismo norte-americano’ nem avesso a sua contribuição ao desenvolvimento do país. A política de Vargas representaria, sobretudo, uma posição intermediária entre esses dois extremos: procuraria *barganhar* com ele, pressionando-o e cedendo ao mesmo tempo, de forma *pragmática* porém reiterando os parâmetros de seu projeto nacional de desenvolvimento.”⁷³³

No entanto, o meu objetivo aqui é o de perceber que a perda de importância estratégica no pós-guerra parece não ter dado outra opção ao governo brasileiro senão o de tirar proveito das relações com os Estados Unidos no momento adequado, ou seja, sempre que a “balança”

⁷³⁰ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes, op. cit., p.198.

⁷³¹ Ao assumir a presidência em janeiro de 1951, Vargas se aproveitou da conjuntura favorável criada pela eclosão da Guerra da Coreia. “Vargas e sua equipe tinham consciência da situação. E pretendiam aproveitar a emergência, criada com o agravamento da crise mundial, *para negociar em condições mais vantajosas com os Estados Unidos.*” [grifo meu] Conforme: BANDEIRA, Moniz, op. cit., p.323.

⁷³² VIZENTINI, Paulo G. Fagundes, op. cit., p.198.

⁷³³ DALIO, Danilo José. *A barganha nacionalista-pragmática: a política externa do segundo governo Vargas para os Estados Unidos (1951-1954)*. Campinas, 2009, 208 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, p.18.

tendesse favoravelmente ao Brasil.⁷³⁴ A necessidade de minerais estratégicos, de envio de tropas para a Coreia e de uma estação de rastreio de teleguiados são todos exemplos de momentos em que a política de barganha⁷³⁵ foi utilizada com aquele objetivo. Como mostrei, há antecedentes desta política na Segunda Guerra, e a funcionalidade desta estratégia no pós-guerra não pode ser desconsiderada. Porém, esta política de barganha nem sempre foi eficaz, uma vez que a assunção prévia por parte do governo brasileiro da *necessidade e da indispensabilidade* de “nosso” urânio, monazita e outros minerais estratégicos, por exemplo, nem sempre se verificou na prática. *Por um lado*, como mostrei no Primeiro Capítulo, o governo brasileiro, em alguns momentos, pareceu não entender o que aconteceu com o mundo no pós-guerra e que fez com que a “relação especial” tivesse sucumbido. *Por outro lado*, pareceu não entender também que a indispensabilidade brasileira não existia *in totum*. Tanto para um caso como para o outro a resposta encontrava-se lá fora e, em ambos, a miopia dos nacionalistas e “entreguistas” pareceu e soou mais como uma estratégia para dar sentido a retórica e a bravata de seus discursos inflamados.

Para o caso dos minerais estratégicos – *principalmente os atômicos* –, o governo norte-americano estava sim ciente da política de barganha do governo brasileiro, e administrou a suposta vantagem que o Brasil levaria nos momentos de negociação com uma receita muito simples: *a busca voraz por minerais estratégicos no mundo inteiro*. Enquanto as direitas e as esquerdas (e suas combinações possíveis) trombeteavam a importância do Brasil como fornecedor de minerais estratégicos, os Estados Unidos garantiram o fluxo contínuo destes minerais para sua máquina militar e industrial através de pesquisas geológicas patrocinadas em todos os continentes.⁷³⁶

“É extremamente vital que este país [os Estados Unidos] tenha todas as informações disponíveis sobre as possibilidades de urânio e o tório *onde quer que elas estejam*, e também que este país tenha informação sobre a

⁷³⁴ “Os Estados Unidos concordaram com a concessão de 250 milhões de dólares ao Brasil, importância aumentada, posteriormente, para 300 milhões, o que Vargas não considerava como um limite, senão como um *início* de financiamento. O Governo brasileiro, por outro lado, facilitaria a remessa de manganês *in natura* para os Estados Unidos, conforme os projetos do Amapá e do Urucum.” [grifo do autor] Conforme: BANDEIRA, Moniz, op. cit., p.325.

⁷³⁵ Trata-se de “uma estratégia a que denominamos de *barganha nacionalista-pragmática*, aplicada pelo Brasil às suas relações com os Estados Unidos.” Conforme: DALIO, Danilo José, op. cit., p.13.

⁷³⁶ Ou então através do contrabando, como parece ter acontecido no Brasil. “As exportações de monazita, na verdade, nunca cessaram nem cessariam, ao que tudo indica. Misteriosos navios, dos quais desembarcavam *homens louros*, aportavam ao Sul da Bahia e ao Norte do Espírito Santo, contrabandeando o minério [...] para os Estados Unidos, Segundo notícias que circulavam e, na época, a imprensa divulgou.” [grifo do autor] Conforme: BANDEIRA, Moniz, op. cit., p.376.

extensão das atividades estrangeiras no campo das matérias-primas necessárias a [produção de] energia atômica.”⁷³⁷ [grifo meu]

Mesmo quando a necessidade de alguns minerais já não mais existia, os Estados Unidos mantinham o controle sobre a compra destes minérios, e esta postura talvez tenha confundido as autoridades brasileiras, os comunistas, os nacionalistas e os “entreguistas”, que aparentemente enxergavam nisto a contribuição brasileira à “defesa hemisférica” ou a manutenção da política imperialista “ianque”. Na verdade, o que os Estados Unidos estavam fazendo – e isto eles fizeram não apenas no Brasil, mas no mundo todo – era manter o controle sobre as fontes produtoras destes minerais estratégicos de modo que eles não caíssem nas mãos dos países da “Cortina de Ferro” e aí encontrassem o caminho para a arqui-rival União Soviética. E mais: uma vez que a prospecção dos minérios no exterior era feita por empresas privadas norte-americanas, o Departamento de Estado intervinha – veladamente em alguns casos e em outros nem tanto – junto as devidas instâncias (governamentais ou não) de modo a garantir que as empresas continuassem – lucrativamente – com suas atividades.

Quanto a busca e prospecção de urânio – e outros elementos radioativos que pudessem ser utilizados na produção de energia atômica e no fabrico de armas nucleares –, há várias evidências que comprovam a amplitude das operações dos Estados Unidos no mundo inteiro. Estas evidências foram obtidas durante a pesquisa que conduzi no *National Archives II*, em College Park, MD no ano de 2010: pelo material levantado, pude constatar – através de memorandos de conversação, telegramas, despachos, cartas e ofícios – a envergadura das operações “ianques”. Foi possível encontrar documentos atestando o envio de amostra de minérios supostamente radioativos – para análise nos Estados Unidos – das mais diversas localidades e de todos os cantos do mundo. Obviamente, o envio de amostras de urânio para análise era sempre bem-vindo, mas deviam ser observados certos cuidados.

“Amostra de materiais contendo urânio, destinados aos Estados Unidos para análise, devem continuar sendo enviados sob classificação secreta. *Tais amostras freqüentemente se originam de países onde é desejável manter o segredo sobre atividades de exploração.* Cabe a discrição do encarregado responsável determinar se as amostras requerem a classificação de secretas ou confidenciais sob as devidas circunstâncias.”⁷³⁸ [grifo meu]

⁷³⁷ “It is extremely vital that this country have all available information concerning uranium and thorium possibilities wherever they are and also that it have information concerning the extent of foreign activity in the field of raw materials necessary for atomic energy.” Conforme: Memorando de 4 de fevereiro de 1949, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. J. K. Gustafson, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 76, Secreto. [Assunto: *Source materials and the ECA Program*]

⁷³⁸ “Samples of uranium-bearing materials, forwarded to the United States for analysis, should continue to be sent under security classification. Such samples often originate in countries where it is desirable to maintain



Em 30 de outubro de 1945, o Departamento de Estado recebeu uma amostra de minério supostamente radioativo entregue na Embaixada Americana em Lima, no Peru, pelo cidadão norte-americano sr. Samuel E. Giudici, residente na capital peruana: a amostra foi enviada para o General Groves (do Projeto Manhattan), e os resultados ficaram de ser enviados posteriormente.⁷³⁹

Em 1946, uma amostra de minério foi enviada da Bolívia para análise junto a Comissão de Energia Atômica (AEC) dos Estados Unidos, mas os exames revelaram um baixo teor de urânio na mesma;⁷⁴⁰ e em dezembro de 1949 a Embaixada requereu o envio, para La Paz, de um contador *Geiger*, aparelho destinado a mensurar os níveis de radiação e assim localizar elementos radioativos: porém, o pedido foi negado, e sugerido que o Adido Mineral lotado em Lima, no Peru, poderia examinar quaisquer ocorrências significantes de urânio na Bolívia.⁷⁴¹

No segundo semestre de 1947, amostras foram enviadas da Saxônia, da Alemanha Ocidental, o que atestou posteriormente um alto teor de urânio (U₃O₈).⁷⁴² Em dezembro de 1947, a Embaixada Americana em Manila, nas Filipinas, enviou amostra para verificação: os resultados demonstraram um baixo teor de urânio.⁷⁴³ Em agosto e março do mesmo ano,

secrecy on exploration activities. It can be left to the discretion of the responsible officer to determine whether samples require secret or confidential classification under given circumstances.” Conforme: Memorando de 31 de outubro de 1952, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 146, Secreto, Informação de Segurança. [Assunto: *Foreign Minerals Reporting*]

⁷³⁹ Memorando de 5 de janeiro de 1946, enviado para o Sr James E. Doyle, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 52. [S/Assunto]

⁷⁴⁰ Memorando de 22 de outubro de 1946, enviado para o sr. Herbert Marks, do Departamento de Estado, pelo sr. R. B. Snapp do Departamento de Guerra. RG 59, 1948-1962, caixa 44, Secreto. [Assunto: *Samples from Office of the Commercial Attaché, La Paz, Bolivia*]

⁷⁴¹ Memorando de 27 de dezembro de 1949, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 44, Confidencial. [Assunto: *Geiger Counter for Bolivia*]

⁷⁴² Memorando de 13 de agosto de 1947, enviado para o sr. Edmund A. Gullion, do Departamento de Estado, pelo sr. A. A. Wells da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 48, Secreto. [Assunto: *Samples from the vicinity of Johanngeorgenstadt*]

⁷⁴³ Memorando de 24 de maio de 1948, enviado para o sr. Edmund A. Gullion, do Departamento de Estado, pelo sr. J. K. Gustafson, Diretor da Divisão de Matérias-Primas. RG 59, 1948-1962, caixa 52, Confidencial. [Assunto: *Sample of ore for testing*]

amostras foram enviadas da cidade de Shaohsing – da província de Chekiang –, na China,⁷⁴⁴ e do Iêmen,⁷⁴⁵ respectivamente: foram analisadas, mas ambas não continham nem urânio nem tório.

Em novembro de 1948, amostras de minerais foram enviados da cidade de Luanda, em Angola.⁷⁴⁶ Em julho e agosto do mesmo ano, da província de Córdoba, na Argentina, seguiram amostras para a análise na Comissão: o memorando da Comissão destinado ao sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, informou o resultado da análise.⁷⁴⁷ Em uma vasta área compreendida entre o Chile e a Argentina, a Comissão preparou, através da Agência de Exploração (*Exploration Branch*), um relatório sobre a potencialidade da região, mas naquele momento a Comissão “não considerou as pesquisas recomendadas urgentes ou críticas.”⁷⁴⁸ Em 22 de março, a Embaixada Americana em Oslo, na Noruega, enviou amostra de minerais para análise: o memorando da Divisão de Matérias-Primas para o Departamento de Estado com o resultado pareceu não demonstrar muito interesse pela amostra.⁷⁴⁹ O sr. J. K. Gustafson – da Divisão de Matérias-Primas –, em memorando de fevereiro de 1949, declarou que a partir das informações que tem recebido e daquelas disponíveis na Divisão, “não há razões suficientes para solicitar ao governo norueguês uma pesquisa de exploração de seus recursos”:⁷⁵⁰ no entanto, a Divisão demonstrou interesse pelo *beryl* – um composto do berílio – presentes na amostra.⁷⁵¹ Em agosto de 1948, amostras enviadas de Dakar, da então África

⁷⁴⁴ Memorando de 1 de outubro de 1947, enviado para o sr. Edmund A. Gullion, do Departamento de Estado, pelo sr. A. A. Wells da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 46, Confidencial. [Assunto: *Analysis of Samples from Shaohsing, Chekiang, China*]

⁷⁴⁵ Memorando de 1 de outubro de 1947, enviado para o sr. Edmund A. Gullion, do Departamento de Estado, pelo sr. A. A. Wells da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 54, Confidencial. [Assunto: *Analysis of Samples from Yemen, Arabia*]

⁷⁴⁶ Cópia de memorando de 29 de novembro de 1948, enviado para o sr. A. A. Wells, da Comissão de Energia Atômica, pelo sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 43. [S/Assunto] Há, ainda na mesma caixa, outros memorandos de Luanda, datados de 25 de março e 6 de abril de 1949.

⁷⁴⁷ Memorando de 8 de novembro de 1948, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 43, Secreto. [Assunto: *Uranium Samples from Argentina*]

⁷⁴⁸ “[...] we do not consider the recommended surveys either critical or urgent.” Conforme: Memorando de 23 de março de 1949, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 43. [Assunto: *Argentina and Chile*]

⁷⁴⁹ Memorando de 14 de maio de 1948, enviado para o sr. Edmund A. Gullion, do Departamento de Estado, pelo sr. J. K. Gustafson, Diretor da Divisão de Matérias-Primas. RG 59, 1948-1962, caixa 52, Secreto. [Assunto: *Embassy Despatch No. 151 from Oslo, Norway, Dated March 22, 1948 and Accompanying Samples*]

⁷⁵⁰ “[...] we do not consider that there is sufficient reason to approach the Norwegian Government for an exploration survey of their resources.” Memorando de 21 de fevereiro de 1949, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. J. K. Gustafson, Diretor da Divisão de Matérias-Primas. RG 59, 1948-1962, caixa 52, Secreto. [S/Assunto]

⁷⁵¹ Mineral que “dado o seu elevado ponto de fusão [...] é usado em ogivas de foguetes.” Conforme: LAPP, Ralph E. *A matéria*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968, p.130. (Biblioteca Científica *Life*).

Ocidental Francesa, revelaram que as mesmas não apresentaram nenhum valor comercial:⁷⁵² o mesmo aconteceu com outras amostras enviadas da Guatemala no mesmo mês.⁷⁵³

Em fins de 1949, amostras de um mineral supostamente radioativo proveniente da cidade de Tegucigalpa, em Honduras, foi enviado para a análise: o resultado revelou que a amostra continha vidro vulcânico, com baixo teor de radioatividade e nenhum valor comercial.⁷⁵⁴ No dia 11 de abril do mesmo ano, amostras foram enviadas da Coréia, e em 7 de junho o resultado foi enviado para o Departamento de Estado: a amostra não pareceu aproveitável ao ponto de justificar maiores ações, porém o memorando deixou claro o interesse, ao salientar que “qualquer evidência adicional de mineral radioativo descoberto por pessoal da ECA [*Economic Cooperation Administration*] deve ser transmitido para a Comissão *via* Departamento de Estado.”⁷⁵⁵ Em junho, amostras foram enviadas do México para o Departamento, e mais uma vez os resultados da Comissão revelaram um baixo teor de urânio.⁷⁵⁶ E do Marrocos, da cidade de Casablanca, seguiram amostras no dia 3 de fevereiro.⁷⁵⁷ Curiosamente, em alguns casos, as amostras seguiam percurso diverso até serem analisadas, como foi o caso ocorrido em abril de 1949, quando da Embaixada Americana, em Haia, na Holanda, foram enviadas amostras coletadas em Portugal:⁷⁵⁸ em 1951, caso semelhante iria se repetir, quando amostras de Portugal foram enviadas *via* Amsterdã.⁷⁵⁹ Em fins de 1949, amostras de minerais foram enviadas do Equador, e também de Berna, na Suíça, e da região de Bordeaux, na França: os resultados apontaram que amostra latino-americana

⁷⁵² Memorando de 7 de dezembro de 1948, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 47, Secreto. [S/Assunto]

⁷⁵³ Memorando de 8 de novembro de 1948, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 54, Secreto. [Assunto: *Mineral Samples from Guatemala*]

⁷⁵⁴ Memorando de 28 de dezembro de 1949, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 49, Confidencial. [Assunto: *Analysis of Sample from Honduras*]

⁷⁵⁵ “[...] any further evidence of radioactive minerals discovered by ECA people should be transmitted to the Commission via the Department of State.” Conforme: Memorando de 7 de junho de 1949, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, pelo sr. John A. Hall. RG 59, 1948-1962, caixa 51, Confidencial. [Assunto: *Korean Mineral Sample*]

⁷⁵⁶ Memorando de 17 de janeiro de 1950, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 51, Confidencial. [Assunto: *Analysis of Samples from Mexico*]

⁷⁵⁷ Memorando de 28 de julho de 1949, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 51, Secreto. [Assunto: *Analysis of Samples from Casablanca*]

⁷⁵⁸ Memorando de 27 de janeiro de 1950, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 51, Secreto. [Assunto: *Analysis of Portuguese Samples Transmitted by American Embassy, The Hague*]

⁷⁵⁹ Memorando de 16 de maio de 1951, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. D. P. Hill, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 51, Secreto. [Assunto: *Portuguese Samples from Amsterdam*]

apresentou “radioatividade insignificante”,⁷⁶⁰ e as da Suíça⁷⁶¹ e da França⁷⁶² não despertaram nenhum interesse na Comissão. Enquanto isso, centenas de quilos de amostras enviadas pelo antigo Cônsul norte-americano, sr. J. Hall Paxton, na cidade de Tihwa – província de Sinkiang –, na China, nunca chegariam para a análise: o motivo apontado pelo Cônsul foi “a confusão geral da província no momento em que ele de lá partiu.”⁷⁶³ Em julho de 1949, foi enviado de Lisboa, Portugal, uma amostra de minério coletada em Moçambique: estudos revelaram o alto teor de radioatividade da amostra.⁷⁶⁴ O mesmo não aconteceu com amostras de Paramaribo, no Suriname, em que a Comissão declarou o seu não interesse por elas.⁷⁶⁵ Em outubro de 1949 a Comissão foi informada sobre a possibilidade de se encontrar urânio e magnésio na Nova Guiné,⁷⁶⁶ e no mesmo mês uma carta do sr. Paul T. Culbertson – da Embaixada Americana na Espanha – informou haver, já algum tempo, rumores sobre a possibilidade de “substanciais depósitos de urânio” no país: informou ainda que os Estados Unidos investigaram a possibilidade de reservas de urânio na Espanha durante a Segunda Guerra, mas naquela conjuntura os esforços estavam voltados mais para as reservas do Congo.⁷⁶⁷

No começo do ano de 1950, amostras de mineral supostamente radioativo foram enviadas da Embaixada Americana em Teerã, no Irã: os resultados demonstraram que a amostra continha mica em sua quase totalidade, e o teor de urânio era de 0,001%.⁷⁶⁸ Em 20 de

⁷⁶⁰ Memorando de 21 de fevereiro de 1950, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. D. P. Hill, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 47, Apenas para uso oficial. [Assunto: *Analysis of Sample from Ecuador*]

⁷⁶¹ Memorando de 6 de janeiro de 1950, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. Robert E. Leahy, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 47, Confidencial. [Assunto: *Switzerland – Sample for Analysis*]

⁷⁶² Memorando de 25 de janeiro de 1950, enviado para o sr. Clarence A. Wendel, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 47, Confidencial. [Assunto: *Analysis of Samples from France*]

⁷⁶³ Memorando de conversação de 6 de dezembro de 1949, entre os srs. David H. McKillop, do Departamento de Estado, e J. Hall Paxton, Cônsul Americano. RG 59, 1948-1962, caixa 80, Confidencial. [Assunto: *Consul Paxton's Report on Sinkiang (China) Uranium Situation*]

⁷⁶⁴ Memorando de 12 de abril de 1950, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 52, Confidencial. [Assunto: *Analysis of Sample from Mozambique*]

⁷⁶⁵ Memorando de 9 de janeiro de 1950, enviado para o sr. Clarence A. Wendel, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 54, Confidencial. [Assunto: *Analysis from Samples from Paramaribo, Suriname*]

⁷⁶⁶ Memorando de 3 de novembro de 1949, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 81, Confidencial. [Assunto: *Alleged Deposits of Uranium Bearing Pitchblende and Manganese in New Guinea*]

⁷⁶⁷ Carta da Embaixada Americana na Espanha, de 3 de outubro de 1949, enviada para o sr. James E. Webb, do Departamento de Estado, pelo sr. Paul T. Culbertson, *Chargé d’Affaires ad interim*. RG 59, 1948-1962, Caixa 81, Ultra Secreto. [Assunto: S/Assunto]

⁷⁶⁸ Memorando de 27 de fevereiro de 1950, enviado o sr. Clarence A. Wendel, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 50, Confidencial. [Assunto: *Analysis of Sample from Tehran*]

março de 1950, outro resultado de amostras foi remetido ao Departamento de Estado, e os resultados foram ainda desanimadores: a Comissão demonstrou “pouco interesse” pela amostra. No entanto, parecia existir alguma quantidade passível de prospecção, uma vez que um memorando de 12 de setembro de 1950 atestou o envio de um contador *Geiger*; e outro memorando dois dias depois apontou para alguma atividade de prospecção no país: um tal sr. Twitchell – vice-presidente da firma *American Eastern Corporation* – foi procurado por dois senhores de Teerã que buscavam ajuda na exploração de supostas descobertas de urânio.⁷⁶⁹ No começo do mesmo ano, amostras de mineral radioativo coletadas na fronteira da Argentina com o Chile foram enviadas para a Embaixada Americana em Roma, na Itália, sendo as mesmas enviadas pelo dr. Mario Grossi, que informou que seu filho, Paulo Grossi – que aparentemente mora numa região próxima a fronteira entre os dois países – as coletou.⁷⁷⁰ o resultado das amostras, no entanto, revelou que “nenhuma ação adicional é necessária.”⁷⁷¹ Em fevereiro de 1950, amostra coletada na cidade de Barcelona, na Espanha, e enviada a Comissão, apresentou nenhum traço de radioatividade.⁷⁷² Em outubro de 1950, amostras de minérios da Índia Ocidental portuguesa (*Portuguese West India*) – da cidade de Calcutá – foram remetidas para análise minuciosa, e a Comissão revelou posteriormente não apresentar interesse algum por elas.⁷⁷³

Em janeiro de 1951, amostras foram enviadas pelo sr. Carlos Bregains para a Embaixada Americana em Assunção, no Paraguai: nenhum urânio foi identificado na amostra.⁷⁷⁴ Em carta enviada diretamente a firma *General Electric Company*, um cidadão da Grécia escreveu – em grego arcaico – que havia encontrado urânio e gostaria que a firma mandasse alguém verificar.⁷⁷⁵ Amostras de urânio foram também enviadas de Bruxelas, e em

⁷⁶⁹ Memorando de 14 de setembro de 1950, enviado para o Assistente Especial do Sub-Secretário do Departamento de Estado, pelo sr. W. D. Quigley. RG 59, 1948-1962, caixa 50, Confidencial. [Assunto: *Mineral Deposits in Iran*]

⁷⁷⁰ Cópia de memorando de 25 de abril de 1950, enviado para o sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica, pelo sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 51, Confidencial. [S/Assunto]

⁷⁷¹ “No further action is necessary.” Conforme: Memorando de 22 de maio de 1950, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 51, Confidencial. [Assunto: *Analysis of Sample from Argentine-Chilean Border*]

⁷⁷² Memorando de 10 de fevereiro de 1950, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. D. P. Hill, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 53, Apenas para uso oficial. [Assunto: *Sample of Ore from Spain*]

⁷⁷³ Memorando de 13 de abril de 1951, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 80, Apenas para uso oficial. [Assunto: *Analysis of Samples from Portuguese West India*]

⁷⁷⁴ Memorando de 1 de março de 1951, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 52, Confidencial. [S/Assunto]

⁷⁷⁵ Cópia da carta de 21 de março de 1951, enviada para o sr. R. D. Nininger, da Comissão de Energia Atômica, pelo sr. Felix Dayton, da *General Electric Company*. RG 59, 1948-1962, caixa 49. [S/Assunto]

memorando ao Departamento de Estado a Comissão demonstrou interesse pelas mesmas: uma oferta de US\$6 / libra foi feita, mas uma oferta de até US\$10 / libra podia ainda ser apresentada.⁷⁷⁶ Em abril do mesmo ano, amostras foram enviadas da capital de El Salvador, San Salvador, e os resultados mostraram possuir “nenhum interesse como fonte de urânio, ou apresentar qualquer valor comercial”:⁷⁷⁷ e no mesmo mês, o sr. E. A. Lieuw – da cidade de San Nicolas, em Aruba – enviou ao presidente da Comissão, sr. David E. Lilienthal, amostras de minério supostamente radioativo.⁷⁷⁸ O resultado de amostras enviadas da cidade de Bogotá, na Colômbia, foi apresentado em memorando de fevereiro de 1951: nele a Comissão atestou não ter interesse na amostra uma vez que não apresentam “apreciáveis quantidades de urânio.”⁷⁷⁹ Em junho do mesmo ano, amostras provenientes de Montevidéu, no Uruguai, apresentaram resultado semelhante as amostras colombianas.⁷⁸⁰ Em setembro, o sr. José Carrasco – cidadão de Honduras – escreveu diretamente ao presidente norte-americano – e já pela segunda vez – para informá-lo que havia enviado amostras de minério radioativo *via* Embaixada Americana em Tegucigalpa, assim como deixá-lo ciente da existência de chumbo combinado com urânio na região de Potosi:⁷⁸¹ em janeiro de 1952, a Comissão enviou, para o Departamento, o resultado das amostras do sr. Carrasco e afirmou não ter nenhum interesse por elas.⁷⁸²

Em abril de 1952, amostras de minérios radioativos foram enviadas da Iugoslávia, e o governo norte-americano demonstrou interesse no envio de geólogos “se [isso] for politicamente possível.”⁷⁸³ E em junho do mesmo ano, amostras coletadas pelo geólogo

⁷⁷⁶ Memorando de 24 de maio de 1951, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. D. P. Hill, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 49, Confidencial. [Assunto: *Uranium Sample from Brussels – Eastern Germany*]

⁷⁷⁷ Memorando de 13 de junho de 1951, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. D. P. Hill, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 47. [Assunto: *Samples from San Salvador*]

⁷⁷⁸ Memorando de 11 de junho de 1951, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. R. E. Leahy, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 54. [Assunto: *Sample from Aruba*]

⁷⁷⁹ Memorando de 19 de fevereiro de 1951, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 46, Secreto. [Assunto: *Samples from Bogotá, Colombia*]

⁷⁸⁰ Memorando de 15 de junho de 1951, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 54, Confidencial. [Assunto: *Samples from Uruguay*]

⁷⁸¹ Carta de 11 de setembro de 1951, enviada para o presidente Harry S. Truman, pelo sr. José Carrasco. RG 59, 1948-1962, caixa 49. [S/Assunto]

⁷⁸² “The Commission has no interest in the ore from which the samples were taken.” Memorando de 23 de janeiro de 1952, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. Robert N. Slawson, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 49. [Assunto: *Honduras - Samples from Dr. Jose Carrasco*]

⁷⁸³ Memorando de 7 de julho de 1952, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. Robert N. Slawson, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 54, Secreto, Informação de Segurança. [Assunto: *Samples from Yugoslavia*]

Carlos Ruiz – da *Caja de Credito Minero*, na mina San Pedro, a cerca de 30 km de Paipote, no Chile – foram analisadas pela Comissão: algum interesse parece ter sido demonstrado pela Comissão, uma vez que a mesma solicitou maiores informações sobre as amostras.⁷⁸⁴ Em dezembro de 1952, amostra de minérios radioativos foram entregues a Comissão pelo sr. Jaime Caballero Tamayo, o primeiro-secretário da Embaixada boliviana em Washington, D.C: apesar de conter algum urânio, a Comissão conclui que a amostra não contém o elemento em quantidade suficiente para tornar “atrativa” a exploração.⁷⁸⁵

Em 20 de maio de 1955, uma determinada quantidade de minério foi entregue na Embaixada Americana em Bogotá, na Colômbia, e em seguida enviada para análise: os resultados demonstraram que a Comissão não tinha interesse na amostra como fonte de urânio, devido a mesma apresentar apenas 0,006% de U₃O₈.⁷⁸⁶



Além do envio de amostras de minérios para análise, a Comissão de Energia Atômica recebia também relatos de descoberta de ocorrências exploráveis de urânio: a ação dos técnicos da Comissão poderia culminar com o envio de geólogos para realizar uma pesquisa *in loco* de modo a determinar o potencial da região apontada; ou apenas com o envio do livro *Prospecting for uranium*⁷⁸⁷ de 128 páginas. A exemplo das remessas de amostras, as sugestões para a realização de pesquisas de prospecção chegaram do mundo todo. O urânio como elemento chave da “Era Atômica” demandava uma busca global por suas fontes e os Estados Unidos pareciam o único país capaz e disposto a fazer isso. Em muitos casos, informações relacionadas a minérios e materiais atômicos – ou mesmo tecnologia atômica – eram enviadas para o governo norte-americano – *via* Departamento de Estado, Comissão de

⁷⁸⁴ Memorando de 15 de agosto de 1952, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. Ronald I. Spiers, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 46, Confidencial, Informação de Segurança. [Assunto: *Analysis of Samples from Chile*]

⁷⁸⁵ Memorando de 16 de janeiro de 1953, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 393. [Assunto: *Analysis of Samples Submitted by Bolivian Embassy*]

⁷⁸⁶ Memorando de 6 de setembro de 1955, enviado para o sr. Gerard C. Smith, do Departamento de Estado, pelo sr. Edward R. Gardner, do Escritório de Negócios Internacionais, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 400, Apenas para uso oficial. [Assunto: *Analysis of Sample from Colombia*]

⁷⁸⁷ *Prospecting for uranium*. [Publicado pela *Atomic Energy Commission* (EAC) e *United States Geological Survey* (USGS)]. Washington: Government Printing Office, 1951. O livro podia ser adquirido nos Estados Unidos pelo preço de US\$0,45.

Energia Atômica ou mesmo dirigidas diretamente ao presidente dos Estados Unidos – por cidadãos comuns de várias partes do mundo.

Em 1946, o sr. L. L. Lauve, Jr. – cidadão norte-americano residente em Lisboa – Portugal, informou ao Departamento de Estado de que tinha conhecimento de imensas ocorrências de urânio naquele país.⁷⁸⁸ E no final do ano, o sr. Elliott Roosevelt – da revista *Look* – estava na URSS e entrevistaria o ditador J. Stalin: algumas perguntas envolvendo energia atômica foram preparadas pela Comissão e enviadas ao editor da revista, sr. John Cowles, que prometeu informar, confidencialmente, o que tivesse obtido de proveitoso.⁷⁸⁹

Em fevereiro de 1948, o sr. Giuseppe Avigliano – residente em Matera, Itália – escreveu ao Embaixador em Roma (com cópia ao presidente Truman) informando que havia aprendido como a bomba atômica era detonada, e que poderia demonstrá-lo, deixando assim a cargo da Comissão a decisão se ele deveria ser pago para manter o segredo.⁷⁹⁰ E em junho, o Exército norte-americano recomendou a pesquisa por minérios radioativos na Coreia do Sul; e o Exército sugeriu que a Comissão proceda com a pesquisa “antes da transferência eventual da soberania política para os coreanos.”⁷⁹¹ Em agosto do mesmo ano, da Alemanha, o sr. Johann Dressel escreveu ao presidente dos Estados Unidos para informar que possuía importantes informações no campo da física atômica: “um motor atômico e uma defesa contra mísseis atômicos.”⁷⁹² Supostas ocorrências de urânio na Índia foram comunicadas a Comissão em setembro⁷⁹³ pelo sr. Moses D. Heyman, de Woodmere, Nova Iorque, que obteve a informação do sr. T. E. Rowe, da cidade de Giridih, Índia: no final da carta, o sr. Heyman pede providências a Comissão, pois não gostaria de ver o minério ir para outro país.⁷⁹⁴ Ainda em setembro, o Adido Militar norte-americano em Paris foi informado da suposta ocorrência

⁷⁸⁸ Memorando de 28 de fevereiro de 1946, enviado para o sr. Marks, pelo Sr. Miller. RG 59, 1948-1962, caixa 63. [S/Assunto]

⁷⁸⁹ Cópia do memorando de 3 de dezembro de 1946, enviado para o srs. Baruch, Hancock, Swope, Eberstadt e Lindsay, por AEJ [?]. RG 59, 1948-1962, caixa 75. [S/Assunto]

⁷⁹⁰ Carta de 10 de fevereiro de 1948, enviada para a Embaixada Americana em Roma, Itália, enviada pelo sr. Giuseppe Avigliano. RG 59, 1948-1962, caixa 63. [S/Assunto] O sr. Avigliano também tinha desenhos de uma nova aeronave que era melhor do que as existentes na época, uma vez que era supersônica. Anexo ao memorando, uma folha de papel com uma observação manuscrita chamando o italiano de “crack-pot”, ou seja, uma pessoa excêntrica e com idéias bizarras.

⁷⁹¹ “[...] prior to eventual transfer of political sovereignty to the Koreans.” Conforme: Memorando de 25 de junho de 1948, enviado para o sr. J. K. Gustafson, Diretor da Divisão de Matérias-Primas, pelo sr. Edmund A. Gullion, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 51, Secreto. [Assunto: *Army Recommends Survey of South Korea for Radioactive Minerals*]

⁷⁹² “[...] an atomic motor and a defense against atomic missiles.” Conforme: Carta de 23 de agosto de 1948, enviada para o presidente dos Estados Unidos, pelo sr. Johann Dressel. RG 59, 1948-1962, caixa 48. [S/Assunto]

⁷⁹³ Memorando de 17 de setembro de 1948, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 50, Confidencial. [Assunto: *Alleged Uranium Occurrence in India*]

⁷⁹⁴ Cópia da carta de 13 de setembro de 1948, enviada para a Comissão de Energia Atômica, pelo sr. Moses D. Heyman. RG 59, 1948-1962, caixa 50. [S/Assunto]

de urânio em Madagascar,⁷⁹⁵ e o Cônsul americano no Canadá recebeu informações do sr. William Alcock, residente na cidade de Hamilton, sobre a existência de minérios atômicos no Alaska.⁷⁹⁶ Em novembro, foi cogitada a possibilidade da URSS estar realizando explorações por urânio na Etiópia: este acontecimento fez com que o serviço de inteligência norte-americano fosse consultado e informasse o que sabia sobre a possibilidade de urânio naquele país.⁷⁹⁷ Em dezembro, um memorando de conversação reportou que a Comissão foi informada por um tal Professor Nahmías sobre a existência de imensas ocorrências de urânio no interior da Colômbia: no entanto, a Comissão recebeu a informação com cautela uma vez que o professor é “suspeito de simpatia comunista no passado.”⁷⁹⁸

No primeiro semestre de 1949, um cidadão suíço ofereceu vender ao governo norte-americano cerca de 680 kg de urânio metálico de alta pureza, proveniente da Alemanha e contrabandeado *via* Hungria: e o memorando que citou a oferta lembrou também que “o Departamento de Estado, através de várias de suas Embaixadas e Consulados, tem sido previamente procurada, particularmente na Itália, na França e na Suíça, por ‘homens comuns’ que dizem poder conseguir para as Embaixadas, pequenas quantidades de urânio metálico.”⁷⁹⁹ Em março, um cidadão de Lisboa, Portugal – o sr. João José Penha Lopes – escreveu a Comissão interessado no preço da tonelada de urânio.⁸⁰⁰ E em meados de 1949, a Embaixada Americana em Caracas, na Venezuela, foi informada que o governo venezuelano acreditava existir no país minérios radioativos em determinadas áreas, e pediu ajuda ao governo norte-americano na investigação das mesmas.⁸⁰¹ Um mês antes, o Adido Mineral norte-americano – o sr. Carrel. B. Larson, designado para a Colômbia, Peru, Bolívia e Chile – preparou um

⁷⁹⁵ Memorando de 13 de junho de 1949, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 51, Secreto. [Assunto: *Reported Uranium Deposit in Madagascar*]

⁷⁹⁶ Memorando de 16 de novembro de 1948, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 54, Confidencial. [S/Assunto]

⁷⁹⁷ Cópia da carta de 4 de novembro de 1948, enviada para o sr. Walter F. Colby, Diretor de Inteligência, pelo sr. A. A. Wells, Chefe de Projetos Especiais. RG 59, 1948-1962, caixa 54, Secreto. [Assunto: *Reported Russian Exploration in Ethiopia*]

⁷⁹⁸ “[...] suspected of Communist sympathies in the past.” Conforme: Memorando de conversação de 22 de dezembro de 1948, entre os srs. Rollin S. Atwood, Clarence A. Wendell e Albert H. Gerberich. RG 59, 1948-1962, caixa 46, Secreto. [Assunto: *Report of Uranium Deposits in Colombia*]

⁷⁹⁹ “[...] the State Department, through several of the Embassies and Consulates, has previously been approached, particularly in Italy, France, and Switzerland, by ‘middle men’ who claim that they can deliver to the Embassy small quantities of uranium metal [...]” Conforme: Memorando de 26 de abril de 1949, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. J. K. Gustafson, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 49, Confidencial. [Assunto: *Offers of Uranium Metal Made to the US Government*]

⁸⁰⁰ Carta de 26 de março de 1949, enviada para a Comissão de Energia Atômica, pelo sr. João José Penha Lopes. RG 59, 1948-1962, caixa 52. [Assunto: *Uranium ore*]

⁸⁰¹ Cópia do memorando de 12 de agosto de 1949, enviado para o sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica, pelo sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 54, Confidencial. [S/Assunto]

relatório sobre possíveis ocorrências de minérios radioativos na Colômbia.⁸⁰² Em agosto de 1949, no distrito de Cuneo-Lurisia, na área norte da Itália, a Comissão examinou a possibilidade de se encontrar alguma ocorrência de urânio naquele distrito,⁸⁰³ e em 1951 o geólogo Donald L. Everhart – da Comissão – foi enviado para tal empreitada.⁸⁰⁴ Ainda em agosto e também na Itália, o sr. Cosimo Montanaro – estudante de “física e ciências naturais” da cidade de Bari – escreveu para Comissão de modo a poder “oferecer seus serviços” a mesma.⁸⁰⁵ “uma vez que nossos regulamentos de segurança estabelecem condições muito restritas para a contratação de estrangeiros, nós não poderemos contratar o sr. Montanaro,” respondeu a Comissão ao Departamento.⁸⁰⁶ E em carta de outubro, o Departamento de Estado ventilou a possibilidade do envio de geólogos para realizar explorações no Chile⁸⁰⁷ e (uma vez que eles já estavam na região) também no distrito de Pampacolca, no Peru.⁸⁰⁸ Em novembro de 1949 o Departamento de Estado foi informado sobre a descoberta de nova ocorrência de urânio próxima a cidade de Pribran, ao sul de Praga, Checoslováquia,⁸⁰⁹ e neste mesmo mês um cidadão de Havana, Cuba – o sr. Evaristo Colino – escreveu para a Universidade da Califórnia, em Los Angeles, perguntando se estavam interessados em obter “urânio mineral” descoberto por ele em algumas minas da ilha:⁸¹⁰ o sr. Colino foi orientado a procurar a Embaixada Americana em Havana.⁸¹¹ Em dezembro, o sr. Erwin Busse – residente na Alemanha – escreveu ao Comitê (sic) de Energia Atômica para informar que havia

⁸⁰² Cópia da carta de 24 de agosto de 1949, enviada para o sr. J. K. Gustafson, da Comissão de Energia Atômica, pelo sr. P. L. Merritt. RG 59, 1948-1962, caixa 54, Confidencial. [Assunto: *Alleged Uranium Deposits in Colombia – Minerals Attaché Report*]

⁸⁰³ Memorando de 31 de agosto de 1949, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 51, Confidencial. [Assunto: *The Cuneo-Lurisia Uranium Deposits in Northern Italy*]

⁸⁰⁴ Memorando de 4 de outubro de 1951, enviado para o sr. George C. Spiegel, pelo sr. Ronald I. Spiers, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 51, Confidencial. [Assunto: *Visit of AEC Geologist to Italy*]

⁸⁰⁵ Carta de 23 de agosto de 1949, enviada para a Comissão de Energia Atômica, pelo sr. Cosimo Montanaro. RG 59, 1948-1962, caixa 51. [S/Assunto]

⁸⁰⁶ Memorando de 10 de outubro de 1949, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 51. [Assunto: *Employment of Italian National – Dr. Cosimo Montanaro*]

⁸⁰⁷ Carta da Embaixada Americana em Lima, Peru, de 4 de outubro de 1949, enviada para o sr. Clarence A. Wendel, do Departamento de Estado, pelo sr. Carrel B. Larson. RG 59, 1948-1962, caixa 52, Confidencial. [S/Assunto]

⁸⁰⁸ Memorando de 15 de novembro de 1949, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 52, Confidencial. [Assunto: *Exploration in Peru*]

⁸⁰⁹ Memorando de 29 de novembro de 1949, enviado para o sr. Robert P. Joyce, do Departamento de Estado, pelo sr. C. Offie. RG 59, 1948-1962, caixa 46, Secreto. [Assunto: *Discovery of Uranium in Czechoslovakia*]

⁸¹⁰ Cópia da carta de 24 de novembro de 1949, enviada para a Universidade da Califórnia, pelo sr. Evaristo Colino. RG 59, 1948-1962, caixa 46. [S/Assunto]

⁸¹¹ Memorando de 22 de dezembro de 1949, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 46. [Assunto: *Letter from Cuba*]

descoberto um novo método de detecção de urânio, seja em pequenas ou grandes quantidades.⁸¹²

Em março de 1950, foi relatado em um memorando que explorações conduzidas em conjunto pela AEC e o governo do Chile demonstraram a “significante” viabilidade de prospecção de urânio em determinada região do país: apesar da pesquisa ter sido realizada em caráter conjunto com o governo chileno, o memorando recomenda que “o assunto não seja discutido com o presidente” do Chile, o sr. Gonzalez-Videla. Caso o presidente mencionasse as explorações, o memorando orientou para que fosse informado a ele que “o relatório dos nossos geólogos abrangendo os resultados do trabalho de campo serão transmitidos ao governo chileno quando concluídos.”⁸¹³ E na Colômbia, no mesmo mês e ano, a Comissão estava atenta a artigos de jornais locais que relataram a descoberta de “substancial quantidade de urânio”, na localidade de Mutiscua, a cerca de 80 quilômetros da cidade de Bucaramanga, e demandava ser informada sobre os progressos dos trabalhos realizados pelo governo colombiano na área.⁸¹⁴ No mesmo mês também, um memorando atestou o interesse de uma companhia de Lisboa, Portugal, em vender urânio para a Comissão.⁸¹⁵ As ofertas de Portugal pareciam comuns, uma vez que “nos últimos três anos a Comissão tem recebido oferta de pequenos lotes de minério de urânio de Portugal.” E enfatizou: “A política da Comissão tem sido e ainda é a de *demonstrar interesse todas as vezes em que é possível obter urânio do exterior.*”⁸¹⁶ [grifo meu] E ainda em março, um cidadão austríaco – o sr. Charles Benda – escreveu diretamente a Comissão para informar que um de seus amigos sul-americanos era proprietário de uma vasta área em determinado país da América do Sul na qual se localizavam minérios estratégicos e atômicos.⁸¹⁷ em resposta ao sr. Benda, a Comissão orientou que o seu

⁸¹² Carta de 27 de dezembro de 1949, enviada para a Comissão de Energia Atômica, pelo sr. Erwin Busse. RG 59, 1948-1962, caixa 48. [S/Assunto]

⁸¹³ “It is recommended that this matter not be raised with the Chilean president. [...] The report of our geologists covering the results of the field work will be transmitted to the Chilean government when completed.” Conforme: Cópia de memorando de 31 de março de 1950, enviada para o sr. Aaron Brown, pelo sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 46, Secreto. [S/Assunto]

⁸¹⁴ Memorando de 24 de março de 1950, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 46, Confidencial. [Assunto: *Colombia*]

⁸¹⁵ Memorando de 17 de março de 1950, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 52, Apenas para uso oficial. [Assunto: *Offer of Ore from Portuguese National*]

⁸¹⁶ “For the past three years the Commission has received offers of small lots of uranium ore from Portugal. [...] The Commission policy has been and still is to indicate interest at all times in the possibility of procuring uranium from abroad.” Conforme: Memorando de 22 de novembro de 1950, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 52, Secreto. [Assunto: *Offers of Uranium Ore from Portugal*]

⁸¹⁷ Carta de 22 de março de 1950, enviada para o escritório da Comissão de Energia Atômica em Nova Iorque, pelo sr. Charles Benda. RG 59, 1948-1962, caixa 43. [S/Assunto]

amigo enviasse, “com permissão do governo do país em questão,”⁸¹⁸ uma amostra de urânio para análise. Em julho de 1950, o dr. Serge Goor e dr. Edouard Steiner – ambos de Genebra, na Suíça – escreveram ao presidente dos Estados Unidos, informando que haviam encontradas ocorrências de urânio na Venezuela: amostras enviadas para Washington comprovaram o alto teor de urânio das mesmas, deixando-os elegíveis para a recompensa de US\$10.000 por conta da descoberta.⁸¹⁹ Em agosto do mesmo ano, um cidadão norte-americano residente em Lima – o sr. George Klett, Jr. – escreveu para a Comissão interessado em obter informações sobre a ocorrência de urânio no Peru.⁸²⁰ E em setembro do mesmo ano, uma carta do ECA – escrita pelo sr. Mark C. Bandy – trouxe anexada um relatório sobre a ocorrência de mineral radioativo na cidade de Bou Azzer, no Marrocos.⁸²¹ Em abril do mesmo ano, o Consulado Geral americano em Stuttgart, na Alemanha Ocidental, recebeu uma carta de um cidadão alemão – o sr. Fritz Frank – relatando ter informações acerca da ocorrência de minérios radioativos em Israel. No memorando que citou a carta do cidadão alemão é ainda possível encontrar o seguinte comentário.

“Este tipo de relato é típico de *muitos recebidos pelo Departamento e pela Comissão de Energia Atômica* no qual um informante, tendo por base uma limitada informação de um suspeito depósito de mineral radioativo em um país no qual ele não reside, acredita que essa informação é de considerável interesse para o governo dos Estados Unidos.”⁸²² [grifo meu]

Em março de 1951, novas ocorrências de urânio foram descobertas no Canadá, e o Departamento de Estado foi informado através de carta para que medidas fossem tomadas.⁸²³ E em junho do mesmo ano, o sr. R. Abel Guerra – cidadão de Braga, Portugal – escreveu uma

⁸¹⁸ “[...] with the permission of the government of the country concerned.” Conforme: Rascunho da carta de 5 de maio de 1950, enviada para o sr. Charles Benda, pelo Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 43. [Assunto: *Possible Deposits of Uranium-Bearing and Thorium-Bearing Materials in South America*]

⁸¹⁹ Sumário de Comunicação do Tradutor, da Divisão de Serviços de Línguas, do Departamento de Estado, número 21172, de 14 de julho de 1950, relativo a carta escrita em francês e enviada ao presidente dos Estados Unidos pelo dr. Serge Gloor. RG 59, 1948-1962, caixa 53. [S/Assunto]

⁸²⁰ Cópia da carta de 21 de agosto de 1950, enviada para a Comissão de Energia Atômica, pelo sr. George Klett, Jr. RG 59, 1948-1962, caixa 52. [S/Assunto]

⁸²¹ Carta de 2 de setembro de 1950, enviada para o sr. Robert P. Terrill, da Embaixada Americana em Paris, França, pelo sr. Mark C. Bandy, da Seção de Metais Não-Ferrosos e Estratégicos, da ECA. RG 59, 1948-1962, caixa 51, Secreto. [S/Assunto]

⁸²² “This sort of report is typical of many received by the Department and the Atomic Energy Commission in which informant on the basis of some scant knowledge of a suspected radioactive mineral deposit in a country of which he is not a resident believes that the information is of considerable interest of the United States Government.” Conforme: Cópia de memorando de 12 de maio de 1950, enviado para o sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica, pelo sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 50, Confidencial. [S/Assunto]

⁸²³ Carta pessoal de 23 de março de 1951, enviada para o sr. George C. McGhee, do Departamento de Estado, pelo sr. Frank P. Corrigan, da Missão dos Estados Unidos nas Nações Unidas. RG 59, 1948-1962, caixa 46. [S/Assunto]

carta ao presidente dos Estados Unidos informando que havia encontrado urânio em território norte-americano e, caso o urânio siga as especificações da Comissão, reclamou a recompensa de US\$10.000 prometida em casos desta natureza.⁸²⁴ o sr. Roy C. Colmenares escreveu também a Comissão perguntado se a recompensa seria válida para urânio encontrado nas Filipinas.⁸²⁵ Em agosto, um cidadão de Casablanca, no Marrocos – o sr. Georges F. Bonduelle – escreveu diretamente ao presidente Harry S. Truman para informá-lo que havia obtido uma informação com um antigo amigo de escola acerca da existência de urânio naquele país; e complementou, explicando: “Talvez o senhor ache estranho que eu não tenha procurado primeiro o seu Embaixador, mas o senhor facilmente entenderá que para assuntos tão importantes, eu prefiro falar com o Deus [do] que com o seu Anjo.”⁸²⁶ Em setembro, o governo norte-americano esteve empenhado na condução de uma extensa pesquisa do potencial de produção de minérios atômicos na Libéria.⁸²⁷ Em setembro, o sr. Johannes M. Mueller – engenheiro mecânico residente na Alemanha – escreveu para o Departamento de Estado declarando possuir informações acerca de procedimentos de segurança contra as ondas de choque e os clarões provenientes de bombas atômicas:⁸²⁸ também em setembro, agora da Espanha, um cidadão de Veracruz – o sr. J. Pujol – escreveu a Comissão dizendo ter encontrado a “água mais radioativa da Europa.”⁸²⁹ Em outubro, o sr. Jacques Lutrat – residente em Montevidéu, no Uruguai – escreveu a Comissão para oferecer seus serviços de “radiesthésiste”;⁸³⁰ e no mesmo mês, um cidadão residente em Vancouver, Canadá – o sr. Frank R. Streif – escreveu ao presidente norte-americano para relatar que fora informado por

⁸²⁴ Cópia da carta de 12 de junho de 1951, enviada para o presidente dos Estados Unidos, pelo sr. R. Abel Guerra [S/Assunto], e memorando de 2 de agosto de 1951, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. D. P. Hill, da Comissão de Energia Atômica [Assunto: *Portugal – Uranium*]. RG 59, 1948-1962, caixa 52.

⁸²⁵ Carta de 8 de agosto de 1951, enviada para a Comissão de Energia Atômica, pelo sr. Roy C. Colmenares. RG 59, 1948-1962, caixa 52. [S/Assunto]

⁸²⁶ “May be you will find curious that i (sic) went (sic) not to tell that first to your EMBASSADOR(sic), but you will easily understand that for o (sic) so important matter, I prefer to speak with the GOD that (sic) with his ANGEL...” Conforme: Carta de 12 de agosto de 1951, enviada para o presidente Harry S. Truman, pelo sr. Georges F. Bonduelle. RG 59, 1948-1962, caixa 51. [S/Assunto]

⁸²⁷ Memorando de 5 de setembro de 1951, enviado para o sr. Bruce Hamilton, do Departamento de Estado, pelo sr. R. E. Leahy, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 51. [Assunto: *Liberia – Airborne Radioactivity Survey*]

⁸²⁸ Carta de 1 de setembro de 1952, enviada para o Departamento de Estado, pelo sr. Johannes M. Mueller. RG 59, 1948-1962, caixa 49. [Assunto: *Schutzmassnahmen gegen Atomblitz und Atombobendruckwelle*]

⁸²⁹ Cópia da carta de 5 de setembro de 1951, enviada para a Comissão de Energia Atômica, pelo sr. J. Pujol. RG 59, 1948-1962, caixa 53. [S/Assunto]

⁸³⁰ Carta de 21 de outubro de 1951, enviada para a Comissão de Energia Atômica, pelo sr. Jacques Lutrat. RG 59, 1948-1962, caixa 54. [S/Assunto] Segundo o memorando de 29 de novembro de 1951, enviado para o sr. J. Bruce Hamilton, do Departamento de Estado, pelo sr. R. E. Leahy, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 54 [Assunto: *Uruguay*], “radiesthésiste” trata-se “daquele que prediz a localização de corpos minerais depois de reexaminar os mapas de um dado país.” “[...] one who predicts location of ore bodies after working over the maps of any given countries.”]

um refugiado alemão recém-chegado, que um grupo de pessoas na Alemanha está de posse de cerca de 60 kg de U₂₃₅: “seria uma grande honra se eu pudesse ajudar a trazer esse urânio para essa parte do mundo.”⁸³¹ E caso semelhante ocorreu no começo do ano, quando um cidadão alemão – o sr. G. Dumansky – também escreveu ao presidente Truman para informar que um grupo de alemães “atrás da Cortina de Ferro” possuía de 80 a 100 kg de urânio.⁸³²

Em março de 1952 a Comissão tomou ciência da possibilidade de urânio na Antártica,⁸³³ e em abril, um cidadão greco-americano – o sr. George N. Pappas – escreveu uma carta – provavelmente para a Comissão – informando que um tio seu na Grécia sabia da existência de urânio em uma dada região daquele país.⁸³⁴ Em maio, um tal dr. Steinmetz, de Luxemburgo, relatou possuir informações acerca da localização de importantes ocorrências de urânio na África, e “desejava vender essa informação para a Comissão de Energia Atômica, assim como os direitos que ele deve ter nas ocorrências em questão”:⁸³⁵ no mesmo mês, a Comissão demonstrou interesse em investigar possível ocorrência de urânio no Haiti, e a Divisão de Matérias-Primas informou a Embaixada norte-americana em Port-Au-Prince que cogitava o envio de dois geólogos para o país.⁸³⁶ Em junho, a Divisão de Matérias-Primas recebeu informações – de fontes privadas – de que na província de Chihuahua, no México, existiriam possíveis ocorrências de urânio de boa qualidade,⁸³⁷ e em julho a Comissão foi notificada da existência de possíveis ocorrências de urânio em Auckland, na Nova Zelândia.⁸³⁸ Em novembro, a Comissão demonstrou interesse na exploração de urânio na

⁸³¹ “It would be a great honor to me, if I could be of help to bring this Uranium to this part of the world [...]” Conforme: Carta de 10 de outubro de 1951, enviada para o presidente Harry S. Truman, pelo sr. Frank R. Streif. RG 59, 1948-1962, caixa 46. [S/Assunto]

⁸³² Carta de 3 de abril de 1951, enviada para o presidente Harry S. Truman, pelo sr. G. Dumansky. RG 59, 1948-1962, caixa 49. [S/Assunto]

⁸³³ Memorando de 19 de março de 1952, enviado para o sr. Bruce Hamilton, do Departamento de Estado, pelo sr. R. L. Faulkner, Diretor da Divisão de Matérias-Primas da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 54, Restrito, Informação de Segurança. [S/Assunto]

⁸³⁴ Cópia da carta de 7 de abril de 1952, enviada para a Comissão de Energia Atômica [?], pelo sr. George N. Pappas. RG 59, 1948-1962, caixa 49. [S/Assunto]

⁸³⁵ “[...] desires to sell this information to the Atomic Energy Commission, together with such rights as he may have to the deposits in question.” Conforme: Memorando de 24 de julho de 1952, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 47, Confidencial, Informação de Segurança. [S/Assunto]

⁸³⁶ Memorando de 29 de maio de 1952, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 54. [S/Assunto]

⁸³⁷ Memorando de 12 de junho de 1952, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. Ronald I. Spiers, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 51, Confidencial, Informação de Segurança. [S/Assunto]

⁸³⁸ Memorando de 23 de julho de 1952, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 51, Secreto, Informação de Segurança. [S/Assunto]

Nicarágua e em Honduras:⁸³⁹ neste mesmo mês, da Alemanha, o sr. Rupert Merkl escreveu a Comissão declarando conhecer uma área em seu país na qual minério de urânio podia ser encontrado.⁸⁴⁰

Em março de 1953, na Bolívia, o sr. Fernande Inchauste procurou a Embaixada Americana em La Paz, informando que – depois de já ter percorrido todo o território boliviano – em Santa Cruz ele pode identificar algum minério radioativo.⁸⁴¹ E em dezembro, a Divisão de Matérias-Primas da Comissão de Energia Atômica produziu um relatório detalhado sobre o potencial de exploração de urânio na Argentina, e ao final elaborou um parecer extremamente favorável a exploração no país, que previa o “aumento no número de pessoal técnico para o exame geológico e o reconhecimento de campo”, bem como “estabelecimento de cursos de treinamento especializado em geologia do urânio nas escolas e universidades.”⁸⁴² Um relatório produzido no mesmo ano pela mesma Comissão e Divisão, foi feito agora para a Colômbia:⁸⁴³ provavelmente relatórios desta natureza foram providenciados para muitos outros países latino-americanos (e quiçá de todo o mundo). E em junho desse ano, um contador *Geiger* foi requisitado pela Embaixada Americana em Kabul, Afeganistão: porém, em vista da “posição política sensível” e da não existência de “indicações de ocorrência de urânio” nesse país, a Comissão achou melhor não enviar o equipamento.⁸⁴⁴ Vale ressaltar que o equipamento citado encontrava-se na lista de “materiais e equipamentos de importância em programas de energia atômica”, e por este motivo procurava-se estabelecer rígido controle sobre o trânsito do mesmo.⁸⁴⁵ No entanto, o rígido

⁸³⁹ Carta de 6 de novembro de 1952, sr. Roy R. Rubottom e Sr. Clark. RG 59, 1948-1962, caixa 51, Restrito. [Assunto: *Interest of Atomic Energy Commission in Uranium Exploration in Nicaragua and Honduras*]

⁸⁴⁰ Carta de 4 de novembro de 1952, enviada para a Comissão de Energia Atômica, pelo sr. Rupert Merkl. RG 59, 1948-1962, caixa 49. [S/Assunto]

⁸⁴¹ Cópia do memorando para arquivo, de 17 de março de 1953, enviado para [?], pelo Adido Comercial da Embaixada Americana em La Paz, sr. C. Bridgett [?]. RG 59, 1948-1962, caixa 393. [Assunto: *Radio Active Materials*]

⁸⁴² “Increase the number of technical personnel for field reconnaissance and geological examination. [...] Establish specialized training courses in uranium geology in schools and universities.” Conforme: TOWLE, Charles C. e KEITH, Stanton B. *Preliminary examination of certain uranium deposits in Argentina, South America*. [RME-4046] Denver, Colorado, Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos, Divisão de Matérias-Primas, Dezembro de 1953. RG 59, 1948-1962, caixa 387.

⁸⁴³ McCARVILL, Thomas J. e SMITH, Loren E. *Preliminary reconnaissance for Uranium Colombia, South America*. [RME-4043] Denver, Colorado, Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos, Divisão de Matérias-Primas, Novembro de 1953. RG 59, 1948-1962, caixa 401.

⁸⁴⁴ Memorando de 25 de junho de 1953, enviado para o Sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 119, Secreto. [S/Assunto] A questão da validade de se enviar um contador *Geiger* para o Afeganistão já era levantada desde pelo menos 1949: havia neste ano uma missão geológica norte-americana naquele país, mas dado a proximidade dele com a URSS, não seria conveniente o envio do aparelho. Ver: Memorando para arquivo, de 4 de fevereiro de 1949. RG 59, 1948-1962, caixa 43, Confidencial. [Assunto: *Geiger counter in Afghanistan*]

⁸⁴⁵ *Materials and equipment of importance in atomic energy programs*. Lista de 2 de novembro de 1953. RG 59, 1948-1962, caixa 118.

controle não impedia que o contador *Geiger* fosse distribuído para várias Embaixadas Americanas no mundo todo: a Comissão chegava mesmo a solicitar àquelas em que houvesse necessidade de envio do mesmo que o requeressem, assim como ser informada sobre a necessidade de peças de reposição ou substituição dos existentes; e em março de 1953 existiam contadores na Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Peru, Honduras, França,⁸⁴⁶ Alemanha, União Sul Africana, Irã, Índia e Filipinas.⁸⁴⁷

Em fevereiro de 1956, alguns empresários norte-americanos procuraram a Comissão interessados em vender urânio obtido durante exploração no Equador.⁸⁴⁸ E em agosto, o Cônsul Geral norte-americano em Lagos, Nigéria, recebeu uma informação sobre possível existência de urânio na cidade de Kaduna.⁸⁴⁹



Como esperado, amostras de urânio eram também enviadas do Brasil para análise nos Estados Unidos, bem como pesquisas de exploração do potencial do país eram realizadas pela Comissão. Ao mostrar na seção anterior a amplitude da busca por urânio no mundo inteiro, procuro salientar que o Brasil, apesar de grande fornecedor de minérios estratégicos para os Estados Unidos, não era o único e, para o caso do urânio e tório – os principais minérios atômicos “roubados” e “expropriados” de “nossas” reservas –, sequer o mais importante, como mostrarei mais adiante.

Em 24 de setembro de 1945, o Consulado Americano em Natal, no estado do Rio Grande do Norte, já havia recebido informações da possibilidade da existência de pequenas quantidades de minérios de urânio na região. E em fevereiro de 1946, um garimpeiro chamado Amaro Alves dos Santos entregou no Consulado duas pedras que supostamente

⁸⁴⁶ Um contador *Geiger* ou “sniffer” (“cheirador”) foi enviado para Paris em março de 1951: o aparelho foi enviado para o sr. Robert P. Terrill, que futuramente trabalharia na Embaixada Brasileira no Rio de Janeiro. Ver: Cópia de carta de 6 de março de 1951, enviada para o sr. Robert P. Terrill, da Embaixada Americana em Paris, pelo sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 49, Confidencial. [S/Assunto]

⁸⁴⁷ Memorando de 16 de março de 1953, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 119. [S/Assunto]

⁸⁴⁸ Memorando de 6 de março de 1956, enviado para o sr. Gerard C. Smith, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 402, Apenas para uso oficial. [Assunto: *Uranium in Ecuador*]

⁸⁴⁹ Memorando de 10 de agosto de 1956, enviado para o sr. Gerard C. Smith, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 51, Secreto. [Assunto: *Indications of Uranium in Nigeria*]

continham urânio: informou ainda que cerca de 2.000 kg do minério, “em mãos de vários proprietários”, se encontravam na divisa do estado com a Paraíba.⁸⁵⁰

Em fins de 1948, a esposa do sr. Carlton Findley Matthews – missionário americano que mora em São José do Mipibu, próximo a Natal, no estado do Rio Grande do Norte – ligou para o Consulado Americano na capital potiguar informando que havia encontrado urânio em uma determinada localidade, e que gostaria que os Estados Unidos o prospectasse: uma amostra foi entregue ao sr. Wentworth – do Consulado – e enviado para Recife, de onde seguiu para o Rio de Janeiro.⁸⁵¹

Em janeiro de 1949 partiu do Consulado Americano em Porto Alegre⁸⁵² e em Recife⁸⁵³ amostras para análise: a Comissão demonstrou interesse discreto pelas amostras. E em abril do mesmo ano, uma amostra de minério foi enviada – pelo Consulado Americano em São Paulo – para análise junto a Comissão: os resultados, recebidos em janeiro de 1950, apontaram interesse em se conhecer a localização da coleta da amostra.⁸⁵⁴ E em agosto, foi enviado de Porto Alegre, no Paraná, amostra para análise: depois de se desculpar pela demora no envio dos resultados, a Comissão informou o seu limitado interesse pela amostra.⁸⁵⁵

Em novembro de 1950, sete amostras de minérios supostamente radioativos foram enviadas da Embaixada Americana no Rio de Janeiro para a Comissão, que posteriormente retornou com o resultado das amostras, demonstrando interesse na localização da coleta das mesmas.⁸⁵⁶

Em abril de 1951, uma carta foi enviada para o presidente Harry S. Truman pelo sr. A. Paulino de Paiva, da Associação Comercial de Nova Lima, em Minas Gerais, com uma oferta ao chefe do executivo norte-americano: o mineiro afirmou ter encontrado uma mina com

⁸⁵⁰ Carta do Consulado Americano em Natal-RN, de 1 de fevereiro de 1946, enviada para o sr. Adolph A. Berle, Jr., Embaixador norte-americano no Rio de Janeiro, pelo sr. Robert F. Corrigan, Vice Cônsul norte-americano. RG 84, volume 25, Confidencial. [S/Assunto]

⁸⁵¹ Cópia da carta de 7 de janeiro de 1949, enviada para o sr. Emerson I. Brown, Adido Mineral da Embaixada Americana no Rio de Janeiro, pelo sr. George E. Miller, do Consulado Americano em Recife. RG 59, 1948-1962, caixa 44. [S/Assunto]

⁸⁵² Telegrama número 1456, de 17 de janeiro de 1950, enviado para o Consulado Americano, em Porto Alegre, pelo Departamento de Estado (Acheson). RG 59, 1948-1962, caixa 4675, Confidencial. [S/Assunto]

⁸⁵³ Memorando de 29 de junho de 1949, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 44, Secreto. [Assunto: *Analysis of Sample*]

⁸⁵⁴ Telegrama número 1457, de 17 de janeiro de 1950, enviado para o Consulado Americano, em São Paulo, pelo Departamento de Estado (Acheson). RG 59, 1948-1962, caixa 4675, Confidencial. [S/Assunto]

⁸⁵⁵ Memorando de 9 de janeiro de 1950, enviado para o sr. Clarence Wendel, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 44, Apenas para uso oficial. [Assunto: *Analysis of Sample from Brazil*]

⁸⁵⁶ Memorando de 17 de abril de 1951, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 44, Apenas para uso oficial. [Assunto: *Analysis of Brazilian Minerals Specimens*]

milhares de toneladas de urânio de excelente qualidade e “espera que esse mineral possa ser útil a liberdade de nosso continente.”⁸⁵⁷ Em julho, o jornal carioca *Diário de Notícias* publicou matéria sobre o interesse do governo brasileiro de investigar simultaneamente, através do Conselho Nacional de Pesquisas, a ocorrência de urânio nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba (e áreas adjacentes), Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais: a tradução da matéria foi providenciada e enviada para o Departamento de Estado no fim do mês.⁸⁵⁸ E ainda em julho, um contador *Geiger*⁸⁵⁹ foi enviado para a Embaixada Americana no Rio de Janeiro,⁸⁶⁰ e em agosto um despacho informou a realização de possíveis explorações de urânio no Brasil, tendo sido apontado o dr. William D. Johnston da USGS como o responsável do lado americano.⁸⁶¹

Em 22 de abril de 1952, uma amostra de minério radioativo foi enviada da Embaixada Americana no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado, que posteriormente encaminhou para análise na Comissão:⁸⁶² os resultados mostraram que o minério – coletado no estado do Paraná – não tinha valor como fonte de urânio.⁸⁶³

Em 1953, os Estados Unidos acompanhavam – através de seu Adido Mineral na Embaixada Americana no Rio de Janeiro, sr. Emerson Innis Brown – as notícias que davam conta do achado no Rio Grande do Norte de monazita mais concentrada do que aquela encontrada no litoral do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.⁸⁶⁴

⁸⁵⁷ “[...] I hope this mineral can be useful to our Continent’s freedom.” Conforme: Carta de 16 de abril de 1951, enviada para o presidente dos Estados Unidos, pelo sr. A. Paulino de Paiva. RG 59, 1948-1962, caixa 4676. [S/Assunto]

⁸⁵⁸ Despacho número 163, de 30 de julho de 1951, enviado para o Departamento de Estado, pelo Adido Mineral sr. Emerson I. Brown, da Embaixada Americana, no Rio de Janeiro. RG 59, 1948-1962, caixa 4676. [Assunto: *Brazilian Government to Prospect for Atomic Energy Source Minerals*]

⁸⁵⁹ Além do Brasil, muitos outros países receberam os contadores. Chile, Honduras e Filipinas são citados em um único memorando como tendo recebido os aparelhos. Ver: Memorando de 16 de julho de 1951, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. D. P. Hill, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 49. [Assunto: *Geiger Counters for Use in Foreign Countries*]

⁸⁶⁰ Cópia da carta número 13, de 26 de julho de 1951, para o funcionário encarregado da missão americana, no Rio de Janeiro. RG 59, 1948-1962, caixa 4676, Confidencial. [S/Assunto] A carta informa ainda que o sr. William Orcutt – da Rua México, num.41 s/603, no Rio de Janeiro – tem informações especiais e extraordinárias sobre ocorrências de urânio no Brasil.

⁸⁶¹ Despacho número 182, de 1 de agosto de 1951, enviado para o Departamento de Estado, pelo Adido Mineral sr. Emerson I. Brown, da Embaixada Americana, no Rio de Janeiro. RG 59, 1948-1962, caixa 4676, Confidencial. [Assunto: *US Cooperation with Brazil in Geological Exploration*]

⁸⁶² Cópia do memorando de 29 de abril de 1952, enviado para o sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica, pelo sr. Joseph Chase, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 44. [S/Assunto]

⁸⁶³ Memorando de 24 de julho de 1952, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 44, Restrito, Informação de Segurança. [S/Assunto]

⁸⁶⁴ Despacho número 1465, de 27 de maio de 1954, enviado para o Departamento de Estado, pelo Adido Mineral sr. Emerson I. Brown, da Embaixada Americana, no Rio de Janeiro. RG 59, 1948-1962, caixa 4677, Confidencial. [Assunto: *Reported New Discovery of Monazite in Rio Grande do Norte*]

Em 16 de janeiro de 1954, a imprensa carioca anunciou a descoberta de urânio em Pernambuco – a 30 km de Petrolândia –, feita pelo geólogo francês Aubert de la Rue, sob os auspícios da UNESCO: o Departamento foi notificado e encarregado de investigar o *background* do sr. de la Rue.⁸⁶⁵ Posteriormente, a Embaixada Americana no Rio de Janeiro notificou o Departamento de que as descobertas feitas pelo francês são de “duvidoso valor econômico ou estratégico.”⁸⁶⁶ Em maio do mesmo ano, o geólogo norte-americano sr. Max G. White – da Embaixada Americana – notificou Washington acerca das informações que obteve sobre a existência de urânio na Serra da Jacobina, no estado da Bahia: o sr. White afirmou que “parece inevitável que os brasileiros descubram essa ocorrência mais cedo ou mais tarde, e poderia ser vantajoso para nós fazer a ‘descoberta’ e iniciar os primeiros trabalhos de reconhecimento na ocorrência.”⁸⁶⁷

Em fevereiro de 1956, o sr. George de Long – cidadão norte-americano residente no estado de Oregon – escreveu ao Departamento de Estado para expressar o seu interesse em realizar prospecção de urânio no Brasil.⁸⁶⁸ no entanto, o Departamento lembrou o sr. de Long que o governo brasileiro é, segundo a legislação vigente no Brasil, o único comprador de minério de urânio.⁸⁶⁹



Urge perceber que uma das preocupações básicas dos Estados Unidos no pós-guerra era a de que o urânio e outros minérios estratégicos não fossem parar nas mãos da URSS e dos países da “Cortina de Ferro”. Esta preocupação é encontrada em vários momentos nos telegramas e memorandos do Departamento de Estado, e é evidência do controle mantido pelo governo norte-americano sobre os mais diversos minérios e materiais estratégicos. É possível

⁸⁶⁵ Telegrama número 576, de 18 de janeiro de 1954, enviado para o Secretário de Estado (Arneson), pela Embaixada Americana no Rio de Janeiro (Terrill). RG 59, 1948-1962, caixa 4677, Confidencial. [S/Assunto]

⁸⁶⁶ “[...] it is of doubtful economic or strategic value.” Conforme: Carta da Embaixada Americana no Rio de Janeiro, de 16 de fevereiro de 1946, enviada para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. Robert P. Terrill, da Embaixada Americana. RG 59, caixa 396, Confidencial. [S/Assunto]

⁸⁶⁷ “It would seem inevitable that the Brazilians will discover this occurrence sooner or later, and it could be advantageous for us to make ‘discovery’ and do first reconnaissance work on the deposit.” Conforme: Memorando de 10 de maio de 1954, enviado para o sr. W. D. Johnston, Jr., pelo sr. Max G. White, da Embaixada Americana. RG 59, 1948-1962, caixa 396, Confidencial. [Assunto: *Uranium in Serra da Jacobina*]

⁸⁶⁸ Cópia da carta de 14 de fevereiro de 1956, enviada para o Departamento de Estado, pelo sr. George de Long. RG 59, 1948-1962, caixa 395. [S/Assunto]

⁸⁶⁹ Cópia da carta de 28 de fevereiro de 1956, enviada para o sr. George de Long, pelo sr. Gerard C. Smith, Assistente Especial do Secretário de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 395. [S/Assunto]

identificar mais nitidamente uma política no campo científico que previa o cuidado na obtenção de tecnologia – notadamente atômica, mas não somente ela – por parte de outros países. A transferência de conhecimentos relativos a energia atômica, por exemplo, foi proibida com o *Atomic Energy Act* (ou *McMahon Act*) de 1946. De fato, devido às simplificações inerentes a este período – uma vez que a bipolaridade estava em curso –, todo o esforço se concentrou, do lado norte-americano ou do “Mundo Livre”, em se evitar que alguma “tecnologia sensível”⁸⁷⁰ migrasse para o outro lado, ou seja, para a União Soviética e seus “satélites comunistas”. Na realidade, no campo atômico e em alguns outros, existiam listas de equipamentos de exportação limitada.⁸⁷¹

“Em 1949, havia sido criado o *Coordinating Committee For Multilateral Export Control* (COCOM), primeira organização direcionada especificamente para coordenar as restrições à exportação de tecnologias sensíveis que visava coibir certas transferências para os países comunistas [...] e foram criadas três listas de itens a serem controlados, a saber: *International Industry List*, *International Atomic Energy List* e *International Munitions List* [...] [e] os EUA foram sempre os mais ativos em fazer cumprir as proibições.”⁸⁷²

Em alguns casos, a transferência de alguma tecnologia, mesmo que não tão “sensível”, obedecia a critérios bem peculiares. Em 1950, um equipamento chamado espectrômetro de massa do tipo *Metropolitan-Vickers* (de uso geral) foi solicitado a Inglaterra pela Universidade de São Paulo (USP). A Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos interferiu diretamente junto a Embaixada e a Missão Científica britânica – ambas em Washington, D.C. – no processo de fornecimento do equipamento, de modo que o governo norte-americano pudesse assim tirar algum proveito durante a negociação.

“Embora o dr. Santos seja um membro do Conselho de Segurança Nacional, nós duvidamos que ele esteja em posição de exercer pressão sobre o governo [brasileiro] suficientemente efetiva de modo que possa influenciar alguma

⁸⁷⁰ “Tecnologia sensível é a que um determinado país (ou grupo de países) considera que não deva dar acesso, durante certo tempo hipoteticamente por razões de segurança. [...] Na época da bipolaridade o objetivo do cerceamento era negar conhecimento ao bloco oponente e manter supremacia tecnológica em áreas estratégicas.” Conforme: PIRRÓ E LONGO, Waldimir e MOREIRA, William de Sousa. *O acesso a ‘tecnologias sensíveis’*. In: Revista *Tensões mundiais*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Rio de Janeiro: Gramma, volume 5, número 9, (julho/dezembro 2009), p.74.

⁸⁷¹ Especificamente para o campo atômico a lista compreendia, por exemplo, os seguintes materiais e equipamentos: materiais físséis; urânio e tório metálicos; metais e ligas contendo urânio e tório; grafite; níquel; terras-raras; equipamentos especificamente desenhados para a separação de urânio; geradores eletrostáticos; instrumentos de detecção de radiação; espectrômetros de massa; centrífugas; dentre vários outros. Para cada material e equipamento há uma especificidade de limitação (que não incluí aqui). Ver: *Materials and equipment of importance in atomic energy programs*, 2 de novembro de 1953, RG 59, 1948-1962, caixa 118.

⁸⁷² PIRRÓ E LONGO, Waldimir e MOREIRA, William de Sousa, op. cit., p.92.

ação sobre a nova legislação patrocinada pelo governo de controle da monazita e outros minérios estratégicos.”⁸⁷³

A Comissão afirmou ser “não desejável” a exportação do espectrômetro a USP e alegou “considerações de segurança” (*security considerations*). Mas o fantasma comunista pairava sobre as preocupações do Departamento de Estado, e isso já desde pelo menos 1948.⁸⁷⁴

“Embora o mencionado acima constitua razão suficiente para a crença [do Departamento] de que São Paulo não deva receber o equipamento”, o Departamento salientou ser “pertinente notar que entre o corpo docente do Departamento de Física de São Paulo há comunistas [...]” “Em resumo, nós nos opomos a exportação do espectrômetro de massa de uso geral para a Universidade de São Paulo.”⁸⁷⁵

Logo, o memorando acima citado deixou claro que o endurecimento na política de exportação de minérios estratégicos por parte do governo brasileiro – bem como a impossibilidade prática do dr. Santos⁸⁷⁶ em reverter a conjuntura a favor dos norte-americanos – foram levados em conta quando da recusa do equipamento para a USP: então, os Estados Unidos barganhavam, *a seu modo*, com o Brasil. Mas será que o governo norte-americano deixou claro ao brasileiro a sua opinião desfavorável a exportação do equipamento? O memorando citado deixou nítido que a Embaixada norte-americana no Rio de Janeiro informou o Ministro das Relações Exteriores do Brasil da impossibilidade do fornecimento do espectrômetro de uso geral, mas que um de alcance limitado “poderia ser *provavelmente* autorizada para exportação” [grifo meu] (*would probably be licensed for export*). Teriam sido expostas ao Ministro explicitamente as razões da recusa de modo que o governo brasileiro pudesse reverter a situação? Em abril de 1950, o governo norte-americano já estava decidido a

⁸⁷³ “Although Dr. Santos is a member of the National Security Council, we doubt whether he is in any position to exert pressure on the Government sufficiently effective to influence action on the new Government-sponsored legislation controlling monazite and other strategic minerals.” Conforme: Cópia da carta de 29 de maio de 1950, enviada para o sr. F. W. Marten, da Embaixada britânica, em Washington, pelo sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 82, Secreto. [S/Assunto]

⁸⁷⁴ Em 1948, um “betatron” foi solicitado pela USP, e o Consulado Americano em São Paulo informou ao Departamento de Estado a “questionável confiança política” do corpo docente da Universidade. Conforme: *Summary Log of Atomic Energy Work in Office of the Under Secretary*. III – Relations with foreign countries. Maio de 1950. RG 59, 1948-1962, caixa 65, Ultra-Secreto.

⁸⁷⁵ “Although the above constitutes sufficient reason for our belief that Sao Paulo should not be permitted to obtain the large mass spectrometer” “[...] it is pertinent to note that the faculty of the physics department of São Paulo has a number of communists [...]” Conforme: Cópia da carta de 29 de maio de 1950, enviada para o sr. F. W. Marten, da Embaixada britânica, em Washington, pelo sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 82, Secreto. [S/Assunto]

⁸⁷⁶ Não há no documento o nome completo do dr. Santos. Os indícios apontam para o professor da USP, Marcelo Damy de Souza Santos. Ele foi diretor do Instituto de Energia Atômica (IAE) e presidente da Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEN) na década de 1950 e início da de 1960.

proibir a exportação do equipamento – sob a mesma alegação de que “a confiabilidade política de alguns membros da Universidade é questionável” –, mas mesmo assim solicitou consulta a Embaixada Americana no Rio de Janeiro de modo avaliar como a decisão de recusar a exportação afetaria a “delicada situação da monazita e do berílio.”⁸⁷⁷



No imediato pós-guerra e por todo o período coberto por esta pesquisa é possível falar de uma “corrida pelo urânio”. No entanto, esta “corrida” não se processou com o mesmo ímpeto e velocidade. Em uma *primeira fase*, em que os Estados Unidos não dispunham de quantidade suficiente de urânio e tório, pode-se falar de uma busca exasperada pelos minérios atômicos: no Brasil, essa fase coincide com o período considerado o mais “entreguista” de nossa história, ou seja, o governo Dutra. À medida que os estoques recrudescem, exatamente por conta da intensidade da busca pelos minérios no mundo todo, o interesse norte-americano se concentra mais no controle dos mesmos, de modo que estes não sigam caminho para a União Soviética: entramos assim em uma *segunda fase*. Porém, esta preocupação e cuidado existiram em ambas as fases, e as fontes compiladas não me permitem especificar se houve uma maior intensidade em uma ou em outra fase: na verdade, há manifestações desta apreensão ao longo de todo período, e é possível que na medida em que os controles se tornaram mais eficazes, a preocupação fosse diminuindo. A *primeira fase* vai de 1945⁸⁷⁸ até, aproximadamente, 1952; e a *segunda fase* de 1953 em diante. A carta abaixo da Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos de 1947 deixou clara a emergência da necessidade de urânio.

“No presente, os Estados Unidos encaram uma escassez de urânio natural para manter o programa atual de energia atômica. Este programa, sob a ótica do Chefe do Estado-Maior e da Comissão de Energia Atômica, não pode agora ser reduzido sem causar impacto negativo na segurança nacional.”⁸⁷⁹

⁸⁷⁷ “[...] since the political reliability of some members of the University is reported as questionable [...]” “[...] delicate monazite-beryl situation.” Conforme: *Summary Log of Atomic Energy Work in Office of the Under Secretary*. IV – Export policy. Fevereiro, março e abril de 1950. RG 59, 1948-1962, caixa 65, Ultra-Secretó.

⁸⁷⁸ A busca por urânio é obviamente anterior a 1945: estabeleci aqui esta data apenas como simplificação.

⁸⁷⁹ “The United States at present faces a shortage of natural uranium to sustain the current atomic energy program. This program, in the view of the Joint Chief of Staff and of the Atomic Energy Commission, cannot now be reduced without an adverse impact on the national security.” Conforme: Carta de 1 de outubro de 1947, enviada para o Secretário de Estado norte-americano, pela Comissão de Energia Atômica, citada em Rascunho

A carta citada acima reflete exatamente um momento da primeira fase a que me referi. E no memorando abaixo, do Departamento de Defesa norte-americano, ficou nítida a modificação do interesse deles pelo urânio logo no início da década de 1950.

“Torna-se evidente que as fontes utilizáveis de urânio e disponíveis para nós ao redor do mundo são muito maiores do que acreditávamos anteriormente, e o estímulo no crescimento no programa de busca pelo minério pode resultar em um substancial excedente de minério em relação às metas atuais. Além disso, acredita-se ser aconselhável garantir, o mais rápido possível, a entrega para os Estados Unidos da quantidade máxima exequível de minério do exterior, de modo a garantir aos Estados Unidos a melhor posição possível em um caso de emergência qualquer que implique no corte dos suprimentos externos. E isto é particularmente importante na atual conjuntura, onde os suprimentos externos constituem a parte significativa de nossas metas de suprimento [de urânio]”⁸⁸⁰

O ponto crucial aqui é que no imediato pós-guerra havia “uma escassez de urânio [...] [e] muito embora houvesse uma vasta quantidade de ocorrências naturais de urânio no oeste norte-americano e no Canadá, a exploração e prospecção deles mal haviam começado.”⁸⁸¹ A busca por minerais atômicos no exterior cumpria dois papéis fundamentais: *primeiro*, ajudaria a afastar qualquer possibilidade de desvio do minério para a União Soviética e, *segundo*, aumentaria os estoques internos de modo a forçar o declínio dos preços, e assim reduzir o poder de barganha dos países fornecedores e conseqüentemente a dependência norte-americana por eles.

O memorando acima citado apresentou em seguida dados numéricos que comprovam que havia, em 1952, uma dependência no fornecimento externo de urânio e que esta tendência se manteria nos anos seguintes. O fato dos Estados Unidos já ter atingido suas metas de

de Relatório de 15 de outubro de 1947. RG 59, 1948-1962, caixa 56, Ultra-Secreto. [Problem: *To define the requirements of a program of negotiation with the British and Canadians designed to overcome the present misunderstandings and to increase the amount of uranium ore available to the United States*]

⁸⁸⁰ “It has become apparent that the usable sources of uranium which are available to us throughout the world are much larger than formerly believed, and that increased stimulus in the ore procurement program could result in a supply of ore substantially in excess of current goals. Furthermore, it is believed advisable to secure delivery to the United States of the maximum practicable amount of ore from overseas sources at the earliest possible time in order to assure the United States the best possible position in event of an emergency which might cut off overseas supplies. This is particularly important in view of the fact that overseas sources have consistently constituted the greater part of our procurement goals [...]” Conforme: Memorando de 6 de outubro de 1952, enviado para o sr. Gordon Arneson, do *Combined Policy Committee*, pelo sr. Robert LeBaron, Representante do Secretário de Defesa para Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 55, Secreto, Informação de Segurança. [Assunto: *Proposed Military Inspection of Chief Uranium Mining Areas of the World*]

⁸⁸¹ “The rub was that there was a shortage of uranium. Although there were plentiful underground deposits of the naturally occurring substance in the American West and in Canada, exploration for uranium deposits and mining them had hardly begun.” Conforme: SHEEHAN, Neil. *A fiery peace in a Cold War: Bernard Schriever and the ultimate weapon*. Nova Iorque: Vintage Books, 2010, p.57.

urânio naquele ano não implicou necessariamente no desinteresse por ele: pelo contrário, a possibilidade de uma “emergência” no futuro deveria justificar inclusive a intensificação na busca por urânio. O que gostaria de salientar aqui é que esta busca se deu em um nível qualitativamente diferente, uma vez que a demanda interna estava já satisfeita, e o temor de “desabastecimento” estava afastada (a não ser em caso de “emergência”). Deste modo, a busca continuou, e a carta abaixo da Comissão para o Departamento de Estado, de fevereiro de 1953, deixou clara a continuidade da mesma.

“[...] o programa da Comissão é dependente do fornecimento externo de urânio. De modo a ilustrar e enfatizar nossa dependência de fontes externas de urânio, e nosso desejo urgente de buscar novas fontes de urânio, gostaríamos de destacar o *status* atual de nossa relação com alguns países no campo de matérias-primas, e particularmente reforçar algumas regiões nas quais ações mais enérgicas devem ser tomadas no futuro do que foram no passado.”⁸⁸²

A carta seguiu fazendo referência as regiões em que ações “mais enérgicas” deveriam ser adotadas e que são, naquele momento, as áreas mais importantes no fornecimento de urânio para os Estados Unidos. São elas: o Congo Belga, a África do Sul, Portugal, o Marrocos francês, a Espanha, a Austrália, o Canadá e, genericamente, a América Latina.

Para o caso do Congo Belga, a carta enfatizou que, desde 1944, este país era o maior fornecedor de urânio para os Estados Unidos, e uma vez que ele estava sobre controle dos belgas, a Comissão tem procurado ajudar a Bélgica no estabelecimento de um “pequeno projeto de energia atômica” (*small atomic energy project*), fornecendo aos cientistas belgas informações não-confidenciais naquele campo: teria os Estados Unidos ajudado o Brasil com relação ao espectrômetro da USP caso o governo brasileiro não tivesse mantido uma política tão rígida com relação aos minérios atômicos?

Para a África do Sul – “a segunda área de importância” no fornecimento de urânio – e para Portugal, tudo corria normalmente no que se referia ao fornecimento do minério atômico. Enquanto isso para o Marrocos francês, a Espanha e a Austrália, acordos bilaterais de pesquisa de ocorrências de urânio tinham ainda que ser acertados, de modo a se conhecer o

⁸⁸² “[...] the Commission’s program is dependent on supplies of uranium from abroad. In order illustrate and emphasize our dependence on overseas uranium supplies and our urgent desire to seek out new uranium sources, we should like to outline the present status of our raw material relationship in certain countries and particularly stress areas wherein we fell more vigorous action must be taken in the future than has been taken in the in the past.” Conforme: Carta de 16 de fevereiro de 1953, enviada para o sr. John Foster Dulles, Secretário de Estado, pelo sr. Gordon Dean, presidente da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 132, Secreto, Informação de Segurança. [S/Assunto]

potencial destes países: em alguns deles os acordos pareciam mais avançados que em outros, mas no geral parecia pairar certa cordialidade nas relações com os Estados Unidos.

E, finalmente, para a América Latina, a carta ressaltou que foram feitos esforços pelo Departamento de Estado para a efetivação de pesquisas de exploração do potencial de urânio no Brasil, México, Chile, Peru, Colômbia e Bolívia, mas os resultados até o momento têm sido “muitíssimo decepcionantes” (*exceedingly disappointing*). Apesar da Bolívia e da Colômbia parecerem mais dispostos a colaborar, ainda não foi possível fechar acordo com *nenhum* país sul-americano. Este dado deixa claro que por uma série de motivos – e o nacionalismo é um deles –, os países da América Latina dificultavam ou impediam a prospecção de seus minérios atômicos: o Brasil, portanto, não se encontrava sozinho nessa conjuntura.

Um memorando de 1954 assinalou que os entraves a exploração do urânio no Brasil se centravam no desejo do governo brasileiro em obter tecnologia nuclear *antes* que se soubesse a quantidade de minério que poderia ser remetido aos Estados Unidos: foi também mencionada a aproximação do governo brasileiro com o francês e alemão para a obtenção de tecnologia para a transformação do minério de urânio em urânio metálico.

“Continuamos os esforços para encontrar uma fórmula que permita o início imediato do programa de prospecção conjunto [mas] devemos resistir aos esforços brasileiros em obter como parte dos acertos, informação técnica de alto nível no campo da energia atômica.”⁸⁸³

Um conjunto de empecilhos parecia sempre interpolar as negociações feitas entre os dois países no campo atômico, seja para o fornecimento de urânio ou de tecnologia nuclear. Curiosamente, já se sabia em início de 1951 – através da grande imprensa inclusive – da existência de grandes fornecedores de urânio para os Estados Unidos fora da América Latina.⁸⁸⁴ A insistência do Brasil na barganha de minérios atômicos por “informação técnica de alto nível” pareceu indicar a *falta de opções* postas a nossa disposição, e que imprimissem alguma importância estratégica *necessária* para que se justificasse o nosso acesso àquelas informações.

⁸⁸³ “We continue efforts to find a formula which would permit prompt initiation of the joint prospecting program. We must resist Brazilian efforts to obtain as part of this arrangement, highly technical atomic energy information.” Conforme: Cópia de carta de 20 de agosto de 1954, enviada para o sr. Henry F. Holland, pelo sr. Gerard C. Smith. RG 59, 1948-1962, caixa 396, Confidencial. [Assunto: *Brazilian uranium*]

⁸⁸⁴ “Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha recebem, presentemente, a maior parte do minério de urânio que necessitam do Congo Belga e do Norte do Canadá, a base de um acordo de partilha semelhante ao supracitado. A percentagem maior do mineral precioso vem para os Estados Unidos.” Conforme: Jornal *Correio do Ceará*, [Órgão dos Diários Associados], Fortaleza, número 12233, segunda-feira, 15 de janeiro de 1951, p.4, “Urânio africano para os EE.UU.”

Um memorando de 1954 lembrou que o governo brasileiro não queria iniciar a prospecção e exploração de qualquer urânio sem que *antes* fosse acertada a quantidade a ser vendida para os Estados Unidos: o sr. Robert P. Terrill – da Embaixada Americana no Rio de Janeiro – arriscou até uma análise sociológica para o problema.

“Este é verdadeiramente um país estranho, como eu tenho chamado a atenção antes, e a mentalidade do povo é peculiar. Eles não são Anglo-Saxões, Teutões, Hispânicos ou Gauleses. Eles não compreendem ou confiam em abstrações de uma proposta complicada, concluída, sobre um assunto inédito. Você pode alcançar objetivos honestos apenas pela conversa paciente e prolongada de base amigável, sem nenhuma aparente pressão ou pressa; caso contrário, os brasileiros se assustam e recuam, e se revestem de um silêncio protetor.”⁸⁸⁵

De todo modo, os norte-americanos – e particularmente o sr. Terrill da Embaixada Americana no Rio de Janeiro – pareciam conhecer muito bem o programa atômico brasileiro por dentro. Uma carta de junho de 1954 revelou que informações recebidas de uma “fonte confiável”, indicaram que o Conselho Nacional de Pesquisas contava com quatro “jovens cientistas” na Alemanha, como parte de um programa de separação do U₂₃₅ pelo método de ultra-centrifugação. A informação fora obtida de fontes no Brasil e na Alemanha, mesmo tendo sido a operação rotulada de “altamente secreta” pelo governo brasileiro. Segundo a carta, os cientistas brasileiros estavam se envolvendo em algo que violava o estatuto norte-americano de ocupação da Alemanha; e outras informações acerca do nome e da base de operações deles na Alemanha seriam “discretamente” obtidas no futuro. Sabia-se que o dr. Djalma Guimarães, do Conselho, estava na Alemanha, e que no Brasil “um tal” dr. Defini, encarregado do Centro de Pesquisas Físicas, era um dos envolvidos na operação: o embaixador norte-americano lembrou também que o Almirante Álvaro Alberto devia ter ciência de tudo.⁸⁸⁶ Ainda em junho de 1954, poucos dias após o envio da primeira carta supracitada, o sr. Terrill já dispunha de mais informações: *primeiro*, o nome correto é dr. Difini, e não Defini como citado anteriormente; *segundo*, o responsável na Alemanha era o Professor Groth (“escrito como se pronuncia”) da Universidade de Bonn; *terceiro*, são três e

⁸⁸⁵ “This is truly a strange country as I have pointed out before, and the mentality of the people is peculiar. They are not Anglo-Saxons, Teutons, Spaniards or Gauls. They do not grasp or trust the abstractions of a complicated, finished proposal on any novel subject. You can attain honest objectives only by patient and prolonged conversation on a friendly basis without any appearance of pressure or haste; otherwise, the Brazilians get frightened and draw back, wrapping themselves in protective silence.” Conforme: Carta de 12 de fevereiro de 1954, enviada por o sr. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. Robert P. Terrill, da Embaixada Americana no Rio de Janeiro. RG 59, 1948-1962, caixa 396, Secreto. [S/Assunto]

⁸⁸⁶ Carta de 7 de junho de 1954, enviada para o sr. Gerard C. Smith, do Departamento de Estado, pelo sr. Robert P. Terrill, da Embaixada Americana no Rio de Janeiro. RG 59, 1948-1962, caixa 394, Ultra-Secreto. [S/Assunto]

não quatro os cientistas brasileiros envolvidos; *quarto*, o Almirante está sim neste projeto, que esta sendo operado pelo Coronel Dubois Ferreira; e *quinto*, o governo brasileiro está tomando muitas medidas de precaução e de segurança – *inúteis como pode se ver* – que “incluem a divisão do projeto entre um número de arquivos separados atribuídos a palavra código ‘UZ’.”⁸⁸⁷ As investigações continuaram em carta do Departamento para a Embaixada no Rio de Janeiro, o sr. Gerard C. Smith informou o sr. Terrill de que “tinha solicitado ao sr. Kenneth Dayton, HICOG [?], Bonn, assim como [o sr.] Howard Robinson em Paris para que permanecessem atentos a qualquer informação sobre o assunto.”⁸⁸⁸ O nível de detalhes obtido pela Embaixada Americana revela que a “fonte confiável” podia acessar informações que, naquele momento, pareciam vitais para o futuro do programa atômico brasileiro.

A propósito, naquele momento, o programa atômico brasileiro enfrentava – na opinião do sr. Robert J. Hasterlik, autor do relatório de visita da missão “Átomos para paz” ao Brasil, em 1956 – alguns problemas sérios. Para ele, “a situação no Brasil é tão complexa que já quase desafia [a tentativa de] descrevê-la,” e aponta fatores como “orgulho regional”, “competência e incompetência científica” e “avareza pessoal” (e “etc., etc.”) como elementos que, “entrelaçados”, formam o quadro da atual situação da pesquisa do reator atômico no país. Em seguida, o relatório apresentou alguns dos cientistas envolvidos no programa: dr. Carlos Chagas (“é uma pessoa de personalidade estável e que se pode confiar em dar um conselho competente”), professor Costa Ribeiro (“cuja falta de contato entre [ele] e os grupos científicos de São Paulo [...] é sintomático das eternas dificuldades entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo”), professor Cesar Lattes (em que “existe uma completa ruptura de comunicação científica entre [ele] e os grupos afiliados ao professor Carlos Ribeiro”) e dr. Marcel de Souza Santos (que dirige o projeto do reator em São Paulo). O relatório mostrou ainda que existia um projeto do professor Lattes para a construção de um reator no Rio de Janeiro, mas com a partida do mesmo para os Estados Unidos, os planos e os equipamentos adquiridos foram “completamente esquecidos” ou “nunca utilizados” (*have been completely forgotten e has never been used*). Na verdade, quaisquer tentativas de entender o programa do reator brasileiro devem avaliar a “personalidade e as motivações do dr. de Souza Santos” que parece ser – do “ponto de vista da segurança e proteção do pessoal envolvido [nas operações

⁸⁸⁷ “[...] including division of the project among a number of separate files keyed to the code word ‘UZ’.” Conforme: Carta de 11 de junho de 1954, enviada para o sr. Gerard C. Smith, do Departamento de Estado, pelo Sr. Robert P. Terrill, da Embaixada Americana no Rio de Janeiro. RG 59, 1948-1962, caixa 394, Ultra-Secreto. [S/Assunto]

⁸⁸⁸ “I have asked Mr. Kenneth Dayton, HICOG, Bonn, as well as Howard Robinson in Paris to keep an eye out for any additional information on this.” Conforme: Cópia de carta de 25 de junho de 1954, enviada para o sr. Robert P. Terrill, da Embaixada Americana no Rio de Janeiro, pelo sr. Gerard C. Smith, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 394, Ultra-Secreto. [S/Assunto]

do reator]” – “completamente ignorante acerca dos riscos envolvidos ou então opta por ignorá-los”: e quando o dr. Hasterlik (autor do relatório) e o dr. Jack Kauffman (que o acompanhava) advertiram o dr. de Souza Santos sobre os riscos de se construir um reator de 5Mw (megawatts) em um prédio não-selado, ele disse que “nos Estados Unidos vocês são demasiadamente cautelosos [...] e eu não acredito que todas essas proteções sejam necessárias.” E o físico da Universidade de São Paulo, dr. Tedo Eston, “conhecedor dos riscos da radiação e que entendia os problemas associados a segurança do reator,” foi afastado pelo dr. de Souza Santos. O autor do relatório advertiu:

“*Eu nunca vi antes uma atitude mais cruel com relação aos possíveis perigos aos membros de sua equipe, ao corpo discente da Universidade e aos cidadãos da cidade de São Paulo do que a mostrada pelo dr. de Souza Santos nas discussões sobre a salvaguarda do reator [atômico].*”⁸⁸⁹ [grifo meu]

O dr. Hasterlik em seu relatório lembrou ainda que o espírito de equipe, tão comum e valorizado nos institutos de pesquisa dos Estados Unidos, encontra-se no Brasil envolto em “intrigas e maquinações” pessoais, locais, regionais e internacionais, ao ponto de ninguém poder ser otimista acerca do programa do reator atômico de pesquisa brasileiro: um reator, no entanto, foi inaugurado em São Paulo em janeiro de 1958, contado com a presença do presidente Kubistchek e do embaixador norte-americano Briggs. Em matéria da revista *Visão*, a problema da segurança do reator foi colocada em questão.

“O presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, João Cristóvão Cardoso, ouvido a propósito de rumores de perigo de radiatividade do reator atômico inaugurado em São Paulo, confessou aos jornalistas: ‘Tenho mais medo de uma lotação do que desse reator’”⁸⁹⁰

⁸⁸⁹ “The situation in Brazil is so complex that it almost defies description. Regional pride [...], scientific competence and incompetence, personal avarice, etc., etc.” “[...] who is stable personality and who can be relied upon to give competent advice.” “The lack of liaison between Professor Costa Ribeiro and the scientific groups in Sao Paulo [...] is symptomatic of eternal difficulties between the cities of Rio de Janeiro e Sao Paulo.” “[...] there is the complete rupture of scientific communication between Cesar Lattes [...] and the groups affiliated with Professor Carlos Ribeiro [...]” “From the viewpoint of personnel protection and safety, I should like to make a categorical statement that either Dr. de Souza Santos is completely ignorant of reactor hazards or purposely chooses to ignore them.” “In the United States you are much too cautious. I do not believe that all these protections are necessary.” “I have never before observed a more callous attitude toward the possible dangers to the members of his staff, the University student body, or the citizens of the city of São Paulo than Dr. de Souza Santos displayed in his discussions of reactor safeguards.” Conforme: *Report on ‘Atoms for Peace’ Mission visit to Venezuela, Brazil, Uruguay, and Argentina*. Preparado em junho de 1956 pelo sr. Robert J. Hasterlik, M.D., Argonne Cancer Research Hospital, Chicago, Illinois. RG 59, 1948-1962, caixa 119.

⁸⁹⁰ Revista *Visão*, São Paulo, 7 de fevereiro de 1958, volume 12, número 6, p.52.

As “intrigas e maquinações” denunciadas no relatório norte-americano já citado ganharam, em maio de 1956, um termo correspondente publicado em uma revista semanal no Brasil: a “briga atômica” pareceu uma das razões dos poucos progressos obtidos pelo programa atômico brasileiro. Na “briga” engalfinharam-se uma miríade de interesses que pouco ou nada contribuíram para o avanço da pesquisa do programa atômico. Em um dado momento é mostrado que a ilusão – que a própria revista *O Cruzeiro* ajudou a disseminar – de que a monazita “era areia que vale ouro”,⁸⁹¹ serviu para convergir excessiva atenção política para os minérios atômicos. E esta atenção desembocou em todo um jogo ou “briga” entre aqueles que queriam “entregá-los” para os norte-americanos ou queriam retê-los como a nossa promessa de futuro. E, ao final, a posse deles, *contraditoriamente*, acabou por emperrar todo o programa atômico nacional.

“Criou-se, neste país, o mito de que só o Brasil e a Índia têm tório e urânio. Pura e simplesmente ficção. As publicações técnicas mais credenciadas sobre o assunto revelam que em Madagascar, Ceilão, Estados Unidos, Rússia, Índia, Brasil, Coreia, África do Sul, Austrália, Finlândia etc., possuem ricos depósitos desses materiais, sem se falar nas formações graníticas onde tecnicamente se admite a possibilidade de que riquezas dessa ordem existam. [...] *Esse mito foi criado justamente para se apresentar o assunto, publicamente, como sendo do maior segredo.* E conseguiram estabelecer pesada cortina de mistério, por onde a verdade poderia ser manipulada aos interesses de seus ‘donos’ ou ‘agentes’. Infelizmente, no Brasil, se procede geralmente dessa maneira. Resultado: as soluções se perdem nos canais misteriosos e quando chegam ao conhecimento público estão completamente desfiguradas.”⁸⁹² [grifo meu]

Há lucidez no comentário da revista, no entanto, era difícil ou impossível agir com lucidez naquela “era de extremos”. *No plano macro*, a discussão de um projeto de desenvolvimento para o Brasil, em qualquer setor, proposto por um grupo A, esbarraria na desconfiança do grupo B. O nosso desenvolvimento econômico, político e social um tanto que “aos trancos e barrancos” encontrou na falta de planejamento *comum* – de curto, médio e longo prazo – um de seus pilares mais deteriorados. E no caso específico do programa atômico, encontrou na busca cega de uma importância estratégica perdida *via* minérios atômicos seu maior aliado; e “isso, porque consideramos o problema dos materiais atômicos como de segurança nacional [e] como tal, agimos, porém, sem qualquer possibilidade de

⁸⁹¹ Revista *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 26 de maio de 1951, p.121, “Areia que vale ouro: a energia atômica está aqui!” No imediato pós-guerra, porém, se tinha a crença de que “se o urânio vier a ser um material de importância primordial para a vida de uma nação, seu preço irá superar o do ouro [...]” Conforme: SEITZ, Frederick e BETHE, Hans. *Quão próximo está o perigo?* In: MASTERS, Dexter e WAY, Katharine (Organizadoras), op. cit., p.140.

⁸⁹² Revista *O Cruzeiro*, 28 de julho de 1956, p.143, “Briga atômica.” [Artigo escrito por Wilson Aguiar]

utilizarmos esses materiais [...], por completa falta de técnicos, técnica e dinheiro.”⁸⁹³ E o plano macro agia sobre *o plano micro*, sobre a vaidade de pessoas e / ou grupo de pessoas (nas universidades, centros de pesquisa etc., notadamente entre o eixo Rio de Janeiro - São Paulo), que por sua vez se encarregariam de solapar o desenvolvimento da nação no campo atômico. O cientista J. Leite Lopes enfatizou essa questão.

“Ficaríamos ausentes da corrida que se processa em outros países [...] em busca das técnicas que somente se descobrem e se aperfeiçoam graças aos pesquisadores. Ficaríamos obrigados a importar sempre técnicos e máquinas, a continuar pagando *royalties*, inferiorizados, agora e ainda mais no futuro, econômica, política e militarmente. E como um toque de disfarce para aparentar progresso, distribuir-se-iam pequenos auxílios aos vários centros de pesquisas, para que os cientistas não reclamem, distribuir-se-iam máquinas e reatores (a base de urânio enriquecido) entre as várias universidades, atendendo as vaidades pessoais de ‘prestígio atômico’, dispersando-se recursos, criando rivalidades entre os institutos e universidades que também desejariam ter máquinas atômicas [...] Mas o programa unificado, de curto e longo alcance, as pesquisas para o desenvolvimento da tecnologia nuclear no Brasil, programa que atenda primordialmente aos interesses do País, estaria, talvez, *irremediavelmente aniquilado*.”⁸⁹⁴ [grifo meu]



Em um dado momento neste Capítulo ressaltai que a busca por urânio no mundo inteiro cumpriria o importante papel de baratear o preço daquele minério. Em 1958, o preço do urânio na forma U_3O_8 havia declinado por anos consecutivos: em 1954 estava em US\$11,90 / libra, e em 1958 já havia baixado para US\$10,50. Um memorando apontou que os preços iriam continuar caindo gradualmente ao longo dos anos até atingir um patamar em torno de US\$8,00. A justificativa para o declínio dos preços repousava no fato de que o aumento da oferta mundial – através da descoberta de novas ocorrências no Canadá e nos Estados Unidos, e em todo o mundo – tinha “superado em muito as expectativas” (*have greatly exceeded expectations*): as reservas domésticas de urânio passaram de um milhão de toneladas em 1948, para sete milhões em 1954, 60 milhões em 1956 e 78 milhões em fins de 1957.

⁸⁹³ Revista *O Cruzeiro*, 28 de julho de 1956, p.143.

⁸⁹⁴ LOPES, J. Leite. *Ciência e libertação*. (2ª edição) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.195-196.

O ano de 1958 parece marcar um ponto de inflexão na busca e exploração de urânio no mundo inteiro promovida pelos Estados Unidos desde o fim da Segunda Guerra. Naquele ano, os maiores fornecedores de urânio do mundo eram o Congo Belga (a mina de Shinkolobwe), a África do Sul, a Austrália e Portugal: o Brasil ou qualquer outro país latino-americano *nunca esteve na lista dos grandes produtores*. A Agência Conjunta de Desenvolvimento (*Combined Development Agency*, ou C.D.A) – que comprava e alocava urânio para os Estados Unidos, Reino Unido e Canadá – diminuiu a compra da África do Sul e cogitou a suspensão de contratos com o Congo Belga e a Austrália, além de diminuir o ritmo das compras de urânio feitas dentro dos Estados Unidos.

Um fator que pode explicar o nacionalismo exacerbado de algumas nações com relação as suas reservas de urânio está baseado na crença corrente no pós-guerra de que a “Era Atômica” representaria a redenção energética das nações, notadamente as subdesenvolvidas. Deste modo, os países protegiam suas reservas de urânio – bem como faziam alguns com o seu petróleo – de modo que, na alvorada nuclear, dispusessem do precioso combustível atômico: carecia-lhes, no entanto, a tecnologia para a produção de energia atômica. Apesar de alguns países estarem “ansiosos pela ajuda dos Estados Unidos”, os “ianques” sempre foram parcimoniosos na cessão de tal tecnologia; e muito mais agora na nova conjuntura, na qual a “Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos estava relutante em oferecer tal assistência desde que não estão mais querendo comprar urânio, se descoberto.”⁸⁹⁵

Em julho de 1959, o Brasil havia solicitado a Comissão uma prorrogação do Acordo Conjunto de Prospecção de Urânio (*Joint Uranium Prospecting Agreement*).⁸⁹⁶ Em memorando de outubro de 1960 ficou clara a posição dos Estados Unidos com relação aos Acordos de Exploração de Urânio (*Uranium Exploration Agreements*) acordados há algum tempo com o Brasil, o Chile e o Peru. O sr. McDowell – provavelmente da Comissão – foi avisado que os Acordos com os três países expirariam naquele ano e “nós notificamos todos os três [governos] que nós não tencionamos renová-los”, ou seja, “*não há interesse na continuação dos mesmos.*”⁸⁹⁷ [grifo meu]

⁸⁹⁵ “The AEC is reluctant to extend such assistance since we are not willing to purchase the uranium, if discovered.” Conforme: Relatório de 17 de março de 1958, enviado para o sr. Sydney L. W. Mellen [?], pelo sr. Robert M. Winfree [?]. RG 59, 1948-1962, caixa 115, Secreto. [Assunto: *Papers on implications of commodity price decline*]

⁸⁹⁶ Memorando de conversação de 29 de julho de 1959, entre os srs. Octavio Rainho da Silva Neves, Terceiro Secretário da Embaixada Brasileira e Allan T. Dalton, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 394. [Assunto: *Brazilian request for extension of Joint Uranium Prospecting Agreement*]

⁸⁹⁷ “[...] we have notified all three that we do not intend to renew them. (There is no interest in continuing them).” Conforme: Cópia de memorando para arquivo, de 23 de outubro de 1960. RG 59, 1948-1962, caixa 394. [S/Assunto]

Ainda em 1959, a quantidade de urânio a disposição dos Estados Unidos era tão elevada que gerou problemas com um de seus grandes fornecedores – o Canadá –, uma vez que já não havia mais o interesse norte-americano em adquirir as mesmas quantidades do minério atômico: o que fazer com o urânio canadense que deveria ser destinado aos Estados Unidos? A situação parecia tão crítica que levou o Conselheiro Econômico da Embaixada Americana no Canadá a inquirir o Departamento algo até então impensável.

“Poderia para minha informação me dizer o quanto os Estados Unidos pensam ser importante a manutenção do urânio longe do bloco soviético, ou isso não teria importância, e assim isso não seria um fator? Se os canadenses não podem vender seu urânio para nós, e se os russos desejam comprá-lo, nós teremos que pensar em razões muito boas se quisermos que os canadenses não o vendam.”⁸⁹⁸

A consulta acima feita pela Embaixada ao Departamento é surpreendente: ou é indicativo de que a política norte-americana com relação a venda de minérios e materiais estratégicos a URSS e seus satélites se modificou *ou*, então, indica a total ingenuidade do funcionário da Embaixada. Memorandos e cartas compilados para esta pesquisa reforçam a tese de que existia uma política clara e explícita de manter os entraves a exportação aos países comunistas – daquilo estabelecido nas listas do COCOM –, pelo menos durante boa parte do período que estabeleci como recorte: como foi dito anteriormente neste Capítulo, “os EUA foram sempre os mais ativos em fazer cumprir as proibições.” O controle do trânsito de minérios – principalmente atômicos, mas não apenas eles – era feito sistematicamente pelos Estados Unidos em todo o mundo. Havia inclusive uma lei específica, aprovada pelo Congresso norte-americano em 26 de outubro de 1951, que previa o

“[...] embargo no carregamento de armas, munições e implementos de guerra, materiais de energia atômica, petróleo [etc.] para qualquer nação ou combinação de nações ameaçando a segurança dos Estados Unidos, incluindo a União das Republicas Socialistas Soviéticas e todos os países sob seu domínio.”⁸⁹⁹

⁸⁹⁸ “For my information could you let me know how important the United States thinks it is to keep uranium away from the Soviet bloc, or isn’t it important at all, and is it therefore not a factor? If the Canadians cannot sell uranium to us, and if the Russians want to buy, we are going to have to think of some pretty good reasons if we expect the Canadians not to sell.” Conforme: Carta de 10 de junho de 1959, enviada para o sr. J. Robert Schaetzel, do Departamento de Estado, pelo sr. Willis C. Armstrong, da Embaixada Americana no Canadá. RG 59, 1948-1962, caixa 398, Apenas para uso oficial. [S/Assunto]

⁸⁹⁹ “[...] embargo on the shipment of arms, ammunition, and implements of war, atomic energy materials, petroleum [etc.] to any nation or combination of nations threatening the security of the United States, including the Union of Soviet Socialist Republics and all countries under its domination.” Conforme: *Text of the Mutual Defense Assistance Control Act of 1951* [H. R. 4550], *Public Law 213, 82d Congress, 65 Stat. 644, Approved October 26, 1951*. RG 59, 1948-1962, caixa 119.

Tratava-se da *Battle Act*⁹⁰⁰ que como se percebe, buscava impedir o fluxo de material e mineral estratégico para a URSS. Existiam, no entanto, controles anteriores a assinatura de qualquer lei específica. Em 1946, uma grande quantidade de gás hélio seria vendida a União Soviética para a utilização em balões meteorológicos tripulados: foram feitas objeções a venda do gás, porém o mesmo poderia ser vendido ao Brasil, caso se assegurasse que o mesmo “não fosse daqui exportado.”⁹⁰¹ A Comissão de Energia Atômica avaliou, em 1948, que “deveriam continuar a negar autorização para o carregamento de nitrato de tório para a Checoslováquia,”⁹⁰² e um memorando de conversação do mesmo ano deixou explícita a posição de um senador norte-americano:

“O Senador [McMahon] achou que seria uma boa idéia forçar a questão de modo a alertar a Europa, assim como os russos, para a importância que destinamos a prevenção da exportação para a Rússia de qualquer coisa capaz de aumentar o seu potencial em armas atômicas.”⁹⁰³

Em um memorando de 1949, foi informado que o sr. Philip P. Santon – cidadão norte-americano que trabalha com mineração no México – havia dito que, da cidade de Guaymas, urânio era carregado em pequenos barcos que seguiam para um navio maior: o seu receio é porque há muitos russos na cidade.⁹⁰⁴ Em 1950, a África – mais especificamente o Congo Belga e a União Sul Africana – era o mais importante fornecedor de matérias-primas destinadas ao campo atômico, como urânio, por exemplo: por este motivo, “é essencial que os Estados Unidos tenham e continuem tendo acesso a esses recursos, e é igualmente essencial que os Estados Unidos sejam capazes de prevenir que potenciais inimigos tenham tal

⁹⁰⁰ O nome *Battle Act* veio do nome do deputado responsável por sua criação em 1951: sr. Laurie C. Battle, do estado do Alabama.

⁹⁰¹ “[...] would not be exported from that country.” Conforme: Cópia de memorando de conversação de 25 de março de 1946, entre os srs. Francis W. Reichelderfer, do *Weather Bureau*, e Frederick Exton. RG 59, 1948-1962, caixa 54, Confidencial. [S/Assunto]

⁹⁰² “[...] should continue to deny authorization of shipment of thorium nitrate to Czechoslovakia.” Conforme: Memorando de 12 de agosto de 1948, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 51, Secreto. [Assunto: *Thorium nitrate for Czechoslovakia*]

⁹⁰³ “The Senator thought that it might be a good idea to force the issue in order to alert Europe as well as the Russians to the importance we attach to preventing the exportation of anything to Russia capable of increasing its potential in atomic weapons.” Conforme: Memorando de conversação de 9 de março de 1948, entre os srs. McMahon, Bohlen e Gullion. RG 59, 1948-1962, caixa 76, Ultra-Secreto. [Assunto: *Senator McMahon’s amendment to S-2202*]

⁹⁰⁴ Memorando de 12 de dezembro de 1949, assinado pelo sr. Ben Zweig, Cônsul Americano em Nogales, Sonora, México. RG 59, 1948-1962, caixa 51, Confidencial. [S/Assunto]

acesso.”⁹⁰⁵ Em 1951, os Estados Unidos acompanharam um carregamento de terras-raras que saiu do Brasil com destino a Holanda e que de lá foi transferido para a Áustria.⁹⁰⁶

Curiosamente, em 1950, um episódio semelhante ao ocorrido no Canadá em 1959 – e citado anteriormente, quando os Estados Unidos não desejam mais adquirir as mesmas quantidades de urânio canadense – aconteceu na França, só que agora para o nitrato de tório. O governo francês dispunha de certa quantidade daquele composto que nem os Estados Unidos, a Inglaterra ou a Comissão Atômica francesa estavam dispostas a comprar. Assim, a Embaixada Americana em Paris foi sondada pelo governo francês sobre a possibilidade de exportação do composto para o Bloco Soviético. Ciente do problema, a Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos deixou claro o seu posicionamento:

“[...] diante da importância potencial [para uso atômico], a Comissão é taxativa na opinião de que nenhum tório seja disponibilizado a URSS [...] e gostaria de ver o governo francês impor controle restrito a exportação de tório a todos os países da Cortina de Ferro, bem como rever permissões de exportação para países onde a baldeação seja possível. [E finalizou:] [...] qualquer excedente de tório pode ser comprado pela Comissão.”⁹⁰⁷

A ênfase na impossibilidade de venda de minérios estratégicos era reforçada constantemente: no processo de fechamento de um acordo com os Estados Unidos para compra de monazita da Índia, em 1952, uma das condições era a de uma “promessa escrita do GOI [*Government of India*] para prevenir que a monazita e o tório (e seus derivados) indianos chegassem aos países da Cortina de Ferro.”⁹⁰⁸

O controle no trânsito dos materiais e minérios estratégicos envolvia não apenas a Comissão de Energia Atômica e o Departamento de Estado, mas também outras agências governamentais. Em 1954, o Comitê de Inteligência Conjunto de Energia Atômica (JAEIC ou *Joint Atomic Energy Intelligence Committee*) informou a CIA da existência de evidências de

⁹⁰⁵ Memorando de 4 de agosto de 1950 [?], produzido pelo sr. Thorold F. Field, de Minnesota. RG 59, 1948-1962, caixa 52. [Assunto: *On Southern Africa*]

⁹⁰⁶ Cópia de carta de 28 de maio de 1951, enviada para a Embaixada Americana em Haia, pela Missão Diplomática Americana em Viena. RG 59, 1948-1962, caixa 45, Confidencial. [Assunto: *Rare earth shipment from Brazil to Rotterdam*]

⁹⁰⁷ “[...] in view of its potential importance, the Commission is anxious that no thorium be made available to the USSR [...] and would like to see the French Government impose strict controls on the exports of thorium to all Iron Curtain countries and also to review export permits to questionable consignees in friendly countries where transshipment might be possible [...] any surplus of thorium might be sold to the Commission.” Conforme: Memorando de 28 de dezembro de 1950, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. John A. Hall. RG 59, 1948-1962, caixa 80, Secreto. [Assunto: *Thorium*]

⁹⁰⁸ “U.S. desires written undertaking by GOI to prevent Indian monazite, thorium, thorium compounds from reaching Iron Curtain countries.” Conforme: Mensagem do Departamento do Exército, de 24 de abril de 1952, enviado para o Chefe MAAG [?], em Paris, França. RG 59, 1948-1962, caixa 80, Ultra-Secreto, Informação de Segurança. [S/Assunto]

que “substanciais carregamentos” de mercúrio da Itália estavam sendo exportados para a Polônia. Na ocasião foi lembrado que o mercúrio é importante componente das atividades relacionadas a energia atômica, mas que seria melhor agora não tocar nessa particularidade ao investigar a possível transferência para o Bloco Soviético.

“Sugere-se que as investigações sejam feitas através dos escritórios do Departamento de Estado na Itália de tal modo que a importância do mercúrio na energia atômica não seja revelada, e assim possamos obter a quantidade maior de informação a respeito desse assunto.”⁹⁰⁹

E cerca de um ano antes, a Comissão se viu obrigada a liberar informações sobre a utilização de certas substâncias no programa de energia atômica. Neste caso, o problema envolvia a exportação de gás *Freon* – utilizado em refrigeração e aerossóis – para países do Bloco Soviético. Segundo memorando de janeiro de 1953, a Inglaterra exportaria uma tonelada e a Dinamarca cerca de sessenta e oito quilos; e os Estados Unidos se opunham a tal exportação: o problema aqui pareceu residir no desconhecimento por parte dos governos britânico e dinamarquês da real importância daquele gás no programa de energia atômica, sendo encontrada a seguinte solução.

“[...] Identificar para o Embaixador britânico em Washington [...] o uso que fazemos do *Freon* em nosso programa de energia atômica [uma vez que] me foi garantido que se essa informação fosse disponibilizada, os britânicos concordariam no embargo do *Freon* para o Bloco.”⁹¹⁰

E a manutenção dos “segredos atômicos” encontrava respaldo dentro da sociedade norte-americana, uma vez que pesquisas de opinião revelaram que não existia o desejo de um trabalho conjunto dos Estados Unidos com as demais nações no campo da energia atômica. Questionados se os Estados Unidos deviam compartilhar os segredos naquele campo com outros países (incluindo a União Soviética), os cidadãos norte-americanos “continuavam

⁹⁰⁹ “It is suggested that inquiry be made through the Department of State offices in Italy in such a manner as not to disclose the atomic energy importance of Mercury, in order to obtain as much information as possible on this matter.” Conforme: Memorando de 6 de maio de 1954, enviado para o sr. Gerard C. Smith, do Departamento de Estado, pelo sr. H. I. Miller, da Agência Central de Inteligência (CIA). RG 59, 1948-1962, caixa 118, Secreto. [Assunto: *Shipments of Mercury to Soviet Bloc countries*]

⁹¹⁰ “[...] identify to the British Ambassador here in Washington [...] the use to which we put freons in our atomic energy program. I have been assured that if this information were made available, the British would agree to embargo freons to the Bloc.” Conforme: Cópia de memorando de 26 de janeiro de 1953, enviado para o sr. Lyall Johnson, da Comissão de Energia Atômica, pelo sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 118, Secreto, Informação de Segurança. [Assunto: *Freons*]

sendo bem alérgicos [a idéia de] compartilhar segredos.”⁹¹¹ E quando, por exemplo, pedidos de países da “Cortina de Ferro” eram endereçados a empresas norte-americanas, elas entravam em contato com as autoridades competentes de modo a checar a possibilidade de se atender ao pedido. Foi o que ocorreu com a empresa *The Asbury Graphite Mills, Inc.*, de Asbury, estado de New Jersey, em que o presidente da empresa – o sr. H. M. Riddle – escreveu ao Secretário de Estado perguntando: “Temos um pedido de grafite para a Polônia. É possível enviar este produto para aquele país?”⁹¹²

Parecia pairar no ar um certo medo e receio de que informações, produtos e matérias-primas fossem parar no lugar errado: os momentos iniciais da “Era Atômica” eram caracterizados exatamente por esse relativo – e em alguns casos, absoluto – desconhecimento do que *exatamente* estava acontecendo. A informação, ou a falta dela, podia significar muito durante o processo de negociação para aquisição de matérias-primas, por exemplo. Qual a importância dela no país de destino? O quanto é necessária nos programas de energia atômica? Em que outros lugares e em que quantidades são encontradas no mundo? A que preço? Em que teor de pureza? Respostas precisas e exatas a estas perguntas eram buscadas por aqueles países que adquiriam algumas das matérias-primas que precisavam no mercado mundial – pelo volume e diversidade demandados, aqui principalmente os Estados Unidos.

A retenção de informações sobre a utilidade de determinado matéria-prima com o fito de tirar proveito nos processos de negociação parecia um expediente utilizado pelos Estados Unidos no Brasil. Em 1948, a Comissão de Energia Atômica preparou um *press release*⁹¹³ noticiando que o tório – obtido a partir de monazita – tinha uso limitado e experimental, e no campo da energia atômica ele não tinha *nenhuma importância* atualmente.⁹¹⁴ O *press release* foi preparado e divulgado pois se sabia “do resultado benéfico nos atuais negócios com a Índia e o Brasil,”⁹¹⁵ uma vez que ambos os países parecem ter desenvolvido uma estimativa exagerada das atuais demandas norte-americana por monazita, o que poderia implicar em

⁹¹¹ “[...] the public continues to be very allergic to sharing secrets.” Conforme: Cópia de carta de 28 de setembro de 1955, enviada para o sr. Wilkinson [?], pelo sr. H. Schuyler Foster. RG 59, 1948-1962, caixa 125, Apenas para uso oficial. [Assunto: *Public Cool* [sic] *on sharing atom secrets*]

⁹¹² “We have an inquiry for graphite from Poland. Are we able to ship this product to that country?” Conforme: Carta de 13 de agosto de 1958, enviado para o Secretário de Estado, em Washington, D.C., pelo sr. H. M. Riddle. RG 59, 1948-1962, caixa 119. [S/Assunto]

⁹¹³ O *press release* seria liberado para a imprensa em 14 de outubro de 1948. Conforme: Information for the press. *Atomic Energy Commission describes its present interest in thorium*. 13 de outubro de 1948. RG 59, 1948-1962, caixa 60.

⁹¹⁴ “[...] thorium is not of current importance in the Atomic Energy Commission’s production program.” Conforme: Memorando para informação de 4 de agosto de 1948, assinado pelo sr. Roy B. Snapp[?]. RG 59, 1948-1962, caixa 50. [Assunto: *Press release on monazite*]

⁹¹⁵ Rascunho de carta de 11 de agosto de 1948, enviada para o Senador Hickenlooper, pelo sr. Sumner T. Pike, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 50, Secreto. [S/Assunto]

aumento de preços ou no estabelecimento de uma política de barganha; como de fato aconteceu, dado o embargo promovido pela Índia e as modificações feitas nos acordos pelo Brasil. O *press release* informou também que os “problemas de pesquisa muito complexos” relacionados a utilização do tório no programa de energia atômica somente serão resolvidos em uma ou duas décadas. Bem, isso era o informado no *press release*: mas o que os Estados Unidos sabiam até então sobre a utilização de tório no programa de energia atômica?

Um memorando de 1951 relatou o problema do embargo e restrição promovido pelos dois maiores produtores – Brasil e Índia – de monazita, utilizado na extração de tório: “Creio que este [embargo] foi estimulado em parte pelo Relatório Lilienthal-Acheson sobre Energia Atômica [*Lilienthal-Acheson Report on Atomic Energy*] de 1946 (que indicava a importância do tório na produção de energia atômica).”⁹¹⁶ Observe aqui que a Comissão jogou habilmente com a informação de modo que ela não interferisse nas negociações com os países produtores de monazita. A medida que a informação do uso do tório como combustível atômico foi sendo disseminada,⁹¹⁷ os países produtores de areias monazíticas tomaram medidas protecionistas: a Índia embargou a venda para os Estados Unidos logo depois da publicação do Relatório, e o Brasil imprimiu restrições em janeiro de 1951. Estaria a demora do Brasil associada ao “entreguismo” do governo Dutra? De todo modo, no período compreendido entre o embargo da Índia (1946) e o da restrição do Brasil (1951), a maior parte da monazita foi adquirida no Brasil.⁹¹⁸

Em 1950, o Adido Mineral da Embaixada Brasileira no Rio de Janeiro – o sr. Emerson Innis Brown⁹¹⁹ – chamou a atenção do Departamento de Estado para a publicação feita na revista *Business Week* – de julho daquele ano – que noticiou que uma pilha atômica iria

⁹¹⁶ “I suppose this was prompted in part, at least, by the Lilienthal-Acheson Report on Atomic Energy in 1946 (which indicated the importance of thorium in the production of atomic energy).” Conforme: Cópia de carta de 28 de fevereiro de 1951, enviada para o sr. John A. Hall, da Divisão de Projetos Especiais da Comissão de Energia Atômica, pelo sr. Charles J. Kersten, do Congresso dos Estados Unidos. RG 59, 1948-1962, caixa 60. [S/Assunto]

⁹¹⁷ “Uma importante prova de que o tório pode ser utilizado na produção de bombas atômicas foi revelada durante a reunião da Sociedade Americana de Física, realizada na Cidade do México” [...] “O tório é menos escasso que o urânio – as duas maiores fontes de tório encontram-se no Brasil e na Índia – e por este motivo permite a manufatura de maior número de bombas atômicas.” Conforme: Jornal *Correio do Ceará*, [Órgão dos Diários Associados], Fortaleza, número 12184, segunda-feira, 13 de novembro de 1950, p.2, “Ciência Popular” “O Tório em bombas atômicas.”

⁹¹⁸ Carta de 6 de maio de 1954, enviada para o sr. Rollin S. Atwood, do Departamento de Estado, pelo sr. James S. Murray, assistente do presidente da *Lindsay Chemical Company*, de West Chicago. RG 59, 1948-1962, caixa 395. [S/Assunto]

⁹¹⁹ O sr. Emerson I. Brown realizava, segundo carta de 1954, um excelente trabalho na Embaixada Americana no Rio de Janeiro. Na carta foi sugerida a promoção do sr. Brown, baseada no “excelente conhecimento do seu campo de atuação combinado com sua vasta experiência com personalidades brasileiras no campo dos minérios e metais [o que fez com que] produzisse relatórios de excepcional valor.” Conforme: Cópia de carta de 24 de maio de 1954, enviado para o sr. Ryan, pelo sr. Gerard C. Smith. RG 59, 1948-1962, caixa 85. [S/Assunto]

funcionar na Índia dentro de seis semanas utilizando monazita. O Adido lembrou que “os brasileiros lêem a *Business Week*” e perguntou: e agora “o que diremos a eles quando citarem essa informação [da revista] depois de termos resolutamente afirmado que a monazita não poderia ainda ser utilizada dessa maneira?” E parece recorrer desesperado ao Departamento: “Apreciaria qualquer material que vocês pudessem nos enviar [e que pudesse ser utilizado] em nossa defesa.”⁹²⁰

Ainda em agosto, o dr. Irnack do Amaral – do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) – solicitou ao sr. Brown informações acerca da importação dos Estados Unidos de minério de berílio, por país de origem, no ano de 1949. O sr. Brown suspeitou que o uso que o dr. Irnack faria daquela informação “não seria em nossa vantagem” (*it will not be to our advantage*): desse modo, consultou o Departamento de Estado e sugeriu que, caso essa informação estivesse para ser publicada no Anuário Mineral dos Estados Unidos (*Minerals Year Book*), não parecia ter nenhum problema fornecê-la ao dr. Irnack. E lembrou: “Eu ainda não o disse que a informação similar que ele me pediu sobre a monazita foi negada, [e não o disse] uma vez que ele não me perguntou de novo por ela.” E isso deixou o Adido preocupado, uma vez que ao fornecer a informação sobre o berílio, isso poderia fazer com que o dr. Irnack sentisse falta da informação sobre a monazita.⁹²¹ O que fazer se ele a solicitasse?

Como mostrei, a restrição brasileira ao fornecimento de monazita teve início no começo de 1951. Curiosamente, o governo norte-americano estava ciente de que os dois governos, brasileiro e indiano, estavam em conluio e que por trás do embargo e da restrição havia “um grupo de homens da França”, envolvidos arditamente em uma manobra para “quebrar” as empresas norte-americanas – uma vez que ficariam sem a matéria-prima, a monazita – e assim poderiam “capturar o mercado” (*capture the market*) para brasileiros e indianos (a França forneceria o capital e o *know-how*). Porém, o esquema não funcionou porque foram encontradas “imensas” fontes de terras-raras na Califórnia, e “*pela busca de outras fontes externas de monazita.*”⁹²² [grifo meu] Tanto na Índia como no Brasil, a tecnologia dos processos industriais relacionados a monazita foi adquirida, de modo que ela

⁹²⁰ “[...] what can we say when they confront us with this item after we have stoutly maintained that monazite could not yet be utilized in this manner?” “Any material you can supply us with for our defense will be appreciated.” Conforme: Carta de 22 de agosto de 1950, enviada para o sr. Clarence A. Wendel, do Departamento de Estado, pelo sr. Emerson I. Brown, Adido Mineral. RG 59, 1948-1962, caixa 79, Restrito. [S/Assunto]

⁹²¹ Carta de 22 de agosto de 1950, enviada para o sr. Clarence A. Wendel, do Departamento de Estado, pelo sr. Emerson I. Brown, Adido Mineral. RG 59, 1948-1962, caixa 79, Restrito. [S/Assunto]

⁹²² Carta de 6 de maio de 1954, enviada para o sr. Rollin S. Atwood, do Departamento de Estado, pelo sr. James S. Murray, assistente do presidente da *Lindsay Chemical Company*, de West Chicago. RG 59, 1948-1962, caixa 395. [S/Assunto]

não fosse exportada *in natura*, e sim na forma de cloreto de terras-raras (*rare earth chloride*). Mas, em carta, uma empresa norte-americana (*Lindsay Chemical Company*) que operava no ramo aqui no Brasil ironizou:

“Os indianos e brasileiros parecem não ter estudado a economia do consumo mundial de cloreto de terras-raras. Eles construíram uma fábrica para produzir 1.500 t anualmente na Índia e uma fábrica para produzir de 2.000 a 2.500 t anualmente no Brasil, para um mercado global que consome aproximadamente 600 t anualmente. Desse modo, é previsível que a única esperança deles é o bom e velho Tio Sam tirar-lhes desta enrascada.”⁹²³

E realmente tirou. Os acordos de permuta de trigo por monazita acordados entre o Brasil e os Estados Unidos em meados da década de 1950 iriam consumir a superprodução brasileira. “O Brasil cometeu um ‘ato não-amigável’ com os americanos quando embargou monazita [e] agora nós não temos justificativa para sermos ‘leves’ [com o Brasil].”⁹²⁴ Será que não sabiam então do acordo acertado pelos dois governos⁹²⁵ para a permuta dos produtos como contrapartida do não-envio de tropas brasileiras para a Coreia? O esboço dessa barganha de tropas por minérios parece ter sido feito em reunião do Conselho de Segurança Nacional em fins de 1951.

“Depois da leitura desses documentos, declara o sr. João Neves da Fontoura que sua opinião é a seguinte: devemos prestar nossa cooperação aos Estados Unidos, para as necessidades da defesa do Hemisfério Ocidental e, uma vez que não contribuimos com tropas, no terreno da cooperação militar, queremos e devemos significar nossa cooperação de maneira indireta, traduzida pela venda de materiais estratégicos.”⁹²⁶

Com relação ao berílio, já pelo menos desde 1948 que o governo norte-americano vinha se utilizando da omissão de informações de modo a evitar uma barganha dos

⁹²³ “The Indians and Brazilians failed to study the economics of the world consumption of rare earth chloride. They built a plant to produce 1,500 tons annually in India and a plant to produce 2,000 – 2,500 tons annually in Brazil for a world market that consumes approximately 600 tons annually. Therefore, it can be readily seen that their only hope is that good old ‘Uncle Sam’ will take them off the hook.” Conforme: Carta de 6 de maio de 1954, enviada para o sr. Rollin S. Atwood, do Departamento de Estado, pelo sr. James S. Murray, assistente do presidente da *Lindsay Chemical Company*, de West Chicago, página 6 RG 59, 1948-1962, caixa 395. [S/Assunto]

⁹²⁴ “Brazil committed an ‘unfriendly act’ toward Americans when it embargoed monazite. Now, we feel that the U.S. government has no justification for being ‘soft’ [...]” Conforme: Carta de 6 de maio de 1954, enviada para o sr. Rollin S. Atwood, do Departamento de Estado, pelo sr. James S. Murray, assistente do presidente da *Lindsay Chemical Company*, de West Chicago, página 11. RG 59, 1948-1962, caixa 395. [S/Assunto]

⁹²⁵ Jornal *O Povo*, Fortaleza, 26 de maio de 1956, “Areias monazíticas em vez de soldados para a Coreia.” Segundo a matéria, no governo Getúlio Vargas, o Brasil forneceu 15 mil toneladas de areia monazítica para os EUA e em troca não enviou soldados para a Coreia.

⁹²⁶ *Ata da décima sétima sessão do Conselho de Segurança Nacional*, 22 de dezembro de 1951, Rio de Janeiro, Palácio do Catete, página 64. Presidindo a sessão o sr. presidente Getúlio Dornelles Vargas.

ultranacionalistas no Brasil: naquele ano, particularmente, os Estados Unidos estavam “fortemente” interessados no minério, notadamente para o seu uso no programa de energia atômica. A Comissão se mostrou cautelosa em demonstrar o seu interesse pelo berílio, uma vez que demonstrado, isso poderia incentivar o embargo ou restrição dele no Brasil – tendo por base questões de segurança nacional –, a exemplo do que já ocorrera na Índia, na Argentina e na Austrália. Era relativamente pouco disseminada a informação de que o berílio tinha uso na energia atômica – apesar de que relatórios do governo americano e das Nações Unidas já haviam tocado nesse ponto –, e parecia imprevisível o quanto a liberação dessa informação influenciaria na política brasileira de fornecimento do berílio (ou seja, se ampliaria as restrições à exportação dele); ou ainda se faria com que “os brasileiros segurassem o minério para obter concessões” por parte do governo americano, ou seja, se barganhariam.⁹²⁷ E em fevereiro de 1949, o Departamento de Comércio, a Comissão de Energia Atômica e o Departamento de Estado discutiam a conveniência da liberação de informações sobre a importação e exportação de monazita e tório realizada pelos Estados Unidos nas estatísticas governamentais. A Comissão parecia não ver nenhum problema na liberação, mas tinha ciência – bem como o Departamento – dos “possíveis efeitos adversos” (*possible adverse effects*) da publicação das informações nas negociações com a Índia e o Brasil. Caso o Departamento assim o quisesse, a Comissão poderia passar as estatísticas para o Departamento de Comércio com a recomendação de que as mesmas fossem retidas.⁹²⁸ Já em 1948, eram excluídas do *Bureau of the Census* informações acerca da exportação e importação de urânio, tório (e produtos relacionados) e água pesada.⁹²⁹

E em 1945, um determinado minério estratégico (não especificado) estava sendo negociado no Rio de Janeiro pela firma norte-americana *Anderson, Clayton & Co.*, de Houston, estado do Texas. Na carta da firma para o Departamento de Estado, o sr. Maurice McAshan comunicou que “no Rio, nós não contamos a nenhum brasileiro o uso final do material o qual estamos negociando [mas] apenas meramente os informamos que ele tem um significado militar *potencial se os experimentos em curso forem bem-sucedidos.*” [grifo meu]

⁹²⁷ Cópia de Relatório produzido em 20 de fevereiro de 1948 [?], e enviado para a Embaixada Americana no Rio de Janeiro. RG 59, 1948-1962, caixa 79, Ultra-Secreto. [Referente: *EMBTel 660 May 31, DEPTel 514 May 16, EMBS A-357 Apr 28 and DEPTS A-256 Apr 17, 1947, re beryl*]

⁹²⁸ Memorando de 28 de fevereiro de 1949, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. J. K. Gustafson. RG 59, 1948-1962, caixa 82, Confidencial. [S/Assunto]

⁹²⁹ Cópia de carta de 3 de novembro de 1948, enviada para o sr. David E. Lilienthal, da Comissão de Energia Atômica, pelo sr. Charles Sawyer, da Secretaria de Comércio. RG 59, 1948-1962, caixa 82, Confidencial. [S/Assunto]

Observe o cuidado em imprimir um caráter *potencial e experimental*:⁹³⁰ estariam o Departamento e a firma preocupados com o *potencial* poder de barganha do governo brasileiro baseado em experiência recente?



Como tenho demonstrado ao longo desse Capítulo, os Estados Unidos se empenharam no pós-guerra na obtenção do combustível da “Era Atômica”, o urânio. Busco ressaltar também a diversidade de fontes como elemento importante na diminuição do poder de barganha dos países exportadores de urânio para os Estados Unidos. Informações acerca do trânsito das matérias-primas estratégicas eram rigidamente controladas. Os problemas de ordem interna nos países fornecedores de urânio eram também acompanhados pelo Departamento de Estado, e planos de contingência preparados para que o fluxo continuasse desimpedido. Isto ocorreu, por exemplo, no Congo Belga e na África do Sul:

“A questão de se garantir a continuidade dos carregamentos de minério de urânio do Congo para os Estados Unidos no evento de eclosão de hostilidades naquele país, tem sido objeto de contínuos estudos pelos encarregados responsáveis por planejamento aqui em Washington.”⁹³¹

O ímpeto no qual os norte-americanos se lançaram em busca do urânio no pós-guerra parece ter surtido um excelente efeito nos anos seguintes. Um relatório, produzido em 1957, revelou que neste ano os Estados Unidos já eram a nação líder na produção mundial de urânio, e que há apenas “nove anos atrás, 90% do suprimento de urânio [...] vinha do exterior.” E agora, 60% eram produzidos nos Estados Unidos e em 1958 era previsto que este número aumentaria para 80%.⁹³² Os Estados Unidos conseguiram assim reduzir drasticamente

⁹³⁰ “In Rio, we did not tell any Brazilian the end use of the material on which we were negotiating. We merely told them that it had a potential military significance if experiments then going on were successful.” Conforme: Carta de 12 de setembro de 1945, enviada para o sr. W. L. Clayton, do Departamento de Estado, pelo sr. Maurice McAsham. RG 59, 1948-1962, caixa 83, Ultra-Secreto. [S/Assunto]

⁹³¹ “The question of guaranteeing continued shipments of Congo uranium ores to the United States in the event of an outbreak of hostilities has been the subject of a continuing study by responsible planning officers here in Washington.” Conforme: Cópia de carta de 6 de novembro de 1953, enviada para o sr. Elemer E. Yelton, do Consulado Americano em Luanda, Angola, pelo sr. Gerard C. Smith, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 390, Ultra-Secreto, Informação de Segurança. [S/Assunto]

⁹³² “[...] Nine years ago 90 percent of the United States uranium supply came from overseas.” Conforme: *Material prepared for Hearings by the Congressional Joint Committee on Atomic Energy held pursuant to*

sua dependência de urânio importado com um aumento surpreendente na produção interna: os seus maiores fornecedores externos – África do Sul, Congo Belga, Austrália e Portugal – injetavam mais urânio, de modo que fosse assegurada a folga no suprimento e estoque das próximas décadas. Como salientei, *em nenhum momento* o Brasil ou algum outro país latino-americano foi um importante fornecedor de urânio para os Estados Unidos. A informação da saturação dos estoques de urânio dos Estados Unidos em fins da década de 1950 chegou ao Brasil. Matéria de março de 1957 da revista *Visão* informou que:

“Os estoques atuais de urânio nos Estados Unidos são suficientemente grandes para cobrir todos os pedidos militares e civis durante os próximos dez anos. Os geólogos estadunidenses mostraram-se otimistas. Jessé Johnson, diretor da seção de matérias-primas da Comissão Atômica, afirmou perante o Senado dos Estados Unidos: ‘Tomando como base as reservas minerais com que contamos atualmente e o cálculo de nosso potencial geológico, *eu não trocaria as fontes de urânio dos Estados Unidos pelas de nenhum outro país.*’”⁹³³ [grifo meu]

Com relação a monazita, de onde se extraía o tório, por exemplo, os Estados Unidos tinham, em fins da década de 1950, o Brasil e a Índia como *importantes* fornecedores, mas não os *únicos* fornecedores. A monazita tinha muita importância na indústria civil, e não apenas na militar ou no campo atômico. A bem da verdade, as pesquisas sobre a utilização do tório – extraído a partir monazita – parecem ter obtido algum sucesso prático no desenvolvimento de um reator nuclear de baixo custo apenas em fins da década de 1950. Em matéria de agosto de 1959 da revista *Time*, foi noticiado que os fundos de pesquisa investidos no desenvolvimento de reatores convencionais estavam sendo realocados para a pesquisa de um reator que “criará urânio 233 [U₂₃₃] a partir do tório, a primeira matéria-bruta natural, sem ser o urânio, a ser utilizada como produtora de energia atômica para fins pacíficos.” E adicionou a matéria da revista *Time*:

“Tório [...] *é mais abundante na crosta terrestre do que o urânio*, mas as concentrações utilizáveis são limitadas. Ele ocorre nos depósitos de areia monazítica ao redor do mundo, notadamente no Brasil, Índia, África do Sul, Ceilão, Madagascar, Indonésia, Malásia e nas montanhas Ilmen da Rússia. Nos Estados Unidos está presente na areia das praias da costa leste, e é também encontrada em Idaho e Wyoming.”⁹³⁴ [grifo meu]

Section 202, Atomic Energy Act of 1954. Comissão de Energia Atômica, Washington, D.C. fevereiro de 1954. RG 59, 1948-1962, caixa 117.

⁹³³ Revista *Visão*, São Paulo, 29 de março de 1957, volume 10, número 7, p.7, “Perspectivas Mundiais” “Energia atômica.”

⁹³⁴ “[...] that will make uranium 233 from thorium, the first natural raw material other than uranium to be used as a producer of peaceful atomic energy.” “Thorium [...] is more abundant the earth’s crust than uranium but

Assim como aconteceu para o urânio, os Estados Unidos não dependeram de um *único* fornecedor para a areia monazítica e, conseqüentemente, para os subprodutos extraídos dela. A diversidade de fontes de obtenção da mesma pode ser verificada na relação acima de países: esta diversidade e a ocorrência dela dentro do território norte-americano vieram apenas dificultar quaisquer tentativas de barganha – por parte dos fornecedores (de areia monazita) ou produtores (de seus subprodutos) externos – com os Estados Unidos.



Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, Brasil e Índia mantinham-se como importantes fornecedores de monazita, mas gostaria agora de procurar alguns antecedentes ao quadro revelado há pouco pela matéria da revista, e que apontou para a diversidade de fontes. Por exemplo, no começo da década de 1950, aqueles dois países eram ainda os principais fornecedores de monazita e berílio para o mundo, embora que para o berílio, “outras fontes significativas [já eram] conhecidas”: e ambos os minérios, vale salientar, tinham grande importância nos programas de energia atômica.⁹³⁵ Em 1952, sabia-se da possibilidade de ocorrência de areia monazítica em Bela Vista, Uruguai;⁹³⁶ e ainda de se importar grandes quantidades dela – com preço reduzido – da União Sul Africana, o que parecia providencial em uma conjuntura na qual “tudo apontava na direção de uma queda rápida da confiança dos Estados Unidos no Brasil como fornecedor [de monazita].”⁹³⁷

No começo da década de 1950, o interesse da Comissão pelo tório (derivado da monazita) era “restrito a pequenas quantidades necessárias ao programa de pesquisa”, mas

usable concentrations are limited. It occurs in monazite sand deposit throughout the world, notably in Brazil, India, South Africa, Ceylon, Madagascar, Indonesia, Malaya and Russia's Ilmen Mountains. In the U.S. is present in the sand of East Coast beaches, is also found in the Idaho and Wyoming.” Conforme: Revista *Time*, Nova Iorque, 24 de agosto de 1959, p.37.

⁹³⁵ “India and Brazil are the two chief sources of monazite in the world.” [...] “India and Brazil are the world's chief suppliers of beryl, although other sources of some significance are known.” Conforme: Cópia de carta de 19 de fevereiro de 1951, enviada para o sr. Thorp [?], pelo sr. R. Gordon Arneson [?]. RG 59, 1948-1962, caixa 50, Secreto. [Assunto: *U.S. interests in Índia monazite, beryl and uranium ores*]

⁹³⁶ Memorando de 25 de fevereiro de 1952, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. R. I. Spiers, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 54, Restrito. [Assunto: *Availability of monazite in Uruguay*]

⁹³⁷ “[...] all point toward a very rapidly decreasing reliance by the United States on Brazil as a source of supply.” Conforme: Carta de 11 de setembro de 1952, enviada para o sr. W. M. B. Freeman, pelo sr. Charles W. Merrill, do Departamento do Interior, *Bureau of Mines*. RG 59, 1948-1962, caixa 45, Restrito, Informação de Segurança. [S/Assunto]

poderia se tornar importante no médio⁹³⁸ e longo prazo e, assim, seria importante garantir o fluxo desse material para os Estados Unidos. Vale ressaltar que outros subprodutos da monazita (terras-raras, como cério etc.) eram utilizados pela indústria norte-americana. Sabia-se que as fontes disponíveis de monazita na Índia eram superiores as do Brasil, e de que apesar da Indonésia, Austrália e Estados Unidos dispõem dela em seus territórios, não as possuíam em quantidades comparáveis as do Brasil e da Índia.⁹³⁹ Naquele momento, mesmo com o embargo e a restrição dos dois maiores produtores, “as atuais e futuras situações dos estoques de areia monazítica tem melhorado consideravelmente nos últimos meses” e “não há atualmente nenhuma necessidade urgente de se aumentar preços ou algum outro incentivo.”⁹⁴⁰ Existia inclusive uma perspectiva positiva, no futuro, de melhora no comércio mundial de monazita com os Estados Unidos.

E a exemplo da dependência norte-americana por urânio, a dependência por monazita também pode ser periodizada em duas etapas: uma *primeira*, de 1945 a 1952; e uma *segunda*, de 1953 em diante. Vale observar que a periodização é *exatamente* a mesma, ou seja, os Estados Unidos gozaram de relativa independência das fontes dos combustíveis atômicos – o urânio e o tório – exatamente no mesmo ano. Em 1953, foi requisitada uma declaração (*statement*) sobre a atual situação da monazita nos Estados Unidos: a declaração foi preparada tendo por base informações coletadas do Bureau de Minas (*Bureau of Mines*) e da Comissão de Energia Atômica.⁹⁴¹ Nela, foi informada que até o ano passado (1952) os Estados Unidos estavam “severamente” (*heavily*) dependentes de monazita do Brasil e da Índia. Porém, descobertas recentes feitas nos Estados Unidos – nos estados de Idaho, Califórnia, e Flórida –, bem como novas ocorrências descobertas na União Sul Africana,⁹⁴² mudaram esse quadro, apesar do embargo imposto pelo governo indiano e da restrição imposta pelo governo

⁹³⁸ “A verdade é que o empenho dos Estados Unidos pelos minerais estratégicos aumentou, a partir de outubro de 1951, após a explosão da terceira bomba atômica pela União Soviética. E Vargas não resistiu à pressão. A entrega dos minerais estratégicos pelo Brasil interessava muito mais ao Governo de Washington, evidentemente, do que o envio de uma Divisão para a Coréia. Até então não se descobrira nenhuma importante jazida de urânio nos Estados Unidos e os americanos sustentavam [...] que no Brasil havia *grande quantidade* daquele material radioativo.” [grifos do autor] Conforme: BANDEIRA, Moniz, op. cit., p.337.

⁹³⁹ Cópia de carta de 5 de março de 1951, enviada para o sr. Kersten [?], pela Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 60. [S/Assunto]

⁹⁴⁰ “[...] current and prospective supply situation on monazite sands is authoritatively reported to have eased considerably in recent months.” “[...] there is currently no urgent need for offering substantial prices or other inducements.” Conforme: Mensagem do Departamento do Exército, de 24 de abril de 1952, enviado para o Chefe MAAG [?], em Paris, França. RG 59, 1948-1962, caixa 80, Ultra-Secreto, Informação de Segurança. [S/Assunto]

⁹⁴¹ Cópia de carta de 31 de março de 1953, enviada para o sr. Herbert H. Liebhafsky [?], pelo sr. J. Bruce Hamilton [?]. RG 59, 1948-1962, caixa 120, Restrito, Informação de Segurança. [S/Assunto]

⁹⁴² Memorando de 3 de julho de 1951, enviado para o sr. R. Gordon Arneson, do Departamento de Estado, pelo sr. R. E. Leahy, da Comissão de Energia Atômica. RG 59, 1948-1962, caixa 52, Confidencial. [Assunto: *South Africa – Monazite*]

brasileiro.⁹⁴³ Porém, apesar de ter havido nos Estados Unidos, em 1954,⁹⁴⁴ uma “necessidade urgente” por tório, tudo indica que tal procura parece ter sido atendida com a permuta entre Brasil e Estados Unidos de monazita por trigo durante a primeira metade da década de 1950. Além disso, descobertas de ocorrência de monazita nos Estados Unidos feitas ainda em 1954, reduziram mais ainda aquela “necessidade urgente”.⁹⁴⁵ No entanto, o que busco salientar aqui é que, *em linhas gerais*, a dependência externa norte-americana diminuiu severamente, e a diversidade das fontes aliada a ocorrências (de minérios estratégicos) inesperadas algures, corroboraram naquela direção já em meados da primeira metade da década de 1950.

Se considerarmos o período estabelecido nessa pesquisa, observa-se que o Brasil sempre manteve um alinhamento com os Estados Unidos. No pós-guerra o governo brasileiro percebeu que o governo norte-americano se afastava mais e mais da América Latina, apesar de ter sido mantida toda a retórica da “solidariedade hemisférica” e dos bons tempos da Segunda Guerra Mundial. Se o Brasil percebia o afastamento – na política, na economia etc. – e mesmo assim continuou a buscar os Estados Unidos por ajuda no campo militar e econômico, é porque não lhe restavam muitas alternativas naquele momento: o alinhamento imediato corroborou ainda mais nessa direção. Utilizou-se então o Brasil daquilo que estava a sua disposição para chamar a atenção dos Estados Unidos para si, e foi checar que “carta” tinha a sua disposição para levar a mesa de “negociação”: mas negociar o que? Empréstimos? Impossível naquele momento áureo do Plano Marshall. Material bélico? Eles tinham que seguir outros rumos, como a Europa e Ásia, por exemplo. Tecnologia atômica? O *Atomic Energy Act* não permitiria isso. Atenção? Sim, isto parecia a única coisa que poderíamos barganhar com as “cartas” disponíveis naquele momento; e a postura adotada pelo governo brasileiro aponta exatamente para isso: uma nação desesperada, clamando pela atenção do “grande irmão do Norte”. O problema era que a “carta” dos minérios atômicos era de baixo valor estratégico: na verdade, no imediato pós-guerra, no momento em que tudo parecia ainda turvo com a fumaça da guerra e os rumos do abastecimento estratégico norte-americano poderiam apresentar traços incógnitos – emprestando um *valor maior* àquela “carta” – o Brasil, com Dutra, abriu seus braços para os Estados Unidos. É certo que foram *esboçados* no

⁹⁴³ Relatório de março de 1953. RG 59, 1948-1962, caixa 120, Restrito, Informação de Segurança. [Assunto: *Monazite*]

⁹⁴⁴ “Advantages of making this trade of wheat for strategic materials are the following: AEC. a. Obtain thorium which is urgently needed.” Conforme: Cópia de carta de 19 de fevereiro de 1954, enviada para o sr. Waugh [?], pelo sr. Atwood [?]. RG 59, 1948-1962, caixa 395, Confidencial. [S/Assunto]

⁹⁴⁵ Cópia de carta de 22 de fevereiro de 1955, enviada para o sr. James S. Kemper, da Embaixada Brasileira no Rio de Janeiro, pelo sr. Charles K. Martin, Jr., presidente da *Kreg, Martin & Associates*. RG 59, 1948-1962, caixa 395. [S/Assunto]

imediatos pós-guerra *tentativas* de retenção dos minérios atômicos,⁹⁴⁶ mas ao trazer o governo norte-americano para a mesa de negociação – no após Dutra⁹⁴⁷ – a “carta” já tinha perdido grande parte de seu valor. Uma ata do Conselho de Segurança Nacional parece mostrar a gênese da modificação da política mais afável até então mantida por Dutra.

“Logo a seguir, o Senhor Ministro da Marinha, tomando a palavra, recorda que o Senhor General Goes Monteiro, em sua exposição, reconheceu a necessidade da organização de centros de instrução nos três ramos das Forças Armadas. Indaga, então, se os Estados Unidos estarão dispostos a fornecer os meios necessários à organização desses Centros se não dermos a cooperação imediata, como nos foi solicitado [referindo-se a Guerra da Coréia]. *O Senhor Presidente da República declara que a questão podia ser invertida*: - nós só poderemos prestar a cooperação solicitada se nos forem fornecidos os meios necessários.”⁹⁴⁸ [grifo meu]

O que se observou daqui para frente foi a inutilidade de se tentar “inverter a questão”, uma vez que os Estados Unidos já tinham se preparado anteriormente para essa eventualidade. A insistência para que os Estados Unidos mantivessem uma “relação especial” com o Brasil ainda demoraria algum tempo. Enquanto isso, mais agências governamentais para controlar o fluxo dos minérios atômicos foram criadas: em 1953, foi a vez da Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, mas “as políticas da Comissão e do CNPq eram com freqüência conflitantes, sobretudo no que se referia a acordos de exportação de nossos minérios.”⁹⁴⁹ Foi no governo do presidente Getúlio Vargas, no entanto, em 1952, que se “aprovara as diretrizes propostas pelo Conselho de Segurança Nacional sobre política nuclear [e que] reforçavam a exigência de ‘compensações específicas’, em termos de auxílio técnico e fornecimento de materiais.” Porém, com a crise provocada no governo em agosto de 1954 muito foi perdido: o governo do presidente Café

⁹⁴⁶ “Em 1947, foi criada a Comissão de estudo e Fiscalização de Minerais Estratégicos, na Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional – seria a primeira medida para restringir a exportação de nossos minerais atômicos.” Conforme: MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *Ciência e estado: política científica no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979, p.97.

⁹⁴⁷ “O CNPq ficava criado pela Lei no. 1.310, de 15 de janeiro de 1951, que proíbe exportação de urânio, tório e seus compostos, salvo de governo a governo; coloca também sob controle do Estado todas as atividades referentes ao aproveitamento da energia atômica.” Conforme: MOREL, Regina Lúcia de Moraes, op. cit., p.98.

⁹⁴⁸ *Ata da décima sexta sessão do Conselho de Segurança Nacional*, 30 de junho de 1951, Rio de Janeiro, Palácio do Catete, página 59. Presidindo a sessão o sr. presidente Getúlio Dornelles Vargas.

⁹⁴⁹ MOREL, Regina Lúcia de Moraes, op. cit., p.99. “Entre 1951 a 1954, tentou em vão esse Conselho [Nacional de Pesquisas] obter ajuda específica do Governo dos Estados Unidos para o desenvolvimento da energia atômica no Brasil. Há vários anos, em sigilo, exportava o Brasil, para aquele país, minérios contendo elementos de interesse para a energia atômica, tório e urânio, mas eram frustradas as negociações para obtermos em troca material e informações para o desenvolvimento no País da energia nuclear.” Conforme: LOPES, J. Leite. *Ciência e libertação*. (2ª edição) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.188.

Filho representou uma “guinada na política de energia nuclear.” A pesquisadora Regina Lúcia de Moraes Morel afirmou que:

“Os acordos com os Estados Unidos de 1954 e 1955 representavam o abandono dos princípios básicos que haviam norteado a política nuclear [pois] anulava o princípio das ‘compensações específicas’ [e] transferia para os Estados Unidos o controle e orientação das pesquisas de energia nuclear.”⁹⁵⁰

A tentativa de se obter tecnologia atômica,⁹⁵¹ empréstimos e material bélico fracassaria na década de 1950 – pelo menos na quantidade e qualidade desejadas – uma vez que a “política nuclear [brasileira] sempre se caracterizou pela descontinuidade de opções, à mercê de decisões administrativas e políticas dos diferentes governos.”⁹⁵² Talvez a maior oportunidade desde a Segunda Guerra Mundial fora perdida, e o que o governo brasileiro obteve com a cessão de Fernando de Noronha, no fim da década de 1950, foi uma *fração* daquilo que poderia ter obtido. O desânimo das tentativas anteriores de barganha com os minérios atômicos talvez tivessem deixado indolentes nossa diplomacia e governo. Uma breve janela de importância estratégica se abriu no espaço das negociações que o Brasil manteve com os Estados Unidos, em fins da década de 1950: uma fresta de luz pode ser vista, mas o governo brasileiro parece ter se encandeado com o fulgor hipnótico dela, e perdeu uma excelente oportunidade concreta de barganha, talvez por não ter idéia da dimensão da necessidade dos Estados Unidos por Fernando de Noronha naquele momento específico. A escuridão estratégica que o Brasil e a América Latina foram lançados no pós-guerra – pelos Estados Unidos e a “Guerra Fria” – ganharia reforço agora do lusco-fusco de ditaduras militares nas décadas seguintes. *Quid nunc te, asine, litteras doceam?*⁹⁵³

⁹⁵⁰ MOREL, Regina Lúcia de Moraes, op. cit., p.101-103. Ao contrário, para o general Juarez Távora, “durante o Governo do presidente Café Filho, [não se exportara] uma só grama de tório ou de urânio [...]” e “os acordos de cooperação assinados com o Governo dos Estados Unidos, em agosto de 1955, [foram os] que nos proporcionaram as primeiras ‘compensações específicas’ obtidas, desde 1951 [...]” Conforme: TÁVORA, General Juarez. *Átomos para o Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1958, p.313.

⁹⁵¹ “A Lei 1.310 condicionava as exportações de monazita à exigência de *compensações específicas*, isto é, reclamava informações e facilidades para a aquisição de equipamentos, que desenvolvessem o Brasil no campo da energia nuclear. E isso o Governo de Washington não aceitava, apoiado na Lei MacMahon. Os Estados Unidos manteriam a sua política. O Brasil não.” [grifo do autor] Conforme: BANDEIRA, Moniz, op. cit., p.336.

⁹⁵² MOREL, Regina Lúcia de Moraes, op. cit., p.106.

⁹⁵³ “Por que eu te ensinaria a ler agora, asno?” Conforme: TOSI, Renzo. *Dicionário de sentenças gregas e latinas: 10.000 citações da Antiguidade ao Renascimento no original e traduzidas com comentário histórico, literário e filológico*. (Tradução de: Ivone Castilho Benedetti). São Paulo: Martins Fontes, 1996, p.228.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“As armas nucleares não previnem e não prevenirão, por elas mesmas, as grandes guerras, e a presença delas desnecessariamente prolonga e intensifica a Guerra Fria.” [grifo meu]

General Lee Butler, USAF (Ret), 1997⁹⁵⁴

As guerras mundiais do século XX se caracterizam por mudar completamente o mundo que se seguiu depois delas. A Segunda Guerra Mundial talvez tenha sido a que trouxe maiores impactos para a sociedade mundial, e isto ocorreu por conta do aparecimento das armas atômicas e, depois, das termonucleares. O medo de destruição do mundo saiu do plano imaginário para o concreto. A exemplo de hoje – em que há pessoas que trombeteiam sandices que afirmam que o mundo acabará em 2012 –, muitas foram as vezes em que o mundo esteve prestes a findar.⁹⁵⁵ Mas durante a “Guerra Fria” os medos pareciam mais reais:⁹⁵⁶ um cidadão norte-americano, europeu ou soviético que viveu durante a década de 1950 talvez pudesse nos confirmar isso. Nos Estados Unidos,⁹⁵⁷ exercícios de “atire-se no chão e se cubra” (*duck and cover*⁹⁵⁸) eram simulados nas escolas de todo o país,⁹⁵⁹ enquanto na União Soviética estações de metrô gigantescas foram construídas para abrigar a população

⁹⁵⁴ “Nuclear weapons did not and will not, of themselves, prevent major wars, and their presence unnecessarily prolonged and intensified the Cold War.” Citado por: GREEN, Commander Robert D. (Royal Navy (Ret.)). *Re-thinking nuclear deterrence: summary of arguments from ‘The Naked Nuclear Emperor: debunking nuclear deterrence’*. Christchurch: The Raven Press, 2001, p.7.

⁹⁵⁵ Revista *O Cruzeiro*, 5 de novembro de 1949, p.72, “Chegou o fim do mundo?”; *O Cruzeiro*, 3 de novembro de 1951, p. 13-16, 128, “Louco, iluminado, sábio ou enviado de satã?” “Destruição do mundo”; *O Cruzeiro*, 8 de janeiro de 1955, p.12, “Visão profética do fim”; *O Cruzeiro*, 7 de setembro de 1957, p.112, “Um cometa vai destruir a Terra”; *O Cruzeiro*, 10 de janeiro de 1959, p.78-83, “1959 a 1999: fim do mundo”, *Jornal O Jornal*, Fortaleza, 26 de janeiro de 1959, número CLXI, “Cariús: vem aí o fim do mundo” “José Gomes Júnior - Correspondente”, *O Jornal*, Fortaleza, 4 de fevereiro de 1959, número CLXVIII, “Fim do mundo em 1971...” “Gafanhotos do tamanho de cavalos invadiriam a Terra” [Córdoba; previsão de Félix Armaza ou ‘profeta Félix’]

⁹⁵⁶ “[...] the fears of the nation during the early Cold War years have striking similarities to the fears we now face in an equally confusing post-9/11 world.” Conforme: MOORE, Patrick K. Resenha de *Atomic Platters: Cold War music from the Golden Age of Homeland Security*”, de GEERHART, Bill e SITZ, Ken. In: *The Public Historian*, volume 29, número 1 (inverno de 2007), p.103.

⁹⁵⁷ Em pesquisa recente da revista *Newsweek* – com cerca de 1000 cidadãos norte-americanos – “setenta e três por cento não foram capazes de dizer corretamente porque nós lutamos a Guerra Fria.” (*Comunismo* seria a resposta “correta”.) É difícil analisar esses dados uma vez que a revista não forneceu o perfil dos entrevistados: de todo modo, gostaria de apresentar esta informação. Conforme: Revista *Newsweek*, Nova Iorque, 20 de março de 2011. “How dumb are we?” [Edição eletrônica] Ver: <http://www.newsweek.com/2011/03/20/how-dumb-are-we.print.html> (Acessado em 27-04-2011 às 14h15min).

⁹⁵⁸ “New film to help in bomb training” “‘Duck and cover’ to be shown to school children here in self-protection courses.” Conforme: *Jornal The New York Times*, Nova Iorque, 25 de janeiro de 1952, p.7.

⁹⁵⁹ “Film on atom war bad for children.” “Experts think movie promotes rather than eases tensions, but some aren’t so sure.” Conforme: *Jornal The New York Times*, Nova Iorque, 21 de novembro de 1952, p.29.

em caso de uma hecatombe nuclear. E os europeus,⁹⁶⁰ por certo, viveram cinquenta longos anos esperando a guerra estourar a partir de uma faísca gerada em Berlim Ocidental / Oriental, espalhando uma destruição sem precedentes na história do continente.⁹⁶¹

No Brasil, ao nosso modo, criávamos ameaças que, mesmo parecendo improváveis, eram o nosso recurso de inserção naquilo que acontecia no mundo lá fora: uma bomba atômica poderia explodir em Nova Iorque ou Moscou? Então façamos o nosso “e se...” com a cidade de São Paulo. Discos voadores apareciam no mundo todo? Então por que também não no Brasil?⁹⁶² A ciência e a técnica militares desenvolveram bombas de hidrogênio? Então por que o Brasil não poderia ser o “pai da criança”? Bombas atômicas eram testadas nos Estados Unidos e Pacífico? Então por que não testá-las também no Nordeste brasileiro?⁹⁶³ A Europa parecia o “teatro de operações” mais provável para a Terceira Guerra Mundial? Ora, então por que não criar um “teatro de operações” no Nordeste brasileiro? As bombas atômicas e termonucleares inebriaram e povoaram a imaginação das pessoas na “Guerra Fria”, e isso aconteceu devido a sua concretude, uma vez que não se falava em armas do futuro, mas em armas do presente: a ameaça e a possibilidade estavam logo ali e os próprios militares faziam questão de divulgar a invenção de dispositivos mais letais e poderosos. Lewis Mumford nos lembrou que:

“Aparentemente, a inércia da civilização atual move-se ainda para uma catástrofe nuclear mundial; e, mesmo que seja adiado esse acontecimento fatal, talvez passe ainda um século ou mais antes que se possa riscar essa possibilidade. Felizmente, porém, a vida possui um atributo previsível: é cheia de surpresas. No último momento [...] as finalidades e projetos que resgatarão nosso atual dinamismo sem sentido podem ganhar a dianteira. Quando tal acontecer, *obstáculos que hoje parecem insuperáveis* irão derreter-se e desaparecer; e as vastas quantidades de dinheiro e de energia,

⁹⁶⁰ “Moscou quis destruir Europa, diz Polônia.” [...] “Documentos do extinto Pacto de Varsóvia, liberados ontem pelo governo polonês, revelam que a aliança militar liderada pela ex-União Soviética estava disposta a destruir a Europa com ogivas nucleares, no desfecho de um possível confronto militar com a OTAN, o bloco ocidental liderado pelos Estados Unidos.” Conforme: *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 de novembro de 2005, p. A26.

⁹⁶¹ Um esboço de plano de destruição da Europa pelo Pacto de Varsóvia foi liberado em 1994. Ver: *Revista Time*, Nova Iorque, 4 de julho de 1994, volume 144, número 1, p.12-19. “The plan for World War III.” “Today Russia knocks on NATO’s door. Only yesterday the Warsaw Pact had a blueprint for nuclear Armageddon.”

⁹⁶² *Revista Mundo Ilustrado*, 18 de setembro de 1957, p.10-11, “Desfazendo o mistério de uma viagem a Marte” “Todo mundo embarcou no “disco” do professor”; *O Cruzeiro*, 6 de outubro de 1951, p.72, “Balões e discos voadores”; *O Cruzeiro*, 17 de maio de 1952, s/p, “Extra” “Disco voador na Barra da Tijuca”; *O Cruzeiro*, 24 de maio de 1952, p.13-24, “O maio mistério dos nossos tempos” “O disco voador” “Da Terra ou de outro planeta?”; *O Cruzeiro*, 11 de dezembro de 1954, p.14-15, “O maior ‘bluff’ do ano” “O falso disco de Caratinga”; *O Cruzeiro*, 22 de fevereiro de 1958, p.86-88, 94, “Discos voadores” na 6.ª Região Militar”; *O Cruzeiro*, 28 de janeiro de 1960, p.94-97, “Roteiro dos ‘discos’ no Ceará”.

⁹⁶³ ROLIM, Tácito Thadeu Leite. *A Operação “Argus” (1958) e as controvérsias sobre a ocorrência de testes atômicos no Nordeste brasileiro*. In: *Revista Tempo*, janeiro / junho 2010, volume 14, número 28. Niterói: EdUFF, 2010, p.85-99.

os esforços maciços da ciência e da técnica, *que agora são encaminhados para a construção de bombas nucleares, foguetes espaciais e centenas de outros engenhosos instrumentos*, direta ou indiretamente voltados para metas desumanizadas e desmoralizadas, estarão libertadas para a recultivação da terra e para a reconstrução das cidades; acima de tudo, para o revigoramento da personalidade humana. Uma vez que os sonhos estéreis e pesadelos sadísticos que obcecaram a elite governante sejam abolidos, haverá tal libertação de vitalidade humana que fará parecer o Renascimento quase natimorto.”⁹⁶⁴ [grifos meus]

Há na citação anterior algo que é fundamental: a possibilidade de transformação do mundo é possível, mas “obstáculos que hoje parecem insuperáveis” precisarão ser removidos. *Por um lado*, não há dúvida que a “Guerra Fria” como foi concebida com o fim da Segunda Guerra Mundial – ou seja, com a força do componente ideológico – acabou com a queda do muro de Berlim e com a dissolução da União Soviética. *Por outro lado*, será que aqueles “obstáculos” a que se refere L. Mumford já foram então removidos?



No quadro a seguir⁹⁶⁵ é mostrado o total de armas atômicas e termonucleares no mundo desde 1945: observe que os estoques de potências menores, como Índia e Paquistão, por exemplo, não são mostrados. Depreende-se dele que mais de 26.000 ogivas nucleares eram mantidas no mundo em 2006; com o pico norte-americano sendo alcançado em 1966 (32.040 ogivas), o da União Soviética em 1986 (45.000 ogivas) e o mundial também em 1986 (70.481 ogivas). Quem viveu durante a década de 1980⁹⁶⁶ experimentou a atmosfera de destruição e medo que pairava sobre o mundo: o governo do presidente Ronald W. Reagan e os seus orçamentos quadrienais de trilhões de dólares, durante toda a década, se encarregaram disto. *O Dia Seguinte*⁹⁶⁷ parecia algo que poderia acontecer a qualquer instante e uma realidade que teríamos que conviver com ela.

⁹⁶⁴ MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. (5ª edição). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p.683-684.

⁹⁶⁵ Revista *Bulletin of the Atomic Scientists*, Chicago, volume 62, número 4, julho/agosto de 2006, p.64-67, “Global nuclear stockpiles, 1945-2006.”

⁹⁶⁶ “But I remember at the time, when I became deeply aware of the threat of an all-out nuclear war in the 1980s, that these prospects were real.” Conforme: BOER, Roland. *Apocalyptic and apocalypticism in the poetry of E. P. Thompson*. In: *Spaces of Utopia: an electronic journal*, número 7, 2009, p.47. [<http://ler.letras.up.pt>]

⁹⁶⁷ DVD *O dia seguinte*. (Título original: *The Day after*). ABC Distribution Company, 1983, 122 min., ação. Direção: Nicholas Meyer. Colorido.

Nuclear weapon states*, 1945–2006

*As outlined in the Nuclear Non-Proliferation Treaty.

Year	United States	SU/Russia	Britain	France	China	Total
1945	6					6
1946	11					11
1947	32					32
1948	110					110
1949	235	1				236
1950	369	5				374
1951	640	25				665
1952	1,005	50				1,055
1953	1,436	120	1			1,557
1954	2,063	150	5			2,218
1955	3,057	200	10			3,267
1956	4,618	426	15			5,059
1957	6,444	660	20			7,124
1958	9,822	869	22			10,713
1959	15,468	1,060	25			16,553
1960	20,434	1,605	30			22,069
1961	24,126	2,471	50			26,647
1962	27,387	3,322	205			30,914
1963	29,459	4,238	280			33,977
1964	31,056	5,221	310	4	1	36,592
1965	31,982	6,129	310	32	5	38,458
1966	32,040	7,089	270	36	20	39,455
1967	31,233	8,339	270	36	25	39,903
1968	29,224	9,399	280	36	35	38,974
1969	27,342	10,538	308	36	50	38,274
1970	26,662	11,643	280	36	75	38,696
1971	26,956	13,092	220	45	100	40,413
1972	27,912	14,478	220	70	130	42,810
1973	28,999	15,915	275	116	150	45,455
1974	28,965	17,385	325	145	170	46,990
1975	27,826	19,055	350	188	185	47,604
1976	25,579	21,205	350	212	190	47,536
1977	25,722	23,044	350	228	200	49,544
1978	24,826	25,393	350	235	220	51,024
1979	24,605	27,935	350	235	235	53,360
1980	24,304	30,062	350	250	280	55,246
1981	23,464	32,049	350	274	330	56,467
1982	23,708	33,952	335	274	360	58,629
1983	24,099	35,804	320	279	380	60,882
1984	24,357	37,431	270	280	415	62,753
1985	24,237	39,197	300	360	425	64,519
1986	24,401	45,000	300	355	425	70,481
1987	24,344	43,000	300	420	415	68,479
1988	23,586	41,000	300	410	430	65,726
1989	22,380	39,000	300	410	435	62,525
1990	21,004	37,000	300	505	430	59,239
1991	17,287	35,000	300	540	435	53,562
1992	14,747	33,000	300	540	435	49,022
1993	13,076	31,000	300	525	435	45,336
1994	12,555	29,000	250	510	400	42,715
1995	12,144	27,000	300	500	400	40,344
1996	11,009	25,000	300	450	400	37,159
1997	10,950	24,000	260	450	400	36,060
1998	10,871	23,000	260	450	400	34,981
1999	10,824	22,000	185	450	400	33,859
2000	10,577	21,000	185	470	400	32,632
2001	10,527	20,000	200	350	400	31,477
2002	10,475	19,000	200	350	400	30,425
2003	10,421	18,000	200	350	400	29,371
2004	10,358	18,000	200	350	400	29,308
2005	10,295	17,000	200	350	400	28,245
2006	10,104	16,000	200	350	200	26,854

Em 2008, outro artigo da revista *Bulletin of the Atomic Scientists* mostrou que havia um desejo de reduzir, em 2012, os estoques de bombas nucleares para 4.600 ogivas.⁹⁶⁸ Os dados mais atualizados que disponho (do *SIPRI Yearbook 2011* do *Stockholm International Peace Research Institute*) apontam que existem atualmente nos Estados Unidos 2.150 ogivas nucleares prontas para o uso e outras 6.350 armazenadas, enquanto na Rússia há 2.427 prontas para o uso e outras 8.573 armazenadas, com possibilidade de redução dos totais no futuro.⁹⁶⁹ Ou seja, há atualmente no mundo, ainda, uma capacidade destrutiva considerável: mas, se a “Guerra Fria” era simplesmente um produto do capitalismo *versus* comunismo (como várias definições do termo salientavam), por que motivo há ainda tantas armas nucleares? Livrar-se delas e do poder auferido pela sua posse parece algo que as nações não estão dispostas a fazer. Uma guerra direta entre os Estados Unidos e a Rússia, hoje em dia, é algo que é repellido *pelos mesmos motivos* dos anos áureos da “Guerra Fria”. Há, ainda, o respeito às chamadas “áreas de influência”: em 2008, os Estados Unidos cogitaram a possibilidade da instalação de mísseis ABM (mísseis anti-balísticos) no Leste Europeu (na República Tcheca e na Polônia), proposta esta rechaçada imediatamente pela Rússia, uma vez que representaria uma diminuição da capacidade retaliatória da Rússia; e, mais ainda, “o Kremlin não se conforma com a expansão das fronteiras da aliança [OTAN], cada vez mais próxima do território russo.”⁹⁷⁰ O desenvolvimento de uma ampla variedade de novos mísseis – pela China,⁹⁷¹ por exemplo – tem gerado uma “corrida” que preocupa os Estados Unidos.⁹⁷² E quando foi cogitado o envio de ajuda humanitária para a guerra no Cáucaso, em 2008, a Rússia deixou claro que aquela era sua “área”.⁹⁷³ O programa atômico do Irã é acompanhado de perto pelos

⁹⁶⁸ NORRIS, Robert S. e KRISTENSEN, Hans M. *U.S. nuclear forces, 2008*. In: Revista *Bulletin of the Atomic Scientists*, Chicago, volume 64, número 1, março/abril de 2008, p.53-58.

⁹⁶⁹ “The analysis says the United States held 2,150 launch-ready nuclear warheads and 6,350 in reserve as of January, while Russia held 2,427 launch-ready warheads and 8,573 in reserve at that time. A bilateral strategic arms control treaty that entered into force in February would require each nation to deploy no more than 1,550 strategic nuclear warheads by 2018.” Conforme: Jornal eletrônico *Global Security Newswire*, terça-feira, 7 de junho de 2011, “Group foresees no ‘real’ nuke curbs in short term.” Matéria de Rachel Oswald. [www.gsn.nti.org]

⁹⁷⁰ “Clima de Guerra Fria no ar.” Conforme: Jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2008, p.53.

⁹⁷¹ E não apenas de ICBMs, mas também na modernização das armas nucleares pela China e também pela Rússia. “Russia and China are both modernizing their nuclear arsenals to include new capabilities [and] those programs would impact the effectiveness of the U.S. strategic deterrent.” Conforme: Jornal eletrônico *Global Security Newswire*, segunda-feira, 17 de outubro de 2011, “Experts divided on impact to U.S. of Russia, China nuke modernization.”

⁹⁷² “Geopolítica do foguete volta à moda.” “Armas desenvolvidas por países inimigos dos EUA e teste de míssil anti-satélite chinês desafiam supremacia americana.” Conforme: Jornal *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 de março de 2007, p.A22, “Mundo”.

⁹⁷³ Recentemente, o presidente Obama anunciou que planeja despachar 2.500 *marines* para a Austrália, o que irritou a China. Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 16 de novembro de 2011. “A U.S. marine base for Australia irritates China.” “President Obama announced Wednesday that the United States planned to

países do Oriente Médio – notadamente Israel –, e a ameaça que este representa – pelo fato de poder dar aos militares iranianos uma arma atômica –, é balizada pela capacidade de “entrega” balística de sua futura bomba atômica.⁹⁷⁴ Repete-se atualmente em cenários regionais (Rússia *versus* Estados Unidos no Leste Europeu, China *versus* Estados Unidos, Irã *versus* Israel) e em campos específicos (sistemas antimíssil e escudos de defesa, armas atômicas, mísseis balísticos) o que foi esboçado na década de 1950 em um cenário global e em todos os campos (militar, político, econômico⁹⁷⁵, esportivo, cultural, ecológico⁹⁷⁶, dentre outros).

O que ocorre atualmente no mundo é, definitivamente, algo diferente daquilo que ocorreu durante a “Guerra Fria”. Mas há pontos em comum,⁹⁷⁷ e um deles é que a existência de armas nucleares parece manter intacta a *impossibilidade* – ou o não *desejo* – de atrito entre as potências nucleares: a “dissuasão nuclear parece ainda ter efeitos benignos”,⁹⁷⁸ mas instabilidades podem levar a desequilíbrios na “balança estratégica”⁹⁷⁹ e conseqüentemente a uma corrida armamentista que “deve ser evitada”.⁹⁸⁰ Não resta dúvida que o poder dos Estados Unidos alçou níveis hegemônicos com o fim da “Guerra Fria”, e que guerras podem ser travadas agora mesmo sem o consentimento da ONU, da Rússia, da China ou de qualquer

deploy 2,500 Marines in Australia to shore up alliances in Asia, but the move prompted a sharp response from Beijing, which accused Mr. Obama of escalating military tensions in the region.” [www.nyt.com]

⁹⁷⁴ “Mísseis contra os EUA e Israel.” “Teerã testa armas que podem alcançar dois mil quilômetros e carregar ogivas nucleares.” Conforme: Jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 de junho de 2008, p.28.

⁹⁷⁵ “The Cold War that is only beginning.” “The struggle for economic supremacy and for influence in the underdeveloped nations is being fought on a global front; the weapons of both East and West are trade and aid.” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 22 de maio de 1960, p.SM23.

⁹⁷⁶ “Atomic Age has altered the habitat of man.” “Radioactivity from tests to remain for centuries.” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 7 de agosto de 1965, p.22.

⁹⁷⁷ “O problema fundamental apresentado em 1946 permanece inalterado, enraizado como está na realidade física: como estabelecer um sistema global amplo de contenção nuclear?” Conforme: RODHES, Richard. Prefácio de MASTERS, Dexter e WAY, Katharine (Organizadoras). *Um mundo ou nenhum: um relatório ao público sobre o pleno significado da bomba atômica*. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p.13.

⁹⁷⁸ “In May 1998 India and Pakistan, both long assumed to be nuclear powers, confirmed their status by testing nuclear weapons within days of each other. Their intractable dispute over Kashmir continued to bring them close to war. Terrorist attacks by Islamist groups [...] led to a particularly dangerous crisis. India blamed Pakistan for not doing enough to deal with terrorists being staged or supplied from its territory. Nevertheless, in order to avoid a conflict that might escalate to nuclear war, India refrained from taking unilateral military action against terrorist camps across the line of control in Kashmir or directly in Pakistan. *The two sides drew away from the brink, and soon afterward a phase of conflict resolution began between the two countries, demonstrating that nuclear deterrence might still have benign effects.*” [grifo meu] Conforme: Verbete “Nuclear strategy” da *Encyclopedia Britannica On-Line*. [www.britannica.com]

⁹⁷⁹ “Pakistan-Indian arms race destabilizing strategic balance, experts says.” Conforme: Jornal eletrônico *Global Security Newswire*, quarta-feira, 20 de julho de 2011. [www.gsn.nti.org]

⁹⁸⁰ Em 2010 a OTAN buscou diálogo com a Rússia para o estabelecimento de cooperação no campo da defesa contra mísseis balísticos, uma vez que a presença de mísseis anti-balísticos na Europa poria em risco a capacidade retaliatória da Rússia, e poderia gerar – segundo palavras do próprio ministro da defesa russo – uma nova corrida armamentista. Ver: BARZASHKA, Ivanka, KADYSHEV, Timur, NEUNECK, Göetz e OELRICH, Ivan. *How to avoid a new arms race*. In: Revista *Bulletin of the Atomic Scientists*, julho de 2011 [Edição eletrônica]

outra nação. Mas há limites para isso. Nova Iorque e Washington ainda estão ao alcance de mísseis balísticos (os ICBMs) para os quais *não existe* defesa eficiente. Moscou e Pequim estão também sob a mesma ameaça. Aventuras são hoje perigosas *tanto quanto* o foram durante os momentos mais “quentes” da “Guerra Fria”. Assim, sob a lente que lancei sobre o conceito de “Guerra Fria”, esta se mantém tão atual quanto antes: a escala e o componente ideológico *definitivamente se modificaram quantitativa e qualitativamente*, mas as armas nucleares conseguiram sobreviver ao “fim” da “Guerra Fria” e impor sobre as nações o pavor de ter milhões de seus habitantes pulverizados em segundos com a utilização de apenas uma das dezenas de milhares de ogivas *atualmente disponíveis*.⁹⁸¹

O mundo mais ameno que L. Mumford vislumbra para o futuro pode tornar-se real algum dia, mas o principal obstáculo interposto ao homem, isso já desde 1945, são as armas atômicas e depois as termonucleares.⁹⁸² Vivemos uma “Era Atômica” e não colhemos nenhuma das promessas de “redenção atômica”, ou seja, de energia limpa e barata para todas as nações, e que acabariam com o subdesenvolvimento e a fome no mundo. O único fruto colhido até agora parece ter sido o medo, e se hoje este medo não está mais claro na mente do cidadão comum, isso se deve as profundas modificações experimentadas com o fim da União Soviética, e o término da *clara* (e sistematicamente difundida) identificação da “ameaça” no antípoda ideológico: o mundo em sua quase totalidade abraçou a “economia de mercado”⁹⁸³ e a democracia no moldes ocidentais. Mas as armas nucleares permaneceram lá, nos arsenais de *todos* os países que um dia as construíram. Porém, na mente dos presidentes, secretários de estado e militares das nações atômicas, aquele medo persiste, na medida em que *limita* os espaços de manobra no mundo entre os Estados Unidos e Rússia – e de ambos com relação a China –, ou ainda entre Índia e Paquistão, por exemplo. A guerra entre essas nações não poderá ocorrer sem a eliminação física de ambas (ou pelo menos de suas principais cidades), e esta possibilidade é que mantém a guerra entre elas como um recurso sequer pensado: a “Guerra Fria” teima em desaparecer deste planeta. Os mais apegados aos componentes

⁹⁸¹ “Apesar das louváveis reduções, a quantidade de armas que ainda permanece nos arsenais nacionais é suficiente para devastar o mundo com fogo, radiação e inverno nuclear.” [grifo meu] Conforme: RODHES, Richard. Prefácio de MASTERS, Dexter e WAY, Katharine (Organizadoras), op. cit., p.8. Sobre o “inverno nuclear”, ver: SAGAN, Carl, EHRLICH, Paul R., KENNEDY, Donald e ROBERTS, Walter Orr. *O inverno nuclear*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.

⁹⁸² “[President] Obama in a 2009 speech in Prague pledged to take ‘concrete steps towards a world without nuclear weapons’. At the same time, he said that as long as these weapons exist, the nation ‘will maintain a safe, secure and effective arsenal to deter any adversary.’” Conforme: Jornal eletrônico *Global Security Newswire*, sexta-feira, 22 de abril de 2011, “U. S. Air Force changes mind – again – on funds to study ICBM options.” Matéria de Elaine M. Grossman. [www.gsn.nti.org]

⁹⁸³ Ou o que genericamente pode se depreender disto. Alguns países optaram ou operam através desta modalidade, mas ainda sem um reconhecimento formal da comunidade internacional ou da OMC (Organização Mundial de Comércio).

ideológicos do conceito, podem se sentar a mesa e comemorar o 1989/1991. Os que pensarem nas dezenas de milhares de ogivas nucleares ainda prontas para o uso, certamente estão cientes que há ainda muito que fazer, bem como muitos “obstáculos” a serem removidos antes que possamos nos vangloriar de que guerras mundiais são rechaçadas e repudiadas não devido ao medo do “dia seguinte”, mas devido ao recurso da racionalidade e do bom-senso.



Um aspecto que chama a atenção do chamado mundo pós-“Guerra Fria” é a amplitude dos gastos militares atualmente. A “Guerra Fria” alimentou durante décadas um “Complexo Industrial Militar” que consumiu – e *consume* – quantidades significativas de recursos financeiros: há pouco mais de cinco anos atrás, os gastos militares mundiais atingiram cifras não observadas nem nos piores (ou melhores para alguns) momentos da “Guerra Fria”.⁹⁸⁴ E em 2007, o vice-premiê russo, Sergei Ivanov – então provável sucessor de Vladimir Putin –, anunciou que a necessidade de “retomar produção de mísseis intercontinentais é estratégica.”⁹⁸⁵

Outro aspecto que me chama a atenção atualmente – e que se acentuou com o fim da “Guerra Fria” ou pelo menos com o fim da bipolaridade ideológica nela presente –, é uma migração de vários regimes políticos, seja para a “esquerda” ou para a “direita”, sem a intervenção direta das grandes potências – pelo menos não nos *moldes* e na *escala* vigentes durante a “Guerra Fria”. Seria admitido, na década de 1950 e no “quintal” latino-americano, um presidente como Hugo Chavez? Ou uma presidenta com conhecido passado militante de esquerda na maior nação latino-americana? Ou uma busca “em cascata” por mais liberdade política nos países do Oriente Médio, como no Egito ou na Líbia, por exemplo, na agora chamada “primavera árabe”? Sob a influência e presença, maciça e esmagadora, do bipolo político e atômico da “Guerra Fria”, a intervenção ou intromissão seria *imediata*. Identifico, portanto, mais espaço de manobra para as nações do mundo inteiro, o que não significa, no

⁹⁸⁴ “As despesas militares globais devem registrar recorde este ano: US\$1,06 trilhão [...], segundo relatório divulgado ontem pela ONG britânica *Oxfam*. Se confirmado, o valor supera o total despendido no ápice das despesas militares da Guerra Fria, em 1988, quando chegou a US\$1,04 trilhão.” [grifo meu] Conforme: *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 de setembro de 2006, p.24, “Gasto militar supera auge da Guerra Fria, afirma *Oxfam*.”

⁹⁸⁵ “Rússia quer paridade nuclear com os EUA.” Conforme: *Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 de dezembro de 2007, p.4, “Mundo.”

entanto, que estão livres da intervenção e intromissão das superpotências: o que busco salientar aqui é apenas que não há mais a necessidade de um alinhamento automático a um ou outro grupo, até mesmo porque a visão até então vigente entre dois pólos, deu espaço a uma combinação mais heterogênea.

Há nesta pesquisa, portanto, uma questão que perpassa a discussão sobre o papel desempenhado pelas armas atômicas e termonucleares no entendimento do conceito de “Guerra Fria”: o fato de que a permanência das mesmas – no chamado pós-“Guerra Fria” – revitaliza o conceito, e faz com que a “Guerra Fria” persista, *mesmo que qualitativamente e quantitativamente diferente*. Um forte indício desta minha – ousada para uns e repudiada⁹⁸⁶ por outros – consideração pode ser percebido através da leitura de dois documentos recentes lançados pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos: o *Nuclear Posture Review Report* (abril de 2010) e o *Ballistic Missile Defense Review Report* (fevereiro de 2010). Em ambos, conceitos fortemente apropriados na ambiência da “Guerra Fria”, como “tríade estratégica”, “dissuasão” (*deterrence*) e “dissuasão ampliada” (*extended deterrence*) são amplamente utilizados. Mas o objetivo é ainda o mesmo, ou seja, defender a parte continental dos Estados Unidos (CONUS, *the continental United States*) de um ataque de mísseis balísticos, e para isso todo um espectro novo de agências [MDA, *Missile Defense Agency*], de organizações [BMDO, *Ballistic Missile Defense Organization*; no lugar da antiga *Strategic Defense Initiative Organization*, SDIO, do tempo do presidente Reagan], de armas [baterias *Patriot*, radares NA/TPY-2 X, baterias THAAD (*Terminal High Altitude Area Defense*), sensores espaciais, interceptadores marítimos SM-3 Block 1A, *lasers* aerotransportados] e sistemas de armas [GBI, ou “Ground-based interceptors”, sistema *Aegis*], de juntas [*Missile Defense Executive Board*], de processos [*Ballistic Missile Defense System Life Cycle Management Process*, “*fly before you buy*”⁹⁸⁷], de capacidades [*initial terminal defense capabilities*], de sistemas [BMDS, *Ballistic Missile Defense System*], dentre outros, está sendo desenvolvido e / ou aperfeiçoado: o “vocabulário mal-cheiroso das armas nucleares” – a que Thompson fez referência na década de 1980 – parece ter voltado.

⁹⁸⁶ Um professor universitário – afeito a questões de segurança e defesa – certa vez censurou a publicação de um artigo de minha autoria (em um jornal de Fortaleza) sobre esse assunto, e alegou: “A guerra fria foi o conflito político-ideológico que pautou a história do século XX (sic). Não pode ser confundida com disputa armamentista. A guerra fria acabou [...] Caso insistas em tratar da continuidade da guerra fria, não poderemos acatar teu artigo no espaço do [...] jornal [...]. *Certamente conseguirás outro espaço para publicá-lo.*” [grifo meu] Correio eletrônico de 12 de junho de 2011, 5:39PM. Assunto: *Guerra Fria acabou*.

⁹⁸⁷ No pico do desenvolvimento do ICBM posturas mais urgentes e de “alto-risco” tinham que ser assumidas. “This acceleration has resulted in the GAM-77 [Weapon System] becoming a ‘high risk’, ‘buy-before-fly’ program.” Conforme: *Survey of the GAM-77 Weapon System*. Office of the Inspector General, United States Air Force, Norton Air Force Base, Califórnia, fevereiro/março de 1959, p.1.

Recentemente, os Estados Unidos revitalizaram o conceito do *Dyna-Soar* e estão em plena fase de testes do “novo” HCV (ou *Hypersonic Cruise Vehicle*) ou HTV-2 (ou *Hypersonic Technology Vehicle 2*), no assim chamado Projeto FALCON (*Force Application and Launch from Continental United States*): dois testes foram realizados – sem muito sucesso – em abril de 2010 e agosto de 2011.⁹⁸⁸ O objetivo do HTV-2 é dar aos Estados Unidos a capacidade de “entrega”, em qualquer lugar do mundo (alcance de 17.000km) em uma hora (viajando a *Mach 20*), de uma carga de 5.500kg. E o objetivo final de toda nova equação e estrutura recém-montada assemelha-se àquela dos tempos da “Guerra Fria”, ou seja, a de se evitar uma “aventura atômica” por parte de nações armadas com armas de destruição em massa. Porém, grupos terroristas dispostos a utilizar tais armas contra os Estados Unidos adicionam um *complicador* extra àquela equação e estrutura.⁹⁸⁹

Para os que conseguem enxergar a “Guerra Fria” apenas como uma “olimpíada ideológica”, trombetear o seu fim com a dissolução da União Soviética (1991) ou com a derrubada do muro de Berlim (1989) parece trazer o conforto de relegá-la ao plano do passado, da história. Mas se questionados os pilotos dos ainda existentes 76 bombardeiros B-52H *Stratofortress* e 18 B-2 *Spirit*, a tripulação dos 14 submarinos atômicos da classe *Ohio* (armados com SLBM), os militares responsáveis (ou *missileers*) pelos 450 silos de mísseis balísticos *Minuteman III*,⁹⁹⁰ ou os chefes de estado das “nações atômicas”, sobre a capacidade intimidadora e da ameaça das armas nucleares atualmente, a resposta nos levaria ao caminho oposto. Seria preciso entender o que significa dispor da capacidade de pulverizar uma cidade inteira como Nova Iorque, Washington, Moscou ou Pequim para que se pudesse entender o espectro fantasmagórico que ainda representa as armas nucleares: os que se agarram a visão ideológica e maniqueísta de capitalismo *versus* comunismo muito raramente conseguem fazê-lo.

⁹⁸⁸ “Brief test of military aircraft said to yield much data.” “Washington – The military’s latest test of fastest aircraft ever built ended Thursday with the hypersonic vehicle crashing into the Pacific Ocean, although officials said they were able to gather ‘unique data’ that will guide the development effort.” Conforme: Jornal *The New York Times*, Nova Iorque, 12 de agosto de 2011. Matéria de Thom Shanker. [Edição eletrônica]

⁹⁸⁹ “E muito antes do 11 de Setembro [em 1946], o antigo diretor-adjunto de Los Alamos, Edward Condon, previu, neste livro, a possibilidade de terroristas (que ele chamava de sabotadores) virem a adquirir ou construir bombas atômicas e usá-las como armas de terror que elas de fato são.” Conforme: RODHES, Richard. Prefácio de MASTERS, Dexter e WAY, Katharine (Organizadoras), op. cit., p.10. Ver: Jornal *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 2 de setembro, e fim de semana, 3 e 4 de setembro de 1994, p.2, “Deter o contrabando de plutônio não é fácil” [PARKES, Christopher e THORNHILL, John, do jornal *Financial Times*] e “A bomba pode ser feita na garagem” [GRAY, Bernard, do jornal *Financial Times*] “Em uma garagem subterrânea em algum lugar na Europa Ocidental, terroristas podem estar hoje montando uma arma nuclear [...] enquanto intermediários podem estar vendendo plutônio a países desesperados por se tornarem Estados de armas nucleares.”

⁹⁹⁰ Dados do *Nuclear Posture Review Report*. Washington: Departamento de Defesa, abril de 2010, p.22-24.

Como já havia mencionado, atualmente vivemos em um estádio alcunhado de pós-“Guerra Fria”.⁹⁹¹ Este conceito é, em minha opinião, controverso, uma vez que *os arsenais existentes têm afastado o conflito entre as potências nucleares e mesmo mantido as antigas “áreas de influência” e a política de dissuasão (deterrence)*. É preciso que se retorne a “Corrida Armamentista” – algo improvável, mas não impossível⁹⁹² em alguns cenários regionais – para que se esboce algo parecido com a “Guerra Fria”. Como salientei, armas atômicas e termonucleares são *sine qua non* para a ocorrência da “Guerra Fria”, assim como para a sua manutenção ou “reaparecimento” em um mundo já povoado por elas. No momento atual falta a dinâmica que gerava “subprodutos” e ampliava o espectro (ideológico, cultural etc.) de atuação da “Guerra Fria”. Há quem nomeie esse novo período de “Segunda Era Nuclear”,⁹⁹³ o que, em minha opinião, não parece apropriado. A “Era Nuclear” ou “Era Atômica” *está*, como já foi dito, *mais fortemente associada* a possibilidade de redenção energética⁹⁹⁴ (“eletricidade tão barata que não compensa fazer a leitura do medidor”) *do que* a contenção, dissuasão, “áreas de influência” ou bipolaridade ideológica e militar, por exemplo: esses são termos apropriados pela “Guerra Fria”, entendida como a impossibilidade da guerra “quente”. O que parece ocorrer é um horror tão acentuado ao termo “Guerra Fria” que se procura fugir dele o tempo inteiro: uma vez que alguns mecanismos importantes da “Guerra Fria” são mantidos no pós-“Guerra Fria”, por que então não nominar esse período de

⁹⁹¹ E na pós-“Guerra Fria” passamos agora para o estádio da “era da não-polaridade”. “The twentieth century started out distinctly multipolar. But after almost 50 years, two world wars, and many smaller conflicts, a bipolar system emerged. Then, with the end of the Cold War, and the demise of the Soviet Union, bipolarity gave away to unipolarity – an international system dominated by one power, in this case the United States. But today power is diffuse, and the onset of nonpolarity raises a number of important questions.” Conforme: HAASS, Richard N. *The age of nonpolarity: what will follow U.S. dominance?* In: Revista *Foreign Affairs*, maio/junho de 2008. [Edição eletrônica] [www.foreignaffairs.org]

⁹⁹² Como para alguns é o caso dos Estados Unidos e da Rússia, atualmente. “The problem of nuclear disarmament has become one of the most important topics of recent international discussions. Today the most intense confrontation in the field of nuclear arms reduction is between Russia and the USA. Both countries have large amounts of nuclear warheads, both realize the necessity of disarmament and both don’t want to lose their dominance.” Conforme: Jornal *Pravda*, Moscou, 26 de junho de 2006, “Cold War is over – a colder war is in store.” [Edição eletrônica] A matéria de Alexander Timoshik aponta um cenário até mais pessimista caso se retornem os testes nucleares.

⁹⁹³ HAFFA, Jr., Robert P., HICKAD, Ravi R., JOHNSON, Dana J. e PRATT, Philip W. *Deterrence and defense in “The Second Nuclear Age”*. Los Angeles: Analysis Center Papers / Northrop Grumman Corporation, março de 2009. Ver também: GRAY, Colin S. *The second nuclear age*. Colorado: Lynne Rienner Publishers, Inc., 1999. [Edição On-line: *Columbia International Affairs Online*, outubro de 1999.]

⁹⁹⁴ Em minha opinião, talvez pudéssemos falar mais apropriadamente em “Segunda Era Nuclear” no dia em que for possível obter energia limpa – e em grande quantidade –, como é o que parece prometer o processo de obtenção de energia nuclear através da “fusão nuclear a frio”. Obviamente há uma associação da “Era Atômica” ou “Era Nuclear” com as armas atômicas e nucleares – ou seja, no campo militar e não apenas energético –, tanto que nomeiei estas “eras” como sendo subprodutos da “Guerra Fria”. Em minha opinião, algo surpreendentemente novo precisaria acontecer no campo militar – relacionado direta ou indiretamente às armas nucleares – para que nominássemos esta “era” de “Segunda Era Nuclear”: por exemplo, a criação de uma defesa eficaz contra ICBMs.

“Segunda Guerra Fria”?⁹⁹⁵ Para tanto, seria necessário remover a crosta ideológica do conceito, e isso me parece algo que não ocorrerá tão cedo, uma vez que ela está irremediavelmente impregnada na historiografia, nos livros didáticos (na memória escolar) e na mente de muitos pesquisadores e do cidadão comum.

A “Guerra Fria” como processo iniciado na década de 1940 se modificou, mas ainda não findou, uma vez que a impossibilidade da utilização da guerra total como recurso ainda se mantém devido a existência e persistência das armas nucleares. O processo se mantém vivo, e antever o que virá para o futuro é algo que, como historiador, não me habilito a fazer. Não quero, portanto, esgotar o assunto, e sim apontar novas formas de encarar o problema atirado ao homem com a criação das armas atômicas e termonucleares no pós-guerra. Provavelmente, a discussão excessivamente polarizada – e de maneira maniqueísta – tenha impedido a identificação dos “atores” e “mecanismos” por detrás do mundo da “Era Atômica”: parece ter gerado muito calor e pouca luz. E o calor e a luz “ideológicos” produzidos nos afastaram do que estava acontecendo no universo da estratégia militar, da ciência e da técnica e que poderiam explicar *de facto* o que acontecia no mundo: quis aqui atirar um pouco de calor e luz “atômicos” a discussão.



No período investigado por esta pesquisa, havia um consenso entre os militares que o Nordeste brasileiro era uma área estratégica para o Brasil, consenso este alcançado através da experiência da Segunda Guerra Mundial. *Por um lado*, se nos apegarmos ao entendimento da “Guerra Fria” que põe os componentes políticos e ideológicos em primeiro plano, parece claro aceitar a região Sudeste – especialmente o coração industrial do país e seu centro político, São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente – como áreas vitais e importantes do Brasil. *Por outro lado*, se os componentes estratégicos (técnicos e militares) são posto à mesa, percebe-se que toda a importância adquirida e readquirida pelo Brasil durante a Segunda

⁹⁹⁵ Segundo especialistas, modificações recentes no arsenal atômico das potências fizeram com que surgisse uma nova “era de armas nucleares”. “Nuclear-armed countries appear to be moving into a perilous new ‘era of nuclear weapons’, even as governments contend with funding shortages and call publicly for the elimination of such armaments, states an expert assessment issued this week.” “Nations such as France, Israel, Pakistan and Russia are giving nuclear armaments postures that extend significantly farther than simply ensuring the countries are not attacked, the London-based British American Security Information Council said in the document.” Conforme: Jornal eletrônico *Global Security Newswire*, segunda-feira, 31 de outubro de 2011, “World poised to enter new ‘era’ of nuclear weapons: report.” [www.gsn.nti.org]

Guerra e a “Guerra Fria” foi devido ao Nordeste brasileiro: sem ela, teríamos uma *pálida* participação naquele cenário, como teve a Argentina, Chile, ou qualquer outra nação latino-americana, exceção feita a curta – porém gozando de certa perenidade – participação de Cuba no episódio dos mísseis.

Parece que, naquele contexto, para qualquer país latino-americano, quanto mais meridional ou austral estivesse localizado, mais caía a sua “temperatura estratégica”. Centros políticos como a capital Rio de Janeiro e econômicos como São Paulo eram muito importantes para os interesses norte-americanos, afinal de contas, os acordos diplomáticos eram negociados no Rio de Janeiro, e em São Paulo se concentrava as inversões do capital norte-americano. Mas quando chegou a hora de emprestar algum relevo estratégico para o Brasil – seja na Segunda Guerra ou em fins da década de 1950 – a arena foi o Nordeste brasileiro; e a Capital Federal e o centro econômico *apenas* os bastidores nos quais se definiam como se daria a *performance* no palco do teatro nordestino.

O que se observou na época – e que ainda pode ser observado hoje – é que a concentração regional de poder militar no Brasil, apesar de obedecer a critérios objetivos, estes nunca pareceram – ou parecem ainda hoje – compatíveis com aquilo que é e foi estabelecido como estratégico, primordial e importante para a segurança nacional. É certo que as maiores reservas de petróleo deste país estão concentradas no litoral do estado do Rio de Janeiro, na região sudeste, portanto. Mas hoje a Política Nacional de Defesa elege a Amazônia como área prioritária. E há um descompasso na distribuição daquele poder militar: uma pesquisa recente revelou que na “Estratégia [Nacional de Defesa], a Amazônia aparece como prioridade do Exército [mas] a disposição de tropas ainda reflete a idéia de que o país um dia poderia entrar em guerra com sua antiga rival, a Argentina.” E isso pode ser constatado pela disposição espacial das tropas e arsenais. Matéria recente da *Folha de São Paulo* asseverou:

“A Região Sul concentra 25% das forças terrestres do Brasil, enquanto a área amazônica [supostamente prioritária] só tem 13% do efetivo. Outros 23% estão estacionados na área do Comando Militar do Leste, no Rio. A concentração no Rio também é perceptível no poderio aéreo. Nada menos que um terço do efetivo da FAB está por lá, enquanto a enorme região Norte não soma 15% com dois comandos aéreos separados. A Marinha também está baseada no Rio, de forma avassaladora: 71% do efetivo está lá. [...] *Essa concentração no Rio é uma herança dos tempos em que a cidade centralizava o poder no país.*”⁹⁹⁶ [grifo meu]

⁹⁹⁶ “Metade dos armamentos do país está indisponível.” Conforme: Jornal *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 de março de 2011.

Parece claro pelo que mostrei em minha pesquisa que existia, para o caso de Fernando de Noronha, um *gap* entre aquilo acordado no Sudeste e implementado no Nordeste: era como se muita discussão ocorresse nos bastidores do teatro e algumas metas e objetivos fossem estabelecidos naquela hora, mas na hora de encenar a peça, com os atores no palco, tudo acabava ficando um tanto que a revelia daqueles atores. E isto ocorria seja pelo distanciamento geográfico do Nordeste brasileiro em relação ao “centro de poder”, pelo secular *desinteresse* do “sul” em relação ao “norte”, pelo desconhecimento técnico, omissão, inépcia e negligência das autoridades militares e civis brasileiras sobre o que ocorria nas estações operadas pelos norte-americanos, pela obstrução de informações e de proibição de acesso a determinadas áreas impostas aos brasileiros pelos militares norte-americanos, seja pela excessiva liberdade que os militares norte-americanos sentiam em fazer o que bem quisessem naquelas áreas remotas do país, ou pelo relativo servilismo⁹⁹⁷ que caracterizou nossas relações com os Estados Unidos naquele momento e contexto.

Mas o tempo passou e a história parece se repetir. Recentemente, um determinado *site* que se concentra na obtenção de informações confidenciais, principalmente do governo norte-americano, informou que a cidade de Fortaleza e do Rio de Janeiro, bem como Minas Gerais e Goiás eram “áreas vitais”⁹⁹⁸ para a segurança nacional dos Estados Unidos. No caso das duas primeiras cidades, a importância se devia ao fato de contarem as mesmas com “nós” de cabos submarinos, indispensáveis as comunicações mundiais.⁹⁹⁹ Para as outras, a importância se devia ao minério de ferro, manganês e nióbio que é extraído e enviado para os Estados Unidos. Curiosamente, mais uma vez, a geografia emprestou ao Nordeste brasileiro algum relevo estratégico, acompanhada agora do Rio de Janeiro; assim como os minérios estratégicos aparecem também imprimindo algum relevo ao Brasil. De posse desta informação, estaria o governo brasileiro barganhando algo com o norte-americano? Estaria o governo brasileiro disposto a barganhar o pré-sal e a Amazônia?

⁹⁹⁷ “Em agosto de 1946, o General Eisenhower visitou o Rio de Janeiro. Ostentava a auréola de herói, de libertador da Europa. O ex-Chanceler Otávio Mangabeira, então como Deputado pela UDN, beijou-lhe a mão, publicamente, numa atitude espetacular de humildade e servilismo, que o Congresso aprovou.” Conforme: BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973, p.311. (Coleção *Retratos do Brasil*, volume 87)

⁹⁹⁸ “Wikileaks divulga locais ‘vitais’ para segurança nacional dos EUA.” [Edição eletrônica] Ver: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/12/> (Acessado em 12-01-2011 às 15h20min) Conforme: Jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2010.

⁹⁹⁹ No dia 16 de abril de 2008, por volta das 22h, no canal de televisão por assinatura *NatGeo* (“I didn’t know”), obtive uma informação surpreendente: 95% das comunicações mundiais são feitas *via* cabo submarino. Apesar de toda a modernidade, comunicações *via* satélite não são, como se pode ver, tão comuns assim. Uma das razões parece ser o alto custo para se locar espaço nas comunicações deste tipo.

Há muitas questões contemporâneas e que podem ser analisadas pelo espectro que lancei sobre as relações entre o Brasil e os Estados Unidos no pós-guerra até fins da década de 1950. Há, também, questões que poderiam ser mais exploradas e que optei por não fazê-lo, uma vez que pareciam secundárias para a problemática levantada por esta pesquisa, e me desviariam do meu objeto de estudo. Espero que leitor consiga identificá-las e se estimule a enveredar pelos caminhos não trilhados aqui. Aos que queiram se utilizar do olhar que lancei sobre o conceito da “Guerra Fria” e aplicá-lo nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos, eu posso garantir-lhes que há um rico material relacionado a isto no *National Archives II* e aqui no Brasil: urge esquadrihá-los.



Há muitas fontes que foram levantadas para esta pesquisa e muitos temas que, como disse, poderiam ser abordados, e que não o foram por obediência aos recortes. A título de conclusão, gostaria de mostrar um documento que sintetiza “a visão dos brasileiros das relações com os Estados Unidos.” A minha intenção de apresentar este documento é que ele, em minha opinião, representa uma síntese transversal de muito do que foi tratado até aqui. O memorando foi enviado em 1958 ao Departamento de Estado pelo embaixador norte-americano Ellis O. Briggs, e comentava e resumia um documento preparado por um “ilustre advogado brasileiro [?], amigo dos Estados Unidos de longa data”. O sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento, comentou o documento para o sr. Roy R. Rubottom, também do Departamento: para ele, o documento “é uma evidência do desejo profundo dos brasileiros por uma relação especial com os Estados Unidos.” E o sr. Siracusa lembrou que há muitas questões materiais envolvidas na relação entre os dois países, mas “cada vez mais e mais eu acredito que é [algo] extremamente psicológico.” E o mesmo memorando do Departamento de Estado de junho de 1958 continua:

“Por exemplo, nas últimas semanas vários brasileiros de várias camadas sociais tem falado para mim, quase que nostalgicamente, da projeção de Franklin Roosevelt de sua personalidade em relação ao Brasil. De algum

modo, eles acreditam, nós devemos encontrar meios de reviver o senso de importância que ele [Roosevelt] era capaz dá-los.”¹⁰⁰⁰

Mas então, que questões de ordem psicológica são estas? Segundo o documento, elas envolvem o fato do embaixador brasileiro em Washington não ser mais recebido, como antes, pelo Secretário de Estado norte-americano¹⁰⁰¹ e o tratamento igualitário dado a Argentina e o Chile, por exemplo. Então, como melhorar as relações entre o Brasil e os Estados Unidos? O documento sugere, de início, uma diferenciação no tratamento dado ao Brasil e aos outros países latino-americanos, assim como a visita mais freqüente do Secretário de Estado a America Latina, e a eliminação do “status inferior” dos embaixadores latino-americanos.¹⁰⁰² Além disso, facilitar a emissão de vistos, de modo que mais brasileiros possam visitar os Estados Unidos, até mesmo “cripto-comunistas tais como Niemeyer e Portinari”; ajudar as vítimas das estiagens e intensificar o intercâmbio cultural.

Já especificamente com respeito aos militares brasileiros e sua relação com o nacionalismo vigente, outro documento, preparado pelo sr. Phil Raine [?], foi também enviado ao Departamento de Estado. Nele, afirmou-se que o “nacionalismo racional não é necessariamente prejudicial aos interesses dos Estados Unidos” e o papel deles é afastar o extremismo. O documento diagnosticou que a maior parte do descontentamento dos brasileiros para com os Estados Unidos é baseado, notadamente, na convicção de que eles não se interessam mais pelo Brasil, e sugere que “demonstrações de interesse aos militares, efetiva prontidão no cumprimento de nossos programas de ajuda e indicações de nossa preocupação com a importância do Brasil, ajudaria na consecução de nossos interesses naquele país.”¹⁰⁰³

¹⁰⁰⁰ “In my view, the document is but another evidence of the yearning of Brazilians for a special relationship to the United States.” “While our problem has many material aspects, I am coming more and more to believe that it is strongly psychological.” “For example, within the past few weeks several Brazilians from varying walks of life have spoken to me almost nostalgically of Franklin Roosevelt’s projection of his personality toward Brazil. Somehow, they believe, we must find means of reviving the sense of importance which he was able to impart to them.” Memorando interno de 26 de junho de 1958, enviado para o sr. Roy R. Rubottom, do Departamento de Estado, pelo sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Confidencial. [Assunto: *A Brazilian view of relations with the United States*]

¹⁰⁰¹ Em 1958, o Secretário de Estado Dulles visitou o Brasil: seria este um indício da importância estratégica restabelecida com a cessão de Fernando de Noronha?

¹⁰⁰² “O Governo dos Estados Unidos tratava os países da América Latina como um rebanho submisso, sem vontade e autonomia. Foster Dulles convocava os Embaixadores latino-americanos não para discutir e sim para comunicar as decisões que o Departamento de Estado tomava em nome do Continente. Entrava na sala da Conferência, não apertava a mão de ninguém, transmitia aos diplomatas a sua resolução e saía da mesma forma, sem ouvir qualquer opinião e apenas fazendo um aceno com a cabeça.” Conforme: BANDEIRA, Moniz, op. cit., p.377-78.

¹⁰⁰³ “Demonstrations of interest in the military, effective prompt fulfillment of our aid programs, and indications of our awareness of the importance of Brazil would help serve our interests in that country.” Memorando interno de 30 de junho de 1958, enviado para o sr. Roy R. Rubottom, do Departamento de Estado, pelo sr. Ernest V. Siracusa, do Departamento de Estado. RG 59, 1948-1962, caixa 3, Confidencial. [Assunto: *Nationalism in Brazilian Armed Forces inimical to U.S. objectives*]

Parece estar claro aqui que o diagnóstico apontado pelo governo norte-americano foi que fosse dada mais *atenção* ao Brasil. E na busca por essa atenção, foi percebido também pelo governo norte-americano – e isso já desde muito cedo – que alguns países latino-americanos se utilizavam da existência de partidos comunistas fortes¹⁰⁰⁴ em seus países como instrumento de barganha “afetiva”. O mesmo podia ser feito pelos países latino-americanos com relação a possibilidade de comércio com os países do Leste Europeu e com a própria União Soviética.¹⁰⁰⁵ Como todo o interesse e atenção – econômico, militar, diplomático – se concentraram na Europa durante o pós-guerra, tudo parecia poder ser utilizado no exercício de recuperar a importância estratégica perdida, ou pelo menos a ilusão de que havia alguma importância. Em agosto de 1958, o secretário de estado norte-americano Foster Dulles visitou o Rio de Janeiro, sendo recebido pelo então presidente Juscelino Kubistchek. Repetidas vezes o presidente brasileiro se referiu a necessidade de se lutar contra o subdesenvolvimento e fortalecer a democracia¹⁰⁰⁶ – ou seja, combater o comunismo – através de medidas econômicas, de investimento maciços que colaborassem no desenvolvimento econômico e social do país. Tudo em vão. Com o Acordo de Cessão já assinado e o acerto dos montantes de material bélico e ajuda econômica a serem enviados para o Brasil já encaminhados, houve pouco ou quase nada a ser feito, pouco ou quase nada a ser barganhado naquele momento. O anexo de um memorando do Departamento de Estado de julho de 1958 asseverou:

“Os brasileiros repetidamente insistem que nós não entendemos o Brasil. Dona Alzira disse ao presidente Eisenhower e ao senador Taft que tudo que o Brasil deseja dos Estados Unidos é ‘amor’. Ou seja, o Brasil quer lidar com os Estados Unidos ‘não com pedras e slogans antiamericanos, mas também não com o chapéu na mão.’ O Brasil quer estar em parceria conosco, participar como membro da grande liga.”¹⁰⁰⁷

¹⁰⁰⁴ “It was often remarked that perhaps the best way for a country to obtain the interest and assistance of U.S. is to have a very threatening Communist movement.” Memorando interno de 1 de outubro de 1954, enviado para o sr. T. H. Johnson [?], pelo sr. P. C. Aebersold [?]. RG 59, 1948-1962, caixa 120, Confidencial. [Assunto: *Preliminary report of trip to Sixth International Cancer Congress and visits to Latin American radioisotope users*]

¹⁰⁰⁵ “Kubitschek compreendia que a abertura para o Leste lhe dava o poder de barganha, no encaminhamento da Operação Pan-Americana, aceita com muita relutância pelos Estados Unidos [...] [uma vez que eles] não se interessavam, sinceramente, pela doutrina da Operação Pan-Americana, situando o combate ao Comunismo em termos econômicos e não militares.” Conforme: BANDEIRA, Moniz, op. cit., p.388-389.

¹⁰⁰⁶ BANDEIRA, Moniz, op. cit., p.387.

¹⁰⁰⁷ “Brazilians repeatedly insist that we don’t understand Brazil. Dona Alzira told President Eisenhower and Senator Taft that all Brazil wants from the United States is ‘love’. On another line, Brazil wants to deal with the United States ‘not with anti-American slogans and stones, but not with hat in hand either’. Brazil wants to be in partnership with us, to participate as a member of the big league.” Anexo ao memorando de 11 de julho de 1958, enviado para o Departamento de Estado, pela Embaixada Americana no Rio de Janeiro. RG 59, 1948-1962, caixa 2469, Confidencial. [Assunto: *Transmittal of memorandum – ‘Dialogue for U.S.-Brazil economic relations’*]

Talvez não houvesse momento mais inapropriado para esse tipo de apelo. A barganha brasileira encontrou a sua frente o pragmatismo da diplomacia norte-americana, e desse choque o saldo pareceu positivo para o lado “ianque”. Restava-nos – da parte dos norte-americanos – um sentimento *diametralmente oposto* ao do “amor” almejado naquele momento; ou seja, uma mórbida e gélida *indiferença*.



Finalmente, há uma passagem de um artigo escrito pelo professor de história da *University of Pennsylvania*, Marc Trachtenberg, – reproduzido na íntegra abaixo – que sintetiza de modo surpreendente o esforço teórico que desenvolvi com esta tese de doutorado para que o conceito de “Guerra Fria” fosse revisitado e reavaliado, de tal forma que mais elementos e componentes fossem a ele incorporados (para além do político e ideológico), e com isso um entendimento mais abrangente das relações entre o Brasil e os Estados Unidos para o período de 1945-60 fosse obtido.

*“Nós, como sociedade, sofremos hoje do que apenas pode ser chamado de um extraordinário caso de amnésia nuclear coletiva. Um quadro do passado foi formado e este tem pouca relação com o que o nosso passado nuclear foi de fato. Tem-se agora freqüentemente como algo certo que mesmo na década de 1950 a guerra nuclear era simplesmente ‘impensável’ como instrumento de política; que as forças nucleares nunca seriam ‘utilizáveis’ e que serviam apenas para ‘impedir o uso delas pelos outros’; e que a ameaça de ‘retaliação maciça’ era no fundo apenas bluff, uma vez que os Estados Unidos nunca seriam os primeiros a lançar um ataque nuclear. Este quadro foi formado porque serve a importantes propósitos tanto da direita como da esquerda, mas não se pode mergulhar nas fontes para este período sem chegar a conclusão de que algo muito elementar foi esquecido. Os documentos históricos por si só dão um quadro bem diferente. É importante ver o passado como ele foi realmente, entender que 35 anos atrás as pessoas viviam em um mundo muito mais assustador que qualquer coisa que conhecemos hoje. Daquele mundo uma paz estável eventualmente se formava. Como isto aconteceu é mais do que um problema de apenas interesse histórico. O que é claro agora é que este é um problema extremamente interessante para ser explorado, e um [problema] onde a historiografia mal começou a arranhar a superfície.”*¹⁰⁰⁸ [grifos meus]

¹⁰⁰⁸ “We as a society suffer today from what can only be called an extraordinary case of collective nuclear amnesia. A picture of the past has taken shape that has very little to do with what our nuclear past was really like. It is now often taken for granted that even in the 1950s nuclear war was simply ‘unthinkable’ as an instrument of policy; that nuclear forces were never ‘usable’ and served only to ‘deter their use by others’; and that the threat of ‘massive retaliation’ was at bottom just pure bluff, because the United States would never be

Na passagem citada acima se encontram informações que guardam incrível similaridade com as que eu descrevi para o Brasil (e para a América Latina): assim, enquanto nos Estados Unidos o caráter *concreto, real e factível* da “Guerra Fria” parece ser encoberto e/ou relativizado, hoje, para servir a “propósitos políticos da esquerda e da direita”; no Brasil o caráter *abstrato, irreal e infactível* que aqui representou a “Guerra Fria” foi igualmente encoberto e/ou relativizado, no passado, de modo a servir a “propósitos políticos da esquerda e da direita”. Esta constatação talvez forneça mais elementos para esclarecer as razões da maciça presença do componente político e ideológico no conceito de “Guerra Fria”, em detrimento de um componente que enfatize a questão das armas atômicas e termonucleares e o medo associado ao uso delas em uma “iminente” guerra mundial atômica. Os documentos e as fontes que consultei igualmente me mostraram um caminho novo e diferente a ser seguido: espero então, com esta pesquisa, ter começado a “aranhar a superfície” do monolítico e monocromático conceito de “Guerra Fria”.

the first to launch a nuclear strike. This picture has taken shape because it serves important political purposes for both the left and the right, but one cannot immerse oneself in the sources for this period without coming to the conclusion that something very basic has been forgotten. The historical documents themselves give a very different picture.” “It is important to see the past as it really was, to understand that thirty-five years ago people lived in a much more frightening world than anything we know today. Out of that world a stable peace eventually took shape. How this happened is a problem of more than just historical interest. The one thing that is now clear is that this is an extremely interesting problem to explore, and one where historical scholarship has barely begun to scratch the surface.” Conforme: TRACHTENBERG, Marc. A “wasting asset”: American strategy and the shifting nuclear balance, 1949-1954. In: *International Security*, volume 13, número 3 (inverno de 1988-1989), p.49.

BIBLIOGRAFIA

ABEL, Elie. *The missile crisis*. Nova Iorque: Bantam Books, 1966.

ADAMS, Walter e ADAMS, William James. *The Military-Industrial Complex: a market structure analysis*. In: *The American Economic Review*, volume 62, número 1/2, (1 de março de 1972), p.279-287.

A era nuclear: 1950-1990. Rio de Janeiro: Editores de *Time-Life* Livros / Abril Livros, 1993. (Série *História em revista*)

ALMOND, Gabriel A. *Public opinion and the development of space technology*. In: *The Public Opinion Quarterly*, volume 24, número 4 (inverno de 1960), p.553-572.

ALPEROVITZ, Gar. *Diplomacia atômica: o uso da bomba atômica e o confronto do poder americano com o soviético*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército & Saga, 1969.

ALPEROVITZ, Gar. *How did the Cold War begin?* In: BLISS, Howard e JOHNSON, M. Glen. *Consensus at the crossroads: dialogues in American foreign policy*. Nova Iorque: Dodd, Mead & Company, Inc., 1972, p.93-102

ALVES, Vágner Camilo. *Ilusão desfeita: a 'Aliança Especial' Brasil – Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial*. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, volume 48, número 1, janeiro-julho 2005, Brasília, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, p.165.

ARAGÃO, Major José Campos de. *Guardando céu nos trópicos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1950.

ARARIPE, Coronel Luiz de Alencar. *Panorama nuclear mundial e o Brasil*. In: *Revista Paz e Terra*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, número 8, ano II, setembro de 1968.

ARGENTIÈRE, R. *Astronáutica*. São Paulo: Fulgor, 1961. (Coleção *Divulgação do saber*)

ARGENTIÈRE, R. *Urânio e tório no Brasil: introdução a física nuclear aplicada*. São Paulo: Edições LEP, 1954.

ARKIN, William M. e FIELDHOUSE, Richard W. *Nuclear battlefields: global links in the arms race*. Cambridge: Ballinger Publishing Company, 1985.

ARMSTRONG, Charles K. *The Cultural Cold War in Korea, 1945-1950*. In: *The Journal of Asian Studies*, volume 62, número 1, (fevereiro de 2003), p.71-99.

ARNT, Ricardo. (Organizador) *O armamentismo e o Brasil: a guerra deles*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.

ARON, Raymond. *República imperial: os Estados Unidos no mundo do pós-guerra*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

AXELROD, Steven Gould. *Robert Lowell and the Cold War*. In: *The New England Quarterly*, volume 72, número 3, (setembro de 1999), p.339-361.

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

AYTON, Mary Kupiec, GORN, Elliott J., WILLIAMS, Peter W. (Editores). *Encyclopedia of American social history*. Volume III. Nova Iorque: Charles Scribner's Sons, 1993.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: Enciclopédia Einaudi. *Anthropos-Homem*, Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985, vol.5.

BASBAUM, Leôncio. *Caminhos brasileiros do desenvolvimento: análise e perspectiva da situação brasileira*. São Paulo: Fulgor, 1960.

BALL, Howard. *Justice downwind: America's atomic testing program in the 1950s*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1986.

Ballistic Missile Defense Review Report. Washington: Departamento de Defesa, fevereiro de 2010.

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973. (Coleção *Retratos do Brasil* volume 87)

BARNET, Richard J. *Os dois gigantes: Rússia e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Record, 1977.

BARNIER, Lucien. *A nova ciência dos soviéticos*. São Paulo: IBRASA, 1959.

BARZASHKA, Ivanka, KADYSHEV, Timur, NEUNECK, Göetz e OELRICH, Ivan. *How to avoid a new arms race*. In: *Bulletin of the Atomic Scientists*, (julho de 2011). [Edição eletrônica]

BEARD, Edmund. *Developing the ICBM: a study in bureaucratic politics*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1976.

BERMAN, Robert e GUNSTON, Bill. *Foguetes e mísseis da III Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.

BERNSTEIN, Barton J. *Truman and the A-Bomb: Targeting Noncombatants, Using the Bomb, and His Defending the "Decision"*. In: *The Journal of Military History*, volume 62, número 3, (julho de 1998), p.547-570.

BERNSTEIN, Barton J. *The quest for security: American Foreign Policy and International Control of Atomic Energy, 1942-1946*. In: *The Journal of American History*, volume 60, número 4, (março de 1974), p.1003-1044.

BESS, Michael D. *E. P. Thompson: The Historian as Activist*. In: *The American Historical Review*, volume 98, número 1, (fevereiro de 1993), p.18-38.

BESSE, Janet; LASSWELL, Harold D. *Our columnists on the A-Bomb*. In: *World Politics*, volume 3, número 1, (outubro de 1950), p.72-87.

BETHELL, Leslie e ROXBOROUGH, Ian. (Organizadores) *A América Latina: entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

BIAGI, O. *O imaginário da Guerra Fria*. In: *Revista de História Regional* [Online] 6:1, 24 de setembro de 2007.

BLACKETT, P.M.S. *Fear, war, and the bomb: military and political consequences of atomic energy*. Nova Iorque: Whittlesey House, 1949.

BLACKWELL, E. G., BARKER, G. E., WILLETT, J. W., ERB, E. A., ALBUM, H. H., SEIDERS, J. R. e WRIGHT, M. *Strategic System Test Support Study (SSTSS): Final Report, Volume II, Supporting Analyses (U)*. Huntsville: Ballistic Missile Defense System Command, novembro de 1981.

BLECHMAN, Barry M. e POWELL, Robert. *What in the name of God is strategic superiority?* In: *Political Science Quarterly*, volume 97, número 4 (inverno de 1982-1983), p. 589-602.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 3ª ed. Lisboa: Europa-América, 1976.

BOFFA, Giuseppe. *Depois de Krushev. As origens do conflito sino-soviético*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. (Coleção *Documentos da história contemporânea* volume 31)

BOJUNGA, Cláudio. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BOYER, Paul. *From activism to apathy: the American people and nuclear weapons, 1963-1980*. In: *The Journal of American History*, volume 70, número 4. (março de 1984), p.821-844.

BOER, Roland. *Apocalyptic and apocalypticism in the poetry of E. P. Thompson*. In: *Spaces of Utopia: an electronic journal*. número 7, 2009, p.34-53 [<http://ler.letras.up.pt>]

BRANDS, H. W. *The age of vulnerability: Eisenhower and the national insecurity state*. In: *The American Historical Review*, volume 94, número 4, (outubro de 1989), p.963-989.

BRIGAGÃO, Clóvis. *A corrida para a morte: uma denúncia contundente do poder das armas no mundo contemporâneo e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

BRODIE, Bernard. *Some notes on the evolution of air doctrine*. In: *World Politics*, volume 7, número 3, (abril de 1955), p.349-370.

BRODIE, Bernard. *Strategy in the Missile Age*. Princeton: Princeton University Press, 1959.

BROMAGE, Arthur W. *Public administration in the Atomic Age*. In: *The American Political Science Review*, volume 41, número 5, (outubro de 1947), p.947-954.

BROWN, JoAnne. "A is for Atom, B is for Bomb": Civil Defense in American Public Education, 1948-1963. In: *The Journal of American History*, volume 75, número 1, (junho de 1988), p.68-90.

BROWN, Neville. *Towards the Super-Power deadlock*. In: *The World Today*, volume 22, número 9, (setembro de 1966), p.366-374.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *How the Cold War was played*. In: *Revista Foreign Affairs*, volume 51, número 1 (outubro de 1972), p.181-209.

BUCHONNET, Daniel. *MIRV: a brief history of Minuteman and Multiple Reentry Vehicles*. Livermore: Lawrence Livermore Laboratory, University of California, fevereiro de 1976.

BUEHNER, William J. *Language study versus the hydrogen bomb*. In: *The Modern Language Journal*, volume 36, número 2, (fevereiro de 1952), p.80-83.

BULMER-THOMAS, Victor e DUNKERLEY, James. *The United States and Latin America: the new agenda*. Londres: Institute of Latin American Studies – University of London, 1999.

BURNS, Edward McNall. LERNER, Robert E. e MEACHAM, Standish. *História da civilização ocidental*. (Volume 2). Rio de Janeiro: Globo, 1986.

BUZZARD, Anthony W. *Massive retaliation and graduated deterrence*. In: *World Politics*, volume 8, número 2, (janeiro de 1956), p.228-237.

CABRERA, M. A., CALDERON, P. e COLCHERO, M. P. *EE.UU.: economia política y militarización de la economía*. Madri: Iepala, 1985.

CAIDIN, Martin. *The man-in-space dictionary: a unique and comprehensive dictionary of manned space exploration*. Nova Iorque: E. P. Dutton & Co., Inc., 1963.

CAIDIN, Martin. *Spaceport U.S.A.: the story of Cape Canaveral and the Air Force Missile Test Center*. Nova Iorque: E.P. Dutton & Co., Inc., 1959.

CAIDIN, *O exército do ar: a estória do Comando Aéreo Estratégico*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1965.

CAREY, Michael J. *Psychological fallout*. In: *Bulletin of the Atomic Scientists*. Volume 38, número 1, (janeiro de 1982), p.20-24.

CHRISTOL, Carl Q. *International liability for damage caused by space objects*. In: *The American Journal of International Law*, volume 74, número 2, (abril de 1980), p.346-371.

CLASTRES, Pierre et al. *Guerra, religião e poder*. Tradução de: João Afonso dos Santos. Lisboa: Edições 70, 1980.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

- COMBLIN, Pe. Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- COOLING, B. Franklin. *U. S. Army support of Civil Defense: the formative years*. In: *Military Affairs*, volume 35, número 1, (fevereiro de 1971), p.7-11.
- CORNWALL, Pe. Richard Lee. *Los Alamos, Ceará e o massacre do inocentes*. In: *Revista Sem Fronteiras*, São Paulo: Missionários Combonianos do Brasil, março 2001.
- COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- COULBORN, Rushton. *Survival of the fittest in the Atomic Age*. In: *Ethics*, volume 57, número 4, Part 1, (julho de 1947), p.235-258.
- COUTO E SILVA, General Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967. (Coleção *Documentos Brasileiros*)
- COOK, Fred. *O estado militarista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. (Coleção *Documentos da história contemporânea* volume 7).
- COOMBS, Charles. *Largada: a história dos foguetes*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1965.
- COVINGTON, James W. *The rockets come to Florida*. In: *Revista Tequesta*, número XXVIII, 1968, p.37-51.
- CROALL, Stephen e SEMPLER, Kaianders. *Energia nuclear para principiantes*. Lisboa: Dom Quixote, 1982.
- CUORDILEONE, K. A. *"Politics in an Age of Anxiety": Cold War political culture and the crisis in American masculinity, 1949-1960*. In: *The Journal of American History*, volume 87, número 2, (setembro de 2000), p.515-545.
- DALIO, Danilo José. *A barganha nacionalista-pragmática: a política externa do segundo governo Vargas para os Estados Unidos (1951-1954)*. Campinas, 2009, 208 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.
- DARLING, Harold. *From Mother Goose to Dr. Seuss: children's book covers 1860-1960*. São Francisco: Chronicle Books, 1999.
- DAVIS, Sonny B. *Brazil-United States military relations in the early post-world war era*. In: *Revista Diálogos*, DHI/UEM, volume 6, 2002.
- DAVIS, Tracy C. *Between History and Event: rehearsing nuclear war survival*. In: *TDR (1988)*, volume 46, número 4 (inverno de 2002), p.11-45.
- DAWSON, Doyne. *As origens da guerra no Ocidente: militarismo e moralidade no mundo antigo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999. (Coleção General Benício, volume 348)

DE CICCO, Cláudio. *Hollywood na cultura brasileira: o cinema americano na mudança da cultura brasileira na década de 40*. São Paulo: Convívio, 1979.

DeGROOT, Gerard J. *The bomb: a life*. Cambridge, Harvard University Press, 2005.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DELMAS, Claude. *Armamentos nucleares e Guerra Fria*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

DELMAS, Claude. *O belo futuro da guerra*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

DERLETH, August. *Contemporary Science-Fiction*. In: *College English*, volume 13, número 4, (janeiro de 1952), p.187-194.

Dicionário Enciclopédico Ilustrado Larousse. São Paulo: Larousse do Brasil, 2007.

DICK, James C. *The Strategic Arms Race, 1957-61: Who Opened a Missile Gap?* In: *The Journal of Politics*, volume 34, número 4, (novembro de 1972), p.1062-1110.

DICKSON, Paul. *Sputnik: the shock of the century*. Nova Iorque: Walker & Co., 2001.

DIETZ, David. *Satélites e naves espaciais*. (4ª edição) Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1962.

DIGGINS, John Patrick. *The proud decades: America in war and in peace, 1941 – 1960*. Nova Iorque: W.W. Norton & Co., 1989.

DISHMAN, Robert. *The State of the Union: commentaries on American democracy*. Nova Iorque: Charles Scribner's Sons, 1965, p.464.

DIVINE, Robert A. *The Cold War and the election of 1948*. In: *The Journal of American History*, volume 59, número 1, (junho de 1972), p.90-110.

DIVINE, Robert A. *Eisenhower and the Cold War*, Nova Iorque: Oxford University Press, 1981.

DOCKRILL, Michael L. e HOPKINS, Michael F. *The Cold War, 1945-1991*. Londres: Palgrave Macmillan, 2006.

DOMÍNGUEZ, Jorge I. *U.S-Latin American relations during the Cold War and its aftermath*. In: BULMER-THOMAS, Victor e DUNKERLEY, James. *The United States and Latin America: the new agenda*. Londres: Institute of Latin American Studies – University of London, 1999, p.38-39.

DONOVAN, Coronel James A. *Militarismo: o caso americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. (Coleção *Perspectivas do homem*, volume 74).

DUBARLE, Dominique. *A civilização e o átomo*. São Paulo: Duas Cidades, 1967. (*Questões Abertas* 4)

DUNNING, John R. *Atomic power and the future*. In: *Journal of Educational Sociology*, volume 22, número 5, Nuclear Energy, (janeiro de 1949), p.363- 366.

EGEA, Alejandro Nadal. *ICBM trajectories: some issues for the Superpowers' neighbors*. In: *Journal of Peace Research*, volume 27, número 4, (novembro de 1990), p.373-384.

EKIRCH, Jr., Arthur A. *A democracia americana: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

ERMÓNSKI, Andrei. *O caminho da paz visto de Moscovo*. Moscou: Edições Progresso, 1981.

ERSKINE, Hazel Gaudet. *The Cold War: report from the polls*. In: *The Public Opinion Quarterly*, volume 25, número 2 (verão de 1961), p.300-315.

ERSKINE, Hazel Gaudet. *The Polls: atomic weapons and nuclear energy*. In: *The Public Opinion Quarterly*, volume 27, número 2 (verão de 1963), p.155-190.

FALK, Richard A. *The Shimoda Case: a legal appraisal of the atomic attacks upon Hiroshima and Nagasaki*. In: *The American Journal of International Law*, volume 59, número 4, (outubro de 1965), p.759-793.

FANCELLI, Mário. *A era termonuclear: nova concepção do mundo atual*. São Paulo: Editor Folco Masucci, 1964.

FARAMAZIÁN, R. *Los Estados Unidos: militarismo y economia*. Moscou: Editorial Progresso, 1975.

FARRELL, James J. *Thomas Merton and the religion of the Bomb*. In: *Religion and American Culture*, volume 5, número 1 (inverno de 1995), p.77-98.

FEIS, Herbert. *The atomic bomb and the end of World War II*. Princeton: Princeton University Press, 1971.

FERES JR., João. *A história do conceito de 'Latin America' nos Estados Unidos*. Bauru: EDUSC, 2005, p.287-288.

FERMI, Laura. *The story of atomic energy*. Nova Iorque: A Macfadden-Bartell, 1965.

Fernando de Noronha 360º. [Texto de Danielle Corpas e Fotografias de Luiz Cláudio Lacerda e Rogério Randolph] Rio de Janeiro: TREZENTOSESENTA GRAUS Produções Ltda., 2003.

FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Volumes 1, 2 e 3)

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves Delgado. *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Volumes 1, 2, 3 e 4)

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio escolar da língua portuguesa*. (1ª edição) Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FERREIRA DOS SANTOS, Joaquim. *Feliz 1958: o ano que não devia terminar*. (5ª edição). Rio de Janeiro: Record, 1998.

FIALHO, Cel. Adalardo. *Problemas do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, Biblioteca do Exército, maio / junho 1952.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FINKBEINER, Ann. *The Jasons: the secret history of science's postwar elite*. Nova Iorque: Penguin Books, 2006.

FLEMING, D. F. *The Cold War and its origins, 1917-60*. Nova Iorque: Doubleday & Co., 1961.

FONSECA, Laércio B. *Manual de sobrevivência à guerra nuclear*. Campinas: Centro de Cultura Alternativa / Associação Shing-I de Artes Orientais, 1986.

FORDHAM, Benjamin O. *Economic interests, party, and ideology in early Cold War Era U.S. Foreign Policy* In: *International Organization*, volume 52, número 2 (primavera de 1998), p.359-396.

FORSBERG, Randall, DRISCOLL, William, WEBB, Gregory e DEAN, Jonathan. *Nonproliferation primer: preventing the spread of nuclear, chemical, and biological weapons*. Cambridge & Londres: The MIT Press, 1995.

FRADKIN, Philip L. *Fallout: an American nuclear tragedy*. Boulder: Johnson Books, 2004.

FREEMAN, Ira M. *O átomo*. (5ª edição) Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1968.

FREITAS, Jorge Manuel Costa. *A escola geopolítica brasileira*. Rio de Janeiro, s/d. (Separata da Revista de Estudos Políticos e Sociais do ano de 1997/98/99).

FRIEDMANN, Georges. *7 estudos sobre o homem e a técnica*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

FÜLLGRAF, Frederico. *A bomba pacífica: o Brasil e a corrida nuclear*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GADDIS, John Lewis. *The U.S. and the end of the Cold War: implications, reconsiderations and provocations*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1992.

GADDIS, John Lewis. *Strategies of containment: a critical appraisal of postwar American National Security policy*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1982.

GADDIS, John Lewis. *The United States and the origins of the Cold War. 1941-47*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1972.

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GADDIS, John Lewis. *História da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GALBRAITH, John Kenneth. *A era da incerteza: história das idéias econômicas e suas conseqüências*. (2ª edição) São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1980.

GALBRAITH, John Kenneth. *O novo estado industrial*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção *Os Economistas*)

GALLAGHER, Carole. *American ground zero: the secret nuclear war*. Nova Iorque: Random House, 1993.

GARTHOFF, Raymond L. *The Soviet image of the enemy*. In: *Military Affairs*, volume 21, número 4 (inverno de 1957), p.161-174.

GEIGER, Clarence J. *History of the X-20A Dyna-Soar*. Volume I (Narrative). AFSC Historical Publications Series 63-50-I. Historical Div., Aeronautical System Division, Information Office, Wright-Patterson AFB, Outubro de 1963, 150pp.

GIMBEL, John. *U.S. policy and German scientists: The Early Cold War*. In: *Political Science Quarterly*, volume 101, número 3, (1986), p.433-451.

GIROTTI, Carlos. *Estado nuclear no Brasil*. Sao Paulo: Brasiliense, 1984.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GLASER, William A. *The semantics of the Cold War*. In: *The Public Opinion Quarterly*, volume 20, número 4 (inverno de 1956-1957), p.691-716.

GLASHEEN, George L., AMRINE, Michael, ROBIN, Richard C. e HITCHCOCK, Ricard C. *The adult meets and tries to understand the atom*. In: *Journal of Educational Sociology*, volume 22, número 5, Nuclear Energy, (janeiro de 1949), p.339- 356.

GOLDWATER, Senator Barry M. *Why not victory? A fresh look at American foreign policy*. Nova Iorque: A MacFadden Capitol Hill Book, 1962.

GRAEBNER, Norman A. *Cold War diplomacy: American foreign policy 1945-1960*. Princeton: D. Van Nostrand Company, Inc., 1962.

GRAHAM, Thomas W. e KRAMER, Bernard M. *The Polls: ABM and Star Wars: attitudes toward nuclear defense, 1945-1985*. In: *The Public Opinion Quarterly*, volume 50, número 1 (março de 1986), p.125-134.

GRAY, Colin S. *The second nuclear age*. Colorado: Lynne Rienner Publishers, Inc., 1999. [Edição On-line: *Columbia International Affairs Online*, Outubro de 1999]

GRAYBAR, Lloyd J. *The 1946 atomic bomb tests: atomic diplomacy or bureaucratic infighting?* In: *The Journal of American History*, volume 72, número 4, (março de 1986), p.888-907.

GREEN, Commander Robert D. (Royal Navy (Ret.)). *Re-thinking nuclear deterrence: summary of arguments from 'The Naked Nuclear Emperor: debunking nuclear deterrence'*. Christchurch: The Raven Press, 2001.

GRIFFITHS, Martha W. *As I see it from here*. In: *The Journal of Higher Education*, volume 29, número 3, (março de 1958), p.117-120.

GRISEZ, Germain G. *Moral objectivity and the Cold War*. In: *Ethics*, volume 70, número 4, (julho de 1960), p.291-305.

GROSS, Feliks. *Some social consequences of atomic discovery*. In: *American Sociological Review*, volume 15, número 1, (fevereiro de 1950), p.43-50.

GROVES, Leslie R. *People should learn about nuclear energy - A series of Editorials*. In: *Journal of Educational Sociology*, volume 22, número 5, Nuclear Energy. (janeiro de 1949), p.318-323.

Guerra na paz. (6 volumes). Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1984.

Guided missiles: operations, design and theory. Department of the Air Force. Nova Iorque: McGraw Hill Book Company, Inc., 1958.

GUILHERME, Olympio. *O Brasil e a Era Atômica: livro negro dos acordos de minerais atômicos firmados entre o Brasil e os Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1957.

GUILHERME, Olympio. *U.R.S.S. & U.S.A.* Rio de Janeiro: Livraria Prado Ltda, 1955.

HAFFA, Jr., Robert P., HICKAD, Ravi R., JOHNSON, Dana J. e PRATT, Philip W. *Deterrence and defense in "The Second Nuclear Age"*. Los Angeles: Analysis Center Papers / Northrop Grumman Corporation, março de 2009.

HALE, John R. *Idade das explorações*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1970. (Coleção de História Universal Life).

HAMPSON, Norman. *A primeira revolução europeia, 1776-1815*. Lisboa: Editorial Verbo, 1969.

HARBER, P. E., HOLLFELDER, J. R. e RODGERS, A. J. *Experimentally determined coordinates for three MILS hydrophones near Ascension Island*. Department of Energy &

Lawrence Livermore National Laboratory. (19 de novembro de 1999), 11pp. (UCRL-ID-136507).

HARBUTT, Fraser. *American challenge, Soviet response: the beginning of the Cold War*, February-May, 1946. In: *Political Science Quarterly*, volume 96, número 4 (inverno de 1981-1982), p.623-639.

HARDESTY, Von e EISMAN, Gene. *Epic rivalry: the inside story of the Soviet and American Space Race*. Washington: National Geographic Society, 2007.

HARDESTY, M. N. e BURBRIDGE, L. M. *Strategic and critical materials in Latin America*. Washington: Departamento do Exército, The Office of the Assistant Secretary of the Army, 18 de fevereiro de 1948.

HARRIMAN, W. Averell. *U.S.-Soviet relations and the beginning of the Cold War*. In: BLISS, Howard e JOHNSON, M. Glen. *Consensus at the crossroads: dialogues in American foreign policy*. Nova Iorque: Dodd, Mead & Company, Inc., 1972, p.102-111.

HARRIS, Robert J. *The impact of the Cold War upon Civil liberties*. In: *The Journal of Politics*, volume 18, número 1, (fevereiro de 1956), p.3-16.

HART, Hornell. *Technological acceleration and the Atomic Bomb*. In: *American Sociological Review*, volume 11, número 3, (junho de 1946), p.277-293.

HART, B. H. Linddell. *As grandes guerras da história*. 5ª ed. Tradução de: Aydano Arruda. São Paulo: IBRASA, 1982.

HARTER, H. Leon. *Circular Error Probabilities*. In: *Journal of the American Statistical Association*, volume 55, número 292, (dezembro de 1960), p.723-731.

HARTLEY, Livingston. *Misconceptions concerning atomic attack*. In: *Air Affairs*, volume 2, número 4 (inverno de 1949).

HAASS, Richard N. *The age of nonpolarity: what will follow U.S. dominance?* In: *Revista Foreign Affairs*, maio/junho de 2008. [Edição eletrônica] [www.foreignaffairs.org]

HAWKES, Nigel, LEAN, Geoffrey, LEIGH, David, MCKIE, Robin, PRINGLE, Peter e WILSON, Andrew. *Chernobyl: o fim do sonho nuclear*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

HEIMANN, Jim (Editor). *The golden age of advertising - the 50's*. Colônia: Taschen, 2005.

HERSEY, John. *Hiroshima*. Lisboa: Edições Antígona, 1997.

HERSH, Seymour M. *The price of power: Kissinger in the Nixon White House*. Nova Iorque: Summit Books, 1983.

HESS, Gary R. *The Iranian Crisis of 1945-46 and the Cold War*. In: *Political Science Quarterly*, volume 89, número 1, (março de 1974), p.117-146.

HILTON, Stanley E. *The United States, Brazil, and the Cold War, 1945-1960: end of the special relationship*. In: *The Journal of American History*, volume 68, número 3, (dezembro de 1981), p.599-624.

HIRST, Monica. *Brasil – Estados Unidos: desencontros e afinidades*. (Com ensaio analítico de Andrew Hurrell). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

History of the custody and deployment of nuclear weapons (U): July 1945 through September 1977. Washington: Office of the Assistant to the Secretary of Defense (Atomic Energy), Fevereiro de 1978.

HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: Europa 1798-1748*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBBSAWM, Eric. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. (2ª. Edição) São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric. *Adeus a tudo aquilo*. In: BLACKBURN, Robin (Org.) *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLLOWAY, David. *Stalin e a bomba*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

HORNSTEIN, Lillian Herlands. *Some recent neologisms*. In: *American Speech*, volume 30, número 3, (Outubro de 1955).

INGRAM, Kenneth. *History of the Cold War: a study of the relations between the Communist States and the Western Democracies from the end of World War II to the death of Stalin (1945-1953)*. Londres: Darwen Finlayson Ltd., 1955.

JACOBSON, Harold Karan. *Labor, the UN and the Cold War* In: *International Organization*, volume 11, número 1 (inverno de 1957), p.55-67.

JOHNSON, Dana J., BOWIE, Christopher J., e HAFFA, Robert P. *Triad, dyad, monad? Shaping the U.S. nuclear force for the future*. (Mitchell Paper 5) Mitchell Institute Press / Air Force Association, dezembro de 2009.

JOHNSON, Franklyn A. *The military and the Cold War*. In: *Military Affairs*, volume 20, número 1 (primavera de 1956), p.35-39.

JOHNSON, Joseph E. *The Soviet Union, the United States and international security*. In: *International Organization*, volume 3, número 1, (fevereiro de 1949), p.1-13.

Joint Army and Navy Basic Plan for the Occupation of the Northeastern Brazil Theater by United States Forces, setembro [?] de 1941. RG 165, 1910-1942, caixa 27, Secreto.

[Disponível no NARA II – *National Archives and Records Administration*, College Park, MD, Estados Unidos]

JUNG, C. G. *Um mito moderno sobre coisas vistas no céu*. Petrópolis: Vozes, 1991, p.IX. (Obras completas de C. G. Jung, Volume X/4).

KAHN, Fritz. *O átomo*. (6ª edição) São Paulo: Melhoramentos, s/d.

KAHN, Hermann. *A escalada: metáforas e cenários*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1969.

KARDELJ, Edward. *Socialismo e guerra*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

KAY, Lillian Wald. *Public opinion and the atom*. In: *Journal of Educational Sociology*, volume 22, número 5, Nuclear Energy, (janeiro de 1949), p.356-362.

KAY, Lillian Wald. *The effectiveness as public information of three films about the atomic bomb*. In: *The Public Opinion Quarterly*, volume 14, número 4 (inverno de 1950-1951), p.773-774.

KAYSEN, Carl. *The vulnerability of the United States to enemy attack*. In: *World Politics*, volume 6, número 2, (janeiro de 1954), p.190-208.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

KETO, George John. *The nuclear reactor powerplant as a factor in logistic planning*. Washington: Industrial College of the Armed Forces, 1954-55.

KISSINGER, Henry A. *Política externa americana*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1969.

KISHI, Yoshio D. *What it means to me to be growing up with nuclear energy*. In: *Journal of Educational Sociology*, volume 22, número 5, Nuclear Energy, (janeiro de 1949), p.336- 339.

KNORR, Klaus. *On the international implications of outer space*. In: *World Politics*, volume 12, número 4, (julho de 1960), p.564-584.

KNIGHT, Amy. *Como começou a Guerra Fria: o caso Igor Gouzenko e a caçada aos espões soviéticos*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

KOENIG, William J. *Weapons of world war III*. 4ª ed. Londres: Crescent, 1982.

KOSSELECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto / PUC Rio, 2006.

KOVNER, Milton. *O desafio da coexistência: estudo da diplomacia econômica soviética*. São Paulo: Dominus Editora, 1965.

KRAUS, Sidney, MEHLING, Reuben e EL-ASSAL, Elaine. *Mass media and the fallout controversy*. In: *The Public Opinion Quarterly*, volume 27, número 2 (verão de 1963), p.191-205.

KÜBLER-ROSS, Elisabeth. *On death and dying*. Nova Iorque: Simon & Schuster Inc., 1997.

KUNZ, Josef L. *The laws of war*. In: *The American Journal of International Law*, volume 50, número 2, (abril de 1956), p.313-337.

LACERDA, Carlos. *Discursos parlamentares*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. (Coleção *Brasil século 20*)

LACKEY, Douglas P. *Missiles and morals: a utilitarian look at nuclear deterrence*. In: *Philosophy and Public Affairs*, volume 11, número 3 (verão de 1982), p.189-231.

LACKENBAUER, P. Whitney e FARISH, Matthew. *The Cold War on Canadian soil: militarizing a Northern environment*. In: *Environmental History*, número 12, outubro de 2007, p.920-950.

LaFEBER, Walter. *America, Russia, and the Cold War. 1945-1992*. Nova Iorque: McGraw-Hill, 1993.

LAVENÈRE-WANDERLEY, N. F. *Doutrina militar soviética*. In: JAGUARIBE, Hélio e outros. *Leituras de política internacional*. Brasília: Universidade de Brasília, (Cadernos da UNB), 1982, p.122.

LEBOW, Richard Ned e STEIN, Janice Gross. *Deterrence and the Cold War*. In: *Political Science Quarterly*, volume 110, número 2 (verão de 1995), p.157-181.

LEDERER, Susan E. *Children as guinea pigs: historical perspectives*. In: *Accountability in Research*, número 10, (2003), p.1-16.

LEE, Asher. *Trends in aerial defense*. In: *World Politics*, volume 7, número 2, (janeiro de 1955), p.233-254.

LEFFLER, Melvyn P. *The American conception of National Security and the beginnings of the Cold War, 1945-48*. In: *The American Historical Review*, volume 89, número 2, (abril de 1984), p. 346-381.

LEFFLER, Melvyn P. *The Cold War: what do "we now know"?* In: *The American Historical Review*, volume 104, número 2, (abril de 1999), p.501-524.

LEFFLER, M. P. *A preponderance of power: National Security, the Truman administration, and the Cold War*. Stanford: Stanford University Press, 1992.

LEIGH, Michael. *Is there a revisionist thesis on the origins of the Cold War?* In: *Political Science Quarterly*, volume 89, número 1, (março de 1974), p.101-116.

LeMAY, General Curtis e SMITH, Major General Dale O. *USA em perigo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1970. (Coleção *General Benício* volume 80).

LEMOS FILHO, Antonio Sá Barreto. *Fernando de Noronha sem retoques*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1957.

- LEVERING, Ralph B. *The Cold War, 1945 – 1972*. Illinois: Harlan Davidson, Inc., 1982.
- LEVINE, Gene N. e MODELL, John. *American public opinion and the fallout-shelter issue*. In: *The Public Opinion Quarterly*, volume 29, número 2 (verão de 1965), p.270-279.
- LEVINE, Robert A. *Facts and morals in the arms debate*. In: *World Politics*, volume 14, número 2, (janeiro de 1962), p.239-258.
- LEWY, Guenter. *Superior orders, nuclear warfare, and the dictates of conscience: the dilemma of military obedience in the Atomic Age*. In: *The American Political Science Review*, volume 55, número 1, (março de 1961), p.3-23.
- LEY, Willy. *The Atom and its literature*. In: *Military Affairs*, volume 10, número 2 (verão de 1946), p.58-61.
- LEY, Willy. *A conquista do espaço: aplicações práticas*. Rio de Janeiro: Record, 1965.
- LICKLIDER, Roy E. *The missile gap controversy*. In: *Political Science Quarterly*, volume 85, número 4, (dezembro de 1970), p.600-615.
- LIDER, Julian. *Da natureza da guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987.
- LIFTON, Robert Jay. *O futuro da imortalidade: ensaios para uma Era Nuclear*. São Paulo: Trajetória Cultural, 1989.
- LOFTUS, Joseph E. *Strategy, economics, and the bomb*. In: *The Scientific Monthly*, volume LXVIII, número 3, maio de 1949.
- LOPES, J. Leite. *Ciência e libertação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- LOWENTHAL, David. *Como conhecemos o passado*. In: Projeto História, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História, PUC - SP, nº. 17, novembro de 1998.
- LUKACS, John. *A new history of the cold war*. (3ª edição). Nova Iorque: Anchor Books, 1966.
- MACLAY, Jeffrey D., POTTER, Matthew, SCOTT, Robert R., SIBLEY, Matthew W. *The Fourth Fleet: A Tool of U.S. Engagement in the Americas*. Washington: CSIS, fevereiro 2009.
- MacKENZIE, Donald; SPINARDI, Graham. *Tacit knowledge, weapons design, and the uninvention of nuclear weapons*. In: *The American Journal of Sociology*, volume 101, número 1, (julho de 1995), p.44-99.
- MAIOCCHI, Roberto. *A era atômica*. São Paulo: Ática, 1996.
- MALHEIROS, Tânia. *Brasil, a bomba oculta: o programa nuclear brasileiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1993.

MARTINS FILHO, João Roberto. *As políticas militares dos EUA para a América Latina (1947-1989)*. In: Revista *Teoria e Pesquisa*, São Carlos, número 46, janeiro de 2005, p.111.

MARTORELLI, Victorio. *No país dos Sputniks: reportagens*. (Prefácio de Maurício Loureiro Gama). São Paulo: Brasiliense, 1958.

MARQUEZI, Dagomir e GOMES, Lu. *Guerra nuclear*. Rio de Janeiro, Três, 1984.

MARK, Eduard. *American policy toward Eastern Europe and the origins of the Cold War, 1941-1946: an alternative interpretation*. In: *The Journal of American History*, volume 68, número 2, (setembro de 1981), p.313-336.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos e filosóficos – Terceiro manuscrito*. In: *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MASTERS, Dexter e WAY, Katharine (Organizadoras). *Um mundo ou nenhum: um relatório ao público sobre o pleno significado da bomba atômica*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

MATHEWS, Jane de Hart. *Art and politics in Cold War America*. In: *The American Historical Review*, volume 81, número 4, (outubro de 1976), p.762-787.

MAXWELL, Artur S. *A bomba atômica e o fim do mundo*. São Paulo: Casa Publicadora Brasileira, s/d.

MCGOVERN, James. *Os herdeiros do III Reich: Crossbow e Overcast*. Rio de Janeiro: DINAL, 1966.

McCANN, Jr., Frank D. *A nação armada: ensaios sobre a história do Exército Brasileiro*. Recife: Editora Guararapes, 1982.

McCANN, Jr., Frank D. *Aliança Brasil – Estados Unidos, 1937-1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

McKAY, Alwyn. *The making of the atomic age*. Oxford: Oxford University Press, 1984.

McLUHAN, Marshall e FIORE, Quentin. *War and peace in the global village*. Nova Iorque: Bantam Books, 1968.

McDOUGALL, Walter A. *Technocracy and statecraft in the Space Age – toward the history of a saltation*. In: *The American Historical Review*, volume 87, número 4, (outubro de 1982), p.1010-1040.

McDOUGAL, Myres S. *The hydrogen bomb tests and the International Law of the Sea*. In: *The American Journal of International Law*, volume 49, número 3, (julho de 1955), p.356-361. [Editorial Comment]

McDOUGAL, Myres S. *Artificial satellites: A Modest Proposal*. In: *The American Journal of International Law*, volume 51, número 1, (janeiro de 1957), p.74-77.

- McDOUGAL, Myres S. e LIPSON, Leon. *Perspectives for a law of outer space*. In: *The American Journal of International Law*, volume 52, número 3, (julho de 1958), p.407-431.
- MCINTOSH, Carl W. *New star for the American wise man?* In: *The Journal of Higher Education*, volume 29, número 5, (maio de 1958), p.235-241.
- McMAHON, Robert J. *Eisenhower and Third World nationalism: a critique of the revisionists*. In: *Political Science Quarterly*, volume 101, número 3, (1986), p.453-473.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Hucitec / EDUSP, 1999.
- MELMAN, Seymour. *The permanent war economy: American capitalism in decline*. Nova Iorque: A Touchstone Book, 1985.
- MERRIAM, Charles E. *Physics and politics*. In: *The American Political Science Review*, volume 40, número 3, (junho de 1946), p.445-457.
- MERTON, Thomas. (Introdução) *Ofensiva de paz*. Petrópolis: Vozes, 1965.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas: Papirus, 1995.
- MICHAEL, Donald N. *The beginning of the Space Age and American public opinion*. In: *The Public Opinion Quarterly*, volume 24, número 4 (verão de 1960), p.573-582.
- MILLS, C. Wright. *As causas da próxima guerra mundial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.
- MINGOS, Howard. (Editor) *The aircraft year book for 1947*. Nova Iorque: Lancer Publishers, Inc., 1947.
- MIRANDA, Celso. *Primavera atômica*. In: Revista *Superinteressante*. A Batalha do Século! Guerra Fria. Agosto de 2009, edição 268-A.
- MIROW, Kurt Rudolf. *Loucura nuclear: os 'enganos' do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (Coleção *Retratos do Brasil* volume 126).
- MOODIE, A. E. *Geografia e política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.
- MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *Ciência e estado: política científica no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- MORENO, Jonathan D. *Undue risk: secret state experiments on humans*. Nova Iorque: Routledge, 2001.
- MORGENTHAU, Hans J. *The four paradoxes of nuclear strategy*. In: *The American Political Science Review*, volume 58, número 1, (março de 1964), p.23-35.
- MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. *Dicionário enciclopédico de astronomia e astronáutica*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

MORRAY, J.P. *As origens da Guerra Fria: de Yalta ao desarmamento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

MUELLER, John E. *Public expectations of war during the Cold War*. In: *American Journal of Political Science*, volume 23, número 2, (maio de 1979), p.301-329.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. (5ª edição). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MUNHOZ, Sidnei J. *Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953)*. In: *Revista Diálogos*, DHI/UEM, volume 6, 2002, p.47.

NASCIMENTO, Grazielle Rodrigues do. *Fernando de Noronha e os ventos da Guerra Fria: a relação entre Brasil e Estados Unidos nos anos de JK*. Recife, 2009, 159 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

NASH, Gary B. e JEFFREY, Julie Roy. *The American people: creating a nation and a society*. Nova Iorque: Harper & Row, 1990.

NEAL, Roy. *O ás de trunfo: a história do Minuteman*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1966.

NEUFELD, Michael J. *The end of the Army Space Program: interservice rivalry and the transfer of the von Braun group to NASA, 1958-1959*. In: *The Journal of Military History*, volume 69, número 3, (julho de 2005), p.737-757.

NORRIS, Margot. *Dividing the indivisible: the fissured story of the Manhattan Project*. In: *Cultural Critique*, número 35 (inverno de 1996-1997), p.5-38.

NORRIS, Robert S. e KRISTENSEN, Hans M. *U.S. nuclear forces, 2008*. In: *Revista The Bulletin of the Atomic Scientists*, Chicago, volume 64, número 1, março/abril de 2008, p.53-58.

Nuclear Posture Review Report. Washington: Departamento de Defesa, abril de 2010.

O'CONNOR, James. *USA: crise do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OGBURN, William Fielding. *Sociology and the atom*. In: *The American Journal of Sociology*, volume 51, número 4, (janeiro de 1946), p.267-275.

OLIVEIRA, Flávio Rocha de e KUHLMANN, Paulo. *América Latina em tempos de guerra*. In: CARVALHO, José Reinaldo (Editor). *A reativação da Quarta Frota no atual contexto da América Latina*. São Paulo: CEBRAPAZ, junho de 2009.

PARRISH, Michael E. *Cold War justice: The Supreme Court and the Rosenbergs*. In: *The American Historical Review*, volume 82, número 4, (outubro de 1977), p.805-842.

PATERSON, Thomas G. *The abortive American loan to Russia and the origins of the Cold War, 1943-1946*. In: *The Journal of American History*, volume 56, número 1, (junho de 1969), p.70-92.

PATTERSON, Walter C. *A energia nuclear*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1979.

PAVAN, Crodowaldo e CUNHA, Antonio Brito da. (Organizadores) *A energia atômica e o futuro do homem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional / USP, 1968.

PEACOCK, Lindsay T. *Strategic Air Command*. Londres: Arms and Armour Press, 1983. (*Warbirds Illustrated* número 9)

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A Política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PERKINS, Dexter. *A diplomacia de uma nova era: principais acontecimentos na política dos Estados Unidos desde 1945*. Rio de Janeiro: Gráfica Record, 1968.

PERKINS, Dexter. *A época de Roosevelt, 1932 – 1945*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1967.

PEREGRINO, Coronel Umberto. *As armas atômicas e a atualidade militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

PEREIRA, Osny Duarte. *Estudos nacionalistas*. São Paulo: Fulgor, 1960. (Volume 1 e 2)

PESSOA, Mario. *Leis da guerra e armas nucleares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1969.

PERLO, Victor. *Militarismo e indústria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. (Série Rumos da cultura moderna volume 21)

PIRRÓ E LONGO, Waldimir e MOREIRA, William de Sousa. *O acesso a 'tecnologias sensíveis'*. In: *Revista Tensões mundiais*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Rio de Janeiro: Gramma, volume 5, número 9, julho/dezembro 2009.

POOLE, Walter S. *From conciliation to containment: The Joint Chiefs of Staff and the Coming of the Cold War, 1945-1946*. In: *Military Affairs*, volume 42, número 1, (fevereiro de 1978), p.12-16.

POTTER, Pitman B. *End of the Cold War?* In: *The American Journal of International Law*, volume 49, número 4, (outubro de 1955), p.542-543.

PRATT, Fletcher. *Foguetes e jatos*. (3ª edição) Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1964.

PRICE, Richard e TANNENWALD, Nina. *Norms and deterrence: the nuclear and chemical weapons taboos*. In: KATZENSTEIN, Peter J. (Editor). *The culture of national security: norms and identity in world politics*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1996.

Prospecting for uranium. (Publicado por: United States Atomic Energy Commission & United States Geological Survey.) Washington: United States Government Printing Office, 1951.

PRUESSEN, Ronald W. *Beyond the Cold War - again: 1955 and the 1990s*. In: *Political Science Quarterly*, volume 108, número 1 (primavera de 1993), p.59-84.

QUESTER, George H. *Origins of the Cold War: some clues from public opinion*. In: *Political Science Quarterly*, volume 93, número 4 (inverno de 1978-1979), p.647-663.

RAYMOND, Jack. *O poder do Pentágono*. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

REICHEL, Heloisa Jochims. *O 'perigo vermelho' na América Latina e a grande imprensa durante os primeiros anos da Guerra Fria (1947-1955)*. In: *Revista Diálogos*, volume 8, número 1, 2004, DHI/UEM, p.197.

REIS FILHO, Daniel Aarão, FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste. *O século XX: o tempo das crises; revoluções, fascismos e guerras*. (Vol.II). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Retrato do Brasil. (Da Monarquia a República). Volume II. São Paulo: Política, 1994.

RICHTER, James G. *Perpetuating the Cold War: domestic sources of international patterns of behavior*. In: *Political Science Quarterly*, volume 107, número 2 (verão de 1992), p.271-301.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. *Os "Combatentes da Paz": a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950)*. Niterói, 2003, 182 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense – UFF.

RIDKER, Ronald G. *On the economics of Post-World War III*. In: *The Journal of Political Economy*, volume 71, número 4, (agosto de 1963), p.398-407.

ROBINSON, Daniel Sommer. *A philosophy for the Atomic Age*. In: *The Philosophical Review*, volume 55, número 4, (julho de 1946), p.377-403.

RHODES, Richard. *Dark sun: the making of the hydrogen bomb*. Nova Iorque: Simon & Schuster Paperbacks, 1995.

RHODES, Richard. *The making of the atomic bomb*. Nova Iorque: Simon & Schuster Paperbacks, 1986.

ROGIN, Michael. *Kiss me deadly: Communism, Motherhood, and Cold War Movies*. In: *Representations*, número 6 (primavera de 1984), p.1-36.

ROSA, Luiz Pinguelli. *A política nuclear e o caminho das armas atômicas*. Rio de Janeiro:

Jorge Zahar, 1985. (Coleção *Brasil, os anos de autoritarismo*)

ROSE, Peter I. *Student opinion on the 1956 Presidential election*. In: *The Public Opinion Quarterly*, volume 21, número 3 (outono de 1957), p.371-376.

ROSENBERG, David Alan. *American atomic strategy and the hydrogen bomb decision*. In: *The Journal of American History*, volume 66, número 1, (junho de 1979), p.62-87.

ROSENTHAL, Peggy. *The nuclear mushroom cloud as cultural image*. In: *American Literary History*, volume 3, número 1 (primavera de 1991), p.63-92.

ROSENFARB, Joseph. *Military consequences of atomic energy*. In: Revista *The Antioch Review*. Yellow Springs, Ohio (inverno de 1945-46).

ROSI, Eugene J. *Mass and attentive opinion on nuclear weapons test and fallout, 1954-1963*. In: *The Public Opinion Quarterly*, volume 29, número 2 (verão de 1965), p.280-297.

ROLIM, Tácito. *Militarismo americano pós-guerra*. Fortaleza, 1994. 68 p. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará – UFC.

ROLIM, Tácito Thadeu Leite. “*Giram os Sputniks nas Alturas, Ferve a Imaginação nas Planuras*”: a ciência e o bizarro no Ceará em fins da década de 1950. Fortaleza, 2006, 204 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará – UFC.

ROLIM, Tácito Thadeu Leite. “*Um clarão rasgou os céus da cidade*”: o Ceará como palco da Corrida Espacial em fins da década de 1950. In: *Ceará: Ciência, Saúde e Tecnologia*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2007.

ROLIM, Tácito Thadeu Leite. *A Operação “Argus” (1958) e as controvérsias sobre a ocorrência de testes atômicos no Nordeste brasileiro*. In: Revista Tempo, janeiro / junho 2010, volume 14, número 28. Niterói: EdUFF, 2010, p.85-99.

RUSSELL, Bertrand. *Senso comum e guerra nuclear*. Lisboa: Ulisseia, s/d. (*Documentos do tempo presente*).

RUSSELL, Edmund P. “*Speaking of annihilation*”: mobilizing for war against human and insect enemies, 1914-1945. In: *The Journal of American History*, volume 82, número 4, (março de 1996), p.1505-1529.

RUSSELL, I. Willis. *Among the new words*. In: *American Speech*, volume 23, número 2, (abril de 1948), p.147-151.

RUSSELL, I. Willis. *Among the new words*. In: *American Speech*, volume 32, número 2 (maio de 1957), p.136-139.

RYLAND, Walter. *Cape Canaveral*. Garden City: Nelson Doubleday, Inc., 1962.

SAGAN, Carl, EHRLICH, Paul R., KENNEDY, Donald e ROBERTS, Walter Orr. *O inverno nuclear*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.

- SALLES, Dagoberto. *As razões do nacionalismo*. São Paulo: Fulgor, 1959.
- SALLES, Dagoberto. *Energia atômica: um inquérito que abalou o Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1958.
- SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1989.
- SANTOS, J. Loureiro dos. *Incursões no domínio da estratégia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- SCHILLER, Herbert. *Some effects of the Cold War on United States foreign trade*. In: *The Review of Economics and Statistics*, volume 37, número 4, (novembro de 1955), p.428-430.
- SCOTT, William Abbott. *Attitudes toward participation in Civil Defense: An Analysis via Psychological Constructs*. In: *The Public Opinion Quarterly*, volume 17, número 3 (outono de 1953), p.375-385.
- SCHWARTZ, Morton. *Soviet perceptions of the United States*. Berkley: University of California Press, 1980.
- SCHLESINGER, Jr., Arthur. *Origins of the Cold War*. In: BLISS, Howard e JOHNSON, M. Glen. *Consensus at the crossroads: dialogues in American foreign policy*. Nova Iorque: Dodd, Mead & Company, Inc., 1972.
- SELLERS, Charles, MAY, Henry e McMILLEN, Neil R. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos: de colônia a potência imperial*. Tradução de: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- SHEEHAN, Neil. *A fiery peace in a Cold War: Bernard Schriever and the ultimate weapon*. Nova Iorque: Vintage Books, 2010.
- SHELTON, William Roy. *Largada para o infinito: história do Cabo Canaveral*. São Paulo: Fundo de Cultura S.A., 1963.
- SHELTON, William Roy. *Countdown: the story of Cape Canaveral*. Boston: Little, Brown and Company, 1960.
- SHERWIN, Martin J. *The atomic bomb and the origins of the Cold War: U.S. Atomic-Energy policy and diplomacy, 1941-45*. In: *The American Historical Review*, volume 78, número 4, (outubro de 1973), p.945-968.
- SIQUEIRA, José Nunes. *Átomos da paz*. São Paulo: Casa Publicadora Brasileira, s/d.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, CABRAL, Ricardo Pereira e MUNHOZ, Sidnei (Coordenadores). *Impérios na história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- SKERPAN, Alfred A. *Problems of An Atomic Age*. In: *The Journal of Higher Education*, volume 24, número 6, (junho de 1953), p.309-314+336-337.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. (7ª. Edição) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SMITH, Jerry E. *Armas eletromagnéticas: seria o projeto HARP a próxima ameaça mundial?* São Paulo: Aleph, 2005.

SMITH, P. D. *Os homens do fim do mundo: o verdadeiro Dr. Fantástico e o sonho da arma total*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SNELL, John L. *The Cold War: four contemporary appraisals*. In: *The American Historical Review*, volume 68, número 1, (outubro de 1962), p.69-75.

SOUZA JÚNIOR, Gen. Antônio de. *O Brasil e a 3ª guerra mundial: ensaio de interpretação da história das guerras no século XX*. São Paulo: BIBLIEX, 1959.

SOARES, Luiz Carlos e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Reflexões sobre a guerra*. Rio de Janeiro: 7Letras / FAPERJ, 2010.

SOARES, Teixeira. *O Brasil no conflito ideológico global, 1937 – 1979*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

SPANIER., J. & HOOK, S. W. *American foreign policy since World War II*. Washington: CQ Press, 1995.

SPEEDING, Frank. *The rare earths*. In: *Revista Scientific American*, Nova Iorque, novembro de 1951, volume 185, número 5, p.26-30.

SPEIER, Hans. *Soviet atomic blackmail and the North Atlantic Alliance*. In: *World Politics*, volume 9, número 3, (abril de 1957), p.307-328.

STEARNS, Peter N.; HAGGERTY, Timothy. *The role of fear: transitions in American emotional standards for children, 1850-1950*. In: *The American Historical Review*, volume 96, número 1, (fevereiro de 1991), p.63-94.

STEWART, Kathleen e HARDING, Susan. *Bad endings: American apocalypses*. In: *Annual Review of Anthropology*, volume 28, (1999), p.285-310.

STRAUS-HUPÉ, Robert, KINTNER, William R. e POSSONY, Stefan. *A foward strategy for America*. Nova Iorque: Harper & Brothers Publishers, 1961.

SULZBERGER, C. L. *A mais fria das guerras: a jogada russa na China*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *O pragmatismo brasileiro na cooperação militar com os Estados Unidos, nas décadas de 1930 e 40*. In: *Revista Estudos Ibero-Americanos*, volume XXXIV, número 1, junho de 2008, Porto Alegre, PUCRS, p.78.

TARR, David W. *Nos bastidores da Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Victor Publicações, 1968.

TAVARES, General A. de Lyra. *Segurança nacional: antagonismos e vulnerabilidades*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

TÁVORA, General Juarez. *Átomos para o Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1958.

The American Heritage Dictionary. Boston: Houghton Mifflin Co., 1991.

The effects of atomic weapons. (Departamento de Defesa e Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos) Washington: The Combat Forces Press, agosto de 1950.

THEOHARIS, Athan. *Roosevelt and Truman on Yalta: The Origins of the Cold War*. In: *Political Science Quarterly*, volume 87, número 2, (junho de 1972), p.210-241.

The Times Atlas of the World. Reference edition. Londres: Times Books, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer et al. *Exterminismo e guerra fria*. Tradução de: Denise Bottmann. São Paulo: Brasiliense: 1985.

THOMPSON, E. P., SMITH, Dan. (Edit.) *Protest and survive*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1981.

TOMASEK, Robert D. *Defense of the Western Hemisphere: a need for reexamination of United States policy*. In: *Midwest Journal of Political Science*, volume 3, número 4 (novembro de 1959), p.395.

TORRY, Robert. *Apocalypse then: benefits of the bomb in fifties Science Fiction films*. In: *Cinema Journal*, volume 31, número 1 (outono de 1991), p.7-21.

TOSI, Renzo. *Dicionário de sentenças gregas e latinas: 10.000 citações da Antiguidade ao Renascimento no original e traduzidas com comentário histórico, literário e filológico*. Tradução de: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TRACHTENBERG, Marc. *Strategic thought in America, 1952-1966*. In: *Political Science Quarterly*, volume 104, número 2 (verão de 1989), p.301-334.

TRACHTENBERG, Marc. *A "wasting asset": American strategy and the shifting nuclear balance, 1949-1954*. In: *International Security*, volume 13, número 3 (inverno de 1988-1989), p.5-49.

TSIPIS, Kosta. *Understanding nuclear weapons*. Londres: Wildwood House, 1983.

United States Nuclear Tests: July 1945 through September 1992. United States Department of Energy, Nevada Operations Office, Las Vegas, Nevada, December 2000. (DOE/NV--209-REV 15).

VIRILO, Paul e LOTRINGER, Sylvere. *Guerra pura: a militarização do cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

WAGAR, W. Warren. *Truth and fiction, equally strange: writing about the bomb*. In: *American Literary History*, volume 1, número 2 (verão de 1989), p.448-457.

WAGNER, R. Harrison. *What was bipolarity?* In: *International Organization*, volume 47, número 1 (inverno de 1993), p.77-106.

WALLER, Gregory A. *Re-Placing "The Day after"*. In: *Cinema Journal*, volume 26, número 3 (primavera de 1987), p.3-20.

WALKER, J. Samuel. *The origins of the Cold War in United States history textbooks*. In: *The Journal of American History*, volume 81, número 4, (março de 1995), p.1652-1661.

WALKER, J. Samuel. *Historians and Cold War origins: the new consensus*. In: HAINES, Gerald K. e WALKER, J. Samuel (Editores). *American foreign relations: a historiographical review*. Westport: Greenwood Press, 1981, p.207-236. (Contributions in American History, Number 90).

WALTERS, Vernon A. *Missões silenciosas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.

WANGER, Walter F. *Donald Duck and diplomacy*. In: *The Public Opinion Quarterly*, volume 14, número 3 (outono de 1950), p.443-452.

WELCH, Robert. *What the John Birch society stands for*. In: DISHMAN, Robert. *The State of the Union: commentaries on American democracy*. Nova Iorque: Charles Scribner's Sons, 1965, p.464.

WELSON, Eileen. *The plutonium files: America's secret medical experiments in the Cold War*. Nova Iorque: Delta Trade Paperbacks, 1999.

WESTERSTAHL, Jorgen, SARLVIK, Bo e JANSON, Esbjorn. *An experiment with information pamphlets on Civil Defense*. In: *The Public Opinion Quarterly*, volume 25, número 2 (verão de 1961), p.236-248.

WILSON, Mitchell. *A energia*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1982. (Coleção Biblioteca Científica *Life*).

WILSON, Jr. Thomas W. *Guerra fria e bom senso: apreciação acurada do histórico das conquistas e dos fracassos comunistas e do destino da liberdade na primeira metade do século vinte*. Rio de Janeiro: Ipanema, 1964.

WHITNEY, Vincent Heath. *Some interrelations of population and atomic power*. In: *American Sociological Review*, volume 21, número 3, (junho de 1956), p.273-279.

WHITTON, John B. *Cold War propaganda*. In: *The American Journal of International Law*, volume 45, número 1, (janeiro de 1951), p.151-153.

WOODWARD, C. Vann. *The age of reinterpretation*. In: *The American Historical Review*, volume 66, número 1, (outubro de 1960), p.13.

WRIGHT, Quincy. *A guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1988.

YARMOLINSKY, Adam. *The military establishment: its impacts on American society*. Nova Iorque: Harper & Row, 1971.

ZARLENGO, Kristina. *Civilian threat, the suburban citadel, and Atomic Age American women* In: *Signs*, volume 24, número 4, "Institutions, regulation, and social control" (verão de 1999), p.925-958.

ZINN, Howard. *A people's history of the United States: 1492 - present*. Nova Iorque: Perennial, 2003.

ZINS, Daniel L. *Teaching english in a Nuclear Age*. In: *College English*, volume 47, número 4, (abril de 1985), p.387-406.

ZOPPO, Ciro Elliott. *Nuclear technology, multipolarity, and international stability*. In: *World Politics*, volume 18, número 4, (julho de 1966), p.579-606.

FONTES

• Jornais & revistas

Jornal *O Globo*, Rio de Janeiro.

Jornal *Folha da Manhã*, Rio de Janeiro.

Jornal *Última Hora*, Rio de Janeiro.

Jornal *Folha de São Paulo*, São Paulo.

Jornal *Correio do Ceará*, [Órgão dos Diários Associados], Fortaleza.

Jornal *Diário do Nordeste*, Fortaleza.

Jornal *O Democrata*, Fortaleza.

Jornal *O Jornal*, Fortaleza.

Jornal *O Povo*, Fortaleza.

Jornal *O Estado*, Fortaleza.

Jornal *Gazeta de Notícias*, Fortaleza.

Jornal *O Unitário*, Fortaleza.

Jornal *The New York Times*, Nova Iorque.

Jornal eletrônico *Global Security Newswire*, Washington.

Jornal *Pravda*, Moscou.

Revista *Newsweek*, Nova Iorque.

Revista *Scientific American*, Nova Iorque.

Revista *Tensões Mundiais*, Fortaleza.

Revista *The Economist*, Londres.

Revista *Time*, Nova Iorque.

Revista *National Geographic*, Washington.

Revista *Bulletin of the Atomic Scientists*, Chicago.

Revista *Foreign Affairs*.

Revista *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro.

Revista *Mundo Ilustrado*, Rio de Janeiro.

Revista *Seleções do Reader's Digest*, São Paulo.

Revista *Veja*, São Paulo.

Revista *Visão*, São Paulo.

Revista *UFO*, Campo Grande.

Revista *de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro.

Revista *Le Monde Diplomatique*, São Paulo.

Revista *Brasiliense*, São Paulo.

Revista *Em Guarda*.

• CDs & DVDs & VHS

CD *Like an atom bomb*: apocalyptic songs from the Cold War era. New Malden: Buzzola (BZCD 003), s/d.

CD/DVD *Atomic platters*: Cold War music from the Golden Age of Homeland Security. Conjunto com 1 CD e 3 DVD's. *Bear Family Records*, BCD 16065 FL, EAN: 4000127160652, ISBN: 3-89916-141-6.

DVD *Space Age*: a história da NASA. 2 DVD's. Produtora: *Annabelle Marshall*. Uma produção *Dangerous Films* para BBC Worldwide.

DVD *Sob a névoa da Guerra*. (Título original: *The fog of war*). *Sony Pictures Classic*, 2003, 107 min., documentário. Direção: Errol Morris. Colorido.

DVD *O dia seguinte*. (Título original: *The Day after*). *ABC Distribution Company*, 1983, 122 min., ação. Direção: Nicholas Meyer. Colorido.

DVD *America's Atomic Bomb Tests*. Conjunto com 3 DVD's. DVD #1 *Operation Tumbler Snapper*, DVD #2 *Operation Hardtack* e DVD #3 *At Ground Zero*. Produção de *Atwood Keeney Productions, Inc.* 1997. Duração aproximada: 3½ h. Colorido e Preto & Branco.

DVD *Atomic Cafe*. Produção de Kevin Rafferty, Jayne Loader e Pierce Rafferty. *The Archives Project Inc.*, 1982. Edição do 20º aniversário de lançamento. Duração aproximada: 88 min. Colorido.

DVD #1 *Cold War: Comrades 1917-1945. A Time Warner Company, 1998, 50min., documentário. Escrito por: Neal Ascherson. Colorido e Preto & Branco.*

DVD #2 *Cold War: Iron Curtain 1945-1947. A Time Warner Company, 1998, 50min., documentário. Escrito por: Neal Ascherson. Colorido e Preto & Branco.*

DVD #3 *Cold War: Marshall Plan 1947-1952. A Time Warner Company, 1998, 50min., documentário. Escrito por: Taylor Downing. Colorido e Preto & Branco.*

DVD #4 *Berlin 1948-1949. A Time Warner Company, 1998, 50min., documentário. Escrito por: Jerome Kuehl. Colorido e Preto & Branco.*

DVD #5 *Cold War: Korea 1949-1953. A Time Warner Company, 1998, 50min., documentário. Escrito por: Taylor Downing. Colorido e Preto & Branco.*

DVD #6 *Cold War: Reds 1947-1953. A Time Warner Company, 1998, 50min., documentário. Escrito por: Neal Ascherson. Colorido e Preto & Branco.*

DVD #7 *Cold War: After Stalin 1953-1956. A Time Warner Company, 1998, 50min., documentário. Escrito por: Hella Pick. Colorido e Preto & Branco.*

DVD #8 *Cold War: Sputnik 1949-1961. A Time Warner Company, 1998, 50min., documentário. Escrito por: Lawrence Freedman. Colorido e Preto & Branco.*

DVD #9 *Cold War: The Wall 1958-1963. A Time Warner Company, 1998, 50min., documentário. Escrito por: Neal Ascherson. Colorido e Preto & Branco.*

DVD #10 *Cold War: Cuba 1959-1962. A Time Warner Company, 1998, 50min., documentário. Escrito por: Lawrence Freedman. Colorido e Preto & Branco.*

DVD #11 *Cold War: Vietnam 1954-1968. A Time Warner Company, 1998, 50min., documentário. Escrito por: William Shawcross. Colorido e Preto & Branco.*

DVD #12 *Cold War: MAD 1960-1972. A Time Warner Company, 1998, 50min., documentário. Escrito por: Lawrence Freedman. Colorido e Preto & Branco.*

DVD #13 *Cold War: Make love not war 1960s. A Time Warner Company, 1998, 50min., documentário. Escrito por: Germaine Greer. Colorido e Preto & Branco.*

DVD #14 *Cold War: Red spring 1960s. A Time Warner Company, 1998, 50min., documentário. Escrito por: Neal Ascherson. Colorido e Preto & Branco.*

DVD #15 *Cold War: China 1949-1972. A Time Warner Company, 1998, 50min., documentário. Escrito por: Ian Buruma. Colorido e Preto & Branco.*

DVD #16 *Cold War: Detente 1969-1975. A Time Warner Company, 1998, 50min., documentário. Escrito por: Mark Frankland. Colorido e Preto & Branco.*

DVD #17 *Cold War: Good guys bad guys 1967-1978*. A *Time Warner Company*, 1998, 50min., documentário. Escrito por: Jonathan Steele. Colorido e Preto & Branco.

DVD #18 *Cold War: Backyard 1954-1990*. A *Time Warner Company*, 1998, 50min., documentário. Escrito por: Hugh O'Shaughnessy. Colorido e Preto & Branco.

DVD #19 *Cold War: Freeze 1977-1981*. A *Time Warner Company*, 1998, 50min., documentário. Escrito por: Hella Pick. Colorido e Preto & Branco.

DVD #20 *Cold War: Soldiers of God 1975-1988*. A *Time Warner Company*, 1998, 50min., documentário. Escrito por: Jonathan Steele. Colorido e Preto & Branco.

DVD #21 *Cold War: Spies 1944-1994*. A *Time Warner Company*, 1998, 50min., documentário. Escrito por: Max Hastings. Colorido e Preto & Branco.

DVD #22 *Cold War: Star Wars 1980-1988*. A *Time Warner Company*, 1998, 50min., documentário. Escrito por: John Lloyd. Colorido e Preto & Branco.

DVD #23 *Cold War: The Wall comes down 1989*. A *Time Warner Company*, 1998, 50min., documentário. Escrito por: Neal Ascherson. Colorido e Preto & Branco.

DVD #24 *Cold War: Conclusions*. A *Time Warner Company*, 1998, 50min., documentário. Escrito por: Jeremy Isaacs. Colorido e Preto & Branco.

VHS *O homem do Sputnik*. Sistema Globo de Videocomunicação Ltda., 1959, 97 min., comédia. Direção: Carlos Manga. Preto & Branco.

VHS *America's Atomic Bomb Tests: Argus and Wigwam*. Volume 13. Produção de *Atwood Keeney Productions, Inc.* 1998. Fita contém filmes liberados pelo Departamento de Defesa norte-americano em 14 de janeiro 1997, relativos as Operações *Argus* e *Wigwam*. Duração aproximada: 80 min. Colorido.

FLV *The Cold War: America in the 20th century*. *Media Rich Communications, LLC.*, 2009, documentário. Escrito por Brent Hannigan, Richard Hawksworth e Shelley Spencer. (www.mediarichlearning.com) Colorido e Preto & Branco.

FLV *Defcon-2: Cuban missile crisis*. [Documentário da *Discovery Channel*] Produzido e dirigido por William K. Howard. *Henninger Productions* em associação com *Discovery Communications*, 2002.

• Pesquisa no *National Archives II*, Estados Unidos

▪ RG 59 – *General Records of the Department of State*.

Caixas 1 a 150.

Caixas 337 a 402.

Caixa 1471.

Caixas 2189 a 2191.

Caixa 2469.

Caixa 2807.

Caixa 2884 a 2886.

Caixa 4336.

Caixa 4488.

Caixas 4664 a 4677.

▪ RG 84 – *Records of Foreign Service Posts.*

Volumes 4 a 7.

Volumes 23 a 55.

▪ RG 263 – *Records of Central Intelligence Agency.*

Caixa 282.

Caixas 317 a 324.